

RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2014

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL 2

PRESIDÊNCIA 13

- Coordenadoria de Magistrados 19
- Conselho Gestor 32
- CEIJ 37
- CEPEVID 57
- Assessoria de Planejamento 80
- Assessoria de Precatórios 99
- Auditoria Interna 102
- Casa Militar 108
- Núcleo de Comunicação Institucional 111
  - Assessoria de Imprensa 126
  - Assessoria de Cerimonial 132
- Ouvidoria dos Servidores 142
- Ouvidoria Judicial 148

1º VICE-PRESIDÊNCIA 151

2º VICE-PRESIDÊNCIA 169

3º VICE-PRESIDÊNCIA 170

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA 171

ACADEMIA JUDICIAL 248

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA 266

- Secretaria Estatística das Instâncias Recursais 277
- Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual 277
- Diretoria de Recursos e Incidentes 307
- Diretoria de Documentação e Informações 309

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA 325

- Assessoria Especial 325
- Assessoria de Modernização Judiciária 326
- Secretaria de Gestão Ambiental 329
- Secretaria Executiva 334
- Diretoria de Engenharia e Arquitetura 336
- Diretoria de Tecnologia da Informação 344
- Diretoria de Infraestrutura 363
- Diretoria de Material e Patrimônio 389
- Diretoria de Orçamento e Finanças 400
- Diretoria de Recursos Humanos 408
- Diretoria de Saúde 417

Produção: Assessoria de Planejamento - TJSC - Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC
CEP 88020-901 - tel.: (48) 3287-1000 - fax.: (48) 3287-1967
Copyright© TJSC. Janeiro de 2014 - Florianópolis - Santa Catarina

DESEMBARGADORES

José Gaspar Rubick

Pedro Manoel Abreu

José Trindade dos Santos

Cláudio Barreto Dutra

Newton Trisotto

Luiz Cézar Medeiros – Corregedor-Geral da Justiça

Vanderlei Romer

Eládio Torret Rocha

Nelson Juliano Schaefer Martins – Presidente

Sérgio Roberto Baasch Luz

Antonio do Rêgo Monteiro Rocha

Fernando Carioni

José Antônio Torres Marques – 1º Vice-Presidente

Rui Francisco Barreiros Fortes

Marcus Túlio Sartorato

Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu

Salete Silva Sommariva

Ricardo Orofino da Luz Fontes – Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Salim Schead dos Santos

Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Cid José Goulart Júnior

Jaime Ramos

Alexandre d'Ivanenko

Lédio Rosa de Andrade

Moacyr de Moraes Lima Filho

Jorge Henrique Schaefer Martins

Marli Mosimann Vargas

Sérgio Izidoro Heil

José Carlos Carstens Köhler

João Henrique Blasi

Jorge Luiz de Borba

Rejane Andersen

Joel Dias Figueira Júnior

Cláudio Valdyr Helfenstein – 3º Vice-Presidente

Rodrigo Cunha

Jânio de Souza Machado

Soraya Nunes Lins

Sônia Maria Schmitz – 2º Vice-Presidente

Paulo Roberto Camargo Costa

Henry Goy Petry Júnior

Raulino Jacó Brüning

Roberto Lucas Pacheco

Jairo Fernandes Gonçalves

José Inácio Schaefer

João Batista Góes Ulysséa

Ronei Danielli

Luiz Fernando Boller

Getúlio Corrêa

Paulo Roberto Sartorato

Túlio José Moura Pinheiro

Carlos Alberto Civinski

Ronaldo Moritz Martins da Silva

Ricardo José Roesler

Robson Luz Varella

Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

Sérgio Antônio Rizelo

Sebastião César Evangelista

Denise Volpato

Domingos Paludo

Ernani Guetten de Almeida

Carlos Adilson Silva

Rogério Mariano do Nascimento

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

Stanley da Silva Braga

Newton Varella Júnior

Altamiro de Oliveira

Saul Steil

Gilberto Gomes de Oliveira

Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli

Odson Cardoso Filho

José Everaldo Silva

Volnei Celso Tomazini

Leopoldo Augusto Brüggemann

Júlio César Knoll

Janice Goulart Garcia Ubialli

Cláudia Lambert de Faria

Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

Cínthia Beatriz da Silva Bittencourt

Jorge Luis Costa Beber

Guilherme Nunes Born

Eduardo Mattos Gallo Júnior

Luiz Zanelato

Dinart Francisco Machado

Gerson Cherem II

Rosane Portella Wolff

Denise de Souza Luiz Francoski

Artur Jenichen Filho

Paulo Ricardo Bruschi

Luiz César Schweitzer

Rubens Schulz

Edemar Gruber

Júlio César Machado Ferreira de Mello

CONSELHOS (BIÊNIO 2014/2016)

CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Des. Nelson Schaefer Martins – Presidente

Des. Torres Marques – 1º Vice-Presidente

Des. Luiz Cézar Medeiros – Corregedor-Geral da Justiça

Desa. Sônia Maria Schmitz – 2ª Vice-Presidente

Des. Cláudio Valdyr Helfenstein – 3º Vice-Presidente

Des. Ricardo Fontes – Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Des. Pedro Manoel Abreu – Diretor Executivo da Academia Judicial

Des. Fernando Carioni

Des. Cesar Abreu – representante do Grupo de Câmaras de Direito Público

Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta – representante do Grupo de Câmaras de Direito Civil

Des. Jaime Ramos

Des. Moacyr de Moraes Lima Filho – Presidente do Conselho de Administração do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário

Des. Jorge Schaefer Martins – Presidente do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação – CGINFO

Des. João Henrique Blasi

Des. Joel Figueira Júnior – Pres. do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ

Des. Paulo Roberto Camargo Costa – representante do Grupo de Câmaras de Direito Comercial

Des. Roberto Lucas Pacheco – representante da Seção Criminal

Des. Ricardo Roesler

Juiz de Direito Antônio Zanini Fornerolli

Juiz de Direito Sérgio Luiz Junkes

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Des. Nelson Schaefer Martins - Presidente

Des Torres Marques - 1º Vice-Presidente

Des Luiz Cézar Medeiros - Corregedor-Geral da Justiça

Desa Sônia Maria Schmitz – 2ª Vice-Presidente

Des Cláudio Valdyr Helfenstein - 3º Vice-Presidente

Des Ricardo Fontes - Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Des. Lédio Rosa de Andrade

Des. Jorge Luiz de Borba

Desa. Rejane Andersen

Des. Raulino Jacó Brüning

Des. Jairo Fernandes Gonçalves

Desa. Denise Volpato

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

Des. Joel Dias Figueira Junior - Presidente

Des. Carlos Alberto Civinski - Vice-Presidente

Procurador Antenor Chinato Ribeiro - Representante do MPSC

Dr. Fernando Luz da Gama Lobo D'eça - Representante da OAB/SC

Ricardo Lentz - Diretor de Orçamento e Finanças

Conselho de Administração do Sistema de Depósitos Judiciais - Portaria n. 30/14 - GP

Des. Moacyr de Moraes Lima Filho - Presidente

Des. Ernani Guetten de Almeida - Vice-Presidente

Juiz Marcelo Pizolati - Coordenador de Magistrados

Cleverson Oliveira - Diretor-Geral Administrativo

Ricardo Lentz - Diretor de Orçamento e Finanças

CONSELHO GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGINFO

Des. Jorge Henrique Schaefer Martins - Presidente

Juiz de Direito de Segundo Grau Dinart Francisco Machado - Coordenador

Juiz André Alexandre Happke

Juiz Paulo Roberto Froes Toniazzo

Juiz João Alexandre Dobrowolski Neto

Juiz Fernando Rodrigo Busarello

CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Des. Nelson Juliano Schaefer Martins - Presidente

Des. José Antonio Torres Marques - 1º Vice-Presidente

Des. Luiz César de Medeiros - Corregedor-Geral da Justiça

Des. Salim Schead dos Santos - Presidente do Núcleo de Conciliação do 2º Grau

Des. Jaime Ramos - Coordenador Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli – Subcoordenadora dos Juizados Especiais

Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer – Subcoordenadora dos Programas Alternativos de Solução de Conflitos

Juiz Marcelo Pizolati - Coordenador de Magistrados

Juiza de Direito Ana Lia Barbosa Moura V. L. Carneiro Presidente da 4ª Turma de Recursos

Juiz de Direito Rafael Sandi - Juiz Agrário

Juiz de Direito Marcelo Carlin – Coordenador Pedagógico da Academia Judicial

Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May – Representante da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude

Juiz de Direito Edison Zimmer – Juiz de Direito

Juiz de Direito Antônio Augusto Baggio e Ubaldo – Juiz de Direito

Diretor-Geral Judiciário: Ronei Baron

COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS - CGDA - PORTARIA N. 95/12-GP

Des. Eládio Torret Rocha - Presidente

Des. Fernando Carioni

Des. Jaime Luiz Vicari

Juiz João Alexandre Dobrowolski Neto

CONSELHO GESTOR DE ENGENHARIA – CGENG, CRIADO PELA RESOLUÇÃO N. 2/2012-TJ

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha – Presidente

Juiz de Direito de Segundo Grau Guilherme Nunes Born – Coordenador

Juiz de Direito Silvio José Franco

Juiz de Direito Antônio Zoldan da Veiga

Cleverson Oliveira - Diretor-Geral Administrativo

João Anfilóquio Machado Júnior – Coordenador da Asplan

Herlei José Cantú – Diretor de Engenharia e Arquitetura

DIRIGENTES (BIÊNIO 2014/2016)

PRESIDÊNCIA

Des. Nelson J. Schaefer Martins

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Des. José Antônio Torres Marques

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Desa. Sônia Maria Schmitz

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Des. Cláudio Valdyr Helfenstein

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Des. Luiz Cézar Medeiros

VICE-CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

Juiz de Direito Marcelo Pizolati

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

Dr. Vitoraldo Bridi

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

Dr. Silvio José Franco

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

Dr. André Alexandre Happke

JUIZ AUXILIAR DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Dr. Jefferson Zanini

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Julie Cecconi Mazon

CASA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Coronel PM Walmir Moreira Francisco

COORDENADOR ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Des. Sérgio Izidoro Heil

COORDENADORA DE EXECUÇÃO PENAL E DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Desa. Salete Silva Sommariva

SECRETÁRIO-GERAL DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Alberto Pizzolatti Remor

COORDENADOR DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

João Anfilóquio Machado Júnior

COORDENADOR DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Des. Ricardo Roesler

ASSESSOR DE IMPRENSA

Ângelo Lima Medeiros

ASSESSORA DE CERIMONIAL

Izabel Costa Ungaretti

OUVIDOR JUDICIAL

Des. Salim Schead dos Santos

Marlon José Müller

OUVIDORA DOS SERVIDORES

Rodrigo de Aguiar Damiani

COORDENADOR DA AUDITORIA INTERNA

Jozelito Neves Cunha

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

Cleverson Oliveira

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

Ronei Vilmar Baron

DIRETORIA DE CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

João Batista dos Santos

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Ricardo Albino França

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Herlei José Cantú

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Rafael Giorgio Ferri

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Etor José Zorzi

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ricardo Lentz

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Raphael Jaques de Souza

DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES

Boris Leonel Kruger

DIRETORIA DE SAÚDE

Renato Grillo Flach

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ricardo Rosa Figueira

PRESIDÊNCIA

Em observância ao disposto no artigo 90, inciso XXIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias, e como gestor do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, apresento o Relatório Anual de Atividades de 2014, com o objetivo de conferir publicidade às ações desenvolvidas nesse exercício.

Como se observará a seguir, as principais medidas implementadas em 2014 por este Gabinete foram categorizadas por tema, apenas para facilitar a leitura, porque todas elas, movidas pelo objetivo comum de aprimorar o atendimento aos jurisdicionados e de adequar a Justiça estadual às novas necessidades, estão em maior ou menor grau interligadas.

Ressalto, por oportuno, que os órgãos diretamente vinculados ao Gabinete da Presidência e as Diretorias-Gerais Administrativa e Judiciária apresentarão exposições detalhadas de suas atividades em documentos complementares ao presente.

I – Investimentos na infraestrutura física

- Assinatura de acordo para implantação e desenvolvimento do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/SC no âmbito do Poder Judiciário (Termo de Cooperação Técnica n. 001/2014).
- Instalação de Casa da Cidadania em Timbó (Convênio n. 011/2014).
- Instalação de Posto de Atendimento e Conciliação em Chapecó e São Lourenço do Oeste (Convênio n. 013/2014).
- Instalação de Posto de Atendimento e Conciliação em Brusque (Convênio n. 019/2014).
- Instalação de Posto de Atendimento e Conciliação em Itapiranga (Convênio n. 025/2014).
- Instalação de Casa da Cidadania em Caibi (Convênio n. 130/2014).
- Instalação de Casa da Cidadania em Brunópolis (Convênio n. 131/2014).
- Pacto firmado para a construção do prédio do Fórum da comarca de Rio do Sul (Contrato n. 005/2014).
- Acordo firmado para a construção do prédio do Fórum da comarca de Herval do Oeste (Contrato n. 007/2014).
- Acordo firmado acordo para a construção do prédio da comarca de Navegantes (Contrato n. 060/2014).

- Criação de uma nova logomarca (logo) para o Poder Judiciário e regulamentação dos aspectos ligados à identidade visual (Resolução GP n. 26/2014).

- Acordos assinados para a melhoria dos sistemas de informática do Poder Judiciário catarinense, incluindo a aquisição de novos "canais de comunicação redundantes com o *backbone* da rede *Internet* no Brasil" (Contrato n. 024/2014), de "ambiente computacional *Oracle Exadata Database Machine Full Rack*" (Contrato n. 070/2014) e de serviços de "treinamento e suporte técnico para prover serviços de segurança nas redes de dados e em computadores do Poder Judiciário" (Contrato n. 090/2014).

II – Busca pela efetividade da jurisdição

- Instituição do Programa de Enfrentamento de Acervos em Gabinetes de Desembargadores e Órgãos Julgadores para "aprimorar o suporte oferecido aos Desembargadores que ingressam no Tribunal de Justiça" e "auxiliar os órgãos julgadores com acúmulo crônico ou ocasional de acervos" (Resolução GP n. 2/2014).

- Regulamentação das funções de assessoramento técnico especializado do delegado de polícia em atuação no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, como aprimoramento do plexo de medidas para majorar a segurança institucional e a pessoal dos magistrados e servidores (Resoluções GP n. 3/2014 e 33/2014).

- Regramento da prestação de serviço em regime de cooperação pelos servidores ocupantes das categorias funcionais de Assistente Social, Comissário da Infância e Juventude, Oficial da Infância e Juventude, Oficial de Justiça, Oficial de Justiça e Avaliador e Psicólogo, para atender aos casos de sobrecarga de serviço ou vacância do cargo ou afastamento do titular (Resolução GP n. 11/2014).

- Regulamentação precisa do procedimento de confecção, expedição e processamento das requisições de pequeno valor (RPVs) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Resolução Conjunta GP/CGJ n. 1/2014).

- Redefinição e reestruturação do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos – Nurer para melhorar a eficiência no manejo dos recursos de cunho repetitivo (Resolução GP n. 15/2014).

- Instituição do Programa Permanente de Julgamento Prioritário, para buscar a concretização da "razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação", "valorizar o desempenho e a produtividade dos magistrados", "aprimorar a gestão e promover a redução dos acervos de processos" (Resolução Conjunta n. 6/2014).

- Criação do Comitê Gestor Regional para implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (Resolução TJ n. 20/2014) e regramento do processo de escolha dos representantes do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Resolução GP n. 32/2014).

- Elaboração de disciplina para "os serviços de apoio às sessões do Tribunal de Júri no âmbito do Poder Judiciário", dotando os julgamentos de melhor estrutura e conferindo-lhe maior auxílio logístico (Resolução GP n. 27/2014).

- Assinatura de convênios para implantação do serviço de mediação familiar em Indaial (Convênio n. 004/2014).

- Assinatura de acordo "buscando maior eficiência e efetividade às audiências de conciliação, de forma a estabelecer política permanente de composição de litígios", que envolve entidades bancárias (Termo de Cooperação Técnica n. 125/2014).

III – Atenção aos magistrados e servidores

- Investimento de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) no programa de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina (Resolução GP n. 1/2014), em incremento ao valor destinado a esse fim no ano anterior, o que denota a preocupação constante da Administração com a qualificação e capacitação dos servidores.

- Realização de reuniões regionais com os magistrados das comarcas para constituir canal de diálogo permanente entre o primeiro grau de jurisdição e a Administração do Poder Judiciário.

- Fixação de regras mais precisas no tocante à remoção, no interesse do serviço judiciário, de servidor ocupante de cargo efetivo e nomeado para o cargo em comissão de Assessor de Gabinete no âmbito da comarca da Capital (Resolução TJ n. 6/2014).

- Criação, em resposta aos reflexos no Poder Judiciário dos crescentes desafios tocantes à segurança pública, do Conselho de Segurança Institucional, que tem incumbência de, entre outras coisas, "definir ações estratégicas em favor da preservação da integridade física e psíquica de magistrados e de servidores em real ou potencial situação de risco decorrente do desempenho de suas atividades" (Resolução GP n. 7/2014).

- Instituição de auxílio-saúde para os membros e integrantes do corpo funcional do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, "mediante ressarcimento parcial de despesas com planos de assistência à saúde médica e/ou odontológica ou seguro saúde" (Resolução TJ n. 12/2014).

- Aprimoramento da disciplina do estágio de estudantes de educação superior e do ensino médio mediante programa de estágio (Resolução GP n. 14/2014).

- Edição de norma regulamentando "os procedimentos para registro de informações funcionais de servidores públicos de outros órgãos para atuar no Poder Judiciário" (Resolução GP n. 18/2014).

- Aprimoramento nas regras para "concessão e gozo de licença-prêmio e sobre marcação e gozo de férias dos servidores do Poder Judiciário" (Resolução GP n. 19/2014).

- Criação de Comissão Permanente de Saúde dos Magistrados para "elaborar propostas no sentido de minimizar o impacto negativo da carga de trabalho nas saúdes física e psíquica dos magistrados", "buscando evitar ou diminuir a incidência das doenças e moléstias decorrentes da atividade profissional" (Resolução GP n. 25/2014).

- Edição de norma para disciplinar o instituto da "disposição de servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro" (Resolução GP n. 28/2014).

IV – Projetos sociais e de atendimento à população

- Reformulação integral das competências, atribuições e estrutura do Núcleo de Comunicação Institucional, para “fortalecer o diálogo entre instituições públicas e privadas”, “democratizar a informação”, “aperfeiçoar os canais de informação do Poder Judiciário com ênfase na comunicação de maior qualidade, eficiência e transparência”, e “facilitar o conhecimento e acesso dos cidadãos aos serviços do Poder Judiciário” (Resolução GP n. 16/2014).

- Instituição de Grupo de Trabalho para a implantação e a expansão da Divisão de Tramitação Remota das Execuções Penais (Resolução Conjunta n. 9/2014).

- Assinatura de protocolo com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o Governo do Estado, o Município de Florianópolis e a Defensoria Pública para atendimento ao adolescente em conflito com a lei (Termo de Adesão n. 059/2014).

- Implementação do Protocolo de Cooperação entre o Tribunal de Justiça e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos para a criação do Sistema Integrado de Registros Civis – SIRC, com a interoperacionalidade dos sistemas do Tribunal de Justiça e do Governo Federal, o que permitirá o fornecimento de informações padronizadas de nascimentos, casamentos e óbitos em uma base de dados pública, para dificultar a falsificação de documentos, auxiliar o comércio e o sistema bancário e obstaculizar fraudes na Previdência Social.

- Assinatura de acordo de cooperação técnica para disponibilizar para o Tribunal de Justiça do Tocantins o Sistema de Precatórios/Cálculos, Sistema de Lista Unificada e Sistema de Contas Especiais desenvolvidos por esta Corte (Convênio n. 057/2014).

V – Modernização dos sistemas de informática

- Reestruturação da tramitação remota dos processos eletrônicos de unidades judiciárias de primeiro grau de jurisdição do Estado de Santa Catarina (Resolução Conjunta n. 2/2014).

- Criação da Divisão de Tramitação Remota de Direito Bancário (Resolução Conjunta n. 3/2014), da Divisão de Tramitação Remota Penal (Resolução Conjunta n. 7/2014) e da Divisão Remota de Execução e Cumprimento de Sentenças Cíveis (Resolução Conjunta n. 8/2014).

- Disciplinamento dos procedimentos de autuação e instrução dos processos administrativos que tramitam em meio físico em todas as unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Resolução Conjunta n. 5/2014).

- Edição de norma regulamentando a organização e a utilização da Biblioteca do Tribunal de Justiça (Resolução GP n. 23/2014).

- Acordo de cooperação técnica firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Tribunal de Justiça para dar efetividade à interoperabilidade de seus sistemas e uso de meio eletrônico para tramitação de

processos judiciais, comunicação de atos, transmissão de documentos digitais, consultas a processos e acesso a dados cadastrais (Termo de Cooperação Técnica n. 179/2014).

- Priorização do projeto de novo Portal do Poder Judiciário de Santa Catarina que contemplará soluções para tornar mais rápido e fácil o acesso e aprimorar as funcionalidades hoje existentes no Portal Web.

VI – Solenidades e eventos realizados

Março

7 – Solenidade de posse do Desembargador Domingos Paludo.

Abril

14 – Reinauguração do Fórum de Correia Pinto.

25 – Solenidade de posse dos Desembargadores Ernani Guetten de Almeida e Carlos Adilson Silva.

29 – Instalação da 1ª Vara da comarca de Santo Amaro da Imperatriz.

Maio

12 – Solenidade de posse do Juiz de Direito de Segundo Grau Edemar Gruber (em gabinete).

23 – Solenidade de posse do Juiz de Direito de Segundo Grau Júlio César Machado Ferreira de Melo (em gabinete).

28 – Inauguração da Sala de Imprensa.

Junho

27 – Inauguração das novas instalações do Fórum de Armazém.

Julho

30 – Lançamento da logomarca e do Questionário de Diagnóstico – Pesquisa de Opinião do TJ.

Setembro

5 – Posse do Desembargador Rogério Mariano do Nascimento (em gabinete).

15 – Abertura do Mutirão Carcerário.

Outubro

3 – Entrega do Selo Bronze à Vara do Tribunal do Júri da comarca da Capital, por sua destacada atuação na Semana Nacional do Júri de 2014.

9 – Solenidade de comemoração aos 123 anos do Tribunal de Justiça do Estado e ao Jubileu de Prata do Superior Tribunal de Justiça.

17 – Inauguração das novas instalações do Fórum de Ascurra.

Novembro

10 e 11 – Realização do VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

24 – Abertura da Semana Nacional e Estadual do Mutirão de Conciliação.

26 – Inauguração da sede própria da Casa da Cidadania de Canelinha.

Dezembro

1º – Instalação do 2º Juizado Especial Cível da comarca de Chapecó.

1º – Reinauguração do Fórum de Descanso.

18 – Instalação do 2º Juizado Especial Cível da comarca de Balneário Camboriú.

As inúmeras ações compiladas neste relatório atestam que a Administração do Poder Judiciário estadual prossegue na busca do aprimoramento contínuo e da excelência dos serviços prestados à sociedade, visando à eficácia na utilização dos recursos públicos e ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, de acordo com as metas e os objetivos descritos no Plano Plurianual, e com as prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e consignadas na Lei Orçamentária Anual, em atendimento aos limites da Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e com o Plano de Gestão Estratégica para o Biênio 2014/2015, apresentado no início do exercício de 2014.

Embora se reconheça que ainda há muito a fazer, também muito se avançou, e todas as relevantes realizações só foram possíveis graças ao trabalho incansável dos Senhores Desembargadores, Magistrados, Servidores e Colaboradores, a quem dirijo os meus sinceros agradecimentos.

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

A Coordenadoria de Magistrados constitui órgão auxiliar da Presidência, disciplinado pelas Resoluções n. 22/2009-TJ e 23/2009-TJ. Dentre suas atribuições, destacam-se:

1) O acompanhamento dos processos administrativos de interesse dos Magistrados e da Presidência.

2) A supervisão das atividades administrativas do Gabinete da Presidência.

3) A delegação de competência para a prática de atos administrativos de interesse da magistratura catarinense afetos ao Presidente do Tribunal.

4) Confecção da folha de pagamento dos Magistrados.

5) Elaboração da pauta administrativa do Tribunal Pleno, com todos os atos pertinentes à movimentação na carreira da Magistratura.

Além disso, o Juiz Coordenador de Magistrados, em relação ao primeiro grau, tem competência para proferir decisões acerca das seguintes matérias:

a) Licença para tratamento de saúde própria, por motivo de doença em pessoa da família, para repouso à gestante, paternidade, gala, nojo ou prêmio.

b) Lotação e relotação dos juízes substitutos, designações de substituição, composição das Turmas de Recursos e Direção do Foro.

c) Concessão de isenção do imposto de renda, de abono de permanência, de ajuda de custo aos empossados, de averbação de tempo de serviço e inclusão de dependentes para fins de imposto de renda e previdenciários.

d) Marcação, suspensão e autorização de gozo de férias, licença-prêmio e trânsito.

e) Pagamento de auxílio funeral, gratificação dos instrutores e antecipação de 1/3 (um terço) constitucional de férias.

f) Elaborar certidões e declarações de interesse dos magistrados.

g) Questões administrativas relativas aos seus servidores.

As atividades da Coordenadoria englobam, ainda, processamento e decisões sobre pedidos de afastamento de magistrados, requerimentos para participação em cursos de aperfeiçoamento no país e no exterior, compensação por folgas decorrentes de plantão, consultas a respeito de substituição legal nas Comarcas, elaboração de escala de férias, prestação de informações e dados de produtividade dos magistrados ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho da Magistratura, recuperação de valores pagos a maior, encaminhamento de pleitos de criação e instalação de novas varas/comarcas, atendimento a familiares de magistrados falecidos, bem assim confecção de escala de plantão no âmbito do Tribunal.

Também devem ser mencionados o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de marcação de férias, declaração de imposto de renda, de movimentação na carreira da magistratura e de rodízio nas cumulações de unidades no primeiro grau.

Oportuno destacar, no decorrer deste ano, dentre outros números: a) 19.100 ligações recebidas e 14.900 ligações efetuadas, totalizando 34.000 atendimentos via telefone; b) 25.186 correspondências eletrônicas enviadas e recebidas; c) 7.290 portarias de designações, férias, licença-prêmio e demais licenças de Magistrados; d) 132 atos de movimentação (promoções, remoções, permutas, opções e aposentadorias).

O Juiz Coordenador de Magistrados participou, ainda, como membro efetivo no Conselho da Conta Única e Conselho Gestor dos Juizados Especiais, e membro convidado do Conselho de Gestão e Modernização do Poder Judiciário, colaborando na elaboração de anteprojetos de lei e atos normativos voltados ao aperfeiçoamento do Judiciário catarinense.

Destarte, a Coordenadoria de Magistrados não mediu esforços para administrar a escassez de juízes substitutos no atual quadro da carreira da magistratura, sobretudo por meio de cumulação de unidades, nos termos da Resolução n. 34/2011-TJ.

No mais, quanto aos processos administrativos analisados por esta Coordenadoria, relacionam-se a seguir os de interesses pessoais de Magistrados ativos, inativos e pensionistas.

PROCESSOS	
Academia Judicial/Gratificação de Instrutor	90
Abono de permanência	15
Aposentadoria	3
Auxílio funeral	10
Autorização para freqüência de curso no exterior	2
Autorização para freqüência de curso no Brasil	9
Averbação de tempo de serviço	14
Devolução de valores	89
Diligência do Tribunal de Contas do Estado	2
Inclusão de dependente	28
Exclusão de dependente	0
Indenização férias/licença-prêmio	4
Isenção do IR e IPREVE	11
Licenças de saúde própria e em pessoa da família	149
Licença gala	13
Licença maternidade	16
Licença nojo	14
Licença paternidade	18
Licença prêmio	136
Ressarcimento despesas/diárias/celular/combustível	32
Auxílio Saúde	25

Foram prestados pela Coordenadoria de Magistrados também outros serviços importantes, compreendendo além da atualização e elaboração do Quadro de Antiguidade, a alimentação dos sistemas (Scua/Mumpsb), folhas de pagamento dos magistrados, e a confecção, encaminhamento e publicação de diversos atos, tais como:

SERVIÇOS	
- Atos (nomeação/vitaliciamento/promoção/remoção/opção/permuta/aposentadoria)	132
- Apostila de proventos	3
- Certidões para ativos/inativos/pensionistas	19
- Declarações para magistrados/dependentes	18
- Despachos e Pareceres	1.198

- Estudos de aposentadoria/abono de permanência	**10**
- Informações ao IPREV	**10**
Formulários	**10**
- Informações via e-mail/comunicados	**25.186**
- Ligações telefônicas	**34.000**
Recebidas	**19.100**
Efetuadas	**14.900**
- Ofícios	**363**
- Plantão Judicial de 2º Grau	**23**
- Portarias expedidas	**7.025**
Concessão de saldo para compensação de plantão	**2.016**
Gozo de compensação de Plantão	**1.718**
Designações de magistrados	**2.333**
Férias (marcação/suspensão/transferência)	**401**
Licença gala	**13**
Licença maternidade	**16**
Licença nojo	**14**
Licença paternidade	**18**
Licença-prêmio (concessão/marcação/gozo/transferência)	**347**
Licença de saúde própria e em pessoa da família	**149**
- Relatórios diversos	**90**

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

I SPA PRENCHIMENTO DE CARGO DE DESEMBARGADOR, DESTINADO À CARREIRA DA MAGISTRATURA

1. **Domingos Paludo**
2. **Carlos Adilson Silva**
3. **Rogério Mariano do Nascimento**

II SPA PRENCHIMENTO DE CARGO DE DESEMBARGADOR PELO 5º CONSTITUCIONAL

1. **Ernani Guetten de Almeida**

III SPA MAGISTRADO REMOVIDO PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

1. **Edemar Gruber**
2. **Júlio César Machado Ferreira de Mello**

IV SPA MAGISTRADOS PROMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

POR MERECIMENTO:

1. **Juliano Rafael Bogo**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Camboriú, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Blumenau.
2. **Paula Boptke e Silva**, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Xanxerê, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma.

3. **Joana Ribeiro**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Barra Velha, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Tijucas.

4. **Márcio Schiefler Fontes**, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Canoinhas, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública, Execuções Finais, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos da comarca de Tubarão.

5. **Clayton Cesar Wandscheer**, do cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara da comarca de Gaspar, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Blumenau.

6. **Mônani Menine Pereira**, do cargo de Juiz de Direito da 2ªVara da comarca de Porto Belo, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Tijucas.

7. **Rodrigo Barreto**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Braço do Norte.

8. **Marcos Bigolin**, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de São Miguel do Oeste, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó.

9. **Edemar Leopoldo Schlosser**, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Brusque, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Comercial da mesma Comarca.

10. **Gustavo Bristot de Mello**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Correia Pinto.

11. **Rubens Ribeiro da Silva Neto**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Capinzal.

12. **Rafael Espíndola Berndt**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Taió.

13. **José Aranha Pacheco**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Itapoá, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Porto União.

14. **André Luiz Anrain Trentini**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Santa Cecília para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Videira.

15. **Jeferson Osvaldo de Oliveira**, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Concórdia, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Chapecó.

16. **Gisele Ribeiro**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Fraiburgo, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Canoinhas.

17. **Dominique Gurtinski Borba Fernandes**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Catanduvas.

18. **Daniel Radünz**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Palmitos.

19. **Reny Baptista Neto**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Papanduva, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Campos Novos.

20. **Fabrício Rossetti Gast**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Maravilha para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Joaçaba.

21. **Caroline Bündchen Felisbino Teixeira**, do cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Araranguá, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Joinville.

22. **Liana Bardini Alves**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de São João Batista para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Mafra.

23. **Rafael Salvan Fernandes**, do cargo de Juiz substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Mondaí.

24. **João Bastos Nazareno dos Anjos**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Campo Erê.

25. **Giuseppe Battistotti Bellani**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Xanxerê, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó.

26. **Camila Coelho**, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Camboriú, para o cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Brusque.

27. **Bruno Makowiecky Salles**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Rio Negrinho, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Fraiburgo.

28. **Daniel Victor Gonçalves Emendörfer**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de São Lourenço do Oeste.

29. **Júlio Cesar Bernardes**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Urubici para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Fam. Órfãos, Sucessões, Inf. e Juventude da comarca de Curitibanos.

30. **Juliano Serpa**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de São Miguel do Oeste, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Inf. e Juventude da comarca de Chapecó.

31. **Frederico Andrade Siegel**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Araquari, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Videira.

32. **Karina Maliska Peiter**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Capinzal, para o cargo de Juiz de Direito.

33. **Marta Regina Jahnel**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Anchieta.

34. **Mônica Elias de Lucca**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Indaial para o cargo de Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da comarca de Joinville.

35. **Clarice Ana Lanzarini**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Navegantes para o cargo de Juiz de Direito da Vara Comercial da comarca de Brusque.

36. **Crystian Krautchychyn**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Descanso, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste.

37. **Alessandra Mayra da Silva de Oliveira**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Ituporanga, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Rio Negrinho.

38. **Sandro Pierri**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de São Domingos, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste.

39. **Fernando Rodrigo Busarello**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Presidente Getúlio, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Capinzal.

40. **Liliane Midori Yshiba**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Ponte Serrada.

41. **Luiz Renato Martins de Almeida**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Herval do Oeste.

- POR ANTIGUIDADE:

1. **Márcia Krischke Matzenbacher**, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Navegantes, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Itajaí.

2. **Nádia Inês Schmidt**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Xanxerê, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Chapecó.

3. **Mário Bianchini Filho**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Bom Retiro, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Palhoça.

4. **Mônica do Rego Barros Grisólia Mendes**, do cargo de Juiz Substituto Vitalício da comarca de Lages, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Otacílio Costa.

5. **Carlos Adilson Silva**, do cargo de Juiz de Direito de 2º Grau, para o cargo de Desembargador.

6. **Jeferson Isidoro Mafra**, do cargo de 1º Juiz Especial da comarca de Brusque, para o Cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da comarca de Blumenau.

7. **Marcos D Avila Scherer**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Navegantes, para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Blumenau.

8. **Rogério Carlos Demarchi**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Mondaí, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Camboriú.

9. **Luiz Carlos da Silva**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de São José do Cedro.

10. **Thays Backes Arruda**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Itá.

11. **Guy Estevão Berkembrock**, do cargo de Juiz Substituto Vitalício da comarca de Joinville, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Guaramirim.

12. **João Baptista Vieira Sell**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Gaspar, para o cargo de Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos da comarca de Blumenau.

13. **Rodrigo Dadalt**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Xaxim.

14. **André Luiz Bianchi**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Campo Erê, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Xanxerê.

15. **Nayana Scherer**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Araquari, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Barra Velha.

16. **Rafael Rabaldo Bottan**, do cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos, Inf. e Juventude da comarca de Brusque, para o cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar da comarca de São José.

17. **Graziela Shizuiho Alchini**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Ituporanga, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara da comarca de Gaspar.

18. **Rafael de Araújo Rios Schmitt**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Fraiburgo.

19. **Leandro Rodolfo Paasch**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Ipumirim.

20. **Juliana Andrade da Silva Silvy**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Bom Retiro.

21. **Janiara Maldaner Corbetta**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Imbituba, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Porto Belo.

22. **Márcio Luiz Cristofoli**, do cargo de Juiz de direito da comarca de Anchieta, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste.

23. **Luís Felipe Canever**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Araranguá, para o cargo de Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da comarca de Joinville.

24. **Lara Maria Souza da Rosa Zanotelli**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Laguna, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Tubarão.

25. **Lizandra Pinto de Souza**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de São Carlos, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Concórdia.

26. **Fabrícia Alcântara**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Itapoá.

27. **Aline Mendes de Godoy**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Santa Cecília.

28. **André Augusto Messias Fonseca**, do cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Infância, Juventude, Órfãos e Sucessões da comarca de Palhoça, para o cargo de Juiz de Direito da 1º Vara

Cível da mesma Comarca.

29. **Iolanda Volkmann**, do cargo de Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos da comarca de Brusque, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Comercial da mesma Comarca.

30. **Giancarlo Rossi**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Rio do Oeste, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Ituporanga.

31. **Solon Bittencourt Depaoli**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Maravilha, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da mesma Comarca.

32. **Maycon Rangel Favareto**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Campos Novos, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Brusque.

33. **Lígia Boettger Mottola**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Meleiro, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Araranguá.

34. **Alexandre Murilo Schramm**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Bal. Piçarras, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de São João Batista.

35. **Rogério Manke**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Papanduva.

36. **César Augusto Vivan**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de São Carlos.

37. **Carolina Ranzolin Nerbass Fretta**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Palhoça, de entrância final, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da mesma Comarca, em face da elevação à entrância especial.

38. **Sérgio Renato Domingos**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Araranguá, para o cargo de Juiz de Direito, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma.

39. **Naiara Brancher**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Imbituba, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Camboriú.

40. **Heloísa Beirith Fernandes**, do cargo ade Juiz de Direito da comarca de Pinhalzinho, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Maravilha.

41. **Juliano Schneider de Souza**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Anita Garibaldi, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Campos Novos.

42. **Regina Aparecida Soares Ferreira**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Garuva, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Balneário Piçarras.

43. **Camila Murara Nicoletti**, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Urubici.

44. **Thania Mara Luz**, do cargo de Juiz Substituto não vitalício para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Meleiro.

V MAGISTRADOS REMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

- POR MERECIMENTO

1. **Stephan Klaus Radloff**, do cargo de Juiz de Direito da Vara de Direito Bancário da comarca de Blumenau, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Itajaí.
2. **Eduardo Camargo**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó, para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Balneário Camboriú.
3. **Rafael Brüning**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Tijucas, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Santo Amaro da Imperatriz.
4. **Jefferson Zanini**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Chapecó, para o cargo de 10º Juiz Especial da comarca da Capital.
5. **Daniela Fernandes Dias Morelli**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Videira, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Xanxerê.
6. **Fernando de Castro Faria**, do cargo de Juiz de Direito do 1º Juizado Especial Cível da comarca de Joinville, para o cargo de 12º Juiz Especial da comarca da Capital.
7. **Rafael Sandi**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Chapecó, para o cargo de 14º Juiz Especial da comarca da Capital.
8. **Rafael Germer**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Mafra, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Gaspar.
9. **Frederico Andrade Siegel**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de São Lourenço do Oeste, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Araquari.
10. **Alessandra Meneghetti**, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Videira, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Araranguá.
11. **Ezequiel Rodrigo Garcia**, do cargo de Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da comarca de Joinville, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Palhoça.
12. **Surami Juliano dos Santos Heerdt**, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de São Miguel do Oeste, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Xanxerê.
13. **Tiago Fachin**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Herval do Oeste, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Araquari.

- POR ANTIGUIDADE

1. **Cláudio Barbosa Fontes Filho**, do cargo de Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública, Execução Fiscal, Acidente de Trabalho e Registros Públicos da comarca de Tubarão, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Balneário Camboriú.

2. **Ana Karina Arruda Anzanello**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Blumenau, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó.

3. **Marcelo Pons Meirelles**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de São José, para o cargo de 9º Juiz Especial da comarca da Capital.

4. **Tanit Adrian Perozzo Daltoe**, do cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Porto União, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Navegantes.

5. **Rudson Marcos**, do cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Joinville, para o 11º cargo de Juiz Especial da comarca da Capital

6. **Giuliano Ziembowicz**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Tubarão, para o 13º cargo de Juiz Especial da comarca da Capital.

7. **Murilo Leirião Consalter**, do cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Campos Novos, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Navegantes.

8. **Marcelo Volpato de Souza**, do cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica da comarca de Chapecó, para o cargo de 7º Juiz Especial da comarca da Capital.

9. **Taynara Goessel**, do cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Curitibanos, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Imbituba.

10. **Fabiano Antunes da Silva**, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Curitibanos, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Laguna.

11. **Angélica Fassini**, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Ponte Serrada, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Rio do Oeste.

12. **Rodrigo Tavares Martins**, do cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Concórdia, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Indaial.

VI FORAM APRECIADOS E DEFERIDOS OS PEDIDOS DE OPÇÃO DOS SEGUINTES MAGISTRADOS

1. **Cintia Gonçalves Costi**, do Juizado Especial Cível do Foro Universitário da comarca de Blumenau, para a Vara de Direito Bancário da mesma Comarca.

2. **Ana Karina Arruda Anzanello**, da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da mesma Comarca.

3. **Eduardo Mattos Gallo Júnior**, do Cargo de 20º Juiz de Direito de Segundo Grau da Câmara Especial Regional de Chapecó, para o Tribunal de Justiça.

4. **Paulo Ricardo Bruschi**, do Cargo de 26º Juiz de Direito de Segundo Grau da Câmara Especial Regional de Chapecó, para o Tribunal de Justiça.

5. **Tânia Regina Vieira Luiz**, do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar da comarca de São José, para a 2ª Vara Criminal da mesma Comarca.

6. **Marco Augusto Ghisi Machado**, da 5ª Vara Cível da comarca de Joinville, para a 4ª Vara Cível da mesma Comarca.

7. **Surami Juliana dos Santos Heerdt**, da 1ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste, para a Vara Criminal da mesma Comarca.

8. **Augusto Cesar Allet Aguiar**, da 3ª Vara da Família da comarca de Joinville, para o Juizado Especial Cível da mesma Comarca.

9. **Edemar Leopoldo Schlösser**, da Vara Comercial da Comarca de Brusque, para a Vara Criminal da mesma Comarca.

10. **Vânia Petermann**, da 1ª Vara Cível do Foro do Continente, para o Juizado Especial Cível e Criminal do Foro do Norte da Ilha, comarca da Capital.

11. **Nádia Inês Schmidt**, da 3ª Vara Cível da comarca de Chapecó, para a 2ª Vara Cível da mesma Comarca.

12. **Fernando Speck de Souza**, da 2ª Vara Cível da comarca de Joinville, para a 3ª Vara da Família da mesma Comarca.

13. **Ruy Frnando Falk**, da Vara Criminal da comarca de Campos Novos, para a 1ª Vara Cível da mesma Comarca.

14. **Marcelo Elias Naschenweng**, do cargo de 4º Juiz Especial da comarca da Capital, para a 1ª Vara Cível do Foro do Continente, comarca da Capital.

15. **Marcos Bigolin**, da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da mesma Comarca.

16. **Fernando Orestes Rigoni**, da 2ª Vara Cível da comarca de Mafra, para a 1ª Vara Cível da mesma Comarca.

17. **Humberto Goulart da Silveira**, do cargo de 7º Juiz Especial da comarca da Capital, para o de 4º Juiz Especial da mesma Comarca.

18. **André Augusto Messias Fonseca**, da 1ª Vara Cível da comarca de Palhoça, para a Vara da Família, Infância, Juventude, Órfãos e Sucessões da mesma Comarca.

19. **Iolanda Volkmann**, da Vara Comercial da comarca de Brusque, para a Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos da mesma Comarca.

20. **Giuseppe Battistotti Bellani**, da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó, para o Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da mesma Comarca.

21. **André Luiz Anrain Trentini**, da 1ª Vara Cível da comarca de Videira, para a Vara Criminal da mesma Comarca.

22. **Pedro Aujor Furtado Júnior**, da 1ª Vara Cível da comarca de Criciúma, para a 2ª Vara da Fazenda Pública da mesma Comarca.

23. **Solon Bittencourt Depaoli**, da 2ª Vara da comarca de Maravilha para a 1ª Vara da mesma Comarca.

24. **Márcio Luiz Cristofoli**, da 1ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste para a Vara Criminal da mesma Comarca.

25. **Carolina Ranzolin Nerbass Fretta**, da 1ª Vara Cível da comarca de Palhoça, para a 1ª Vara Criminal da mesma Comarca.

26. **Ezequiel Rodrigo Garcia**, da 2ª vara Criminal da comarca de Palhoça, para a 1ª Vara Cível da mesma Comarca.

27. **Guilherme Mattei Borsoi**, da 1ª Vara Cível da comarca de Araranguá, para a 1ª Vara criminal da mesma Comarca.

28. **Tanit Adrian Perozzo Daltoé**, da Vara Criminal da comarca de Navegantes para a 1ª Vara Cível da mesma Comarca.

29. **Lígia Boetger Mottola**, da 3ª Vara Cível da comarca de Araranguá, para a 1ª Vara Cível da mesma Comarca.

VII DIREÇÃO DO FORO

- Foram apreciadas e deferidas 47 indicações para as funções de Diretor do Foro das comarcas com mais de uma Vara.

VIII INDICAÇÃO PARA TURMAS DE RECURSOS

- Foram apreciadas e deferidas 18 indicações para composição das Turmas de Recursos do Estado.

IX APOSENTADORIA

- Foram apreciados e deferidos os Processos de aposentadoria dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Carlos Prudêncio, Sérgio Torres Paladino e Paulo Roberto Camargo Costa e do Juiz de Direito Mário Bianchini Filho.

X CERTIDÕES E DECLARAÇÕES FUNCIONAIS FORNECIDAS

- Foram fornecidas 46 certidões e dez declarações funcionais de interesse dos magistrados. ;

XI CERTIDÃO DE MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

- Foram elaboradas 28 certidões referentes à movimentação na carreira da magistratura.

XII EDITAIS

- Foram abertos, assinados e publicados 72 editais para provimento de cargos vagos na carreira da magistratura de Primeiro e de Segundo Grau do Estado.

XIII PAUTAS ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL PLENO

- Foram elaboradas 22 pautas administrativas do Tribunal Pleno e dez aditamentos à pauta.

CONSELHO GESTOR E DA COORDENADORIA ESTADUAL DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

DESEMBARGADOR	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS 2014	PROCESSOS JULGADOS
Nelson Schaefer Martins	2	2
José Antônio Torres Marques		
Luiz Cézar Medeiros	1	
Jaime Ramos	11	11
Salim Schead dos Santos		
JUIZ DE DIREITO		
Cínthia B. da da S. B. Schaefer	9	7
Janice Goulart Garcia Ubialli		
Marcelo Pizolati	2	2
Ana Lia Barbosa M. V. L. Carneiro	2	2
Rafael Sandi	2	2
Edison Zimmer	5	4
Antônio Augusto Baggio e Ubaldo	5	5
Marcelo Carlin		
Brigitte Remor de Souza May	2	2
APRESENTAÇÕES EM MESA	16	16
TOTAL	**57**	**53**

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

CENTROS JUDICIÁRIOS DE CONCILIAÇÃO E CIDADANIA - CEJUSC
Serviços autorizados e instalados nas seguintes comarcas: Armazém, em 05/08/2014; Joinville junto à Sociesc, em 15/04/2014; Ascurra, em 29/09/2014; Campo Erê, em 17/09/2014; Barra Velha, em 27/11/2013; Ibirama, em 07/10/2014; Jaraguá do Sul na Universidade Católica, em 26.11.2012 e, em Cunha Porã, em 04/11/2014.
Serviços autorizados e em procedimento de implantação nas seguintes comarcas: Guaramirim, Pomerode, Concórdia, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul (junto ao Fórum) e Tubarão.

CASA DA CIDADANIA (CC) e FÓRUM MUNICIPAL CASA DA CIDADANIA (FM CC)	
Serviços em andamento: 86	
NOVOS CONVÊNIOS	MUNICÍPIO
	Brunópolis e Caibi
Convênios renovados	Município
Convênios novos em andamento	Marajá, Rancho Queimado, Arroio do Silva, Jardinópolis, União do Oeste, São Ludgero
Convênios renovados	Celso Ramos, Presidente Nereu, Camboriú, Dona Emma, Garuva, Luís Alves, Passo de Torres, Penha, Presidente Getúlio, Petrolândia, Rio dos Cedros, Timbó Grande, Tijucas
Número de procedimentos instaurados	9.831
Número de conciliações positivas	5.385
Percentual de acordo alcançado	55%
Número de pessoas atendidas	9.831

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos e Divisão Judiciária da Corregedoria-Geral da Justiça TJSC

SERVIÇOS EFETUADOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
(Período considerado de janeiro a dezembro de 2014)

COMARCAS	Varas	Iniciados (ingressos)	Encerrados (arquivados)	Sentenças proferidas (total)	% de acordo (**)	Sem acordo com mérito	Com acordo
Balneário Camboriú	Juizado Especial Cível	5.498	5.409	3.565	18%	2.918	628
Blumenau	Juizado Especial Cível	7.166	2.849	3.043	58%	689	941
Brusque	Juizado Especial Cível e Criminal	2.652	1.499	1.451	43%	386	286

Capital	1º Juizado Especial Cível	41.701	2.345	2.242	25%	826	269
Capital	2º Juizado Especial Cível	41.810	2.288	2.884	32%	843	399
Capital - Continente	Juizado Especial Cível	2.054	1.544	2.017	37%	477	282
Capital - Norte da Ilha	Juizado Especial Cível e Criminal da Trindade	6.019	2.155	2.296	41%	715	496
Capital - Norte da Ilha	Juizado Especial de Santo Antônio de Lisboa	5.925	2.252	2.044	27%	995	373
Chapecó	1º Juizado Especial Cível	3.180	4.121	2.735	38%	989	608
Chapecó	2º Juizado Especial Cível	42	130	24	57%	6	8
Concórdia	Juizado Especial Cível	2.461	2.312	2.776	50%	570	559
Criciúma	Juizado Especial Cível	5.831	3.480	8.174	29%	1.263	514
Itajaí	Juizado Especial Cível	3.621	2.918	3.177	28%	1.231	482
Jaraguá do Sul	Juizado Especial Cível e Criminal	2.821	1.856	1.375	50%	568	573
Joaçaba	Juizado Especial Cível	808	1.053	1.621	48%	199	187
Joinville	1º Juizado Especial Cível	2.125	2.083	1.897	52%	609	660
Joinville	2º Juizado Especial Cível	1.796	2.261	2.513	41%	589	414
Joinville	3º Juizado Especial Cível	1.842	2.009	1.364	26%	1.007	353
Lages	Juizado Especial	3.530	3.429	4.034	36%	770	430
Rio do Sul	Juizado Especial Cível e Criminal	2.628	2.584	2.619	37%	629	376
São José	Juizado Especial Cível	9.575	2.503	4.435	38%	804	495
Tubarão	Juizado Especial Cível	3.740	2.529	1.763	48%	360	327
TOTAL		**156.825**	**53.609**	**58.049**	**35,6%**	**17.443**	**9.660**

(*) Varas criadas por lei

(**) Para a obtenção do % de acordos levou-se em consideração apenas as sentenças em que a possibilidade de acordo é admissível.

Fonte: Divisão Judiciária da Corregedoria-Geral da Justiça TJSC

PROGRAMA JUSTIÇA PRESENTE PARTIDAS ACOMPANHADAS		
CAMPEONATO	**NÚMERO DE PARTIDAS**	**OCORRÊNCIAS**
Catarinense	92	17 ocorrências em 15 partidas
Copa do Brasil	12	
Brasileiro Série A	48	
Brasileiro Série B	37	
Total	**190**	

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

MUTIRÃO DA SEMANA NACIONAL E ESTADUAL DA CONCILIAÇÃO 24 A 28 de NOVEMBRO	
MUTIRÃO PRÉ-PROCESSUAL NA CAPITAL	
Audiências de Conciliação realizadas	1.322
Número de acordos homologados	606
Percentual de acordos	45,84%
Número aproximado de pessoas atendidas	4.300
Valores homologados	R$ 2.268.703,61

MUTIRÃO PROCESSUAL NA CAPITAL	
Audiências de Conciliação realizadas	162
Número de acordos homologados	54
Percentual de acordos	33,33%
Número aproximado de pessoas atendidas	680
Valores homologados	R$ 552.394,29

MUTIRÃO NACIONAL E ESTADUAL 29 COMARCAS PARTICIPANTES	
Audiências de Conciliação realizadas	2.518
Número de acordos homologados	875
Percentual de acordos	34,75%
Número aproximado de pessoas atendidas	5.863
Valores homologados	R$ 4.454.838,81

Fonte: Dados fornecidos pelas comarcas participantes do evento

POSTOS DE ATENDIMENTO E CONCILIAÇÃO SPA PAC POSTO AVANÇADO DE CONCILIAÇÃO EXTRAPROCESSUAL - PACE	
Serviços instalados	03
Serviços em funcionamento	15
Convênios firmados	04
Sessões de conciliação pré-processuais agendadas (questões cíveis)	422
Acordos realizados (questões cíveis)	230
Percentual de acordos	54,5%
Sessões de mediação familiar agendadas	260
Acordos realizados (mediação familiar)	191
Percentual de acordos (mediação familiar)	73,46%
Total de atendimentos	**652**

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

PROGRAMA JUIZADOS DOS AEROPORTOS PETIÇÕES RECEBIDAS E DISTRIBUÍDAS ÀS COMARCAS DO ESTADO (1º Janeiro a 20 de dezembro/2014)	
COMARCAS	Nº DE PETIÇÕES
Armazém	01
Balneário Camboriú	01
Biguaçu	01
Blumenau	03
Brusque	02
Capital	11
Chapecó	01
Criciúma	03
Itajaí	03
Itapema	01
Jaraguá do Sul	02
Joinville	02
Lages	03
Porto União	01
Quilombo	01
Rio do Sul	02
São Miguel do Oeste	01
São José	05
Tubarão	01
Videira	01
Xanxerê	01
Total de petições recebidas/distribuídas	**47**

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

PROGRAMA ACADÊMICO CONCILIADOR - UNIVERSIDADES CONVENIADAS
Continuam em funcionamento os convênios com as seguintes universidades: Cesusc, Estádio de Sá, UNC, Unochapecó, Unoesc, Furb, Unerj, Unesc, Unidavi, Uniplac, Unisul, Univali e Univille.

SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR ATIVIDADES / Janeiro SPA Novembro/2014

Convênios firmados para implantação de Serviços de Mediação Familiar (4):
04/2014 SPR com a Prefeitura Municipal de Indaial;
13/2014 SPR com a Fundaçao Universitária do Desenvolvimento do Oeste / Unidades de Chapecó e de São Lourenço do Oeste;
19/2014 SPR com a Fundação Educacional de Brusque;
25/2014 SPR com a Sociedade Educacional de Itapiranga/FAI.

SMF implantados em Fóruns: Indaial, Otacílio Costa e Santa Rosa do Sul.

SMF em funcionamento em Casas da Cidadania (5): Ascurra, Balneário Camboriú, Brusque-Guabiruba, Garuva, Orleans.

SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO FAMILIAR EM FUNCIONAMENTO (74)

COMARCA	INSTALAÇÃO/INÍCIO FUNCIONAMENTO	Nº DE CASOS ATENDIDOS	NÚMERO DE ACORDOS	PERCENTUAL DE ACORDOS
Abelardo Luz	01/03/2002	413	158	38,25
Anchieta	01/03/2005	35	27	77,14
Armazém	02/01/2013	45	12	26,67
Ascurra	08/03/2006	315	84	26,67
Barra Velha	23/03/2011	21	18	85,71
Campo Erê	08/02/2007	45	35	77,77
Campos Novos	26/10/2010	15	4	26,66
Capital SPR Sto Antônio	18/11/2013	183	51	27,87
Capital SPR Eduardo Luz	21/09/2001	267	113	42,82
Coronel Freitas	08/09/2008	26	25	96,15
Cunha Porã	14/02/2008	32	19	59,37
Dionísio Cerqueira	15/05/2004	10	05	50,00
Forquilhinha	01/10/2010	59	35	59,32
Garuva	04/06/2009	54	30	55,55
Ipumirim	04/09/2012	6	6	100,00
Itajaí	01/03/2003	243	56	23,04
Itapema	07/05/2010	44	7	15,91
Itapiranga	22/09/2011	94	16	17,02
Ituporanga	01/04/2004	208	95	45,67
Joinville SPR Fórum	02/09/2002	248	193	77,82
Laguna	06/06/2012	237	220	92,82
Lauro Müller	10/08/2010	48	27	56,25
Lebon Régis	01/02/2010	52	26	50,00
Mafra	27/08/2009	52	51	98,07
Modelo	10/04/2008	58	34	56,60
Mondaí	10/04/2008	2	1	50,00
Otacílio Costa	04/11/2014	14	9	64,28
Palmitos	11/08/2011	4	3	75,00
Pinhalzinho	20/07/2010	46	13	28,26
Ponte Serrada	14/02/2011	72	42	58,33
Porto Belo	01/02/2010	2	1	50,00
Quilombo	07/02/2012	37	36	97,29
Rio do Oeste	01/06/2011	3	2	66,00
Rio do Sul	11/09/2012	11	6	54,54
Rio Negrinho	18/03/2013	20	19	95,00
Santa Rosa do Sul	01/06/2014	19	18	94,73
São Bento do Sul	03/04/2013	64	18	28,13
São Francisco do Sul	25/03/2013	27	17	62,96
São José	30/08/2004	19	15	78,95
São Lourenço do Oeste	28/02/2007	41	15	36,59
Seara	18/11/2011	87	47	54,02
Tangará	20/07/2011	14	13	92,85
Trombudo Central	09/06/2005	70	57	81,42

Turvo	16/05/2011	30	24	80,00
Xanxerê	22/06/2009	118	36	30,50
TOTAL		**3.510**	**1.739**	**49,54**

* Comarcas com dados anuais do SMF indisponíveis: Blumenau, Canoinhas, Concórdia, Caçador, Descanso, Garopaba, Jaguaruna, Jaraguá do Sul/Fórum, Santa Cecília, São Domingos, Sombrio.
* Comarcas com dados dos SMF inclusos na estatística das Casas da Cidadania: Ascurra, Balneário Camboriú, Brusque/Guabiruba, Orleans.
* Comarcas com dados dos SMF inclusos na estatística dos Postos de Atendimento e Conciliação: Brusque / Unifebe; Capital / Unisul Trajano; Chapecó / Unochapecó; Chapecó / Unoesc; Itapiranga / FAI; Joinville / ACE; Lages / Facvest; Lages/Uniplac; Palhoça / Unisul Pedra Branca; São Lourenço do Oeste / Unochapecó; Xaxim / Celer; Xaxim / Unochapecó.
* Comarcas com dados dos SMF compilados com demais processos: Araranguá, Canoinhas, Catanduvas, Jaraguá do Sul Centro Universitário, Palhoça/Fórum, Videira, Xaxim/Fórum.

Fonte: Dados fornecidos pelas comarcas

CAPACITAÇÕES REALIZADAS EM PARCERIA COM A ACADEMIA JUDICIAL
Capacitação em Competências da Mediação Judicial para instrutores Data:02 a 06/06/2014, Local: Capital , Número de participantes: 24
Capacitação em Competências da Mediação Judicial Data: 17 a 21/03/2014; local: Chapecó; n. de participantes: 22 Data: 07 a 11/04/2014; local: Capital; n. de participantes: 26 Data: 05 a 09/05/2014; local: Joinville; n. de participantes: 32 Data: 19 a 23/05/2014; local: Criciúma; n. de participantes: 17 Data: 04 a 08/08/2014, local: Capital; n. de participantes: 25 Data:18 a 22/08/2014; local: Joinville; n. de participantes: 25 Data:03 a 07/11/2014; local: Blumenau; n. de participantes: 26 Data:22 a 26/09/2014; local: Chapecó; n. de participantes: 25 Data:13 a 17/10/2014; local: Capital; n. de participantes: 30 Data: 15 a 18/09/2014; local: Biguaçu; n. de participantes: 29
Formação de Conciliadores Data: 29 e 30/05/2014; local: Capital; n. de participantes: 57 Data: 14 e 15/08/2014; local: Chapecó; n. de participantes: 43 Data: 23 e 24/10/2014; local: Capital; n. de participantes: 56
Formação de Supervisores em Mediação e Conciliação Data: 03 e 04 de julho; local: Capital; n. de participantes: 38
Capacitação de Mediadores Familiares Data: 23 a 25/04/2014; local: Chapecó; n. de participantes: 28 Data: 14 a 16/05/2014; local: Capital; n. de participantes: 28 Data: 17 a 19/09/2014; local: Capital; n. de participantes: 24 Data: 08 a 10/10/2014; local: Chapecó; n. de participantes: 28
Capacitação de Juízes Leigos Data 1ª etapa presencial: 26/09/2014 Local: Capital Número de participantes: 43
IV Encontro Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos Data: 17 e 18/11/2014 Local: Capital Número de participantes: xx
Estágio Supervisionado Para os integrantes (servidores e conveniados) que participaram do curso de Competências da Mediação Judicial, formados nos anos de 2012 e 2013, assim como de 2014, acima mencionados, que somam aproximadamente 500 pessoas, está sendo preparado o estágio supervisionado já para o início de 2015.

Fonte: Dados fornecidos pela Academia Judicial e pela Secretaria do Conselho Gestor

COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIAE DA JUVENTUDE – CEIJ

APRESENTAÇÃO

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (CEIJ), e as metas para o ano de 2015.

Instituída pela Resolução n. 63/2011-TJ, a CEIJ é constituída por um colegiado de 14 juízes que se reúnem periodicamente. Tem como missão promover a melhoria da prestação jurisdicional, por meio da proposição e implementação de políticas afetas à área da infância e da juventude, bem como pela capacitação de magistrados e servidores quanto ao tema.

Os trabalhos realizados ao longo do ano de 2014 tiveram como foco de atuação as áreas protetiva e socioeducativa da política de atendimento à infância e juventude. As diretrizes foram traçadas nas reuniões dos membros da CEIJ e objetivaram responder qualitativa e quantitativamente as demandas apresentadas.

Dentre as recentes ações, destacam-se parcerias importantes como a estabelecida com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) para implantação do Projeto Novos Caminhos, cujo objetivo é proporcionar aos adolescentes, quando desligados do sistema de acolhimento em razão da maioridade, a perspectiva de uma vida adulta com qualidade, assegurando sua autossuficiência, empoderamento e dignidade.

Outras parcerias relevantes foram estabelecidas com diversos atores do Sistema de Garantias do Direito da Criança e do Adolescente, alcançando-se resultados exitosos como a conclusão do "Protocolo de Atendimento ao Adolescente com Prática Infracional", a implantação do Projeto de Atendimento Integrado na Delegacia de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei na comarca da Capital e a realização do Seminário Regional Regional Sul ABMP e do Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Técnicos do Poder judiciário e Ministério Público.

Com estas conquistas, a Coordenadoria, cuja criação e implantação representou a realização de um sonho acalentado havia muito pelos magistrados e servidores que atuam na área da infância e da juventude, completa seu terceiro ano de existência na certeza de ter se tornado fonte de orgulho a todos os integrantes do Judiciário catarinense.

1. COMPOSIÇÃO

1.1. Coordenador

Desembargador Sérgio Izidoro Heil

1.2. Juízes de Direito membros do Colegiado

Ademir Wolff

Álvaro Luiz Pereira de Andrade

Ana Cristina Borba Alves

Brigitte Remor de Souza May

Caroline Bündchen Felisbino Teixeira

Giancarlo Bremer Nones

Joana Ribeiro Zimmer

Liana Bardini Alves

Márcio Rene Rocha

Miriam Regina Garcia Cavalcanti

Mônica Elias de Lucca Pasold

Naiara Brancher

Nayana Scherer

Ricardo Alexandre Fiuza

Rodrigo Tavares Martins

Samuel Andreis

1.3. Secretária

Lilian da Silva Domingues

1.4. Equipe técnica

Cristine Pereira Tuon Sposito

Eliedite Mattos Ávila

1.5. Equipe de apoio administrativo

Larissa Pereira Rodrigues

2. PROJETOS

2.1. Projeto Justiça Restaurativa

2.1.1. Descrição:

Projeto piloto em desenvolvimento na Vara da Infância e da Juventude da comarca da Capital desde o ano de 2011, tem como escopo o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei por meio de práticas restaurativas. A Justiça Restaurativa vem encontrando espaço no cenário judicial, sendo executada por meio de diversas ações no ambiente jurídico e recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça. Neste ano, o Presidente deste Tribunal de Justiça recebeu o Presidente do Instituto Innovare, Sérgio Renault, e a pesquisadora da Universidade de São Paulo, professora Maria Tereza Sadek, que vieram com a missão de recomendar projetos e destaques oriundos do Prêmio Innovare, dentre eles o de Justiça Restaurativa.

Outrossim, o Projeto Piloto foi reconhecido por esse TJSC na 3ª Mostra de Boas Práticas do Poder Judiciário, ocorrida em outubro do corrente ano (vide item 8.1).

Há previsão de expanção do projeto mediante o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior e a capacitação de mediadores (servidores, estagiários) nas comarcas interessadas.

Parceiros: Vara da Infância e da Juventude da Capital, Ministério Público, Secretaria da Segurança Pública, Universidade Federal de Santa Catarina e Unisul.

2.1.2. Atividades relacionadas:

- assessoria técnica e operacional às equipes de mediadores
- realização de 7 (sete) reuniões interinstitucionais (23/04, 16/05, 03/06, 03/07, 12/08, 12/09 e 15/09)
- organização de cursos e realização de aulas e palestras
- participação nas atividades relacionadas à gravação do vídeo sobre o projeto

- articulação com instituições de ensino (Universidade Federal de Santa Catarina e Unisul) visando o estabelecimento de parceria para ampliação do alcance e dos serviços oferecidos no âmbito do projeto

Notícias relacionadas:

- *Presidente do TJ recebe Instituto Innovare para conhecer projetos na área judicial*
- http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/presidente-do-tj-recebe-instituto-innovare-para-conhecer-projetos-na-area-judicial
- *Boas Práticas do Poder Judiciário de Santa Catarina - JustiçaRestaurativa*
- http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/boas-praticas-do-poder-judiciario-de-santa-catarina-justica-restaurativa

2.2. **Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* – "Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo"**

2.2.1. Descrição:

Projeto desenvolvido em parceria com a Academia Judicial com vistas a contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento teórico, metodológico, prático e científico das equipes interprofissionais do Poder Judiciário, qualificando-as para uma ação profissional competente e inovadora. O desenvolvimento do projeto teve início no segundo semestre de 2012 e, neste ano, houve a conclusão do curso pela primeira turma, formada por 29 assistentes sociais e 6 psicólogos. Há perspectiva de abertura de nova turma a partir de 2015.

2.2.2. Atividades relacionadas:

- coordenação geral
- organização/monitoramento das aulas (quinzenais)
- atividades docentes diversas
- interlocução com Academia Judicial, professores, magistrados e assistentes sociais e psicólogos do Poder Judiciário

2.2.3. Notícias relacionadas:

- Semana da Academia Judicial será marcada por defesa de TCCs em curso de pós-graduação http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/semana-da-academia-judicial-sera-marcada-por-defesa-de-tccs-em-curso-de-pos-graduacao
- Judiciário de SC agrega aos quadros 30 novas especialistas emgestão de conflitos http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/judiciario-de-sc-agrega-aos-quadros-30-novas-especialistas-em-gestao-de-conflitos

2.3. **Programa Novos Caminhos**

2.3.1. Descrição:

Fruto da parceria com a FIESC e a Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), o Programa Novos Caminhos tem como finalidade qualificar e profissionalizar adolescentes inseridos em programas de acolhimento com idade acima de 14 anos, visando a preparação para a vida autônoma. A meta é a inserção nas indústrias catarinenses, mediante o desenvolvimento de cursos de formação profissional e de atividades complementares.

A formação profissional é oferecida pelo Sistema FIESC, através do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

As ações iniciaram-se no ano de 2013, através de projeto piloto na comarca de Chapecó. No decorrer de 2014, o Programa foi implantado nas comarcas de Blumenau, São Miguel do Oeste, Itajaí, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Criciúma, e Joinville, denominadas comarcas polos. Através dessas 7 (sete) comarcas, foram atendidos também, adolescentes de outras 39 (trinta e nove). Até o presente momento, 228 (duzentos e vinte e oito) adolescentes foram incluídos no Programa. Deste universo, 171 (cento e setenta e um) jovens concluiram o Programa Profissional do Futuro, oferecido pelo IEL e estão sendo encaminhados para os demais cursos de educação básica, educação continuada e profissionalizantes ofertados pelo SESI e SENAI; 9 (nove) foram inseridos no mundo do trabalho; e 57 (cinquenta e sete) desistiram ou deixaram de frequentar o Programa por motivos de força maior.

No decorrer do próximo ano, o Programa será expandido para outras 7 (sete) comarcas polos, visando a meta de atender todos os adolescentes em serviços de acolhimento do Estado.

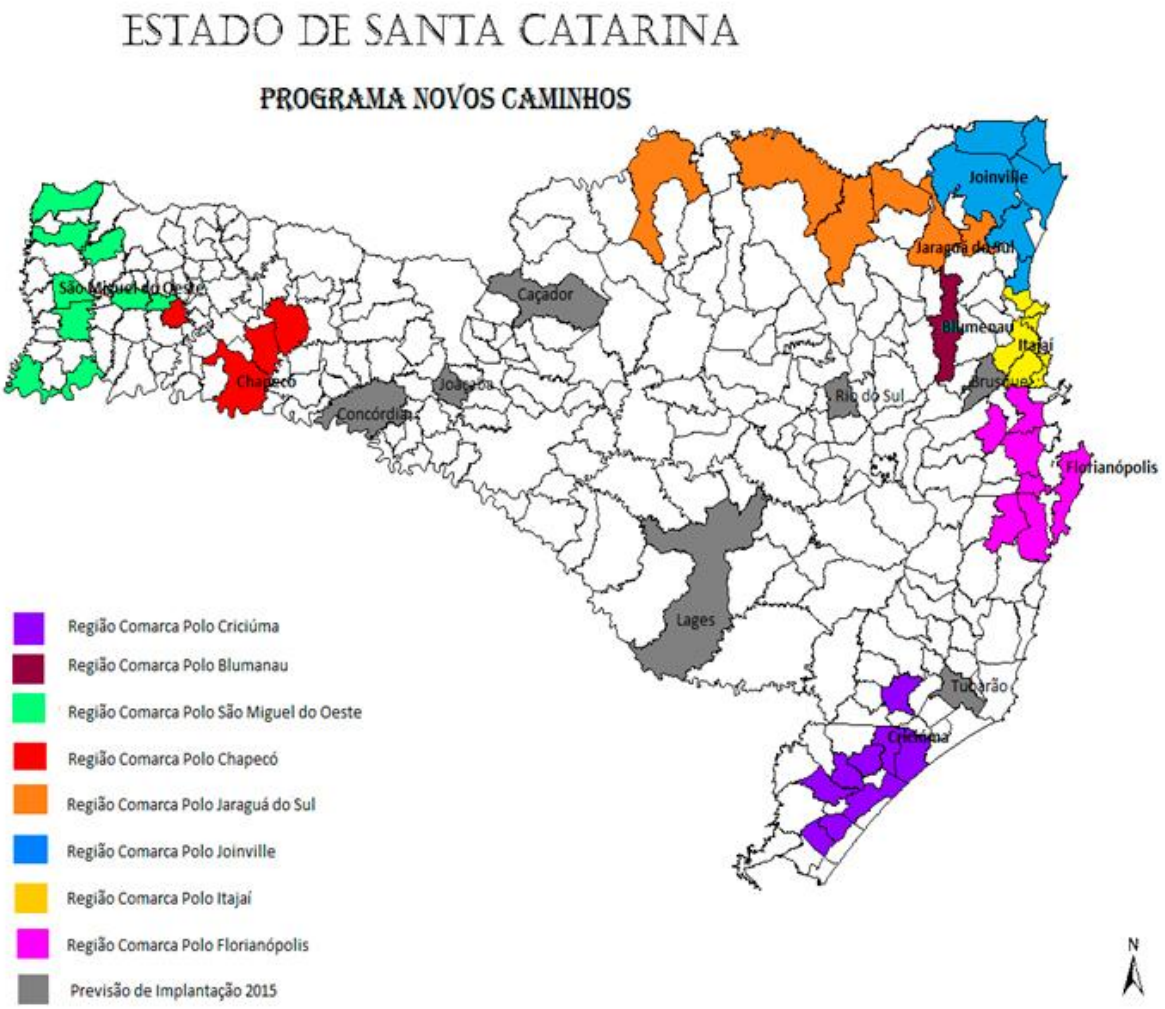
2.3.2. Atividades relaciondas:

- restruturação do projeto inicial
- participação em 5 (cinco) reuniões com a coordenação estadual do Programa (20/05,18/06, 23/07, 29/08 e 25/11)
- organização e participação em 13 (treze) reuniões técnicas realizadas nas comarcas polo, com os responsáveis e corresponsáveis pela execução direta do Programa (02/04, 09/04, 10/04, 22/04, 07/05, 19/05, 02/06,14,07, 17/09, 12/11, 13/11, 17/11 e 25/11)
- organização e participação de 7 (sete) solenidades de assinatura do termo de convênio do “Novos Caminhos”, realizadas nas comarcas de Blumenau, São Miguel do Oeste, Itajaí, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Criciúma, e Joinville (12/03, 13/03, 29/04, 08/05, 26/05, 03/06 e 15/07)
- participação em 9 (nove) aulas inaugurais do Programa Profissional do Futuro, com as turmas de adolescentes (08/05,15/05, 21/05, 22/05, 27/05, 05/08, 06/08, 22/09 e 30/10)
- organização e participação em 7 (sete) formaturas das turmas que concluíram os nove módulos do Programa Profissional do Futuro (16/09, 11/11, 12/11, 26/11, 10/12, 16/12 e 18/12)
- organização e participação do *I Encontro Estadual do Programa Novos Caminhos* (02/12)
- planejamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa pelos responsáveis e corresponsáveis técnicos do Poder Judiciário
- elaboração de documentos de expediente

2.3.3. Notícias relacionadas:

- Programa Novos Caminhos chega para oferecer oportunidade a jovens de Itajaí - http://app.tjsc.jus.br/noticias/listanoticia!viewNoticia.action?cdnoticia=30058
- Projeto Novos Caminhos atenderá jovens abrigados do Vale do Itapocu - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/projeto-novos-caminhos-atendera-jovens-abrigados-do-vale-do-itapocu
- TJ, Fiesc e AMC lançam programa Novos Caminhos durante solenidade em Criciúma http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/tj-fiesc-e-amc-lancam-programa-novos-caminhos-durante-solenidade-em-criciuma
- Adolescentes do projeto Novos Caminhos participam do desfile cívico de 7 de setembro - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/adolescentes-do-projeto-novos-caminhos-participam-do-desfile-civico-de-7-de-setembro
- Programa Novos Caminhos faz formatura de jovens do norte de Santa Catarina
- http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/programa-novos-caminhos-faz-formatura-de-jovens-do-norte-de-santa-catarina
- Jovens que vivem em abrigos do Vale do Itajaí concluem 1ª etapa do Novos Caminhos - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/jovens-que-vivem-em-abrigos-do-vale-do-itajai-concluem-1%C2%AA-etapa-do-novos-caminhos
- Ceij participa de reunião de planejamento do projeto NovosCaminhos para ano de 2015 - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-participa-de-reuniao-de-planejamento-do-projeto-novos-caminhos-para-ano-de-2015
- Jovens da Grande Florianópolis concluem primeira etapa do Programa Novos Caminhos - http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/jovens-da-grande-florianopolis-concluem-primeira-etapa-do-programa-novos-caminhos

2.3.4. Mapa demonstrativo das regiões atendidas pelo Programa Novos Caminhos e previsão de expansão para 2015:



2.4. **Projeto Atendimento Integrado na Delegacia de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei – Comarca da Capital**

2.4.1. Descrição:

Projeto desenvolvido em parceria com Ministério Público, Defensoria Pública e Secretaria de Segurança Pública, com vistas a implantar serviço de atendimento inicial integrado aos adolescentes apreendidos e encaminhados para a Delegacia Especializada de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, na Comarca da Capital. na perspectiva de dar cumprimento aos preceitos do art. 88, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual assinala como diretriz da política de atendimento da criança e do adolescente, a "integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional". O serviço foi inaugurado dia 31 de março do corrente ano e alcançou os resultados esperados desde o início, isto é, a humanização do atendimento, a agilidade no andamento dos processos e diminuição da violência policial. Os atendimentos, que ocorreram no período da manhã e com frequência de duas vezes por semana, foram interrompidos ao final de outubro em razão de carência do quadro técnico do Poder Judiciário e

Defensoria Pública. Todavia, haja vista os resultados positivos, há previsão para retomada do projeto em 2015, bem como a ampliação das parcerias para a sua ampliação para as demais regiões do Estado.

2.4.2. Atividades relacionadas:

- elaboração do projeto
- realização de 3 (três) reuniões interinstitucionais para definição do serviço a ser implantado (04/02, 05/02, 20/02 e 31/03)
- viabilização dos equipamentos necessários à montagem da sala de audiências na delegacia
- coordenação e acompanhamento das atividades
- elaboração de documentos de expediente
- interlocução com Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública e Prefeitura Municipal de Florianópolis

2.4.3. Notícias relacionadas:

- TJ conquista apoio da Defensoria Pública em projeto para acolher jovens http://app.tjsc.jus.br/noticias/listanoticia!viewNoticia.action?cdnoticia=29623
- TJ disponibiliza equipamentos de informática para a 6ª DP da Capital http://app.tjsc.jus.br/noticias/listanoticia!viewNoticia.action?cdnoticia=29786
- SC prestará atendimento integrado ao adolescente em conflito com a lei http://app.tjsc.jus.br/noticias/listanoticia!viewNoticia.action?cdnoticia=29858
- SC prestará atendimento integrado ao adolescente em conflito com a lei http://app.tjsc.jus.br/noticias/listanoticia!viewNoticia.action?cdnoticia=29858

2.5. Projeto de reestruturação do Colegiado da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude

2.5.1. Descrição:

Projeto desenvolvido com a finalidade de interiorizar a atuação da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude no Estado de Santa Catarina, a partir da reestruturação de seu colegiado, de modo a garantir a representatividade de todas as regiões que compreendem a estrutura judiciária do Estado.

Os objetivos propostos são:

- estabelecer uma rede de magistrados visando capilarizar a atuação da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude no Estado de Santa Catarina
- subsidiar e representar as varas com competência na infância e juventude junto ao Colegiado da CEIJ
- disseminar as propostas deliberadas pelo Colegiado da CEIJ às comarcas
- conferir maior representatividade aos juízes membros da CEIJ

No decorrer de 2014, foram realizadas reuniões descentralizadas com a participação do Desembargador Sérgio Heil, Coordendaro da CEIJ, para definição dos juízes membros do Colegiado nas 11 (onze) regiões delimitadas pelo projeto. Juízes eleitos:

REGIÃO	MAGISTRADO
Extremo Sul	Giancarlo Bremer Nones
Litoral Sul	Miriam Regina Garcia Cavalcante
Grande Florianópolis	Brigitte Remor de Souza May
Planalto Norte	Márcio Rene Rocha
Oeste	Rodrigo Tavares Martins
Extremo Oeste	Samuel Andreis

No próximo ano, pretende-se alcançar as demais regiões do Estado, para eleição dos magistrados representantes das demais regiões, quais sejam, Planalto Sul, Litoral Norte, Vale do Itajaí, Foz do Rio Itajaí e Vale do Rio do Peixe.

2.5.2. Atividades relacionadas:

- elaboração do projeto
- realização de 2 (duas) reuniões ordinárias do Colegiado da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (21/02 e 25/06)
- realização de 6 (seis) reuniões descentralizadas nas regiões: Extremo Sul , Litoral Sul, Grande Florianópolis, Planalto Norte, Oeste e Extremo Oeste (17/03, 18/03, 07/04, 14/04, 28/04 e 29/04)
- articulação com os magistrados com competência na infância e juventude
- elaboração de documentos de expediente

2.5.3. Notícias relacionadas:

- Projeto de reestruturação da Ceij passa também pela interiorização de ações
  http://app.tjsc.jus.br/noticias/listanoticia!viewNoticia.action?cdnoticia=29791
- Ceij define juízes para representar a Grande Florianópolis e Litoral Norte
  http://app.tjsc.jus.br/noticias/listanoticia!viewNoticia.action?cdnoticia=29948
- CEIJ define juízes representantes em reuniões no Oeste e Extremo Oeste
  http://app.tjsc.jus.br/noticias/listanoticia!viewNoticia.action?cdnoticia=30015
- Reunião da Ceij avança nos debates e consolida projeto de reestruturação
  http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/reuniao-da-ceij-avanca-nos-debates-e-consolida-projeto-de-reestruturacao

3. AÇÕES DESENVOLVIDAS COM PARCEIROS EXTERNOS

3.1. **Planejamento para implantação do Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional (NAI)**

3.1.1. Descrição:

Desde 2011 a CEIJ vem propondo a implantação de estrutura semelhante ao que hoje se convencionou chamar Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional (NAI), com o objetivo de agilizar, humanizar e dar maior efetividade à justiça juvenil, tanto na área de apuração da prática de atos infracionais, quanto na aplicação e execução das medidas socioeducativas.

O NAI é um programa que reúne, em um mesmo espaço físico, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as secretarias de Estado da Segurança Pública e de Justiça e Cidadania, além das secretarias municipais de Assistência Social, Saúde e Educação.

Em 2013, diante da publicação de edital pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com oferta de recursos dirigidos à construção de estrutura apropriada, a CEIJ diligenciou para que a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) cedesse terreno para tal e assumisse o compromisso de firmar o convênio para viabilização do cofinanciamento.

Durante o corrente ano os esforços concentraram-se no acompanhamento do processo de conveniamento e na oficialização do Termo de Adesão para o estabelecimento de compromisso entre as instituições que irão integrar o NAI da comarca da Capital, quais sejam, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o Governo do Estado de Santa Catarina, a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina. Referido Termo foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico n. 1851, dia 11/04/2014, sob o nº 059/2014.

Também neste ano, o Desembargador Coordenador Sérgio Izidoro Heil recebeu comitiva d*e Chapecó* interessada em implantar projeto do NAI naquele município.

3.1.2. Atividades relacionadas:

- organização e participação em 6 (seis) reuniões interinstitucionais, evolvendo representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), do Ministério Público (MPSC) e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), sendo uma delas em Brasília, com a presença da Ministra Ideli Salvatti, para tratar das providências para implantação do NAI na comarca da Capital (15/01, 18/02, 02/04, 26/05, 05/09 e 10/09)
- participação em 1 (uma) reunião com representantes da prefeitura e entidades do comércio de Chapecó, os quais vieram buscar apoio para implantação do NAI naquele município (11/06)
- articulação interinstitucional
- elaboração de documentos

3.1.3. Notícias relacionadas:

- *Comitiva em Brasília cobra agilidade na liberação de recursos para NAIs em SC*

  http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/comitiva-em-brasilia-cobra-agilidade-na-liberacao-de-recursos-para-nais-em-sc

- *Ceij recebe comitiva de Chapecó interessada em implantar projeto NAI no Oeste*
  http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-recebe-comitiva-de-chapeco-interessada-em-implantar-projeto-nai-no-oeste

3.2. Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente (RACDCA)

3.2.1. Descrição:

A Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente (RACDCA), constituída em outubro de 2012, é formada por entidades governamentais e não governamentais reunidas com o intuito de desenvolver ações e elaborar um protocolo interinstitucional na perspectiva de superar as lacunas no atendimento e na execução das medidas socioeducativas em Santa Catarina.

Durante esse ano a CEIJ participou ativamente das diversas reuniões reuniões com vistas à fluxo integrado de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, concluir o Protocolo de Atendimento ao Adolescente com Prática Infracional, promover a formalização do termo de Cooperação Técnica n. 083/2013 e organizar o *Seminário Interfaces e Fissuras da Sociedade Civil no Sistema de Garantia de Direitos*.

Tal evento finalizou um ciclo de três seminários que tem como propósito de discussão dos temas relacionados a atuação da Justiça, do Estado e da Sociedade Civil Organizada no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, sendo apresentado na ocasião, o Protocolo de Atendimento ao Adolescente com Prática Infracional.

Instituições integrantes da RACDCA: Tribunal de Justiça, Ministério Público, Governo do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, Instituto Pe. Vilson Groh, Conselho Estadual e Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual e Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar de Florianópolis e OAB)

3.2.2. **Atividades relacionadas:**

- participação em 3 (três) reuniões com representantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo uma delas com a Reitora Roselane Neckel, para tratar da adesão da Universidade ao Termo de Cooperação Técnica da Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente (RACDCA) (27/05, 18/06, 20/08)
- participação em 10 (dez) reuniões com as instituições parceiras da RACDCA (10/04, 22/04, 06/05, 17/06, 14/07, 01/09, 17/09, 29/09, 20/10 e 06/11)
- organização e participação em 2 (duas) reuniões com a participação dos delegados da 6ª Delegacia de Polícia e Conselheiros Tutelares de Florianópolis para tratar da competência de realizar a busca ativa da família do adolescente no momento da apreensão, bem como a estadia do adolescente durante a noite (06/06 e 11/07)
- articulação interinstitucional
- elaboração do conteúdo do Protocolo de Atendimento
- elaboração de expedientes administrativos

4. CURSOS E SEMINÁRIOS ORGANIZADOS

4.1. Capacitação sobre Justiça Restaurativa - Professor Juan Carlos Veezulla (*)

Local: Academia Judicial - Florianópolis/SC

Data: 18 à 21 de agosto

4.2. Seminário Fissuras e Interfaces da Sociedade Civil no Sistema de Garantia de Direitos

Local: ALESC/Auditório Deputada Antonieta de Barros - Florianópolis/SC

Data: 11 e 12 de novembro (**)

4.2.1. Notícias relacionadas:

- *Seminário valida novo protocolo para prestar atendimento socioeducativo em rede* http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/seminario-valida-novo-protocolo-para-prestar-atendimento-socioeducativo-em-rede

4.3. Seminário Regional Sul ABMP e Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público (*)

Local: Auditório da ESMESC - Florianópolis/SC

Data: 3 a 5 de dezembro

4.3.1. Notícias relacionadas:

- *Ceij* pede criação de Frente Nacional para definir prioridades da Infância e Juventude http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-pede-criacao-de-frente-nacional-para-definir-prioridades-da-infancia-e-juventude
- Infância e Juventude reúne magistrados e promotores de justiça em Florianópolis http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/infancia-e-juventude-reune-magistrados-e-promotores-de-justica-em-florianopolis

*** evento promovido em parceria com a Academia Judicial**

**** evento promovido em parceria com Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente (RACDCA)**

5. PALESTRAS MINISTRADAS EM EVENTOS

5.1. Seminário: Sistema de Justiça e o Combate ao Trabalho Infantil

Grupo de Trabalho: Profissionalização e Autorizações Judiciais

Data: 07/11/2014

Local: TJSC/Auditório do Tribunal Pleno - Florianópolis/SC

5.2. Seminário Fissuras e Interfaces da Sociedade Civil no Sistema de Garantia de Direitos

Painel: Apresentação detalhada do Protocolo de Atendimento ao Adolescente com Prática Infracional

Data: 12/11/2014

Local: ALESC/Auditório Deputada Antonieta de Barros - Florianópolis/SC

5.3. I Encontro Estadual do Programa Novos Caminhos

Painel: Apresentação detalhada das atribuições e fluxo operacional do Programa Novos Caminhos

Data: 02/12/2014

Local: Sede da FIESC - Florianópolis/SC

5.4. Seminário Regional Sul ABMP e Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público

Painel: Compartilhamento de Projetos: Projeto Novos Caminhos

Data: 05/12/2014

Local: Auditório da ESMESC - Florianópolis/SC

6. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

6.1. Exposição dos trabalhos realizados pelos adolescentes da Casa de Semiliberdade Arte e Vida de Araranguá no curso de serigrafia sobre tecidos realizado por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e Palestra proferida pelo professor Assis Francisco de Castilhos (IFSC - Araranguá)

Data: 13/02/2014

Local: Fórum da comarca de Araranguá/SC

6.2. Encontro Nacional do Sistema Socioeducativo

Data: 13 e 14/03/2014

Local: Plenário do Tribunal de Justiça - Vitória/ES

6.3. XXV Congresso Nacional da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP)

Data: 24 a 28/03/2014

Local: Rafain Palace Hotel e Convention Center - Foz do Iguaçu/PR

6.4. Cerimônia de Inauguração do Atendimento Integrado ao Adolescente em Conflito com a Lei na comarca de Florianópolis

Data: 31/03/2014

Local: Delegacia de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei - Florianópolis/SC

6.5. Conversa aberta sobre adoção - Adoção de crianças maiores e adolescentes: nunca é tarde para ser filho. Promoção: Grupo de Apoio à Adoção Gerando Amor - São Bento do Sul

Data: 23/05/2014

Local: Centro Social da Igreja Puríssimo Coração de Maria - São Bento do Sul/SC

6.6. Defesa da Tese "Correndo pelo certo, vivendo no crime: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas". Doutoranda: Danielli Vieira

Data: 15/07/2014

Local: Departamento de Antropologia UFSC - Florianópolis/SC

6.7. 5º Seminário Regional de Boas Práticas - Integração de Competências no Desempenho da Atividade Judiciária com Usuários e Dependentes de Drogas

Data: 25 e 26/08/2014

Local: Auditório do Ministério Público – Curitiba/PR

6.8. Seminário Juventude é Coisa Séria

Data: 28 e 29/08/2014

Local: Auditório da FIESC – Florianópolis/SC

6.9. Workshop de Planejamento Estratégico do Judiciário de SC

Data: 24 e 25/09/2014

Local: Hotel Quinta da Bica d'Agua - Florianópolis/SC

6.10. 3ª Mostra de Boas Práticas do TJSC

Data: 03/10/2014

Local: TJSC/Auditório do Tribunal Pleno - Florianópolis/SC

6.11. Cerimônia de entrega do Prêmio Selo Infância e Juventude

Data: 14/10/2014

Local: Plenário do Conselho Nacional de Justiça – Brasília/DF

6.12. A Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual: Diretrizes para Consolidação de uma Política Pública do Estado Brasileiro

Data: 16 e 17/10/2014

Local: Tribunal de Justiça – São Paulo/SP

6.13. Seminário: Situação da Criança e do Adolescente no Município de Florianópolis

Data: 23/10/2014

Local: Plenarinho da UDESC – Florianópolis/SC

7. ATIVIDADES DIVERSAS

7.1. **Visitas Técnicas:**

7.1.1. Visita técnica ao Plantão de Atendimento Inicial (PAI) / Centro de Internação Feminino (CIF) - comarca da Capital (17/01)

7.1.2. Visita técnica à Delegacia de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei da comarca da Capital para levantamento da estrutura necessária ao trabalho integrado de juízes, promotores e defensores naquelas dependências - comarca da Capital (05/02)

7.1.3. Visita técnica aos acolhimentos da região Extremo Oeste - comarcas: São Miguel do Oeste, Anchieta, Dionísio Cerqueira, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, Modelo, Pinhalzinho, Mondaí e Chapecó (10 à 14/03)

7.1.4. Visita técnica à oficina móvel profissionalizante de confeitaria e panificação instalada no Programa de Acolhimento da comarca de Araranguá (17/03) - (Projeto de Reestruturação da Ceij passa também pela interiorização de ações: http://app.tjsc.jus.br/noticias/listanoticia!viewNoticia.action?cdnoticia=29791)

7.1.5. Visita ao CASE da Grande Florianópolis, acompanhando a Juíza Ana Cristina Borba Alves, com a finalidade de verificar as condições para inauguração - comarca de São José (23/09)

7.2. **Reuniões:**

7.2.1. Participação em reunião realizada pelo Conselho Comunitário e Conselho de Segurança da Barra da Lagoa para tratar de assuntos referentes ao aumento da prática de atos infracionais naquela comunidade (13/02)

7.2.2. Participação em 2 (duas) reuniões interinstitucionais para tratar acerca do Projeto de Lei de autoria do Deputado Valmir Comin, que dispõe sobre a criação do Programa "Inclusão Profissional Pós-Abrigo" no âmbito do Estado de Santa Catarina (08/04 e 20/05)

7.2.3. Participação em 2 (duas) reuniões com representantes do Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE), Academia de Justiça e Cidadania (ACADEJUC), Secretaria de Estado da Educação (SED), Secretaria de Estado Assistência Social Trabalho e Renda (SST), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente (CEDCA), para tratar da formação do Núcleo Gestor Estadual da Escola Nacional da Socioeducação (23/04 e 13/06)

7.2.4. Realização de reunião com juízes representantes da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), e do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv) para tratar de assunto referente à conformação de uma Frente Nacional Pró-infância e Juventude, bem como à realização de parceria para de Seminário Regional da ABMP (19/05)

(Ceij pede criação de Frente Nacional para definir prioridades da Infância e Juventude: http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-pede-criacao-de-frente-nacional-para-definir-prioridades-da-infancia-e-juventude)

7.2.5. Participação em reunião com presidente do Instituto Innovare, Sérgio Renault, e da pesquisadora da Universidade de São Paulo, professora Maria Tereza Sadek (03/06) - (Presidente do TJ recebe Instituto Innovare para conhecer projetos na área judicial: http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/presidente-do-tj-recebe-instituto-innovare-para-conhecer-projetos-na-area-judicial)

7.2.6. Participação em 2 (duas) reuniões com representantes da Secretaria de Justiça e Cidadania (SJC) para tratar dos parâmetros necessários à inauguração do CASE da grande Florianópolis (13/06 e 07/07) - (Ceij debate adequação do Centro de Atendimento Socioeducativo da Grande Florianópolis: http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-debate-adequacao-do-centro-de-atendimento-socioeducativo-da-grande-florianopolis)

7.2.7. Participação em reunião com representantes da ASPLAN para tratar do estabelecimento de diretrizes para o cumprimento de decisão da presidência sobre as informações a serem prestadas em

razão do provimento número 36 da Corregedoria Nacional de Justiça (autos n° 544293-2014.1) (27/06)

7.2.8. Participação em reunião promovida pelo Núcleo V da CGJ acerca do tema revista vexatória (04/07)

7.2.9. Participação em 2 (duas) reuniões promovidas pela ASPLAN para tratar do alinhamento das metas e plano de gestão (09/07 e 18/07)

7.2.10. Participação em reunião com representante do Instituto Innovare para apresentação do Programa Novos Caminhos (17/07)

7.2.11. Participação em 10 (dez) reuniões da Comissão Intersetorial de Elaboração do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (30/07, 25/08, 02/09, 15/09, 01/10, 08/10, 15/10, 22/10, 29/10 e 03/11)

7.2.12. Realização de reunião com a ASPLAN e Diretorias para apresentação do "Projeto Cidania e Aprendizagem no TJSC", bem como as possibilidades de sua implantação em 2015 (11/08)

7.2.13. Participação na reunião do Corpo Diretivo do TJSC para alinhamento de ações estratégicas da Administração (29/08)

(Corpo diretivo reforça alinhamento de ações estratégicas da Administração: http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/corpo-diretivo-reforca-alinhamento-de-acoes-estrategicas-da-administracao*)*

7.2.14. Participação em reunião do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude (15/09)

(Des. Sérgio Heil participa de Encontro de Coordenadores da Infância e Juventude: http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/des-sergio-heil-participa-de-encontro-de-coordenadores-da-infancia-e-juventude*)*

7.2.15. Realização de reunião com o Secretário de Segurança Pública para tratar de assuntos referentes ao quadro de investigadores da 6ª Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente da comarca da Capital (19/09)

7.2.16. Participação em 2 (duas) reuniões com a Academia Judicial para tratar do planejamento dos cursos e eventos a serem realizados (24/06 e 29/09)

7.2.17. Participação em 2 (duas) reuniões com representantes do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGInfo), Diretoria de Tecnologia da Informática (DTI) e Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) para tratar das possibilidades de implantação/aperfeiçoamento das funcionalidades do Sistema de Automação Judicial no que tange à área da infância e juventude (29/10 e 03/11)

7.2.18. Participação em reunião com representantes do Sistema FIESC para tratar da possibilidade de expandir projeto desenvolvido na comarca de Sombrio, sob a coordenação do Juiz Evandro Volmar Rizzo, o qual busca oferecer cursos profissionalizantes a adolescentes que em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (31/10)

7.2.19. Participação em reunião com a equipe do Núcleo 5 da CGJ, a fim de tratar sobre a padronização da classe para os procedimentos após o trânsito em julgado da destituição do poder familiar (31/10)

7.2.20. Reunião com representantes da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE) para tratar de assuntos referentes ao Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP) de Chapecó (10/11)

7.2.21. Participação em reunião com o Tribunal de Contas do Estado acerca dos Programas de Medida Socioeducativa em meio aberto (11/11)

7.2.22. Reunião com representantes da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e do Ministério Público (MPSC) sobre a elaboração e Plano Operativo Estadual para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei em cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade (13/11)

7.2.23. Participação em reunião da Rede de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual (RAIVVS), visando apresentação de proposta para projeto de Depoimento Especial (18/11)

7.2.24. Participação em reunião do Grupo de Trabalho da Execução Penal e do Controle de Políticas de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, instituído pelo CGInfo, com vistas a validar o fluxo de trabalho da Infância e Juventude (28/11)

7.3. **Atividades acadêmicas:**

7.3.1. Apresentação do Projeto Justiça Restaurativa para turma da ESMESC, a convite da Profª Vera Andrade (UFSC)

7.3.2. Participação na Banca da monografia da servidora Jaqueline Meggiato, referente ao curso de pós-graduação *Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo*

8. PREMIAÇÕES

8.1. 3ª Mostra de Boas Práticas no Poder judiciário Catarinense: "Projeto Piloto Justiça Restaurativa"

- Divulgadas as seis práticas selecionadas para a 3ª Mostra de Boas Práticas do PJSC http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/divulgadas-as-seis-praticas-selecionadas-para-a-3%C2%AA-mostra-de-boas-praticas-do-pjsc
- Auditório do Pleno recebe as equipes das seis boas práticas selecionadas da 3ª Mostra http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/auditorio-do-pleno-recebe-as-equipes-das-seis-boas-praticas-selecionadas-da-3%C2%AA-mostra

8.2. Selo Ouro Infância e Juventude CNJ/UNICEF

- TJSC tem trabalho na área da infância e juventude reconhecido por Unicef e CNJ http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/tjsc-tem-trabalho-na-area-da-infancia-e-juventude-reconhecido-por-unicef-e-cnj
- TJSC recebe Selo Ouro do CNJ e Unicef por trabalho em prol da infância e juventude http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/tjsc-recebe-selo-ouro-do-cnj-e-unicef-por-trabalho-em-prol-da-infancia-e-juventude



COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – CEPEVID

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DA EXECUÇÃO PENAL

MUTIRÃO CARCERÁRIO - 2014				
Comarca	Datas	Processos analisados e saneados	Solturas	Benefícios concedidos
CNJ (São José)	22/04 a 30/04	1.170	Aguardando relatório oficial do CNJ	Aguardando relatório oficial do CNJ
Indaial	02/06 a 06/06	68	05	60
Blumenau	15/09 a 26/09	638	45	181

Fonte: CEPEVID

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS MUTIRÕES CARCERÁRIOS



Figura 1 - Mutirão Carcerário Do CNJ em São José – Abril de 2014
Fonte: CEPEVID



Figura 2 - Mutirão Carcerário da comarca de Indaial – Junho de 2014
Fonte: CEPEVID



Figura 3 - Mutirão carcerário de Blumenau – Setembro de 2014
Fonte: CEPEVID

INSPEÇÕES REALIZADAS

Foram realizadas inspeções nas seguintes unidades prisionais:

a) Unidades Prisionais de Criciúma e Araranguá – 22 a 23 de maio de 2014;
b) Unidades Prisionais de Chapecó – 27 a 29 de agosto de 2014;
c) Unidade Prisional de Mafra – 20 e 21 de novembro de 2014.

FÓRUM NACIONAL DE ALTERNATIVAS PENAIS - FONAPE, REALIZADO PELO CNJ, EM SÃO LUIZ/MA, NOS DIAS 7 E 8 DE AGOSTO DE 2014



Figura 4 - Participação dos Juízes Catarinenses no FONAPE
Fonte: CEPEVID

SIMPÓSIO DE SAÚDE MENTAL E JUSTIÇA CRIMINAL NO DIA 14/10/2014, EM BRASÍLIA/DF

O Juiz Pedro Walicoski Carvalho, Subcoordenador do Núcleo da Execução Penal da Cepevid, representou o Tribunal de Justiça de Santa Catarina no Simpósio de Saúde Mental e Justiça Criminal realizado em Brasília.

Seminário Nacional de Alternativas Penais em Brasília/DF – 25 a 28 Novembro de 2014



Figura 5 - Seminário Nacional de Alternativas Penais em Brasília/DF
Fonte: Cepevid

OFICINA SOBRE O FEMINICÍDIO NO CNJ, EM BRASILIA /DF – NOVEMBRO/2014



Figura 6 - Oficina sobre o Feminicídio no CNJ, em Brasilia /DF
Fonte: Cepevid

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO NÚCLEO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

EVENTO REALIZADO EM PARCERIA COM A SECRETARIA ESTADUAL DA MULHER – SEMINÁRIO REGIONAL "MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA" NA CIDADE DE ITAJAÍ EM 20/9/14



Figura 7- Cerimônia de Abertura do Evento Mulher Viver sem Violência de Itajaí
Fonte: CEPEVID

ENTREGA DE TAGS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM ALUSÃO AO DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Cepevid promoveu a entrega de *tags* no Tribunal de Justiça referente ao dia 25 de novembro, data em que é comemorado o dia internacional pela eliminação da violência contra a mulher.



Figura 8 - Tag distribuída no dia 25-11-2014
Fonte: Sandra de Araújo, Assessoria de Imprensa do TJ



Figura 9 - Cepevid distribuindo a tag no Hall de Entrada do TJSC
Fonte: Sandra de Araújo, Assessoria de Imprensa do TJ

ATUALIZAÇÃO DA CARTILHA " DÊ UM BASTA NA VIOLÊNCIA"

Foram atualizados os endereços das delegacias e alterada a logo.



Figura 10 - Capa da Cartilha "Dê um Basta na Violência"
Fonte: Cepevid

COLETA DE ASSINATURAS PARA O PROJETO JUSTIÇA DIREITO DE TODOS

A Cepevid promoveu a divulgação do Projeto “Justiça Direito de Todos” e coleta de assinaturas no *hall* de entrada do Tribunal de Justiça, nos dias 9 a 12 de setembro de 2014 e no Fórum Central da Capital, no período de 16 a 19 de setembro de 2014.
Além disso, durante o ano foram firmadas diversas parcerias, com entidades públicas e privadas, bem como foram distribuídas mais de 25.000 folders e 700 cartazes as comarcas deste Tribunal e aos apoiadores do projeto. Totalizadas as assinaturas até 02/12 em 8.199.



Figura 11 - Coleta de assinaturas no hall de entrada do TJSC
Fonte: Luísa Brognoli / Assessoria de Imprensa do TJSC

DIVULGAÇÃO DO PROJETO JUSTIÇA DIREITO DE TODOS EM MANAUS (AM)

Visita ao Tribunal de Justiça do AM e palestra na Universidade Nilton Lins ministrada pela juíza Subcoordenadora do Núcleo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Sônia Maria Moroso Terres, sobre o projeto “Justiça Direito de Todos”.



Figura 12 - Divulgação do Projeto no TJAM
Fonte: Cepevid

PARTICIPAÇÃO NO VI FONAVID, NOS DIAS 5 A 7 DE NOVEMBRO DE 2014, EM CAMPO GRANDE – MS



Figura 13 - Participação da Cepevid no VI Fonavid
Fonte: Cepevid

CONSTITUIÇÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO CAMPO E DA FLORESTA, REALIZADAS EM 22 DE OUTUBRO E 19 DE NOVEMBRO

A Cepevid participou das reuniões de constituição do Fórum de Enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta, capitaneado pela Coordenadoria Estadual da Mulher, o qual, no

próximo ano, realizará eventos destinados às mulheres que vivem na área rural.

REUNIÃO COM A MINISTRA CARMEN LÚCIA NO STF

A desembargadora Salete Silva Sommariva, coordenadora da Cepevid, e a juíza Sônia Maria Mazzetto Moroso Terres, subcoordenadora do Núcleo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, estiveram no dia 27/11 em Brasília- DF, oportunidade em que foram recebidas pela ministra Carmem Lúcia no Supremo Tribunal Federal (STF). No encontro convocado pela ministra, esta apresentou projetos para a área da violência doméstica e familiar contra a mulher e informou sobre um pacote de ações institucionais agendadas pelo Poder Judiciário para 2015, das quais o Tribunal de Justiça de Santa Catarina participará ativamente.



Figura 14 - Desa.Salete Sommariva e Dra. Sônia Moroso Terres com a Ministra Carmen Lúcia
Fonte: Cepevid

EVENTO REGIONAL “MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA”, REALIZADO EM CRICIÚMA, NO DIA 29-11-2014



Figura 15 - Evento Mulher Viver sem Violência - Criciúma
Fonte: Deize Felisberto – Portal Clicatribuna



Figura 16 - Evento Mulher Viver sem Violência - Criciúma
Fonte: Deize Felisberto – Portal Clicatribuna

CRIAÇÃO DO FOLDER “PERGUNTAS E RESPOSTAS NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”

Criação e elaboração do folder “Perguntas e Resposta na Violência Doméstica” para divulgação e esclarecimento sobre direitos e serviços de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, o qual será lançado no ano de 2015.

REUNIÕES E COMPROMISSOS ADMINISTRATIVOS DA CEPEVID

REUNIÕES ALUSIVAS À SECRETARIA DA CEPEVID

MAIO

DATA	LOCAL	MOTIVO
06/05/2014	Florianópolis	Reunião com o Dr. Vitoraldo Bridi para apresentação de projetos da CEPEVID

JUNHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
09/07/2014	Florianópolis	Reunião com a ASPLAN para definição de Metas e Plano de Gestão Trimestral.

JULHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
23/07/2014	Florianópolis	Reunião acerca da estruturação da CEPEVID
24/07/2014	Florianópolis	Reunião com a ASPLAN

AGOSTO

DATA	LOCAL	MOTIVO
06/08/2014	Florianópolis	Reunião com a ASPLAN para delineamento do Plano de Gestão 2014/15
29/08/2014	Florianópolis	Reunião com o Corpo Diretivo da ASPLAN

SETEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
24 e 25/09/2014	Florianópolis	Participação da secretária da CEPEVID no Workshop de Planejamento Estratégico da Academia Judicial/ASPLAN

REUNIÕES E COMPROMISSOS ADMINISTRATIVOS DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO PENAL:

JANEIRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
28/01/2014	Florianópolis	Reunião com a equipe da GEROE - Secretaria de Justiça acerca do Projeto Começar de Novo
28/01/2014	Florianópolis	Reunião com Marcos Bigolin- apresentação da proposta de implantação Projeto tratamento psicoterapêutico
29/01/2014	Florianópolis	Reunião com a Desa Salete Sommariva, os juízes subcoordenadores dos núcleos da CEPEVID, e a Corregedoria-Geral da Justiça para discutir questões relacionadas ao Presídio de Blumenau

FEVEREIRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
05/02/2014	Florianópolis	Reunião com a equipe GEROE sobre Projeto Começar de Novo
06/02/2014	Florianópolis	Reunião com a Prefeita de São José acerca da construção da Central de Triagem da Capital
13/02/2014	Florianópolis	Reunião com o DEAP sobre a implantação do projeto de monitoramento eletrônico.

MARÇO

DATA	LOCAL	MOTIVO
13/03/2014	Florianópolis	Reunião com o DEAP e com o grupo de juízes da execução penal para apresentação do Projeto das tornozeleiras eletrônicas
18/03/14	Florianópolis	Reunião com Diretorias e ASPLAN para definir a logística da realização do Mutirão Carcerário de São Pedro de Alcântara pelo CNJ com o apoio da Cepevid.
19/03/2014	Florianópolis	Reunião para tratar da superlotação da Central de Triagem

ABRIL

DATA	LOCAL	MOTIVO
09/04/2014	Florianópolis	Reunião com a CG Info, referente ao sistema biométrico para fiscalização da pena (regime aberto e restritiva de direitos)

MAIO

DATA	LOCAL	MOTIVO
12/05/2014	Florianópolis	Reunião com a Secretaria de Justiça e Cidadania, sobre a interdição do presídio de Araranguá.
13/05/2014	Florianópolis	Reunião sobre a criação do banco de dados para o convênio de vagas de trabalho do projeto Começar de Novo.
22/05/2014	Criciúma	Reunião no Fórum de Criciúma para tratar dos problemas estruturais do Presidio Regional e realização de inspeção.
26/05/2014	Florianópolis	Reunião no Gabinete do Juiz Alexandre Takashima acerca da fiscalização do projeto das Tornozeleiras Eletrônicas

JUNHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
05/06/2014	Blumenau	Reunião com juízes criminais e da vara de execuções penais sobre a apresentação do projeto Tornozeleiras Eletrônicas
18/06/2014	Florianópolis	Reunião para falar sobre a criação da Comissão para Assuntos Prisionais do TJ-SC
30/06/2014	Florianópolis	Reunião da Comissão para Assuntos Prisionais

JULHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
11/07/2014	Florianópolis	Reunião com a participação do Dr. João Marcos Buch (via videoconferência), e o Grupo de Trabalho para Recambiamento de Presos entre os Estados criado pelo CNJ/DMF
23/07/2014	Florianópolis	Reunião com a Dra. Alexandra, juíza da Vara de Execuções Penais de São José
23/07/2014	Florianópolis	Reunião com a Dra. Gabriela Sailon, juíza criminal da comarca de Biguaçú
31/07/2014	Florianópolis	Reunião com a Corregedoria-Geral de Justiça acerca da ampliação do presídio de Curitibanos e transferência de presos da Penitenciária de São Pedro de Alcântara

AGOSTO

DATA	LOCAL	MOTIVO
06 a 08/2014	Florianópolis	Evento - I FONAPE (Fórum Nacional de Alternativas Penais)
13/08/2014	Florianópolis	Reunião da Comissão de Assuntos Prisionais
21/08/2014	Florianópolis	Reunião com Juízes criminais e de execução penal a respeito das tornozeleiras eletrônicas
22/05/2014	Florianópolis	Reunião da Comissão de Assuntos Prisionais com a participação do Des. Jorge Luiz de Borba e do DEAP
25/08/2014	Florianópolis	Reunião com a participação do Dr. João Marcos (via videoconferência), sobre recambiamento interestadual de presos
26/08/2014	Florianópolis	Inspeção no Presídio de Chapecó

SETEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
03/09/2014	Araranguá	Reunião para aplicação de tornozeleiras eletrônicas nos presos do Presídio Regional de Araranguá.
04/09/2014	Florianópolis	Visita ao Presídio de Blumenau em preparação para o Mutirão Carcerário
11/09/2014	Florianópolis	Participação na Abertura do curso de Capacitação da Central de Medidas e Penas Alternativas
26/09/2014	Florianópolis	Reunião para tratar da criação de Residências Terapêuticas para acolhimento dos pacientes do HCTP

OUTUBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01/10/2014	Florianópolis	Reunião com o Tenente Coronel Edir – SEJUC, sobre tornozeleiras eletrônicas
08/10/2014	Florianópolis	Reunião sobre o projeto PROAPI com a Secretaria da Saúde sobre a criação de residências terapêuticas
30/10/2014	Florianópolis	Reunião – Comunidades Terapêuticas (institucionalização inevida de usuários de saúde mental)

NOVEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
12/11/2014	Florianópolis	Videoconferência CNJ para a divulgação das metas da nova administração do DMF/CNJ
13/11/2014	Florianópolis	Reunião com a comissão de assuntos prisionais do TJ-SC
20 e 21/11/2014	Mafra	Visita ao Presídio Regional de Mafra
24/11/2014	Florianópolis	Reunião com administrador da Penitenciária S ul sobre denúncia de maus-tratos
26 a 28/11/2014	Brasília	Seminário sobre as Medidas e Penas Alternativas em Brasilia - Depen

DEZEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
04/12/2014	Florianópolis	- Reunião com a Deputada Luciane Carminatti, Cepevid e Desa. Salete para tratar acerca da aprovação do projeto de lei de criação das APAC no estado de SC.
09/12/2014	Florianópolis	Reunião com o Deputado Mauricio Eskuslark, Cepevid e Desa. Salete para tratar acerca da aprovação do projeto de lei de criação das APAC no estado de SC

REUNIÕES E COMPROMISSOS ADMINISTRATIVOS DO NÚCLEO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

MARÇO

DATA	LOCAL	MOTIVO
12/03/2014	Florianópolis	Reunião com a Sra. Francine do Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva de apresentação do Projeto Botão do Pânico

JULHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
22/07/2014	Florianópolis	Reunião de organização da Campanha 16 Dias de Ativismo
24/07/2014	Florianópolis	Reunião com a juíza Sônia Maria Mazzetto Moroso Terres, subcoordenadora do núcleo de violência doméstica e representantes da OAB

AGOSTO

DATA	LOCAL	MOTIVO
07/08/2014	Brasília	Evento – VIII Jornada da Lei Maria da Penha
13/08/2014	Florianópolis	Reunião do núcleo de violência doméstica, com a subcoordenadora, juíza Sônia Maria Mazetto Moroso Terres, e Jane Ghizzo, coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher.
14/08/2014	Florianópolis	Reunião com os juízes do Núcleo de Violência Doméstica e familiar contra a mulher

SETEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
11/09/2014	Florianópolis	Reunião com a Desa. Salete Sommariva e a Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher, Jane Ghizzo, para firmar parceria para realização de evento mulher Viver sem violência.
16/09/2014	Florianópolis	Reunião com a FIESC sobre o projeto Justiça Direito de Todos

DATA	LOCAL	MOTIVO
17/09/2014	São Bento do Sul	Reunião com a Dra. Sônia Moroso Terres, subcoordenadora do núcleo, e o prefeito de São Bento do Sul, acerca do Projeto Justiça Direito de Todos
18/09/2014	Itapema	Apresentação do Projeto Justiça Direito de Todos na Prefeitura de Itapema
20/09/2014	Itajaí	Participação no evento regional – Mulher Viver sem Violência em Itajaí
26/09/2014	Barra Velha	Reunião com o Prefeito de Barra Velha acerca do projeto Justiça Direito de Todos
29/09/2014	Itajaí	Reunião para determinação de políticas públicas inerentes à violência doméstica, com a participação da SDR, Coordenação dos CREAS, Delegacia do Litoral, Delegacia da Mulher, Central de Plantão Policial, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conselho Municipal da Assistência Social e1ª Vara Criminal de Itajaí.

OUTUBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01/10/2014	Florianópolis	Reunião com o Comando Geral da Polícia Militar sobre o Projeto Justiça Direito de Todos
15/10/2014	Criciúma	Reunião com a Desa Salete Sommariva, com a Coordenadoria Estadual da Mulher, com a Dra. Sônia Maria Moroso Terres e a Secretaria de Desenvolvimento Regional sobre o Seminário Mulher Viver sem Violência de Criciúma
20/10/2014	Florianópolis	Reunião com os juízes membros do núcleo de violência doméstica
22/10/2014	Florianópolis	Reunião sobre a constituição do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica, com a Coordenadora Estadual da Mulher.
23/10/2014	Criciúma	Reunião preparatória do Seminário Mulher Viver sem Violência em Criciúma e visitação do local do evento.
23/10/2014	Criciúma e Araranguá	Reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma para preparação do evento acima.
24/10/2014	Florianópolis	Reunião de Apresentação do Projeto Justiça Direito de Todos com a FIESC
31/10/2014	Florianópolis	Reunião com a Academia Judicial para proposta de curso de capacitação aos magistrados e servidores sobre violência doméstica

NOVEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
05 a 07/11/2014	Mato Grosso do Sul	Participação da subcoordenadora e assessora do núcleo de violência doméstica no FONAVID – Fórum Nacional de juízes de violência doméstica.
19/11/2014	Florianópolis	Reunião Constituição do Fórum Estadual de enfrentamento à violência, em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher.
21/11/2014	Criciúma	Reunião sobre o Seminário Mulher viver sem Violência em Criciúma
25/11/2014	Florianópolis	Entrega Tags no hall do Tribunal de Justiça para o Dia Internacional pela eliminação da violência doméstica.
27/11/2014	Brasília	Reunião com a Ministra Carmen Lúcia sobre pacote de ações institucionais no âmbito da violência doméstica para 2015
29/11/2014	Criciúma	Seminário Mulher Viver Sem violência

DEZEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
11/12/2014	Florianópolis	Reunião com a Desa. Salete Sommariva, a Sra. Jane Ghizzo, Dra. Sônia e a Cepevid acerca dos resultados do evento Mulher viver sem violência em Criciúma
11/12/2014	Florianópolis	Desa. Salete Sommariva e Dra. Sônia reuniram-se com o Presidente do Tribunal para discutir o plano de ações para o ano de 2015 e realização de mutirão de instrução e júri de homicídio contra a mulher
11/12/2014	Florianópolis	Reunião com a Desa. Salete, Dra. Sônia, CGJ e Cepevid para tratar da realização do mutirão acima mencionado.

PROJETOS EM ANDAMENTO

NÚCLEO DA EXECUÇÃO PENAL

PROJETO COMEÇAR DE NOVO

O Projeto Começar de Novo é composto por ações voltadas à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil, com o propósito de coordenar, em âmbito nacional, as propostas de trabalho e de cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário. Citam-se os seguintes projetos:
a) Convênio proposto por esta Coordenadoria com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e o SENAI/SC, visando a capacitação profissional de presos e egressos do sistema prisional. Este projeto foi concretizado em 19 de abril de 2013, aplicando-se, inicialmente, no Presídio Masculino da Capital;
b) INSTITUTO DA TERRA: Projeto que há 13 anos atua no Presídio Masculino da Capital e consiste na reinserção social de presos com oferta de trabalho remunerado na confecção de material gráfico utilizando papel reciclável;
c) Projeto ACUSTRA – Associação Cultural, Social e Terapêutica da região de Laguna – Associação que desde o ano de 2007 desenvolve serviço de atenção psicossocial aos apenados e seus familiares, prestando atendimento especializado por intermédio de equipe multiprofissional;
d) PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Através do Ministério da Justiça- DEPEN foi realizada parceria com o Conselho Nacional de Justiça visando destinar 90.000 vagas de qualificação profissional a presos e egressos do sistema prisional, vinculado ao Projeto Começar de Novo, previsto para o ano de 2014. Para Santa Catarina foram destinadas 1073 vagas, sendo que 583 foram preenchidas pela Secretaria de Justiça e Cidadania;
e) Autos n. 533779-2014.8 - Proposta a criação do Sistema de Banco de Dados integrado com esta Coordenadoria, para o cadastro dos convênios realizados pelos administradores prisionais do Estado e pelo DEAP, visando o acompanhamento e conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social;
f) Autos n. 535345-2014.4 – criação do selo do Projeto Começar de Novo, em parceira com a Secretaria de Justiça e Cidadania para prestigiar as empresas parceiras do projeto.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO PACIENTE INFRATOR (PROAPI)

O Programa de Assistência ao Paciente Infrator (PROAPI), possui atuação junto ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, com o auxílio à desinternação de pacientes judiciários, em cumprimento as diretrizes da lei antimanicomial n. 10.216/2001. Objetivo: levantar o diagnóstico de todos os processos de pacientes judiciários, em especial aqueles aptos à desinternação. Fomentar convênios e formar redes de apoio a fim de propiciar a reintegração do paciente junto ao seio familiar e a sociedade. Análise da viabilidade da concessão de benefícios previdenciários; incentivar a criação de residências terapêuticas no Estado de Santa Catarina e acompanhamento assistencial do paciente desinternado. Realizadas diversas reuniões com a Secretaria Estadual de Saúde, Redes de Atendimento em Saúde Mental, Ministério Público, para gestionar junto ao Governo do Estado a criação de residências terapêuticas.

PROJETO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO (APAC)

A APAC - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Projeto que será executado pela Pastoral Carcerária em parceria com o TJSC). Objetivo: promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Busca também em uma perspectiva mais ampla a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro as vitimas. O programa consiste na administração de Centros de Reintegração Social de Presos (CRS's), espaços físicos desvinculados do complexo prisional onde os presos condenados nos três regimes (fechado, semiaberto, aberto) cumprem a reprimenda de uma forma

diferenciada e humanizada (no método Apac o regime fechado é o da recuperação, o semiaberto de profissionalização e o aberto de inserção social).
É o método de prisão consubstanciado no senso de autodisciplina e no trabalho de conscientização acerca da gravidade do ato praticado, e o seu dever de cumprir a pena sob a forma de retribuição social, priorizando a preparação do condenado para inserção no contexto social "pós-muro", medicante conjunção das forças (trabalho, família, educação, fé e tratamento da saúde física e emocional).
A CEPEVID elaborou minuta de projeto de Lei, o qual foi encaminhado pelo Presidente deste Tribunal ao Presidente da Assembleia Legislativa, com o objetivo de institucionalizar o programa no Estado de Santa Catarina. O projeto está na fase de análise da viabilidade na Comissão de Segurança Pública da ALESC.

CENTRAL DE MEDIDAS E PENAS ALTERNATIVAS (CPMA)

A Central de Medidas e Penas Alternativas, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, tem por objetivo, dentre outros, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução da prestação de serviços à comunidade e medida educativa, visando o justo cumprimento da Lei, em parceria com as entidades assistenciais e públicas, ampliando suas trocas sociais, visando a não reincidência.
É composta por profissionais da psicologia, serviço social, que possibilita o efetivo acompanhamento psicossocial com os beneficiários e familiares. Tem como finalidade a recuperação dos beneficiados sem afastá-los do convívio social, buscando a ressocialização, e também diminuir o elevado custo da manutenção destes ao Estado, e assim diminuir o colapso carcerário.
Em 5 de junho de 2012 foi publicado pelo Poder Executivo Estadual o Decreto n. 1.012, o qual instituiu as Centrais de Penas e Medidas Alternativas, no âmbito da Secretaria de Justiça e Cidadania. **O Presidente do Tribunal de Justiça firmou o** Protocolo Operativo de Intenções n. 01/2012, em conjunto com a Secretaria de Justiça e Cidadania, o Ministério Público e o Poder Judiciário, para juntos efetivarem a implantação, continuidade e interiorização das Centrais de Penas e Medidas Alternativas.
O **Tribunal de Justiça se responsabilizou a disponibilizar local, de preferência junto aos Fóruns das comarcas abrangidas, para a instalação das centrais.**
Aportou nesta Coordenadoria o Protocolo de Intenções n.01/14, sendo autuado sob n. 539674-2014.3, o qual elenca novos critérios para implantação da Central de Penas e Medidas Alternativas. O processo está concluso no gabinete da Presidência.

NÚCLEO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO

Objetiva-se a criação de um sistema informatizado interligado com o Poder Judiciário, de forma que todos os procedimentos/ocorrências registrados nas delegacias especializadas da mulher sejam cadastros, com a possibilidade de ser programado para disparar o alerta no sistema de automação do judiciário, na hipótese de mais de um registro de ocorrência envolvendo a mesma vítima.

CURSO DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Objetiva-se propiciar a capacitação multidisciplinar dos magistrados e servidores envolvidos na implementação da Lei nº. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. Como tal, sua apresentação e conteúdo procuraram atender aos fins didáticos a que se propõe, com alguns textos doutrinários que ajudam a entender a importância da Lei dentro do sistema de proteção aos direitos humanos das mulheres no plano interno, a partir da Carta Magna da República; e no âmbito internacional, via dos Tratados e Convenções Internacionais ratificados pelo Brasil. Além disso, objetiva cumprir as determinações do CNJ atribuídas a esta Coordenadoria na Resolução 03/2012.

PROJETO SEMINÁRIOS REGIONAIS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

O projeto Seminário Regionais da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher possui os seguintes objetivos:
a) conhecer a realidade e dificuldade enfrentadas pelos magistrados e servidores que atuam na área no cumprimento das medidas protetivas, e promover meios de agilizar a tramitação dos processos relacionados à Lei Maria da Penha, de forma célere e eficaz e facilitar o acesso à Justiça à vítima e da efetividade das medidas protetivas;
b) desenvolver mecanismos tecnológicos de forma a consolidar as informações de todos os Juizados de Violência Doméstica e das Varas com competência na área, no âmbito do Estado de Santa Catarina, como acervo físico, sentenças proferidas, decisões de medida protetiva, quantidade de servidores, equipe técnica, de modo que se possa levantar um diagnóstico mais preciso sobre os índices de violência doméstica, por região, inclusive os casos de homicídio;
c) apresentar proposta de curso de capacitação e aperfeiçoamento de curta duração, através da Academia Judicial, aos magistrados, servidores e técnicos que atuam na área da violência doméstica, além de promover a sensibilização dos profissionais da Justiça sobre a gravidade do problema da violência de gênero.
d) apresentar propostas para o aperfeiçoamento do modo como a Justiça se distribui e se organiza, por meio da formulação de procedimentos, criação de novas dinâmicas para os fluxos de documentos e pessoas;
e) articulação entre os Sistemas de Justiça e Segurança (Delegacia de Polícia), para o desenvolvimento de Projeto de Integração entre as Delegacias, Juizados de Violência Doméstica e a Cepevid, que consiste no encaminhamento eletrônico pelas Delegacias, do registro das medidas protetivas no registro de ocorrência originário do inquérito, sendo que, nos casos de mais de uma medida protetiva no registro de ocorrência originário do inquérito também seriam transmitidas eletronicamente, vinculadas ao mesmo número de RO. Sugestão de projeto-piloto no Juizado da Violência Doméstica e Familiar – da Capital;
f) mobilizar todos os setores de serviços da rede de atendimento à mulher, pois o principal meio de combate à violência contra a mulher é a união dos órgãos, tais como o Ministério Público, Judiciário, Delegacias de Policia, Defensoria Pública, entidades assistenciais, em prol da vítima, que necessitam da proteção estatal, para a criação e fortalecimentos das redes de atendimento, consistente no cumprimento das políticas públicas previstas na Lei Maria da Penha;
g) criação de grupos reflexivos no âmbito do judiciário com homens agressores para atuarem nos juizados da violência doméstica, tendo em vista que experiências com esse tipo de tratamento demonstram a eficácia desse trabalho e a redução significativa da reincidência;
h) apresentar os serviços existentes de política de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

PROJETO JUSTIÇA DIREITO DE TODOS

Projeto de lei de iniciativa da magistrada e subcoordenadora do Núcleo da Violência Doméstica e Familiar desta Coordenadoria, Sônia Maria Moroso Terres. Trata-se de projeto de iniciativa popular que se propõe a coleta de assinaturas em abaixo-assinado para aprovação na Câmara de Deputados.
Objetivo**:** articular junto aos diversos setores a adesão ao projeto, com a obtenção de assinaturas no abaixo-assinado visando a regulamentação do art. 245 da Constituição Federativa do Brasil de 1988, no sentido da previsão de regras que possibilitem o amparo da vítima e de seus dependentes, pelo Estado, proporcionando condições de reparação dos prejuízos materiais, de saúde ou psicológicos, causados pela ação criminosa dolosa.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS COM INÍCIO EM 2014

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO NÚCLEO DA EXECUÇÃO PENAL

NÚMERO	ASSUNTO
528340-2013.0	Acompanhamento de Projeto – DMF n. do Processo 2013.02.00.001970-9 – Reunião do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário
533525-2014.6	Notificação – audiência pública do MPSC para tratar da situação do HCTP
533769-2014.0	Projeto – construção da Central de Triagem de São José em substituição ao "Cadeião do Estreito"
533779-2014.8	Pedido de providências – criação de um sistema de banco de dados para a Cepevid acessar os convênios firmados com a SJC referente ao programa começar de novo
533780-2014.1	Pedido de providências – retirada da estrutura física do Instituto Médico Legal - IML do terreno do Presídio Regional de Mafra
534490-2014.5	Pedido de providências – reunião núcleo da execução penal – ano 2014
534612-2014.6	Pedido de providências – espaço físico da central de medidas e penas alternativas- comarca de Blumenau.
535345-2014.9	Proposta de criação do selo referente ao Projeto Começar de Novo
537621-2014.0	Ofício n. 134/DMF – Mutirão carcerário no Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara
5384342014.6	Processo administrativo n. 2014.02.00.000637-9
538910-2014.0	Pedido de Providências – Análise das propostas enunciadas e sugestão de visita às APACs, apresentadas no II Encontro Nacional de Execução Penal.
539268-2014.3	Estudo sobre a viabilidade de cooperação técnica, visando garantir o direito de voto de presos provisórios no Estado de Santa Catarina
539842-2014.8	Acompanhamento de Projeto n. 2013.02.00001648-4. Conclusões do II encontro nacional do encarceramento feminino
540807-2014.5	Pedido de providências – solicita-se a manifestação do DEAP sobre o pedido de transferência do apenado Marcos de Oliveira para a Penitenciária Industrial de Joinville
542965-2014.0	Pedido de Providências – Juíza da Vara de Execuções Penais de Criciúma solicita auxílio junto a Secretaria de Justiça e Cidadania visando a interdição do Presídio Santa Augusta
544454-2014.3	Mutirão Carcerário de Indaial
545727-2014.0	Ofício Circular n. 252/DMF – Reunião do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
545943-2014.5	Pedido de providências – Solicitação de inclusão do detento Rodrigo de Oliveira Teixeira em vaga de trabalho, curso de capacitação profissional ou estudo vinculado ao Projeto Começar de Novo
547301-2014.2	Pedido de Providências – Interdição do Presídio de Araranguá
547696-2014.8	Mutirão Carcerário da Comarca de Blumenau – De 08/09 a 12/09/2014 e de 15 a 19/09/2014
547817-2014.0	Criação da Comissão para assuntos prisionais do TJSC
548802-2014.8	Pedido de Providências – Juíza de Direito Alexandra Lorenzi da Silva – Fornecimento de moletons e cobertores aos reeducandos da unidade prisional de São Pedro de Alcântara
549386-2014.2	Pedido de Providências – Inclusão do apenado Thomas do Nascimento em vaga de trabalho ou curso
549387-2014.0	Pedido de Providências – Tratamento Psicológico e Transferência do detento Bruno Ricardo Saraiva da Silva para o Estado do Paraná.
549564-2014.4	Pedido de Providências – Fechamento da Cadeia Pública de Itapiranga
550011-2014.7	Pedido de Providências – Reuniões para tratar de assuntos referentes ao presídio de Biguaçu e de São Pedro de Alcântara
550191-2014.1	Pedido de Providências – Reunião do grupo de trabalho visando diagnóstico e proposição de soluções para o recambiamento Estadual de presos no Brasil, instituído pelo CNJ
550466-2014.0	Procedimento de competência de comissão n. 0004020-73.2014.2.00.000
552150-2014.5	Projeto Começar de Novo – Solicita informações sobre a contratação de pessoas para serviços de baixa complexidade na Justiça Federal/SC
553005-2014.9	Pedido de providências – DEAP – Departamento de Administração Prisional do Estado de Santa Catarina – Concessão de trabalho externo dos detentos da Comarca de Itajaí.
553006-2014.7	Pedido de providências – Cumprimento da decisão do Habeas Corpus Nº 2014.041074-7 – Impetrante: Denise de Moura – Comarca da Capital
553007-2014.5	Pedido de providências- ampliação da Penitenciária de São Cristóvão e digitalização e saneamento processual nos processos de execução processual nos processos de execução penal da comarca de curitibanos
554545-2014.5	Pedido de Providências – Inspeção nas unidades prisionais da Comarca de Chapecó – dias 27, 28 e 29 de agosto de 2014.
555565-2014.5	Pedido de providências – implementação do monitoramento eletrônico na comarca de Araranguá
557883-2014.3	Pedido de providências – comunicação de decisão referente HC n. 2014.049463-3, em que tem como paciente Neusa de Souza.

NÚMERO	ASSUNTO
559014-2014.0	Pedido de Providências – Implementação do monitoramento eletrônico de presos recolhidos na central de albergados (presos provisórios – lei Maria da Penha)
559314-2014.0	Simpósio sobre Saúde Mental e Justiça Criminal – Conselho Nacional de Justiça
560454-2014.0	Pedido de Providências – Indicação de Coordenador do Grupo de Monitoramento e fiscalização do sistema carcerário do Estado de Santa Catarina
562029-2014.5	Dispensa para participação no Seminário Nacional de Alternativas Penais, a ser realizado nos dias 26 a 28/11/2014, em Brasília – DF
562030-2014.9	Projeto Utilização de programa para cálculo de benefícios penais.
562405-2014.3	Pedido de providências – solicitação de estudos para implantação do dispositivo "botão do Pânico" no município de Itajai – oficio 810/2014
562732-2014.0	Projeto começar de novo – pedido de providências- regularização e renovação do convênio de confecção de grampos na Penitenciária Sul e Presídio Santa Augusta de Criciúma.
564014-2014.8	Pedido de providências – monitoramento eletrônico- Presídios- comarca de Criciúma
564586-2014.7	Relatório – Apresentação do relatório da vara de execuções penais da comarca de São José
565215-2014.4	Pedido de Providências – Visita à Penitenciária Sul e Comarca de Criciúma – 15 e 18 de dezembro de 2014.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO NÚCLEO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

NÚMERO	ASSUNTO
538910-2014.0	Acompanhamento de Projeto 2014.02.00.000504.1
546159-2014.6 **546723-2014.3**	Projeto: Justiça Direito de Todos
548626.2014.2	Estudo sobre Adequação dos Ambientes para Atendimento às Vítimas de Violência
549565-2014.2	Estudo sobre adequação dos ambientes para atendimento às vítimas de violência
550949-2014.1	Evento – 1ª Reunião de organização da campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres
551375-2014.8	Evento – Indicação de Representantes da CEPEVID para o 13º Fórum "As Transformações da Família e da Sociedade e seu Impacto na Infância e Juventude", que será realizado nos dias 21 e 22 de agosto de 2014 em Vitória/ES
553991-2014.9	Estudo para Implantação do Projeto "Justiça em Estações Terapêuticas e Preventivas do Mato Grosso"
554330-2014.4	Seminário "Mulher Viver sem Violência"
554675-2014.3	Pedido de Providências – Alteração das resoluções do TJSC para compensação dos procedimentos afetos à violência doméstica contra a mulher
555533-2014.7	Convite para cerimônia comemorativa do dia da Visibilidade Lésbica
557917-2014.1	Evento – Mulher Viver sem Violência – Regional de Criciúma
558412-2014.4	Evento VI Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e familiar contra a mulher – FONAVID, a realizar-se no período de 05 a 07/11/2014, em Campo Grande – MS
559006-2014.0	Projeto Seminários Regionais da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
559243-2014.7	Pedido de Informações – Servidos e políticas públicas destinadas às mulheres do Estado de Santa Catarina
559919-2014.9	Pedido de Providências – Solicitação de Cartilhas "Dê um basta na violência doméstica contra a mulher" para evento no ESFs – Estratégia de Saúde da Família
560455-2014.9	Ofício CEM 542014 – Solicitação de representante do TJ/SC na constituição do fórum estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta
561159-2014.8	Pedido de Providências – Indicação de Magistrados para Participação na Reunião da ENASP-CNJ
561556-2014.9	Pedido de Informações sobre processos judiciais de violência contra a mulher
562405-2014.3	Pedido de providências – solicitação de estudos para implantação do dispositivo "botão do Pânico" no município de Itajai – oficio 810/2014
562703-2014.6	Pedido de providências – criação do folder "perguntas e respostas sobre a Violência doméstica".
562920-2014.9	Pedido de providências – 25 de novembro – dia internacional pela eliminação da violência doméstica
564723-2014.1	Capacitação – proposta de curso para magistrados e equipe multidisciplinar sobre o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher
564878-2014.5	Projeto – Rede Mulher de Itajaí

PARECERES PROFERIDOS PELA CEPEVID

NÚCLEO DA EXECUÇÃO PENAL

NÚMERO	ASSUNTO
548802-2014.8	Para manifestação da juíza da VEP de São José sobre o fornecimento de Moletons e Cobertores aos Reeducandos da Penitenciária de São Pedro de Alcântara.
455106-2012.0	Parecer de arquivamento do processo tendo em vista a apuração da denúncia de condições precárias e práticas de violência contra o reeducando Arnaldo Hain Filho, no Presídio Regional de Itajaí.
471698-2012.1	Parecer de arquivamento tendo em vista que o assunto dos autos é matéria afeta a CGJ.
520364-2013.3	Em resposta ao Ofício n. 2279/DMF, proferido parecer informando calendário dos mutirões carcerários para o ano de 2014 e 2015 ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário.
535345-2014.9	Parecer de proposta de criação do selo próprio referente ao projeto Começar de Novo.
538434-2014.6	Parecer opinando favoravelmente para que este Tribunal de Justiça firme uma parceria com o Governo do Estado, Ministério Público e OAB, no sentido de elaborar um programa de tratamento adequado para os dependentes químicos, visando, em primeiro plano, o tratamento voluntário do dependente químico; porém facilitando e agilizando as internações compulsórias nos casos em que a equipe médica emitir laudo favorável à aplicação da medida
538885-2014.6	Parecer em resposta ao Ofício Circular n.144/DMF, informando que inexiste neste Estado, política pública específica para tratamento diferenciado de presos com características pessoais, que se enquadram no público LGBT ou LBGTTT.
539674-2014.3	Parecer encaminhando os autos à Divisão de Contratos e Convênios, para análise do protocolo operativo de intenções n. 01/2014, da Central de Penas e Medidas Alternativas, a fim de que posteriormente possa ser ratificado por este Egrégio Tribunal de Justiça.
539843-2014.6	Parecer em resposta ao ofício n. 30/2014 – AI/GAB/SDH/PR oriundo da Secretaria de Direitos Humanos, informando acerca da criação do Programa de Assistência ao Paciente Infrator – PROAPI, cujo objetivo principal é o cumprimento da política antimanicomial prevista na Lei n. 10.216/01, de acordo com as orientações do Conselho Nacional de Justiça.
541188-2014.2	Parecer informando que cabe a esta Coordenadoria acompanhar o entendimento do Conselho Nacional de Justiça, no sentido de que o trabalho do egresso equipara-se ao trabalho dos demais empregados, regido pela CTL.
545727 2014.0	Ofício circular n. 252/DMF – reunião do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
55346- 2014.2	Resposta ao CNJ acerca da alocação de presos de juizados Especiais de Violência Doméstica em estabelecimentos prisionais adequados.
556854-2014.4	Parecer proferido ao Des. Relator Rui Fortes, em face do HC n. 2014.052505-5, informando que o reeducando Leandro Luís Durel cumpre pena em regime semiaberto no Complexo Penitenciário de Itajaí, desde a data de 10/9/2014.
559314-2014.0	Parecer para indicação do magistrado e Subcoordenador da Cepevid, Pedro Walicoski Carvalho para representar o Tribunal de Justiça de Santa Catarina no evento Simpósio sobre Saúde Mental e Justiça promovido pelo CNJ.

NÚCLEO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

AUTOS Nº	ASSUNTO
500134-2013.0	Indicação dos magistrados Clayton Cesar Wandscheer, Renato Mastella, Rafael Rabaldo Bottan e Surami Juliana dos Santos Heerdt para comporem o Núcleo Operacional da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da CEPEVID.
523074-2013.8	Parecer acerca do Oficio 20/2013, que comunica que a Defensoria Pública deixará de atuar no Juizado de violência doméstica da Capital
546159-2014.6	Manifestação acerca da adoção do Projeto Justiça Direito de Todos pelo Tribunal de Justiça
549565-2014.2	Estudo sobre adequação dos ambientes para atendimento às vítimas de violência doméstica na comarca de Ponte Serrada.
554330-2014.4	Convocação de servidoras para participar do Evento Mulher Viver sem Violência em Itajaí
554675-2014.3	Alteração da resolução do TJSC para compensação dos procedimentos afetos à violência doméstica contra a mulher na 2ª Vara Criminal de Blumenau
555533-2014.7	Manifestação acerca da indicação da magistrada Sônia Maria Mazzetto Moroso Terres para participar da cerimônia comemorativa do evento Dia Nacional da Visibilidade Lésbica
557917-2014.1	Indicação da magistrada Sônia Maria Mazzetto Moroso Terres e de servidoras para participar do Evento Mulher viver sem violência em Criciúma
558412-2014.4	Indicação de representantes da Coordenadoria da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para participar do VI FONAVID, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça.
559242-2014.9	Convite à magistrada Sônia Maria Mazzetto Moroso Terres para participação no II Congresso Sul-Mato-Grossense de Ciências Criminais
560455-2014.9	Indicação de representante do TJ para participar de reunião e da constituição do Fórum Estadual do enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta, em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher.
562920-2014.9	Parecer para a confecção e distribuição de TAGs no *hall* do Tribunal de Justiça no 25 de novembro – dia internacional pela eliminação da violência doméstica

DESPACHOS PROFERIDOS PELA CEPEVID

NÚCLEO DA EXECUÇÃO PENAL

AUTOS Nº	ASSUNTO
559314-2014.0	Simpósio sobre saúde mental e Justiça Criminal – CNJ, a realizar-se em 14/10/2014, em Brasília/DF
390595-2010.0	Lar São Lucas – Irregularidades e descumprimento de decisões judiciais
455106.2012.0	Pedido de Providências – Execuções Penais - Denúncia de maus-tratos a reeducando do Presídio de Itajaí.
533780-2014.1	Pedido de providências – Retirada da estrutura física do Instituto Médico Legal – IML do terreno do Presídio Regional de Mafra
534058 2014.6	Ata de reunião – transferência de presos para Unidades Federais
534059-2014.4	Pedido de providências – trabalho externo de presos – Comarca de Lages
534489-2014.1	Pedido de providências – Ofício n. 246/2014 – GP, cumprimento da determinação do Conselho Nacional de Justiça referente ao Auto Circunstanciado de inspeção do Poder Judiciário de Santa Catarina.
534489-2014.1	Pedido de providências. Ofício n. 246/2014-GP, cumprimento da determinação do Conselho Nacional de Justiça referente ao Auto Circunstanciado de inspeção do Poder Judiciário de Santa Catarina.
534611-2014.8	Pedido de Providências – Força Tarefa DEAP – Departamento de Administração do Sistema Prisional quando da realização dos mutirões carcerários
534612-2014.6	Pedido de providências – Coordenadora Técnica Operacional da Central de Penas e Medidas Alternativas do Estado de Santa Catarina – Espaço Físico da Central de Medidas e Penas Alternativas da comarca de Blumenau.
536249-2014.0	Pedido de providências – DEROE/DEAP/AJC – solicita disponibilização de cartilhas “Direitos e Deveres do Preso” e “Cartilha do Empregador”.
538434-2014.6	Consulta referente aos incidentes de insanidade mental - CNJ
538910-2014.0	Pedido de Providências – Análise das propostas enunciadas e sugestão de visita às APACs, apresentadas no II Encontro Nacional de Execução Penal
539268-2014.3	Estudo sobre a viabilidade de cooperação técnica, visando garantir o direito de voto de presos provisórios no Estado de Santa Catarina.
539842-2014.8	Acompanhamento de Projeto n. 2013.02.00001648-4 DMF – Conclusões do II Encontro Nacional do Encarceramento Feminino
540807-2014.5	Pedido de Providências – Solicita-se a manifestação do DEAP sobre o pedido de transferência do apenado Marcos de Oliveira para a Penitenciária Industrial de Joinville
541188-2014.2	Trabalho do egresso – consulta formula pela gerência de apoio e orientação ao egresso – arquivamento
542965-2014.0	Indicação do juiz Rodrigo Coelho Rodrigues para acompanhar a inspeção e diagnóstico nas unidades prisionais das comarcas de Criciúma e Araranguá
545727-2014.0	Indicação do magistrado João Marcos Buch para participar de evento.
545943-2014.5	Pedido de Providências – Solicitação de inclusão do detento Rodrigo de Oliveira Teixeira em vaga de trabalho, curso de capacitação profissional ou estudo vinculado ao projeto Começar de Novo
546549-2014.4	Pedido de Providências – comarca de Ponte Serrada – Solicitação de Cartilhas de Campanha “Dê um Basta na Violência”
547695-2014.0	Pedido de providências – Cartilhas “Dê um basta na violência” para CREAS de Blumenau.
547817-2014.0	Autorização para convocação dos juízes Pedro Walicoski Carvalho e Rodrigo Coelho Rodrigues para participarem de visita à comarca de Blumenau
549386-2014.2	Pedido de Providências – Inclusão do Apenado Thomas do Nascimento em vaga de trabalho ou curso.
550191-2014.1	Pedido de Providências – Reunião do Grupo de Trabalho visando o Diagnóstico e Proposição de Soluções para o recambiamento estadual de presos no Brasil, instituído pelo CNJ
550466-2014.0	Procedimento de competência de comissão n. 0004020-73.2014.2.00.000 – Fórum Nacional de Alternativas Penais.
550832-2014.0	Ofício nº. 21/2014 DSOJ – Pedido de Informações – Mandado de Segurança n. 2014.040650-4
550949-2014.1	Evento – 1ª Reunião de Organização da Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.
553004-2014.0	Pedido de providências – Cumprimento da decisão do Habeas Corpus Nº 2014.048531-1 – Impetrante: Jeovan da Goiz – Comarca da Capital.
553005-2014.9	Pedido de providências – DEAP – Departamento de Administração Prisional do Estado de Santa Catarina – Concessão de trabalho externo dos detentos da Comarca de Itajaí.
553006-2014.7	Pedido de providências – Cumprimento da decisão do Habeas Corpus Nº 2014.041074-7 – Impetrante: Denise de Moura – Comarca da Capital.
553468-2012.2	Relatório – Inspeção CNJ- providência para cumprimento de determinação acerca do recolhimento de presos da Lei Maria da Penha da cada do albergado da Capital para estabelecimento penal adequado.
559919-2014.9	Pedido de Providências – Solicitação de Cartilhas “Dê um basta na violência doméstica contra a mulher” para evento no ESFs – Estratégia de Saúde da Família.
562029-2014.5	Seminário de Alternativas Penais – Ministério da Justiça Departamento Penitenciário Nacional

AUTOS Nº	ASSUNTO
562030-2014.9	Projeto – Utilização de programa para cálculo de benefícios penais.
562490-2014.8	Pedido de Providências – Visita ao Presídio Regional de Mafra – 20 e 21 de novembro de 2014.

NÚCLEO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

AUTOS Nº	ASSUNTO
514421-2013.3	Estudo sobre a viabilidade do botão do pânico (3 despachos)
519453-2013.9	Relatório final da CPMI para investigar situação contra a mulher
523074-2013.8	Oficio 20/2013 comunica que deixará de atuar no Juizado de violência doméstica
536119-2014.2	Pedido de providências – disponibilização de materiais (folders, cartilhas e cartaz) referentes à violência doméstica.
543099 2014.2	Disponibilização de cartilhas dê um basta violência para a FURB
546159-2014.6	Projeto Justiça Direito de Todos (3 despachos)
546549-2014.4	Pedido de Providências – comarca de Ponte Serrada – Solicitação de Cartilhas de Campanha “Dê um Basta na Violência”
547695-2014.0	Pedido de providências – Cartilhas “Dê um basta na violência” para CREAS de Blumenau
549565-2014.2	Estudo sobre adequação dos ambientes para atendimento às vítimas de violência – Remessa á CGJ
550949-2014.1	Evento – 1ª Reunião de Organização da Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.
550949-2014.1	Disponibilização de cartilhas dê um basta violência para Coordenadoria Municipal de Mulheres
551375-2014.8	Evento – Indicação de Representantes da CEPEVID para o 13º Fórum “As transformações da família e da sociedade e seu impacto na Infância e Juventude”, que será realizado nos dias 21 e 22 de agosto de 2014 em Vitória/ES
551673-2014.0	Pedido de Providências – Ofício n. 390/2014/GAB/DEAP
554330-2014.4	Ofício n. 176/2014/GABS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Apoio e participação nos eventos regionais Programa “Mulher: Viver sem Violência”
554330-2014.4	Seminário Mulher Viver sem violência Itajai
554675-2014.3	Alteração das Resoluções do TJ/SC para Compensação dos procedimentos afetos à Violência Doméstica contra a Mulher na 2ª Vara Criminal de Blumenau
555533-2014.7	Cerimônia Visibilidade Lésbica - Arquivamento
557917-2014.1	Evento – Mulher Viver sem Violência - Regional de Criciúma (2 despachos)
559242-2014.9	Evento – II Congresso Sul Matogrossense de Ciências Criminais - Arquivamento
559243-2014.7	Pedido de Informações – Serviços e Políticas Públicas destinadas às Mulheres do Estado de Santa Catarina - Arquivamento
559919-2014.9	Disponibilização de cartilhas dê um basta violência para Secretaria Municipal de Saúde desenvolvimento social de Catanduvas
561156-2014.3	Disponibilização de cartilhas dê um basta violência para Creas de Içara
561160-2014.1	Disponibilização de cartilhas dê um basta violência para Delegacia da Mulher de Caçador
561315-2014.9	Disponibilização de cartilhas dê um basta violência
562405-2014.3	Estudo para implantação do Botão do Pânico em Itajaí
562703-2014.7	Criação do folders “ Perguntas e respostas sobre a violência”
563437-2014.7	Relatório CPMI da violência contra a mulher no Brasil

ATAS DE REUNIÃO

NÚCLEO DE EXECUÇÃO PENAL

AUTOS N.	ASSUNTO	DATA
391002-2010.4	Monitoramento eletrônico de presos.	21/082014, 03/09/2014, 01/10/2014 e 13/03/2014
482721-2012.0	Projeto PROAPI – Programa de Assistência ao Paciente Infrator	26/09/2014 e 20/10/2014
500125-2013.0	Construção do novo complexo penitenciário da região de Blumenau	29/01/2014
508875-2013.5	Sistema Biométrico	09/04/2014

533769-2014.0	Construção da Central de Triagem de São José em substituição ao "cadeião" do Estreito	29/01/2014
533779-2014.8	Criação de um sistema de banco de dados para a Cepevid acessar os convênios firmados com a SJC referente ao programa começar de novo	13/05/2014
534490-2014.5	Pedido de providências – reunião núcleo da execução penal – ano 2014	10/08/2014, 13/08/2014 e 20/10/2014,
537621-2014.0	Mutirão do CNJ na Penitenciária de São Pedro de Alcântara	19/03/2014
547817-2014.0	Criação da Comissão para assuntos prisionais do TJSC	18/06/2014, 30/06/2014, 13/08/2014, 23/10/2014 e 22/08/2014
550191-2014.1	Reunião do Grupo de Trabalho visando o diagnóstico e proposição de soluções para o recambiamento estadual de presos no Brasil, instituído pelo CNJ	11/07/2014 e 25/08/2014
550191-2014.1	Reunião do Grupo de Trabalho visando o diagnóstico e proposição de soluções para o recambiamento estadual de presos no Brasil, instituído pelo CNJ	11/07/2014 e 25/08/2014
562732-2014.0	Projeto começar de novo – pedido de providências- regularização e renovação do convênio de confecção de grampos na Penitenciária Sul e Presídio Santa Augusta de Criciúma	24/11/2014

NÚCLEO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

AUTOS N.	ASSUNTO	DATA
564723-2014.1	Curso de capacitação dos juízes com competência na violência doméstica e familiar contra a Mulher	31/10/2014
500134-2013.0	Reunião interna do núcleo de Violência Doméstica	14/08/2014 e 20/10/2014
514421-2013.3	Pedido de providências – solicitação de estudos para implantação do dispositivo "botão do Pânico" no município de Itajaí	12/03/2014
514421-2013.3	Estudo sobre a viabilidade do botão do pânico	12/03/2014 e 10/10/2014
519453-2013.9	Relatório final da CPMI da violência da mulher no Brasil.	11/09/2014
549565-2014.2	Parceria com a CGJ acerca do tema violência doméstica	20/10/2014
550949-2014.1	Reunião sobre os 16 dias de Ativismo	22/07/2014
554330-2014.4	Reunião Preparatória do Evento Mulher Viver sem Violência, realizado em Itajaí.	04/09/2014, 11/09/2014 e 29/09/2014
557917-2014.1	Reunião Preparatória do Evento Mulher Viver sem Violência, realizado em Criciúma	11/09/2014, 15/10/2014, 23/10/2014, 21/11/2014 e 29/11/2014
558412-2014.4	VI Fonavid – Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	17/11/2014
559006-2014.0	Projeto seminários regionais da violência doméstica e familiar contra a mulher	31/10/2014
560455-2014.9	Reunião com a Coordenadoria Estadual da Mulher acerca da constituição do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as mulheres do Campo e da Floresta.	03/11/2014

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

1. Revisão do PE do PJSC e alinhamento às diretrizes do Judiciário nacional

Conforme determina a Resolução 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça, todos os tribunais de justiça do Brasil precisam, até 31/3/2015 adequar-se à proposta vindoura de gestão estratégica do Judiciário nacional, que permanecerá vigente entre 2015 e 2020. Nesse sentido, no início de 2014 e totalmente participativo, a Asplan iniciou um projeto para revisar orientações estratégicas do PJSC e alinhá-las às diretrizes do Judiciário nacional.

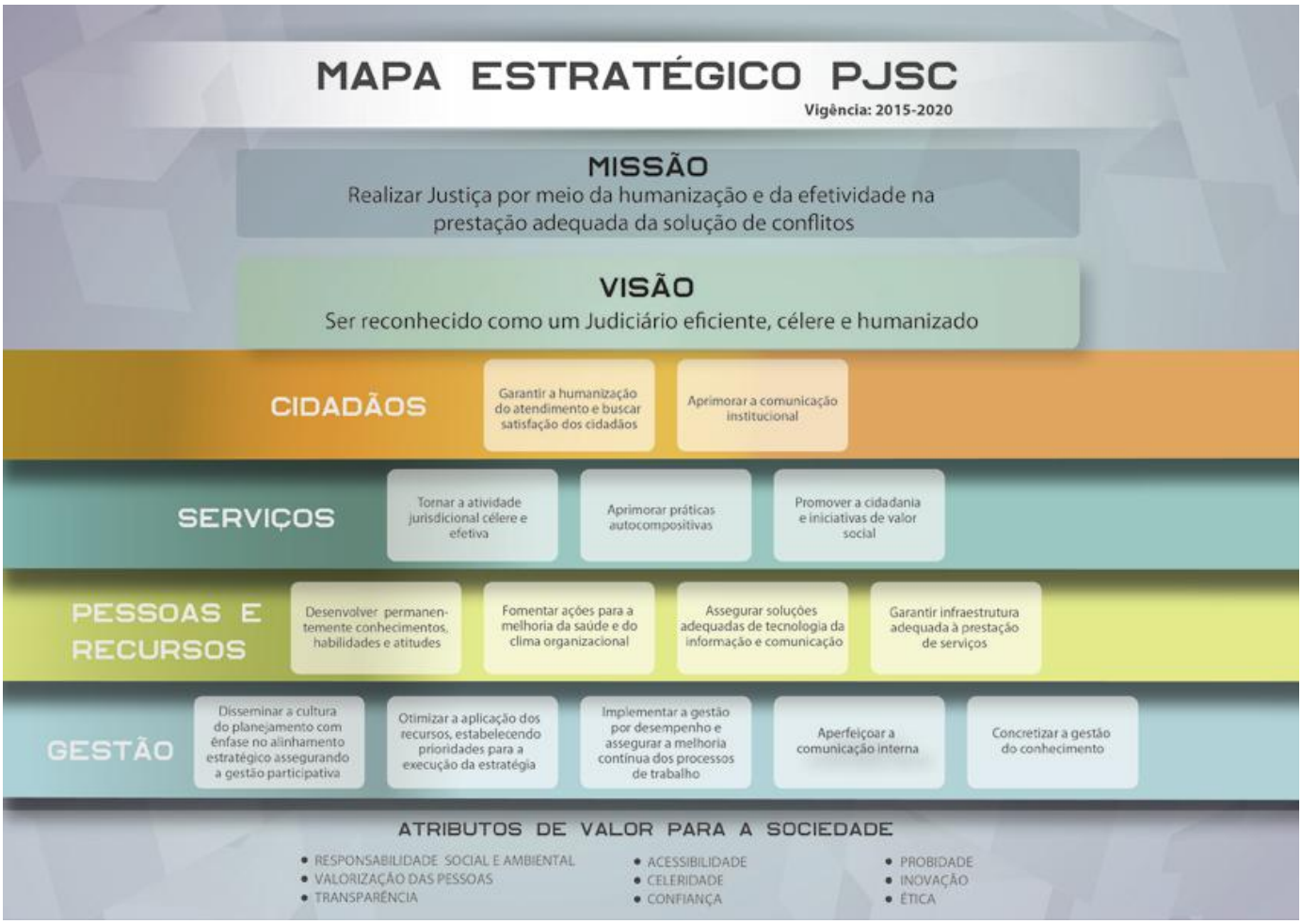
Inicialmente, por meio de um questionário disponibilizado na internet aos públicos interno (magistrados, servidores e estagiários) e externo (Ministério Público de Santa Catarina, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública de Santa Catarina, Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores de Santa Catarina, Associação dos Magistrados Catarinenses e Sociedade, de uma forma geral) foi realizado amplo diagnóstico, que serviu de base para revisão das estratégias.

Na sequência, contando também com representantes dos públicos interno e externo acima mencionados, e utilizando informações obtidas no relatório Justiça em Números, no Mapa Estratégico e respectivos indicadores vigentes e no resultado do questionário aplicado, foi realizado um Workshop para definição de Missão, Visão e Objetivos Estratégicos para o sexênio 2015-2020.





O novo Mapa Estratégico do PJSC, com vigência para o período de 2015-2020, aprovado pela Resolução n. 28/2014-TJ, ficou assim definido:



2. Metas nacionais do Poder Judiciário

A Assessoria de Planejamento é responsável pelo lançamento, no sistema do Conselho Nacional de Justiça, dos dados referentes às Metas Nacionais de 2014:

- **META 1**: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.
- **META 2**: identificar e julgar, até 31-12-2014, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31-12-2010, no 1º grau, e até 31-12-2011, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31-12-2011, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.
- **META 3**: estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área-fim.
- **META 4**: identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012; e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.
- **META 6**: identificar e julgar, até 31-12-2014, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2011, no 1º grau e no TST, e até 31-12-2012, no 2º grau.
- **META ESPECÍFICA**: mapear, pelo menos, 60% das competências dos Tribunais, até 31-12-2014, para subsidiar a implantação da gestão por competências.

As Metas 1, 2, 4 e 6 foram acompanhadas mensalmente tanto pela Direção-Geral Judiciária quanto pela Corregedoria-Geral de Justiça, as quais repassam os dados a esta Assessoria. Já a Meta 3 e a Meta Específica foram acompanhadas pela Diretoria de Recursos Humanos. Como resultados, pode-se informar que a Meta 1 atingiu um percentual de cumprimento de 93,82% no 2º grau e 79,00% no 1º grau, juizados especiais e turmas recursais.

Em relação à Meta 2, de acordo com o relatório gerado no sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), constata-se que o objetivo foi atingido no 2º grau, em face do percentual apresentado (114,68%) e cumprido parcialmente nos juizados especiais e turmas recursais (66,74%).
No que tange à Meta 3, constata-se que apenas alguns itens obtiveram resposta positiva. No que diz respeito à Meta 4, o percentual de cumprimento no 2º grau foi de 94,46% e no 1º grau, juizados especiais e turmas recursais foi de apenas 43,72%. Já a Meta 6, atingiu 90,32% de cumprimento.

Coleta e cadastramento de dados relativos ao Projeto "Justiça em Números" do CNJ

Assessoria de Planejamento é responsável pela compilação e pelo encaminhamento semestral, ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por meio do sistema informatizado, dos dados relativos ao Projeto "Justiça em Números". O objetivo do CNJ é que os dados sejam referência para a criação de uma cultura de planejamento e gestão estratégica.

Nos termos da Resolução nº 76/2009, do CNJ, o citado Projeto envolve informações sobre orçamento, recursos humanos, litigiosidade, congestionamento e produtividade.

Neste ano, na 1ª edição da premiação do Selo Justiça em Números, concedido em reconhecimento aos tribunais que alcançaram excelência na gestão da informação, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi agraciado com o Selo Ouro.



3. VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário

O evento, levado a efeito nos dias 10 e 11 de novembro, foi organizado pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Contou com a participação de aproximadamente 500 pessoas, tendo como público-alvo:

- Presidente e Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- Presidentes e Ministros dos Tribunais Superiores.
- Membros do Conselho Nacional de Justiça.
- Presidentes e Corregedores de todos os segmentos da justiça.
- Juízes Gestores das Metas.
- Equipes da área estratégica.

O referido Encontro teve por objetivo avaliar a estratégia nacional do Poder Judiciário, aprovar as metas nacionais, diretrizes e iniciativas estratégicas para 2015, priorizar os Macrodesafios para os anos de 2015 a 2020 e divulgar o desempenho de tribunais no cumprimento das Metas Nacionais, na criação e na implantação de boas práticas. A oitava edição contou ainda, com a divulgação do Relatório Justiça em Números e com a premiação do Selo Justiça em Números. Na oportunidade, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina recebeu a notícia da conquista do Selo Ouro.

A vigência do planejamento consolida uma visão de longo prazo para a Justiça, de forma a obtermos melhorias mais efetivas na prestação de serviços ao cidadão. Como resultado, a Justiça Estadual terá como metas a cumprir no ano vindouro:

- **META 1**: julgar mais processos do que os distribuídos
- **META 2**: julgar processos antigos

- **META 3**: incrementar a atuação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs)
- **META 4**: priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa
- **META 6**: priorizar o julgamento das Ações Coletivas
- **META 7**: priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos







4. 3ª Mostra de Boas Práticas

Idealizada pela Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio da Assessoria de Planejamento, e promovida em parceria com a Academia Judicial, a 3ª Mostra das Boas Práticas do Poder Judiciário catarinense visou identificar e difundir atividades inovadoras, bem como valorizar magistrados e servidores criativos e empreendedores, que contribuem para uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

Integrante das atividades comemorativas dos 123 anos de instalação do Tribunal de Justiça, a 3ª Mostra de Boas Práticas foi realizada no dia 3 de outubro de 2014, no auditório do Tribunal Pleno, e contou com a participação de aproximadamente 300 magistrados e servidores de todo o estado.

A partir de critérios preestabelecidos no regimento de inscrição (resultados – benefícios, relevância da prática, caráter inovador e potencial de difusão), uma comissão avaliadora formada por 4 magistrados e 4 servidores selecionou 6 práticas que foram apresentadas no evento:

- Oficinas profissionalizantes – adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- Planilha de cálculo para apurar diferença de subscrição de ações de telefonia
- Projeto Oficina de parentalidade.
- Capacitação de advogados e prepostos com pauta específica.
- Prioridade nas ações previdenciárias acidentárias – necessidade da prioridade para garantir a dignidade do acidentado e evitar prejuízos à autarquia.
- Projeto-piloto Justiça Restaurativa.

De forma inédita, nessa edição os idealizadores das práticas selecionadas foram premiados com participação em cursos fora do Estado, a serem indicados pela Academia Judicial.

O evento contou, ainda, com uma palestra do filósofo e educador, Mário Sérgio Cortella.
A Assessoria de Planejamento, com apoio da Corregedoria-Geral da Justiça, dará continuidade a este projeto, disseminando, junto a comarcas e diretorias do PJSC, as experiências de sucesso trazidas por meio das inscrições.





5. Gestão por projetos

Metodologia

O gerenciamento de projetos é compreendido como importante ferramenta das instituições no sentido de integração de equipes com vistas ao alcance de determinados objetivos, sejam eles estratégicos ou setoriais. Em 2014, buscou-se divulgar a metodologia desenvolvida com base no PMBOK e adaptada, pela Assessoria de Planejamento, às peculiaridades do PJSC. A premissa para a customização da metodologia foi a do bom uso dos recursos públicos e da simplicidade das ferramentas.

Disseminação da metodologia

A metodologia de gestão de projetos, em 2014, foi veiculada no site institucional, e está disponível em www.tjsc.jus.br, nas abas Institucional/Gestão Estratégica/Gestão de Projetos. No site estão apresentados conceitos inerentes à metodologia de gestão de projetos, modelos de formulários que auxiliam o gerenciamento de projetos, bem como o processo para gerenciamento de projetos, de forma pormenorizada.

Processo de gestão de projetos:



Fonte: http://portal.tjsc.jus.br/web/gestao-estrategica/gestao-de-projetos

Capacitação em Gerenciamento de Projetos

Além da disseminação da metodologia realizada pela própria Assessoria de Planejamento, com vistas ao gerenciamento dos projetos tático-operacionais, outra ferramenta utilizada para esse fim, bem como para a sensibilização quanto à importância da ferramenta, foi a promoção dos seguintes cursos, com o apoio da Academia Judicial:

- 2 turmas para o Curso de Gerenciamento de Projetos.
- 2 turmas para o Curso de MS Project 2010.

Os cursos resultaram na capacitação de cerca de 100 colaboradores, dentre diretores, assessores técnicos e demais gerentes de projetos do PJSC.

Projetos Estratégicos

Durante o ano de 2014, a Assessoria de Planejamento atuou diretamente nos projetos estratégicos, sendo assim compreendidos os projetos de relevância institucional, sob a responsabilidade do Gabinete da Presidência do TJSC, e que requeiram envolvimento de diversas diretorias deste Tribunal.

Os projetos estratégicos foram gerenciados seguindo a metodologia proposta pela Instituição, dentre os quais, destacaram-se os seguintes projetos:

- Ocupação do fórum reformado da comarca de Correia Pinto: inaugurado em 14/04/2014.
- Instalação da 2ª Vara da comarca de Santo Amaro da Imperatriz: instalada em 29/04/2014.
- Inauguração da Sala de Imprensa: inaugurada em 28/05/2014.
- Instalação da Distribuição da comarca de Caçador – instalada em 02/06/2014.
- Ocupação do novo fórum da comarca de Armazém – inaugurado em 27/06/2014.

- Implantação do Programa de Digitalização de Processos Judiciais: atividades iniciadas em 18/08/14.
- Ocupação do novo fórum da comarca de Ascurra – inaugurado em 17/10/2014
- Ocupação do novo prédio do Fórum Municipal - Casa da Cidadania de Canelinha: inaugurado em 26/11/2014.
- Projeto de Desdobramento Ações Estratégicas da Academia Judicial: 01/12/2014.
- Ocupação do fórum reformado da comarca de Descanso: inaugurado em 01/12/2014, aguarda reunião de encerramento do projeto e lições aprendidas.
- 2º Juizado Especial Cível da comarca de Chapecó: instalado em 01/12/2014, aguarda reunião de encerramento do projeto e lições aprendidas.
- 2º Juizado Especial Cível da comarca de Balneário Camboriú: instalado em 18/12/2014, aguarda reunião de encerramento do projeto e lições aprendidas.
- Ampliação do fórum da comarca de Pomerode: em execução.
- Unidade Judiciária de Cooperação – Juizado Especial Cível do Sul da Ilha – Capital: pendente de espaço físico.
- Reforma global do prédio do Arquivo Central: em execução.
- Ocupação do novo prédio do Arquivo Central: em execução.

Projetos Tático-Operacionais

Os projetos tático-operacionais são assim denominados por serem gerenciados no âmbito das diversas diretorias deste Tribunal, mas que também impactam os resultados estratégicos.

A Assessoria de Planejamento buscou apresentar a metodologia em referência a cerca de 50 colaboradores, lotados na Corregedoria-Geral da Justiça, nas Diretorias de Infraestrutura, de Material e Patrimônio, de Orçamento e Finanças e de Recursos Humanos, com o intuito de propiciar a melhoria no gerenciamento dos projetos táticos operacionais da organização. Para essa etapa da disseminação, deu-se preferência às unidades que tiveram seus processos de trabalho mapeados, com vistas a viabilizar a implementação das oportunidades de melhoria verificadas por ocasião de tais mapeamentos, por meio da metodologia de gerenciamento de projetos.

6. Gestão por processos de trabalho

Dando continuidade ao projeto de implantação da Gestão de Processos de Trabalho no Poder Judiciário de Santa Catarina – PJSC, foi concluído o desenvolvimento da metodologia de Gestão de Processos, que contou com a parceria da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Como forma de disseminar a referida metodologia com o consequente estabelecimento de um ciclo de melhoria contínua dos processos de trabalho das Diretorias subordinadas à Diretoria-Geral

Administrativa, foi realizado o mapeamento, diagnóstico, identificação de oportunidades de melhorias, definição de indicadores táticos e operacionais e o acompanhamento dos resultados, e redesenho dos processos de trabalho de Nomeação de Comissionados (do macroprocesso de Gestão do Capital Humano), Elaboração de Projetos Básicos e Planejamento do Atendimento das Demandas de Contratações (ambos do macroprocesso de Gestão de Bens Serviços e Convênios). Também foi realizada a estruturação e mapeamento do processo de trabalho relativo ao Reconhecimento de Demanda de Chamados Técnicos, em conjunto com representantes das diretorias de Engenharia e Arquitetura, Tecnologia da Informação, e Infraestrutura, cumprindo a meta de 4 (quatro) mapeamentos estabelecida em 2013.

A cada novo mapeamento realizou-se oficinas de sensibilização e contextualização ao projeto, bem como o compartilhamento da metodologia de Gestão de Processos de Trabalho aos participantes, que usualmente contavam com a presença de membros das diretorias atuantes no processo de trabalho, da Direção-Geral Administrativa, Auditoria Interna, Diretoria de Tecnologia da Informação e Assessoria de Planejamento.

Foram efetivados estudos, ainda em conjunto com consultores da Fundação Getúlio Vargas, com o propósito de apontar diretrizes para dar suporte a um núcleo institucional especializado na Gestão dos Processos de Trabalho do PJSC. O estabelecimento desse núcleo iniciou com a elaboração do Marco Metodológico, da Convenção de Linguagem e de modelos de documentos utilizados para o mapeamento dos processos de trabalho do Poder Judiciário catarinense. Em sequencia também foram definidas diretrizes do modelo de gestão do escritório de processos, com a identificação dos perfis e funcionalidades que o escritório pode assumir e desempenhar, bem como a construção da Cadeia de Valor do Escritório de Processos.

Com o propósito de empreender melhorias, também foi mapeado o processo de trabalho de Nomeação de Cargos Efetivos, do macroprocesso de Gestão do Capital Humano. Este mapeamento, utilizando-se da metodologia desenvolvida, foi o primeiro que foi realizado contando somente com o apoio dos membros do Escritório de Processos, sem a participação dos consultores da Fundação Getúlio Vargas.

Foram conduzidas reuniões de acompanhamento do desempenho, por meio do monitoramento de indicadores táticos e operacionais, e de implementação de melhorias nos processos de trabalho de Execução de Despesas, Reconhecimento de Demanda, Correspondências Processos e Malotes, Arquivamento de Processos, Nomeação de Efetivos, Nomeação de Comissionados, Licitação e Elaboração de Projetos Básicos.

Com o propósito de divulgar estes processos que estão submetidos à melhoria contínua, foi criado o Portal dos Processos de Trabalho, o qual está acessível na página de Gestão Estratégica do site do Poder Judiciário de Santa Catarina. Neste espaço, também foi disponibilizada a metodologia de Gestão de Processos, com o Marco Metodológico, Convenção de Linguagem e dos modelos padronizados de documentos, bem como as diretrizes e a Cadeia de Valor do Escritório de Processos.

As melhorias empreendidas motivaram também a manutenção da Cadeia de Valor do Poder Judiciário catarinense, onde a evolução da construção lógica dos macroprocessos encadeados reflete a dinâmica das ações empreendidas pelo Judiciário catarinense, para o cumprimento da missão institucional. Esta importante ferramenta de gestão também foi publicada juntamente ao Portal dos Processos de Trabalho.

Ainda sob o direcionador da revisão dos processos de trabalho como elemento motivador essencial da melhoria contínua, foi proposto o estabelecimento de critérios técnicos para a avaliação de estruturas

funcionais, procurando alinhar revisões nas estruturas funcionais nas áreas com os processos de trabalho desenvolvidos. Esta nova forma de análise de pedidos de mudanças estruturais foi aprovada – pelo Diretor-Geral Administrativo, e subsidiou a análise das solicitações de reestruturação das Diretorias de Engenharia e Arquitetura, Saúde, Orçamento e Finanças e Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos.

Encerrando as atividades desenvolvidas no ano de 2014, os componentes do Escritório de Processos de trabalho da Assessoria de Planejamento, estão desenvolvendo, em conjunto com Assessoria Técnica da DEA, o Projeto Adequação das atividades administrativas e técnicas da Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA, frente ao novo modelo organizacional.

7. Gestão de Pessoas por Competências

O escopo do desenvolvimento da metodologia de gestão por processos de trabalho também compreendia a etapa de identificação de competências necessárias ao desempenho eficaz dos processos de trabalho mapeados no PJSC. Para consecução deste objetivo e para assegurar que a metodologia estivesse alinhada às perspectivas estratégicas do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, as competências foram tratadas em duas vertentes. A primeira relativa à cadeia de valor, ou seja, as competências organizacionais; a segunda referente aos processos de trabalho propriamente ditos.

A primeira vertente, relativa às competências da cadeia de valor, consistiu na análise e definição das core competences, também compreendidas como competências organizacionais. Esta análise, dentre outros referenciais, contemplou o exame dos direcionadores estratégicos e da Cadeia de Valor, das orientações da direção superior do PJSC e do CNJ.

Assim, foram identificadas e definidas as competências organizacionais do PJSC com sua respectiva conceituação, conforme apresentado na figura abaixo.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA
Mapa das Competências Organizacionais

Competência	Significado
EXCELÊNCIA NAS RELAÇÕES COM O CIDADÃO	Aproximar o Judiciário do cidadão, primando pela humanização e qualidade do atendimento.
INTERVENÇÃO PROPOSITIVA PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	Priorizar meios consensuais de resolução de conflitos, inclusive pela ação educativa, visando a pacificação social.
CONSCIÊNCIA PÚBLICA, SOCIAL E AMBIENTAL	Compreender a função pública e a responsabilidade sócio-ambiental do judiciário, comprometendo-se com a ética organizacional, a transparência, a cidadania e o uso consciente dos recursos.
CONHECIMENTO MULTIDISCIPLINAR	Fomentar a geração e a disseminação do conhecimento multidisciplinar, com ênfase no técnico-jurídico, objetivando à melhoria e à ampliação da prestação do serviço judiciário.
INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DO JUDICIÁRIO	Primar pela melhoria contínua da gestão do judiciário, por intermédio da sinergia entre estratégias inovadoras, aperfeiçoamento de processos de trabalho e desenvolvimento de pessoas e parcerias institucionais.

Estas competências foram validadas junto ao corpo de gestores do PJSC, em reunião realizada em março de 2014.

Com relação à segunda vertente de competências, isto é, as competências necessárias para o desempenho eficaz dos fluxos de trabalho, estas foram identificadas para cada um dos processos de trabalho que foram mapeados no projeto.

Ainda com o propósito de fomentar a Gestão de Pessoas por Competências no Poder Judiciário catarinense, foram empreendidos esforços para estabelecer o projeto visando cumprir a meta do CNJ de "mapear, pelo menos, 60% das competências do 1º Grau, até 31 de dezembro de 2014, para subsidiar a implantação da gestão por competências". Este projeto, que foi executado com equipe composta de integrantes da Diretoria de Recursos Humanos e da Academia Judicial, contou com a participação ativa desta assessoria na sua etapa de inicialização, bem como o acompanhamento próximo durante a etapa de execução. Para o ano de 2015 pretende-se impulsionar a implantação desta ferramenta de gestão participando ativamente no desenvolvimento de uma metodologia institucional para a Gestão de Pessoas por Competências.

8. Projeto das demandas judiciais em Santa Catarina (Cenários)

Apresentação

Diante da "*necessidade de se estabelecer procedimento único e de se arrolar critérios de avaliação permanente para sustentar posterior revisão e ajustes na estrutura judiciária*" foi editada a Resolução n. 28/2010-TJ (Anexo I), de 6 de outubro de 2010, e a partir do ano de 2011 é desenvolvido o projeto de "Estudos das demandas judiciais do Estado de Santa Catarina – Cenários" (ou somente Projeto Cenários), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos termos do Contrato n. 77/2011, com vista apresentar à Presidência do Tribunal de Justiça relatório comparativo do movimento forense, com ênfase na distribuição de processos judiciais, bem como a projeção de demandas futuras até 2020.

O Projeto Cenários, por meio de análise de diversas variáveis socioeconômicas e processuais, busca estabelecer um posicionamento entre as comarcas que, de forma premente, necessitam da intervenção da Administração na identificação das necessidades e, principalmente, na indicação de instalação de novas unidades jurisdicionais, independentemente de provocação.

O último estudo sobre demandas judiciais em Santa Catarina (Exercício 2014/Ano-base 2013), foi apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente e, autuado no processo administrativo n. 549380-2014.3, restou submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Gestão, de Modernização Judiciária e de Políticas Públicas e Institucionais (sessão de 4 de agosto de 2014) e do Tribunal Pleno na sessão de 3 de setembro de 2014. Ao final, apontam-se as comarcas que, estatisticamente, possuem maior probabilidade de incremento de ações judiciais, observada sua classificação por entrância.

Conceito

A metodologia utilizada para a obtenção das projeções considerou os modelos de dados em painel, além de formulações mais amplas, conhecidas como modelos mistos ou multinível, usando-se como variáveis socioeconômicas a população, a quantidade de veículos *per capita* e a taxa de urbanização – pois tratam-se de indicadores disponíveis em todas as regiões do Estado que possibilitam a comparabilidade entre todas as comarcas.

As projeções apontam o ingresso das demandas por comarcas, considerando-se as seguintes naturezas processuais:

- Cível
- Criminal
- Executivo Fiscal
- Executivo Penal
- Família
- Fazenda Pública
- Infância e Juventude
- Juizado Especial Cível
- Juizado Especial Criminal e
- Precatórias

Importante frisar que o conjunto das naturezas supramencionado é resultante da análise feita por esta Assessoria de Planejamento e pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), na qual se buscou aglutinar as classes processuais disponíveis no Sistema de Automação da Justiça (SAJ), conforme suas correlações.

Agregam-se a isso as informações extraídas das bases computacionais deste Tribunal de Justiça, bem como da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), quanto ao histórico de entradas processuais, estoque (acervo processual preexistente), quantidade de processos sentenciados, dentre outros.

Comparativo do movimento forense

No aspecto geral, do mesmo modo apresentado em relatórios anteriores, a projeção da taxa de crescimento da Justiça de Primeiro Grau aproxima-se de 5% ao ano. Assim, a entrada de processos, que foi pouco maior de 1 milhão em 2012, projeta para cerca de 1,5 milhão em 2020.

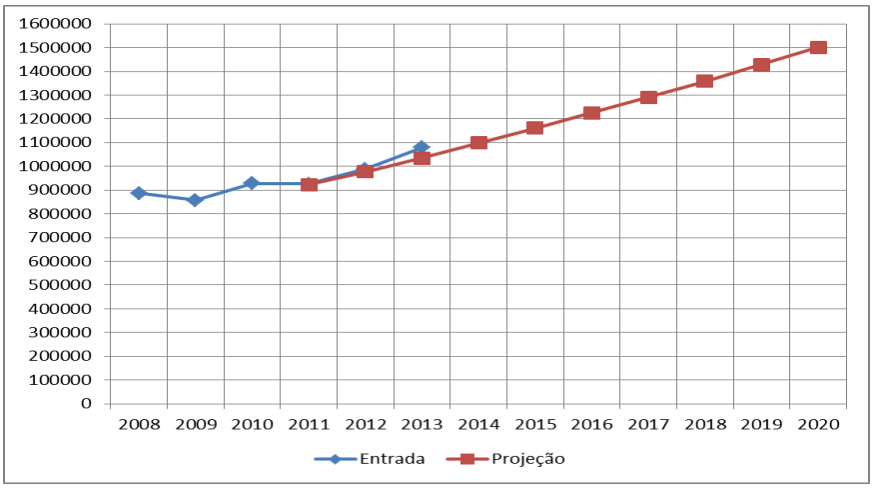


Gráfico 1 – Histórico e projeção da demanda total

Observa-se que a demanda pela prestação jurisdicional na Justiça de Primeiro Grau vem crescendo a cada ano, desde 2009.

Os 2 (dois) gráficos apresentados na sequência demonstram as projeções relativas à Justiça de Primeiro Grau por região e por natureza processual.

No **Gráfico 2** está representado o comportamento do crescimento das demandas judiciais por região, o qual mostra novamente uma projeção de crescimento mais acentuado na Foz do Itajaí do que nas outras regiões do Estado. Observa-se, ainda, que o Planalto Sul é a região em que se prevê crescimento com menor intensidade.

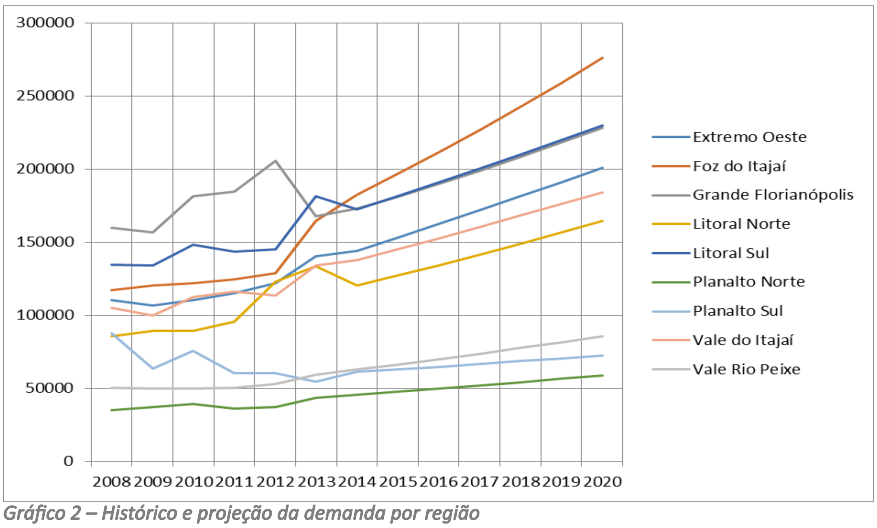


Gráfico 2 – Histórico e projeção da demanda por região

Por fim, no **Gráfico 3** – agrupamento feito por naturezas processuais – é possível constatar uma projeção de crescimento diferenciado da Cível e da Juizado Especial em relação às demais naturezas processuais.

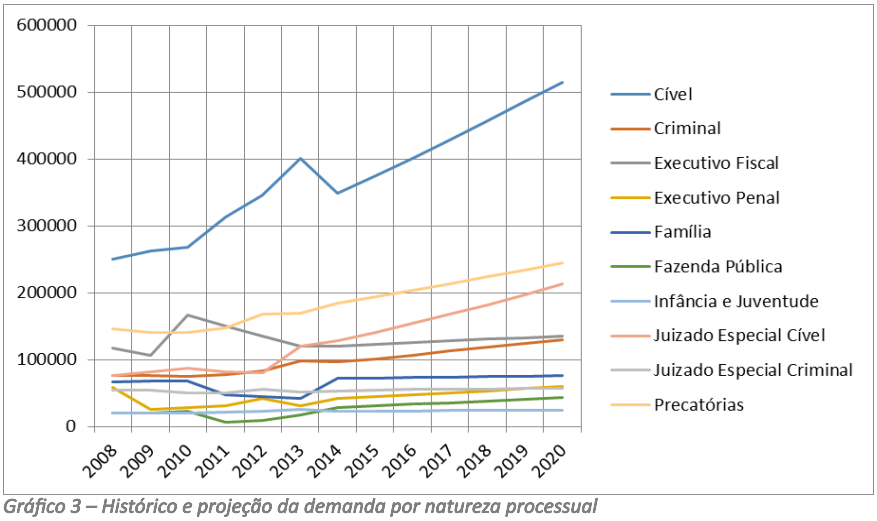


Gráfico 3 – Histórico e projeção da demanda por natureza processual

Alteração da estrutura forense

Novas varas

O posicionamento das comarcas, obtido mediante a combinação dos dados relativos a processos iniciados (séries históricas) com as projeções de novas demandas, foi elaborado de modo fracionado por entrância (Especial, Final e Inicial).

Repetindo o método utilizado em relatórios anteriores, foi possível identificar as comarcas com a maior probabilidade de incremento processual, por meio da média aritmética entre os dados dos últimos cinco anos das séries históricas e das projeções para os próximos cinco anos, por unidade.

Como inovação, o presente relatório apresenta três modos de criação do posicionamento: sem contabilizar registros da natureza executivo fiscal (SEM_EF); contabilizando todos os registros da natureza executivo fiscal (COM_EF); e considerando 1 décimo (10%) dos registros da natureza executivo fiscal (10_EF) – respectivamente, Anexos II, III e IV. Os gráficos abaixo apresentam a relação das dez primeiras comarcas do *ranking* (de baixo para cima), por entrância, em cada um dos critérios (sem EF, com EF, 10% EF):

Entrância Especial (Gráficos 4 a 6)

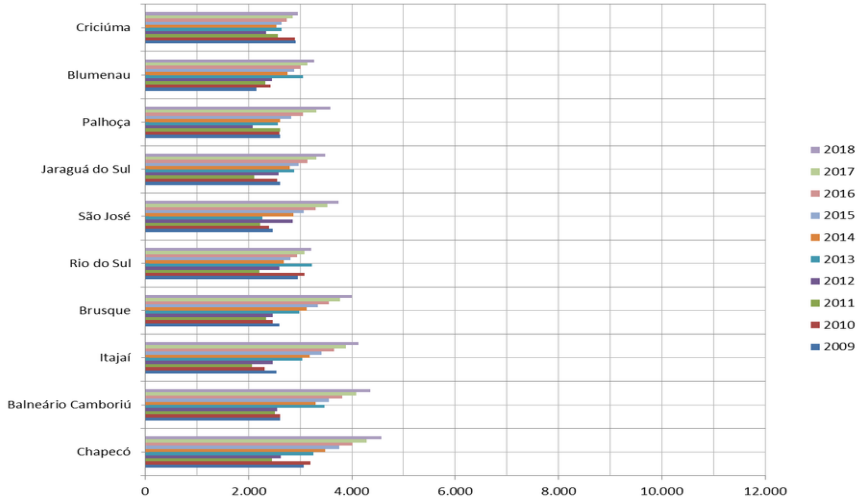


Gráfico 4 – Ordenação das comarcas de entrância Especial, SEM contabilizar Executivos Fiscais

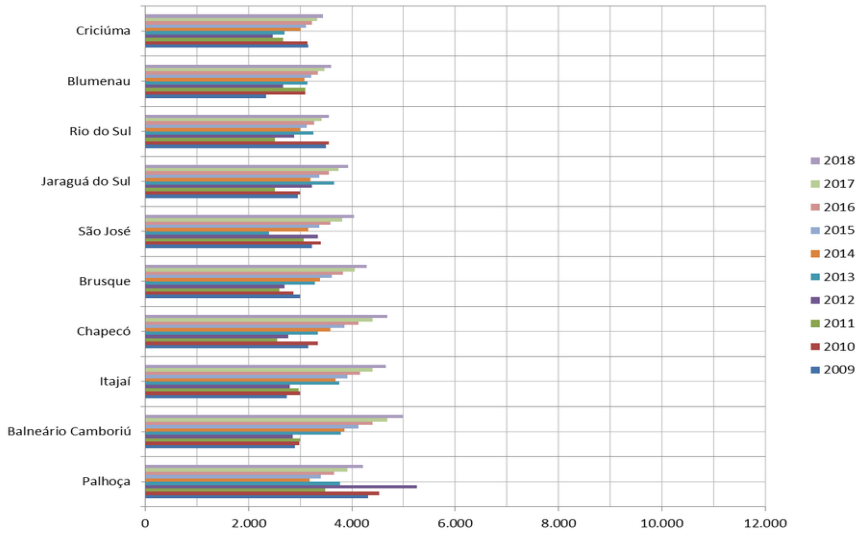


Gráfico 5 – Ordenação das comarcas de entrância Especial, COM Executivos Fiscais

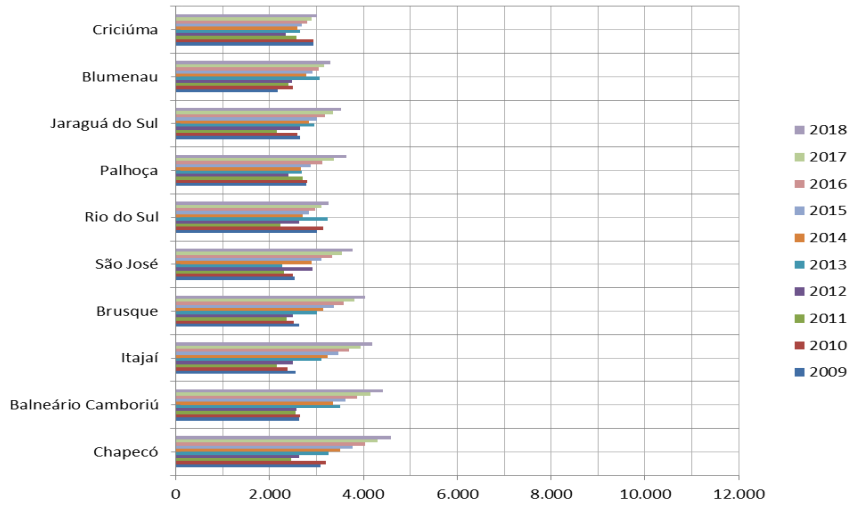


Gráfico 6 – Ordenação das comarcas de entrância Especial, COM DEZ POR CENTO de Executivos Fiscais

Entrância Final (Gráficos 7 a 9)

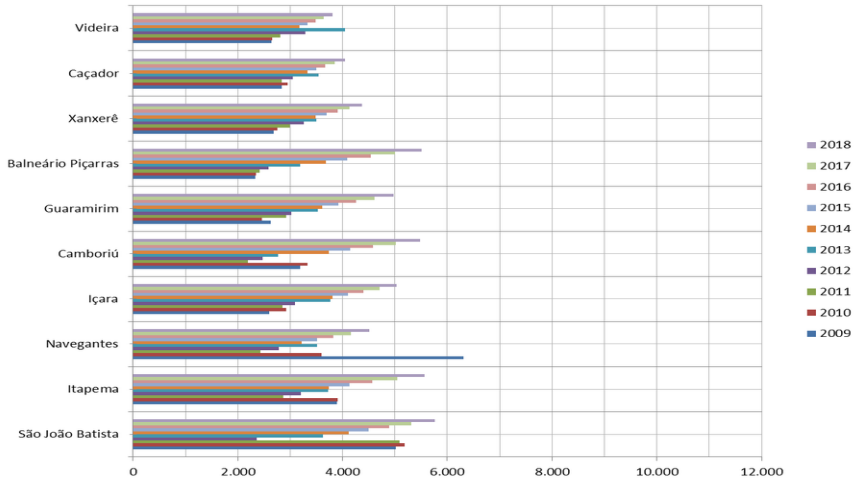


Gráfico 7 – Ordenação das comarcas de entrância Final, SEM contabilizar Executivos Fiscais

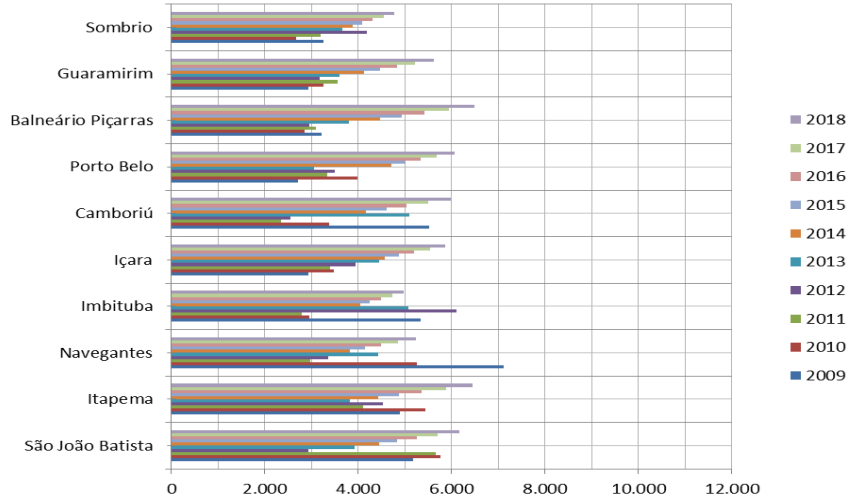


Gráfico 8 – Ordenação das comarcas de entrância Final, COM Executivos Fiscais

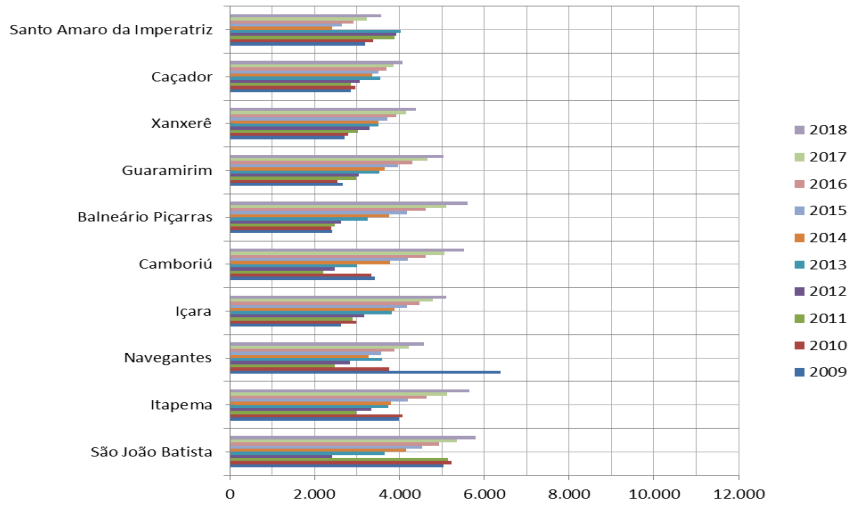


Gráfico 9 – Ordenação das comarcas de entrância Final, COM DEZ POR CENTO de Executivos Fiscais

Entrância Inicial (Gráficos 10 a 12)

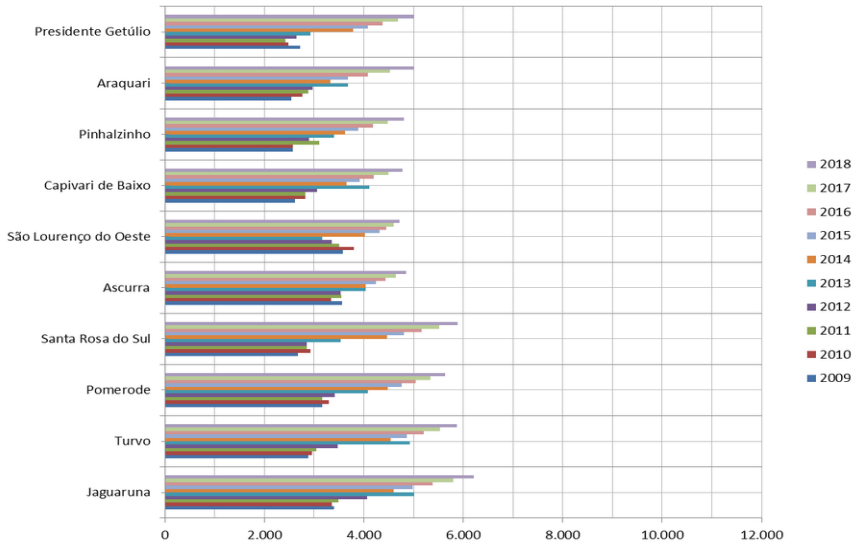


Gráfico 10 – Ordenação das comarcas de entrância Inicial, SEM contabilizar Executivos Fiscais

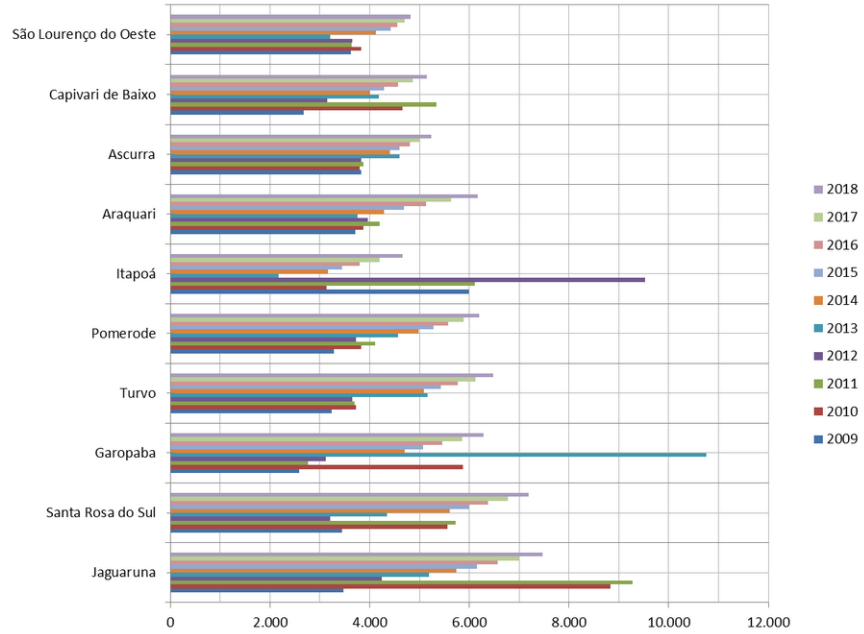


Gráfico 11 – Ordenação das comarcas de entrância Inicial, COM Executivos Fiscais

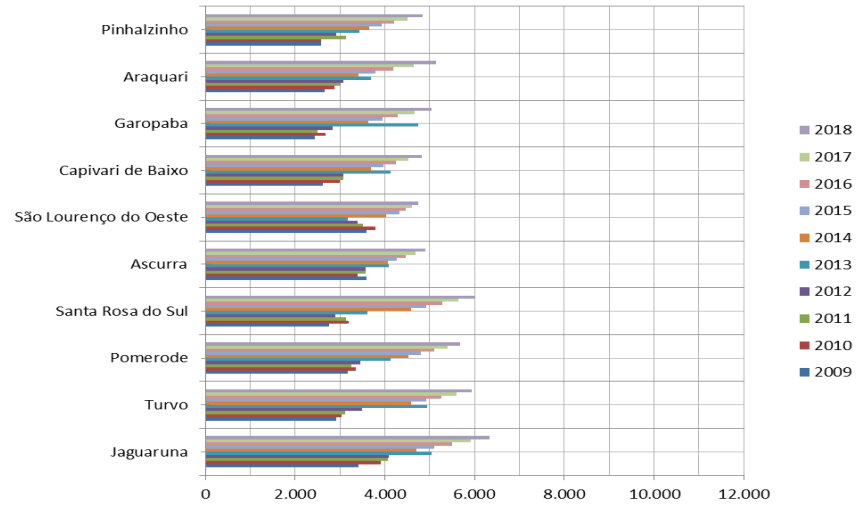


Gráfico 12 – Ordenação das comarcas de entrância Inicial, COM DEZ POR CENTO de Executivos Fiscais

A proposta desta Assessoria de Planejamento é no sentido de que identificadas as comarcas que se destacam pelo ingresso de novas demandas judiciais (série histórica e projeções), sejam confrontados os dados relacionados às naturezas processuais, a fim de balisar as decisões quanto a instalação de nova unidade judiciária.

Para esta etapa, a sugestão é que se faça a análise pontual de cada vara e natureza processual da comarca, por meio de reunião específica para tanto, possibilitando observar detalhadamente outras variáveis que influenciem na projeção de demanda da unidade em questão.

Novas comarcas

Em estudo realizado por esta Assessoria chegou-se à conclusão de que o custo de manutenção de comarca sede de juízo único é de aproximadamente três vezes o valor de manutenção de uma vara – *unidade de divisão judiciária integrada jurisdicional e administrativamente a uma Comarca constituída*

por mais de um Juízo (conceito utilizada pela Lei Complementar n. 339/2006, art. 3º, § 1º, V). Assim, a despeito de questões referentes à localização geográfica, no momento não se justifica a instalação de comarca em função do custo elevado de manutenção.

Modificação de entrâncias

O tema também é tratado pela Resolução n. 28/2010-TJ, que no § 2º do art. 6º (com a nova redação dada pela Resolução n. 27/2013–TJ), determina que:

> Art. 6º As comarcas serão classificadas nas 3 (três) entrâncias (inicial, final e especial) em face da série histórica de entradas de processos judiciais, em pelo menos um biênio, e, também, de um quantitativo mínimo de varas e de juizados especiais instalados ou em fase de instalação.
>
> (...)
>
> § 2º As comarcas que tenham no mínimo 2 (duas) varas ou juizados especiais e uma média anual não inferior a 3.000 (três mil) processos iniciados poderão ser classificadas como de entrância final; as que tenham no mínimo 6 (seis) varas ou juizados especiais e uma média anual não inferior a 13.000 (treze mil) processos iniciados poderão ser classificadas como de entrância especial. Na apuração dos processos iniciados não serão consideradas as execuções fiscais ajuizadas.

Em virtude desta alteração normativa e em cumprimento a Resolução n. 28, de 2 de outubro de 2013 (Anexo V), ainda em 2013 houve modificação de entrância das comarcas de Brusque, Jaraguá do Sul, Palhoça e Rio do Sul (que passaram da entrância final para a entrância especial), e de Balneário Piçarras, Barra Velha, Braço do Norte, Capinzal, Fraiburgo, Guaramirim, Ibirama, Içara, Imbituba, Ituporanga, Maravilha, Orleans, Porto Belo, Rio Negrinho, São João Batista, Sombrio, Trombudo Central, Urussanga e Xaxim, elevadas da entrância inicial para a entrância final.

A sugestão desta Assessoria foi pela manutenção da situação atual até a próxima análise, mesmo que no decorrer deste ano e do próximo registrem-se comarcas que tenham cumprido as condições previstas no dispositivo transcrito acima.

ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS

1. ATRIBUIÇÕES

A Assessoria de Precatórios, vinculada ao Gabinete da Presidência, tem suas atribuições fixadas pela Resolução n. 10/2013-GP:

- Verificar mensalmente o cadastro dos índices de atualização utilizados no Sistema de Precatórios.
- Cadastrar no Sistema de Precatórios os novos processos que dão entrada no protocolo do Tribunal de Justiça, movidos contra o Estado de Santa Catarina, o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina-IPREV, o Departamento de Estradas de Rodagem-DER, o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS e as Prefeituras.
- Expedir editais para publicação das decisões proferidas pelo Desembargador Presidente do TJ.
- Comunicar aos órgãos devedores a inclusão dos precatórios em orçamento.
- Comunicar aos Juízes a inclusão do precatório em orçamento.
- Comunicar aos Juízes os pagamentos dos precatórios.
- Comunicar aos credores o pagamento do precatório.
- Dar cumprimento às decisões proferidas pelo Desembargador Presidente no tocante aos Precatórios.
- Realizar os procedimentos necessários ao pagamento dos beneficiários.
- Prestar informações ao Presidente sobre o repasse dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, pelos órgãos devedores, para a devida liberação aos destinatários.
- Prestar informações às partes e seus representantes sobre o andamento dos precatórios.
- Controlar o ingresso de valores destinados à quitação dos precatórios inseridos no Regime Especial de Pagamentos - Art. 97 ADCT -, observando na distribuição dos valores, a lista unificada abrangendo o Tribunal de Justiça de Santa Catarina o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- Noticiar ao Presidente do Tribunal de Justiça, qualquer atraso no repasse das parcelas anuais ou mensais das Entidades optantes do Regime citado no parágrafo anterior. (Artigo 33 da Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça).
- Controlar o ingresso de valores destinados à quitação dos precatórios inseridos no Regime Geral, observando na destinação dos valores, o cumprimento da ordem cronológica.
- Atualizar mensalmente a Lista Unificada de Precatórios (TJSC, TRT e TRF) e a Lista de Precatórios do Regime Geral (TJSC).
- Anotar as prioridades por doença e idade aos credores beneficiados, atualizando-as mensalmente.
- Auxiliar o Comitê Gestor de Precatórios na elucidação das questões de sua competência.

2. FATOS RELEVANTES

O setor finalizou em março deste ano a digitalização de todo o acervo de precatórios, um número aproximado de 7.000 processos físicos digitalizados, categorizados página por página, com posterior intimação das partes e arquivamento das peças.

A providência fez com que todos os procedimentos realizados na Assessoria fossem virtuais, o que agilizou sobremaneira o processamento dos precatórios em especial o pagamento dos valores.

Um novo Sistema de Requisição Eletrônica de Precatórios foi implantado e disponibilizado para 100% das Comarcas, com isso, os Juízos requisitantes encaminham os precatórios de forma virtual e instantânea. Esse procedimento além de agilizar a chegada das requisições neste Tribunal, dispensa a retirada de cópias do processo originário, pois as peças que acompanham o precatório são digitalizadas e anexadas a requisição eletrônica.

A economia de tempo e papel fica evidente com o novo procedimento, são milhares de folhas que deixarão de ser impressas/fotocopiadas.

O Setor de Distribuição/Protocolo Administrativo deixará de realizar o trabalho de cadastramento/distribuição, pulando uma etapa burocrática do sistema e liberando servidores para atuação em outras áreas.

O Conselho Nacional de Justiça reconhece o bom trabalho e organização do setor, tanto que o servidor-coordenador da Assessoria de Precatórios continua participando de Inspeções realizadas pelo Brasil a convite daquele órgão.

3. DADOS ESTATÍSTICOS

A tramitação dos processos foi intensa, ingressaram 2.867 novos precatórios e foram arquivados no mesmo período outros 1.870. As movimentações processuais destas requisições geraram a expedição de 9.851 Ofícios, emissão de 4.451 certidões e 7.774 decisões proferidas.

Em se tratando da liquidação dos precatórios, o setor conseguiu realizar o pagamento de 3.728 beneficiários, para que isso acontecesse, 3.637 alvarás foram expedidos, alcançando um montante liberado de **R$ 271.376.599,49**.

A Presidência tem sido rigorosa quanto aos inadimplentes, tanto que neste ano foram emitidas 25 ordens de bloqueio via BACENJUD, acarretando o sequestro de R$ 6.261.055,18 dos cofres públicos. Essa postura gera um efeito positivo em relação aos demais devedores, que buscam manter os repasses em dia.

A evolução dos pagamentos na ordem cronológica continua em evidente ascensão, podemos utilizar como exemplo a lista de precatórios do Estado de Santa Catarina, no início do ano tínhamos precatórios do orçamento de 2003 pendentes, terminamos este ano naqueles do orçamento de 2008 e se os repasses foram mantidos na mesma sistemática, chegaremos ao final de 2015 nos precatórios do orçamento de 2013.

4. SISTEMAS

Assessoria de Precatórios utiliza os seguintes Sistemas:

a) SAJ5/Precatórios Sistema de movimentação processual, idêntico ao utilizado na Justiça de Primeiro Grau, nele são cadastrados os dados das partes, expedidos certidões, ofícios, despachos e publicações, tudo disponível para consulta em nossa página na internet (consulta processual precatórios andamento). Os novos precatórios ingressam virtualmente, sem necessidade de manuseio de papel, a movimentação é por filas e fluxos, o que agiliza o processamento das decisões.

b) Sistema de Precatórios/cálculos Esse sistema organiza os valores que cada um dos beneficiários possui, atualizando-os automaticamente mês a mês. Uma vez cadastrado o Precatório, basta a atualização do índice mensal para que todos os precatórios sejam atualizados. Controla, ainda, as prioridades deferidas e a ordem cronológica. Esta preparado para quitar parcialmente o valor,

observando as prioridades concedidas. Tudo fica também disponível para consulta em nossa página (Precatórios Consulta a lista da ordem cronológica).

c) LUP Lista Unificada de Precatórios Neste sistema, controlasse a lista unificada das Entidades que se encontram no Regime Especial do Art. 97 ADCT. Compreendem os precatórios do TJSC, TRT 12ª Região e TRF 4ª Região. A destinação dos repasses realizados pelos Entes devedores obedece à ordem unificada, que também se encontra disponível para consulta em nossa página na internet (precatórios Consulta a lista da ordem cronológica).

d) Sistema de Contas Especiais Iniciamos a utilização desse Sistema em novembro de 2012, após a escolha de Instituição Financeira para administrar os depósitos de precatórios (art. 8º da Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça), nele as Entidades podem gerar os boletos diretamente na internet (Precatórios gerar boleto de pagamento), os recursos ingressam no Sistema e são automaticamente distribuídos entre os precatórios atingidos pelo repasse, observando para tanto, a Lista Unificada dos precatórios. Há uma interligação deste Sistema com os demais, aproveitando-se as informações disponíveis. Se a Entidade faz destinações específicas do repasse (§ 8º do art. 97 ADCT ex: 50% ordem, 50% menor valor), os recursos são igualitariamente distribuídos para os precatórios de ambas as ordens. Os repasses são remunerados pelos índices da caderneta de poupança. A liberação dos valores é feita por TED/ordem bancária diretamente aos beneficiários, já deduzidas as retenções. O Sistema armazena as informações do Imposto de Renda possibilitando preenchimento da DIRF anual etc.

Dos Sistemas aqui utilizados, já realizamos a cessão de uso do Sistema de Precatórios / cálculos para diversos Tribunais da Federação, dos quais podemos citar: TJPA, TJMS, TJGO, TJCE, TJBA, TJPE, TJPB, TJTO, TJAM e TJAL. Os Sistemas estão em constante aperfeiçoamento e neste ano ganharam a companhia da Requisição de Precatório Eletrônica que possibilita o envio do Precatório via Portal Web.

5. TRANSPARÊNCIA

A tramitação dos precatórios e a ordem cronológica podem ser acessadas por qualquer pessoa no endereço eletrônico: http://www.tjsc.jus.br/institucional/assessorias/precatorios/precatorios.htm, o que representa a transparência desejada por todos os beneficiários e Entes devedores.

AUDITORIA INTERNA

Apresentação

A Auditoria Interna do Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi criada nos termos da Resolução nº 19/2003-TJ, que instituiu o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário, com fundamento nos artigos 62 e 83, inciso III, da Constituição Estadual; artigo 74 da Constituição Federal de 1988; e, artigo 119 da Lei Complementar nº 202/2000, alterada pela Lei Complementar nº 246/2003.

A Resolução acima descrita estabeleceu em seu artigo 3º que o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário de Santa Catarina é composto pelo Órgão Central, representado pelo Presidente do Tribunal de Justiça; pelo Núcleo Técnico e pelas Unidades Administrativas.

O Núcleo Técnico é formado pela Auditoria Interna, vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça.

Quantitativo dos documentos de auditoria produzidos em 2014

A Auditoria Interna, unidade de controle e de assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2014, dentre outros trabalhos:

DOCUMENTOS DE AUDITORIA	QUANTIDADE (*)
Informação	19
Relatório	204
Parecer	3.249
TOTAL	**3.472**

(*) Levantamento realizado até 17/12/2014

Áreas de atuação e objetos de análise e acompanhamento pela Auditoria Interna em 2014

Auditoria de Recursos Humanos

- Processos de aposentadoria de servidores;
- Processos de aposentadoria de magistrados;
- Processos de revisão de aposentadoria;
- Processos de nomeação e de exoneração de servidores;
- Inconsistências na ordem cronológica dos movimentos no sistema SHF (rotina CO/LM);
- Pagamentos de proventos - VPNI
- Pagamentos de gratificação de substituição;
- Recolhimentos do INSS sem a devida informação na GFIP;
- Pagamentos de diligência sem o registro funcional;
- Pagamentos de ajuda de custo aos novos magistrados;

Auditoria de Compras, Licitações, Contratos e Gestão de Bens

- Análise dos editais;
- Análise dos processos de licitação;
- Análise dos termos aditivos de contratos;
- Auditoria nos pagamentos de contratos;
- Análise nos processos de valores a serem contingenciados;
- Análise nos processos de liberação de valores contingenciados;
- Análise de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- Análise de pedido de repactuação contratual;
- Análise na emissão de atestados de capacidade técnica no Tribunal;
- Análise de reequilíbrio de dissídio coletivo – processos de terceirização;
- Análise em pedido de ressarcimento de descontos de faltas – processos de terceirização;
- Análise de aplicação de multa por descumprimento contratual – processos de terceirização;
- Análise nos procedimentos relativos à execução e pagamento dos contratos de serviços continuados de mão de obra terceirizada;
- Análise nos procedimentos relativos aos pedidos, autorizações e pagamentos das Atas de Registro de Preços nas Diretorias Gestoras;
- Análise de processos de cessão de uso;

Auditoria de Obras

- Análise nos pagamentos de parcelas contratuais, referente a serviços de engenharia;
- Acompanhamento do cronograma físico-financeiro das obras em andamento;
- Análise dos aditivos de contrato de obras;
- Análise dos editais e dos processos de licitação relativos a obras;
- Acompanhamento da revisão dos contratos de TI, em atendimento ao Acordo nº 2859 – TCU – Plenário;

Auditoria Contábil, Orçamentária e Financeira

- Análise dos balancetes mensais e dos balanços anuais;
- Análise dos relatórios de gestão fiscal com emissão de pareceres;
- Elaboração dos relatórios, bimestrais, de controle interno encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado;
- Acompanhamento da regularidade jurídica e fiscal do Tribunal de Justiça e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ junto ao Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governos Estadual e Municipal e demais Órgãos de Proteção ao Crédito;
- Atualização das informações no Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional – SISTN;
- Auditoria nos contratos de locação celebrados com a empresa IBAGY IMÓVEIS;
- Auditoria nas movimentações financeiras;
- Auditoria nos controles internos da Diretoria de Infra Estrutura – DIE;
- Auditoria nos pagamentos de diárias;
- Análise de procedimentos para depreciação, amortização e reavaliação de bens;
- Análise nos processos de prestação de contas de adiantamentos;

Auditoria de Sistemas e de Bens de Informática

- Análise dos editais e processos de licitação da área de TI;
- Participação, como integrante do grupo de trabalho para elaboração do Projeto Básico para contratação da manutenção dos Sistemas de Automação do Judiciário – SAJ-PG; SAJ-SG e do Projeto Básico para contratação dos serviços de implantação do SAJ-SG5;
- Orientação e apoio técnico ao cadastro de informações do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – e-Sfinge do Tribunal de Contas do Estado;
- Conferência e ajuste, importação de arquivos e transmissão, bimestral, dos dados do Sistema e-Sfinge para o Tribunal de Contas do Estado;
- Análise nos procedimentos determinados pela IN 04-2010 e se estes estão sendo seguidos nos processos de contratação de TI (produtos/serviços), especialmente no que diz respeito à elaboração do projeto básico;
- Ação Coordenada de Auditoria proposta pelo CNJ, para verificar o cumprimento do modelo de contratação e gestão de soluções de TI aprovado pela Resolução CNJ nº 182/2013;

Auditoria em Cartórios Extrajudiciais – FRJ

- Fiscalização nas cobranças dos valores destinados ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, valor das notificações = R$ 907.030,17 (novecentos e sete mil, trinta reais e dezessete centavos), conforme demonstrativo anexo;
- Análise, com emissão de pareceres, dos recursos apresentados pelos serventuários notificados;
- Reanálise dos processos referente à quitação de valores;
- Notificação e acompanhamento dos pagamentos e quitações provenientes das auditorias realizadas, durante o exercício, bem como de exercícios anteriores;
- Encaminhamento dos valores a serem inscritos em Dívida Ativa;
- Sugestão de exclusão de serventias desativadas do sistema de geração de boletos;
- Auditorias virtuais em Cartórios Judiciais – Contadorias – FRJ.

Demonstrativo das auditorias realizadas por comarca – FRJ – 2014

COMARCA	PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA AUDITORIA	PERÍODO AUDITADO	CARTÓRIO	VALOR NOTIFICADO
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro Civil, Títulos e Documentos	11.884,42
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	1º Registro de Imóveis	8.340,65
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	2º Registro de Imóveis	1.738,80
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	3º Registro de Imóveis - Ex. Silvana Lenzi	2.511,33
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	3º Registro de Imóveis - Alessandro	1.947,01
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	4º Registro de Imóveis	27.572,25
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	1º Tabelionato de Notas	2.243,07
LAGES	17 a 28/02/2014	mar/2013 a dez/2013	2º Tabelionato de Notas	0
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	3º Tabelionato de Notas - Ex. Anna Ribeiro	581,5
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	3º Tabelionato de Notas - Desig. José Joel	78,08
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	4º Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	44.728,13
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Painel - Ex. Cleneo	24.721,22
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Painel - Desig. Sérgio	16.880,53
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	Escriv. Paz de Bocaina do Sul - Ex. Yara	2.464,02
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de São José do Cerrito	0
LAGES	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	Escriv. Paz de Bocaina do Sul - Desig. Carla	544,66
OTACÍLIO COSTA	17 a 28/02/2014	set/2011 a dez/2013	Registro Civil, Títulos e Dcots.	0
OTACÍLIO COSTA	17 a 28/02/2014	mar/2010 a dez/2013	Registro de Imóveis	2.067,40
OTACÍLIO COSTA	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	Tabelionato de Notas	20.351,54
OTACÍLIO COSTA	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Palmeira - Ex. Alessandra	761,32
OTACÍLIO COSTA	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Palmeira - Tit. Saionara	797,33
CORREIA PINTO	17 a 28/02/2014	mai/2010 a dez/2013	Registro Civil, Títulos e Dctos.	0
CORREIA PINTO	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	Tabelionato de Notas	2.820,75
CORREIA PINTO	17 a 28/02/2014	jun/2010 a dez/2013	Registro de Imóveis - Ex. Alessandro	7.462,55
CORREIA PINTO	17 a 28/02/2014	jun/2010 a dez/2013	Registro de Imóveis - Desig. Angelita	9.545,30
CORREIA PINTO	17 a 28/02/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Ponte Alta	3.624,48
CONCÓRDIA	25 a 30/05/2014	jan/2008 a dez/2013	Escrivania de Paz de Alto Bela Vista	0
CONCÓRDIA	25 a 30/05/2014	jan/2008 a dez/2013	Escrivania de Paz de Irani	2.924,24
CONCÓRDIA	25 a 30/05/2014	jan/2008 a dez/2013	Escrivania Paz de Peritiba (Ex. Mara Regina)	1.947,51
CONCÓRDIA	25 a 30/05/2014	jan/208 a dez/2013	Escrivania Paz de Peritiba (Tit. Juliano)	206,25
CONCÓRDIA	25 a 30/05/2014	jan/2008 a dez/2013	Escr. Paz de Presidente Castelo (Ex. Clláudia)	40.584,16
IPUMIRIM	25 a 30/05/2014	ago/2010 a dez/2013	Registro Civil, Tít. e Dctos.	8.623,13
IPUMIRIM	25 a 30/05/2014	ago/2010 a dez/2013	Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	7.736,15
IPUMIRIM	25 a 30/05/2014	jan/2008 a dez/2013	Escrivania de Paz de Lindóia do Sul	883,84

IPUMIRIM	25 a 30/05/2014	jan/2008 a dez/2013	Escrivania de Paz de Arabutã	1.832,27
ITÁ	25 a 30/05/2014	jan/2008 a dez/2013	Registro de Imóveis	7.736,46
ITÁ	25 a 30/05/2014	jan/2008 a dez/2013	Registro Civil, Tít. e Dctos.	2.631,00
ITÁ	25 a 30/05/2014	jan/2008 a dez/2013	Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	6.800,91
ITÁ	25 a 30/05/2014	jan/2008 a dez/2013	Escrivania de Paz de Paial	470,82
CAPITAL	30/06 a 11/07/2014	jan/2010 a dez/2013	Escrivania de Paz do Estreito	34.007,81
CAPITAL	30/06 a 11/07/2014	jan/2010 a dez/2013	Escrivania de Paz de Barra da Lagoa	25.641,53
CAPITAL	30/06 a 11/07/2014	jan/2010 a dez/2013	Escrivania de Paz da Lagoa da Conceição	31.765,91
CAPITAL	30/06 a 11/07/2014	jan/2011 a 04/07/14	Escrivania de Paz de Ribeirão da Ilha	0
CAPITAL	30/06 a 11/07/2014	jan/2010 a dez/2012	Escrivania de Paz do Campeche	18.695,88
CAPITAL	30/06 a 11/07/2014	jun/2010 a dez/2013	Escrivania de Paz de Pântano do Sul	671,09
SÃO JOSÉ	28/07 a 08/08/2014	mar/2010 a dez/2013	Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	9.843,16
SÃO JOSÉ	28/07 a 08/08/2014	fev/2010 a 13/06/14	Registro de Imóveis	12.889,14
SÃO JOSÉ	28/07 a 08/08/2014	jan/2010 a dez/2013	Escrivania de Paz de S. Pedro Alcântara	34.141,23
SÃO JOSÉ	28/07 a 08/08/2014	jan/2010 a dez/2013	Escrivania de Paz de Campinas	6.560,44
IBIRAMA	25/08 a 05/09/2014	jan/2010 a dez/2013	Registro Civil, Títulos e Doctos.	0
IBIRAMA	25/08 a 05/09/2014	jan/2010 a dez/2013	Registro de Imóveis	12.274,35
IBIRAMA	25/08 a 05/09/2014	jan/2010 a dez/2013	1º Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	2.759,19
IBIRAMA	25/08 a 05/09/2014	jan/2010 a dez/2013	2º Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	1.368,17
IBIRAMA	25/08 a 05/09/2014	jan/2010 a dez/2013	Escrivania de Paz de José Boiteux	2.334,96
GUARAMIRIM	25/08 a 05/09/2014	abr/2010 a dez/2013	Registro de Imóveis	5.314,20
GUARAMIRIM	25/08 a 05/09/2014	jan/2010 a dez/2013	Tabelionato de Notas - Desig. Ana Alice	2.389,52
GUARAMIRIM	25/08 a 05/09/2014	jan/2010 a dez/2013	Tabelionato de Notas - Ex. Christa Wagner	15.847,05
GUARAMIRIM	25/08 a 05/09/2014	mai/2010 a dez/2013	Registro Civil, Títulos e Documentos	16.137,08
GUARAMIRIM	25/08 a 05/09/2014	jan/2011 a dez/2013	Escrivania de Paz de Schroeder	3.872,76
GUARAMIRIM	25/08 a 05/09/2014	jan/2010 a dez/2013	Escrivania de Paz de Massaranduba	6.512,89
PRESIDENTE GETÚLIO	25/08 a 05/09/2014	jan/2008 a dez/2013	Tabelionato Notas e Prot. - Ex. Mª Conceição	1.831,51
PRESIDENTE GETÚLIO	25/08 a 05/09/2014	jan/2008 a dez/2013	Tabelionato de Notas e Prot. - Tit. Mário Pille	1.193,02
PRESIDENTE GETÚLIO	25/08 a 05/09/2014	jan/2008 a dez/2013	Registro Civil, Títulos e Documentos	7.508,08
PRESIDENTE GETÚLIO	25/08 a 05/09/2014	jan/2008 a dez/2013	Registro de Imóveis	13.253,88
PRESIDENTE GETÚLIO	25/08 a 05/09/2014	jan/2008 a dez/2013	Escrivania Paz D. Emma-Desig. Vilásio Moretti	1.108,99
PRESIDENTE GETÚLIO	25/08 a 05/09/2014	jan/2008 a dez/2013	Escrivania de Paz D. Emma - Ex. Itamar Berto	340,34
PRESIDENTE GETÚLIO	25/08 a 05/09/2014	jan/2008 a dez/2013	Escrivania de Paz de Witmarsum	260,44
PRESIDENTE GETÚLIO	25/08 a 05/09/2014	jan/2008 a dez/2013	Escrivania de Paz de Mirador	2.410,93
PRESIDENTE GETÚLIO	25/08 a 05/09/2014	jan/2008 a dez/2013	Escrivania de Paz de Victor Meirelles	1.403,76
BLUMENAU	15/09 a 10/10/2014	jan/2010 a dez/2013	1º Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	23.133,52
BLUMENAU	15/09 a 10/10/2014	jan/2010 a dez/2013	2º Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	8.948,89
BLUMENAU	15/09 a 10/10/2014	jan/2010 a dez/2013	3º Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	34.470,17
BLUMENAU	15/09 a 10/10/2014	jan/2010 a dez/2013	1º Ofício de Registro de Imóveis	3.568,56
BLUMENAU	15/09 a 10/10/2014	jan/2010 a dez/2013	2º Ofício de Registro de Imóveis	2.687,38
BLUMENAU	15/09 a 10/10/2014	jan/2010 a dez/2013	3º Ofício de Registro de Imóveis	11.421,86
BLUMENAU	15/09 a 10/10/2014	jan/2010 a dez/2013	Registro Civil, Títulos e Documentos	3.566,26
BLUMENAU	15/09 a 10/10/2014	jan/2010 a dez/2013	Escrivania de Paz de Itoupava	2.567,07
TAIÓ	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro de Imóveis	1.766,17
TAIÓ	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro Civil, Títulos e Documentos	4.654,62
TAIÓ	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	1º Tabelionato de Notas - Tit. José Roberto Otte	2.565,67
TAIÓ	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	1º Tabelionato de Notas - Ex. Margarethe Ribeiro	1.523,66
TAIÓ	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	1º Tabelionato de Notas - José Roberto Zanella	746,39
TAIÓ	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	2º Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	10.737,31
TAIÓ	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Salete	0
TAIÓ	20/10 a 05/11/2014	mar/2011 a dez/2013	Escrivania de Mirim Doce	1.549,55
ITUPORANGA	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro de Imóveis	52.493,73
ITUPORANGA	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro Civil, Títulos e Documentos	0
ITUPORANGA	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	4.115,26
ITUPORANGA	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Tab. de Notas e Prot. de Títulos - Ex. Mª Tereza	1.266,20
ITUPORANGA	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Atalanta	1.607,17
ITUPORANGA	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Imbuia	3.006,91
ITUPORANGA	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Leoberto Leal	156,8

ITUPORANGA	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania e Paz de Vidal Ramos	577,35
ITUPORANGA	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Petrolânida	0
ITUPORANGA	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Chapadão do Lageado	0
ITUPORANGA	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Rio Bonito	3.389,09
RIO DO OESTE	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Laurentino	0
RIO DO OESTE	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Rio do Oeste	1.408,31
RIO DO CAMPO	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro de Imóveis	1.727,84
RIO DO CAMPO	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro Civil, Títulos e Documentos	9.575,38
RIO DO CAMPO	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	1.768,11
RIO DO CAMPO	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Santa Terezinha	0
TROMBUDO CENTRAL	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro de Imóveis - Tit. Morgana	20.256,42
TROMBUDO CENTRAL	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro de Imóveis - Ex. Ordival Semmer	6.101,52
TROMBUDO CENTRAL	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro Civil, Tít. e Docs - Ex. Maria Goretti	7.234,14
TROMBUDO CENTRAL	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro Civil, Tít. e Docs - Desig. Gilson	1.958,72
TROMBUDO CENTRAL	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos	0
TROMBUDO CENTRAL	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Pouso Redondo	11.205,44
TROMBUDO CENTRAL	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Agrolândia	2.945,00
TROMBUDO CENTRAL	20/10 a 05/11/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Braço do Trombudo	2.063,18
PORTO UNIÃO	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro de Imóveis - Ex. Mirian Nunes	3.362,73
PORTO UNIÃO	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro de Imóveis - Tit. Marcus Vinícius	5.838,14
PORTO UNIÃO	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	1º Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	17.421,79
PORTO UNIÃO	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	2º Tab. de Notas e Prot. de Títulos - Desig. Francis	4.463,18
PORTO UNIÃO	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro Civil, Títulos e Documentos	1.824,73
PORTO UNIÃO	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Poço Preto	153,01
PORTO UNIÃO	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a jun/2014	Escrivania de Paz de Irineópolis	0
PORTO UNIÃO	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Matos Costa	200,19
PORTO UNIÃO	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Santa do Timbó	0
CAÇADOR	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro Civil, Títulos e Documentos	32.037,48
CAÇADOR	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro de Imóveis - Ex. Francisco Maceno	3.354,67
CAÇADOR	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	Registro de Imóveis - Titular Renato Martins	7.933,15
CAÇADOR	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	1º Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	16.568,41
CAÇADOR	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	2º Tabelionato de Notas e Prot. de Títulos	16.621,76
CAÇADOR	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Calmon	296,52
CAÇADOR	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Macieira	462,34
CAÇADOR	24/11 a 05/12/2014	jan/2009 a dez/2013	Escrivania de Paz de Rio das Antas	1.348,03
TOTAL				**907.030,17**

De acordo com o demonstrativo acima, foram realizadas auditorias em **127** cartórios, resultando em notificações que somam a quantia de **R$ 907.030,17**.

CASA MILITAR

Atividades Desenvolvidas - Embora a Casa Militar esteja ligada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, as suas atuações vão muito além do Gabinete. Age de forma contínua e ininterrupta em todo o Estado, prestando informações, orientações e suporte técnico às Comarcas e seus diretores. Por sua vez, em 2014, por intermédio da Resolução nº 7/GP de 19 de março, criou-se o Conselho de Segurança Institucional, órgão que passou a aglutinar as estratégias de segurança nas áreas de prevenção, reação e investigação, estabelecendo uma atuação integrada entre a Casa Militar e outro setores.
As atividades desenvolvidas no ano foram relacionadas abaixo e sofreram aprimoramento ao longo do período, sempre no sentido de melhor atender a comunidade judiciária, especialmente aos Desembargadores, Magistrados e Servidores.
Ações que visam promover a segurança pessoal e/ou das instalações são cada vez mais a prioridade. Investimentos em tecnologia buscam majorar os sistemas já existentes, enquanto outros projetos e ferramentas são criados e adaptados à rotina das unidades e das pessoas. É a prevenção protegendo a vida e o bem público.

1. Guarda das seguintes unidades na Grande Florianópolis

- Tribunal de Justiça
- Fórum da Capital
- Fórum Norte da Ilha
- Fórum Eduardo Luz
- Fórum do Continente (Estreito)
- Vara da Infância e Juventude
- Almoxarifado e Gráfica
- Fórum de Santo Antônio de Lisboa

2. Guarda em Fóruns do interior

Em 2008 a Casa Militar passou a efetuar contratação de policiais militares inativos, conforme as prescrições da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio de 2007. Com essa atuação, foi possível oferecer melhores condições de segurança aos Fóruns do interior do Estado, área especialmente carente de policiais militares do corpo ativo. Hoje, 102 (cento e dois) Fóruns contam com o serviço. Além da presença policial, todos as unidades do Poder Judiciário contam com vigilância privada 24 horas.

3. Aquisição de armamento e munição para Magistrados

Além da instrução específica ministrada aos Magistrados, a Casa Militar orienta a aquisição de armas, providência a documentação e acompanha sua tramitação na Policia Federal (SINARM) ou no Exército Brasileiro (SIGMA), nos casos de armas de calibre permitido e restrito respectivamente. Propicia, ainda, informações técnicas quanto à arma e à munição ideal, conforme as características pessoais do adquirente e a modalidade desejada de aplicação do equipamento.

4. Gerenciamento e recolhimento de armas dos Fóruns

O programa de recolhimento de armas desvinculadas de processo dos Fóruns em todo o Estado é uma das atividades imprescindíveis à segurança orgânica, gerando efeitos positivos no ambiente de trabalho e, por consequência, nas atividades jurisdicionais.

Além do armamento recolhido, há também o envio para destruição de munições e produtos congêneres, tais como cartuchos, chumbo e pólvora.
A atuação da Casa Militar nesse evento, além de repassar orientações específicas referentes às armas em geral, estimula a ligação entre os Diretores de Fórum e Chefes de Secretarias com as 9 Unidades Militares do Exército, o que demanda contatos formais com os Comandantes e oficiais do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados -SFPC daquelas Unidades, órgão receptor e destruidor das armas.
O translado das armas e produtos, além da sua conferência nos Fóruns e no Exército, é realizado por intermédio de escolta, com segurança armada da Casa Militar.
Neste ano de 2014 foram recolhidas armas e produtos de 88 Fóruns, conforme o quadro abaixo. Desde a implantação desse serviço em 2006, já foram recolhidas um número superior a 30 mil armas.

ARMAS	3.641
MUNIÇÕES/PRODUTOS	27.102

5. Acompanhamento e orientação na elaboração dos projetos de segurança

A Casa Militar promove e acompanha, através de técnicos especializados e parceria com outras diretorias, a elaboração de Projetos de CFTV, controles de acesso aos prédios e outros meios de proteção física nos Fóruns do Estado.
Participa da avaliação final dos projetos de construção e reforma dos Fóruns, auxiliando na percepção de melhorias ainda possíveis de serem executadas e que terão reflexo na segurança do ambiente.
Integra, ainda, o grupo de trabalho responsável em elaborar e implantar um modelo piloto de Fórum, com todos os recursos de acessibilidade e segurança.

6. Serviço de proteção a Magistrados

Uma das atividades intrínsecas à Casa Militar é a proteção pessoal do Presidente do TJSC, Desembargadores e Magistrados de Santa Catarina. Em 2014 esta atividade foi intensificada e compartilhada com a criação do Conselho de Segurança Institucional.
Mantemos um Núcleo operacional especial composto por policiais militares da Casa Militar com o fito específico de proteger e resguardar à vida dos Magistrados sob ameaça ou risco.
Da sua gênese até hoje, foram desenvolvidos diversos trabalhos de proteção e apoio operacional à segurança pessoal de Magistrados e familiares. Deixamos de constar o número de atuações por ano neste relatório, por considerar essa informação de caráter sigiloso, embora possamos afirmar que já foram mais de 500 dias empregados em atividades de segurança pessoal e/ou intervenções de apoio a emergências.
Eventos de grande porte e importância que tiveram a participação de autoridades do Poder Judiciário brasileiro, como o 123º aniversário do TJSC/ jubileu de prata do STJ e o VIII Encontro Nacional do Judiciário, também contaram com um esquema de segurança planejado e executado pela Casa Militar.

7. Participação nos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça

A Casa Militar participa do planejamento e executa a segurança dos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça, além das diligências ordinárias e extraordinárias nos estabelecimentos penais.

8. Implementação sistema de CFTV no Tribunal de Justiça

Manutenção da aplicação do sistema do CFTV na Torre II e estacionamento como ferramenta fundamental do sistema de segurança aplicado à área física do TJ.
O projeto de ampliação do equipamento à Torre I já está em fase de licitação e aguarda-se para 2015.

9. Elaboração e divulgação impressa ou eletrônica de orientações relacionadas à segurança

Mantivemos a distribuição dos manuais e cartilhas de segurança produzidos, atualizados e ampliados. Encaminhamos aos Desembargadores e Magistrados orientações e notas preventivas relacionadas à segurança e a tomada de decisão diante a diversas situações do dia a dia.

10. Participações em eventos diversos

Além das atividades executadas já descritas, outras contam com a participação da Casa Militar de forma ordinária, como todas as sessões dos Tribunais de Juri da capital, e extraordinárias, como os Mutirões de Conciliação e Mutirões Carcerários.

11. Eleições 2014

As eleições deste ano contaram, mais uma vez, com a participação da Casa Militar nas questões atinentes à segurança do Tribunal Regional Eleitoral.

12. Controle de acesso a pessoas portando arma de fogo

Hoje, todos os Fóruns possuem os meios e empregam o controle de acesso de pessoas armadas, conforme estabelecem as Resoluções nº 26/2011-GP e nº 22/2011-GP.

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A imagem do Poder Judiciário de Santa Catarina passou por construção constante ao longo dos seus 123 anos de existência. Neste período, muitas transformações ocorreram. O número de desembargadores cresceu, assim como o quadro de servidores e colaboradores; a estrutura física expandiu; os processos em papel, gradativamente, são transformados em processos eletrônicos; e a maneira de o Poder Judiciário se ver e de ser visto, enfim, mudou. Neste quadro, a necessidade de divulgar mais e melhor as suas atividades e a visão da comunicação como política institucional estratégica ensejaram a criação, no ano de 2004, do Núcleo de Comunicação Institucional (NCI) do Poder Judiciário de Santa Catarina (Resolução n. 12/2004-GP).

No entanto, apenas neste ano o NCI foi revitalizado e algumas metas foram estipuladas para o setor.

Os dois primeiros projetos, coordenados pelo NCI e considerados essenciais para a administração, foram a confecção de novo vídeo institucional do PJSC e a contratação de empresa especializada para produção de material para *web*tv e *web*radio. Em ambos os casos houve a necessidade de realização de licitação.

O projeto básico de confecção de novo vídeo institucional foi devidamente autuado (Processo Administrativo n. 547047-2014.1) e o edital de licitação lançado em 25/11/2014 (Processo Administrativo n. 557700-2014.4). O objetivo do projeto é a produção de novo vídeo que traduza a atual fase da instituição, bem como as inovações ocorridas desde a produção do antigo, em 2009.

O projeto básico de contratação de empresa especializada para produção de material para *web*tv e *web*radio foi igualmente autuado (Processo Administrativo n. 539399-2014.0). O objetivo do projeto é o incremento de produtos jornalísticos produzidos pela Assessoria de Imprensa, a fim de fomentar o portal do PJSC e as redes sociais.



Paralelamente, foram realizados estudos para aquisição de uma impressora fotográfica térmica, de um painel pantográfico (*backdrop*) e de duas tapadeiras (ou fundo de estúdio).

A impressora fotográfica térmica foi adquirida por meio de Requisição de Compras (Processo Administrativo n. 537602-2014.5). Sua finalidade é imprimir as fotografias realizadas em visitas oficiais protocolares ao Gabinete da Presidência, as quais são entregues aos visitantes como recordação do encontro.





O painel pantográfico foi adquirido também por meio de Requisição de Compras (RC) e tem por objetivo servir de cenário para entrevistas, solenidades com pequeno e médio público, instalação de varas e demais eventos itinerantes.

Já as tapadeiras (ou fundo de estúdio) foram adquiridas mediante RC para compor a sala, localizada na Assessoria de Imprensa, em que são realizadas fotos e entrevistas, muitas delas para produção do programa de TV semanal Justiça Legal.

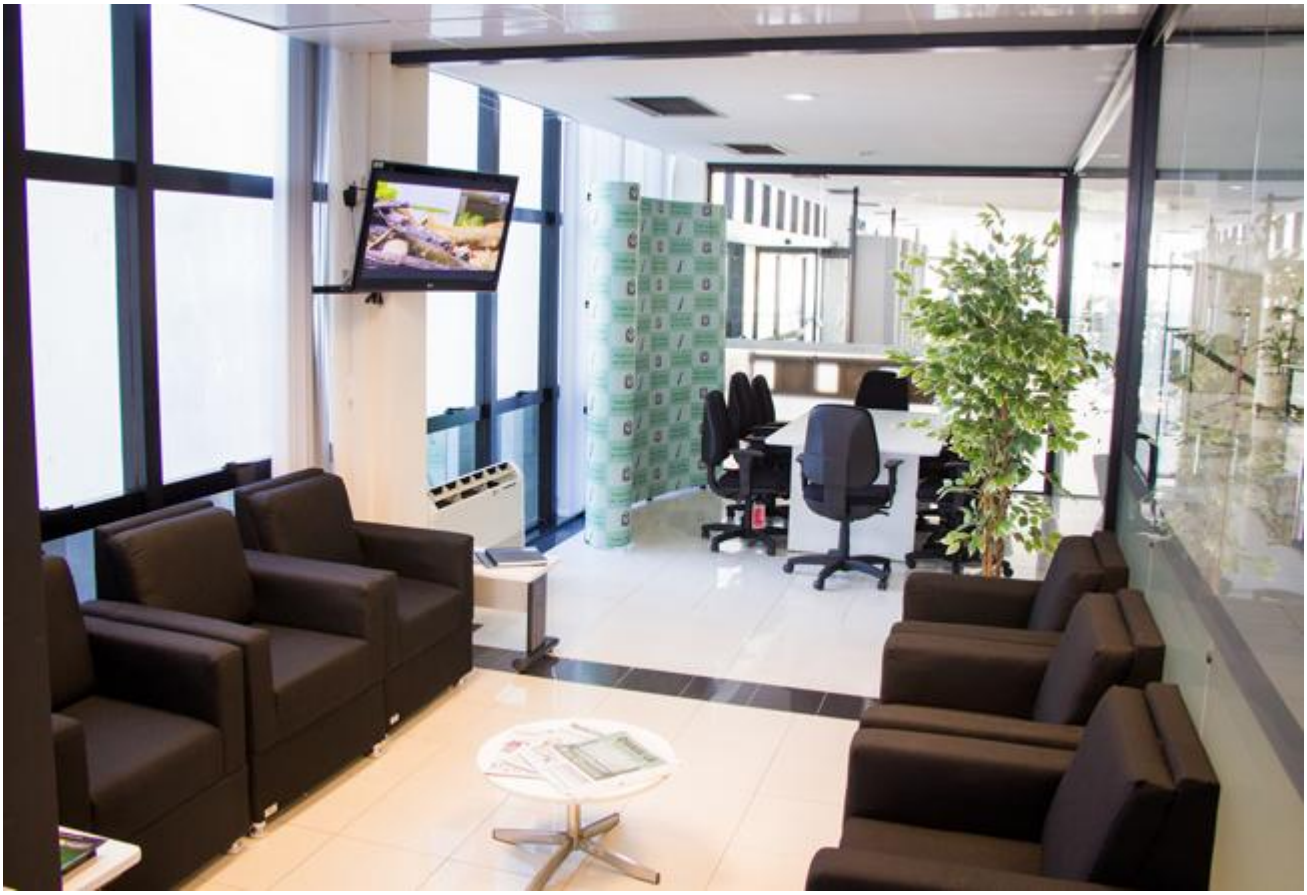




Na sequência, em atenção ao planejamento estratégico da instituição e ao pleito dos profissionais de comunicação, em 27/5/2014, foram inauguradas as Salas de Imprensa física e virtual.

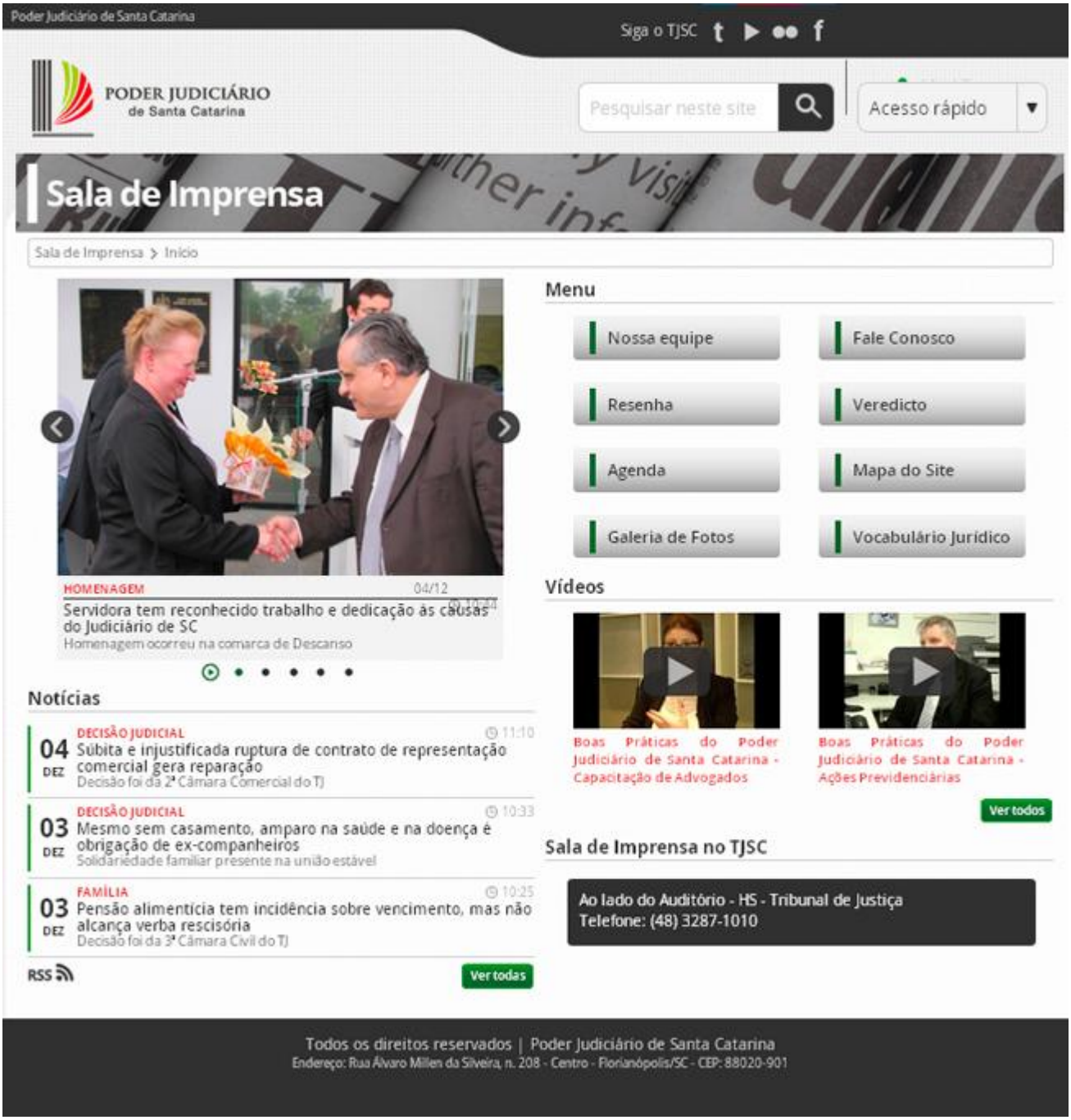
A Sala de Imprensa física, localizada ao lado do Auditório (Hall Superior), foi instalada em espaço apropriado, próximo às salas onde ocorrem as principais sessões de julgamento, e possui infraestrutura adequada com computadores, TV, *wi-fi* e serviços de secretaria e copa, a fim de atender aos profissionais da área de comunicação. Todas as atividades realizadas para implantação da Sala de Imprensa física estão devidamente documentadas no Processo Administrativo n. 537089-2014.2.


SALA DE IMPRENSA





Em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, por meio da Divisão de Gestão do Conhecimento e da Seção de Administração do Portal *Web*, a Sala de Imprensa virtual foi desenvolvida, igualmente, para auxiliar os jornalistas na obtenção de informações sobre o PJSC de forma adequada e, principalmente, com acesso simples e rápido.



Para fortalecer a estrutura do NCI, bem como respaldar as atividades desenvolvidas, foi publicada, em 27/06/2014, a Resolução n. 16/2014-GP, que “reformula as competências do Núcleo de Comunicação Institucional”.

Dentre as competências definidas pela mencionada resolução, destaca-se a de supervisionar a produção e zelar pela qualidade de material impresso de promoção ou divulgação da imagem e das políticas públicas institucionais no âmbito do Poder Judiciário.

Desde a publicação da resolução até a presente data, foram supervisionadas 334 solicitações de serviços gráficos encaminhadas à Divisão de Artes Gráficas, setor responsável pela execução dos produtos.

O Núcleo de Comunicação Institucional coordenou os estudos para confecção de nova identidade visual do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Em parceria com a Diretoria de Infraestrutura – DIE, por meio da Divisão de Artes Gráficas, foi criado o novo logo do PJSC, cujo ato de instituição disciplinou e regulamentou a nova identidade visual – Resolução n. 26/2014-GP e Resolução n. 36/2014-GP, com a respectiva publicação do Manual de Identidade Visual do Poder Judiciário de Santa Catarina.

PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Recentemente, foram realizados dois eventos de repercussão nacional: Homenagem ao Jubileu de Prata do STJ, em 9/10/2014, e o VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 10 e 11/11/2014.

Para o evento do Jubileu de Prata do STJ, além da coordenação das atividades da Assessoria de Cerimonial, foram idealizadas e confeccionadas tarjetas para as malas dos ministros, bem como embalagens para as esculturas de Santa Catarina. Estas foram entregues aos homenageados como lembrança da comemoração e solenidade.


Santa Catarina de Alexandria


PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina
Santa Catarina de Alexandria




Santa Catarina de Alexandria


Santa Catarina de Alexandria
Santa Catarina de Alexandria



No VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça, o Núcleo de Comunicação Institucional bem como a Assessoria de Imprensa e a Assessoria de Cerimonial participaram efetivamente no apoio à organização e na cobertura das atividades desenvolvidas nos dois dias de encontro.

Ainda durante todo o ano de 2014, foi ofertado, por meio do Centro de Estudos Jurídicos – Academia Judicial, o Curso de Comunicação Institucional com Foco na Comunicação Interna, cujo público-alvo foram os dirigentes do Tribunal de Justiça, chefes de cartório e secretários de Foros das comarcas.

Ao todo, 15 turmas foram formadas, as quais contemplaram as comarcas de Blumenau, Chapecó, Criciúma, Fraiburgo, Joinville, Lages, São Miguel do Oeste, Tubarão, Academia Judicial e Tribunal de Justiça. Ao todo, 364 servidores participaram do curso.

O NCI, ainda, participou dos seguintes eventos:

- Simpósio Judiciário e Imprensa, 5ª Edição, realizado pela Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC em parceria com a Associação Catarinense de Imprensa – ACI, no dia 10/6/2014, com a participação do Desembargador Ricardo Roesler, Coordenador-Geral do NCI, como mediador do Painel 1, com o tema “Os desafios do sistema eleitoral brasileiro”;
- II Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário, realizado pelo CNJ, nos dias 19 e 20/8/2014, em Brasília, com a participação das servidoras Sandra Mara de Araújo Scheffer (Assessoria de Imprensa), Silvia Pereira (NCI) e Tathiana Nogueira Mendes Carlin (NCI) como representantes do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;
- 13ª Semana Acadêmica de Jornalismo da UFSC, realizado pelo Curso de Jornalismo, nos dias 31/10 a 7/11/2014, na Capital, com a participação dos servidores Luiz Alexandre Mesquita (Secretaria de Câmara de Direito Civil) e Silvia Pereira (NCI) como ministrantes de minicurso sobre o organograma das instituições públicas – Tribunal de Justiça de Santa Catarina; e
- 1º Seminário Catarinense de Comunicação Municipal, realizado pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM, nos dias 12 e 13/11/2014, na Capital, com a participação do Desembargador Ricardo Roesler, Coordenador-Geral do NCI, como ministrante do Painel 6, com o tema “Modelo de Comunicação na Gestão Pública”.

Dentre as atividades realizadas, o NCI considera a de maior importância o desenvolvimento do projeto do Novo Portal do PJSC, cuja finalização está prevista para maio de 2015.

A execução tecnológica do projeto está sob o comando da DTI, por meio da Divisão de Gestão do Conhecimento e da Seção de Administração do Portal Web, e conta com a parceria da Diretoria de Documentação e Informações – DDI, por meio da Divisão de Documentação e da Seção de Revisão para gestão dos conteúdos.

Reuniões periódicas foram realizadas pelo Grupo de Trabalho, formado por servidores do NCI, Assessoria de Planejamento – Asplan, Corregedoria-Geral da Justiça – CGJ, Centro de Estudos Jurídicos – Academia Judicial e DTI, e também reuniões apenas entre o NCI e a DTI para alinhamento das estratégias do projeto e encaminhamento das atividades. No total, ocorreram 19 encontros no ano de 2014, entre os meses de março e dezembro.

O projeto do Novo Portal prevê a aquisição de uma ferramenta mais moderna, que servirá de plataforma para o novo site e contará com três excelentes serviços: acesso personificado por meio de perfis, avançado sistema de busca e atualização compartilhada de conteúdos.

O NCI entende que a disponibilização de um novo portal do PJSC tornará o acesso às informações e aos serviços prestados pelo Judiciário catarinense mais célere e mais eficiente, além de contribuir, significativamente, para o desempenho das funções de seus servidores e a aproximação da Corte com a sociedade.

Por fim, é necessário ressaltar que, apesar das diversas ações empreendidas pelo NCI neste ano, muito ainda pode e deve ser projetado para o próximo. No entanto, é indispensável a consolidação e a valorização do trabalho desenvolvido pelo setor, de modo que seu papel seja disseminado perante a instituição e que servidores e colaboradores percebam no NCI um importante aliado na melhoria da comunicação e da imagem do Poder Judiciário de Santa Catarina (Desembargador Ricardo Roesler, Coordenador-Geral do Núcleo de Comunicação Institucional).

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Assessoria de Imprensa do TJ, durante o ano de 2014, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 1.878 informes oficiais, assim divididos: 1.502 releases (matérias jornalísticas) e 376 notas enviadas a colunas em páginas dedicadas ao Judiciário, nas mídias estadual e nacional. Neste ano, em média, registraram-se 7,49 informes produzidos em cada dia útil, e um aproveitamento estimado em 70% de todo o material enviado às redações ou captados diretamente em nosso site de notícias.

A média de acessos diários em nosso campo de notícias na internet/intranet, aliás, manteve a marca de 5 mil/dia, o que no total ultrapassa 1 milhão de acessos no ano - números obtidos principalmente após as últimas alterações promovidas em nosso site, já neste ano de 2014, com crescente valorização da informação em área de destaque e utilização de recursos de ilustração, aliadas ao comprometimento e profissionalismo de nossa enxuta equipe de trabalho. Muito disso pode ser creditado também à reestruturação da área iniciada na atual gestão, com a posse do desembargador Ricardo Roesler na coordenadoria do Núcleo de Comunicação Institucional (NCI) do Tribunal de Justiça. Vários avanços foram por ele e sua equipe registrados, com destaque para a implantação das salas de imprensa, em espaços físico e virtual, e outras atribuições agregadas, dispostas em relatório próprio por aquele Núcleo.

Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – tanto ao público interno como aos jornalistas interessados em obter informações do Judiciário estadual. Em razão desta interface entre instituição e órgãos de comunicação, facilitamos entrevistas e reportagens com o presidente do TJ e demais integrantes desta Corte a emissoras de rádio e televisão, inclusive representantes da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados de 1º e 2º grau para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela assessoria neste período, sempre com o objetivo de fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e a suas diversas interpretações pelos órgãos de comunicação do Estado e do país, disponibilizando tais informações via computador para toda a rede do Judiciário estadual, com alcance de 6 mil terminais em todas as 111 comarcas de Santa Catarina. A assessoria manteve e administrou espaço nas páginas da intranet e internet, oferecendo aos públicos interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário, na seção “Notícias do TJ”. Tivemos ainda, ao longo do ano, a publicação de 12 novas edições do boletim eletrônico Veredicto, todas disponibilizadas na página do TJ - intranet/internet. O Veredicto é um produto realizado inteiramente pelos profissionais lotados na Assessoria de Imprensa, com base em projeto gráfico elaborado pela Gráfica do TJ.

Em 2014, o Poder Judiciário de Santa Catarina também manteve – pelo nono ano consecutivo - seu espaço na disputada grade da TV Justiça, emissora de TV a cabo do Supremo Tribunal Federal (STF), com alcance nacional, em que veiculou 47 programas inéditos e 94 reprises do Justiça Legal (JL), no total de 4.230 minutos de exibição. No Estado, por meio de convênios, o JL foi veiculado também pela TV Câmara de Florianópolis, TV Câmara de São José e TV Legislativa de Blumenau.
Com supervisão da Assessoria de Comunicação Social do TJ e produção da Primer TV – contratada por meio do devido processo licitatório -, o JL ocupou espaço na mídia por 15.150 minutos ao longo de 2014.

Ainda neste meio, a assessoria deu continuidade aos trabalhos de apoio à Rádio Justiça, mediante a produção de boletins e a marcação de entrevistas com magistrados catarinenses, para veiculação naquela emissora e aproveitamento no espaço dedicado ao Judiciário no programa Voz do Brasil. A Rádio Justiça, emissora administrada pelo STF, pode ser sintonizada no Estado por meio da internet.

Em conjunto com esse importante projeto, a assessoria continuou em ação no trabalho cotidiano de cobertura de eventos do TJ (Presidência, Corregedoria-Geral de Justiça, Academia Judicial, Coordenadoria de Juizados Especiais, etc.) e de instituições afins (universidades, Procuradoria-Geral de Justiça, OAB/SC, etc.), na Capital e no interior do Estado; no trabalho de acompanhamento de sessões dos órgãos julgadores do TJ; e no atendimento aos senhores magistrados (1º e 2º grau) e a servidores (notadamente diretores) para divulgação de realizações e projetos localizados.

Em 2014, em parceria com a Academia Judicial, a Assessoria de Imprensa viabilizou a realização de mais dois cursos de Midia Training para magistrados. Este projeto, iniciado em outubro de 2012, já alcançou sua oitava turma, com cerca de 70 juízes beneficiados. Houve ainda uma reestruturação nos quadros da Assessoria, com a saída de alguns profissionais por aposentadoria e exoneração voluntária, e a chegada de novos colegas, efetivos ou estagiários, com a incorporação de acadêmicas das áreas de jornalismo, publicidade e design gráfico.

Pelo conjunto de atividades desenvolvidas neste ano e sua inegável repercussão nos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído para a divulgação dos principais atos do Poder Judiciário, aproximando-o da população e, assim, cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações. Avanços e conquistas obtidos com o apoio do Núcleo de Comunicação Institucional (NCI) do Tribunal de Justiça, reestruturado e sob a competente coordenação do desembargador Ricardo Roesler e do Gabinete da Presidência do TJ.

INFORMES OFICIAIS (RELEASES E NOTAS) – EVOLUÇÃO ANUAL

1998
261 informes oficiais = 196 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 1,04

1999
175 informes oficiais = 110 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 0,70

2000
333 informes oficiais = 151 notas + 182 releases.
Média produção/dia útil* = 1,33

2001
141 informes oficiais = 51 notas + 90 releases.
Média produção/dia útil* = 0,56

2002

345 informes oficiais = 102 notas + 243 releases.
Média produção/dia útil* = 1,38

2003
611 informes oficiais = 325 notas + 286 releases.
Média produção/dia útil* = 2,44

2004
775 informes oficiais = 492 notas + 283 releases.
Média produção/dia útil* = 3,10

2005
768 informes oficiais = 479 notas + 289 releases.
Média produção/dia útil* = 3,07

2006
1.585 informes oficiais = 893 notas + 692 releases.
Média produção/dia útil* = 6,34

2007
1.949 informes oficiais = 1.062 notas + 887 releases.
Média produção/dia útil* = 7,80

2008
2067 informes oficiais = 1.091 notas + 976 releases.
Média produção/dia útil*= 8,26

2009
1905 informes oficiais = 1.002 notas + 903 releases.
Média produção/dia útil*= 7,62

2010
2605 informes oficiais= 505 notas + 2.100 releases.
Média produção/dia útil*= 10,42

2011
2.435 informes oficiais = 350 notas + 2.085 releases.
Média produção/dia útil*= 9,74

2012
2.188 informes oficiais = 338 notas + 1.850 releases.
Média produção/dia útil*= 8,75

2013
2.182 informes oficiais = 283 notas + 1.899 releases.
Média produção/dia útil*= 8,72

2014
1878 informes oficiais = 376 notas + 1.502 releases.
Média de produção/dia útil*= 7,49

250 dias/ano

PROGRAMA DE TV JUSTIÇA LEGAL

2001
Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: agosto, setembro, outubro, novembro
Número de programas: 16
Tempo de exposição: 240 minutos

2002
Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: outubro, novembro, dezembro
Número de programas: 12
Tempo de exposição: 180 minutos

2003
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Convênio com o SBT-SC
Duração: abril/dezembro
Número de programas: 39
Tempo de exposição: 1.170 minutos

2004
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: junho/dezembro
Número de programas: 27
Tempo de exposição: 810 minutos

2005

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: março/dezembro
Número de programas: 44
Tempo de exposição: 1.320 minutos

2006
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 135 (76 inéditos + 59 reprises)
Tempo de exposição: 4.050 minutos

2007
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/SBT/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 416 (208 inéditos + 208 reprises)
Tempo de exposição: 12.480 minutos

2008
Licitação - modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 328 (148 inéditos + 180 reprises)
Tempo de exposição: 9.840 minutos

2009
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 391 (163 inéditos + 228 reprises)
Tempo de exposição: 11.730 minutos

2010
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em TV a cabo
Convênios com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 354 (118 inéditos + 236 reprises)
Tempo de Exposição: 10.620 minutos

2011
Licitação – modalidade Pregão

Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com SBT/TV Justiça/ TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau/TV Floripa
Número de programas: 564 (228 inéditos + 336 reprises)
Tempo de exposição: 16.920 minutos

2012

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto* e fechado
Contrato com SBT/TV Justiça/ TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau/TV Floripa
Número de programas: 557 (189 inéditos + 368 reprises)
Tempo de exposição: 16.710 minutos

** O contrato para exibição em TV aberta, celebrado com o SBT, foi suspenso por decisão liminar da Justiça. Cinco programas haviam sido veiculados até então. Não há decisão final sobre o assunto.*

2013

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em canal fechado
Convênio com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau
Número de programas: 505 (203 inéditos + 302 reprises)
Tempo de exposição: 15.150 minutos

2014

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em canal fechado
Convênio com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau
Número de programas: 505 (203 inéditos + 302 reprises)
Tempo de exposição: 15.150 minutos

ASSESSORIA DE CERIMONIAL

A Assessoria de Cerimonial teve seu nome alterado no decorrer do ano de 2014 pela Lei Complementar n. 617/2013. Antes, era denominada Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial. A alteração foi em razão da necessidade em adequar o nome do setor às funções desenvolvidas, que são típicas de cerimonial, e não de relações públicas.

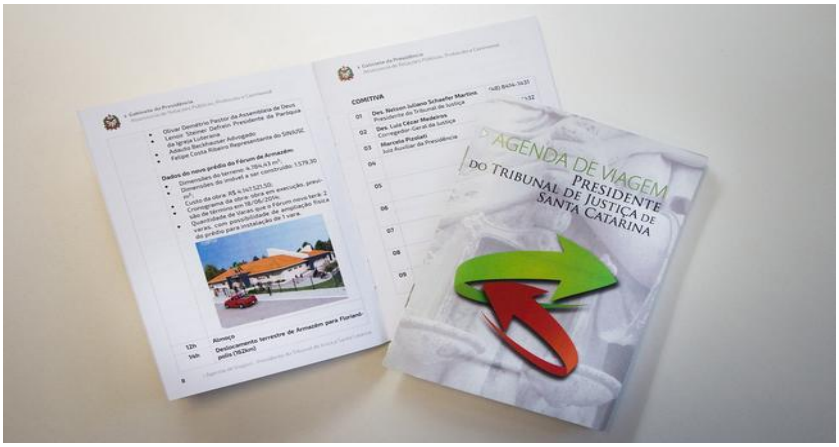
A Assessoria de Cerimonial está regulamentada pela Resolução 16/2014-GP, e integra o Núcleo de Comunicação Institucional, subordinado ao Gabinete da Presidência.

De acordo com a supracitada resolução, é o órgão competente para preparar, supervisionar e coordenar eventos para os públicos interno e externo; expedir correspondências da Presidência que lhe sejam pertinentes; diligenciar a confecção e providenciar a distribuição dos convites para eventos oficiais e receber as confirmações dos convidados; manter contato com órgãos congêneres, visando ao intercâmbio de informações; acompanhar cerimônias e eventos realizados pelo Poder Judiciário, sob a responsabilidade da Presidência desta Corte; organizar eventos no espaço cultural do Tribunal de Justiça; recepcionar autoridades em visita protocolar ao Tribunal de Justiça, e realizar o registro fotográfico das visitas, quando solicitado pelo Presidente do Tribunal de Justiça; recepcionar estudantes de Direito em visita ao Tribunal de Justiça; e exercer outras atividades inerentes as suas finalidades.

Os eventos institucionais organizados pelo Cerimonial são: inauguração de Fóruns e Casas da Cidadania; reinauguração de Fóruns; abertura de mutirão de conciliação; instalação de varas e outras unidades jurisdicionais; posse de Desembargador, Juiz de 2º Grau e Juiz Substituto; lançamento de livros de magistrados e servidores; assinatura de convênios; almoço e jantares oficiais; e solenidades alusivas às comemorações de instalação deste Tribunal de Justiça e de comarcas.

Também é realizada uma campanha de cunho filantrópico, o Natal Solidário, lançada anualmente. A campanha consiste na adoção, por servidores e magistrados, de cartinhas de crianças com idade entre 1 e 6 anos, para distribuição de brinquedos e roupas. Neste ano de 2014, foi adotada a Creche Ulysses Guimarães, da comunidade Frei Damião, localizada no município da Palhoça, que atende 140 crianças.

Além das atribuições supracitadas, a Assessoria de Cerimonial passou a confeccionar a agenda de viagem do Presidente. Trata-se de livreto com informações necessárias ao Presidente quando em viagem oficial, tais como: dados históricos e econômicos sobre a cidade/comarca a ser visitada, condições meteorológicas, cronograma da viagem, telefones de autoridades locais, endereços de hotéis e restaurantes, relação da comitiva e respectivos telefones e etc. A confecção da agenda engloba os serviços de pesquisa de dados, editoração, impressão e montagem.



Agenda de viagem do Presidente

A seguir, a relação das solenidades e eventos realizados no ano de 2014.

JANEIRO	
DIA	**EVENTO**
31	Posse dos dirigentes eleitos para o Biênio 2014-2016







Posse dos dirigentes eleitos para o Biênio 2014-2016

MARÇO	
DIA	**EVENTO**
7	Posse do Juiz de Direito de Segundo Grau Domingos Paludo no cargo de Desembargador




Posse do Juiz de Direito de Segundo Grau Domingos Paludo no cargo de Desembargador

ABRIL	
DIA	**EVENTO**
14	Reinauguração do Fórum Desembargador Mário Teixeira Carrilho, comarca de Correia Pinto
25	Solenidade de posse do Procurador de Justiça Ernani Guetten de Almeida e do Juiz de Direito de Segundo Grau Carlos Adilson Silva no cargo de Desembargador
29	Instalação da 1ª Vara da comarca de Santo Amaro da Imperatriz




Reinauguração do Fórum Desembargador Mário Teixeira Carrilho, comarca de Correia Pinto




Solenidade de posse do Procurador de Justiça Ernani Guetten de Almeida e do Juiz de Direito de Segundo Grau Carlos Adilson Silva no cargo de Desembargador




Instalação da 1ª Vara da comarca de Santo Amaro da Imperatriz

MAIO	
DIA	**EVENTO**
12	Posse do Juiz de Direito Edemar Gruber no cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau
23	Posse do Juiz de Direito Júlio César Machado Ferreira de Melo no cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau
28	Inauguração da Sala de Imprensa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina




Posse do Juiz de Direito Edemar Gruber e do Juiz de Direito Júlio César Machado Ferreira de Melo no cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau





Inauguração da Sala de Imprensa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

JUNHO	
DIA	**EVENTO**
5	Mostra Fotográfica da Semana do Meio Ambiente

27	Inauguração das novas instalações do Fórum Juiz João Rui Szpoganicz,, da comarca de Armazém



Mostra Fotográfica da Semana do Meio Ambiente



Inauguração das novas instalações do Fórum Juiz João Rui Szpoganicz, da comarca de Armazém

JULHO	
DIA	**EVENTO**
30	Lançamento da logomarca e do Questionário de Diagnóstico SPA Pesquisa de Opinião do Poder Judiciário de Santa Catarina



Lançamento da logomarca e do Questionário de Diagnóstico SPA Pesquisa de Opinião do Poder Judiciário de Santa Catarina

SETEMBRO	
DIA	**EVENTO**
5	Posse do Juiz de Direito Rogério Mariano do Nascimento no cargo de Desembargador

15	Abertura do Mutirão Carcerário da comarca de Blumenau
19	Posse de José Adilson Bittencourt Júnior no cargo de Juiz Substituto





Posse do Juiz de Direito Rogério Mariano do Nascimento no cargo de Desembargador





Abertura do Mutirão Carcerário da comarca de Blumenau

OUTUBRO	
DIA	**EVENTO**
3	Entrega do Selo Bronze à Vara do Tribunal do Júri da comarca da Capital por sua destacada atuação na Semana Nacional do Júri de 2014
9	Sessão solene em comemoração aos 123 anos do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e ao Jubileu de Prata do Superior Tribunal de Justiça e Lançamento da 2ª edição em Santa Catarina do livro STS Direito Privado SPR Teoria e Prática CCH, de autoria do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão
17	Inauguração das novas instalações do Fórum Juiz João Pacheco Filho, comarca de Ascurra





Entrega do Selo Bronze à Vara do Tribunal do Júri da comarca da Capital



Sessão solene em comemoração aos 123 anos do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e ao Jubileu de Prata do Superior Tribunal de Justiça



Lançamento da 2ª edição em Santa Catarina do livro Direito Privado Teoria e Prática, de autoria do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão



Inauguração das novas instalações do Fórum Juiz João Pacheco Filho, comarca de Ascurra

NOVEMBRO	
DIA	**EVENTO**
24	Abertura da Semana Nacional e Estadual de Conciliação
26	Inauguração da sede própria da Casa da Cidadania de Canelinha





Abertura da Semana Nacional e Estadual do Mutirão de Conciliação





Inauguração da sede própria da Casa da Cidadania de Canelinha

DEZEMBRO	
DIA	**EVENTO**
1º	Instalação do 2º Juizado Especial Cível da comarca de Chapecó
1º	Reinauguração do Fórum Juiz Benoni Zocoli, comarca de Descanso
10	Entrega dos presentes da Campanha Natal Solidário





Instalação do 2º Juizado Especial Cível da comarca de Chapecó





Reinauguração do Fórum Juiz Benoni Zocoli, comarca de Descanso



Entrega dos presentes da Campanha Natal Solidário

No decorrer do ano, a Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial prosseguiu com o seu programa de visita monitorada aos alunos das instituições de ensino superior do curso de Direito. As visitas são realizadas terças e quintas-feiras. Consistem em visitação ao Museu do Poder Judiciário, em palestra proferida por Assessores da Direção-Geral Judiciária e encaminhamento para as sessões de julgamento.

Abaixo, dados relativos ao número de alunos que visitaram este Tribunal de Justiça no decorrer do ano de 2014.

QUADRO ESTATÍSTICO	
UNIVERSIDADE	**Nº DE ACADÊMICOS**
CESUSC Florianópolis	160
Escola Superior de Criciúma	50
Faculdade Anhanguera/São José	60
Faculdade Avantis Balneário Camboriú	23
Faculdade Cenecista - Joinville	90
Faculdade Guilherme Guembala	40
FURB Blumenau	212

IBES SOCIESC Blumenau	45
IES - Florianópolis	7
UFSC Florianópolis	95
UNC - Concórdia	25
UNC Curitibanos	50
UNESC Criciúma	373
UNIARP Caçador	57
UNIASSELVI Fameblu	79
UNISASSELVI - Guaramirm	49
UNIASSELVI - Indaial	40
UNIBAVI Orleans	70
UNIDAVI Rio do Sul	130
UNIFEBE Brusque	77
UNIGUAÇU - União da Vitória/PR	40
UNIPLAC Lages	27
UNISUL Florianópolis	70
UNISUL - Palhoça	110
UNISUL - Tubarão	75
UNIVALI Balneário Camboriú	220
UNIVALI Itajaí	180
UNIVILLE São Bento do Sul	30
UNIVALI Tijucas	34
Universidade Católica de Santa Catarina Jaraguá do Sul	80
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	40
UNOESC Chapecó	20
UNOESC São Miguel do Oeste	52
TOTAL DE UNIVERSIDADES VISITANTES: 33	**TOTAL DE ALUNOS: 2.710**

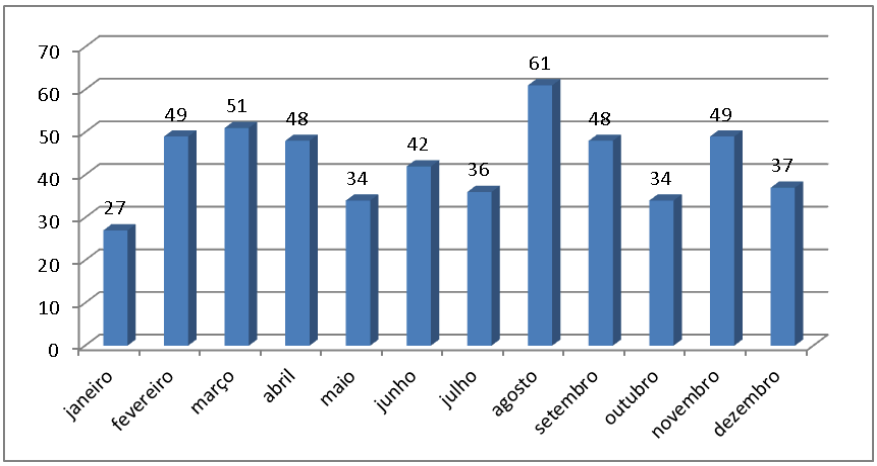
OVIDORIA DOS SERVIDORES

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO - Período 7 de janeiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014.

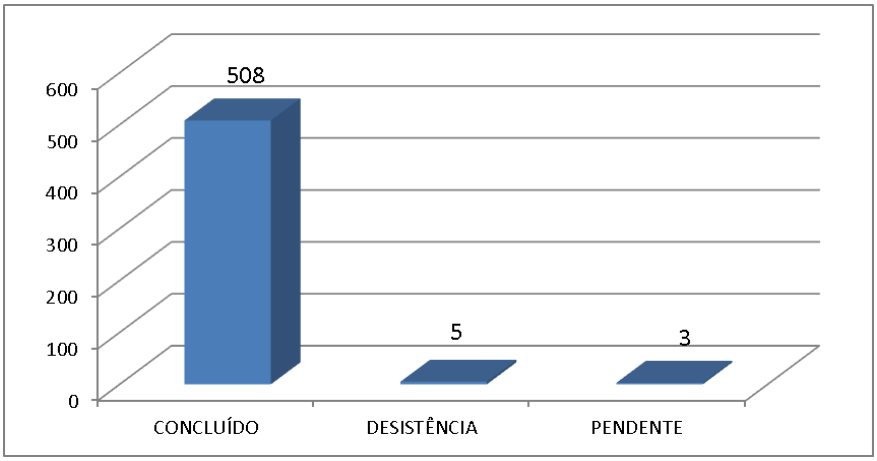
Registros de demandas e de demandantes:

Total de demandas: 516
Total de demandantes: 332

Ingressos de demandas por mês:



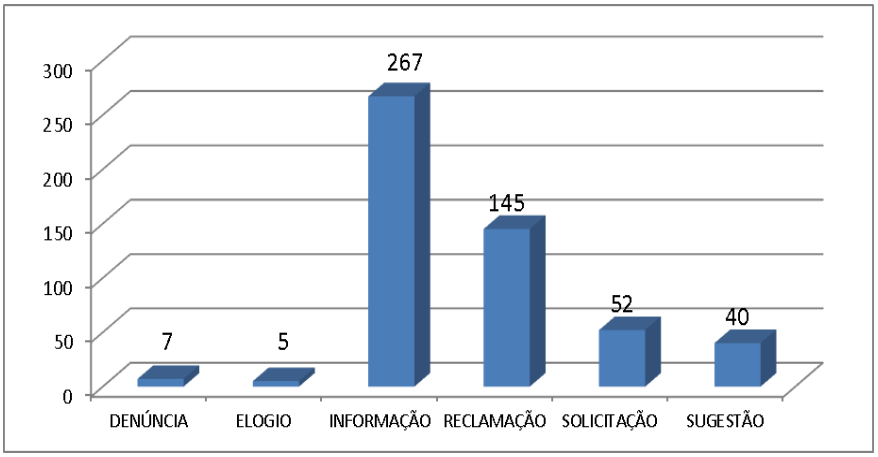
Condição dos atendimentos:



CONDIÇÃO DOS ATENDIMENTOS	MÊS DE ENTRADA	TOTAL
CONCLUÍDO	JANEIRO	27
	FEVEREIRO	48
	MARÇO	51
	ABRIL	48
	MAIO	34
	JUNHO	41
	JULHO	35
	AGOSTO	59
	SETEMBRO	47
	OUTUBRO	34

	NOVEMBRO	49
	DEZEMBRO	35
	TOTAL	**508**
DESISTÊNCIA	FEVEREIRO	1
	JUNHO	1
	JULHO	1
	AGOSTO	1
	DEZEMBRO	1
	TOTAL	**5**
PENDENTE	AGOSTO	1
	SETEMBRO	1
	DEZEMBRO	1
	TOTAL	**3**
TOTAL GERAL		**516**

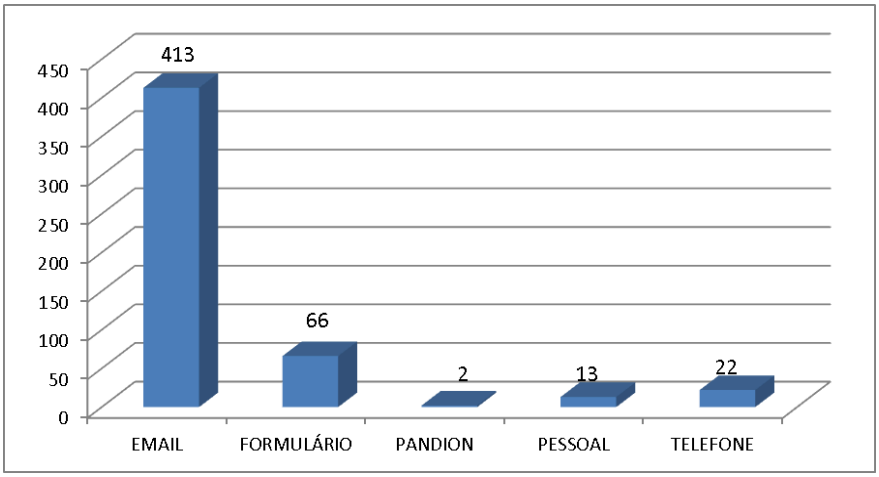
Tipos de manifestação:



TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	MÊS DE ENTRADA	TOTAL
DENÚNCIA	FEVEREIRO	1
	MARÇO	1
	ABRIL	1
	MAIO	1
	AGOSTO	2
	SETEMBRO	1
	TOTAL	**7**
ELOGIO	JUNHO	1
	AGOSTO	1
	OUTUBRO	3
	TOTAL	**5**
INFORMAÇÃO	JANEIRO	19
	FEVEREIRO	26
	MARÇO	21
	ABRIL	16
	MAIO	25
	JUNHO	27
	JULHO	25
	AGOSTO	21
	SETEMBRO	14

	OUTUBRO	22
	NOVEMBRO	30
	DEZEMBRO	21
	TOTAL	**267**
RECLAMAÇÃO	JANEIRO	4
	FEVEREIRO	17
	MARÇO	19
	ABRIL	25
	MAIO	8
	JUNHO	9
	JULHO	9
	AGOSTO	9
	SETEMBRO	28
	OUTUBRO	2
	NOVEMBRO	5
	DEZEMBRO	10
	TOTAL	**145**
SOLICITAÇÃO	FEVEREIRO	4
	MARÇO	4
	JULHO	2
	AGOSTO	19
	SETEMBRO	2
	OUTUBRO	5
	NOVEMBRO	11
	DEZEMBRO	5
	TOTAL	**52**
SUGESTÃO	JANEIRO	4
	FEVEREIRO	1
	MARÇO	6
	ABRIL	6
	JUNHO	5
	AGOSTO	9
	SETEMBRO	3
	OUTUBRO	2
	NOVEMBRO	3
	DEZEMBRO	1
	TOTAL	**40**
TOTAL GERAL		**516**

Canais de comunicação:



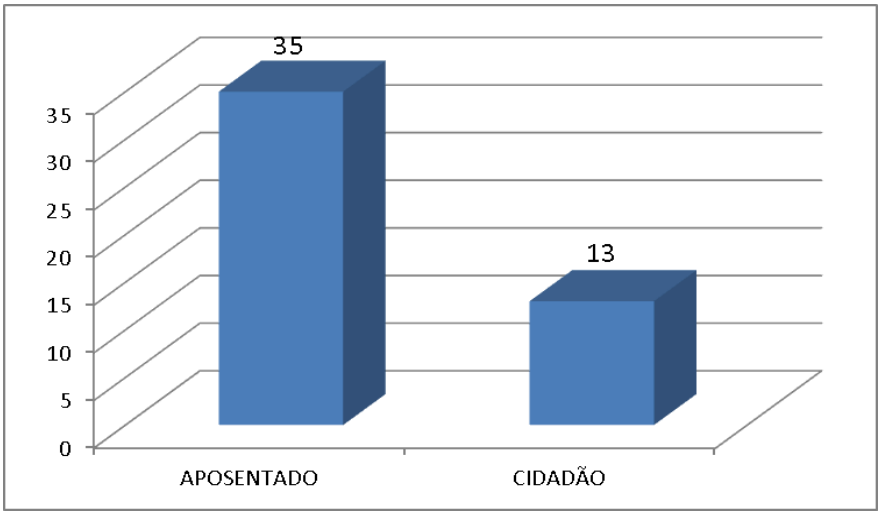
CANAIS DE COMUNICAÇÃO	MÊS DE ENTRADA	TOTAL
EMAIL	JANEIRO	26
	FEVEREIRO	44
	MARÇO	48
	ABRIL	39
	MAIO	28
	JUNHO	31
	JULHO	21
	AGOSTO	57
	SETEMBRO	44
	OUTUBRO	27
	NOVEMBRO	26
	DEZEMBRO	22
	TOTAL	**413**
FORMULÁRIO	JANEIRO	1
	MARÇO	2
	ABRIL	5
	MAIO	4
	JUNHO	6
	JULHO	8
	AGOSTO	4
	SETEMBRO	3
	OUTUBRO	6
	NOVEMBRO	16
	DEZEMBRO	11
	TOTAL	**66**
PANDION	JULHO	2
	TOTAL	2
PESSOAL	FEVEREIRO	2
	MARÇO	1
	ABRIL	4
	MAIO	1
	JUNHO	2
	JULHO	1
	NOVEMBRO	2
	TOTAL	**13**
TELEFONE	FEVEREIRO	3
	MAIO	1

	JUNHO	3
	JULHO	4
	SETEMBRO	1
	OUTUBRO	1
	NOVEMBRO	5
	DEZEMBRO	4
	TOTAL	**22**
TOTAL GERAL		**516**

Quantidade de demandas referentes a servidores ativos por comarca:

COMARCA	QTDE	COMARCA	QTDE
ANITA GARIBALDI	2	IMBITUBA	4
ARARANGUÁ	12	ITAIÓPOLIS	2
ASCURRA	1	ITAJAÍ	7
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	15	ITAPEMA	4
BALNEÁRIO PIÇARRAS	1	ITAPIRANGA	1
BARRA VELHA	10	JARAGUÁ DO SUL	2
BIGUAÇU	1	JOAÇABA	5
BLUMENAU	53	JOINVILLE	14
BOM RETIRO	5	LAGES	16
BRAÇO DO NORTE	15	LEBON RÉGIS	2
BRUSQUE	11	MAFRA	2
CAÇADOR	10	MARAVILHA	4
CAMBORIÚ	4	MONDAÍ	5
CANOINHAS	1	NAVEGANTES	1
CAPITAL	18	OTACÍLIO COSTA	1
CAPITAL - CONTINENTE	1	PALHOÇA	1
CAPITAL – EDUARDO LUZ	1	POMERODE	2
CAPITAL - NORTE DA ILHA	1	PONTE SERRADA	2
CAPITAL – RID SILVA	1	PORTO UNIÃO	9
CAPIVARI DE BAIXO	3	RIO DO SUL	4
CHAPECÓ	12	SANTA CECÍLIA	1
CONCÓRDIA	7	SANTA ROSA DO SUL	3
CORONEL FREITAS	1	SÃO BENTO DO SUL	4
CORREIA PINTO	1	SÃO DOMINGOS	2
CRICIÚMA	5	SÃO FRANCISCO DO SUL	1
CUNHA PORÃ	3	SÃO JOAQUIM	3
CURITIBANOS	2	SÃO JOSÉ	10
DESCANSO	2	S. LOURENÇO DO OESTE	5
DIONÍSIO CERQUEIRA	2	SÃO MIGUEL DO OESTE	1
FRAIBURGO	22	TANGARÁ	2
GAROPABA	1	TIJUCAS	7
GARUVA	2	TIMBÓ	3
GASPAR	3	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	74
GUARAMIRIM	2	TROMBUDO CENTRAL	1
HERVAL DO OESTE	1	TUBARÃO	9
IBIRAMA	3	URUBICI	3
IÇARA	3	URUSSANGA	8
IMARUÍ	1	VIDEIRA	4
TOTAL GERAL			**468**

Quantidade de demandas referentes a servidores aposentados e cidadãos:



COMARCA	MÊS DE ENTRADA	TOTAL
SERVIDORES APOSENTADOS	FEVEREIRO	2
	MARÇO	1
	ABRIL	7
	MAIO	2
	JUNHO	1
	SETEMBRO	3
	OUTUBRO	3
	NOVEMBRO	9
	DEZEMBRO	7
	TOTAL	**35**
CIDADÃOS	JULHO	2
	AGOSTO	2
	SETEMBRO	1
	OUTUBRO	4
	NOVEMBRO	2
	DEZEMBRO	2
	TOTAL	**13**
TOTAL GERAL		**48**

Obs.: O inteiro teor das manifestações está em relatório próprio arquivado na Ouvidoria dos Servidores para consulta.

OUVIDORIA JUDICIAL

A Ouvidoria Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina foi instituída pela Resolução n. 12/06-TJ, tendo como finalidade receber reclamações, críticas, elogios e sugestões relacionadas à prestação de serviços judiciais e às atividades administrativas do Poder Judiciário, encaminhando-as aos órgãos responsáveis e informando aos interessados as soluções adotadas.
Conforme dispõe a referida Resolução, no seu art. 2º, compete à Ouvidoria Judicial:

I – receber reclamações, críticas e sugestões, dirigindo-as aos órgãos responsáveis;
II – recomendar a anulação ou correção de atos contrários à lei ou às regras da boa administração, representando, quando necessário, aos órgãos superiores competentes;
III – garantir, a todos quanto procurarem a Ouvidoria Judicial, o retorno das providências adotadas a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;
IV – resguardar a todos os demandantes um caráter de discrição e de fidedignidade quanto àquilo que for transmitido;
V – sugerir medidas de aprimoramento da prestação dos serviços jurisdicionais com base nas reclamações, denúncias e sugestões recebidas;
VI – criar um processo permanente de divulgação dos seus serviços;
VII – organizar e manter atualizado arquivo relativo às comunicações recebidas;
VIII – divulgar estatísticas acerca de suas atividades;
IX – desenvolver outras atividades correlatas.
O art. 3º enumera o que não é admitido pela Ouvidoria Judicial:
I – reclamações, críticas, sugestões ou denúncias acobertadas pelo anonimato;
II – denúncias de fatos que constituam crimes, em vista das competências institucionais do Ministério Público e das polícias, ressalvadas aquelas que devam ser encaminhadas à Corregedoria-Geral da Justiça;
III – pedidos referentes a outros órgãos públicos;
IV – dúvidas a respeito de matéria processual.
É importante frisar que a Ouvidoria não dispõe de poderes correcionais e não interfere nem substitui as atribuições da Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina. Sua principal finalidade é servir de canal de mediação e de comunicação entre o jurisdicionado e o Poder Judiciário Catarinense.

A Ouvidoria Judicial, a partir da entrada em vigor da Lei n. 12.527/2011 (lei do Acesso à informação), também é responsável pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão, instituído por meio da Resolução n. 9/2012-GP. A Lei n. 12.527 assegura ao cidadão o direito fundamental de acesso à informação. A Ouvidoria, nos casos de pedido de informação com base na LAI, registra e encaminha a solicitação ao setor responsável ou informa diretamente ao interessado quando a informação estiver disponível no sítio eletrônico do TJSC (portal da transparência).

Na busca de seus objetivos, a Ouvidoria Judicial trabalha com atendimento humanizado e sem burocracias, a fim de facilitar e contribuir para o aperfeiçoamento da cidadania. A absorção das manifestações na Ouvidoria facilita o acesso da população ao Judiciário, uma vez que diminui a busca do usuário pelo setor competente para resolver a sua postulação.

Essa forma de atendimento beneficia, de um lado, os usuários porque, pela atenção despendida em seu favor, ou mesmo pelo simples recebimento de uma informação célere e correta, sentem-se satisfeitos e respeitados pelo Poder Público e, de outro, o próprio Poder Judiciário que se permite analisar as questões impostas pela população para aperfeiçoar a prestação dos seus serviços.

Dentro dessa forma de atuar, além de ouvir os cidadãos quanto as suas manifestações, a Ouvidoria Judicial também passa a ser um termômetro para a administração do TJ aferir quais os serviços vêm funcionando satisfatoriamente e quais ainda precisam de ajustes. Trata-se de uma ação estratégica e educativa sobre a estrutura e funcionamento dos nossos setores e serviços, contribuindo para uma administração eficiente e transparente.

E é esse o papel da Ouvidoria Judicial, ou seja, ao receber as manifestações sobre os serviços prestados pelo Poder Judiciário de Santa Catarina atua como facilitadora, encaminhando-as a quem incumbe responder e dando o retorno necessário ao cidadão acerca da sua postulação.

Relatório Estatístico 2014

Em atendimento ao disposto no artigo. 2º, inciso VII, da Resolução n. 12/06-TJ e no artigo 9º, inciso V da Resolução n. 103/2010 do CNJ, a Ouvidoria do Poder Judiciário de Santa Catarina apresenta o relatório de suas atividades durante o ano de 2014.

A Ouvidoria Judicial possui 5 (cinco) meios de recebimento de demandas, são eles: **atendimento telefônico, endereço eletrônico, correspondência, formulário eletrônico disponível no portal do TJSC e atendimento presencial no andar térreo da torre I.**

No ano de 2014, segundo dados colhidos, registrou-se a **entrada de 1.867 (mil e oitocentas e sessenta e sete)** demandas advindas de todos os meios de comunicação com a Ouvidoria Judicial, sendo que o formulário eletrônico e o endereço de e-mail foram os canais mais utilizados pelos demandantes, respondendo o primeiro por 44% do total de contatos e o segundo por 29%, como se observa nos gráficos abaixo:

FORMAS DE RECEBIMENTO DAS DEMANDAS

NÚMEROS TOTAIS	
Pessoalmente	79
Correio Eletrônico (e-mail)	559
Telefone	393
Correspondência	4
Formulário eletrônico disponível no portal	832

2.2 Espécies de demandas recebidas

Quanto às espécies de demandas recebidas, assim como se constatou no ano de 2013, as reclamações responderam por 46% das manifestações do público externo, seguidas pelos pedidos de informações, que somaram 44%. Os elogios e agradecimentos tiveram 2% e as sugestões 1% do total das manifestações.

As demandas recebidas foram classificadas também pelos assuntos a que se referem, sendo tal classificação útil para identificação dos principais pontos de inquietação da sociedade no âmbito do judiciário catarinense.

Observa-se pelos dados estatísticos, que as reclamações atinentes à morosidade judicial e as informações sobre o andamento processual são os temas que mais foram citados pelos demandantes.

Morosidade na tramitação processual	636
Atendimento prestado pelos servidores/pessoal e telefônico	22
Comportamento/Conduta de magistrados e servidores	32
Serviço de peticionamento eletrônico - indisponibilidade/instabilidade	76
Cartórios Extrajudiciais	42
Processo digital	8
Consulta processual	18
Não afetas ao PJSC	26
Sugestões	**27**
Elogios ou agradecimentos	**42**
Informações	**827**
Andamento processual	478
Concurso público	11
Serviço de peticionamento eletrônico	47
Expediente do Poder Judiciário	22
Contatos telefônicos	20
Cartórios Extrajudiciais	14
Processo digital	18
Pedidos de Informações com base na Lei n. 12.527/2011	33
Outras informações de caráter geral	184
Outras demandas	**108**
TOTAL	**1.867**
NÚMEROS TOTAIS	
Reclamações	**863**

RESULTADOS OBTIDOS	
Solucionadas	**1.863**
Pendentes do mesmo mês	**3**
Pendentes de meses anteriores	**1**

1ª VICE-PRESIDÊNCIA

INTRODUÇÃO

A 1ª Vice-Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça e pelo Ato Regimental nº 48/01 - TJ, alterado pelo Ato Regimental nº 54/02 - TJ, possui incumbência, dentre outras, de despachar os pedidos de suspensão de liminares e de sentenças em mandados de segurança, ação popular e ação civil pública, resolvendo os incidentes que se suscitarem. O 1º Vice-Presidente também integra o Conselho da Magistratura e o Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, competindo-lhe, ainda, a presidência das seguintes Comissões Permanentes: Divisão e Organização Judiciárias; Regimento Interno; Jurisprudência; Concurso para Ingresso na Magistratura, inclusive Juiz Auditor da Justiça Militar; Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro; Concurso para Advogado de Ofício do Judiciário e da Justiça Militar, bem como os demais concursos para ingresso no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

Informações relativas ao período compreendido entre 7/1/2014 a 17/12/2014.

1. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINARES E DE SENTENÇAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

1.1 Total de Feitos: 29

2. AGRAVOS E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS NOS PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

2.1 Total de Feitos: 14

3. JULGAMENTOS DE MÉRITO NO CONSELHO DA MAGISTRATURA

3.1 Total de Feitos: 7

4. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

4.1 Total de Feitos: 3.351

5. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

5.1 Total de Feitos: 76

6. PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

6.1 Total de Feitos: 3

7. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

7.1 Total de Feitos: 31

7.1.1 Informações à Presidência: 10

7.1.2 Informações ao CNJ: 2

7.1.3 Informações ao STJ: 1

7.1.4 Informações em Mandado de Segurança: 17

7.1.5 Informações à Procuradoria-Geral do Estado: 1

8. DESPACHOS E DECISÕES DIVERSAS

8.1 Total: 511

9. COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS - Portaria n. 38/14-GP - 11/03/2014.

Des. José Antônio Torres Marques - Presidente

Des. Ronei Danielli - Titular

Des. Domingos Paludo - Titular

Des. Carlos Adilson Silva - Titular

Juiz de Direito de 2º Grau Paulo Henrique Moritz Martins - Titular

Juiz de Direito de 2º Grau Guilherme Nunes Born - Titular
Representantes da Associação dos Magistrados Catarinenses:

Juiz Marlon Negri - Titular

Juiz Rafael Maas dos Anjos - Suplente

10.1. Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência: 27

10.1.1 Conclusos à Presidência: 6

10.1.2 Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: 7 (5 arquivados)

10.1.3 Feitos distribuídos aos integrantes da CPDOJESC: 7

10.1.4 Diligências a outros órgãos administrativos: 7

10.2 Reuniões: 4

10.2.1 Processo n. 517681-2013.6– Requerente: Juízes da comarca de Gaspar; Assunto: Designação de Juiz Cooperador e Modificação do Código de Divisão e Organização Judiciárias; Relator: Des. Ronei Danielli; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Exmo. Des. Ronei Danielli, no sentido de encaminhar os autos à Corregedoria-Geral da Justiça, à Assessoria de Planejamento - ASPLAN, e colher, por fim, a manifestação dos magistrados da comarca de Blumenau (28/04/2014); remessa do feito à ASPLAN no dia 15/08/2014.

10.2.2 Processo n. 379462-2010.8 - Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Assunto: Proposta de integração da comarca de Abelardo Luz com a comarca de São Domingos; Relator: Des. Ronei Danielli; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto apresentado pelo relator, Exmo. Des. Ronei Danielli, no sentido de indeferir, por ora, o pedido, e determinar a remessa do feito à 1ª Vice-Presidência para que seja apensado ao processo que tramita na ASPLAN e que trata da criação da Vara Regional na Comarca de Xanxerê, que albergaria parte das ações em trâmite na comarca de Abelardo Luz; remessa do feito à ASPLAN no dia 05/05/2014.

10.2.3 Processo n. 504966-2013.0 - Requerente: Juiz de Direito da comarca de Ibirama; Assunto: Proposta de regulamentação das competências das 1ª e 2ª Varas da comarca de Ibirama; Relator: Des. Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Exmo. Des. Domingos Paludo, no sentido de julgar parcialmente procedente o pedido de redefinição das competências da 1ª e 2ª Varas da Comarca de Ibirama, para a adoção do padrão de n. 2 da ASPLAN para a distribuição dos feitos naquela comarca (28/04/2014); remessa do feito à Presidência no dia 02/05/2014.

10.2.4 Processo n. 433293-2011.8 - Requerente: Escrivão de Paz de São Ludgero; Assunto: Proposta de alteração dos arts. 70, 128, 129 e 342 do CDOJ; Relator: Des. Carlos Adilson Silva, Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Exmo. Des. Carlos Adilson Silva, no sentido de não conhecer da proposta de alteração do Código de Divisão e Organização Judiciárias, e determinar o arquivamento do feito (30/06/2014); arquivamento administrativo dos autos no Gabinete da 1ª Vice-Presidência no dia 10/07/2014.

10.2.5 Processo n. 477366-2012.7 - Requerente: Núcleo Operacional de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Assunto: Alteração da competência da Vara da Infância e Juventude da comarca de Lages; remessa do feito à ASPLAN no dia 19/03/2014.

10.2.6 Processo n. 538559-2014.8 - Requerente: Des. Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu; Assunto: Proposta de uniformização do procedimento administrativo disciplinar dos notários e registradores; Relator: Dr. Paulo Henrique Moritz Martins; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Exmo. Dr. Paulo Henrique, no sentido de converter o julgamento em diligência, com a finalidade de que os membros da Comissão tenham ciência do conteúdo da minuta de fls. 143/166, para posterior deliberação sobre o tema (28/04/2014); Observação: Apesar de ter sido confeccionada certidão de julgamento do processo, o conteúdo desta não foi cumprido em razão da necessidade de retorno dos autos ao relator para estudos e a elaboração de minuta que disponha sobre o regime disciplinar dos notários e registradores (30/05/2014); feito remetido ao Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça (Serventias Extrajudiciais) no dia 30/06/2014.

10.2.7 Processo n. 200915-2004.3– Requerente: 1º Vice-Presidente; Assunto: Proposta de modificação da Lei de Organização e Disciplina dos serviços auxiliares do Foro Extrajudicial; Relator: Dr. Guilherme Nunes Born; distribuição dos autos ao relator no dia 19/03/2014.

10.2.8. Processo n. 357847-2009.0 - Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça; Assunto: Sugestão de outorga de atribuição da função de Corregedor juntos aos presídios para o juízo da Execução Penal; Relator: Des. Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Exmo. Des. Domingos Paludo, no sentido de arquivar o feito, pois os pedidos formulados encontram-se prejudicados em razão de diversos atos normativos editados por esta Corte de Justiça que trataram da matéria (28/04/2014); remessa do feito à Presidência no dia 02/05/2014.

10.2.9. Processo n. 375307-2010.7 - Requerente: Coordenadoria da Execução Penal da Infância e Juventude; Assunto: Competência para as ações para a apuração de ato infracional; Relator: Dr. Marlon Negri; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher a questão de ordem apresentada pelo Presidente, Exmo. Des. Torres Marques, no sentido de reconhecer que a Comissão Permanente de Regimento Interno possui atribuição para analisar a proposta das competências dos órgãos judicantes desta Corte de Justiça e determinar a remessa do feito àquela comissão; feito remetido à Comissão Permanente de Regimento Interno no dia 02/07/2014.

10.2.10. Processo n. 538342-2014.0 - Requerente: Juiz de Direito da comarca de Rio do Sul; Assunto: Proposta de alteração da denominação da 3ª Vara Cível da Comarca de Rio Sul para Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos; Relator: Des. Carlos Adilson; distribuição do processo ao relator no dia 23/04/2014.

10.2.11 Processo n. 407941-2011.8 - Requerente: Coordenadoria da Execução Penal da Infância e Juventude; Assunto: Atribuição de competência exclusiva de vara para processar e julgar os crimes cometidos com violência contra criança e adolescente; Relator: Dr. Paulo Henrique Moritz Martin; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Exmo. Dr. Paulo Henrique, no sentido de indeferir o pedido e determinar o arquivamento do feito (25/08/2014); arquivamento do processo no gabinete da 1ª Vice-Presidência no dia 10/09/2014.

10.2.12 Processo n. 408709-2011.7 - Requerente: Coordenadoria da Execução Penal da Infância e Juventude; Assunto: Relatório final n. 3/2010, da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a utilização da internet para a prática de crime de “pedofilia”, bem como a relação destes com o crime organizado; Relator: Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Dr. Paulo Henrique, no sentido de indeferir o pedido e determinar o arquivamento do feito (25/08/2014), arquivamento do processo no gabinete da 1ª Vice-Presidência no dia 10/09/2014.

10.2.13 Processo n. 414296-2011.9 - Requerente: Juiz de Direito da Vara da Justiça Militar; Assunto: Estudo acerca da regularização da Vara da Justiça Militar; Relator: Des. Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, disponibilizar cópia

digitalizada do feito aos integrantes, para posterior deliberação sobre o tema, e conceder nova vista dos autos ao relator, Exmo. Des. Domingos Paludo (25/08/2014); feito remetido ao relator no dia 26/08/2014.

10.2.14 Processo n. 529817-2013.2 - Requerente: OAB - Seccional Santa Catarina; Assunto: Redefinição das competências das 1ª e 2ª Varas da comarca de Fraiburgo; Relator: Dr. Marlon Negri; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Exmo. Dr. Marlon Negri, no sentido de readequar as competências das Varas da comarca de Fraiburgo ao padrão adotado em Maravilha, conforme proposta nº 1 do estudo de fl. 15, e determinar a remessa do feito ao setor de técnica legislativa deste Tribunal de Justiça (25/08/2014); feito remetido à Presidência pela Secretária de Técnica Legislativa no dia 18/09/2014.

10.2.15 Processo n. 311078-2008.8 - Requerente: Juíza de Direito da Comarca de Tubarão; Assunto: Pedido de acumulação de competência dos feitos que envolvam os idosos na Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da comarca de Tubarão; Relator: Des. Ronei Danielli; distribuição do processo ao relator no dia 22/10/2014, devolução do feito à 1ª Vice-Presidência no dia 11/11/2014.

10.2.16 Processo n. 773/2014 (Processo no SPA) - Requerente: Governador do Estado de Santa Catarina; Assunto: Proposta de modificação da denominação do Fundo Especial da Defensoria Dativa, previsto nas Leis Complementares n. 188/99 e 391/07, para Fundo da Defensoria Pública; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Des. Ronei Danielli, no sentido de não conhecer do pedido e determinar a remessa do feito à Presidência deste Tribunal de Justiça; Observação: o processo foi devolvido pela Presidência em razão da apresentação do Projeto de Lei do Governador para o Fundo de Reaparelhamento da Defensoria Dativa para a Defensoria Pública para reapreciação (23/07/2014), feito remetido ao relator no dia 23/07/2014, processo devolvido pelo relator a 1ª Vice-Presidência no dia 11/11/2014.

10.2.17 Processo n. 519050-2013.9 - Requerente: Conselho Nacional de Justiça; Assunto: Recomendação do CNJ para que o Tribunal de Justiça promova a especialização de varas para processar e julgar as ações que tenham por objeto o direito à saúde. Relator: Dr. Guilherme Nunes Born; processo distribuído ao relator no dia 27/06/2014.

10.2.18 Processo n. 549829-2014.5 - Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça; Assunto: Requerimento de criação do 2º Juizado Especial Cível na comarca de Chapecó; remessa do feito à ASPLAN no dia 04/07/2014; determinação de arquivamento dos autos em razão da instalação do 2º Juizado Especial Cível na comarca de Chapecó feita nos autos de n. 550179-2014.2; arquivamento do processo no Gabinete da 1ª Vice-Presidência no dia 19/11/2014.

10.2.19 Processo n. 536272-2014.5 - Requerente: Presidente do Tribunal de Justiça; Assunto: Proposta de extinção da unidade judiciária de cooperação da comarca de Tubarão; Relator: Dr. Marlon Negri; Decisão:

A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Exmo. Dr. Marlon Negri, no sentido de aprovar a proposta de extinção da Unidade Judiciária de Cooperação da comarca de Tubarão, nos termos da minuta de resolução de fl. 42 (25/08/2014), feito remetido à Presidência no dia 26/08/2014.

10.2.20 Processo n. 549725-2014.6 - Requerente: Juiz de Direito da comarca de Herval d'Oeste; Assunto: Criação da Comarca Metropolitana de Joaçaba/Herval d'Oeste; Relator: Des. Domingos Paludo; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Exmo. Des. Domingos Paludo, no sentido de indeferir o pedido e determinar o arquivamento do feito (25/08/2014); arquivamento do processo no gabinete da 1ª Vice-Presidência (25/08/2014).

10.2.21 Processo n. 553456-2014.9 - Requerente: OAB - Seccional Santa Catarina; Assunto: Proposta de alteração das Resoluções n. 18/2010 e 8/2012 do TJSC, para a modificação da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública para possibilitar a execução da remuneração fixada aos defensores dativos; feito remetido à ASPLAN no dia 08/08/2014.

10.2.22 Processo n. 55082-2014.3 - Requerente: Corregedor-Geral da Justiça; Assunto: Pedido de redefinição das competências da Vara das Sucessões e Registros Públicos da Comarca da Capital; Relator; feito remetido à ASPLAN no dia 25/08/2014.

10.2.23 Processo n. 2014.900034-5 - Requerente: Assessoria de Custas da Corregedoria-Geral da Justiça; Assunto: Projeto de lei que tem por objeto a modificação dos itens IV e V do número 11 e as 2ª e 3ª notas da Tabela I - Atos do Tabelião, da Lei Complementar n. 219/01, que dispõe sobre o valor dos emolumentos dos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei Federal n. 10.069/00; Relator: Des. Carlos Adilson Silva; feito distribuído ao relator no dia 17/09/2014.

10.2.24 Processo n. 319125-2008.7 - Requerente: Conselho Nacional de Justiça; Assunto: Regulamentação da eleição e remuneração dos Juízes de Paz; Relator: Dr. Paulo Henrique Moritz Martins; feito distribuído ao relator no dia 23/10/2014.

10.2.25 Processo n. 550179-20142 - Requerente: Coordenadoria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Soluções Alternativas de Conflitos; Assunto: Proposta de instalação do 2º Juizado Especial na comarca de Chapecó; Relator: Des. Ronei Danielli; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Exmo. Des. Ronei Danielli, no sentido de aprovar a criação e a instalação do 2º Juizado Especial Cível na comarca de Chapecó, conforme minuta proposta (10/11/2014); feito remetido à Presidência no dia 11/11/2014.

10.2.26 Processo n. 561943-2014.2 - Requerente: Assessoria de Planejamento - ASPLAN; Assunto: Proposta de instalação do 2º Juizado Especial Cível na comarca de Balneário Camboriú; Relator: Des. Ronei Danielli; Decisão: A Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias decidiu, à unanimidade, acolher o voto do relator, Exmo. Des. Ronei Danielli, no sentido de aprovar a criação e instalação do 2º Juizado Especial Cível da comarca de Balneário Camboriú, conforme minuta proposta (10/11/2014); feito remetido à Presidência no dia 11/11/2014.

10.2.27 Processo n. 562196-2014.8 - Requerente: Assessoria de Planejamento - ASPLAN; Assunto: Proposta de criação da Região Metropolitana de Florianópolis; Relator: Des. Carlos Adilson Silva; feito distribuído ao relator no dia 13/11/2014.

11. COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO - Portaria 40/2014 - GP

Des. José Antônio Torres Marques - Presidente

Des. João Henirque Blasi - Titular

Des. Salim Schead dos Santos - Titular

Juiz de Direito de 2º Grau Edson Cardoso Filho - Titular

Juíza de Direito de 2º Grau Janice Goulart Garcia Ubialli - Titular

Secretário da comissão:

- Maurício Martins Nalepa

11.1 Total de processos distribuídos na comissão: 10

11.1.1 Conclusos à Presidência: 0

11.1.2 Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: 2

11.1.3 Procedimentos encerrados e remetidos a outras unidades administrativas: 8

11.2 Reuniões: 5

11.2.1 Processo n. 539880-2014.0 - Proposta de alteração do Regimento Interno nos casos de suspeição e impedimento envolvendo ações de controle concentrado de constitucionalidade. Decisão: A Comissão Permanente de Regimento Interno, ao apreciar o processo em epígrafe decidiu, à unanimidade, acolher o

voto apresentado pela Relatora e aprovar a minuta de Ato Regimental que altera a redação do art. 16, parágrafo único, do Regimento Interno; feito remetido à Presidência no dia 17/11/2014.

11.2.2 Processo SPA n. 224/2014 - Proposta de alteração do Regimento Interno para proporcionar a participação dos magistrados de 1º Grau na eleição de cargos diretivos do TJSC. Decisão: A Comissão Permanente de Regimento Interno, ao apreciar o processo em epígrafe decidiu, à unanimidade, acolher o voto do Relator, no sentido de rejeitar a proposta apresentada pela AMB e AMC, tendo em vista decisão contrária do STF; feito remetido à Presidência no dia 16/6/2014.

11.2.3 Processo n. 541217-2014.0 - Questionamento a respeito da substituição do 1º Vice-Presidente pelo 2º Vice-Presidente e assim sucessivamente. Decisão: A Comissão Permanente de Regimento Interno, ao apreciar o processo em epígrafe decidiu, à unanimidade, acolher o voto do Relator, no sentido de que a matéria está regulamentada no Ato Regimental n. 48/01, o qual dispõe sobre as competências e atribuições do 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes; feito remetido à Presidência no dia 13/6/2014.

11.2.4 Processo n. 544933-2014.2 - Proposta de alteração do art. 142 do Regimento Interno. Decisão: A Comissão Permanente de Regimento Interno, ao apreciar o processo em epígrafe decidiu, por votação unânime, acolher o voto apresentado pela Relatora e aprovar a minuta de Ato Regimental que revoga o art. 142 do Regimento Interno e altera a redação do caput do art. 196 do referido ato normativo; feito remetido à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa no dia 25/9/2014.

11.2.5 Processo n. 540852-2014.0 - Proposta de adequação do organograma dos órgãos administrativos do TJSC. Decisão: A Comissão Permanente de Regimento Interno decidiu, por votação unânime, aprovar a minuta de Ato Regimental para alterar a redação dos artigos 1º, 3º e 5º, do Ato Regimental n. 76/06-TJ, que criou o Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, tendo em vista a inexistência de vinculação do referido Conselho à estrutura organizacional da Corte, bem como determinar o retorno do procedimento ao Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais para análise da adequação do organograma administrativo do Tribunal; feito remetido ao Conselho de Gestão no dia 23/7/2014.

11.2.6 Processo n. 356070-2009.8 - Proposta de alteração regimental para a formatação de Acórdãos, com a inclusão do nome do Procurador de Justiça que lavrou o parecer e do que esteve presente na sessão de julgamento do órgão fracionário. Decisão: A Comissão Permanente de Regimento Interno, ao apreciar o processo em epígrafe decidiu, à unanimidade, acolher o voto apresentado pelo Relator e aprovar a minuta de Ato Regimental que altera a redação do caput do art. 148 do Regimento Interno; feito remetido à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa no dia 4/12/2014.

11.2.7 Processo n. 375307-2010.7 - Proposta de ato regimental para alteração da competência dos órgãos fracionários com atribuição para o julgamento de procedimento de ato infracional. Decisão: A Comissão

Permanente de Regimento Interno decidiu, por votação unânime, acolher o voto apresentado pelo Relator e aprovar a minuta de Ato Regimental que altera a redação do caput do art. 1º do Ato Regimental n. 18/1992, acrescenta a alínea "e" ao inc. I do art. 1º e revoga a alínea "a" do inciso I do art. 2º, do referido ato normativo; feito remetido à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa no dia 23/7/2014.

11.2.8 Processo n. 540959-2014.4 (apensos 513309-2013.2 e 558439-2014.6) - Levantamento da quantidade de recursos em tramitação do TJSC no ano de 2014, referente às matérias de direito de família, idosos, infância e juventude, ato infracional, sucessões, tutela, curatela e ausência, internação compulsória, saúde, educação pública e privada, previdência social e acidentária, previdência privada. Decisão: A Comissão Permanente de Regimento Interno decidiu, por votação unânime, cindir a análise dos feitos e deliberar: (i) pela criação da 5ª Câmara de Direito Público, (ii) pela criação de 3 cargos de Desembargador e de 1 cargo de Juiz de Direito de 2º Grau, todos com lotação específica no Órgão Julgador a ser instalado, e (iii) pela inclusão das demais propostas apresentadas para exame conjunto no processo administrativo n. 224179-2005.0, que trata do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça; feito remetido à Presidência no dia 10/12/2014.

12. COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA - Portaria n. 39/2014-GP 11/03/2014

Des. José Antônio Torres Marques - Presidente

Des. Luiz Fernando Boller

Juiz de Direito de Segundo Grau Leopoldo Augusto Brüggemann

Secretária da Comissão:

- Liana Rigon Dorneles de Morais

12.1 Total de processos para exame: 1

12.2 Reuniões: 4

12.2.1 Criação do Anuário das Turmas de Recursos do Sistema de Juizados Especiais do Estado de Santa Catarina, publicação com periodicidade anual constituída por julgados de relevo das Turmas de Recursos e da Turma de Uniformização do Sistema de Juizados Especiais, competindo à Comissão Permanente de Jurisprudência a seleção e a definição do número de acórdãos a serem publicados.

12.2.2 Publicação da Revista Jurisprudência Catarinense - JC n. 127, com projeto gráfico, editoração eletrônica, impressão e acabamento realizados pela Divisão de Artes Gráficas do Tribunal.

12.2.3 Processo n. 453870-2012.6 - Continuidade do processo administrativo destinado a transformar a versão eletrônica da Revista Jurisprudência Catarinense em repositório autorizado dos Tribunais Superiores. Conclusão da aquisição do registro ISSN para a revista eletrônica.

12.2.4 Deliberação no sentido da permanência da Revista Jurisprudência Catarinense na versão impressa, bem como da continuidade como repositório autorizado do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

12.2.5 Manutenção do Informativo da Jurisprudência Catarinense, que passou a ser publicado no primeiro dia do mês seguinte ao volume correspondente.

12.2.6 Redução da tiragem da Revista Jurisprudência Catarinense para 300 exemplares.

12.2.7 Decisão no sentido de fazer contato, via correio eletrônico, com todas as Bibliotecas dos Tribunais do país, bem como com as Instituições de Ensino Superior do Estado, a fim de questioná-las sobre o interesse em receber os fascículos armazenados na Divisão de Almoxarifado, além de entregar exemplares a estudantes que assistem a sessões de julgamento desta Corte de Justiça.

12.2.8 Realização de estudos com a finalidade de proceder a alterações e melhorias no sítio eletrônico desta Corte, especialmente com destaque aos itens relacionados à jurisprudência.

12.2.9 Encaminhado ofício ao Supremo Tribunal Federal com a solicitação de registro da versão eletrônica da Revisa Jurisprudência Catarinense como repositório autorizado da jurisprudência da Corte Suprema.

12.2.10 Processo n. 453870-2012.6 - Aquisição do certificado de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), por intermédio da Diretoria de Tecnologia da Informação, em razão de ser um requisito para a solicitação de registro da versão eletrônica da Revisa Jurisprudência Catarinense como repositório autorizado da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

12.2.11 Lançamento do Anuário das Turmas de Recursos no evento de celebração dos 123 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

12.2.12 Confecção da versão eletrônica do Anuário das Turmas Recursos, com disponibilização aos usuários por meio do sítio eletrônico até o final do corrente ano.

12.2.13 Envio de exemplares do Anuário das Turmas de Recursos aos magistrados catarinenses e à Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina.

12.2.14 Solicitação do registro ISSN para o Anuário das Turmas de Recursos efetuada e concluída com sucesso.

12.2.15 Apresentado o projeto de Resolução que institui o Anuário das Turmas de Recursos à Comissão Permanente de Jurisprudência para análise e posterior deliberação.

12.2.16 Sugerida a revisão da lista de destinatários da Revista Jurisprudência Catarinense, porquanto abrange autoridades e instituições nacionais e internacionais que, por vezes, não demonstram interesse na continuação do recebimento, além de o envio ocasionar gastos desnecessários a esta Corte. Decisão de que a questão permanecerá em estudo e será analisada na próxima reunião.

12.2.17 Finalizada a seleção dos acórdãos para publicação na Revista Jurisprudência Catarinense - JC 128, com lançamento previsto para o primeiro trimestre de 2015.

13. COMISSÃO DE CONCURSOS

13.1 Comissão para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina - Resolução n. 10/2010-TJ (Concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina - Edital n. 408/2010)

Concurso encerrado e homologado pelo Tribunal Pleno, na sessão de 5 de junho de 2013, em relação aos 58 (cinquenta e oito) aprovados, não sendo apreciada a regularidade do certame quanto aos candidatos Fernando Curi e José Adilson Bittencourt Júnior.

Comissão Central

Des. Torres Marques - Presidente

Des. Cid José Goulart Júnior - titular

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Santa Catarina:

Dr. Márcio Luiz Fogaça Vicari - OAB/SC - Titular

Dr. Joel de Menezes Niebuhr - OAB/SC - Suplente

13.1.1 Atos Administrativos

13.1.1.1 Edital n. 28/2014 - Cumprimento de decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos do Mandado de Segurança n. 32.042, em que é impetrante José Adilson Bittencourt Júnior. Publicação da nota obtida no curso de formação e aperfeiçoamento, divulgação da homologação dos títulos do candidato e da sua média final, considerando-o aprovado no 56º lugar no certame. Apresentação do relatório ao Tribunal Pleno na sessão de 17 de setembro de 2014, que o homologou.

13.1.1.2 Processo Administrativo n. 488327-2012.6 - Requerente Fernando Curi. Pedido de revisão administrativa da nota da prova oral. Decisão: não conhecer. Recurso administrativo e agravo regimental, ambos não recebidos.

13.2 Comissão para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina - Resolução n. 20/2012-TJ (Concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina - Edital n. 3/2013)

Comissão Central

Des. Torres Marques - Presidente

Des. Jorge Luiz de Borba - titular
Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Santa Catarina:

Dr. Orlando Celso da Silva Neto - OAB/SC - Titular

Dr. Flaviano Vetter Tauscheck - OAB/SC - Suplente

Comissão Examinadora da Segunda Etapa (Portaria n. 8/2013)

Desa. Sônia Maria Schmitz - Presidente

Des. Tulio José Moura Pinheiro - Titular

Juiz de Direito Álvaro Luiz Pereira de Andrade - Titular

Juíza de Direito Adriana Lisboa - Titular
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Santa Catarina:

Dr. Leandro Gornicki Nunes - OAB/SC - Titular

Comissão Examinadora da Prova Oral (Portaria n. 7/2014)

Des. Monteiro Rocha - Presidente

Des. Alexandre d'Ivanenko

Des. Raulino Jacó Brüning

Des. Ronei Danielli

Juiz de Direito Stephan Klaus Radloff
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Santa Catarina:

Dr. Leandro Gornicki Nunes - OAB/SC

13.2.1 Atos Administrativos

13.2.1.1 Edital n. 01/2014 - Tornou pública a data da realização da sessão para julgamento dos recursos interpostos à prova discursiva teórica.

13.2.1.2 Edital n. 03/2014 - Resultado do julgamento dos 60 recursos da prova discursiva teórica, com as notas dos candidatos e a divulgação dos nomes daqueles que teriam corrigidas as provas de sentença; publicou-se, também, a data da sessão de separação das respectivas provas e a contraidentificação.

13.2.1.3 Edital n. 04/2014 - Publicação da eliminação de candidato por não haver comparecido na prova de sentença penal.

13.2.1.4 Edital n. 05/2014 - Cumprimento da decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 2014.015963-6, designando sessão pública para julgamento de recurso.

13.2.1.5 Edital n. 06/2014 - Divulgação do resultado do julgamento do recurso administrativo n. 524044-2013.1 e da data para a publicação das notas atribuídas às provas práticas de sentença civil e criminal.

13.2.1.6 Edital n. 07/2014 - Divulgação das notas das provas práticas de sentença civil e criminal com a identificação dos candidatos.

13.2.1.7 Edital n. 10/2014 - Ciência da data de julgamento, em sessão pública, dos 14 (quatorze) recursos interpostos ao resultado da prova prática de sentença civil e criminal.

13.2.1.8 Edital n. 11/2014 - Resultado do julgamento dos recursos das provas práticas de sentença civil e criminal, identificação dos candidatos e relação daqueles aprovados na segunda etapa do certame, divulgando, ainda, o início do prazo para o requerimento da inscrição definitiva.

13.2.1.9 Edital n. 12/2014 - Relação de exames a ser apresentados no ato da avaliação médica.

13.2.1.10 Edital n. 13/2014 - Homologação de pedido de desistência de candidato.

13.2.1.11 Edital n. 14/2014 - Convocação para o exame psicotécnico e para a avaliação médica.

13.2.1.12 Edital n. 15/2014 - Homologação de pedido de desistência de candidato.

13.2.1.13 Edital n. 16/2014 - Exclusão de candidatos por não terem protocolizado requerimento de inscrição definitiva.

13.2.1.14 Edital n. 19/2014 - Pontos para a prova oral.

13.2.1.15 Edital n. 20/2014 - Inscrições definitivas deferidas e datas das arguições orais dos candidatos.

13.2.1.16 Edital n. 21/2014 - sorteio público e formação dos grupos habilitados á prova oral.

13.2.1.17 Edital n. 23/2014 - Deferimento de inscrição definitiva de uma candidata.

13.2.1.18 Edital n. 24/2014 - Sessão pública de abertura dos envelopes e divulgação das médias dos candidatos na prova oral, da pontuação dos títulos e a relação dos habilitados ao curso de formação para Ingresso na Carreira da Magistratura.

13.2.1.19 Edital n. 31/2014 - Torna pública a data da sessão de julgamento dos 2 recursos interpostos contra a prova de títulos.

13.2.1.20 Edital n. 32/2014 - Divulgação do resultado do julgamento dos recursos interpostos contra a prova de títulos.

13.2.2 Reuniões das Comissões: 16

13.2.3 O curso de formação para ingresso na Carreira da Magistratura iniciou em 1º de setembro de 2014, pelo período de 4 meses.

13.2.4 A perspectiva da apresentação do relatório final ao Tribunal Pleno é para a sessão de 4 de fevereiro de 2015, ultimando, assim, os atos da Comissão.

13.3 Concurso de Ingresso, por Provimento ou Remoção, na Atividade Notarial e de Registro no Estado de Santa Catarina (Deflagrado pelo Edital n. 346/2011 e alterado pelo Edital 176/2012)

Comissão do Concurso

Des. José Antônio Torres Marques - Presidente

Juiz de Direito de Segundo Grau Gerson Cherem II

Juiz de Direito Carlos Roberto da Silva

Juiz de Direito Luís Francisco Delpizzo Miranda

Representante do Ministério Público

- Procurador de Justiça Ivens José Thives de Carvalho

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Santa Catarina:

· Dr. Marcos Andrey de Sousa - OAB/SC

Registrador

- Dr. Miguel Ângelo Zanini Ortale

Tabeliã

- Dra. Adelaide da Silva Jardim

13.3.1 Atos Administrativos

13.3.1.1 Edital 9/2014 - Inclusão de dados referentes à serventia ofertada no certame.

13.3.1.2 Comunicado - Informação quanto à suspensão do concurso pelo Supremo Tribunal Federal.

13.3.1.3 Edital 29/2014 - Homologação de desistência do certame por candidato regularmente inscrito.

13.3.1.4 Portaria 12/2014 - Desligamento e nomeação de membros da Comissão do Concurso.

13.3.2. Reuniões da Comissão: 2

13.4 Concurso para Provimento do Cargo de Analista Jurídico do Quadro do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Edital 193/2011).

· José Antônio Torres Marques - Presidente

13.4.1 Atos Administrativos

13.4.1.1 Edital 2/2014 - Cumprimento da decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 0014031-59-2013.8.24.0023.

13.4.1.2 Edital 8/2014 - Cumprimento da decisão liminar proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0303751-19.2014.8.24.0023.

13.4.1.3 Edital 17/2014 - Cumprimento da decisão liminar proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0310072-70.2014.8.24.0023.

13.4.1.4 Edital 18/2014 - Cumprimento da decisão proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0320502-81.2014.8.24.0023.

13.4.1.5 Edital 22/2014 - Cumprimento da decisão proferida nos autos da Apelação n. 2014.013268-5.

13.4.1.6 Edital 25/2014 - Cumprimento da decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 2013.020750-1.

13.4.1.7 Edital 26/2014 - Cumprimento da decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 2013.017511-8.

13.4.1.8 Edital 27/2014 - Cumprimento da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento n. 2013.055036-1.

13.4.1.9 Edital 30/2014 - Cumprimento de decisões judiciais.

13.4.1.10 Edital 33/2014 - Cumprimento de decisões judiciais.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

RESUMO ESTATÍSTICO DOS PROCESSOS DA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA - 2014											
MÊS	PENDENTES (1)	SUSPENSOS (2)	RECEBIDOS	RESP ENTRADOS	RE ENTRADOS	RESP ADMITIDOS	RESP NEGADOS	RE ADMITIDOS	RE NEGADOS	DECISÕES DIVERSAS	TOTAL DECISÕES (3)
JAN	1.269	986	616	423	103	85	174	27	545	268	1.099
FEV	1.557	1.003	1.103	569	159	163	239	126	123	317	968
MAR	1.472	998	625	282	83	104	271	17	51	376	819
ABR	1.484	971	1.111	435	121	185	335	142	103	419	1.184
MAI	1.178	901	1.123	468	111	184	495	103	113	583	1.478
JUN	841	934	592	338	64	167	332	32	94	288	913
JUL	932	960	603	388	114	132	356	22	97	344	951
AGO	975	992	688	468	142	133	260	18	70	300	781
SET	971	1.010	627	389	120	86	257	27	78	407	855
OUT	1.065	1.032	696	438	125	121	322	15	101	326	885
NOV	939	1.529	657	452	115	133	365	27	115	320	960
DEZ	886	1.538	477	322	72	92	260	17	89	224	682
TOTAL	886	1.538	8.918	4.972	1.329	1.585	3.666	573	1.579	4.172	11.575

RE - RECURSO EXTRAORDINÁRIO
RESP - RECURSO ESPECIAL

(1) Números que correspondem à quantidade de recursos pendentes.
(2) Números que correspondem à quantidade que permanecem sobrestados no período.
(3) Soma das colunas correspondentes a recursos especiais e extraordinários negados e admitidos e decisões diversas.

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

RESUMO DOS DADOS ENCAMINHADOS À CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (PERÍODO: 01/02/2014 A 31/12/2014)											
MÊS	Pendentes	Suspensos	Recebidos	REsp entrados	Rext Entrados	Resp Admitido	Resp Negado	Rext Admitido	Rext Negado	Outros despachos	Despachos do mês
FEV/14	4.686	12.535	4.195	1.569	138	93	1.079	1	101	1.358	2.632
MAR/14	4.752	11.812	3.225	1.025	78	117	1.688	1	173	1.336	3.315
ABR/14	5.238	11.080	2.378	1.091	103	101	1.286	0	111	873	2.371
MAI/14	4.007	11.994	1.453	1.128	118	149	1.555	0	49	1.298	3.051
JUN/14	4.270	11.155	2.627	1.197	149	147	1.808	0	249	527	2.731
JUL/14	3.920	10.513	2.430	1.219	114	148	1.683	0	278	1.232	3.341
AGO/14	4.224	10.244	2.547	1.495	77	144	1.225	1	129	1.237	2.736
SET/14	4.518	10.167	1.860	1.314	74	105	1.017	0	58	840	2.020
OUT/14	3.977	10.201	1.636	1.189	57	212	1.466	0	68	1.018	2.764
NOV/14	3.788	10.355	1.713	1.267	59	157	1.297	0	63	1.073	2.590
DEZ/14	3.598	10.135	1.230	962	47	82	895	0	44	641	1.662
TOTAL	**3.598**	**10.135**	**25.294**	**13.456**	**1.014**	**1.455**	**14.999**	**3**	**1.323**	**11.433**	**29.213**

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório visa divulgar as principais informações estatísticas e atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina no exercício de 2014.

Este compêndio, que engloba tanto os dados da produtividade jurisdicional quanto das atividades desenvolvidas administrativamente, materializa o cumprimento de nossa Missão Institucional, que estabelece, como eixo principal de atuação, as seguintes premissas:

Orientar, apoiar e fiscalizar a atividade judicial e extrajudicial na busca permanente do aprimoramento e da efetividade da prestação jurisdicional.

Aproveitamos a oportunidade para reconhecer a dedicação e o esforço de todos os colaboradores que tornaram possível a concretização dos objetivos delineados.

Muito há por fazer, mas, por certo, os avanços conseguidos reforçam o alicerce sobre o qual continuaremos a edificar um Poder Judiciário que seja reconhecido por sua eficiência, celeridade e ações humanizadas.

2. NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

2.1 NÚCLEO I: Orientação Institucional

Durante o ano de 2014, tramitaram neste Núcleo 787 procedimentos administrativos disciplinares, dos quais 243 eram remanescentes do ano anterior e 544 distribuídos no transcurso deste ano. Desses 787 procedimentos administrativos disciplinares, 492 foram arquivados e 295 permanecem em trâmite.

Na tramitação desses procedimentos, foram proferidas 701 decisões, instaurados 4 processos administrativos disciplinares contra servidores e realizadas 2 propostas de instauração de processo administrativo disciplinar contra magistrado.

Foram apreciados 58 procedimentos de vitaliciamento de juízes substitutos.

Outrossim, foram prestados vários atendimentos a magistrados, servidores e jurisdicionados, que contabilizam: 4.830 por telefone, 5.780 por correspondência eletrônica e 480 pessoalmente.

2.2 NÚCLEO II: Planejamento, Projetos e Revisão do Código de Normas

Atividades desenvolvidas durante o ano de 2014
O Núcleo II da CGJ atuou no ano de 2014 no desenvolvimento de inúmeros projetos e iniciativas de alta relevância na atividade jurisdicional de primeiro grau. Considerando os objetivos estratégicos definidos nesta gestão, como orientação, criou-se grupo de servidores de diversos setores deste órgão e da área de

tecnologia e planejamento do Tribunal de Justiça para análise das questões relacionadas às dúvidas advindas do processo eletrônico.

Quanto ao apoio, existe projeto conduzido por esta Casa que visa promover a gestão da unidade jurisdicional por meio de ferramentas de autoavaliação da produtividade da unidade. Nos serviços oferecidos à sociedade, destaca-se a atuação do Programa Permanente de Julgamento Prioritário e do CGJ-Apoia, que, por meio do incentivo ao julgamento de processos, refletiu em incremento na entrega jurisdicional.

O Setor de Atendimento, com a implementação de *softwares* locais e na internet, também se destaca como serviço que será entregue à sociedade no próximo ano. Por fim, quanto aos procedimentos internos, o Sistema Malote Digital, o Sistema FCDL e a análise das implementações de melhoria do SAJ5 foram algumas das atividades desenvolvidas:

- Editadas 10 Resoluções Conjuntas.
- Editados 4 Provimentos.
- Editadas 16 Circulares.
- Editados 7 Ofícios-Circulares.
- Editados 29 Comunicados Eletrônicos.
- Editadas 5 Orientações e atualizadas 6.
- Exarados 148 pareceres.
- Participação em 251 reuniões, sendo 66 do Núcleo, que contaram em grande parte com a presença do Juiz-Corregedor, e 185 exclusivas do Juiz-Corregedor.
- Participação em 2 Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça - Encoge.
- Participação do Juiz-Corregedor Coordenador do Núcleo e dos Assessores como palestrantes em 3 eventos. Um no encontro de assessores sobre organização e métodos para otimização da prestação jurisdictional; um segundo para a capacitação de juízes leigos e o último para os candidatos aprovados na prova oral do concurso da magistratura.
- Remetidos 1.226 kits do Programa de DNA em Audiência em Santa Catarina - Prodnasc para as unidades jurisdicionais com competência para a realização de audiência com coleta de material genético.
- Respondidas 1.981 mensagens, via correio eletrônico, correspondentes a 938 do Bacenjud e CCS, 29 do Infojud, 384 do Prodnasc e 630 de Projetos diversos.
- Atendimentos via telefone, com orientações ou informações relacionadas aos Sistemas Auxiliares: Bacenjud, CCS, Prodnasc, Infojud, entre outros.
- Acompanhamento das Metas de Nivelamento da Corregedoria-Nacional de Justiça, com a respectiva alimentação do sistema.
- Capacitação dos servidores para utilização do Prodnasc, em parceria com a Academia Judicial, via videoaula.

Projetos e Estudos Desenvolvidos pelo Núcleo II

Revisão Permanente do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça
Com a conclusão do Projeto de Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (CNCGJ), e inovações no texto normativo, aprovado por meio do Provimento n. 10/2013, o Núcleo II realiza permanente atualização com inclusão de informações atualizadas dos demais Núcleos e Setores da CGJ.

A equipe que realizou a revisão do Código de Normas foi readequada e participa ativamente das alterações do seu conteúdo, com a manutenção de diálogo permanente com todos os entes internos e externos e o fito de proporcionar o debate no tocante à atualização normativa das questões relacionadas ao Código de Normas (SINDOJUS, Associação dos Oficiais da Infância e Juventude, CEJA etc.). No ano de 2014, foram editados 4 provimentos que alteraram a redação do CNCGJ da matéria Judicial (4/2014; 8/2014; 12/2014 e 14/2014).

Programa de Julgamento Prioritário (PPJP)
Viabilizar o julgamento dos processos de conhecimento conclusos para sentença no acervo da Justiça de Primeiro Grau, distribuídos há mais de 5 anos, por meio da captação e distribuição aos magistrados sentenciantes convidados por critérios objetivos de produtividade e quantidade de acervo, em lotes de 40 processos, com o compromisso do cedente de julgar pelo menos 20 processos do acervo mais antigo. Projeto em acompanhamento pelo Núcleo II. Foram distribuídos 40 processos para um juiz sentenciante, na fase de 1º de agosto a 30 de novembro. Para a fase de 1º de dezembro a 31 de março já estão inscritos 9 magistrados, com previsão de julgamento de no mínimo 360 processos pelos sentenciantes e 180 processos pelos magistrados cedentes.

Programa CGJ-Apóia
Programa de apoio concentrado ao acervo de processos conclusos para sentença das unidades com maior número de feitos nestas condições, criteriosamente selecionadas pela Corregedoria, com acompanhamento da entrega e do julgamento. Foi selecionada neste ano a comarca de Garopaba, com a distribuição de 280 processos para 07 juízes sentenciantes. O CGJ-Apóia auxiliou na captação e distribuição de aproximadamente 880 processos oriundos das comarcas de Gaspar, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça e Capital.

Sistema Malote Digital
Em 2014 foram configuradas as últimas unidades organizacionais no Sistema Malote Digital (Hermes), que se constitui em mecanismo de comunicação oficial, por meio eletrônico, no Poder Judiciário. A Corregedoria-Geral da Justiça definiu a nomenclatura e a configuração das Unidades Organizacionais – UOs no âmbito do Primeiro Grau.

O Projeto Piloto abrangeu as comarcas integradas da Capital, São José, Palhoça e Biguaçu. O primeiro ciclo abrangeu a instalação nas Distribuições Judiciais, Secretarias do Foro e Varas Únicas. O segundo ciclo foi destinado a todas as comarcas de duas varas e algumas comarcas de três varas. Já no terceiro ciclo, os trabalhos de instalação voltaram-se para as comarcas de três varas ou mais. Atualmente estão disponíveis para o primeiro grau de jurisdição 1.237 unidades organizacionais vinculadas na UO – Comarcas, Extrajudicial e Externos. Recentemente, o Sistema Malote Digital foi configurado para atender a Resolução Conjunta GP-GJ n. 11/2014, que dispõe sobre o acesso aos processos judiciais eletrônicos do primeiro

grau de jurisdição no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para fins do processamento de recurso.

Certidão Negativa na *Web*
A Corregedoria-Geral da Justiça está em contínuo aprimoramento das configurações dos modelos e do sistema de automação da justiça para o gerenciamento da emissão de certidões (SAJ-SGC), em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação – Divisão de Sistemas Judiciais de Primeiro Grau. Está sob análise e apreciação do Grupo de Trabalho a disponibilização da "certidão negativa estadualizada", uma vez que a atual funcionalidade já se encontra estável e o novo modelo de certidão atenderá pedidos dos servidores e da sociedade em geral.

Adequação da Metodologia de Projetos
A CGJ definiu novos modelos de gestão de projetos, em conjunto com a Assessoria de Planejamento da Corte, para facilitar a abertura, manutenção, desenvolvimento e encerramento de projetos, com o intuito de aumentar a eficiência operacional da Corregedoria-Geral da Justiça.

Planejamento Estratégico da Corregedoria-Geral da Justiça
A Corregedoria-Geral da Justiça, visando cumprir as Metas de Nivelamento da Corregedoria Nacional de Justiça para o ano de 2014, renovou o Grupo de Planejamento Estratégico, mediante expedição da Portaria n. 7/2014. Para o Planejamento Estratégico da Corregedoria-Geral da Justiça 2014/2016 foram definidas: a "Missão", a "Visão" e os "Objetivos Estratégicos", para promover o desenvolvimento e atualização da gestão administrativa da instituição.

Novo Sítio da Corregedoria-Geral da Justiça
Após a definição do layout do novo site da Corregedoria-Geral da Justiça, por este Núcleo, o projeto aguarda adequação com a nova identidade visual única da Instituição, para liberação do layout no novo ambiente web.

Página para protocolo de consultas, dúvidas, reclamações e sugestões para fins do Projeto de Adequação do Setor de Atendimento da CGJ
No termo de abertura do Projeto de Adequação do Setor de Atendimento, foi definido software para captura de perguntas e respostas de todos os Setores da CGJ, bem como definidas as telas do sistema para protocolo de consultas, dúvidas, reclamações e sugestões, via site da Corregedoria-Geral da Justiça. O início dos trabalhos está previsto para o dia 2-2-2015.

Código de Normas Anotado
Projeto desenvolvido visando à disponibilização de recursos de anotações, comentários e informações relacionadas ao Código de Normas desta Corregedoria-Geral da Justiça, abarcando desde legislação correlata, normas revogadas, decisões administrativas, jurisprudência, informações doutrinárias, soluções

de consulta e material de apoio. O Código de Normas Anotado foi publicado no site da CGJ no dia 5-12-2014 e está disponível para consulta, via web.

Projeto CGJ Virtual – Ambiente Colaborativo
Disponibilizar sistema destinado a possibilitar a realização de reuniões e debates por meio de ambiente colaborativo virtual. Projeto entregue e em funcionamento no link: http://moodlecgj.tjsc.jus.br/login/

Convênios com entes públicos externos para acesso ao Portal de Serviços e-SAJ
Estudos e minuta de convênio para utilização do Portal e-SAJ a fim de dar acesso aos serviços e funcionalidades do processo digital. Minutas validadas. Processo SPA aberto e encaminhado à DMP.

Revisão do fluxo de documentos da Vara de Precatórios da Capital com a Procuradoria-Geral do Estado - PGE
Estudo realizado para aprimorar a forma de cumprimento de mandados na PGE, emitidos pela Vara de Precatórios da Comarca da Capital, com a otimização de informações no mandado. Estudo entregue e em funcionamento.

Atualizações do Sistema SAJ5/CGJ
Tratativas com a DTI, a CGJINFO e a empresa SOFTPLAN, com o fito de implementar o peticionamento eletrônico para os processos administrativos da CGJ, a consulta processual na web, o AR digital e a conversão dos documentos PDF em "OCR". Em andamento.

Portal de Peritos
Atualização do cadastro dos experts no Portal de Peritos da CGJ, em cumprimento ao Convênio n. 81/2012, com a inclusão de novos filtros, aptos a informar ao magistrado os profissionais que aceitam os valores estabelecidos no convênio, bem como na adequação ao estabelecido no art. 37, XVI, da CF.

Projetos em andamento
O Núcleo II conduz inúmeros projetos relacionados a atividades judicial de primeiro grau, os quais repercutem na atualização de questões normativas, na criação e desenvolvimento de sistemas de apoio, na confecção de modelos de documentos do SAJ, no enfrentamento dos problemas relacionados à rotina cartorária e de gabinete no primeiro grau e na definição de procedimentos, validação de implementações de melhoria de sistema, dentre outros. Seguem os projetos:

Mês do Ajuste Estatístico
Idealizado pelo Núcleo III, este projeto objetiva instituir o período durante o qual as unidades judiciárias de todo o Estado farão a revisão e o ajuste estatístico, consideradas as movimentações processuais mais impactantes, de modo que estas sejam adequadas à realidade. Em andamento.

Adequação do Setor de Atendimento
Com a necessidade de padronizar o atendimento na CGJ, com a centralização da entrada, tratamento das informações e orientações, composto de equipe capacitada, com espaço físico adequado para atendimento, foi iniciado o Projeto de Adequação do Setor de Atendimento. Prevê a disponibilização de ambiente no sítio da CGJ para autoatendimento e/ou via formulário eletrônico. Será formada base de dados para consulta pública e interna (base de conhecimentos já existente em oracle) com as consultas,

opiniões, reclamações, sugestões, críticas ou denúncias encaminhadas à CGJ. O Projeto está na fase de homologação dos sistemas, e o início da produção foi definido para o dia 2-2-2015.

Plano de Gestão das Unidades Judiciárias
Projeto concebido pelo Núcleo III, objetiva disponibilizar às unidades de primeiro grau, ferramenta que auxilie na elaboração e no monitoramento de Plano de Gestão (autoavaliação), fortalecendo a cultura do planejamento, aumentando a eficiência da prestação jurisdicional e reduzindo as ocorrências quando das correições. Aplicação de modo piloto na comarca de Itapoá.

Sistema Federação Catarinense de Diretores Lojistas – FCDL/SC.
Possibilitar ao primeiro grau ferramenta apta a viabilizar o acesso à base de dados e sistemas informatizados da FCDL/SC para a consulta aos dados cadastrais e histórico cadastral pretérito, localização de pessoas físicas e jurídicas, exclusão dos registros ou suspensão de seus efeitos e reativação destes, para cumprimento das ordens judiciais on-line, visando coibir a prática de fraudes nas inscrições e/ou retiradas de informações.

A Corregedoria-Geral da Justiça encaminhou à FCDL/SC a relação das unidades judiciárias e magistrados do Poder Judiciário Catarinense para inclusão na base de dados e utilização do sistema. Na data de 11-12-2014 a FCDL/SC informou que os cadastros foram realizados e aguarda a definição de perfis de acesso. Projeto aguarda Assinatura do Convênio para edição de provimento e liberação ao uso.

Centrais Compartilhadas SAJ-PG
Visa possibilitar a comunicação de atos processuais (mandados) entre centrais de mandado compartilhadas (comarcas), via SAJ-PG, sem a necessidade de expedição de Carta Precatória. Em sua fase piloto, está em funcionamento no grupo de comarcas contíguas da Capital, São José, Biguaçu e Palhoça e da região de Itajaí, com Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema, Navegantes e Balneário Piçarras.

Plantão Eletrônico SAJ-PG
Projeto voltado aos juízes e servidores plantonistas, que têm por objetivo a utilização do sistema SAJ-PG, para os trabalhos realizados em regime de plantão. Iniciou em 4-12-2014 o projeto-piloto na comarca de São José, com a criação de fluxo próprio para o plantão judiciário, configurações de varas e perfil de usuário para a finalidade do plantão.

Reuniões Semanais SAJ-PG. Definições de atribuições, padronização de procedimentos, perfis de usuários e homologação de inovações
Por ocasião do Projeto Implantação do Processo Eletrônico (IPE), nasceu a necessidade de definições no sistema SAJ-PG, relacionadas as suas funcionalidades, perfil de usuários, autorizações de perfis, homologação de novas funcionalidades e encaminhamento de inovações para melhoria do sistema.

Realização de reuniões semanais (terça-feira) com integrantes da DTI, do CGINFO e representante das Tabelas Unificadas para solucionar problemas de procedimentos e configurações no sistema SAJ-PG (processo digital), bem como definir atribuições, realizar novas configurações, criar documentos e modelos para uso nas comarcas.

Projeto Novos Caminhos, Novas Oportunidades
Projeto idealizado pelo Núcleo V desta Corregedoria-Geral, cujo objetivo é o fomento/incentivo para a instalação de forma estruturada dos conselhos da comunidade, previstos na Lei de Execução Penal, em

todas as comarcas que são sede de unidade prisional até dezembro de 2015. O Projeto está em andamento.

Programa Prodnasc - Alterações
Diagnosticados pontos de melhoria no Prodnasc, utilizado nas audiências de coleta de material genético, por ocasião da reunião anual de prestação de contas. As inovações do sistema são no sentido de melhorar e monitorar os kits encaminhados às comarcas, bem como de disponibilizar uma tela mais amigável aos usuários.

Suporte Técnico e Jurídico aos Sistemas Auxiliares
Auxílio técnico e jurídico à Seção de Gerenciamento de Aplicativos Externos da Divisão Judiciária desta Corregedoria-Geral, em todos os Sistemas Auxiliares da CGJ, em função de alteração na versão dos sistemas; por alteração legislativa ou, ainda, mudança de procedimentos no SAJ-PG.

Sistema de Auditoria e Correições Virtuais – Primeiro Grau
Projeto que almeja disponibilizar ao Núcleo III desta Corregedoria-Geral da Justiça sistema informatizado que auxilie na obtenção, inclusão e controle das informações relativas às correições realizadas nas unidades jurisdicionais de Primeiro Grau.

Conta-Corrente - SAJ
Implementar ferramenta que possibilite o controle dos débitos e créditos de custas e despesas processuais pelo CPF/CNPJ da parte. Aguarda deliberação do CGINFO e da Presidência.

Divisão de Tramitação Remota – DTR
As Divisões de Tramitação Remota – DTR, criadas pelas Resoluções Conjuntas GP-CGJ n. 06/2013, 07/2013, 08/2013, 02/2014 e 03/2014, são coordenadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, que atua na definição de diretrizes, publicação de orientações e padronização de procedimentos e fluxo de trabalho no sistema SAJ-PG. Já a coordenação funcional compete ao Diretor-Geral Judiciário, órgão ligado à Presidência da Corte.

2.3 NÚCLEO III: Correicional e Instrução Disciplinar

Com o objetivo de orientar, fiscalizar e controlar as atividades forenses, bem como de atender à Meta 3 de 2014 da Corregedoria Nacional de Justiça, que determina às Corregedorias dos Tribunais que inspecionem pelo menos 34% das unidades jurisdicionais a cada ano e 100% das comarcas a cada três anos, este Núcleo, em parceria com a Assessoria Técnica Correicional e sob o comando direto da Juíza-Corregedora e do Corregedor-Geral da Justiça, realizou correição, no decorrer deste ano, em 142 unidades judiciárias de 52 Comarcas do Estado, conforme calendário estabelecido por meio do Ofício-Circular n. 18/2014.

Além disso, foram feitas 8 correições presenciais em setores administrativos, tudo isso como atividade de apoio e orientação. Assim, das correições realizadas, 76 foram presenciais e 74 foram virtuais, totalizando 150 unidades.

Por meio de correições presenciais, realizou-se um diagnóstico minucioso da situação das unidades (cartório e gabinete) e dos setores administrativos dos fóruns visitados. Detectados os problemas

existentes, foram repassadas orientações aos magistrados e servidores, bem como sugeridas soluções para o aprimoramento e uniformização dos trabalhos forenses.

As correições realizadas pelo modo exclusivamente virtual, por sua vez, permitiram a análise dos dados estatísticos das unidades judiciárias, às quais também foram repassadas orientações para correções das irregularidades verificadas. As unidades correicionadas no ano de 2014 constam do quadro abaixo:

CORREIÇÕES PRESENCIAIS

COMARCA	UNIDADE	INÍCIO DA CORREIÇÃO
Cartório Remoto do Processo Eletrônico - Crepe	Cartório Remoto de Execuções Fiscais	19-5 a 30-6
Capital - Foro Central	1ª Vara da Fazenda Pública	19-5 a 30-6
	2ª Vara da Fazenda Pública	19-5 a 30-6
	3ª Vara da Fazenda Pública	19-5 a 30-6
	1ª Vara Criminal	19-5 a 30-6
	2ª Vara Criminal	19-5 a 30-6
	3ª Vara Criminal	19-5 a 30-6
	4ª Vara Criminal	19-5 a 30-6
	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	19-5 a 30-6
	Vara do Tribunal do Júri	19-5 a 30-6
	Juizado Especial Criminal	19-5 a 30-6
	Vara de Execuções Penais	19-5 a 30-6
Capital - Foro Bancário	1ª Vara de Direito Bancário	19-5 a 30-6
	2ª Vara de Direito Bancário	19-5 a 30-6
	3ª Vara de Direito Bancário	19-5 a 30-6
Capital - Foro Eduardo Luz	Vara de Sucessões e Registros Públicos	19-5 a 30-6
	Setores Administrativos	19-5 a 30-6
Capital - Foro Distrital do Continente	Juizado Especial Criminal	19-5 a 30-6
São José	Vara de Execuções Penais	15 a 18-7
	Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar	15 a 18-7
	1ª Vara Criminal	15 a 18-7
	2ª Vara Criminal	15 a 18-7
	2ª Vara Cível	15 a 18-7
Garopaba	Vara Única	28-7 a 1-8
Imbituba	1ª Vara	28-7 a 1-8
	2ª Vara	28-7 a 1-8
Laguna	2ª Vara Cível	28-7 a 1-8
	Setores Administrativos	28-7 a 1-8
Blumenau	Juizado Especial Cível - Foro Universitário	11 a 15-8
	Juizado Especial Criminal – Foro Universitário*	11 a 15-8
	1ª Vara Criminal	11 a 15-8
	2ª Vara Criminal	11 a 15-8
	3ª Vara Criminal	11 a 15-8
	Vara de Direito Bancário	11 a 15-8
Ibirama	1ª Vara	11 a 15-8
São Francisco do Sul	Vara Criminal	25 a 29-8
Garuva	Vara Única	25 a 29-8
	Setores Administrativos	25 a 29-8

Balneário Camboriú*	1ª Vara Criminal	8 a 12-9
	1ª Vara Cível	8 a 12-9
	2ª Vara Cível	8 a 12-9
	3ª Vara Cível	8 a 12-9
	4ª Vara Cível	8 a 12-9
	Vara da Família, Infância e Juventude	8 a 12-9
	Setores Administrativos	8 a 12-9
Itajaí	Vara de Execuções Penais	22 a 26-9
	1ª Vara Criminal	22 a 26-9
	2ª Vara Criminal	22 a 26-9
Navegantes	2ª Vara Cível	22 a 26-9
Balneário Piçarras	1ª Vara	22 a 26-9
Balneário Camboriú	Vara da Família, Órfãos e Sucessões	25 a 26-09
Rio Negrinho	1ª Vara	6 a 10-10
	2ª Vara	6 a 10-10
	Setores Administrativos	6 a 10-10
São Bento do Sul	1ª Vara	6 a 10-10
	2ª Vara	6 a 10-10
	3ª Vara	6 a 10-10
Tubarão	Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	20 a 24-10
Jaguaruna	Vara Única	20 a 24-10
Criciúma	1ª Vara Criminal	20 a 24-10
	2ª Vara Criminal	20 a 24-10
Lages	1ª Vara Criminal	3 a 7-11
	2ª Vara Criminal	3 a 7-11
	3ª Vara Criminal	3 a 7-11
Curitibanos	1ª Vara Cível	3 a 7-11
	2ª Vara Cível	3 a 7-11
	Vara da Família, Infância e Juventude	3 a 7-11
	Vara Criminal*	3 a 7-11
	Setores Administrativos	3 a 7-11
Caçador	Vara Criminial	3 a 7-11
	Setores Administrativos	3 a 7-11
Capital - Foro Central	6ª Vara Cível	2 e 3-12
Mafra	Vara Criminal	9 a 12-12
	1ª Vara Cível	9 a 12-12
	2ª Vara Cível	9 a 12-12
	Setores Administrativos	9 a 12-12

CORREIÇÕES VIRTUAIS

COMARCA	UNIDADE	INÍCIO DA CORREIÇÃO
Blumenau	2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execuções Fiscais Estaduais	5-5
	Unidade Judiciária Avançada de Cooperação da Universidade Regional de Blumenau - Furb	5-5
	1ª Vara da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos	5-5
Camboriú	1ª Vara Cível	5-5
	2ª Vara Cível	5-5
Campos Novos	1ª Vara Cível	5-5
	2ª Vara Cível	5-5
Capinzal	1ª Vara	5-5

Criciúma	1ª Vara da Fazenda Pública	5-5
	2ª Vara da Fazenda Pública	5-5
	Unidade Judiciária de Cooperação - Unesc	5-5
	4ª Vara Cível	5-5
Gaspar	1ª Vara*	5-5
	2ª Vara	5-5
	3ª Vara	5-5
Içara	2ª Vara	5-5
Joaçaba	Unidade dos Juizados Especiais Cível e Criminal	5-5
Timbó	1ª Vara Cível	5-5
	2ª Vara Cível	5-5
Videira	1ª Vara Cível	5-5
	2ª Vara Cível	5-5
Capital	Juizado Especial da Fazenda Pública - Foro do Norte da Ilha	12-5
	Vara de Execuções contra a Fazenda Pública e Precatórios	12-5
	Vara de Precatórias, Recuperações Judiciais e Falências	12-5
	1ª Vara Cível - Foro Distrital do Continente	12-5
	2ª Vara Cível - Foro Distrital do Continente	12-5
Fraiburgo	2ª Vara	12-5
Guaramirim	2ª Vara	12-5
Indaial	1ª Vara Cível	12-5
	2ª Vara Cível	12-5
Lages	Unidade Judiciária - Uniplac	12-5
Laguna	1ª Vara Cível	12-5
São Miguel do Oeste	1ª Vara Cível	12-5
	2ª Vara Cível	12-5
Tubarão	Vara da Fazenda Pública, Executivos Fiscais, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos	12-5
	Juizado Especial Cível	12-5
	Unidade Judiciária Unisul	12-5
Joinville	3ª Vara da Fazenda Pública e Unidade Regional de Execuções Fiscais Estaduais	19-5
	1ª Vara da Fazenda Pública	26-5
	2ª Vara da Fazenda Pública	26-5
Jaraguá do Sul	1ª Vara Cível	2-6
	2ª Vara Cível	2-6
	Vara da Fazenda Pública	9-6
	Vara da Família, Infância e Juventude	9-6
	Juizado Especial Cível e Criminal	16-6
Chapecó	1ª Vara da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos	30-6
	2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execuções Fiscais Estaduais	30-6
	Unidade Judiciária de Cooperação- Unoesc	30-6
Rio do Sul	Vara da Família, Orfãos, Sucessões, Infância e Juventude	7-7
	Juizado Especial Cível e Criminal	7-7
Xanxerê	1ª Vara Cível	4-8
	2ª Vara Cível	4-8
Trombudo Central	2ª Vara	4-8
São Francisco do Sul	1ª Vara Cível	18-8
	2ª Vara Cível	18-8
Canoinhas	1ª Vara Cível	18-8
	2ª Vara Cível	18-8
Porto União	1ª Vara Cível	1-9
	2ª Vara Cível	1-9

Mafra	1ª Vara Cível	1-9
	2ª Vara Cível	1-9
Brusque	Vara Cível	15-9
	Juizado Especial Cível e Criminal	15-9
	Vara da Família, Orfãos, Sucessões, Infância e Juventude	15-9
	Vara da Fazenda Pública e dos Registros Públicos	15-9
	Vara Comercial	15-9
São João Batista	2ª Vara	22-9
Tijucas	1ª Vara Cível	29-9
	2ª Vara Cível	29-9
Itajaí	Juizado Especial Cível	29-9
	Vara da Fazenda Pública, Executivos Fiscais, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos	29-9
Orleans	2ª Vara	6-10
Urussanga	1ª Vara	6-10
Barra Velha	2ª Vara	13-10
Balneário Camboriú	Vara da Fazenda Pública	13-10
Araranguá	1ª Vara Cível	13-10
	2ª Vara Cível	13-10
	3ª Vara Cível	13-10

ESTATÍSTICA GERAL DAS CORREIÇÕES

Os quadros a seguir demonstram o atendimento à Meta 3 da Corregedoria Nacional de Justiça e às atividades desenvolvidas durante 2014.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Total de varas do Estado	**353**	**100%**
Total correicionado em 2014	**142**	**40,22%**
Total correicionado com setores administrativos em 2014	**150**	**42,49%**

Total de comarcas do Estado	**111**	**100%**
Total de comarcas correicionadas em 2014	**52**	**46,84%**

DADOS GERAIS
Varas: 318
Juizados Especiais: 29
Unidades de Cooperação: 6

Os relatórios de correição estão disponíveis aos interessados no sítio eletrônico desta Corregedoria-Geral, conforme determina a Meta 4 da Corregedoria Nacional de Justiça, no seguinte endereço eletrônico: http://cgj.tjsc.jus.br/transparencia/docs/relatorios_inspecao/jud2014.htm

Ademais, além da estatística apurada destaca-se a conclusão de processos eletrônicos distribuídos entre os anos de 2012 e 2013, e os processos de acompanhamento de gabinetes e cartórios, conforme segue:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Processos de 2012 concluídos em 2014	29
Processos de 2013 concluídos em 2014	75

Processos de 2014 concluídos em 2014	24
Processos de acompanhamento de gabinetes e cartórios concluídos em 2014	13
Total de processos concluídos em 2014	141

Igualmente, foram objetos de análise os pedidos de providências relacionados às consultas, reclamações e demais expedientes sem procedimento específico (reclamação disciplinar, sindicância etc.), resultando na estatística apresentada:

Pedidos de providências distribuídos em 2014	**42**
Pedidos de providências concluídos	**13**

ATUAÇÕES EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

O Núcleo também atuou em procedimentos administrativos disciplinares, por meio de amostragens realizadas em feitos de competência da infância e juventude e família de todo o Estado, nos termos do Provimento n. 36/2014 do CNJ, dando suporte ao Núcleo I desta Corregedoria, conforme dados que seguem:

Representações por excesso de prazo em 2014	**37**

PROCESSO DE OTIMIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO NÚCLEO III

Na proposta de atividades para o Núcleo III desta Corregedoria no ano de 2014, foi estabelecido o objetivo de aperfeiçoamento das inspeções (hoje correições, de acordo com a terminologia adotada pelo novo Código de Normas). Dada a sua importância, impõe-se transcrever as conclusões do relatório final disponível às fls. 253-256 dos autos n. 0010209-43.2014, a saber:

Autorizada a execução do projeto, foi feita recapacitação dos servidores do Núcleo III, que de acordo com cronograma e atividades pré estabelecidos atuaram, durante 37 dias úteis, como “alunos-trabalhadores” juntos a cartórios judiciais da comarca da Capital.

Também na fase inicial foram realizadas visitas às Corregedorias do estado de São Paulo e de Mato Grosso do Sul. Esse intercâmbio proporcionou valiosa troca de experiências e coleta de dados, inclusive com encaminhamento de pedido de compartilhamento de instrumento de controle estatístico, agora em análise no setor próprio para fins de implementação.

Nas primeiras correições deste ano, realizadas na comarca da Capital, todos os integrantes da equipe correicional atuaram nos trabalhos de entrevista e amostragem, sempre em duplas, com observação e avaliação posterior. Essa atividade de amostragem também foi alterada, deixando de ser apenas consignada em relatório, acrescendo-se fase complementar em que seu resultado é apresentado aos servidores, já com explicação no tocante à eventuais rotinas de cumprimento de atos que tenham que ser adequadas ao que determinam as normas correicionais.

E continua o relatório:
Foram feitas reuniões de avaliação, conforme atas juntadas aos autos, e do desenvolvimento dos trabalhos resultou também a edição da Cartilha de Orientação para extração de Relatórios Correcionais, impressa em meio físico para utilização nas correições presenciais e também disponibilizada

eletronicamente no site deste Órgão. Acrescente-se, ainda, a elaboração de um ebook contendo todos os dados da cartilha, disponível para celulares e tablets.

Os relatórios correicionais, que já possuíam ótima base de questionários e itens a observar, foram revisados, reformatados e atualizados. Os prazos para cumprimento de determinações foram reavaliados e unificados, reclassificando-se itens que constavam como orientação ou determinação.

No decorrer dos trabalhos foi observado o aprofundamento das atividades, com mais tempo de escuta dos servidores de primeiro grau, que como reflex, passaram a solicitar mais explicações e buscar soluções para dúvidas existentes. A par disso, passaram a ser registradas nos relatórios, em campo específico, boas práticas encontradas nas unidades.

As atividades das correições presenciais, além dos cartórios e gabinetes, também abrangem os chamados setores administrativos (Secretaria do Foro, Distribuição, Contadoria, Central de Mandados, Oficialato de Justiça e da Infância e Juventude, e ainda o Serviço Social Forense). Essas atividades são trabalhosas e demandam mais tempo em função do número de pessoas a entrevistar, razão pela qual se optou pela especialização de um dos assessores correicionais, que agora passa a multiplicar o conhecimento na área com os demais integrantes do Núcleo.

Também houve aumento do número de unidades correicionadas durante as viagens, com deslocamento de equipes às comarcas próximas da comarca polo visitada.

A atividade que permanece pendente é a realização do curso de entrevistas, concluindo-se no desenvolvimento dos trabalhos que o foco deve ser relativo às eventuais situações de resistência e antagonismo enfrentados, com o respectivo suporte ao servidor que faz a correição.

Para o próximo ano já se pensa na adequação do calendário, com a concentração das correições presenciais em uma semana do mês, com a atuação de equipe maior, de modo a viabilizar retorno próximo à unidade, quando verificado que as atividades de orientação necessitam de reforço ou aprofundamento.

Esse foco na orientação e apoio aos servidores e magistrados de primeiro grau, por fim, tem sido o norte dos trabalhos realizados, encontrando forte receptividade e trazendo um retorno extremamente positivo para as equipes que atuam nas correições.

DEMAIS ATIVIDADES

No decorrer deste ano, a assessoria do Núcleo III respondeu às diversas consultas recebidas via e-mail (cgj.nucleo3@tjsc.jus.br) e por telefone, relativas às correições em andamento. Tal atividade, que tem como fim precípuo auxiliar magistrados e principalmente servidores no desempenho das atividades diárias, com o esclarecimento de dúvidas acerca da organização forense e da correta aplicação do Código de Normas desta Corregedoria, contribui sobremaneira para a uniformização e otimização dos

procedimentos cartorários (judicial), refletindo, por conseguinte, na melhora dos dados estatísticos das unidades.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS CORREIÇÕES PRESENCIAIS

A seguir, alguns registros fotográficos das unidades correicionadas no decorrer deste ano:



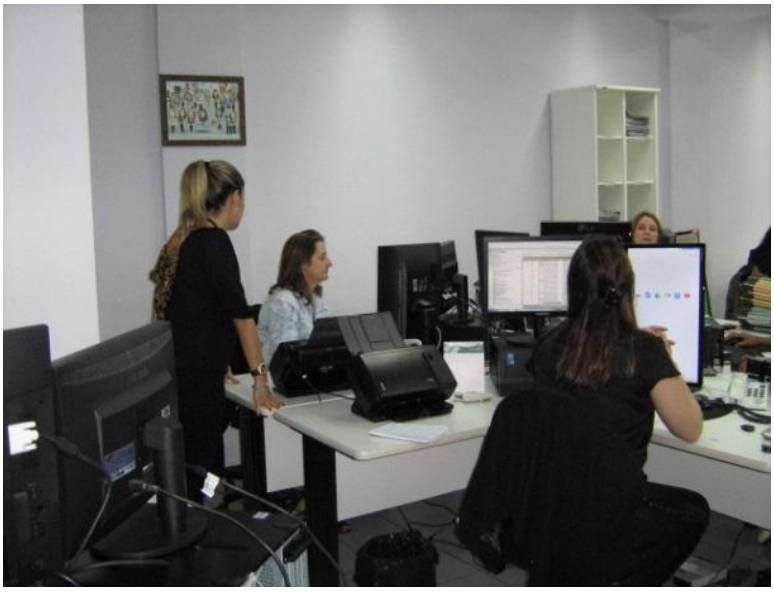
Navegantes – Vara Única



Piçarras – Sala de Armas



Rio Negrinho – 1ª Vara



Itajaí – Vara de Execuções Penais

2.4 NÚCLEO IV: SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

Considerações iniciais

O ano de 2014 representou o surgimento de um novo momento administrativo na organização dos trabalhos do Núcleo IV. Alicerçadas na plena sintonia de divisão de responsabilidades entre o Corregedor e o Vice-Corregedor-Geral da Justiça, as atividades foram planejadas e construídas sob o tripé – apoio, orientação e fiscalização –, conceitos que norteiam a atual gestão administrativa.

Nesta linha, a palavra de ordem definida para o ano de 2014 foi PRESENÇA, e, com base nesse conceito, todos os projetos, metas e ações foram desenhados com o objetivo de que o Núcleo estivesse mais

próximo dos agentes que militam e convivem com a atividade notarial e registral, sejam eles magistrados, delegatários e, especialmente, os usuários dos serviços extrajudiciais.

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento das normas e das ferramentas foram essenciais para o alcance dos índices deste ano. O núcleo avançou consideravelmente no desenvolvimento de sistemas e de parcerias inéditas, que certamente colocam a Corregedoria catarinense em posição de destaque nacional.

No âmbito interno, o Núcleo IV conseguiu caminhar para o aperfeiçoamento e a melhoria de sua equipe de trabalho - toda a assessoria foi envolvida nas mais diversas atividades, de modo a permitir, dessa forma, um maior compartilhamento de informações e a constante ampliação do conhecimento técnico exigido para o exercício dessa atividade.

Atividades Desenvolvidas

- Adequação e constante atualização, em parceria com setores técnicos, do sítio virtual "Portal do Extrajudicial – extrajudicial.tjsc.jus.br".
- Inclusão da possibilidade de anexação de documentos no formato ".pdf" no Sistema de Atendimento do Extrajudicial - S@E (ofício-circular n. 118/2010).
- Ampliação das orientações do Núcleo IV aos usuários dos serviços de notas e registros, no portal do extrajudicial (http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html).
- Prestação de auxílio e orientação aos juízes diretores de foro e magistrados responsáveis pelos registros públicos por meio de contatos telefônicos, correspondências eletrônicas e deslocamento de equipe correicional.
- Participação e incentivo à realização de eventos de estudos acerca do Direito Notarial e Registral.
- Acompanhamento, atualização, aprimoramento e desenvolvimento do uso do Sistema Hermes – Malote Digital.
- O cumprimento e a ampliação da meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para realizar inspeções correicionais em, no mínimo, 30% (trinta por cento) das 583 (quinhentos e oitenta e três) serventias de notas e registros do Estado de Santa Catarina.
- Aprimoramento do Sistema do Selo Digital, com a expedição de relatórios que promovem cruzamento de dados (Sistema de Auditoria, com base nos conceitos de business inteligence – BI).
- Implantação de fluxo para a liberação do ressarcimento dos atos gratuitos eventualmente bloqueados em virtude do cadastramento errôneo pelas serventias extrajudiciais.
- Implantação definitiva da nova versão do Selo Digital de Fiscalização (versão 2.1 – prazo limite outubro de 2014).
- Controle, acompanhamento e prestação de orientações ao correto preenchimento do espaço Justiça Aberta do Conselho Nacional de Justiça.
- Ampliação da divulgação eletrônica (notícias publicadas no sítio do Tribunal de Justiça) das atividades relevantes realizadas pelo Núcleo IV no ano de 2014.
- Pedido de aquisição de novas obras para a Biblioteca Setorial do Núcleo IV.
- Elaboração da Orientação n. 17, de 17-3-2014, que trata da sistemática das correições.
- Elaboração da Orientação n. 18, de 2-4-2014, que trata da necessidade do recolhimento dos valores que ultrapassem o teto remuneratório dos interinos.
- Elaboração da Orientação n. 19, de 26-5-2014, que divulga o calendário e a sistemática das correições de junho a dezembro de 2014.
- Elaboração da Orientação n. 20, de 26-5-2014, que trata da Circular n. 47/2014 – Sistema Justiça Aberta.
- Elaboração da Orientação n. 21, de 12-8-2014, sobre a gratificação natalina e a indenização de férias aos interinos.

- Elaboração da Orientação n. 22, de 26.9.2014, que trata da aplicação de selo digital do tipo "normal" nos atos de cancelamento de protesto de CDA.
- Criação de *link*, no Portal do Extrajudicial, destinado ao depósito de relatório de atividades (http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/relatorio_atividades/index.html).
- Atuação correicional disciplinar com a edição de portarias que instauram processos administrativos disciplinares.
- Elaboração de pareceres, decisões e despachos em procedimentos virtuais de competência do Núcleo IV.
- No ano de 2014 foram distribuídos para o Núcleo IV 1.152 processos (Relatório do sistema SAJprocessos).
- Foram baixados em 2014 o total de 1.367 processos (Fonte: SAJ).
- Cumprimento prioritário de procedimentos oriundos do Conselho Nacional de Justiça.
- Fornecimento de informação sobre usuário e senha de acesso ao Sistema Justiça Aberta, por meio de telefone e e-mail, a todos os delegatários para a atualização dos dados e dos atos realizados pelos ofícios extrajudiciais.
- Informação mensal da produtividade do Corregedor e do Vice-Corregedor para a Secretaria da Corregedoria, objetivando a posterior remessa ao Conselho Nacional de Justiça do balanço mensal de produtividade dos desembargadores corregedores.
- Elaboração de comunicação interna para o desenvolvimento de estudos e projetos relativos às atividades do Núcleo.
- Prestação de atendimento e orientação aos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Núcleo IV, com um total aproximado de 6.000 (seis mil) ligações.
- Realização de convênios com a Secretaria de Segurança Pública e o Tribunal Regional Eleitoral.
- Termo de Cooperação Técnica entre Complexo Penitenciário e a Escrivania de Paz do município de São Pedro de Alcântara.
- Elaboração e desenvolvimento do Projeto ExtraFácil.
- Criação, desenvolvimento e execução do projeto da Base de Conhecimento do Núcleo IV.
- Atuação e implementação conjunta do Projeto do Código de Normas Anotado.
- Desenvolvimento de minuta do novo Regimento de Emolumentos do Estado de Santa Catarina.
- Participação nos cursos para os contadores de foro.
- Integração do sistema do selo digital de fiscalização com o Sistema Nacional de Informações do Registro Civil (Sirc).
- Criação e divulgação do Manual de Prestação de Contas da Direção do Foro;
- Criação e divulgação do Manual de Prestação de Contas do Interino.
- Respostas às consultas por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial (S@E):

DESTINATÁRIO	TOTAL	DESTINATÁRIO	TOTAL
Araquari	3	Jaguaruna	2
Araranguá	3	Jaraguá do Sul	10
Ascurra	1	Joaçaba	11
Balneário Camboriú	15	Joinville	38
Barra Velha	14	Lages	13
Biguaçu	3	Laguna	5
Blumenau	39	Mafra	2
Bom Retiro	1	Maravilha	2
Braço do Norte	1	Navegantes	15
Brusque	11	Orleans	17
Caçador	2	Otacílio Costa	3

Camboriú	3	Palhoça	9
Campos Novos	1	Palmitos	1
Canoinhas	8	Papanduva	2
Capinzal	1	Pomerode	2
Capital	82	Balneário Piçarras	5
Capivari de Baixo	1	Pinhalzinho	1
Campo Belo do Sul	4	Porto Belo	5
Assessoria de Custas	10	Porto União	2
Chapecó	3	Presidente Getúlio	3
Criciúma	23	Rio do Sul	3
Curitibanos	1	Santa Cecília	1
Concórdia	1	Rio do Campo	1
Coronel Freitas	1	Santa Rosa do Sul	7
Assessoria Extrajudicial	1.830	Santo Amaro	5
Forquilhinhas	2	São Bento do Sul	6
Fraiburgo	5	São Francisco do Sul	8
Assessoria FRJ	15	São Carlos	1
Garopaba	1	São Joaquim	1
Gaspar	12	São José	19
Guaramirim	9	São Lourenço do Oeste	1
Ibirama	3	São Miguel do Oeste	5
Içara	4	Seara	1
Imbituba	2	Sombrio	2
Indaial	6	Taió	1
Ipumirim	1	Tijucas	5
Itá	3	Trombudo Central	1
Itajaí	33	Tubarão	15
Itapema	7	Turvo	2
Itaiópolis	3	Urubici	2
Correia Pinto	1	Urussanga	4
Imaruí	2	Videira	6
Ituporanga	1	Timbó	1
Abelardo Luz	1	Xanxerê	2
Campo Erê	1		
TOTAL			**2.422**

Fonte: Assessoria de Informática da Corregedoria-Geral da Justiça.

Participação dos servidores e do Vice-Corregedor-Geral nos encontros e seminários:

DATA	LOCAL	EVENTO
Abril	São Luís do Maranhão	65º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais - Encoge
Maio	Brasília	V Fórum de Direito Notarial e de Registro – STJ
Julho	Itapema	Encontro Estadual da ANOREG/SC
Agosto	São Paulo	66º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais – Encoge
Agosto	São Paulo	2º Seminário Nacional de Registro Civil Eletrônico
Setembro	Salvador	XII Convergência 2014
Outubro	Balneário Camboriú	III Encontro de Direito Registral Imobiliário de Santa Catarina
Novembro	Salvador	67º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais - Encoge

Novembro	Gramado	XVI Congresso Brasileiro de Direito Notarial e Registral

Transmissões de acervo praticadas pela equipe da Assessoria Correicional do Extrajudicial:

COMARCA	SERVENTIA	PERÍODO
Otacílio Costa	Tabelionato de Notas e Protestos	14 a 16-4-2014
Canoinhas	1º Tabelionato de Notas e Protestos	18 a 22-8-2014
Ascurra	Escrivania de Paz do Município de Rodeio	3 e 4-11-2014
Videira	Escrivania de Paz do Distrito de Anta Gorda	13 e 14-11-2014
Campo Belo do Sul	Escrivania de Paz do Município de Cerro Negro	24-11-2014
Barra Velha	Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e Títulos e Documentos	26 a 28-11-2014

Inspeções correicionais presenciais realizadas nas serventias extrajudiciais do Estado:

MARÇO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
10 – 12	2º TN	Curitibanos
10 – 12	RCPN	Sombrio
12 – 14	RI	Piçarras
10 – 14	TN, RI e RCPN	Capivari de Baixo
17 – 21	RI, EP. Antônio Carlos e EP. Gov. Celso Ramos	Biguaçu
17 – 21	EP. Urupema e EP. Bom Jardim da Serra	São Joaquim
17 – 19	EP. Ouro Verde	Abelardo Luz
19 – 21	RCPN	Cunhã Porã
24 – 28	RI e RCPN	Porto Belo
24 – 28	TN e EP. Bombinhas	Porto Belo
24 – 28	TN, RCPN+RI e EP. Apiúna	Ascurra

ABRIL

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
31 – 4	TN, RI E RCPN	Rio Negrinho
31 – 4	EP. Coronel Freitas, EP. Águas Frias, EP. Jardinópolis e EP. União do Oeste	Coronel Freitas
7 – 11	EP. São Miguel da Boa Vista, EP. Tigrinhos e EP. Iraceminha	Maravilha
7 – 11	EP. Arroio Trinta, EP. Salto Veloso e EP Rio das Pedras	Videira
7 – 11	TN e RCPN	Santo Amaro da Imperatriz
14 – 16	TN + RI	Araranguá
14 – 16	RCPN	Araranguá
14 – 16	EP. Hercílio Luz	Araranguá
22 – 25	EP. Barra do Sul e EP. Itapocu	Araquari
22 – 25	EP. Massaranduba e EP. Schroeder	Guaramirim
22 – 25	EP. Águas Mornas, EP. São Bonifácio e EP. Rancho Queimado	Santo Amaro da Imperatriz
23 – 24	3º Tabelionato de Notas e 2º Tabelionato de Protestos	Capital
28 – 30	TN e EP. Pouso Redondo	Trombudo Central
28 – 30	RI e EP. Agrolândia	Trombudo Central

28 – 30	RCPN e EP. Braço do Trombudo	Trombudo Central

MAIO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
5 – 9	TN e EP. Arabutã	Ipumirim
5 – 9	RC e EP. Lindoia do Sul	Ipumirim
5 – 9	EP. Vargem, EP. Brunópolis e EP. Marombas	Campos Novos
12 – 16	EP. Aguti e EP. Claraíba	São João Batista
12 – 16	RCPN + EP. Tigipió e EP. Major Gercino	São João Batista
12 – 16	RCPN e EP Ponte Alta	Correia Pinto
19 – 23	EP. Sapiranga e EP. Balneário Gaivota	Meleiro e Sombrio
19 – 23	TN+RI	São Lourenço do Oeste
19 – 23	EP. Novo Horizonte e EP. Jupiá	São Lourenço do Oeste

JUNHO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
2 – 4	EP. Canasvieiras	Capital
2 – 6	TNOP, RCPN	Gaspar
2 – 6	RI, EP. Ilhota	Gaspar
9 – 11	RI Presidente Getúlio	Presidente Getúlio
9 – 11	RI Ibirama	Ibirama
11 – 13	TNOP	Presidente Getúlio
11 – 13	EP. Dona Emma	Presidente Getúlio
11 – 13	EP. Vitor Meirelles	Presidente Getúlio
13	TNOP	Guaramirim
16 – 18	EP. Mirador EP. Witmarsum	Presidente Getúlio
16 – 18	RCPN e EP. Dalbérgia	Ibirama
23 – 27	TNOP, 1º RI	Timbó
23 – 27	RCPN, 2º RI	Timbó
23 – 27	EP. Benedito Novo, EP. Rio dos Cedros, EP. Cedro Alto	Timbó

JULHO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
30 – 4	1º e 2º TNOP	Taió
30 – 4	RI e RCPN	Taió
30 – 4	EP. Mirim Doce, EP. Salete e EP. Santa Terezinha	Taió e Rio do Campo
7 – 11	RI e EP. Agronômica	Rio do Sul
7 – 11	RCPN e EP. Aurora	Rio do Sul
7 – 11	EP. Lontras e EP. Presidente Nereu	Rio do Sul
14 – 18	1º e 2º TNOP Indaial	Indaial
14 – 18	RI	Indaial
14 – 18	EP. Rio Bonito, EP. Imbuia, EP. Vidal Ramos e EP. Petrolândia	Ituporanga
21 – 25	EP. Chapadão do Lageado, EP. Rio do Oeste e EP. Laurentino	Ituporanga/Rio do Oeste
21 – 25	RI e RCPN	Garopaba
21 – 25	EP. Gravatal e EP. São Martinho	Armazém
25 – 26	RCPN	Joinville
28 – 1º	RCPN (dois)	Imbituba/Laguna

28 – 1º	TNOP e EP. Vila Nova	Imbituba
28 – 1º	RI e EP. Mirim	Imbituba

AGOSTO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
4 – 8	TNOP e EP. Praia Grande	Santa Rosa do Sul
4 – 8	RI e RCPN	Santa Rosa do Sul
4 – 8	EP. São João do Sul, EP. Passos de Torres	Santa Rosa do Sul
11 – 15	TNOP e EP. São Ludgero	Braço do Norte
11 – 13	RI e EP. Rio Fortuna	Braço do Norte
11 – 15	RCPN e EP. Santa Rosa de Lima	Braço do Norte
14 – 15	1º TNOP	Canoinhas
11 – 15	EP. Grão Pará, EP. Aiurê e EP. Invernada	Braço do Norte
18 – 22	TNOP (dois)	Turvo/Forquilhinha
18 – 22	RI, EP. Jacinto Machado	Turvo
18 – 22	RCPN e EP. Timbé do Sul	Turvo
20 – 22	EP. Schroeder	Guaramirim
26 – 28	RCPN	Presidente Getúlio
27 – 29	RI	Barra Velha
28 – 30	RI	Barra Velha
30	TNOP	Guaramirim

SETEMBRO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
1º - 5	TNOP e RCPN	Lauro Müller
1º - 5	RI e RCPN	Orleans
1º - 5	TNOP (dois)	Orleans/Urussanga
8 – 12	RI e EP. Morro da Fumaça	Urussanga
8 – 12	RCPN e EP. Cocal do Sul	Urussanga
16 – 19	TP, 2º TNOP	Tubarão
16 – 19	EP. Pedras Grandes e EP. Sangão	Tubarão/Jaguaruna
16 – 19	RCPN, EP. Treze de Maio e EP. São Gabriel	Jaguaruna
22 – 26	RI	Içara
22 – 26	TNOP e RCPN	Içara
22 – 26	RI e RCPN	Otacílio Costa

OUTUBRO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
29 – 1º	TNOP	Imaruí
29 – 3	RI e RCPN	Imaruí
29 – 3	TNOP e RI	São Francisco do Sul
6 – 10	RCPN e RI	Garuva
6 – 10	RI e RCPN	Jaraguá do Sul
6 – 10	RCPN (dois)	Barra Velha/Balneário Camboriú
13 – 17	RI e RCPN	Itapoá
13 – 15	TNOP	Itapoá
16 - 17	EP. Luis Alves	Navegantes

13 – 17	RI e RCPN	Navegantes
20 – 24	RCPN e EP. Penha	Balneário Piçarras
20 – 24	TNOP e RCPN	Itapema
20 – 24	EP. Botuverá e EP. Guabiruba	Brusque
27 – 31	1º e 2º TNOP	Brusque
27 – 31	RCPN e RI	Brusque
27 – 31	RCPN e EP. Rio Rufino	Urubici

NOVEMBRO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
3 – 7	TNOP	Bom Retiro
3 – 7	RI e RCPN	Bom Retiro
3 – 7	EP. Alfredo Wagner e EP. Arnópolis	Bom Retiro
10 – 14	1º TNOP e EP. Frei Rogério	Curitibanos
10 – 14	RI e EP. Ponte Alta do Norte	Curitibanos
10 – 14	RCPN e EP. São Cristóvão do Sul	Curitibanos
17 – 21	RCPN e RI	Campo Belo do Sul
17 – 21	TNOP e EP. Capão Alto	Campo Belo do Sul
17 – 21	EP. Cerro Negro e TNOP	Campo Belo do Sul/Anita Garibaldi
24 – 28	RI e EP. Abdon Batista	Anita Garibaldi
24 – 28	EP. Celso Ramos e RCPN	Anita Garibaldi
24 – 28	TNOP e RCPN	São Bento do Sul
26 – 28	RCPN	Barra Velha

DEZEMBRO

PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
1º - 5	EP. Iraputã e EP. Itaió	Itaiópolis
1º - 5	2º TNOP e EP. Felipe Schmidt	Canoinhas
1º - 5	RCPN e EP. Bela Vista do Toldo	Canoinhas
1º - 5	EP. Três Barras e EP. Major Vieira	Canoinhas
1º - 5	RI e EP. Matos Costa	Porto União
1º - 5	1º e 2º TNOP	Porto União
1º - 5	RCPN e EP. Santa Cruz do Timbó	Porto União

Inspeções correicionais virtuais realizadas nas serventias extrajudiciais do Estado:

Em 2014, foram realizadas inspeções virtuais em todas as 583 serventias extrajudiciais do Estado, que totalizaram 5.830 relatórios gerados e enviados.

Totalização de inspeções correicionais:

Atividade	Quantidade
Transmissões de acervo	6
Inspeções presenciais	249

Inspeções virtuais	5.830
TOTAL	**6.085**

No ano de 2014 foram editados pelo Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça 6 provimentos, 149 circulares e 35 circulares.

COMISSÃO DOS SISTEMAS ELETRÔNICOS EXTRAJUDICIAIS – 2014

Projeto do Selo Digital de Fiscalização

O Selo Digital de Fiscalização é a evolução do antigo selo autoadesivo, instituído pela Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998 (alterada pelas Leis Complementares n. 279, de 27 de dezembro de 2004, n. 365, de 7 de dezembro de 2006, n. 408, de 7 de maio de 2008 e n. 429, de 23 de dezembro de 2008), composto por um conjunto de soluções tecnológicas elaborado com o objetivo principal de aprimorar a segurança dos atos praticados nas serventias extrajudiciais de Santa Catarina.

Desenvolvido pela própria equipe do Poder Judiciário de Santa Catarina, e implantado em parceria com as empresas fornecedoras de sistemas informatizados de automação, trata-se de ferramenta que faz uso de um conjunto padronizado de interfaces de conexão que têm por objetivo a interoperabilidade dos sistemas informatizados usados no Tribunal de Justiça e nos serviços notariais e de registro.

A partir da aplicação do Selo Digital de Fiscalização aos atos extrajudiciais e da remessa obrigatória das informações dos atos pelas serventias que os praticaram para o Poder Judiciário catarinense, tornou-se possível a qualquer interessado que esteja na posse de um documento com Selo Digital proceder, em tempo real, à visualização das informações completas do ato lavrado diretamente no Portal de Consulta, disponível na internet, no endereço http://selo.tjsc.jus.br, o que confere, assim, um alto nível de segurança e transparência à atividade.

Importante destacar que o Selo Digital de Fiscalização desenvolvido em Santa Catarina difere do utilizado em outros Estados em razão, primeiramente, da possibilidade de consulta pelos usuários dos serviços notariais e de registro das informações dos atos e, também, pela alimentação de um banco de dados que pode ser utilizado para o desenvolvimento de outros sistemas informatizados dedicados à auditoria do próprio Selo Digital. Tudo isso se soma, ainda, à possibilidade de as serventias escolherem o sistema com que desejem trabalhar, dentre as empresas que prestam esse tipo de serviço no mercado. O resultado positivo é aferido pelo incremento da agilidade e da segurança no fornecimento de selos, pela dispensa do manuseio e da estocagem e pela eliminação da possibilidade de extravio, de roubo ou da inutilização das unidades de selos virtuais.

Em 2014, com propósito da adoção de um novo sistema eletrônico de ressarcimento, atualmente em fase de elaboração, a Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos

Extrajudiciais, procedeu ao lançamento da versão 2.1 do sistema do Selo Digital de Fiscalização.

Nessa nova versão, cujo prazo final de implantação encerrou-se em 31 de outubro de 2014, foram disponibilizados novos campos de preenchimento nos modelos dos atos selados, destinados a abarcar as informações necessárias para viabilização do sistema de ressarcimento eletrônico. Para tanto, determinou-se que, até a data mencionada, os sistemas utilizados nas serventias extrajudiciais catarinenses já se encontrassem adaptados para o envio das informações previstas nos novos campos.

Diante da pequena complexidade das alterações propostas, não houve necessidade de suspensão do expediente externo das serventias, tampouco pela necessidade de atualizações presenciais do sistema. Ao contrário, foi estimulado o emprego de atualizações do tipo remotas. Tal decisão originou a Circular n. 226, de 29 de setembro de 2014.

Do mesmo modo, em atenção à necessidade de adequação dos serviços informatizados mantidos no âmbito do projeto do Selo Digital de Fiscalização à nova infraestrutura de banco de dados do Poder Judiciário catarinense, a Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, comunicou que os sistemas informatizados de automação utilizados pelas serventias extrajudiciais do Estado deveriam encontrar-se devidamente adaptados aos novos padrões técnicos até 31 de outubro de 2014, de modo a utilizar o servidor de banco de dados Jboss7.

Tal migração já vinha sendo solicitada por força de comunicados diversos desde 26 de setembro de 2013. Todavia, até o momento do pedido, número significativo de serventias ainda não se encontrava adaptada ao envio de atos consoante os novos padrões técnicos. Diante disso, mostrou-se necessária a edição de comunicação (Circular n. 227, de 29 de setembro de 2014) para que fossem realizados os necessários contatos com a empresa fornecedora do sistema informatizado de automação de modo a garantir estivesse ele adaptado a remeter os dados dos atos e proceder ao consumo de selos de acordo com a nova infraestrutura técnica.

Ao final do prazo acima mencionado, a versão antiga da infraestrutura foi desativada. Naquela data, 31 de outubro de 2014, todas as serventias extrajudiciais do Estado encontravam-se devidamente adaptadas.

A versão atualmente em utilização do Selo Digital é a 2.1.1, que dá suporte aos serviços necessários à implantação do Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos. Desde a implantação (29-6-2011), até o dia 2 de dezembro de 2014, foram lavrados ao todo 79 milhões de atos notariais e de registro com o emprego do Selo Digital de Fiscalização, destes, 24 milhões apenas em 2014.

Ao longo de 2014, foram apreciados os seguintes processos vinculados à Comissão de Sistemas Eletrônicos, ordenados por data, do mais recente ao mais antigo:

Processo	Projeto	Resultado	Data da decisão
Cessão de computadores EP Anta Gorda	Selo Digital	Decisão pela cessão de equipamentos de informática para a EP de Anta Gorda	25-11-2014
0012620-59.2014.8.24.0600	Central de Registro de Imóveis	Decisão pela revogação de artigos do CNCGJ que tratavam do antigo procedimento de indisponibilidade de bens, em virtude do Provimento n. 39 do CNJ	19-11-2014
0012656-38.2013.8.24.0600	Integração SSP	Efetivação da integração dos sistemas do Selo Digital e da SSP/SC para troca de informações sobre óbitos	7-11-2014
0012689-91.2014.8.24.0600	Selo Digital	Empresas fornecedoras de sistema informatizado de automação (Extradigital X Macrocart)	31-10-2014
0011082-43.2014.8.24.0600	Censec	Expedição de circular aos juízes de direito para utilização da Central de Testamentos da Censec	29-10-2014
0011082-43.2014.8.24.0600	Censec	Instauração de processo administrativo disciplinar contra titulares e interinos que não alimentaram informações na Censec	16-09-2014
0013265-21.2013.8.24.0600	Censec	Cadastramento dos magistrados para utilização da Censec	24-10-2014
0012855-26.2014.8.24.0600	CRC	Pedido de encaminhamento da listagem de serventias devedoras da CRC	24-10-2014
Pedido de prorrogação de prazo formulado pela empresa Extradigital, em relação à versão 2.1 do sistema do Selo Digital de Fiscalização.	Selo Digital	Indeferimento do pedido	24-10-2014
0012642-20.2014.8.24.0600	Selo Digital	Comunicado do 3º Tabelionato da Capital sobre indisponibilidade do sistema nele utilizado	10-10-2014
0012606-75.2014.8.24.0600	Integração TRE	Pedido de integração dos bancos de dados do Selo Digital e do TRE, para informações dos óbitos	10-10-2014
0011664-43.2014.8.24.0600	Selo Digital	Entendimento sobre ato retificador	22-9-2014
0013265-21.2013.8.24.0600	Censec	Pedido de envio de listagem de magistrados em atuação em Santa Catarina para a Coordenadoria de Magistrados, para efeito de cadastramento na Censec	22-9-2014
0011749-29.2014.8.24.0600	Central de Protestos	Viabilidade de alteração do local físico da distribuição de protestos na comarca de Balneário Camboriú	17-9-2014
0011852-36.2014.8.24.0600	Central de Registro de Títulos e Documentos	Remessa de informação aos registradores civis solicitantes e à Anoreg-SC para início das tratativas com vistas à implantação da Central de RTD	17-9-2014
0010679-74.2014.8.24.0600	CRC	Situações relacionadas à efetiva implantação da Central de Registro Civil. Arquivamento.	5-9-2014
0011082-43.2014.8.24.0600	Censec	Pedido de envio, pelo CNB-CF, da relação de devedores da Censec, para atuação da CGJ	28-8-2014
0011062-52.2014.8.24.0600	Selo Digital	Pedido de informações sobre casamentos do mesmo sexo no sistema do Selo Digital, para informação do IBGE. Remessa de informações. Arquivamento	5-8-2014
0011538-90.2014.8.24.0600	Central de Protestos	Alterações no sistema de inspeção virtual para garantia de correição dos dados utilizados pelo sistema de ressarcimento de CDAs	21-7-2014
0012028-49.2013.8.24.0600	Central de Protestos	Fomento do protesto de CDAs. Envio de comunicado para órgãos das fazendas municipais e estadual	9-6-2014
0013265-21.2013.8.24.0600	Censec	Expedição de circular para que os juízes em atuação no Estado, querendo, possam se cadastrar na Censec	7-6-2014
0011062-52.2014.8.24.0600	Selo Digital	IBGE. Envio de processo para DTI para obtenção das informações requeridas pelo IBGE	7-6-2014
0011084-47.2013.8.24.0600	Selo Digital	Extradigital X Macrocart. Arquivamento	7-6-2014
0011082-43.2014.8.24.0600	Censec	Relação de serventias inadimplentes com a Censec	30-5-2014
0012664-15.2013.8.24.0600	Censec	Remessa de informações ao CNJ a respeito da possibilidade de cadastramento, na Censec, das informações dos inventários abertos	30-5-2014
0012599-20.2013.8.24.0600	Central de Protestos	Informações sobre a quantidade de protestos cuja praça de pagamento é o município de São Ludgero	30-5-2014
0011042-61.2014.8.24.0600	Selo Digital	Informações sobre a informatização das serventias extrajudiciais de Blumenau	26-5-2014
0013691-33.2013.8.24.0600	CRC	Relação de serventias inadimplentes com a CRC	26-5-2014
0013745-33.2012.8.24.0600	Central de Registro de Imóveis	Relação de serventias inadimplentes com a CRI	23-5-2014
0013745-33.2012.8.24.0600	Central de Protestos	Integração de SC na Central Nacional de Protestos	23-5-2014
0010943-91.2014.8.24.0600	CRC	Dificuldades de integração da EP de Luzerna e do RC de Santa Cecília na CRC	23-5-2014

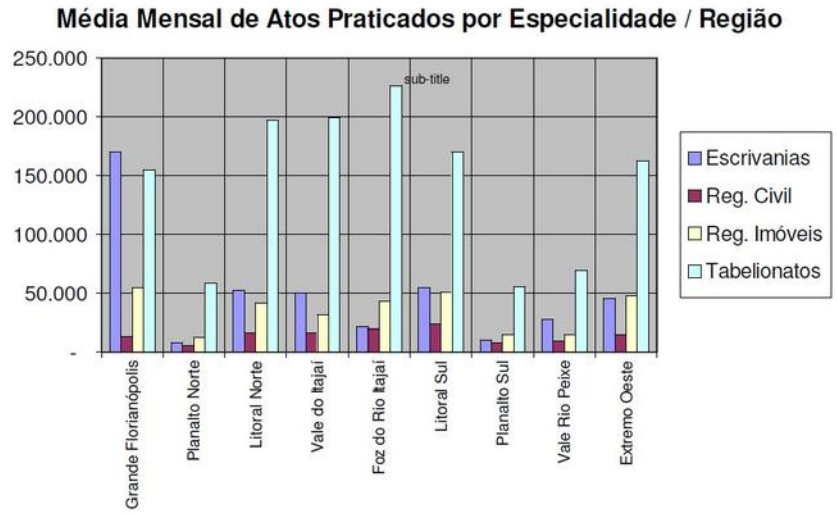
0011111-93.2014.8.24.0600	CRC	Cobrança de emolumentos pelos atos solicitados pela CRC, RC de São Lourenço do Oeste	23-5-2014
0012656-38.2013.8.24.0600	Integração SSP	Sinal verde para a alteração do convênio de troca de informações entre o Poder Judiciário e a SSP-SC, para que esta obtenha as informações dos óbitos do Selo Digital	22-5-2014
0010679-74.2014.8.24.0600	CRC	Relação de serventias inadimplentes com a CRC	22-5-2014
0012599-20.2013.8.24.0600	Selo Digital	Informações sobre a quantidade de protestos cuja praça de pagamento é o município de São Ludgero	22-5-2014
0010864-15.2014.8.24.0600	Selo Digital	Remessa de informações ao TSE sobre as iniciativas de envio de informações de óbito já em operação nesta Corte	22-5-2014
0013664-50.2013.8.24.0600	Central de Protestos	Aspectos relacionados à distribuição de títulos a protesto em Florianópolis	22-5-2014
0011054-12.2013.8.24.0600	Malote Digital	Cadastramento de prepostos no Malote Digital. Desnecessidade	22-5-2014
0012664-15.2013.8.24.0600	Censec	Remessa de informações ao CNJ a respeito da possibilidade de cadastramento, na Censec, das informações dos inventários abertos	22-5-2014
0010704-87.2014.8.24.0600	Selo Digital	Revisão do art. 531 do novo Código de Normas da CGJ-SC, em relação à aplicação de selos nas certidões de relação de protestos	22-5-2014
CGJ 1584-2009	Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais	Projeto de implantação do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais (SCI)	7-5-2014
0012656-38.2013.8.24.0600	Integração SSP	Informações para perfectibilização do convênio entre TJSC e SSP-SC	2-5-2014
0011313-41.2012.8.24.0600	Selo Digital	Informações sobre rotina de envio de atos de serventias extrajudiciais	2-5-2014
CGJ 0213-2009	Central de Protestos	Digitalização dos autos físicos	21-1-2014
0011608-44.2013.8.24.0600	Selo Digital	Parecer sobre autenticação de documentos	16-1-2014

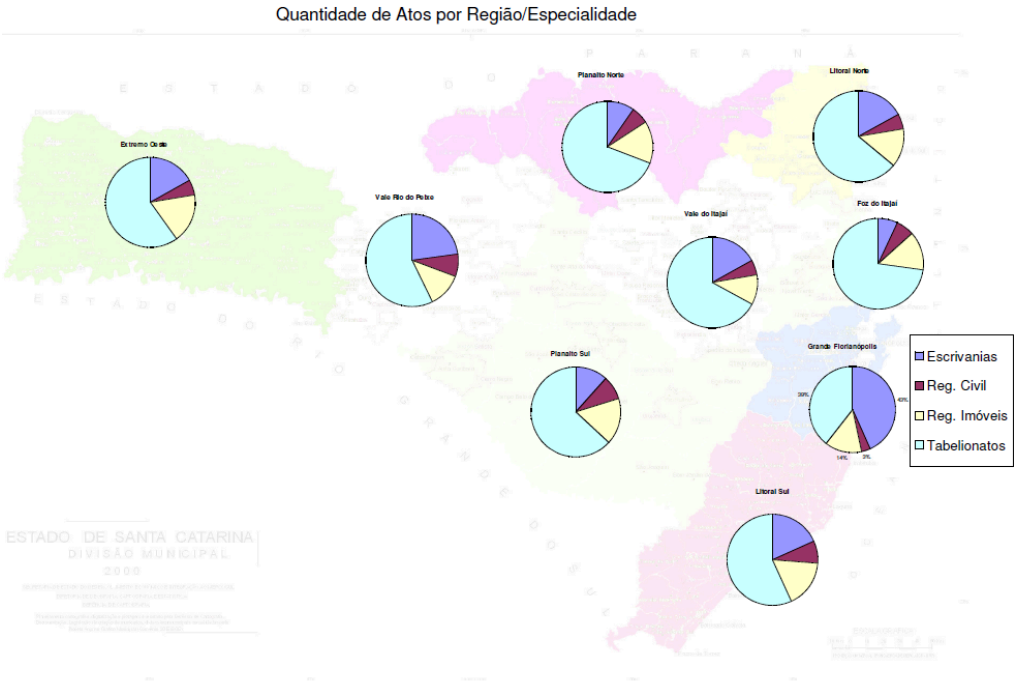
Abaixo, segue a relação de comunicados expedidos pela Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, que envolve todos os projetos por ela desenvolvidos:

DATA	COMUNICADO	ASSUNTO
10-1-2014	Comunicado n. 1/2014	Central de Informações do Registro Civil (CRC)
19-2-2014	Comunicado n. 2/2014	Novos tipos de ato, cobrança e tipos de registro e averbação
13-3-2014	Comunicado n. 3/2014	Incidência da regra n. 20 do Sistema de Inspeções Virtuais
3-4-2014	Comunicado n. 4/2014	Novos tipos de cobrança no sistema do Selo Digital de Fiscalização
14-5-2014	Comunicado n. 5/2014	Novo *layout* para envio de informações ao IBGE
15-5-2014	Comunicado n. 6/2014	Novo tipo de ato no sistema do Selo Digital de Fiscalização
16-5-2014	Comunicado n. 7/2014	Unidades organizacionais (UOs) habilitadas no sistema do Malote Digital
21-5-2014	Comunicado n. 8/2014	Momento da conclusão do ato e envio para o sistema do Selo Digital
5-6-2014	Comunicado n. 9/2014	Novo motivo de cancelamento de protesto
6-8-2014	Comunicado n. 10/2014	Averbação de Cédula de Crédito Imobiliário
16-9-2014	Comunicado n. 11/2014	Novo item na tabela padronizada de espécies de título (TAC)
22-9-2014	Comunicado n. 12/2014	Novos itens na tabela padronizada de tipos de registro e averbação
9-10-2014	Comunicado n. 13/2014	Novo tipo de ato no sistema do Selo Digital de Fiscalização
23-10-2014	Comunicado n. 14/2014	Novos tipos de ato e de cobrança no sistema do Selo Digital
12-11-2014	Comunicado n. 15/2014	Novos itens na tabela padronizada de tipos de atos no sistema do Selo Digital

No período de 7 de janeiro a 2 de dezembro de 2014, foram enviados/respondidos 1.353 *e-mails* relacionados a dúvidas e a questionamentos sobre a implantação e a operação do Selo Digital de Fiscalização, e também em relação aos demais projetos levados a cabo pela Comissão de Sistemas

Eletrônicos Extrajudiciais. A título de ilustração, abaixo seguem gráficos relativos à utilização do selo digital de fiscalização em 2014 (Fonte: Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais):





Iniciativas de Centralização de Informações (e-Centrais)

Com o advento do Selo Digital de Fiscalização, observou-se uma série de avanços tecnológicos e de uso da tecnologia da informação pelos serviços notariais e de registro catarinenses, notadamente pelo uso compulsório de sistema informatizado de automação com padrões de qualidade minimamente estabelecidos, o que permitiu, por meio de uma interface padronizada de comunicação, o envio, pelos mencionados serviços, do conteúdo completo dos atos lavrados para o servidor informatizado do Poder Judiciário, disponibilizado para consulta pública de autenticidade à população. A isso se chamou de Selo Digital de Fiscalização.

Sob a responsabilidade da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais encontram-se todas as atividades de desenvolvimento, normatização e acompanhamento das iniciativas nacionais, desenvolvidas em âmbito local, das centrais de informação e acessibilidade de atos, divididas em plataformas específicas para cada especialidade de serviço extrajudicial.

As iniciativas de centralização de informações extrajudiciais decorrem do interesse público consubstanciado na relevância jurídica e social da disponibilização aos interessados, neles incluídos órgãos públicos, autoridades e usuários dos serviços, de meios para a fácil localização de atos notariais e de registro, dentre os quais escrituras públicas, procurações, testamentos, matrículas e registros de imóveis, assentos de nascimento, casamento e óbitos, que objetivam a oportuna obtenção de certidões e de outras informações por meio da internet, remotamente.

A adoção de sistemas de centralização, que possibilitam a consulta da existência de atos e o pedido remoto de certidões/informações, viabilizado pela interligação entre os serviços de notas e de registros, o Poder Judiciário, órgãos da administração pública e entidades representantes da classe de notários e registradores, vem ao encontro do interesse público e representa importante passo no sentido de proporcionar a devida racionalização do sistema extrajudicial e, como consequência, a economia, a eficiência e a segurança advindas da desburocratização dos serviços.

Nesse prisma, encontram-se em utilização em Santa Catarina as seguintes iniciativas centralizadoras: a) Central Estadual de Protestos (CRA/SC – Provimento n. 6, de 17 de março de 2012); b) Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades (Provimento n. 8, de 7 de novembro de 2013, da CGJ/SC, e Provimento n. 39 do CNJ); c) Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec) (Provimento n. 18 do CNJ); d) Central Nacional de Protesto (CNP) (art. 898 do CNCGJ); e e) Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC) (Provimento n. 11, de 30 de novembro de 2013).

A adoção da centralização de informações confere pleno cumprimento ao disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à informação), e também ao que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, e 216, § 2º.

Compete à Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, atuar como órgão de regulamentação, em âmbito local, das iniciativas de caráter nacional, de forma a normatizar e definir uma agenda conjunta de implantação de cada uma das mencionadas ferramentas, de acordo com o planejamento do órgão e em atenção às peculiaridades locais, para o qual fará uso do ambiente favorável de parceria classe-órgão de fiscalização existente no Estado para a viabilização de iniciativas dessa natureza. Em resumo, abaixo quadro explicativo das centrais de informação em operação em Santa Catarina:

- Central de Protestos (CRA/SC) – implantada em 17 de março de 2012, por meio do Provimento n. 17 da CGJ/SC, de mesma data;
- Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec) – implantada em 28 de agosto de 2012, por meio do Provimento n. 18 do CNJ;

- Central de Registro de Imóveis e Penhora *On-Line* – implantada em 7 de novembro de 2013, por meio do Provimento n. 8 e Circular n. 20, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC) - implantada em 30 de novembro de 2013, por meio do Provimento n. 11 e da Circular n. 26, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Central Nacional de Protesto (CNP) – implantada em 16 de julho de 2014 – Novo Código de Normas da CGJ (art. 898);
- Sistema Integrado do Registro Civil (SIRC) – em fase de implantação – integração com INSS.

Central Estadual de Protestos

Foi lançada no dia 17 de março de 2012, em evento promovido pela Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg-SC), a Central de Protestos (Central de Remessa de Arquivos e Central de Distribuição de Títulos). O projeto foi desenvolvido em parceria com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, seção Santa Catarina (IEPTB-SC), e tem por escopo a distribuição centralizada dos títulos e outros documentos de dívida encaminhados eletronicamente pelas instituições financeiras e demais credenciados que aderirem à Central de Remessa de Arquivos – CRA.

Com base em cronograma divulgado costumeiramente pela Central de Remessa de Arquivos – CRA, sistema desenvolvido e mantido pelo IEPTB-SC, os serviços de protesto do Estado devem acessar o portal de internet por ela mantido para, mediante login e senha, efetuarem o download dos títulos remetidos eletronicamente pelas instituições financeiras que aderirem à CRA.

Após o regular processamento dos títulos pelo sistema informatizado de automação utilizado na serventia, os serviços de protesto transportam as ocorrências do dia novamente para o portal de internet mantido pela CRA, com as informações dos protestos e pagamentos realizados, as quais são remetidas pela CRA às instituições financeiras.

O serviço de distribuição da comarca de Joinville, que é mantido exclusivamente pela iniciativa privada, por meio de delegação, recebeu da CRA login e senha, bem como as respectivas instruções, para acesso à interface que contém o mecanismo de recepção dos títulos e remessa da distribuição para a CRA.

Em 2013, o serviço de distribuição da comarca da Capital passou a ser executado por servidores do Poder Judiciário, com o uso do Sistema de Títulos a Protesto (STP), para o qual foi realizado treinamento pela equipe da Comissão de Sistemas Eletrônicos em 14 de novembro de 2013, nas dependências da Corregedoria-Geral da Justiça.

Em 2014, o serviço de distribuição da comarca de Caçador passou a ser executado pelos tabeliães de protesto, sob responsabilidade do Poder Judiciário, com a utilização de um sistema de informação privado.

Até 2 de dezembro de 2014, foram distribuídos 371.936 títulos encaminhados via sistema da Central de Remessa de Arquivos (CRA), que totalizaram o montante de R$ 2.638.498,20 referente ao somatório dos emolumentos da distribuição. Salienta-se que 33.667 títulos foram distribuídos com gratuidade.

Até esta data, encontram-se cadastrados no sistema 324 apresentantes credenciados.

Foi inserido no novo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Provimento n. 10, de 8 de novembro de 2013), o art. 898, que trata da adoção da Central Nacional de Protestos, interface por meio da qual os tabeliães de protesto deverão informar a relação diária dos protestos, lavrados por falta de pagamento, bem como dos protestos cancelados, que passou a viger desde 19 de maio de 2014.

Central de Registro de Imóveis e Penhora On-Line

No dia 30 de novembro de 2012, foi assinado termo de cooperação técnica entre a Corregedoria-Geral e a Associação de Titulares de Cartórios de Santa Catarina (ATC-SC), para a implantação da Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades. O termo prevê a disponibilização das informações dos registros de imóveis para consulta, via internet, por qualquer interessado. Iniciativa desenvolvida pela Associação dos Registradores de Imóveis de São Paulo (Arisp), confere maior transparência ao sistema registral estadual e é considerada modelo pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Central de Registro de Imóveis e Penhora On-Line baseia-se nas seguintes premissas:

- Serviços de registro de imóveis deverão cadastrar os seus indicadores pessoais e reais e exportá-los diariamente para o sistema mantido pela Associação de Titulares de Cartório (ATC/SC) e Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP); a exportação se dará por meio de arquivos padronizados, por meio de WebService.
- As informações dos indicadores pessoais e reais que não estiverem disponíveis em meio eletrônico deverão ser cadastradas manualmente pelos serviços de registro de imóveis e exportadas para a Central de Registro de Imóveis consoante prazo e padrões que serão definidos.
- As informações exportadas poderão ser consultadas, mediante acesso autenticado (por meio da certificação digital do interessado), que poderá visualizar a existência de imóveis com base nos parâmetros de pesquisa informados. Poderá, ainda, solicitar a emissão da respectiva certidão da matrícula encontrada, que será fornecida em meio eletrônico com o emprego de certificação digital ou em meio físico, via correio, mediante o pagamento dos emolumentos devidos e do porte de remessa respectivo.
- Os padrões técnicos para a remessa dos arquivos e cadastramento manual dos indicadores será publicado pelas entidades mantenedoras da Central no seu *website* próprio.
- Os juízes, membros do Poder Judiciário de Santa Catarina, assim como os chefes de cartório/unidades jurisdicionais, serão cadastrados no sistema e, por meio do emprego de certificação digital padrão A3 ou superior, deverão cadastrar as determinações de constrição de bens imóveis de qualquer natureza, incluídas aí as penhoras, arrestos, sequestros e indisponibilidade de bens. As partes deverão ser alertadas pela unidade jurisdicional que o envio automático das determinações de constrição de bens não exclui a necessidade de qualificação do

título judicial, com o recolhimento dos emolumentos devidos e apresentação de documentos auxiliares, quando for o caso.

- As associações mantenedoras da Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades deverão confeccionar manual detalhado de uso do sistema, com um passo a passo, destinado aos registradores de imóveis, aliado a um manual técnico, destinado às empresas fornecedoras de sistemas para as serventias, com a disponibilização de uma área de "perguntas frequentes", em ambiente *web*.
- As bases de dados de Santa Catarina encontrar-se-ão integradas às bases congêneres mantidas pelas respectivas associações nos demais Estados da Federação, para as quais também será possível o envio de determinações judiciais de constrição de bens e indisponibilidades.

No âmbito do projeto, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a Associação de Titulares de Cartório de Santa Catarina (ATC-SC) e a Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina, no dia 30 de novembro de 2012, que trata das normas administrativas para operacionalização da Central de Registro de Imóveis e Penhora On-line. Para a operacionalização do procedimento, deve-se elaborar provimento e circular com as regras específicas e os prazos para adesão das serventias e unidades jurisdicionais.

Em 2014, a Associação de Titulares de Cartório (ATC) foi sucedida como gestora da Central de Registro de Imóveis e Penhora Online pelo Colégio Registral de Santa Catarina, mantidas as demais prescrições do termo de cooperação acima mencionado.

O projeto foi lançado em caráter definitivo em cerimônia realizada no 64º ENCOGE, no dia 7 de novembro de 2013, com a assinatura do Provimento n. 8, que dispõe sobre as regras de gestão e operação da central, e da Circular n. 20, que divulga os resultados dos trabalhos e os prazos para implantação, com a devida remessa das informações dos indicadores pessoais, nos seguintes termos:

Art. 6º A carga das informações dos registros já lavrados será realizada regressivamente até o dia 01/01/1976, conforme os seguintes prazos:

I - Até 120 dias da entrada em vigor deste Provimento para atos lavrados desde 01/01/2006;
II - Até 30/06/2014 para os atos lavrados desde a data de 01/01/2000;
II - Até 31/12/2014 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1990;
III - Até 30/06/2015 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1980; e
IV - Até 31/12/2015 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1976.

Até o momento, os esforços da comissão de sistemas eletrônicos encontram-se canalizados para garantir que a integralidade dos serviços de registro de imóveis esteja não apenas cadastrada na central, mas que também passe a remeter, conforme os períodos estipulados, as necessárias informações para alimentação da ferramenta. Do mesmo modo, como utiliza a mesma plataforma da Central de Registro de Imóveis, tem-se trabalhado para garantir a plena integração de Santa Catarina à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, há pouco lançada pelo Conselho Nacional de Justiça (Provimento n. 39, de 25 de julho de 2014).

Central de Informações do Registro Civil (CRC)

A Central de Informações do Registro Civil foi lançada no dia 30 de novembro de 2013, com a assinatura do Provimento n. 11 e da Circular n. 26, que estipulam as normas administrativas e de funcionamento da ferramenta e realizam a competente divulgação, documentos que se somam ainda ao Termo de Cooperação Técnica formalizado entre a Corregedoria-Geral da Justiça e a Associação de Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg/SC), em que são detalhadas as regras de funcionamento da ferramenta gerida pela classe de notários e registradores, com apoio da Arpen/SP (Associação de Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo), entidade que detém a gestão do sistema.

A CRC é integrada, obrigatoriamente, por todos os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Santa Catarina, que deverão efetuar carga e manter permanentemente atualizado o acervo, bem como acessá-lo para fornecer informações ao público, quando solicitadas. Para tanto, é constituída por Sistema de Banco de Dados Eletrônico alimentado pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais com os atos de registro de sua competência.

Outra funcionalidade disponível no sistema diz respeito ao cadastramento das unidades jurisdicionais da justiça estadual, com o uso de certificado digital, para viabilização do acesso dos magistrados, chefes de cartório e servidores por eles cadastrados, que poderão realizar consultas acerca da existência de registros e encaminhar determinações judiciais diretamente aos serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais.

A carga das informações dos registros já lavrados será realizada regressivamente até o dia 01-01-1976, conforme os seguintes prazos:

I - Até 120 dias da entrada em vigor deste Provimento para atos lavrados desde 01-01-2006;
II - Até 31-12-2014 para os atos lavrados desde a data de 01-01-2000;
III - Até 31-05-2015 para os atos lavrados desde a data de 01-01-1990;
IV - Até 31-10-2015 para os atos lavrados desde a data de 01-01-1980; e
V - Até 31-03-2016 para os atos lavrados desde a data de 01-01-1976.

Ainda, a Central de Informações de Registro Civil (CRC) pode ser consultada por entes públicos, gratuitamente, mediante convênio, e por pessoas naturais ou jurídicas privadas, sujeitas ao pagamento respectivo nos termos da Tabela de Custas e Emolumentos vigente no Estado, ressalvadas as hipóteses de isenção ou imunidade previstas na legislação.

O requisitante poderá solicitar a qualquer Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado a materialização de certidão eletrônica expedida por outra serventia, que será disponibilizada em formato eletrônico à serventia solicitante e materializada por meio de certidão ao usuário em papel de segurança, observadas as custas e os emolumentos devidos pelas certidões a ambos serviços de registro.

No ano de 2014 trabalhou-se para a consolidação da ferramenta em âmbito estadual. Para tanto, como mencionado em linhas pretéritas, atuou-se constantemente nos processos vinculados à CRC, no sentido de compelir serventias inadimplentes ao uso da ferramenta, com a instauração de processos administrativos em desfavor daqueles que se mantiveram incólumes aos apelos do órgão regulador. De igual modo, monitora-se a frequência de carregamento de informações para cumprimento dos prazos previstos no provimento que lançou a ferramenta.

Sistema Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC)

Foi lançada, em âmbito nacional, a Central Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC), por meio do decreto n. 8.270, assinado pela Presidente da República em 26 de junho de 2014. O objetivo do projeto é o de que, em cada estado da federação, seja criada uma central de remessa de arquivos, chamada de CER, por meio da qual serão encaminhadas para o sistema nacional as informações dos nascimentos, dos casamentos e dos óbitos lavrados pelos serviços extrajudiciais estaduais, de modo a subsidiar os sistemas de informações nacionais e, com isso, influenciar nas políticas públicas do país.

Por meio de decisão recente do conselho gestor do sistema SIRC, foi criada em Santa Catarina a primeira unidade centralizadora (CER), que ficará sob a responsabilidade do Tribunal de Justiça, órgão que fará a remessa eletrônica e automatizada das informações dos atos obtidos pelo sistema do Selo Digital de cada uma das serventias extrajudiciais catarinenses para o banco de dados do sistema SIRC em nível nacional, como forma de alimentar sistema de gerenciamento das informações do registro civil das pessoas naturais.

Para tanto, ao longo do ano foram realizadas reuniões entre a equipe técnica do TJSC e os gestores do sistema SIRC, por meio das quais foi possível o estabelecimento de uma agenda conjunta de desenvolvimento. Encontra-se concluída a ferramenta eletrônica de remessa das informações do Selo Digital para o sistema SIRC, de forma que pendentes apenas os testes finais de conexão com a *interface* mantida pela Dataprev/INSS.

Tão logo perfectibilizados os necessários e derradeiros testes, as informações estarão aptas a envio para a Central Nacional, atividade que será pioneira no Brasil.

Sistema de Inspeções Virtuais/Auditoria do Selo Digital

Com base nos conceitos de *business inteligence,* ou inteligência nos negócios (1), foi elaborada uma ferramenta de inspeções virtuais baseada nos critérios definidos pela assessoria extrajudicial para todas as especialidades do serviço notarial e de registro, com a geração de relatórios automatizados em que constam observações realizadas pelo sistema.

(1) Business inteligence é a habilidade das organizações para trabalhar os dados e explorar informações de modo a analisá-las e desenvolver percepções e entendimentos a seu respeito, o que lhes permite incrementar e tornar mais pautada em informações a tomada de decisão, que, no caso, refere-se à atividade de orientação e fiscalização.

O projeto das Inspeções Virtuais/Auditoria do Selo Digital, como o próprio nome indica, é intrinsicamente ligado ao projeto do Selo Digital de Fiscalização. Nesse passo, pode-se dizer que o funcionamento da ferramenta é pautado nos seguintes pontos:

- utilização da base de dados do Selo Digital;
- emprego de ferramenta de *business inteligence*;
- desenvolvimento de observações sobre campos específicos dos atos padronizados;
- críticas estabelecidas com base nas leis, Código de Normas, Regimento de Emolumentos e normas do Selo Digital;
- geração automática de relatórios de inspeção virtual, para a totalidade das serventias.

O projeto foi totalmente desenvolvido no âmbito interno do Poder Judiciário de Santa Catarina. A ideia surgiu de um trabalho conjunto entre a assessoria correicional extrajudicial e a Diretoria de Tecnologia da Informação, elegendo-se como parâmetros tecnológicos os seguintes:

- Ferramenta totalmente automatizada, com base nos critérios definidos pela gerência do projeto.
- Sistema configurável e adaptado para receber novos critérios de análise dos atos, de acordo com as especialidades e a demanda.
- Banco de dados de alta disponibilidade, com funcionamento em paralelo e com alta performance.

Superada a implantação da ferramenta, que se deu em 8 de outubro de 2013, com a edição da Circular n. 18, puderam-se observar os seguintes resultados para a atividade correicional:

- Qualificação da tomada de decisão: qual serventia inspecionar?
- Aprimoramento da qualidade dos atos.
- Criação de indicadores de qualidade e acompanhamento;
- Possibilidade de constante customização.
- Inspeções correicionais em 100% dos serviços notariais e de registro do Estado.
- Análise dos atos automatizada, com base em critérios preestabelecidos.
- Realização simultânea de inspeções virtuais na totalidade das serventias extrajudiciais.
- Desnecessidade de definição de um conjunto de serventias a ser inspecionado.
- Procedimento automatizado dispensa a atuação de assessores correicionais na geração dos relatórios – atuação apenas na criação dos critérios.

Ao longo de 2014, foram inseridas novas observações no sistema, que objetivam aprofundar a análise para a totalidade dos modelos dos atos enviados pelas serventias, sempre com respeito à periodicidade de envio mensal. Do mesmo modo, foi implantado um mecanismo de avaliação de resultados, com vistas à criação de indicadores de qualidade que fornecerão ao notário/registrador uma visão clara da evolução das observações, além de influenciar a profundidade da análise que será realizada no Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais (SCI).

Atualmente, encontram-se cadastradas no sistema 280 observações, contra 136 que existiam em 2013, um aumento de aproximadamente 100%. Em 2014, até o dia 2 de dezembro, foram realizadas inspeções virtuais mensais em todas as 583 serventias extrajudiciais do Estado, que totalizaram 5.830 relatórios gerados e enviados, referentes aos atos enviados nos meses de janeiro a dezembro de 2014.

Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais (SCI)

A partir da implantação definitiva do sistema do Selo Digital de Fiscalização, em plena utilização em Santa Catarina desde o primeiro semestre de 2012, e por meio da remessa, pelas serventias notariais e de registro catarinenses, do conteúdo completo da integralidade dos atos por eles lavrados, tornou-se possível o desenvolvimento de iniciativas gerenciais que permitissem a utilização dos dados dos atos para o aprimoramento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e de orientação levadas a cabo pela Corregedoria-Geral da Justiça, em específico pelo seu Núcleo IV.

Como primeira iniciativa de controle advinda do projeto do Selo Digital, foi possível o desenvolvimento de uma ferramenta automatizada de análise, verificação de qualidade e geração de relatórios, denominado de Sistema de Inspeções Virtuais/Auditoria do Selo Digital de Fiscalização, implantado em outubro de 2013, acima demonstrado. A partir da sua utilização, até o presente, foi possível realizar-se, dessa vez de modo abrangente, uma avaliação da qualidade dos atos remetidos pelos serviços notariais e de registro, atividade que possibilitou a consecução de atividades de inspeção na totalidade dos serviços de notas e de registros do Estado em apenas um mês, o que, desde então, repete-se mensalmente.

Atualmente, encontra-se mapeado um conjunto de 280 observações que são aplicadas automaticamente sobre a totalidade dos atos enviados pelas serventias extrajudiciais ao longo do período analisado, de um mês. O procedimento inclui a geração de relatórios que consignam não apenas os erros apontados pela metodologia de inspeção virtual mas também a correspondente determinação de melhoria e adequação, além de exibir alguns exemplos de atos enviados com o erro apontado, como forma de possibilitar ao notário/registrador a visualização do erro para adequação dos atos.

Do mesmo modo, a partir da utilização do sistema de inspeções virtuais e dos inegáveis benefícios que proporcionou para a administração pública em apenas 1 ano de utilização (dos quais se podem destacar, é claro, a realização contínua e ininterrupta de inspeções em 100% dos serviços de notas e de registros do Estado mensalmente), foi possível promover a ampliação desta ferramenta tecnológica, de forma a estender a sua utilização também para a realização das correições presenciais e, com isso, colocar em prática o projeto do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais (SCI).

O objetivo desta iniciativa, por meio da criação de ferramenta tecnológica que aproveita a estrutura de *hardware* e *software* desenvolvida por ocasião do sistema de inspeções virtuais, é o de consolidar os itens passíveis de observação que haviam sido definidos pela assessoria extrajudicial, devidamente atualizados e incrementados com os novos requisitos legais, normativos e de qualidade previstos no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina, de modo a apresentar as seguintes funcionalidades:

- Desenvolvimento de ferramenta tecnológica disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana, franqueada aos juízes-corregedores, corregedores permanentes, assessores correicionais e chefes

de secretaria dos foros, que poderão a qualquer tempo iniciar a análise correicional a partir do ambiente remoto, com acesso autenticado (e, portanto, auditado).

- A ferramenta apresenta a listagem de verificações que deverão ser realizadas em cada modalidade específica de serviço extrajudicial fiscalizado, em forma de checklist dinâmico, em que será possível assinalar o cumprimento ou não do item analisado, com a funcionalidade de upload de documento extraído da análise in loco, além da inclusão de observação textual que se fizer necessária.
- Ao final da atividade fiscalizatória, o conjunto de observações compõe uma listagem, em formato de relatório, que, após validação da equipe de assessores correicionais/juiz-corregedor ou corregedor permanente (em forma de minuta), será impressa em formato "pdf", exclusivamente em meio eletrônico, e encaminhado automaticamente, via Malote Digital ou e-mail, para a Corregedoria-Geral da Justiça, secretaria do foro da comarca (se for o caso) e para a própria serventia extrajudicial.
- Como forma de utilizarem-se os dados obtidos na atividade contínua de inspeções virtuais, a listagem de observações do sistema de inspeções in loco, notadamente em relação a sua abrangência, poderá variar de acordo com a qualidade dos indicadores apresentados pela serventia, ocasião em que poderão ser solicitados documentos adicionais, análise de livros/atos específicos, além da observação de itens do relatório de inspeção virtual.
- Utilizando-se os indicadores que se entenderem convenientes, obtidos diretamente da ferramenta Pentaho BI Suite (business inteligence) do sistema do Selo Digital, os fatores de análise presencial poderão variar, de modo que sejam analisadas com igual profundidade serviços extrajudiciais de maior ou menor porte, ou com índice semelhante. Tal proceder visa racionalizar o procedimento correicional e evitar o desperdício de tempo/recursos.

O desenvolvimento de ferramenta com as funcionalidades supramencionadas envolveu a divisão do trabalho em duas frentes, quais sejam, (1) o aprimoramento/atualização/criação das regras de negócio/observações que compõem a listagem de tarefas para o trabalho *in loco*, etapa que contou com a participação da equipe de assessores correicionais divididos por área de especialidade/atuação, e a (2) implementação das regras de negócio, etapa que envolveu o desenvolvimento tecnológico da ferramenta propriamente dita, das interfaces de acesso ao usuário, do mecanismo de geração e envio de relatórios e da variação do peso das regras/observações com base nos indicadores de quantidade e qualidade, etapa derradeira implementada no mês de dezembro, a partir dos dados advindos do sistema de *business inteligence* e do sistema de inspeções virtuais.

O projeto piloto foi realizado em serventias localizadas nas comarcas da Capital e de Gaspar, entre os dias 2 e 6 de junho de 2014. Transcorridos pouco mais de seis meses de utilização da ferramenta pela equipe de assessores correicionais da Corregedoria-Geral da Justiça, foram realizadas ao todo 155 correições com a utilização da nova ferramenta, com dados computados até o dia 2 de dezembro de 2014. Atualmente, a versão em operação é a 2.0, e encontra-se planejada nova versão com melhorias na interface do sistema, com destaque para um módulo de gerenciamento de correições/relatórios, para que sejam analisados antes da autuação no SAJ/5 da CGJ.

Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo de Fiscalização, ressarcimento e ajuda de custo

Reajuste dos valores do benefício da Ajuda de Custo destinado às serventias deficitárias (Lei Complementar n. 429/2008), nos termos da decisão do Conselho da Magistratura nos autos CGJ-E n. 1446/2009, e pagamento realizado com efeitos a 1º de janeiro de 2014, com a receita obtida por meio da venda dos Selos Digital de Fiscalização (Tabela 1, abaixo).

TABELA 1 – AJUDA DE CUSTO

MÊS	VALOR R$
Janeiro (1)	R$ 356.725,40
Fevereiro (2)	R$ 355.554,65
Março (3)	R$ 357.121,22
Abril(4)	R$ 355.164,45
Maio	R$ 355.164,45
Junho	R$ 355.164,45
Julho	R$ 355.164,45
Agosto	R$ 355.164,45
Setembro	R$ 355.164,45
Outubro	R$ 355.164,45
Novembro	R$ 355.164,45
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	**R$ 3.910.716,87**

Fonte: Setor de Selo - Núcleo IV

(1) Exclusão da Escrivania de Paz do 3º Subdistrito do Saco dos Limões, comarca da Capital, que no ano de 2013 comprou quantidade superior a 50% do adquirido pelo Registro Civil da sede da comarca da Capital; inclusão da Escrivania de Paz do Distrito de Nova Petrópolis, município e comarca de Joaçaba e Escrivania de Paz do Distrito de Dalbérgia, município e comarca de Ibirama, em virtude de enquadrarem-se no critério contido no art.14, III, LCE, 175 por ter adquirido no ano de 2013 menos de 50% dos selos solicitados pelo Registro Civil, Títulos e Documentos das sedes das respectivas comarcas naquele mesmo período.

(2) Exclusão do Registro Civil de Santo Amaro da Impreratriz, uma vez que foi elevada de entrância inicial para final, na forma da Resolução TJ n. 2, de 5-2-2014, publicada no DJE n. 1811, de 12-2-2014.

(3) Diferença de 2 parcelas de Abdon Batista a título de recomposição da ajuda de custo paga a menos nos meses de janeiro e fevereiro de 2014.

(4) Exclusão da Escrivania de Paz do Distrito de Dalbérgia, município e comarca de Ibirama, na forma dos Autos n. 0013454-96.2013.8.24.0600.

Pagamento a título de Ajuda de Custo no exercício de 2014 do correspondente a: **R$ 1.431,10** para as Escrivanias de Paz localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial; no valor de **R$ 1.170,75** para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial; e no valor de **R$ 910,65** para as Escrivanias de Paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de Selos de Fiscalização inferior a **50%** do adquirido pelo Registro Civil da respectiva sede.

Revisão anual das serventias que fazem jus ao benefício de ajuda de custo previsto no inciso III do art. 14 da Lei n. 175/1998.

Controle e pagamento do ressarcimento dos atos gratuitos no exercício de 2014 (Tabela 2).

TABELA 2 – RESSARCIMENTO DOS ATOS GRATUITOS – SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

MÊS	VALOR
Janeiro **(1)**	R$ 688.472,68
Fevereiro **(2)**	R$ 910.008,14
Março **(3)**	R$ 792.073,39
Abril **(4)**	R$ 874.866,29
Maio **(5)**	R$ 1.099.647,32
Junho **(6)**	R$ 1.358.986,57
Julho **(7)**	R$ 1.276.129,85
Agosto **(8)**	R$ 1.444.866,46
Setembro **(9)**	R$ 1.246.483,16
Outubro **(10)**	R$ 1.299.463,94
Novembro **(11)**	R$ 1.340.549,05
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	**R$ 20.521.546,85**

Fonte: Setor de Selo - Núcleo IV

(1) Referente a 30.785 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/12/2013 e 10/1/2014. Foi bloqueada a quantia de R$ 51.591,75, correspondente a 2.529 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15/8/2013. Análise dos atos bloqueados no mês de dezembro. Pagamento do valor de R$ 17.114,72, incluído no valor total do mês.

(2) Referente a 38.710 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/1/2014 e 10/2/2014. Foi bloqueada a quantia de R$ 57.573,10, correspondente a 1.659 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15/8/2013. Análise dos atos bloqueados no mês de janeiro. Pagamento do valor de R$ 6.837,15, incluído no valor total do mês. Neste mês foi efetuado também o pagamento de R$ 209.956,30, que corresponde à verba de ressarcimento, cujo pagamento se deferiu no processo CGJ-E 1531/2009, relativo ao ressarcimento complementar de atos isentos praticados entre outubro de 2009 e julho de 2013, cuja quitação havia sido objeto de bloqueio em face de dúvidas quanto à respectiva causa legal de isenção.

(3) Referente a 36.193 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/2/2014 e 10/3/2014. Foi bloqueada a quantia de R$ 46.734,37, correspondente a 2.351 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15/8/2013. Análise dos atos bloqueados no mês de fevereiro. Pagamento do valor de R$ 1.621,34, incluído no valor total do mês.

(4) Referente a 43.061 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/3/2014 e 10/4/2014. Foi bloqueada a quantia de R$ 66.535,09, correspondente a 2.691 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15/8/2013. Análise dos atos bloqueados no mês de março. Pagamento do valor de R$ 8.111,22, incluído no valor total do mês.

(5) Referente a 39.479 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/4/2014 e 10/5/2014. Foi bloqueada a quantia de R$ 45.645,56, correspondente a 2.060 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15/8/2013. Análise dos atos bloqueados no mês de abril. Pagamento do valor de R$ 4.808,83, incluído no valor total do mês.

(6) Referente a 49.172 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/5/2014 e 10/6/2014. Foi bloqueada a quantia de R$ 29.549,32, correspondente a 1.532 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria na forma da Circular n. 16/2013, de 15/8/2013. Análise dos atos bloqueados no mês de maio. Pagamento do valor de R$ 15.884,53, incluído no valor total do mês.

(7) Referente a 43.213 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/6/2014 e 10/7/2014. Foi bloqueada a quantia de R$ 64.976,60, correspondente a 1.972 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15/8/2013. Análise dos atos bloqueados no mês de junho. Pagamento do valor de R$ 5.114,63, incluído no valor total do mês.

(8) Referente a 46.680 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/7/2014 e 10/8/2014. Foi bloqueada a quantia de R$ 25.230,38, correspondente a 1.508 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15/8/2013. Análise dos atos bloqueados no mês de julho. Pagamento do valor de R$ 46.838,63, incluído no valor total do mês.

(9) Referente a 44.291 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/8/2014 e 10/9/2014. Foi bloqueada a quantia de R$ 32.193,72, correspondente a 1.325 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15/8/2013. Análise dos atos bloqueados no mês de agosto. Pagamento do valor de R$ 4.189,02, incluído no valor total do mês. Neste mês foi efetuado também o pagamento de R$ 227.180,10, que corresponde à verba de ressarcimento, cujo pagamento se deferiu no processo n. 0011382-39.2013.8.24.0600.

(10) Referente a 45.818 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/9/2014 e 10/10/2014. Foi bloqueada a quantia de R$ 43.770,93, correspondente a 1.218 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15/8/2013. Análise dos atos bloqueados no mês de setembro. Pagamento do valor de R$ 6.504,41, incluído no valor total do mês.

(11) Referente a 44.843 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/10/2013 e 10/11/2013. Foi bloqueada a quantia de R$ 18.616,57, correspondente a 879 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Análise dos atos bloqueados no mês de outubro. Pagamento do valor de R$ 3.108,18, incluído no valor total do mês.

Atualização do sistema eletrônico de ressarcimento, a fim de aprimorar o controle realizado por esta Corregedoria nos atos gratuitos praticados e cadastrados pelas serventias.

Implementação do pagamento do protesto da certidão da dívida ativa, conforme Circular n. 72/2014, de 2-6-2014, oriunda dos Autos n. 0013405-55.2013.8.24.0600.

TABELA 3 – RESSARCIMENTO DOS ATOS DOS JUÍZES DE PAZ

MÊS	VALOR
Janeiro (1)	R$ 9.512,80
Fevereiro (2)	R$ 6.224,40
Março (3)	R$ 6.862,80
Abril (4)	R$ 7.361,55
Maio (5)	R$ 8.418,00
Junho (6)	R$ 19.927,35
Julho (7)	R$ 11.315,90
Agosto (8)	R$ 9.561,20
Setembro (9)	R$ 12.028,95
Outubro (10)	R$ 11.206,50
Novembro (11)	R$ 19.694,00
Dezembro (12)	Pagamento pendente
TOTAL	**R$ 122.113,45**

Fonte: Setor de Selo - Núcleo IV

(1) Referente a 251 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-12-2013 e 10-1-2014. Não houve bloqueio de atos. Análise dos atos bloqueados no mês de dezembro. Pagamento do valor de R$ 75,20, incluído no valor total do mês.

(2) Referente a 157 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-1-2014 e 10-2-2014. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(3) Referente a 172 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-2-2014 e 10-3-2014. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(4) Referente a 184 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-3-2014 e 10-4-2014. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(5) Referente a 211 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-4-2014 e 10-5-2014. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(6) Referente a 495 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-5-2014 e 10-6-2014. Foi bloqueada a quantia de R$ 698,25, correspondente a 15 atos, cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(7) Referente a 277 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-6-2014 e 10-7-2014. Análise dos atos bloqueados no mês de junho. Pagamento do valor de R$ 279,30, incluído no valor total do mês.

(8) Referente a 240 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-7-2014 e 10-8-2014. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(9) Referente a 301 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-8-2014 e 10-9-2014. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(10) Referente a 282 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-9-2014 e 10-10-2014. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

(11) Referente a 494 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-10-2014 e 10-11-2014. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

Disponibilização de 23.405.941 selos de fiscalização digitais para uso nas Serventias Extrajudiciais entre 1º-1-2014 e 20-11-2014 (Tabela 4).

TABELA 4

SELOS DIGITAIS ADQUIRIDOS PELAS SERVENTIAS (DE 01-01-2014 A 20-11-2014)	
DISCRIMINAÇÃO	**QUANTIDADE**
Normal	21.089.860
D.U.T.	1.378.087
Escritura com Valor	149.155
Isento	788.839
TOTAL	**23.405.941**

Fonte: http://app.tjsc.jus.br/biselodig/Home

Confecção de certidão, a pedido de empresas, constando cartórios de protestos, para fins de licitação.

Fornecimento de informações aos demais setores do Núcleo IV – Extrajudicial – da Corregedoria, referentes ao ressarcimento dos atos gratuitos, e ajuda de custo efetivados às serventias, bem como no que toca ao selo digital de fiscalização.

Fornecimento de informações relativas aos selos de fiscalização para delegados, peritos, advogados e para a comunidade em geral.

Cancelamento de 3.275 selos digitais e devolução da mesma quantidade às serventias solicitantes, entre 1º de janeiro e 20 de novembro de 2014.

Redisponibilização, em 271 oportunidades, dos selos digitais adquiridos pelas serventias, em razão de problemas ocorridos no sistema utilizado no cartório, entre 1º de janeiro e 20 de novembro de 2014.

Anulação de 785 selos, em razão de atos de qualquer natureza lavrados, pelas serventias, com erros, entre 1º de janeiro e 20 de novembro de 2014.

Elaboração de minutas de provimentos, circulares, ofícios-circulares e ofícios referentes às atribuições deste setor.

Elaboração da orientação n. 22, de 26-9-2014, que repassa informações acerca da aplicação de selo digital do tipo 'normal' nos atos de cancelamento de protesto de CDA.

Controle dos casamentos coletivos – aproximadamente de 747 – ocorridos em todo o Estado.

Elaboração de informações, minutas de despachos, pareceres e decisões nos processos que aportaram no Setor de Selo de Fiscalização no ano de 2014.

Consultas e requerimentos recebidos e enviados pelo Setor IV, do Núcleo IV para as devidas providências, por meio dos endereços eletrônicos selo@tjsc.jus.br e cgjsc.selo@gmail.com, até 20-11-2014:

Assuntos: Consultas/requerimentos	Quantidade
Recebidos	1.451
Enviados	1.197

2.5 NÚCLEO V: Direitos Humanos

A garantia dos direitos fundamentais e a promoção da responsabilidade social com ações que aproximem o Judiciário da sociedade são alguns dos princípios que norteiam as ações da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina.

Atividades desenvolvidas

A atuação do Núcleo V, nesse contexto, desempenha papel fundamental, por meio de diversas iniciativas empreendidas, tanto na atuação preventiva como em ações repressivas, dentre elas destacam-se:

- Desempenho da atividade correicional, mediante o controle e a fiscalização dos serviços concernentes aos feitos da infância e juventude, execução penal, violência doméstica, idosos, portadores de necessidades especiais e outros setores desamparados; com o objetivo de tornar efetivas as ações afirmativas para as minorias.
- Identificação, promoção e divulgação das redes de atendimento, assim como informação sobre direitos referentes aos direitos humanos.
- Atuação em varas de execuções penais para promover a virtualização do acervo de processos, como Chapecó, Joinville, Lages e Curitibanos; o que vem colaborando na celeridade da tramitação dos feitos e a eliminação de rotinas burocráticas e repetitivas com a utilização de recursos de tecnologia da informação.

- Regulamentação sobre a Resolução 154/2012 do Conselho Nacional de Justiça, que trata da destinação e prestação de contas das prestações pecuniárias, por meio do Provimento n. 06/2014.
- regulamentação sobre a utilização das tornozeleiras eletrônicas no âmbito estadual, por meio dos Provimentos n. 5/2014 e 9/2014.
- elaboração da orientação de procedimentos para a formação e tramitação do processo de execução criminal.
- inspeções em unidades prisionais, de acolhimento, socioeducativos, instituições de longa permanência e, com o intuito de conhecer suas condições de funcionamento, instruir processos em tramitação e averiguar denúncias recebidas.
- CASAS DE ACOLHIMENTO (INSPEÇÕES) - Apoio, orientação e acompanhamento de inspeções em casas de acolhimento, de acordo com cronograma organizado pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção.
- UNIDADES PRISIONAIS (INSPEÇÕES) - Realização de inspeções em unidades prisionais. No ano de 2014 foram realizadas inspeções extraordinárias nas unidades de São Pedro de Alcântara, Palhoça, Blumenau, Joaçaba, Campos Novos, Xanxerê, Lages, Maravilha, Araranguá, Rio do Sul, Indaial, São Francisco do Sul, Barra Velha e Complexo da Agronômica (presídios feminino, masculino, hospital de custódia e tratamento psiquiátrico).
- CENTROS SOCIOEDUCATIVOS (INSPEÇÕES) – Realização de inspeções em centros socioeducativos de Joinville, Itajaí, Capital, Tubarão, Criciúma, Rio do Sul, Lages, Blumenau, Caçador, Araranguá e Xanxerê.
- ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM GERAL - Foram realizadas atividades de apoio e orientação aos internos e familiares no sentido de garantia de seus direitos e promoção dos direitos humanos. As denúncias realizadas por escrito ou pessoalmente no órgão foram autuadas e tomadas as providências para apuração dos fatos, e que em algumas situações demandou a avaliação presencial em unidades prisionais.
- DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU - Realização de atividades de apoio, orientação e fiscalização das unidades judiciárias relacionadas aos direitos humanos.
- Nesse sentido, destaca-se a elaboração da Orientação de procedimentos para os cartórios judiciais de execução penal, a realização de diagnósticos nas unidades de primeiro grau para a virtualização do acervo.
- Houve participação efetiva na implantação do Sistema de Automação do Judiciário, o que viabilizou a implantação em varas privativas de execução penal, inclusive promovendo a comunicação eletrônica entre as unidades prisionais e as varas de execuções penais.
- Apoio efetivo na Divisão de Trabalho Remoto das Execuções Penais, no saneamento do acervo e alimentação de eventos no histórico de partes.
- Apoio e orientação aos magistrados para a correta destinação das verbas pecuniárias oriundas das transações penais e penas pecuniárias.
- Atuação na solução dos problemas envolvendo o projeto “Lar Legal”, com o levantamento de dados e seleção e organização dos processos para julgamento, no intuito de promover os direitos humanos de populações às margens da sociedade.
- Participação efetiva na elaboração do fluxo de trabalho da Infância e Juventude, bem como na avaliação de criações específicas na área e de modelos de expedientes.

Projetos Desenvolvidos

Direito de Ser Idoso



O **projeto "Direito de Ser Idoso**" foi lançado pela CGJ em 2012, com o objetivo principal de garantir à população idosa o acesso aos direitos estabelecidos na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso, no Código de Processo Civil e na Recomendação n. 14 do CNJ, através de ações que inibam a violência contra a pessoa idosa.

No ano de 2014 foram deflagradas ações que visaram envolver os demais atores da rede de atendimento ao idoso e informar sobre as particularidades relativas ao processo de envelhecimento como forma de garantir os direitos da pessoa idosa e prevenir a violência através da educação e socialização das informações. Foram concretizados, assim, os objetivos específicos apontados previamente no projeto.

Para tanto, em 22 e 23 de setembro, a CGJ promoveu o II Seminário Estadual do Projeto Direito de Ser Idoso. O evento foi realizado em parceria com a Comissão do Idoso da OAB e com o Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis e teve como público-alvo não somente os técnicos do judiciário e do Ministério Público mas também os profissionais que compõem a rede de atendimento e garantia de direitos do idoso das secretarias estaduais e municipais de assistência, conselheiros municipais e estaduais do idoso, Comissão do Idoso da OAB, assim como idosos interessados em obter informação relativa à sua condição e direitos, totalizando 320 participantes. Os seguintes temas foram abordados:

TEMA
Solenidade de Abertura Apresentação Grupo de Seresta do Núcleo de Estudos da Terceira Idade?UFSC
A Família e o Processo de Envelhecimento
Políticas Públicas para Atendimento da Pessoa Idosa
Conhecendo a Legislação
Mesa - A Legislação e a Prática: análise crítica e sugestões de alteração do Estatuto do Idoso
Idoso Vitima de Violência - Identificação dos Sinais e abordagem Presidente de mesa
Mesa - Violência Contra o Idoso O que fazer?

O aumento do número de participantes e da carga horária do evento em relação ao realizado em 2013 se deve aos resultados positivos atingidos com a realização deste. É considerado pela rede de atendimento como um evento que fortalece as equipes de atendimento ao idoso em todo Estado e promove a

capacitação e a reflexão sobre os desafios para o alcance dos direitos estabelecidos, assim como o protagonismo da pessoa idosa.

O envolvimento dos atores da rede de atendimento ao idoso proporciona o fortalecimento e a melhoria dos serviços oferecidos à pessoa idosa através da aproximação da Corregedoria-Geral da Justiça aos órgãos que prestam algum serviço a esta população. Nesse sentido, destaca-se a participação da Corregedoria-Geral da Justiça na Comissão do Idoso da OAB, atendendo a um convite feito pelo referido órgão.

Para atender ao objetivo de melhoria dos serviços prestados à população idosa, o Núcleo de Direitos Humanos integrou o grupo de trabalho Idoso em Foco, composto dos seguintes órgãos parceiros: SESC Florianópolis, OAB/SC, Associação Nacional de Gerontologia do Brasil, Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social da Grande Florianópolis, Conselho Estadual do Idoso, Conselho Municipal do Idoso, Grupo de Estudos da Terceira Idade da UDESC, Núcleo de Estudos da Terceira Idade da UFSC, Pastoral da Pessoa Idosa, Secretaria Municipal de Assistência Social, que promoveu uma vasta programação que visou não somente a recreação e integração da pessoa idosa mas, sim, a valorização desta através da discussão sobre o processo de envelhecimento e a garantia de direitos com a seguinte programação.

Para o desenvolvimento do projeto, a assistente social do Núcleo V participou das seguintes atividades:

- Apresentação na Plenária do Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis: 2
- Participação das Atividades do Projeto Idoso em Foco: 11
- Participação de reuniões da Comissão do Idoso da OAB: 4
- Participação de reunião com o Secretário de Assistência de Florianópolis: 1
- Contatos e reuniões com parcerias para a realização do II Seminário Direito de Ser Idoso: 8

Novos Caminhos, Novas Oportunidades



O Projeto Novos Caminhos, Novas Oportunidades surgiu com a identificação da necessidade de fomentar a criação e fortalecer os conselhos da comunidade existentes, como forma de melhorar o acesso aos

direitos humanos da população que, direta ou indiretamente, permeia o sistema da execução da pena: presos, egressos e familiares.

O Conselho da Comunidade é definido no artigo 61 da Lei de Execuções Penais como órgão de execução penal, instalado pelo juiz da comarca (art. 66). O Projeto em questão fomenta a constituição de Conselhos da Comunidade no Estado de Santa Catarina e contribui para o seu efetivo funcionamento, pela importância da participação da sociedade nas diversas instâncias de discussão sobre a temática do preso e de sua relação com a comunidade, assim como no direcionamento das ações do Estado para a justiça social.

No ano de 2014 o projeto passou por uma nova definição de escopo e objetivos, com um cronograma de atividades que se iniciou em dezembro do corrente, a partir de um diagnóstico para aferir o número de conselhos da comunidade atuantes em Santa Catarina, e tem como objetivo geral fomentar a instalação de forma estruturada dos conselhos da comunidade em todas as comarcas que são sede de unidade prisional até dezembro de 2015.



Para encaminhamento das ações, foram prestadas informações a magistrados, servidores e conselheiros, num total de 12 ocorrências, além de 9 participações em reuniões com Conselhos da Comunidade e organizações participantes.

Saúde Mental

No ano de 2014 foram intensificadas ações visando garantir o acesso aos direitos dos portadores de transtornos mentais, através da orientação e apoio às demandas judiciais do Primeiro Grau relativas à Saúde Mental, nas situações associadas às internações compulsórias e medidas de segurança. Para o atendimento adequado das demandas de saúde mental, considerando os preceitos da Lei n. 10.216/2001,

faz-se necessário o fortalecimento da rede de atendimento, objetivando aumentar a qualidade dos serviços oferecidos aos indivíduos portadores de distúrbio mental.

A Corregedoria-Geral da Justiça, em parceria com o Instituto de Psiquiatria de São José, desenvolveu ações específicas buscando à desinstitucionalização dos pacientes internados compulsoriamente naquele hospital. A Circular n. 109, de 27 de junho de 2014, recomenda aos magistrados que a desinternação ocorra diretamente pelo ato de alta médica, com a subsequente e imediata comunicação ao juízo competente. Assim, a saída do paciente da unidade hospitalar fica desvinculada de autorização judicial.

As açoes resultaram na saída de 23 dos 28 pacientes internados e que já possuíam alta médica. Ou seja, mais de 80% retornaram para suas famílias ou foram encaminhados para centros terapêuticos.

Para o alcance dos resultados apresentados foram realizadas 2 reuniões com a Secretaria Estadual da Saúde, 2 com o Centro de Apoio de Direitos Humanos e Terceiro Setor da Procuradoria de Justiça e 2 com a equipe técnica do Instituto Psiquiátrico Catarinense.

Participação em Projetos de outros órgãos/setores:

Erradicação do Trabalho Infantil
Participação ativa na organização e realização do Seminário Sistema de Justiça e o Combate ao Trabalho Infantil, realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2014, que contou com a presença de 350 participantes, incluindo membros do Poder Judiciário, Ministério Público, Auditores Fiscais do Trabalho, servidores do judiciário e atores da rede de atendimento à criança do Estado e Municípios.

Patronato

Apoio e orientação para a Associação Patronato Liberdade, buscando a instalação do primeiro patronato em Santa Catarina, órgão este que tem como função a assistência ao preso e ao egresso, objetivando prevenir o crime e orientar a convivência em sociedade.

- Atendimentos feitos ao patronato: 6
- Visita à instituição: 2
- Reuniões realizadas: 3

Atendimentos realizados pelo serviço social ao público em geral (partes, advogados e familiares), recebendo e prestando as informações:

- Partes e familiares: 28
- Advogados: 5
- Representantes de órgãos governamentais, não governamentais e de classe: 56
- Respostas a questionamentos de Jurisdicionados: 29
- Atendimento à equipe do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçado de Morte da Secretária a Direitos Humanos da presidência da república

3. SECRETARIA-GERAL

Durante o ano de 2014, a Secretaria-Geral desenvolveu as atividades elencadas no art. 26, incisos I a XXII, do RICGJ, destacando-se:

- Assessoramento ao Corregedor-Geral da Justiça, aos Juízes-Corregedores e aos servidores em questões administrativas.
- Reforma de espaço físico para melhor abrigar os Núcleos especializados, Divisão Administrativa, Secretaria-Geral e Assessoria Jurídica do gabinete do Corregedor-Geral.
- Reformulação das atividades e fluxos de trabalho da Divisão Administrativa, com base em reuniões com os assessores correicionais e membros da Divisão para estabelecer parâmetros e padrões de atividades.
- Organização do plantão dos Agentes Operacionais de Serviços Diversos, controle da manutenção dos veículos vinculados à CGJ, bem como controle dos agendamentos de viagens a serviço.
- Criação de mais uma função de Técnico em Suporte em Informática – TSI.
- Planejamento e controle orçamentário da Corregedoria-Geral, com reuniões trimetrais com assessores da ASPLAN e da Diretoria de Orçamento e Finanças.
- Apoio aos Núcleos especializados no tocante ao fornecimento de materiais, equipamentos de informática, administração de espaços físicos, dentre outros;
- Controle do quadro funcional da Corregedoria e procedimentos relacionados à inclusão e exclusão de servidores e terceirizados.
- Formulação da escala de férias dos servidores para o ano de 2015 e de escala de plantão para o período de recesso.
- Controle das promoções por desempenho e das avaliações de estágio probatório dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça.
- Avaliação e acompanhamento de férias, folgas decorrentes do serviço eleitoral e licenças de natureza diversa do corpo funcional da Corregedoria-Geral;
- Avaliação mensal dos terceirizados.
- Realização de auditoria e desenvolvimento de controle patrimonial na Corregedoria-Geral da Justiça.
- Reformulação do setor de recepção e melhoria do corpo de recepcionistas terceirizadas.
- Controle do conteúdo do *site* da Corregedoria (contatos e estrutura organizacional);
- Levantamento da necessidade de cursos e consulta para participação de cursos na Academia Judicial.
- Regulamentação e controle da utilização e limpeza da Copa da Corregedoria-Geral da Justiça.

4. DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Dentre as atividades da Divisão Administrativa, contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais, da Seção de Arquivo, Documentação e Publicações e Seção de Protocolo e Digitalização, foram praticados os seguintes atos e funções:

- Registro de 3.221 processos digitais.
- Controle da publicação de provimentos, circulares e portarias no Diário da Justica eletrônico.
- Digitalização de processos e documentações.

- Elaboração de ofícios e circulares.
- Controle da movimentação de processos (físicos e digitais) e outros papéis registrados.
- Prestação de informações sobre a tramitação de processos.
- Abertura de vista dos processos administrativos às partes ou procuradores, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelos Juízes-Corregedores, pelo Corregedor ou Vice-Corregedor.
- Registro e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que deram entrada na Corregedoria-Geral.
- Requisições e controle do material de expediente e de consumo da Corregedoria;
- Fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição.
- Encaminhamento de processos físicos e ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça.
- Redistribuição das tarefas entre cada uma das 3 Seções.
- Readequação interna da lotação de servidores.
- Realizadas reuniões entre a Seção de Protocolo e Digitalização e assessorias dos Núcleos da Corregedoria-Geral, alinhando procedimentos de autuação e juntada de documentos.
- Distribuição de competências para análise das filas de trabalho no SAJ-5/CGJ, descentralizando o controle e garantindo agilidade no fluxo de trabalho, em especial controle de prazos e ARs.
- Obtenção de equipamentos digitalizadores para o setor de protocolo.
- Revisão da tabela de temporalidade em conjunto com a Secretaria-Geral.
- Eliminação de documentação física referente a processos autuados no SAJ-5/CGJ entre os anos de 2011 e 2013.
- Readequação no ambiente de trabalho, com adaptação de espaço físico interno e retirada de divisórias que separavam as Seções.

5. DIVISÃO JUDICIÁRIA

Ressaltam-se, abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária:

- Automatização da remessa dos dados ao sistema Justiça Aberta do Conselho Nacional de Justiça. No mês de fevereiro/2014 terminamos as configurações do saj/estatística que passou a permitir a transmissão, via webservice, dos dados da produtividade das serventias e dos magistrados. Até então, os dados eram digitados manualmente no sistema do CNJ, o que demandava o trabalho de dois servidores, por aproximadamente duas semanas. Além de evitar o retrabalho, a nova sistemática eliminou praticamente todas as possibilidades de erro que aconteciam com a digitação manual dos dados.
- Configuração do saj/estatística na parte dos grupos de equivalência. Em virtude da implementação do projeto de gestão de unidades judiciárias, bem como do aplicativo de estatísticas desenvolvido pela Assessoria de Informática da CGJ, foi necessário efetuar a parametrização dos grupos de equivalência, de modo a permitir a extração de relatórios com os dados das unidades que possuem competência assemelhada. Este trabalho demandou uma cuidadosa análise da competência de cada unidade judiciária, visando identificar quando a unidade passou a ter determinada competência e o período em que manteve referida competência.
- Com a identificação de vários erros que ocorreram na migração para o saj-5, tivemos que intensificar o monitoramento no sistema de róis da Corregedoria e no saj estatística, diligenciando com a empresa terceirizada a correção dos problemas.
- Utilização do saj/estatística como fonte de dados para alimentação das metas do CNJ. Diferentemente dos demais anos, em que todas as informações das metas foram geradas pela Assessoria de Informática desta CGJ, com roteiro elaborado pela Divisão, diretamente na base de

dados do saj/pg, decidimos por trabalhar pela melhoria das informações existentes no saj/estatística. Em conjunto com a Softplan efetuamos detalhado trabalho de adaptação do sistema, de modo a contemplar fielmente os dados exigidos no glossário das metas nacionais. O trabalho de depuração das informações durou aproximadamente 5 meses.

- Implantação, no início de dezembro/2014, de nova versão do Sistema de Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores – RENAJUD do Conselho Nacional de Justiça. A versão 2.0 do Sistema introduziu melhorias significativas, exigindo, de outra parte, adaptações nos cadastros de órgãos e usuários, que demandou um intenso trabalho da Seção de Gerenciamento dos Aplicativos Externos. A par disso, ressalta-se o trabalho com os testes efetuados no Sistema durante o período de homologação (outubro a novembro/2014) e a elaboração de orientações e comunicados aos magistrados e servidores.
- Continuidade na utilização do Sistema Hermes – Malote Digital para o recebimento e envio de determinadas informações aos outros órgãos e a este Poder Judiciário.
- Modificação no procedimento de emissão de certidões de antecedentes criminais, sendo as solicitações de certidões atendidas por meio digital, inclusive a assinatura efetuada pelo Secretário da Corregedoria-Geral da Justiça.
- Suporte diário, através de telefone, e-mail e malote digital acerca da confecção de mandados de prisão à Comarcas deste Poder Judiciário.
- Verificação, conferência e correção dos mandados de prisão ativos no banco de dados desta Corregedoria-Geral e que constavam indevidamente vinculados ao Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP e ao Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP.
- Fiscalização mensal do preenchimento de informações no Sistema de Plantão Judicial da Justiça de Primeiro Grau dos Magistrados, com intuito de averiguar a correta inserção de dados no referido sistema pelos Secretários do Foro.
- Disponibilização, em outubro/2014, de formulário eletrônico para preenchimento dos Plantões das Turmas Recursais no sistema de plantões judiciais constante no site desta Corregedoria-Geral da Justiça. As informações continuam a ser disponibilizadas pelo Secretário do Foro, ou Secretário da Turma, com consequente publicação dos plantões no Diário de Justiça Eletrônico e no *site* do TJSC, sendo também possível, caso necessário, a extração de relatórios específicos para envio ao Conselho Nacional de Justiça.
- Conferência no saj/pg das informações contidas no histórico de partes relativas aos condenados, com o intuito de sanar eventual erro no preenchimento de informações e, por conseguinte, garantir o envio correto dessas informações ao Tribunal Regional Eleitoral, através do Sistema Integra. Salienta-se que, constatadas quaisquer incompatibilidades entre os sistemas referidos, estas são sanadas através do envio das soluções aos Chefes de Cartório para as devidas correções.
- Controle, no saj/estatística e saj/pg, dos prazos de processos de réus presos provisoriamente. Em atendimento ao art. 6º da Resolução n. 66/2009 do CNJ e à decisão do Exmo. Corregedor-Geral da Justiça no Processo n. 0011986-63.2014.8.24.0600, desta Corregedoria-Geral, bimestralmente é feito o monitoramento dos processos de réus presos que estão paralisados há mais de 100 dias.

Quanto às atividades rotineiras da Divisão, apresentam-se, a seguir, alguns números indicativos:

Atendimentos realizados pela Seção de Gerenciamento dos Aplicativos Internos, via correio eletrônico:

Sistema	Quantidade de *e-mails* respondidos
SAT	117

Sistemas CNJ	144
Jurisdição Delegada	3.836
SISP	540
INFOSEG	106
Infojud	27
RENAJUD	861
TOTAL	**5.631**

Gerenciamento contínuo do banco de dados de mandados de prisão emitidos/cancelados, com a contabilização do seguinte movimento:



- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 141.
- Relatórios de promoção/remoção/opção - juízes inscritos: 822.
- Fornecimento de certidões de antecedentes criminais: 530.
- Informações prestadas em processos administrativos e atendimento de solicitações dos núcleos e setores externos à CGJ (criação de varas, alteração de competências das unidades, levantamentos estatísticos etc.): 498.

As informações relativas ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem anexas.

6. ASSESSORIA TÉCNICA CORREICIONAL

A Assessoria Técnica Correicional atuou em 2014 em quatro Núcleos desta Corregedoria-Geral. Desenvolveu o projeto de tutoria aos novos chefes de cartório, com a finalidade de orientação e acompanhamento dos chefes de cartório quando nomeados.

6.1 Núcleo I - De orientação institucional

A assessoria técnica correicional prestou esclarecimentos e orientações em variados temas relacionados ao foro judicial. Também ouviu queixas de usuários, dando encaminhamento necessário a cada caso, conforme quadro detalhado a seguir:

CONSULTAS E RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS	QUANTIDADE
E-mail	751
Pandion (mensagens eletrônicas)	64
Presencial	118
Telefone	628
Total	**1.561**

Fonte: CGJ – Assessoria Técnica Correicional

Também, como atividade vinculada ao Núcleo I, este promoveu o monitoramento pelo SAJ de algumas situações específicas vinculadas a processos administrativos; efetuou busca de dados solicitados pelo juiz-corregedor para instrução de processos que tramitam no Núcleo I, bem como manteve contato com servidores das unidades nas quais houve algum tipo de reclamação de parte.

6.2 Núcleo II - Planejamento, Projetos e Revisão do Código de Normas

Em conjunto com a área técnica, a assessoria técnica correicional atuou no acompanhamento dos projetos existentes e na implementação de novos, com a especificação e criação de serviços e/ou sistemas informatizados. Dentre as atividades desenvolvidas durante este ano, destacam-se:

- Comissão de Melhorias do Código de Normas: a assessoria técnica correicional integrou esta comissão, objetivando propor melhorias ao Novo Código de Normas que entrou em vigor em maio de 2014.
- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD: a assessoria técnica correicional integra esta comissão do Tribunal de Justiça que analisa a tabela de temporalidade do CNJ, bem como a tabela de temporalidade dos documentos judiciais e administrativos do Tribunal de Justiça, comissão permanente de avaliação de documentos – CPAD; participação e conclusão de curso na modalidade ensino a distância (CEAJUD-EAD-CNJ) Gestão Documental no Poder Judiciário, início 12-8 – Turma I, carga horária 20 horas.
- Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGInfo) - Comitê de Gestão da Execução Contratual - Projeto IPE-PG (Implantação do Processo Eletrônico no Primeiro Grau): a assessoria técnica correicional integra o referido comitê, na condição de representante da Corregedoria-Geral da Justiça, no Projeto de Implantação do Processo Eletrônico na Justiça de Primeiro Grau (SAJ5), com participação em reuniões semanais. Durante todo o processo de implantação do SAJ5, foi realizada a configuração das competências de todas as comarcas do Estado.
- Processo eletrônico - Definições e Padronizações do SAJ5: participação em reuniões semanais que visam criar padrões de comportamento do SAJ5, tendo como base as dúvidas dos usuários.
- Proposição e análise de alterações de funcionalidades e de modelos de documentos da instituição no Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG e SAJ/CTD – Sistema de Gerenciamento de Certidões): com participação em reuniões de validação.
- Projeto Plano de Gestão das Unidades Judiciárias: atua neste projeto na identificação de indicadores e repasse dos códigos do SAJ à assessora de informática para implementação do sistema de gestão das unidades judiciárias.

- Projeto de plantão circunscricional judicial eletrônico: participação nas definições do funcionamento do plantão circunscricional eletrônico, no Poder Judiciário de Santa Catarina.
- Revisão de material encaminhado pela academia judicial: aulas cujo teor dos módulos é encaminhado para o Dr. Paulo Toniazzo e este nos repassa para análise.
- Análise de portarias: o setor recebeu todos os processos que tramitavam no Núcleo II para análise de portarias encaminhadas pelas unidades, para uma prévia análise técnica.
- Participação de formatação de cursos da academia judicial: curso de gerenciamento de rotinas, curso para secretários de foro e curso para distribuidores.
- Sistema de auditoria e correições: desenvolvimento de sistema informatizado, que permita a inclusão e controle automatizado das informações obtidas nas correições realizadas nas Unidades Jurisdicionais, o que atualmente é feito manualmente, comprometendo a celeridade e a eficácia do trabalho.
- Projeto Mês do ajuste estatístico da justiça de Primeiro Grau: objetiva instituir o mês do ajuste estatístico na justiça de primeiro grau, oportunidade em que as unidades judiciárias de Primeiro Grau do Estado promoverão a análise, a revisão e a limpeza estatística do sistema.

6.3 Núcleo III - De correições e instrução disciplinar

As correições fazem parte das ações de controle e fiscalização disciplinar dos serviços judiciários. Resumidamente, a assessoria técnica correicional desenvolve suas atividades com base nos seguintes vetores:

- Análise preliminar do perfil da unidade a ser inspecionada.
- Acompanhamento da atividade cartorária.
- Proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos processuais.
- Orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades.
- Consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas.
- Monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades.
- Elaboração dos relatórios finais das inspeções.

No ano de 2014, a assessoria técnica correicional acompanhou a Juíza-Corregedora do Núcleo III nas atividades de correição em 76 unidades, de forma mista, virtual/presencial, além de outras 74 unidades nas quais a correição ocorreu de forma remota, totalizando 150 correições realizadas.

Nas correições remotas, a atividade da assessoria técnica correicional concentra-se no acompanhamento do calendário, para verificar se estão sendo realizadas no período marcado, além de atuar na análise dos resultados, com vistas à elaboração do relatório final. Em conjunto com o Núcleo III, a Assessoria Técnica Correicional participou das seguintes atividades:

- Elaboração da Cartilha de Orientação aos Chefes de Cartório – Relatórios Correicionais.
- Visitas às Corregedorias dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul;
- Elaboração da Orientação n. 48.
- Reformulação dos relatórios correicionais.

6.4 Núcleo V – De Direitos Humanos

A atividade desenvolvida no Núcleo V também se refere à consultoria das matérias que afetam o primeiro grau de jurisdição, na sua competência. Ocorreu ainda a participação dos assessores técnicos correicionais em reuniões para adequação de normativos do Conselho Nacional de Justiça, relacionados ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

6.5 Instruções Processuais e Visitas Técnicas

No plano da instrução disciplinar a Assessoria Técnica Correicional acompanha os Juízes-Corregedores dos Núcleos I, III e V nas atividades externas do órgão, promovendo a coleta de provas e realização de audiências em sindicâncias e procedimentos administrativos disciplinares, quando solicitados. No decorrer do ano de 2014, os assessores técnicos correicionais acompanharam o juiz-corregedor do Núcleo I nas seguintes instruções processuais:

INSTRUÇÕES PROCESSUAIS/VISITAS TÉCNICAS				
AUTOS	AUDIÊNCIA	DATA	Nº PESSOAS	LOCAL/COMARCA
0011349-83.2012	Inquirição	12-3-2014	8	Urubici
0011691-26.2014	Inquirição	2-10-2014	4	Itapema
0012079-26.2014	Visita	16-10-2014	_	Sombrio
0013735-52.2013	Inquirição	17-10-2014	3	Circiúma
-	Visita	21-10-2014	-	Cunha-Porã
-	Inquirição	23-10-2014	8	Otacílio Costa
0013297-26.2013	Inquirição	30-10-2014	2	Blumenau
-	Visita	9-12-2014	-	Itapoá

6.6 Força-tarefa

Os assessores técnicos correicionais participaram da força-tarefa nas comarcas de Pomerode e Garopaba.

7. ASSESSORIA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

7.1 Atendimentos a Consultas

A Assessoria de Custas atendeu 3.588 pessoas para esclarecimentos acerca de custas iniciais/complementares/intermediárias/finais e de cartas precatórias, bem como sobre condução de oficial de justiça, preparo (TJSC, STF, STJ, Turma de Recursos), protocolo unificado, despesas processuais, atos comuns e isolados, inclusive sobre matérias referentes ao SIDEJUD.

Atinente aos cálculos processuais e às dúvidas acerca da incidência do imposto de renda, o setor em comento prestou auxílio para 1.049 consulentes. Respeitante ao SAJ/Custas, os problemas resolvidos e as orientações sobre o funcionamento do sistema, assim como o recebimento de sugestões de melhoramento alcançaram a soma de 1.793 usuários atendidos.

A Assessoria de Custas sanou 840 dúvidas e atendeu a 92 reclamações referentes ao recolhimento de emolumentos nos cartórios extrajudiciais, bem como respondeu 1.223 questionamentos relativos ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, Circulares, Provimentos, Regimento de Custas e Emolumentos, índices da CGJ e outras legislações. Por fim, o setor atendeu pessoalmente 260 pessoas dentre advogados, assessores, servidores e usuários do Poder Judiciário.

7.2 Pareceres sobre Custas, Despesas, Emolumentos e Cálculos Judiciais

A Assessoria de Custas elaborou 102 pareceres envolvendo os assuntos relacionados com sua competência.

7.3 Participação em Grupos de Trabalho

O setor em comento participou dos seguintes grupos de trabalho:

- Estudos e implantação de alteração no sistema eletrônico de ressarcimento dos atos extrajudiciais gratuitos praticados pelos delegatários (Portaria n. 182/2013).
- Estudos para a revisão do Regimento de Custas e Emolumentos do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar Estadual n. 156, 15-5-1997), no que concerne à cobrança de emolumentos pelos serviços de notas e registros. Autos n. 0011730-23.2014.8.24.0600 (Portaria n. 51/2014).
- Atualização do Manual do Contador.

7.4 Participação em Correições

- Inspeção correicional na Escrivania de Paz do Distrito de Canasvieiras.
- Inspeção correicional no Registro Civil, Títulos e Documentos e PJ de Joinville.
- Inspeção correicional na Escrivania de Paz de Schroeder – Comarca de Guaramirim.
- Inspeção correicional no Registro de Imóveis de Barra Velha.

7.5 Participação em reuniões e eventos

- Módulo de Custas do Segundo Grau.
- Ajustes sistema SAJ5/ custas para Segundo Grau.
- Configuração do módulo de custas do Segundo Grau.
- Revisão de Orientação n. 38 - código de receita de imposto de renda.
- Curso de Cálculo Processual e Custas.
- Processos em que o Escrivão da 2ª Vara Cível de São José está impedido de atuar.

- Autos n. 0010480-52.2014.8.24.0600 – tabelas unificadas e intervenção de terceiros.
- Cálculo processual na Contadoria da Capital.
- De temas referentes ao SAJ5 (Divisão de Sistemas de Primeiro Grau, nova versão do SAJ5 e acesso às gravações de audiência).
- "Conta Plantão" (autos n. 0010270-35.2013.8.24.0600 e 0012115-73.2011.8.24.0600).
- Procedimentos e configurações SAJ5 para o Plantão Judiciário.
- Sistema de Processos Administrativos (SPA).
- Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- Plantão Judicial e Convênio para Portal E-SAJ.
- Convênios para uso do Portal.
- Analisar a proposta de provimento minutado para alteração do Código de Normas - Oficiais de Justiça.
- Proposta de alteração do CNCGJ encaminhada pelo SINDOJUS.
- Resolução 154/2012-CNJ.
- Análise das minutas de Convênio do FCDL, Portal e-SAJ, Webservice e Malote Digital.
- Pagamento de custas finais nas ações de competência delegada, tratativas com a CEF e formas de quitação do boleto.
- Auditoria FRJ/Judicial.
- Exibição de proposta do CGINFO/DTI para o fluxo do plantão circunscricional no SAJ5.
- Propostas de alteração da Resolução CM n. 2, de 12-5-2014.
- Cobrança de escrituras de renúncia de usufruto.
- Digitalização processos aos Tribunais Superiores.
- Sistema SAJ-SGC e Certidões na web.
- Definições SAJ-PG, ERS e CHAMADOS TÉCNICOS.
- Alteração SAJ5: solução para repasse de valores aos serventuários na consolidação contábil em virtude de erros nos dados bancários na origem.
- Acesso da CGJ aos processos transitados em julgado no TAT da Receita Estadual.
- Definição de funcionalidade apta a permitir a realização de depósito direcionado para várias subcontas, por meio de um único boleto, a fim de atender ao disposto na Resolução CM n. 04/2014.

A Assessoria de Custas esteve presente nos seguintes eventos:

- Curso de Cálculo Processual e Custas.
- Cálculos das diferenças de subscrições de ações de telefonia – peritos.
- Diagnóstico para força tarefa na Unidade de Direito Bancário – Contadoria.
- 3ª Mostra de Boas Práticas do Poder Judiciário Catarinense: planilha de cálculo para apurar diferença de subscrição de ações de telefonia, a qual foi selecionada entre as 6 melhores práticas em 2014.
- III Encontro de Direito Registral Imobiliário realizado em Balneário Camboriú nos dias 17 e 18-10-2014.

7.6 Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade.
- Atualização do Manual do Contador.
- Atualização das Perguntas e Respostas sobre Custas Processuais.
- Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos.

- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet.
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas.
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça.
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

7.7 Projetos em andamento

- Conversão eletrônica de custas finais depositadas pelo TRF-4 ao TJSC, competência delegada.
- Revisão do Regimento de Custas e Emolumentos para adequação da cobrança de custas no processo eletrônico.
- Elaboração de cartilha relacionada com a cobrança de emolumentos.

8. ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

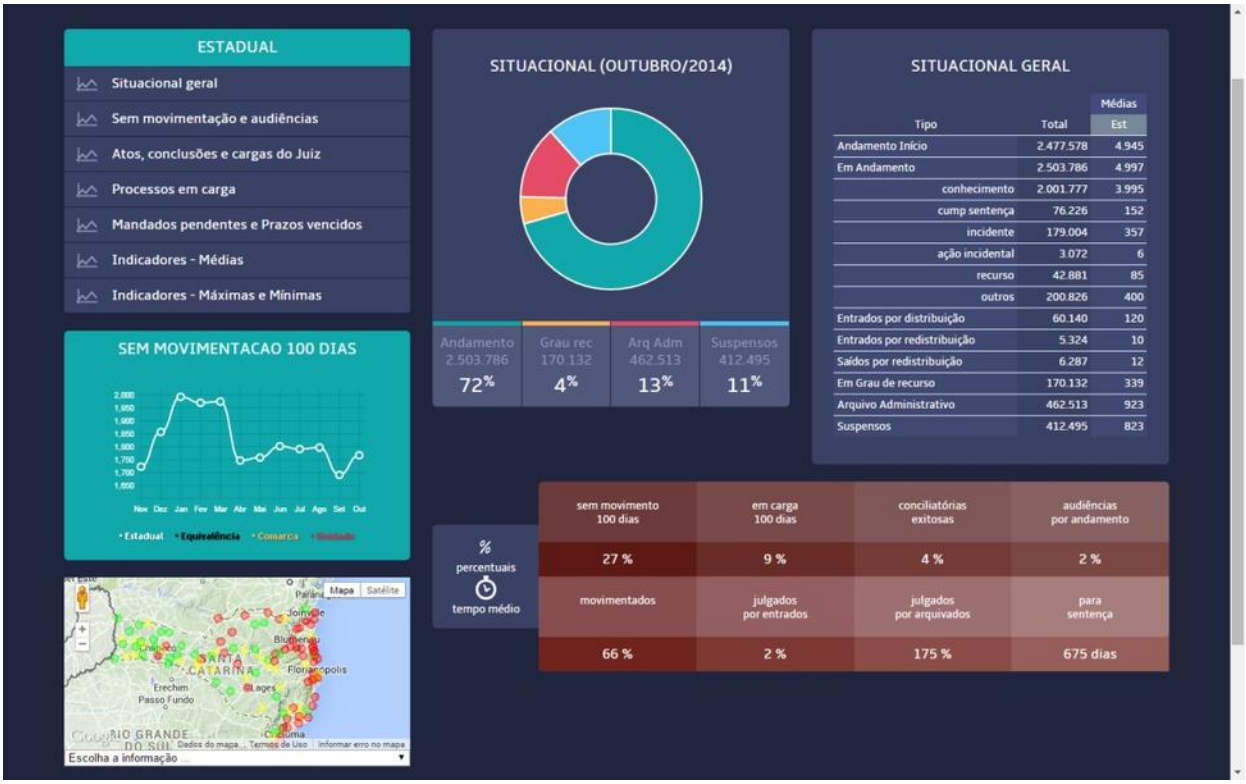
A crescente elevação das demandas por informatização do Poder Judiciário Catarinense reverbera também no âmbito da Assessoria de Informática, cuja missão é assegurar o pleno funcionamento dos serviços e sistemas necessários à operacionalização da Corregedoria-Geral da Justiça.

No transcorrer de 2014 foram realizadas atividades de orientação técnica, análise, desenvolvimento e adequação de sistemas. Destaque também para a participação em grupos de trabalho voltados para concepção de novos projetos, políticas de informatização e apoio a usuários dos sistemas mantidos pela Assessoria de Informática.

Relacionamos a seguir as atividades de maior relevância.

8.1 Informações estatísticas da Justiça de Primeiro Grau

Para apoiar a análise do movimento forense, foi desenvolvido um aplicativo *web* que exibe as informações relevantes das atividades desenvolvidas nas comarcas. Por meio desse canal, é possível sumarizar as informações por comarca, por unidade ou grupo de equivalência (que são unidades judiciais que se assemelham em termos de competência). Também é possível visualizar os números gerais do Poder Judiciário de Santa Catarina. Destacamos que esse *software* também permite a comparação de unidades judiciais com a respectiva equivalência, geral da comarca e das comarcas do Estado.



8.2 Projeto Plano de Gestão das Unidades

O projeto de Plano de Gestão das Unidades, sobre a responsabilidade dos Núcleos II e III desta Corregedoria-Geral, visa oferecer instrumento de análise de problemas e compilação de um plano de ações corretivas, visando elevar a qualidade das varas – em todo âmbito da justiça de Primeiro Grau.

A Assessoria de Informática integrou o grupo de trabalho que detalhou o referido projeto e desenvolveu relatórios estatísticos e procedimentos de captura de informações referentes aos indicadores de desempenho das unidades judiciais em cada etapa do andamento dos processos.

8.3 Código de Normas Anotado

Viabilizamos, em parceria com o Núcleo II, a disponibilização do Código de Normas Anotado no *site* da Corregedoria. Concebemos um mecanismo que permite a publicação dos ajustes pelos próprios colaboradores responsáveis pela manutenção do Código, sem que estes tenham que deter conhecimentos de programação de computadores. Empregamos o mesmo sistema que a Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal está empregando em novos *sites* da nossa instituição, o *LifeRay*.

Com isso, tornamos célere e colaborativo o processo de publicação do código aos públicos interno e externo da Justiça catarinense. Contando, ainda, com mecanismo de busca por palavras-chaves, navegação orientada por menus que remetem ao índice do Código de Normas.

8.4 Corregedoria Virtual

Em apoio aos projetos desta Corregedoria, gerenciados pelo Núcleo II, a Assessoria de Informática desenvolveu o Ambiente Virtual da Corregedoria-Geral da Justiça. Objetiva facilitar o processo de comunicação entre magistrados e servidores e concentra informações referentes aos aludidos projetos. Conta também com salas para debates virtuais sobre assuntos pertinentes ao PJSC. Foi construído sob a plataforma Moodle, que emprega recursos para facilitar a interatividade entre as partes interessadas nos projetos, tais como fóruns de discussões, recursos audiovisuais, entre outros.

8.5 Solução informatizada para a nova Central de Atendimento da Corregedoria

Tendo em vista a necessidade de se centralizar o atendimento em um único setor, foi feita uma análise do fluxo de informações, dos conhecimentos e competências envolvidas, além do levantamento dos procedimentos e processos de negócio da Corregedoria-Geral. Com base nas informações coletadas no processo de mapeamento do conhecimento, decidiu-se por estabelecer uma nova sistemática de atendimento. Foram propostas duas ferramentas, uma para o público externo à Corregedoria-Geral, que registra suas demandas, e uma ferramenta interna para atendimento desses registros e o encaminhamento interno até sua resposta final ou autuação de processo administrativo.

Com a nova sistemática, todos os setores da Corregedoria-Geral passarão a utilizar um mesmo padrão de trabalho, facilitando a criação de banco de conhecimento que pode ser utilizado na solução de demandas semelhantes, geração de base de perguntas e respostas e capacitação de novos servidores nos setores da Corregedoria.

8.6 Prestação Pecuniária

Atendendo às necessidades do Núcleo V e em resposta às determinações do CNJ na Resolução n. 154, foi desenvolvido e disponibilizado o sistema para registro de informação relativo à destinação dos valores oriundos da aplicação de pena de prestação pecuniária.

O sistema permite, além do cadastramento das informações referentes aos repasses de valores às instituições, a consulta, no Portal da Transparência, da destinação dos valores e projetos envolvidos.

8.7 Maiores Litigantes – AMC/AMB

Solicitado pela Associação dos Magistrados Catarinenses, foi feito um levantamento dos maiores litigantes do Estado. Com base nos dados iniciais e no potencial de se estudar políticas públicas para enfrentamento das demandas judiciais, o projeto passou a ter caráter nacional e ser responsabilidade da Associação dos

Magistrados Brasileiros. Foi solicitada a participação da Assessoria no grupo de estudos e a definição do objeto para o levantamento dos maiores litigantes do Judiciário brasileiro.

Baseada nas definições do grupo, a Assessoria trabalhou no desenvolvimento de rotinas de captura, na elaboração dos relatórios estatísticos e na publicação dos resultados do Primeiro Grau, do Segundo Grau e das Turmas de Recursos.

8.8 Geração de Relatórios Estatísticos

De acordo com as necessidades dos Gabinetes do Corregedor e do Vice-Corregedor, dos Juízes-Corregedores, das Assessorias dos 5 Núcleos da Corregedoria-Geral, Assessoria de Custas, CEJA, Divisão Judiciária e Divisão Administrativa, foram feitas extrações de informações provenientes de diversos sistemas informatizados e também foram criados sistemas para a interpretação dos dados extraídos.

Além das necessidades da própria Corregedoria, a Assessoria atendeu aos pleitos do CNJ, afora os pedidos internos do Poder Judiciário, como Presidência do Tribunal de Justiça e Assessoria de Planejamento, e de instituições externas, como Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral, Secretaria de Segurança Pública, Associação dos Magistrados Catarinenses e Associação dos Magistrados Brasileiros. As informações e os relatórios gerados são utilizados para as correições, tomada de decisão ou instrução de processos administrativos.

8.9 Prontuário da Unidade

Dada a necessidade de se estabelecer a centralização de dados das unidades judiciais, a fim de atender os Núcleos da Corregedoria e, em especial o Núcleo III a Assessoria Correicional, iniciou-se o projeto de criação do Prontuário da Unidade. Esse projeto permitirá o registro mensal dos dados das unidades, de forma a acompanhar o andamento situacional delas e estabelecer correições virtuais em todas unidades do Estado. Foi desenvolvido, inicialmente, um sistema para geração de relatórios de acompanhamento de processos sem movimentação, permitindo que se acompanhe mês a mês a situação dos processos de uma unidade, identificando processos que saíram da situação “sem movimentação”, e que se identifique processos que alteraram sua situação e retornaram ao mesmo problema.

8.10 Eleições 2014 – Tribunal Superior Eleitoral

Atendendo aos pedidos do Tribunal Superior Eleitoral, foi realizada a extração de dados referentes aos possíveis candidatos à eleição, em acordo com os critérios estabelecidos, e feita a transferência eletrônica dos dados ao TSE.

8.11 Ressarcimento de Selos

Este sistema permite que os serventuários dos cartórios extrajudiciais solicitem, até o dia 10 (dez) de cada mês, o ressarcimento dos atos isentos praticados. O sistema requer que o usuário se autentique para autorização do acesso. Foram implementadas ampliação e evolução dos recursos utilizados na elaboração mensal do ressarcimento de atos gratuitos via sistema *web*. Algumas funcionalidades implementadas:

- Ampliar a qualificação dos pedidos de ressarcimento de origem judicial.
- Melhorar o controle e a auditoria do sistema.
- Adequar constantemente as leis.

O Sistema de ressarcimento foi ampliado para permitir o ressarcimento dos atos bloqueados no processo CGJ-E 0177/2009 de forma que o próprio responsável pelo cartório pode, no prazo determinado para os atos antigos (até 10-12-2013) e para os atos bloqueados mês a mês (até dia 10 do mês subsequente), alterar os atos bloqueados à luz dos motivos que fez com que o setor competente pela análise os bloqueasse. Esta Assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

8.12 Projeto Selo Digital

Participação ativa em reuniões de análise e definições da continuidade do projeto do Selo Digital a fim de garantir a qualidade das informações enviadas pelos cartórios ao banco de dados centralizado, bem como para viabilizar outros projetos desta Corregedoria, tais como: o novo ressarcimento eletrônico, ressarcimento de CDA, a consulta de ressarcimento para contadores, as centrais de consultas, o cadastro e o ressarcimento de juízes de paz, a auditoria dos atos etc.

8.13 Portal de Consulta do Selo Digital

O Portal de Consulta sofreu melhoria na apresentação e qualidade da informação adequada à versão 2.1 e 2.1.1 do Selo Digital. Foram necessárias adequações internas para garantir maior compatibilidade na consulta dos atos enviados tanto na versão 2.1 e 2.1.1 quanto nas versões anteriores do sistema. A versão 2.1 prepara o selo digital para captação de informações importantes para o novo ressarcimento eletrônico, e a versão 2.1.1 disponibiliza os serviços de captação de dados por parte do novo sistema de ressarcimento.

O portal de consulta do selo digital fornece a garantia de autenticidade dos atos lavrados, constituindo ferramenta indispensável no tripé selo digital, envio das informações dos atos para o banco de dados centralizado e consulta pública. Permite que qualquer pessoa em posse do ato, possa conferir se o documento é verdadeiro. Para isso, basta digitar o número do selo digital no portal de consulta, que trará todas as informações dos atos enviados pela serventia que lavrou o ato e que se encontram armazenadas em nosso banco de dados.

8.14 Ressarcimento de Certidão de Dívida Ativa (CDA)

Objetiva permitir o ressarcimento dos instrumentos de protestos que possuam título do tipo Certidão de Dívida Ativa (CDA) aos serventuários extrajudiciais. No novo sistema, semiautomático, o serventuário não precisará cadastrar as informações dos atos isentos de protesto de título do tipo CDA. Os dados são importados da base do selo digital e apresentados na *interface* do sistema para o serventuário confirmar ou não o pedido de ressarcimento de ato lavrado.

8.15 Extrato de Ressarcimento

Suprir a necessidade de visualização dos valores percebidos a título de ressarcimento através de extrato detalhado, sumarização dos atos, atos bloqueados, atos indeferidos e totalizações.

8.16 Prestação de Contas dos Interinos

Adequação do formulário de prestação de contas dos interinos aos novos controles e informações necessários levantados pelo estudo recente elaborado pela assessoria do Núcleo IV.

8.17 Consulta Ressarcimento para Contadores

A Comissão de Estudos e Implantação de alterações no sistema eletrônico de ressarcimento dos atos extrajudiciais gratuitos praticados pelos delegatários, criada através da Portaria n. 182/2013, foi criada para resolver o problema de ressarcimento em atos oriundos de processo judicial que futuramente possam ter como vencido quem não possua isenção legal.

Nesse caso, como o valor devido será pago por ele e repassado ao cartório, bem como o valor percebido a título de ressarcimento pelo cartório será devolvido ao fundo do selo, com as respectivas anotações? Decidiu-se, então, entre outras ações já implementadas no sistema de ressarcimento dos cartórios, disponibilizar consulta em área restrita aos contadores judiciais na *internet*, para verificação, através do número do processo judicial, de ressarcimento para determinado feito, permitindo que o contador judicial possa lançar no cálculo de custas finais o valor que o delegatário recebeu a título de ressarcimento e que o vencido deverá fazer a devolução.

8.18 Novo Sistema Ressarcimento Eletrônico

Com este projeto, pretende-se melhorar a atual sistemática de ressarcimento de atos gratuitos com a consequente otimização dos recursos humanos e temporais envolvidos no pedido de ressarcimento. O

novo sistema fará uso das informações enviadas ao banco de dados do selo digital, a fim de eliminar o recadastro do pedido e obtenção de maior segurança jurídica e econômica ao erário público.

8.19 Algumas tarefas desenvolvidas:

- Estudo para implementação das adequações no selo digital (versão 2.1 do selo digital), em produção desde novembro/2014, conforme Circular n. 226/2014.
- Criação de regras para implantação no Inspeção Virtual em dezembro/2014.
- Manual com as regras para o ressarcimento de atos gratuitos na nova sistemática.
- Estudo para criação dos serviços de importação dos dados do selo digital (versão 2.1.1 do selo digital).
- Importação e tratamento dos dados do selo digital (em andamento).
- Interface para interação dos delegatários com os dados importados e tratados do selo digital (em andamento).

8.20 *Site* do ExtraFácil

O objetivo geral deste projeto é oferecer ao público uma ferramenta, com linguagem de fácil compreensão, capaz de esclarecer dúvidas relacionadas ao extrajudicial. A disseminação do conhecimento por meio dessa ferramenta poderá, mesmo que a longo prazo, contribuir para fiscalização da atividade extrajudicial pelo próprio usuário, com reflexos positivos na qualidade do serviço.

Na busca por uma solução técnica, foi desenvolvido na DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação – um portal para organizar o assunto a respeito do tema extrajudicial. Construído sob a plataforma CMS do *LifeRay*, o portal possibilita a edição de conteúdo por usuários autorizados. O processo de construção e publicação do conhecimento é colaborativo, possuindo mecanismo de busca por palavras-chaves. A navegação é orientada pelos assuntos: Atuação dos Órgãos Judiciários, Normas Gerais, Registro de Pessoas Naturais, Registro de Pessoas Jurídicas, Registro Títulos e Documentos, Registro de Imóveis, Notas e Protestos.

8.21 Atividades diversas realizadas pela Assessoria

São desenvolvidas por este setor, paralelas ao desenvolvimento dos sistemas acima nominados, as seguintes tarefas:

- Relatórios estatísticos diversos.
- Consultas e pareceres.
- Mala direta.
- Instalação de softwares e hardwares.
- Suporte ao usuário judicial e extrajudicial.
- Apresentações em slides.
- Alterações de informações no banco de dados.
- Capacitação de Assistentes Sociais.

- Reuniões da comissão do Selo Digital.
- Manutenção do ambiente de servidores web, backup etc.
- Manutenções em todos os sistemas da Corregedoria.
- Permissões de acesso aos sistemas internos.
- Gestão do conteúdo dos portais da Corregedoria-Geral e do extrajudicial.
- Manutenção da Área Restrita Extrajudicial destinada aos cartórios.
- Manutenção evolutiva do Sistema de Atendimento Extrajudicial – SAE.
- Manutenção do Sistema de Pesquisa de cartórios.
- Manutenção do Sistema de Cadastro on-line das serventias.
- Manutenção no Sistema de Selo utilizado pelo setor administrativo da Corregedoria-Geral.

8.22 Atendimento da Assessoria de Informática

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor.
- Gabinete do Vice-Corregedor.
- Gabinetes dos Juízes-Corregedores.
- Secretaria da Corregedoria.
- Escrivania Correicional.
- Assessoria Correicional.
- Assessoria de Custas.
- Assessoria Extrajudicial.
- CEJA.
- Divisão Administrativa da CGJ.
- Divisão Judiciária da CGJ.
- Diretoria de Informática.
- Diretoria de Orçamento.
- Cartórios Extrajudiciais.
- Sala de Assistentes Sociais.
- Gabinetes de Juízes.
- Sala de Assessores Judiciários.
- Escrivania.
- Sala dos TSIs.

8.23 Participação em Comissões e Grupos de Trabalho

Durante o ano, a equipe da Assessoria tem participado de diversas reuniões e grupos de trabalho, como a Comissão de elaboração do Novo Portal do Poder Judiciário, que desenvolve análise para definição do escopo e *layout* gráfico do Novo Portal do Poder Judiciário. O objetivo da participação é remodelar o *site* da Corregedoria de acordo com o padrão único que será adotado para todos os portais institucionais.

Outra Comissão com participação da Assessoria de Informática é do Sistema de Processo Administrativo – SPA – o qual atuou nas reuniões técnicas de definição do escopo do novo sistema de processo

administrativo do Poder Judiciário. O objetivo da participação é identificar as necessidades da Corregedoria-Geral de forma a possibilitar o uso de um sistema único no Estado para processos administrativos.

Além das Comissões, houve Participação do Grupo de Trabalho da Resolução n. 54 do CNJ, para discussão do novo sistema para o Cadastro Nacional de Adoção.

9. TÉCNICOS DE SUPORTE EM INFORMÁTICA

O setor de Técnicos de Suporte em Informática, realizou as seguintes atividades:

Foram contabilizados 2.243 registros de chamado e atendimento, tais como:

- Substituição de 10 microcomputadores e 10 monitores distribuídos para o Gabinete do Des. Luiz Cézar Medeiros, atual Corregedor-Geral da Justiça.
- Upgrade de microcomputadores, *mouses* e teclados - 74 estações de trabalho substituídas e outras 46 remanejadas por terem sido substituídas no upgrade e em consequência da troca de gestão.
- Configuração e manutenção de 8 ultrabooks distribuídos para o Des. Corregedor, Vice-Corregedor, Juízes-Corregedores e Secretário da CGJ.
- Instalação de 6 monitores distribuídos à CGJ por requisição de material da Diretoria de Tecnologia da Informação.
- Suporte aos usuários: atendimento aos usuários e manutenção em todos os itens de informática da CGJ e no Gabinete do Vice-Corregedor, localizado na Torre II, 4º andar, procedendo à instalação/manutenção/atualização de softwares e à instalação/manutenção/configuração de periféricos.
- Suporte ao SAJ5/CGJ e SAJ/Comarcas – cadastro, exclusão e gerenciamento de perfis de usuários, liberação de documentos, configuração de segunda estação, orientação aos usuários, criação/retificação de modelos institucionais, tomada de ciência e primeiras providências para solução de erros no SAJ5-CGJ e repasse à assessoria de informática da CGJ dos erros, cujo grau de complexidade impeça a solução por um TSI. Foram testadas 8 versões do SAJ5/CGJ_Homologação para fins de atualização.
- Instalação de vários aplicativos.
- Suporte à rede: monitoramento de equipamentos de rede de dados, orientação operacional para usuários e configuração para o funcionamento de redes locais e remotas, dando suporte às pastas de rede, bem como mapeamento com criação de atalho. Nove pastas de rede tiveram caminho de mapeamento alterado por troca de servidor, pelo que é necessário ajustar os respectivos atalhos nos microcomputadores. Remanejamento de cabos de rede dos pontos no 10º e 11º andares.
- Certificado digital: 21 emissões e 6 renovações - instalação de leitoras, softwares necessários para cada tecnologia e respectivas raízes, bem como configuração para uso do e-CPF/Token. Na CGJ, o controle é realizado por meio de planilha para acompanhamento de emissão/renovação de certificados digitais dos servidores, constando dados como nome completo do servidor, validade do cartão em uso, número de aprovação do pedido, data de instalação e validade do novo certificado.
- Telefonia - instalação de aparelhos telefônicos, conexão de ramais ATA (Analógicos) pré-ajustados pela Seção de Telecomunicações da DTI conforme solicitação do Suporte Técnico de Informática da CGJ. Teste para diagnóstico de falhas nos aparelhos analógicos e digitais.
- Gerenciamento de grupos de captura e de encaminhamento na telefonia VOIP.

- No 1º semestre de 2014 foi concluída a migração dos softphones digitais para aparelhos de mesa analógicos, fixos e sem fio.
- Com a mudança de gestão ocorreu a reorganização física de alguns setores da CGJ, o que implicou em remanejamento e/ou instalação de estações de trabalho em cerca de 80% dos setores, com consequente configuração de impressoras, pontos de rede e de telefone.

9.1 Projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento:

- Definição de menus e implementação da Unidade de Resposta Audível - URA da Corregedoria-Geral da Justiça de SC.
- Sistemas internos: oferecer suporte aos sistemas internos. Instalação/suporte do programa Inspeção Virtual e criação de perfil; instalação, configuração e atualização do aplicativo CUIDA para o quadro da CEJA; instalação, configuração e atualização dos aplicativos Plantão e ROL2009 para o quadro da Divisão Judiciária; instalação, configuração e atualização do aplicativo Selo para o quadro da Assessoria Correicional Extrajudicial - Núcleo 4.
- Abertura de chamados em garantia para os equipamentos com acompanhamento aos serviços técnicos prestados pela empresa responsável.
- Projeto e implementação de nova configuração para uso dos e-mails institucionais da Corregedoria-Geral da Justiça.
- Manutenção das listas de discussão e e-mails institucionais da CGJ.
- Instalação, solicitação de criação de usuário e configuração dos sistemas Caché e Expedição.
- Configuração e suporte ao usuário para acesso remoto via VPN e VNC.
- Controle de reuniões: gerenciamento do sistema de controle de reuniões por meio da funcionalidade das agendas do Zimbra. Os TSIs gerenciam 7 agendas (5 para os Juízes-Corregedores, 1 para o Des. Corregedor e 1 para a Secretaria-Geral). A diversidade de agendas passou a expor a sistemática a riscos de duplo agendamento e convocação de mesma pessoa para eventos em horário coincidente. A vinculação das agendas a uma conta de e-mail institucional também confere caráter permanente a estas, de modo que por ocasião das mudanças de gestão ou alterações no quadro de pessoal o TSI acessa a conta institucional e inclui, altera e revoga as autorizações. Visando organizar o recurso, foi criada conta que reúne todas as agendas e estas são compartilhadas com os usuários vinculados aos respectivos setores. Por este motivo cabe ao TSI administrar as permissões e revogações de acesso e disponibilização de acesso para visualização.
- Smartphones: suporte a nove (9) smartphones. Configuração, *backup*, restauração tanto na plataforma Apple quanto na Android.
- Tablets: suporte a dois (2) tablets. Configuração, *backup*, restauração no sistema operacional Android.
- Constante atualização da lista de contatos da CGJ. Manutenção da lista de contatos da Corregedoria com edição de arquivo próprio na unidade de rede. Os dados deste arquivo e unidade de rede são utilizados em outras tabelas ligadas a rotinas criadas para gerenciamento administrativo.
- Revisão, redimensionamento e modernização do sistema de monitoramento por câmera, com vinculação a DVR. Gerenciamento, supervisão e manutenção do sistema de monitoramento por câmera. Restauração de vídeos.
- Controle de notebooks – gerenciamento, empréstimo e devolução de 66 notebooks, utilizando sistema de controle criado pelos TSIs. A distribuição de *notebooks* é rotineira e visa atender deslocamento dos assessores de núcleos quando em inspeções correicionais. Registro de 447 movimentações de empréstimo e devolução de notebooks.

- Patrimônio: movimentação patrimonial (sublotação) dos equipamentos com a realização de relatório de conferência de todo patrimônio de informática, baixa/transferência de bens.
- Microsoft Active Directory (AD): inclusão de todos os computadores da CGJ dentro do novo domínio de gerenciamento.
- Microsoft Exchange: migração da conta de e-mail de todos os usuários da CGJ para a nova tecnologia da Microsoft.

10. COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

10.1 Apresentação

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção no período de janeiro a novembro de 2014. Na forma de representação gráfica comparativa, apresentamos dados relativos às adoções nacionais, internacionais e às crianças/adolescentes em programas de acolhimento. As demais atribuições da CEJA, que são: habilitação de pretendentes estrangeiros; acompanhamento das adoções internacionais; gestão dos cadastros, estadual (CUIDA) e do Conselho Nacional da Justiça (CNA,CNCA); organização de eventos; inspeções aos programas de acolhimento, e outras, constam detalhadas no presente relatório.

10.2 Atribuições

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação, formulados por estrangeiros.
- Elaboração de pareceres nos processos de habilitação para adoção internacional.
- Manutenção e gerenciamento dos Sistemas do CNJ.
- Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA.
- Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas, entre outros.
- Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de acolhimento, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude.
- Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos, entre outros.
- Elaboração de estatísticas e de relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento.
- Elaboração de material informativo relacionado à adoção.
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros.
- Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior.
- Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados, e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastrados na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional.

10.3 Projetos/Atividades

Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

Toda movimentação neste sistema de cadastro de crianças em condições de adoção, de pretendentes à adoção e de entidades de acolhimento (abrigos), é monitorada pela CEJA, assim como o treinamento aos usuários e fornecimento das respectivas senhas de acesso. Também é responsabilidade da Comissão gerar

estatísticas com base nas informações inseridas, para subsidiar magistrados e técnicos das varas da infância e da juventude do Estado.

Sistemas do Conselho Nacional de Justiça

Cadastro Nacional de Adoção (CNA)

Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA)

Na qualidade de órgão gestor desses cadastros, e assim como ocorre com o sistema estadual – CUIDA, a CEJA monitora as informações inseridas, é responsável pela liberação de senhas aos usuários, produz estatísticas, e acompanha toda a movimentação dos sistemas como forma de mantê-los atualizados.

Projeto de Acompanhamento e Inspeção às Entidades de Acolhimento

As inspeções às entidades de acolhimento (abrigos) são realizadas juntamente com o Juiz-Corregedor responsável pelo Núcleo, a partir de cronograma prévio encaminhado ao Desembargador Corregedor. A programação de visitas neste ano foi mensal e alcançou todas as regiões do Estado, conforme demonstra o cronograma.

10.4 Inspeções realizadas em 2014

REGIÕES	PERÍODO								
	10 a 14 março	8 a 10 abril	5 a 8 maio	22 a 24 junho	22 a 24 julho	11 a 15 agosto	6 a 10 outubro	20 a 22 outubro	17 a 20 novembro
Sul									
Meio Oeste									
Vale do Itajaí									
Alto V. do Itajaí									
Serrana									
Litoral Norte									
Grande Fpolis									
Extremo Oeste									
Centro norte									

COMARCAS	INST.	Família Acolhedora	COMARCAS	INST.	Família Acolhedora
Abelardo Luz	1		Lages	3	
Anchieta	1		Laguna	1	
Anita Garibaldi	1		Lauro Muller		1
Araquari	1		Lebon Régis	1	
Araranguá	1		Mafra	1	
Bal.Camboriú	2		Maravilha		3
Bal. Piçarras	2		Modelo	1	3
Barra Velha	1		Mondaí	1	
Blumenau	3		Navengantes	1	
Biguaçu	3		Otacílio Costa	1	
Braço do Norte	1		Palhoça	2	
Brusque	1		Palmitos	1	1
Caçador	1	1	Papanduva	2	
Camboriú	2		Pinhalzinho	1	1
Campo Belo do Sul	1		Ponte Serrada	1	

Campo Erê	1	1	Porto União	1	
Campos Novos	2		Pres. Getúlio		1
Canoinhas	3		Quilombo	1	
Capinzal	1		Rio do Sul	1	
Cap. de Baixo	1		Rio do Campo		1
Catanduvas	1		Rio Negrinho	1	
Chapecó	5	4	Santa Cecília	2	
Concórdia	1		São Bento	1	1
Coronel Freitas	1		São Carlos	1	1
Correia Pinto	1		São Domingos		2
Criciúma	2		São Francisco	1	
Cunha Porã		9	São Joaquim	1	
Curitibanos	2		São José	4	
Dionísio Cerqueira	2		S.J.Cedro	1	3
Forquilhinha		1	São L. Oeste		3
Florianópolis	11		SMO	1	1
Fraiburgo	2		Seara	1	2
Garopaba		1	Taió	1	
			Tijucas	1	
Garuva	1		Timbó	0	
Gaspar	3		Trombudo Central	1	1
Guaramirim	1		Tubarão	1	
Herval d'Oeste	1		Urubici	1	
Imbituba		1	Urussanga	1	
Indaial		1	Videira	1	
Ipumirim	1		Xanxerê	2	
Itá	1		Xaxim	1	
Itajaí	5	1			
Itapema	1				
Itapiranga		1			
Itapoá	1				
Ituporanga		3			
Jaguaruna	1	4			
Jaraguá do Sul	1	1			
Joaçaba	1				
Joinville	4	1			

Fonte: CEJA, 2014.

A tabela acima indica, em grifo, as comarcas onde foram realizadas inspeções nos programas de acolhimento, em um total de 53. Foram analisados processos de 863 crianças/adolescentes acolhidos, de um total de 1458, o que corresponde a 59% de ações revisadas, e inspecionadas 76 instituições de acolhimento, de um total de 176.

Eventos/Treinamentos

- 11º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Blumenau, nos dias 6 e 7 de novembro, realizado juntamente com a Academia Judicial.
- Capacitação sobre os Cadastros CUIDA, CNA e CNCA, para as Assistentes Sociais empossadas no 1º semestre, realizado em 15 de abril de 2014, das 10h às 17h, na Corregedoria.

- Capacitação sobre os Cadastros CUIDA, CNA e CNCA, para as Assistentes Sociais empossadas no 1º semestre, dia 28 de abril de 2014, das 10h às 17h, na Corregedoria.
- Capacitação sobre o CUIDA e Cadastros do CNJ, para as Assistentes Sociais empossadas no 2º semestre realizado dia 25 de novembro de 2014, das 14 às 17h, na Corregedoria.
- Participação na XVII Reunião Ordinária do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, realizada dia 28 de março de 2014, em Natal – Rio Grande do Norte.
- Participação na Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, realizada dia 28 de maio de 2014, em Brasília.
- Participação na Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, realizada dia 08 de agosto de 2014, em Brasília.
- Participação na Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, realizada dia 24 de outubro de 2014, em Brasília.
- Participação na VIII Reunião Ordinária do Conselho das Autoridades Centrais, realizada dias 27 e 28 de novembro de 2014, em Porto Alegre.

10.5 Dados estatísticos

Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional:

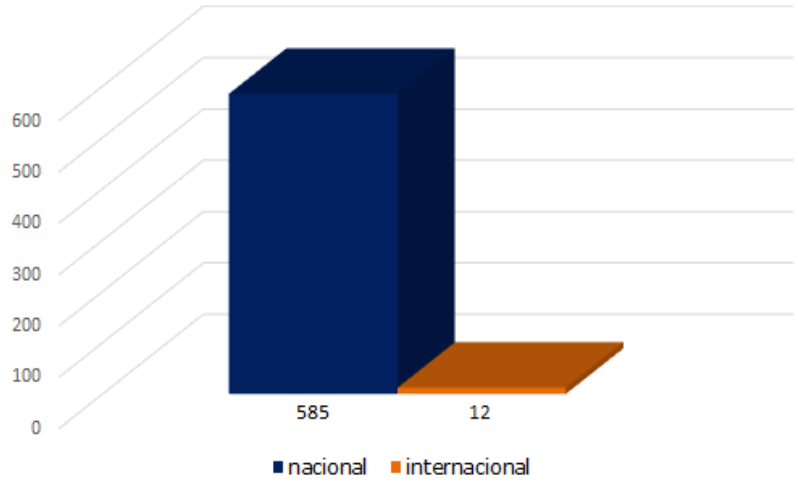
- 2 sessões realizadas.
- 29 processos julgados: 20 de pretendentes italianos, 8 de franceses, 1 próprio.

Adoções realizadas

Nacionais/Internacionais

Neste ano, 585 ações de adoção nacionais e 12 internacionais foram sentenciadas procedentes, incluídas as adoções de grupos de dois ou mais irmãos. Observou-se uma mudança sutil que indica elevação da idade das crianças adotadas por brasileiros, também aumentou a receptividade destes por grupos de irmãos e crianças portadoras de necessidades especiais.

Com isso reduziu expressivamente o número de adoções internacionais, neste caso afetadas também pela crise econômica na Europa e pela demora da Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF) em renovar o credenciamento dos organismos estrangeiros que atuam na Itália, país que mais adota crianças brasileiras. Essa queda nas adoções internacionais foi verificada já em 2013 pelos mesmos fatores.



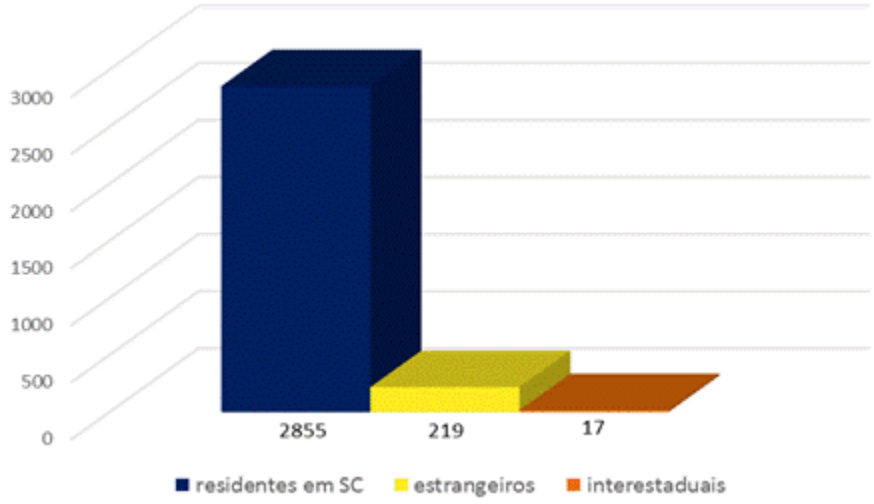
Fonte: CGJ, 2014.

Pretendentes habilitados

Registra-se uma redução significativa no número de habilitação de pretendentes à adoção residentes em outros Estados da Federação, uma vez que neste ano foram atualizados os cadastros registrados no CUIDA anteriores a 2005.

No corrente ano, tiveram 3.091 pretendentes habilitados:

- Residentes em Santa Catarina: 2.855 (92,36%)
- Residentes em outros Estados: 17 (0,55%)
- Estrangeiros: 219 (7,09%)

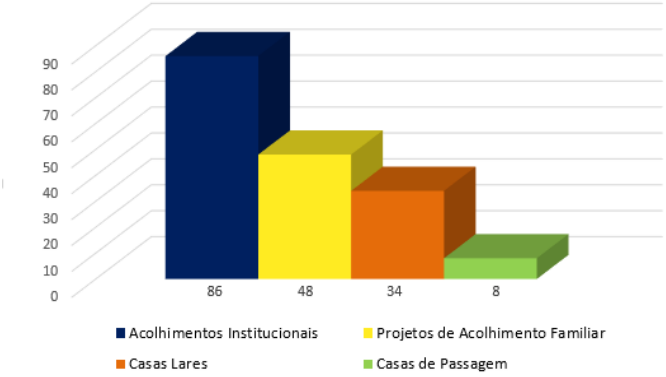


Fonte: Ceja, 2014.

Entidades de acolhimento cadastradas na CEJA

Foram realizados **176** programas de acolhimento:

- 86 Acolhimentos Institucionais (48,86%)
- 48 Projetos de Acolhimento Familiar (27,27%)
- 34 Casas Lares (19,32%)
- 8 Casas de Passagem (4,55%)



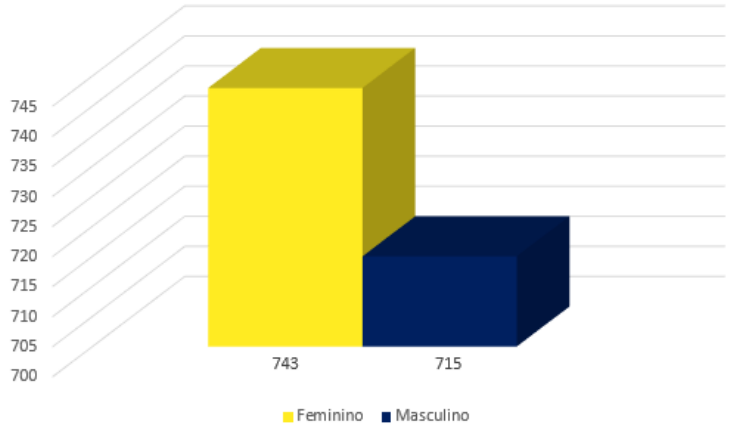
Fonte: Ceja, 2014.

Crianças/Adolescentes acolhidos

Foram acolhidas **1.458** crianças/adolescentes:

Quanto ao sexo:

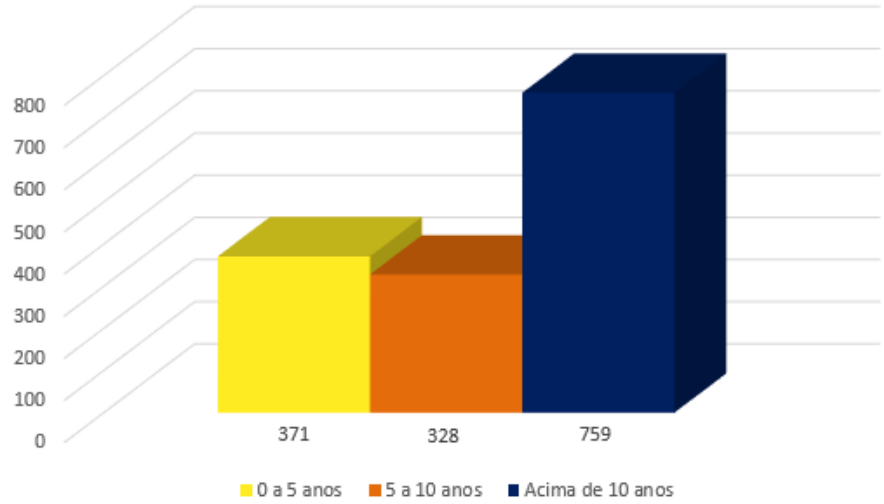
- Sexo feminino – 743 (50,96%)
- Sexo masculino – 715 (49,04%)



Fonte: Ceja, 2014.

Quanto à idade:

- 0 a 5 anos – 371 (25,45%)
- 5 a 10 anos – 328 (22,5%)
- Acima de 10 anos – 759 (52,06%)



Fonte: Ceja, 2014.

10.6 Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

Existem 33 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.

10.7 Propostas

Além das atividades de rotina de competência da CEJA, temos como proposta realizar, juntamente com a Academia Judicial, os eventos:

- 12º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Balneário Camboriú, em outubro/2015.
- Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário, em Balneário Camboriú, em outubro/2015 - concomitante ao evento dos grupos.
- Dar continuidade às inspeções aos programas de acolhimento conforme tabela abaixo, e retornar àquelas que apresentaram problemas mais graves.

REGIÕES	PERÍODO					
	9 a 13 março	6 a 10 abril	11 a 15 maio	9 a 11 junho	10 a 14 agosto	8 a 11 setembro
Sul						
Meio-Oeste						
Alto Vale do Itajaí						
Serrana						
Oeste						
Centro norte						

Fonte: CEJA, 2014.

10.8 Conclusões

As ações propostas no corrente ano foram executadas em sua totalidade e os resultados de pleno êxito - tanto os eventos que tiveram alcance expressivo, aproximando o Poder Judiciário do usuário da justiça, quanto a gestão dos sistemas implantados pelo Conselho Nacional de Justiça que continuam passando por adequações, para maior eficácia.

As inspeções às Instituições de Acolhimento, através de visitas in loco, foram positivas, haja vista a oportunidade de rever a situação pessoal e processual das crianças e adolescentes hoje acolhidos, bem como as condições de funcionamento das unidades.

O desempenho positivo da CEJA neste exercício é resultado de uma série de fatores, que vão da dedicação e competência da equipe, ao apoio e participação do seu Presidente, Desembargador Luiz Cézar Medeiros, sempre atento às questões da infância, reconhecendo e valorizando as ações.

Também se deve ao apoio dos juízes corregedores, sobretudo da Dra. Maria Paula, responsável pelo Núcleo III, que, quando das correições, mostra-se atenta aos assuntos da infância, principalmente quanto à alimentação dos cadastros CUIDA e CNA. E ao Dr. Alexandre Takaschima, juiz responsável pelo Núcleo V,

cuja sensibilidade com a área da infância e juventude é notória e essencial quando das visitas nas instituições de acolhimento.

Importante registrar o apoio dos juízes das varas da infância e da juventude, das assistentes sociais, psicólogas e oficiais da infância e da juventude, presentes e receptivos aos eventos e trabalhos da Comissão.

Por último, o auxílio do Secretário da Corregedoria e de seus colaboradores, os quais sempre se mostraram prestativos e cooperativos na condução das ações, demonstrando credibilidade e comprometimento com as questões vinculadas à infância e juventude.

10.9 RELAÇÃO DE PROGRAMAS DE ACOLHIMENTO INSPECIONADOS EM 2014

COMARCAS VISITADAS	NOME DA INSTITUIÇÃO VISITADA	ABRIGOS
Anchieta	Casa Lar Renascer da Vida	1
Araquari	Adolescência Irmã Celina	1
Araranguá	Associação Irmã Carmen	1
Camboriú	Associação Lar Maternal Bom Pastor	1
Balneário Piçarras	Casa Lar Anjo Gabriel Penha e Casa de Passagem Refúgio	2
Barra Velha	Casa de Passagem Dr. Germano Selke	1
Biguaçu	Casa Lar, Casa Lar Vovó Sebastiana e Lar Francisco de Paula Xavier/Lar Chico Xavier	3
Braço do Norte	Casa da Criança e Adolescente	1
Brusque	Lar Menino Deus e Lar Sagrada Família	2
Caçador	ACEIAS – Programa Família Acolhedora e ACEIAS – Associação Caçadorense de Educação Infantil e Assistência Social	2
Campo Belo do Sul	Associação Mãe Josina	1
Campos Novos	Lar das Meninas Casa do Caminho e Lar dos Meninos João Didomênico	2
Canoinhas	Abrigo São Francisco de Assis, Casa de Passagem Santa Clara e Programa Família Acolhedora de Três Barras	3
Capinzal	Cia Lar	1
Catanduvas	Sociedade Patronato Anjo da Guarda	1
Chapecó	Abrigo Municipal, Casa Lar Jurema, Casa Lar da Mariza, Casa Lar da Pierina e Casa Lar das Meninas/Casa Lar da Tereza	5
Concórdia	Abrigo Provisório Anjo Gabriel	1
Correia Pinto	Casa Lar Sônia de Moraes	1
Criciúma	Associação Beneficente Nossa Casa e Instituição de Acolhimento Provisória Lar Azul	2
Curitibanos	Casa de Proteção Infanto Juvenil e Lar Nova Alvorada	2
Dionísio Cerqueira	Abrigo Infantil Beija Flor	1
Guaramirim	Lar da Criança Marcos Valdir Moroso	1
Herval d' Oeste	Abrigo Municipal Anjos da Luz	1
Imbituba	Programa Acolhimento Familiar Acalanto	1
Itajaí	Abrigo Novo Amanhecer Meninos, Abrigo Novo Amanhecer Meninas e Associação Lar da Criança Feliz	3
Itapoá	Abrigo Provisório Recanto Feliz	1
Ituporanga	Abrigo Institucional Albertina Berkenbrock	1
Jaraguá do Sul	Abrigo Institucional – Unidade Baependi, Centro da Juventude e Família Hildergard Hufenussler – CREAS I e Programa Família Acolhedora	3
Joaçaba	Abrigo Municipal Frei Bruno	1
Joinville	Abdon Batista, Abrigo Infanto Juvenil, Associação Ecos da Esperança, Associação Águas da Vida – Casa Lar Emanuel e Programa Família Acolhedora	5
Laguna	Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio	1
Lebon Régis	Associação dos Amigos da Casa Lar Leonardo Muller Deboni	1
Mafra	Casa de Passagem Ben. Epitácio Schmmacher	1

Modelo	Abrigo Domiciliar – Bom Pastor	1
Mondaí	Terra Nova – Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocú	1
Navegantes	Abrigo Municipal Anildo de Souza	1
Otacílio Costa	Abrigo Nosso Lar	1
Palhoça	Abrigo Institucional Nova Direção e Abrigo Pequeno Cidadão	2
Papanduva	Casa de Passagem	1
Pinhalzinho	Abrigo Domiciliar	1
Rio do Campo	Família Acolhedora	1
Rio do Sul	Clube das Mães – Lar da Menina	1
Rio Negrinho	Casa Lar	1
Santa Cecília	Casa Lar Abrigo de Santa Cecília	1
São Francisco do Sul	Casa Abrigo Johanna Fischer	1
São José do Cedro	Associação Beneficente, Social Educacional e Cultural - APRISC, Família Acolhedora, Projeto Família Acolhedora do Município de Guarujá do Sul/SC e Projeto Família Acolhedora do Município de Princesa	1
São Lourenço do Oeste	Programa Família Acolhedora de São Lourenço do Oeste, Programa Lar Substituto Provisório de Novo Horizonte e Programa de Famílias Substitutas de Jupiá	1
São Miguel do Oeste	Cantinho Acolhedor, Programa Família Acolhedora e Programa Família Acolhedora/Prefeitura Municipal de Barra Bonita	1
Taió	Lar da Criança e do Adolescente de Taió	1
Trombudo Central	Lar Beneficente João 3:16	1
Tubarão	Programa Família Acolhedora e Programa de Acolhimento Institucional Bem Viver	1
Urussanga	Paraíso da Criança	1
Videira	Casa Lar Menino Jesus	1
TOTAL DE ABRIGOS VISITADOS		**76**

Fonte: Ceja/2014.

Anexo I

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina - Corregedoria-Geral da Justiça - Divisão Judiciária

Movimento Forense da Justiça do Primeiro Grau de Jurisdição

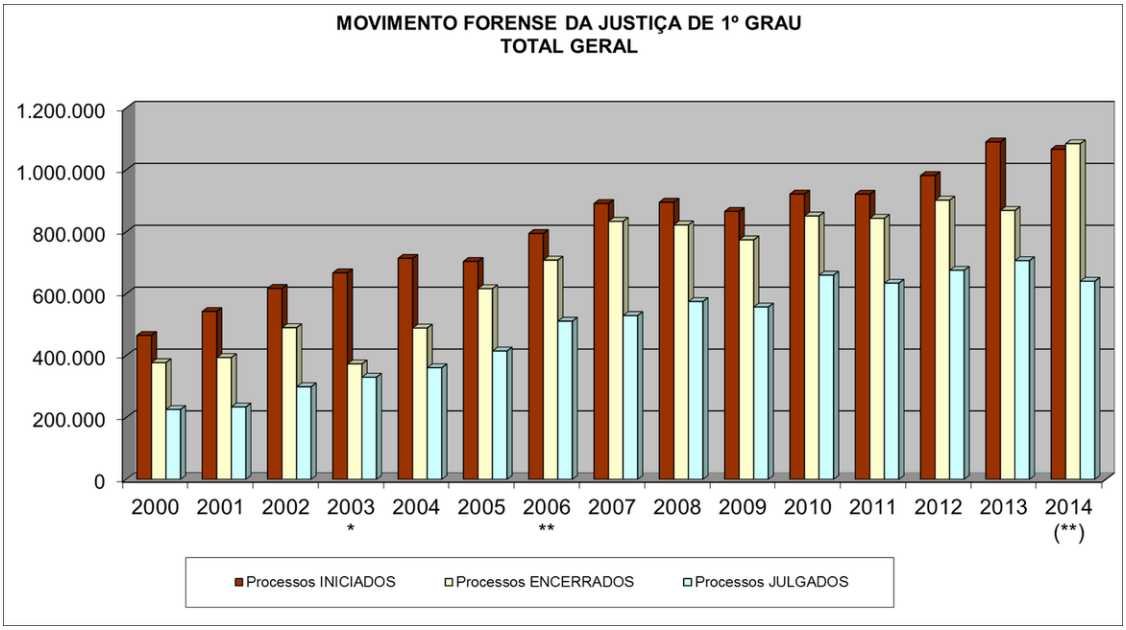
Consideradas todas as classes processuais (de conhecimento, execuções de sentença, incidentes e as ações incidentais) - menos recursos

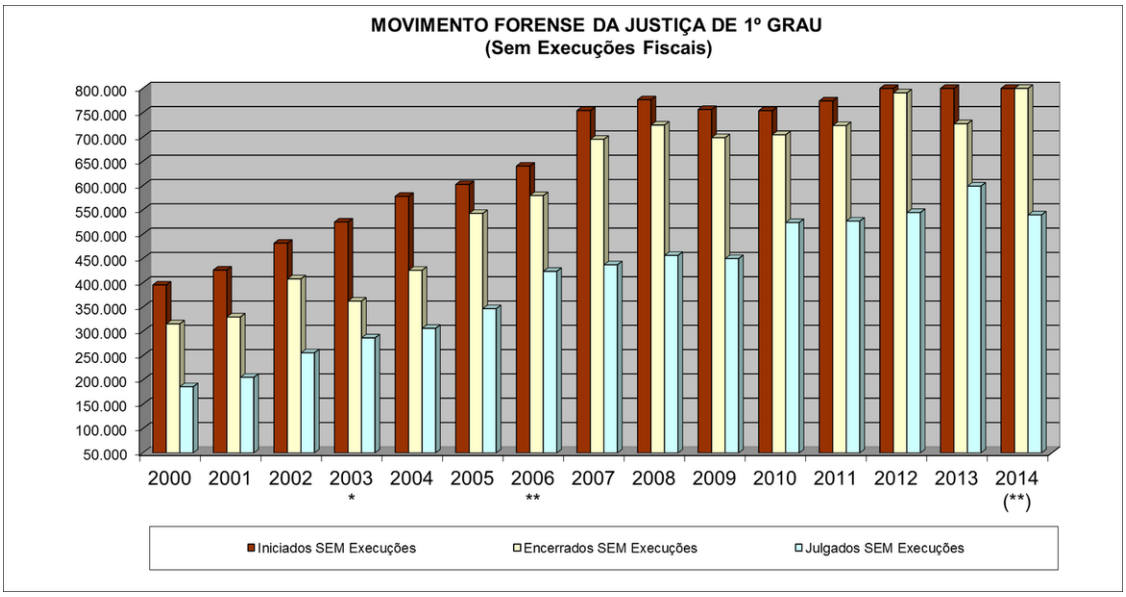
Ano	Processos Iniciados Total	Execuções Fiscais Iniciadas	Iniciados SEM Execuções	Processos Encerrados Total	Execuções Fiscais Encerradas	Encerrados SEM Execuções	Processos Julgados Total	Execuções Fiscais Julgadas	Julgados SEM Execuções	Em Andamento final do ano Total	Execuções Fiscais em Andamento	Em Andamento Sem Execuções	Média de Juízes 1º grau em atividade (final do ano)	Média proc. Julg. por juiz - SEM exec fisc	Média proc. julg por juiz - COM Exec Fisc
2000	464.945	69.436	395.509	377.205	51.736	325.469	225.789	38.652	186.137	839.081	275.397	563.184	257	724	879
2001	542.599	115.382	426.247	393.699	64.082	329.617	233.686	28.198	205.488	987.981	328.157	659.814	249	825	938
2002	616.933	135.412	481.521	490.228	82.101	408.127	299.203	43.255	255.938	1.114.686	381.478	733.208	280	914	1.151
2003 *	667.280	142.113	525.162	372.990	10.576	362.414	330.009	43.313	286.696	1.408.976	513.000	895.956	278	1.028	1.183
2004	714.434	136.802	577.632	489.021	63.243	425.778	360.786	54.408	306.300	1.634.389	536.379	1.048.010	283	1.028	1.211
2005	704.333	101.933	602.400	616.176	73.485	542.691	414.856	68.075	346.780	1.722.546	614.827	1.107.719	321	1.080	1.292
2006 **	794.603	154.514	640.089	708.469	128.986	579.483	511.242	87.663	423.579	1.808.680	640.155	1.168.325	346	1.340	1.618
2007	891.623	137.153	754.470	833.772	138.900	695.272	529.360	92.287	437.063	1.866.531	639.008	1.227.523	327	1.337	1.619
2008	895.640	118.915	776.725	822.255	97.673	724.577	574.739	118.390	456.349	1.939.916	660.245	1.279.671	352	1.296	1.633
2009	866.152	109.559	756.597	774.026	75.430	698.576	556.998	107.197	449.801	2.032.042	694.350	1.337.692	392	1.278	1.582
2010	922.197	158.052	764.145	851.085	146.481	704.624	660.013	136.031	523.982	2.103.154	715.941	1.387.213	381	1.451	1.828
2011	921.528	147.302	774.226	843.562	119.894	723.668	634.011	105.965	527.046	2.181.120	743.249	1.437.871	382	1.456	1.751
2012	981.849	131.652	850.197	902.366	111.533	790.783	675.483	130.592	544.585	2.260.603	753.318	1.497.285	385	1.530	1.897
2013	1.090.583	123.584	966.899	868.925	141.605	727.320	706.724	107.763	598.961	2.482.261	749.197	1.736.864	379	1.580	1.865
2014 (***)	1.066.766	133.944	932.822	1.084.881	104.844	980.037	640.117	100.428	539.689	2.464.146	774.497	1.689.649	396	1.356	1.608

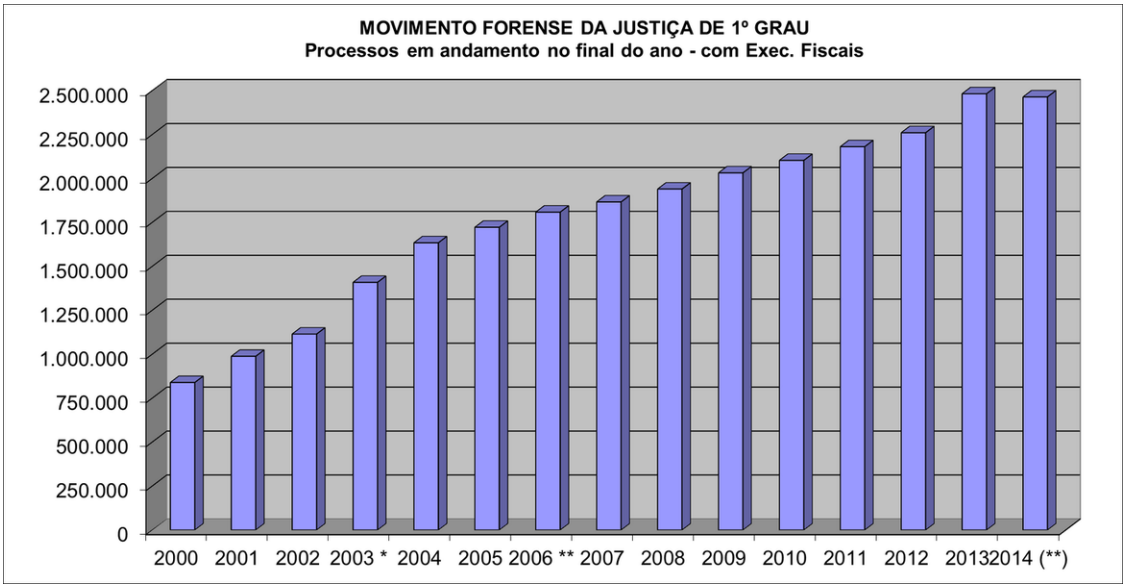
(*) Nos anos de 2003 e 2004 foram ajustados os valores dos processos julgados, em virtude de não mais se considerar os arquivamentos administrativos.

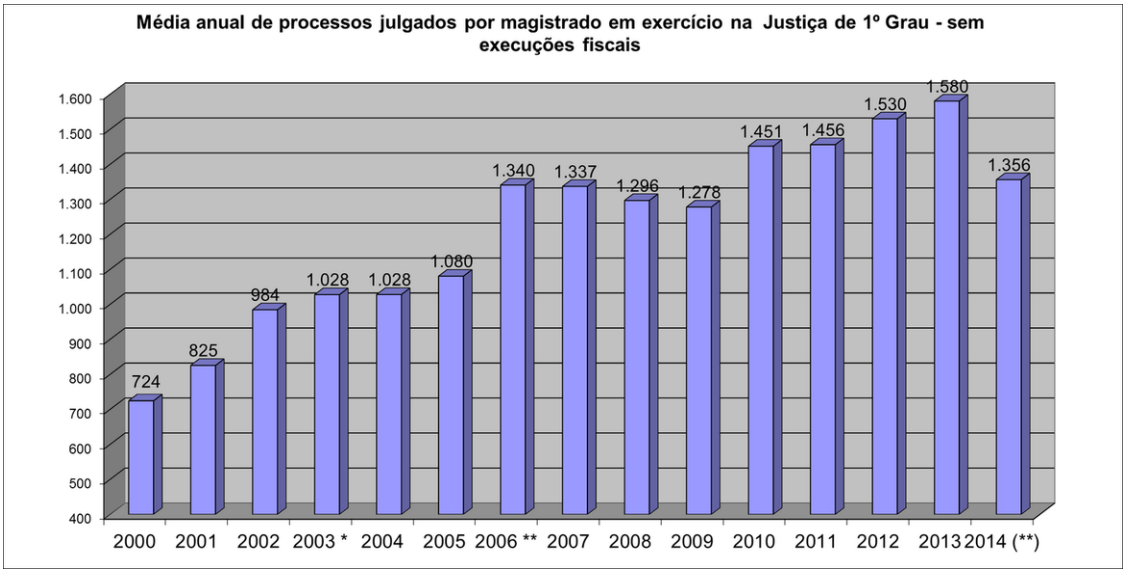
(**) No ano de 2006 e 2007 a equipe passou a utilizar o BI (Business Intelligence) como ferramenta de trabalho, que possui uma metodologia ligeiramente diferenciada dos anos "meros estatísticos", o que causou variação na totalização dos dados.

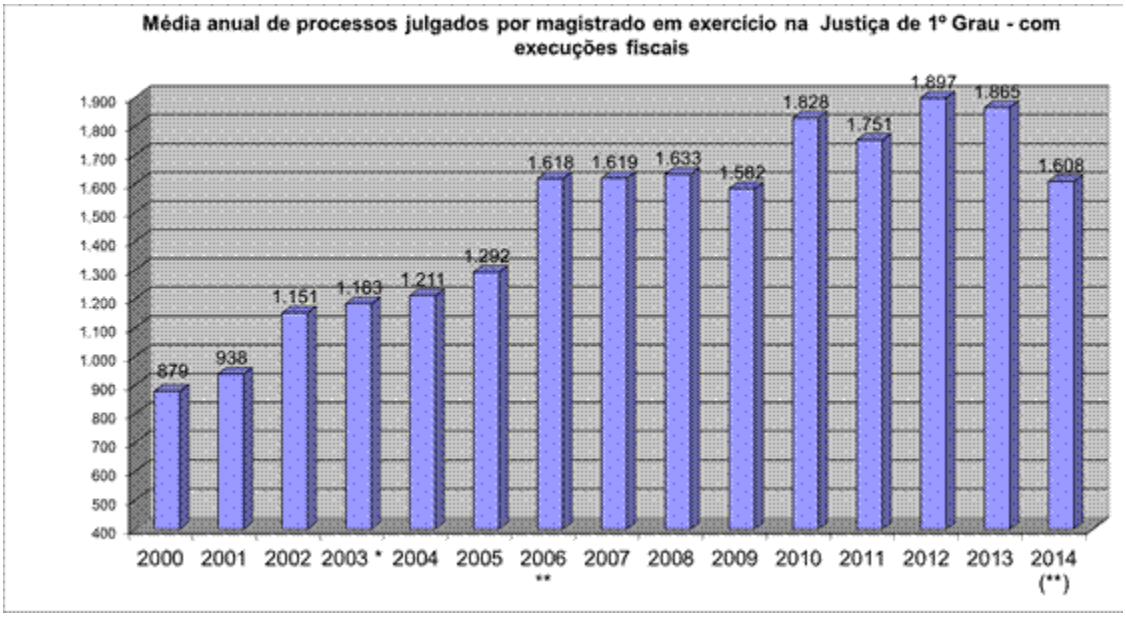
(***) Dados projetados para o mês de dezembro/2014.


MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU
TOTAL GERAL
1.200.000
1.000.000
800.000
600.000
400.000
200.000
0
2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014
* ** (**)
Processos INICIADOS
Processos ENCERRADOS
Processos JULGADOS


MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU
(Sem Execuções Fiscais)
800.000
750.000
700.000
650.000
600.000
550.000
500.000
450.000
400.000
350.000
300.000
250.000
200.000
150.000
100.000
50.000
2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014
* ** (**)
Iniciados SEM Execuções
Encerrados SEM Execuções
Julgados SEM Execuções


MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU
Processos em andamento no final do ano - com Exec. Fiscais
2.500.000
2.250.000
2.000.000
1.750.000
1.500.000
1.250.000
1.000.000
750.000
500.000
250.000
0
2000 2001 2002 2003 * 2004 2005 2006 ** 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 (**)


Média anual de processos julgados por magistrado em exercício na Justiça de 1º Grau - sem execuções fiscais
1.600
1.500
1.400
1.300
1.200
1.100
1.000
900
800
700
600
500
400
724
825
984
1.028
1.028
1.080
1.340
1.337
1.296
1.278
1.451
1.456
1.530
1.580
1.356
2000 2001 2002 2003 * 2004 2005 2006 ** 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 (**)


Média anual de processos julgados por magistrado em exercício na Justiça de 1º Grau - com execuções fiscais
1.900
1.800
1.700
1.600
1.500
1.400
1.300
1.200
1.100
1.000
900
800
700
600
500
400
879
938
1.151
1.183
1.211
1.292
1.618
1.619
1.633
1.582
1.828
1.751
1.897
1.865
1.608
2000 2001 2002 2003 * 2004 2005 2006 ** 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 (**)

Anexo II

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA - Janeiro a novembro de 2014

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTO DIVERSOS
TOTAL		**9.831**	**5.385**	**55%**	**40.426**
RIO DO SUL	AGRONÔMICA	58	44	76%	28
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	112	79	71%	124
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	154	42	27%	174
ASCURRA	ASCURRA	228	156	68%	103
RIO DO SUL	AURORA	24	29	121%	53
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	85	39	46%	8.169
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	315	239	76%	3.515
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	298	173	58%	446
LAGES	BOCAINA DO SUL	4	1	25%	2
BRUSQUE	BOTUVERÁ	204	113	55%	142
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	102	91	89%	1.304
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	253	214	85%	551
TIJUCAS	CANELINHA	37	37	100%	547
ANITA GARIBALDI	CELSO RAMOS	75	64	85%	871
CRICIÚMA	CENTRO	406	18	4%	145
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	39	26	67%	114
URUSSANGA	COCAL DO SUL	153	8	5%	56
PRESIDENTE GETÚLIO	DONA EMMA	132	78	59%	85
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	169	165	98%	1
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	5	2	40%	10
BRUSQUE	GUABIRUBA	0	0	0%	1.106
ITUPORANGA	IMBUIA	220	71	32%	7.477
INDAIAL	INDAIAL	290	187	64%	1.695
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	42	32	76%	111
MARAVILHA	IRACEMINHA	91	55	60%	236
CATANDUVAS	JABORÁ	95	35	37%	1.945
JOAÇABA	JOAÇABA	51	24	47%	65
IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	21	8	38%	111
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	209	205	98%	96
RIO DO OESTE	LAURENTINO	239	174	73%	218
RIO DO SUL	LONTRAS	227	136	60%	977
NAVEGANTES	LUIZ ALVES	16	10	63%	125
MARAVILHA	MARAVILHA	324	183	56%	184
TAIÓ	MIRIM DOCE	11	6	55%	11
FRAIBURGO	MONTE CARLO	62	48	77%	0
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	24	0	0%	408
CRICIÚMA	NOVA VENEZA	21	12	57%	55
ORLEANS	ORLEANS	492	37	8%	170
CAPINZAL	OURO	11	9	82%	70
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	221	119	54%	449
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	56	35	63%	1.492
SANTA ROSA DO SUL	PASSO DE TORRES	45	16	36%	43
BALNEÁRIO PIÇARRAS	PENHA	1.043	356	34%	1.190
ITUPORANGA	PETROLANDIA	69	24	35%	1.387
CAPINZAL	PIRATUBA	30	17	57%	97
CORREIA PINTO	PONTE ALTA	60	74	123%	59
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	121	87	72%	385
PRESIDENTE GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	53	23	43%	23
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	52	34	65%	14
CRICIÚMA	PRÓSPERA	173	17	10%	53
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	35	18	51%	113
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	23	12	52%	34
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	9	6	67%	76
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	61	42	69%	441
CRICIÚMA	RIO MAINA	364	42	12%	83
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	68	37	54%	1.024
CURITIBANOS	SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	52	4	8%	123
CRICIÚMA	SIDERÓPOLIS	50	49	98%	252
TIJUCAS	TIJUCAS	1.451	1.259	87%	0
TIMBÓ	TIMBÓ	5	6	120%	0
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	151	51	34%	1.066
JOAÇABA	TREZE TILHAS	193	94	49%	81
PRESIDENTE GETÚLIO	VITOR MEIRELES	25	20	80%	76
PRESIDENTE GETÚLIO	WITMARSUM	73	53	73%	358
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	49	40	82%	7
TOTAL		**9.831**	**5.385**	**55%**	**40.426**

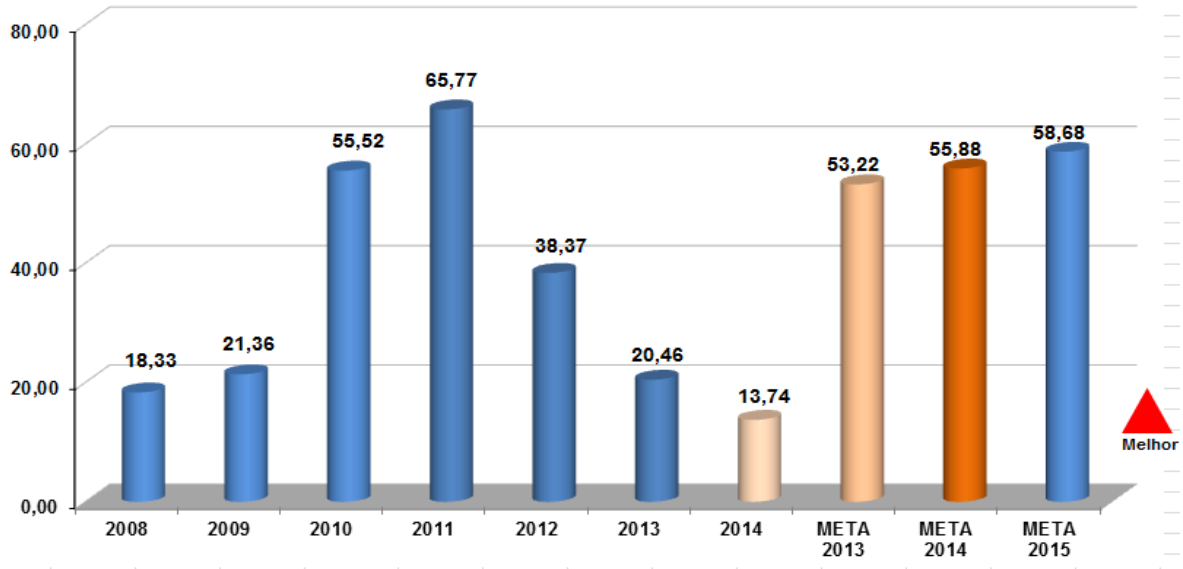
ACADEMIA JUDICIAL

1. QUADRO EVOLUTIVO DOS INDICADORES

INDICADOR	AC 1.1 - PERCENTUAL DE COLABORADORES[1] CAPACITADOS
O que mede	Quantidade de magistrados/servidores que participaram de eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros
Por que medir	Para verificar a distribuição regular das horas de aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de participantes de cursos realizados no período[2] / total de colaboradores) x 100
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	Quanto maior, melhor

1) Entende-se por colaboradores, para efeitos deste indicador, somente os magistrados, servidores, estagiários e bolsistas do quadro ativo do Poder Judiciário de Santa Catarina. Não são considerados os demais colaboradores que não fazem parte do público interno do PJSC, mas que também consomem recursos da Academia Judicial (por exemplo: voluntários, conciliadores, mediadores, pretendentes à adoção, policiais etc.).

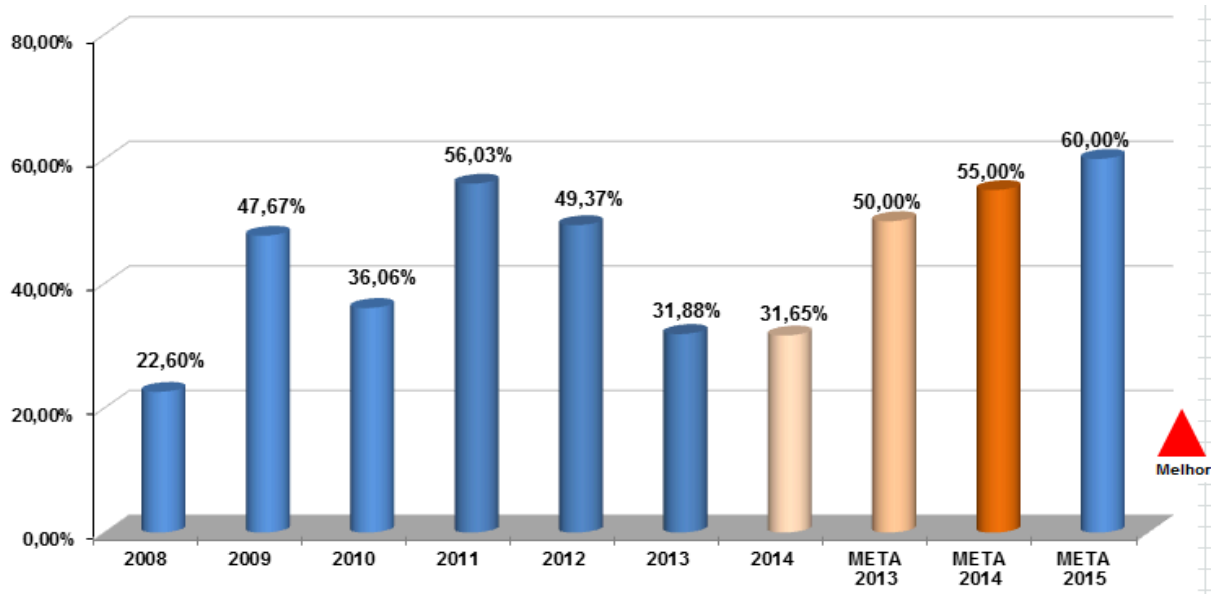
2) No "Somatório de participantes de cursos realizados no período" estão todos os magistrados, servidores, estagiários e bolsistas que participaram de um ou mais cursos promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, inclusive bolsas de estudos de magistrados, gerenciados pela AJ.



**Dados de 2014 extraídos em 11-12-14.*

INDICADOR	AC 1.2 - HORAS DE CAPACITAÇÃO POR COLABORADOR[1]
O que mede	Quantidade de horas-aula de capacitação por magistrado/servidor. Deverão ser considerados todos os eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros
Por que medir	Para identificar a quantidade de horas-aula dedicadas ao aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de cursos / total de colaboradores), sendo Curso = horas-aula x número de participantes
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	Quanto maior, melhor

1) Entende-se por colaboradores, para efeitos deste indicador, somente os magistrados, servidores, estagiários e bolsistas do quadro ativo do Poder Judiciário de Santa Catarina. Não são considerados os demais colaboradores que não fazem parte do público interno do PJSC, mas que também consomem recursos da Academia Judicial (por exemplo: voluntários, conciliadores, mediadores, pretendentes à adoção, policiais etc.).



*Dados de 2014 extraídos em 11-12-14.

QUADRO GERAL DE ATIVIDADES	
Nº de cursos e eventos avaliados	123
Nº de participantes que realizaram avaliação de cursos e eventos	4.870
Nº de certificados liberados para participantes	2.459
Nº de ofícios expedidos	468
Nº de pareceres	297
Nº de análises de pedidos individuais	167

*Dados de 2014 extraídos em 11-12-14.

2. CURSOS PRESENCIAIS

Ambientação Funcional

A AJ compôs quatro turmas para o curso de Ambientação Funcional, conhecido no Judiciário catarinense por integrar novos servidores e contextualizá-los na estrutura da instituição. A primeira turma, que teve

28 participantes, recebeu as orientações transmitidas por outros integrantes da instituição no período de 24 a 26 de fevereiro.

A segunda turma foi ambientada de 26 a 28 de maio de 2014 e, pela primeira vez, admitiu inscrições a novos servidores não convocados para as vagas remanescentes. A terceira turma foi recebida pela AJ no período de 30 de junho a 2 de julho. A quarta turma, esteve em curso de 26 a 28 de agosto.

Os integrantes da AJ também participaram de uma ambientação específica. De 5 a 7 de maio de 2014, integrantes da instituição de ensino (servidores, colaboradores terceirizados e estagiários) foram orientados quanto ao funcionamento da instituição em que trabalham e à importância do papel de cada um. Entre as abordagens, o Programa de Avaliação Institucional ganhou relevo.

Já nos dias 6 e 7 de outubro, a ambientação foi dirigida a estagiários do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. No dia 9, a Ambientação Funcional para Estagiários foi concluída com uma visita à Seção de Museu da instituição.

Preparação para Pretendentes à Adoção

Os cursos integrantes do Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção, conduzidos pela Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) até 2013, passaram a ser gerenciados pela Academia Judicial em 2014.

Os candidatos a adotantes recebem curso nas unidades jurisdicionais dentro do Estado de Santa Catarina, conforme exigências da Lei n. 12.010 de agosto de 2009. Os cursos têm 16 horas-aula e são ministrados por assistentes sociais, psicólogos e juízes do PJSC.

Curso de Gestão Orçamentária e Financeira

De 10 a 14 de março de 2014, a Academia Judicial realizou o Curso de Gestão Orçamentária e Financeira, cujo objetivo foi apresentar o orçamento público, desde a sua origem, e auxiliar a Administração do Tribunal de Justiça na elaboração da proposta orçamentária anual, na execução das metas e programas que serão lançados na lei orçamentária, bem como realizar o gerenciamento da unidade administrativa. Foram 20 horas-aula dedicadas a assessores de planejamento, assessores técnicos, diretores, e servidores lotados na Diretoria de Orçamento e Finanças.

Curso de Oratória

A Academia Judicial ofereceu a docentes de seu quadro e a integrantes de outros setores do Tribunal de Justiça, nos dias 18 e 19 de março de 2014, o Curso de Oratória, com 16 horas de conteúdo, voltado a

desenvolver a habilidade de falar em público, por meio de técnicas verbais, organização mental e postura, com o objetivo final de proporcionar qualidade à mensagem a ser transmitida.

Mediação e conciliação

As capacitações no campo da mediação e da conciliação são oferecidas frequentemente pela AJ em parceria com o Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais de Programas Alternativos de Solução de Conflitos. Tem-se como objetivo preparar agentes para atuar nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos - implantados como parte do estabelecimento de uma política pública nacional em resolução adequada de conflitos do Conselho Nacional de Justiça - e nas demais unidades jurisdicionais que realizam sessões de mediação e/ou conciliação. Além das 45 horas presenciais, os cursos exigem 100 horas de estágio supervisionado no local de trabalho.

A Capacitação em Competências da Mediação Judicial aconteceu de 17 a 21 de março de 2014, na comarca de Chapecó, no Hotel Mogano. Na Capital, ocorreu de 7 a 11 de abril e, também, de 4 a 8 de agosto. Em Joinville, a capacitação foi realizada de 5 a 9 de maio e de 18 a 22 de agosto. Em Criciúma, de 19 a 23 de maio de 2014 e em Blumenau, de 3 a 7 de novembro.

Curso de Formação de Instrutores

De 7 a 9 de maio de 2014 a AJ ofereceu a 26 (vinte e seis) integrantes do Poder Judiciário de Santa Catarina, em suas dependências, o Curso de Formação de Instrutores. A ideia central do curso foi o desenvolvimento de competências didáticas e a aplicação de técnicas eficazes para planejar e ministrar cursos, palestras e outros eventos.

Gestão de Conflitos

Nos dias 19 e 20 de maio de 2014, a AJ recebeu servidores investidos em cargos de liderança para o Curso de Gestão de Conflitos. O curso teve o intuito de oportunizar uma nova compreensão sobre os conflitos - com base em mais conhecimentos sobre grupos e relacionamentos -, desenvolvendo uma visão ampliada sobre os desafios e benefícios que os conflitos proporcionam, e aprimorar habilidades para conduzi-los.

Formação de Conciliadores

A Academia Judicial realizou, nos dias 29 e 30 de maio, no Hotel Castelmar, em Florianópolis, o Curso de Formação de Conciliadores EPR turma I. Nos dias 14 e 15 de agosto, a formação aconteceu em Chapecó. O objetivo foi formar conciliadores para atuarem em serviços integrantes da Justiça catarinense: Juizados Especiais, Fórum Municipal EPR Casa da Cidadania, Postos de Atendimento e Conciliação, Postos Avançados de Conciliação Extraprocessual e Mutirões da Conciliação.

Capacitação de Mediadores Familiares

A Capacitação de Mediadores Familiares é dirigida a servidores e voluntários das varas cíveis, dos juizados especiais e dos serviços não adversariais (implantados ou em implantação na Justiça catarinense). De 21 a 25 de abril e de 8 a 10 de outubro foram realizadas Capacitações de Mediadores Familiares em Chapecó. De 14 a 16 de maio e de 17 a 19 de setembro de 2014, aconteceram capacitações na Capital. E de 21 a 23 de maio, a comarca atendida foi Brusque.

Formação de Supervisores em Mediação e Conciliação

Nos dias 2 e 3 de julho aconteceu o Curso Formação de Supervisores em Mediação e Conciliação cujo objetivo é capacitar supervisores em mediação e conciliação, dentre servidores formados em mediação judicial. Os 40 supervisores formados acompanharam as 100 horas de estágio ou as 10 sessões de mediação judicial que compõem os cursos de mediação oferecidos pelo Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos em parceria com a Academia Judicial.

Curso de Justiça Restaurativa

De 18 a 21 de agosto de 2014, foi realizado na Capital o Curso de Justiça Restaurativa, ministrado pela Juíza Brigitte Remor de Souza May, pela servidora Cristina Mulezini Gonçalves e pelo Psicólogo Juan Carlos Vezzulla. Servidores, voluntários e outros participantes externos vinculados aos temas propostos participaram das capacitações.

Treinamento para Secretários de Eventos

A Academia Judicial ofereceu, nos dias 10 e 11 de março de 2014, o Treinamento para Secretários de Eventos. O conteúdo, ministrado por servidores da instituição de ensino, somou 14 horas e foi dirigido a 20 participantes. Estiveram em pauta assuntos como: infraestrutura para eventos e cursos, fluxo de atividades dos secretários de eventos, verificação de instalações físicas conforme pregão e ata de registro de preços, organização do evento e cerimonial, avaliação de curso, certificação digital, diárias e prestação de contas.

Prática de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

A AJ realizou, nos dias 29 e 30 de abril (turma 1) e nos dias 27 e 28 de maio de 2014 (turma 2), o Curso de Prática de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância. O objetivo proposto foi aprimorar conhecimentos, sanar dúvidas e capacitar os servidores da Justiça catarinense (chefes de secretaria de foro) no campo normativo do Processo Administrativo Disciplinar e da Sindicância, especialmente no que diz respeito à Lei Complementar Estadual n. 491/2010. O especialista em direito administrativo e constitucional, e Procurador Federal em exercício na Agência Nacional de Águas, Paulo Ailton Queiroz Junior, atuou como instrutor.

Midia Training

A Academia Judicial proporcionou Midia Training a quatro grupos de magistrados. No dia 23 de abril (turma 1), no dia 19 de maio (turma 2) e no dia 2 de setembro de 2014 o treinamento aconteceu na sede da AJ, na Capital. No dia 8 de setembro, o mídia training foi feito no Hotel Desbravador, em Chapecó.

O objetivo do treinamento é preparar os magistrados da Justiça catarinense para o relacionamento com a sociedade por meio dos órgãos de comunicação. As turmas costumam ser compostas por no máximo 12 participantes, para que os procedimentos de aprendizagem transmitidos pelos professores do Instituto Superior de Comunicação (ISCOM) sejam efetivos.

Comunicação Institucional

A Academia Judicial tem realizado desde 2013 o curso de Comunicação Institucional com ênfase na Comunicação Interna, *in company* com a empresa Santo de Casa Endomarketing. Algumas comarcas foram atendidas no mês de maio, para que se cumpra o objetivo de melhorar o desempenho das práticas de comunicação na Justiça catarinense e de entender a comunicação interna como instrumento estratégico para obtenção de resultados organizacionais: Tubarão (19), Criciúma (20), Lages (22), Fraiburgo (23), Blumenau (26), Joinville (27), Chapecó (29) e São Miguel do Oeste (30).

De 14 a 16 e em 21 e 22 de julho, as turmas 2 (manhã) e 3 (tarde) do Curso de Comunicação Institucional desenvolveram atividades. Em seguida, nos dias 17 e 18, e de 23 a 25 de julho, as turmas 4 e 5 (novamente, uma em cada turno) foram capacitadas. No período de 4 a 8 de agosto e no período de 7 a 13 de agosto, foram capacitadas, respectivamente, as turmas 7 e 8.

Curso de Gerenciamento de Projetos

Nos dias 7, 8, 14, 15, 21, 22 e 28 de julho aconteceu o Curso de Gerenciamento de Projetos, conduzido pelo professor Rogério Lacerda. O curso foi oferecido a diretores, coordenadores, assessores de planejamento, assessores técnicos, chefes de divisão, servidores que utilizam a metodologia no ambiente de trabalho, e facilitadores do gerenciamento de processos.

Nos dias 6, 7, 13 e 14 de outubro, 10, 11 e 24 de novembro de 2014, o curso (turma 2) foi realizado na sede da Academia Judicial.

Curso de Elaboração de Acórdãos

De 14 a 18 de julho e de 8 a 12 de setembro, a instituição recebeu, em período integral, assessores, oficiais de gabinete e secretários jurídicos de desembargadores e de juízes de segundo grau, para o Curso

de Elaboração de Acórdãos (turmas 1 e 2). O objetivo foi oferecer aos participantes ferramentas linguísticas para aprimorar a redação dos acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

De 17 a 21 de novembro, o curso foi oferecido na comarca de Chapecó, no Hotel Desbravador.

Curso sobre Serviços de Engenharia

Aconteceu de 21 a 23 de julho, na Academia Judicial, o Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos de Obras e Serviços de Engenharia (*in company* com o Instituto de Desenvolvimento de Habilidades Ltda - IDEHA) cujo objetivo é formar e capacitar servidores para fiscalizarem contratos administrativos de obras e serviços de engenharia, abordando todas as exigências legais a serem cumpridas. Servidores da Diretoria-Geral Administrativa, da Diretoria de Material e Patrimônio, da Diretoria de Engenharia e Arquitetura e da Auditoria Interna do Tribunal de Justiça de Santa Catarina compuseram a turma.

Curso de Estatística Aplicada à Administração

A Academia Judicial encerrou o mês de julho com o Curso de Estatística Aplicada à Administração. O curso, *in company* com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária FAPEU, foi solicitado pela Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e aconteceu de 29 a 31 de julho, na sede da instituição de ensino e teve como objetivo instruir os participantes para a obtenção de dados confiáveis, para a aplicação de técnicas apropriadas, para a generalização de resultados (útil à tomada de decisões) e para a análise exploratória de dados.

Curso de Mensuração de Sistemas

A segunda semana de agosto foi marcada pelo Curso de Mensuração de Sistemas, realizado *in company* com a FATTO Consultoria e Sistemas, de 11 a 22 de agosto de 2014, na AJ. O propósito do curso foi capacitar os participantes para medir funcionalidades e estimar tamanho e custo de *softwares*. Servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina compuseram o grupo.

As Medidas Cautelares Pessoais, a Prisão Preventiva e a Liberdade Provisória

A Academia Judicial realizou a sequência de cursos intitulados As Medidas Cautelares Pessoais, a Prisão Preventiva e a Liberdade Provisória, ação condizente com a política implementada pelo Conselho Nacional de Justiça que destaca a necessidade de formação do 1º grau de jurisdição. Os cursos foram realizados no mês de agosto em Chapecó (18), Florianópolis (20) e Balneário Camboriú (22), sempre com duas turmas. O turno matutino foi reservado à turma de magistrados e o turno vespertino, ao grupo de assessores jurídicos e de gabinete. Todos os grupos tiveram como ministrante o jurista mineiro Eugenio Pacelli. O Professor e Doutor em Direito (com ênfase em Ciências Criminais) atua, desde 2007, como Procurador Regional da República, em Brasília, no Tribunal Regional Federal da 1ª região.

MS Project

Nos dias 26 e 28 de agosto, e 2 e 4 de setembro, o Curso de MS Project introduziu a tecnologia como instrumento de apoio ao Gerenciamento de Projetos, aplicando os conceitos e as práticas de excelência disseminadas no mundo acadêmico e nas organizações públicas e privadas. Foram 16 horas-aula dirigidas a uma turma composta por cerca de 30 participantes (diretores, coordenadores, assessores de planejamento, assessores técnicos, chefes de divisão e facilitadores do gerenciamento de processos).

Curso de Formação de Formadores

O Curso de Formação de Formadores foi organizado pela AJ com o objetivo de possibilitar a reflexão crítica da prática docente no processo de capacitação de adultos em uma instituição pública, vivenciando métodos e técnicas facilitadoras da ação do docente em sala de aula, de modo a estimular a autonomia, o comprometimento e a conduta ética do corpo discente. Foram dois módulos (um ministrado no mês de agosto e outro, entre setembro e outubro de 2014) conduzidos pela professora Neide Arrias, que também prestou assessoria *online*.

Curso Excel 2010

Nos períodos de 8 a 12 de setembro, de 22 a 26 de setembro, de 6 a 10 de outubro e de 10 a 14 de novembro, foram ministrados na AJ cursos de Excel 2010 para Contadores Judiciais e Assessores de Custas, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e a organização das atividades laborais por meio do uso de planilhas eletrônicas.

Cálculo Processual e Custas

A AJ ofereceu a contadores judiciais do Poder Judiciário de Santa Catarina o Curso de Cálculo Processual e Custas, com o objetivo de reciclar e padronizar rotinas e procedimentos, conforme a recente atualização do Manual do Contador. As três turmas receberam atualização nos períodos de 13 a 17 de outubro, 17 a 21 de novembro e 1° a 5 de dezembro de 2014.

Procedimentos da Secretaria do Foro

De 3 a 7 e de 24 a 28 de novembro de 2014 foram recebidas na AJ as duas turmas do Curso de Procedimentos da Secretaria do Foro cujo objetivo foi integrar e capacitar (no tocante às rotinas administrativas e operacionais) os ocupantes do cargo efetivo de analista administrativo, lotados em Secretarias do Foro, e os servidores ocupantes do cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Foro.

DESTAQUE

Especialização em Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo

O curso de especialização em Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo, elaborado pela Academia Judicial para assistentes sociais e psicólogas do Poder Judiciário de Santa Catarina, e coordenado pela servidora Eliedite Mattos Ávila, teve início em março de 2013. A última disciplina se encerrou em 16 de abril de 2014. Na semana de 20 a 24 de outubro as acadêmicas defenderam os trabalhos de conclusão de curso e fizeram parte da primeira sequência de defesas públicas de um curso inteiramente feito na instituição.

3. CURSOS SEMIPRESENCIAIS

Capacitação de Juízes Leigos

No dia 26 de setembro, ocorreu o primeiro encontro da Capacitação de Juízes Leigos, que seguiu de 27 de setembro a 23 de outubro em ambiente virtual. A aula de abertura foi ministrada no Fórum Des. Eduardo Luz. No dia 24 de outubro se deu o encerramento, com outro encontro presencial.

A capacitação é uma parceria da Academia Judicial com a Secretaria do Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, que teve como objetivo propiciar aos juízes leigos que atuam no Poder Judiciário de Santa Catarina orientações fundadas na integração da teoria e da prática, para aperfeiçoar as atividades de condução dos processos, especialmente a solução pacífica das controvérsias.

Curso de pós-graduação em Direito e Gestão Judiciária

Iniciou-se no dia 27 de março de 2014, na Academia Judicial, a Especialização em Direito e Gestão Judiciária, voltada à formação e ao aperfeiçoamento de magistrados vitaliciandos e vitalícios. O curso, cujo encerramento está previsto para o primeiro semestre de 2015, é semipresencial e inteiramente estruturado pela AJ. O conteúdo soma 360 horas; destas, 72 estão no formato de educação a distância.

Aperfeiçoamento para fins de Promoção por Merecimento

Os cursos de aperfeiçoamento para fins de promoção por merecimento promovidos pela AJ obedecem à Resolução n. 1/2011 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e enfatizam uma temática a cada turma. As 40 horas são ministradas predominantemente em modalidade a distância e apenas o último encontro é presencial.

Administração Judiciária

Aconteceu de 5 de maio a 6 de junho de 2014, o Curso de Aperfeiçoamento para fins de Promoção por Merecimento voltado à Administração Judiciária. O juiz Rosivaldo Toscano dos Santos Júnior, titular da 2° vara criminal do distrito da Zona Norte de Natal (RN), atuou como docente.

O objetivo desse aperfeiçoamento foi apresentar conceitos, princípios e práticas administrativas úteis ao magistrado para aprimorar e desenvolver as competências gerenciais necessárias para as suas atividades de trabalho, e enfatizar os aspectos humanos e o desenvolvimento das equipes. O juiz Paulo Roberto Froes Toniazzo acompanhou o curso na qualidade de coordenador pedagógico-científico.

Teoria da Argumentação Jurídica

No dia 14 de março deste ano se encerrou o Curso de Aperfeiçoamento para fins de Promoção por Merecimento com ênfase em Teoria da Argumentação Jurídica, iniciado em 14 novembro de 2013. A capacitação teve como objetivo permitir a identificação e a compreensão crítica do fenômeno interpretativo e argumentativo no Direito a partir do âmbito constitucional e seu substrato político.

Curso de Libras

O Curso de Libras (Nível Básico), que teve início em 15 de setembro com um encontro presencial, resultou de uma parceria entre a Academia Judicial e a Fundação Catarinense de Educação Especial. O Curso, com aulas presenciais e a distância, teve seu ambiente virtual adaptado aos sistemas operacionais IOS e Android, de modo a possibilitar o acesso também por meio de dispositivos móveis. O último encontro, também presencial, ocorreu no dia 10 de dezembro de 2014.

Servidores que atuam na justiça de primeiro e de segundo grau, preferencialmente aqueles que prestam serviço de atendimento ao público, foram capacitados para estabelecer, por meio da Língua Brasileira de Sinais, um primeiro contato com surdos. Essa foi uma das ações promovidas pelo TJSC para dar cumprimento ao disposto na Recomendação n. 27 do CNJ, de 16 de dezembro de 2009, a qual estipula a adoção de medidas voltadas a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com surdez aos serviços jurisdicionais.

4. CURSOS A DISTÂNCIA

Administração Judiciária

A Academia Judicial disponibilizou, a servidores do TJSC, 750 vagas para o curso de Administração Judiciária a distância, com um total de 40 horas. O curso, que aconteceu no período de 24 de fevereiro a 23 de março de 2014, teve por finalidade apresentar conceitos e técnicas de gestão de pessoas, de planejamento estratégico e de gestão de processos a serem aplicados na melhoria da gestão das unidades judiciárias, de modo a contribuir para o alcance dos objetivos institucionais.

Desenvolvimento de Competências Gerenciais

De 31 de março a 4 de maio de 2014, a Academia Judicial realizou o Curso de Desenvolvimento de Competências Gerenciais em modalidade a distância. O curso teve como objetivo apresentar conceitos, princípios e práticas administrativas que possam servir de subsídio para aprimorar e desenvolver as competências gerenciais necessárias para as atividades de trabalho, com ênfase nos aspectos humanos e no desenvolvimento de equipes. Servidores lotados no Tribunal de Justiça ou nas comarcas do Estado compuseram o público-alvo. Foram oferecidas 600 vagas.

Direito Previdenciário - Regime Geral

De 31 de março a 4 de maio de 2014 aconteceu o Curso de Direito Previdenciário - Regime Geral, no ambiente *Moodle* da AJ, com o objetivo de proporcionar o estudo e o debate de temas atuais relacionados ao Regime Geral de Previdência Social e, assim, aprimorar e atualizar os magistrados que exercem ou que venham a exercer jurisdição na área do Direito Previdenciário. As 50 horas-aula foram divididas em 40 horas assíncronas e 10 horas síncronas (transmissão de *web* aulas ao vivo).

3º Encontro Técnico/Educativo de Servidores para o Programa DNA em Audiência em Santa Catarina - Prodnasc

O Encontro do Programa DNA em Audiência em Santa Catarina visa promover a capacitação e/ou a atualização de profissionais que atuam diretamente com os procedimentos de coleta de material genético em audiências em razão das alterações no sistema utilizado, em razão da posse de novos servidores no Poder Judiciário de Santa Catarina e, das constantes mudanças de servidores nas Secretarias Municipais de Saúde.

Nesse contexto, a Academia Judicial realizou o 3º Prodnasc no dia 3 de abril. Foram duas horas de transmissão por meio do ambiente virtual *Moodle*, com possibilidade de 550 conexões simultâneas.

Cálculo Previdenciário

O Curso de Cálculo Previdenciário ocorreu pela primeira vez totalmente a distância. As aulas (50 horas no formato assíncrono, via ambiente *Moodle*, e 10 horas no formato síncrono, por meio de transmissão de web aulas) tiveram início em 19 de maio e conclusão em 23 de junho de 2014. Foram disponibilizadas 150 vagas.

Curso de Montagem e Manutenção de Microcomputadores e Redes Locais

O Curso de Montagem e Manutenção de Microcomputadores e Redes Locais, oferecido pela AJ em parceria com o Senai/Florianópolis, aconteceu de 23 de maio a 25 de julho de 2014. A aula inaugural foi

teletransmitida do estúdio de EaD da AJ e contou com a presença de representantes das duas instituições. As 148 horas ministradas pelo Senai foram divididas em 68 horas de aulas a distância e 80 horas de conteúdo em encontros presenciais. A Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi responsável por mais 38 horas de conteúdo presencial.

Curso de Cálculo Processual e Custas

Em dezembro, o curso chegou à turma 3 e foi realizado do dia 1º ao dia 5.

-

5. EVENTOS

2º Encontro de Assessores de Gabinete e Assessores Jurídicos da Justiça de Primeiro Grau

A Academia Judicial promoveu, nos dias 8 e 9 de maio de 2014, o 2º Encontro de Assessores de Gabinete e Assessores Jurídicos da Justiça de 1º Grau. O evento aconteceu no Hotel Slaviero - Trindade, na Capital. Além de promover a troca de experiências, o encontro pretendeu aperfeiçoar os modelos de trabalho nos gabinetes. Foram oferecidas 120 vagas a assessores que não participaram do 1º Encontro.

Encontro de Secretários de Assuntos Específicos e Assistentes de Atividades Específicas

A Academia Judicial recebeu 17 (dezessete) servidores para o Encontro de Secretários de Assuntos Específicos e Assistentes de Atividades Específicas, nos dias 8 e 9 de maio de 2014. Entre os objetivos do Encontro, destaca-se o incentivo à habilidade de manter relacionamentos pessoais e profissionais de forma permanente, a cooperação e motivação para gerar mais resultados e melhorar o ambiente de trabalho e a potencialização de habilidades e competências para a administração eficaz das diferenças e dos conflitos.

Palestra Cidade, Cidadania e Meio Ambiente Semana do Meio Ambiente

Como parte das atividades da V Semana do Meio Ambiente no Poder Judiciário de Santa Catarina, a servidora Drª Elizete Lanzoni palestrou na tarde de 10 de junho de 2014 sobre cidade, cidadania e meio ambiente. A exposição foi transmitida via web a todas as comarcas.

A Semana do Meio Ambiente do Poder Judiciário de Santa Catarina consolida a participação da instituição no calendário ambiental do estado e do país. No Brasil, a Semana do Meio Ambiente acontece entre o final do mês de maio e o início do mês de junho, para fomentar o debate e inserir os eventos de temática ambiental em agenda nacional. Em Santa Catarina, o governo instituiu a Semana Catarinense do Meio Ambiente por meio da Lei n. 15921/2012.

Seminário Estadual do Projeto Direito de Ser Idoso

Nos dias 22 e 23 de setembro de 2014, no auditório do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o II Seminário Estadual do Projeto Direito de Ser Idoso (uma parceria da AJ com o Núcleo V da Corregedoria-Geral da Justiça) reuniu integrantes de instituições e profissionais que prestam atendimento ao idoso.

11º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

Nos dias 6 e 7 de novembro de 2014 o 11º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, também na comarca de Blumenau, O primeiro é uma realização do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e da Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja) e da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (Ceij), com o apoio da Academia Judicial, Vara da Infância e Juventude da comarca de Blumenau e Grupos de Estudos e Apoio à Adoção de Blumenau. O encontro discutiu temas ligados à adoção e às crianças abrigadas em instituições de acolhimento em Santa Catarina.

Seminário Sistema de Justiça e o Combate ao Trabalho Infantil

Integrantes de diversas instituições reuniram-se no auditório do TJSC (Pleno), nos dias 6 e 7 de novembro de 2014, para o Seminário Sistema de Justiça e o Combate ao Trabalho Infantil. O evento foi uma iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público do Trabalho, executada em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Seminário Regional Sul da ABMP e Fórum Estadual

De 3 a 5 de dezembro de 2014, a Associação dos Magistrados Catarinenses recebeu o Seminário Regional Sul da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (ABMP) e do Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Técnicos do Poder Judiciário e Ministério Público. A realização do evento teve o apoio da Academia Judicial.

13º Encontro Estadual de Técnicos de Suporte em Informática

O 13º Encontro Estadual de Técnicos de Suporte em Informática reuniu, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2014, no Hotel Castelmar, na Capital, mais de cem participantes, sob orientação de instrutores internos, com o intuito de discutir as tendências de TI no Tribunal de Justiça de Santa Catarina e conhecer inovações na referida área.

5. PRINCIPAIS NOTÍCIAS

Membros do Judiciário do Piauí visitam AJ

A Academia Judicial recebeu, no dia 21 de fevereiro de 2014, a visita do desembargador Edvaldo Pereira de Moura, presidente do Tribunal Regional Eleitoral e diretor da Escola da Magistratura do Estado do Piauí (Esmepi), do juiz auxiliar da Presidência do TRE-PI, Thiago Brandão de Almeida, e do secretário da Esmepi e subsecretário de administração do Tribunal do mesmo Estado, José Fortes Portugal Júnior. O objetivo da visita foi conhecer o Programa de Residência Judicial da AJ e da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc).

Tutores de curso a distância recebem orientações na AJ

Durante todo o dia 21 de fevereiro tutores do Curso de Administração Judiciária receberam orientações de atuação. O curso aconteceu de 24 de fevereiro a 23 de março de 2014. A reunião, realizada na sede da Academia Judicial, contou com a presença de 25 tutores de diversas comarcas e foi conduzida pelo chefe da Divisão de Educação da AJ, Robson Carlo de Oliveira. Integrantes da Seção de Educação a Distância prestaram orientações complementares e disponibilizaram, no decorrer da reunião, materiais de apoio pertinentes às atividades. O objetivo do encontro foi desenvolver e padronizar as rotinas de tutoria por meio da apresentação de vídeos, slides e outros meios expositivos. Os tutores, preliminarmente, foram instruídos pela referida seção por meio eletrônico.

AJ recebe visita de comitiva chinesa

A Academia Judicial recebeu, na tarde de 28 de março de 2014, a visita de comitiva da Zhongnan University of Economics and Law (ZUEL), da China. O reitor WU Handong, os diretores de centros de estudos ZHAO Jiayi e HU Kaizhong, e o diretor do escritório de assuntos internacionais, XU Wenjian, compuseram o grupo, que antes foi recepcionado no Tribunal de Justiça.

O coordenador do Programa de Pós-graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC, professor Luiz Otávio Pimentel, o diretor de pesquisa e aprimoramento institucional da AJ, juiz Marcelo Carlin, e o secretário-executivo da AJ, Adalto Barros dos Santos, acompanharam os professores, que manifestaram interesse em estabelecer intercâmbio com o Judiciário de Santa Catarina. A ZUEL, que já mantém intercâmbios na área judicial, estendeu convite de cooperação aos magistrados catarinenses.

Programa de Melhoria do Clima Organizacional contou com participação da AJ

No dia 23 de abril de 2014, servidores e colaboradores da Academia Judicial participaram do Programa de Melhoria do Clima Organizacional, que pretende verificar o grau de satisfação dos servidores em relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias. Os integrantes da AJ foram reunidos em três turmas para preenchimento dos questionários, sob orientação da equipe da Seção Psicossocial Organizacional que compõe a Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoal da Diretoria de Recursos Humanos.

Professores da FGV - Rio apresentaram ferramenta tecnológica para melhorar a prestação jurisdicional

O diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, Joaquim Falcão, e o professor da mesma instituição Ivar Alberto Martins Hartmann, a convite da Academia Judicial, apresentaram à diretoria desta e ao Conselho de Gestão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na próxima terça-feira (13 de maio), um novo instrumento tecnológico. A ferramenta desenvolvida pelos professores possibilita aos tribunais acompanhar o andamento dos processos judiciais e fazer um diagnóstico da sua realidade, por meio da detecção de demandantes mais frequentes, de matérias predominantes nos ajuizamentos de ações e de fases em que ocorre o congestionamento processual, entre outros.

O uso da referida tecnologia de dados, aliada a uma metodologia específica, possibilita ao tribunal tomar decisões ou criar estratégias, tornando-o mais efetivo e célere. Torna-se possível, por exemplo, acionar os demandantes mais frequentes para a realização de acordos, para o consequente aceleramento do trâmite processual e para a diminuição das interposições recursais. Por fim, seria possível reduzir as demandas ao Judiciário e promover melhorias na prestação dos serviços jurisdicionais à sociedade. Atualmente, esta metodologia tecnológica é utilizada pelo Supremo Tribunal Federal.

Resoluções da AJ disciplinam Núcleos de Estudos e Pesquisas e publicação de obras científicas

Foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 28 de maio (n. 1880) a Resolução n.1/2014 da Academia Judicial, que disciplina os projetos de pesquisa e os Núcleos de Estudos e Pesquisas (NEPs). Os NEPs têm o objetivo de reunir pesquisadores para produzir conhecimento científico por intermédio de projetos de pesquisa a serem desenvolvidos em áreas vinculadas a programa institucional e nas seguintes áreas de concentração: Prestação Jurisdicional, Gestão e Organização Judiciária, Justiça, Estado, Sociedade, Mídia e Cidadania.

Dentre as orientações trazidas pela Resolução n. 1/2014-AJ, consta que docentes, discentes e pesquisadores externos (de instituições de ensino ou de empresas conveniadas ou contratadas e profissionais portadores de diploma de curso superior, desde que não subsista no quadro do Poder Judiciário servidor ou magistrado com qualificação análoga, salvo justificativa aprovada pelo Diretor da Academia Judicial) poderão participar, atendido o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) entre magistrados e servidores do quadro de pessoal do Poder Judiciário.

No mesmo veículo foi divulgada a Resolução n. 2/2014-AJ, que dispõe sobre as diretrizes para proposição, aprovação e publicação de obras científicas pela Academia Judicial, no âmbito do Poder Judiciário catarinense. As duas resoluções estão disponíveis, também, na página eletrônica da instituição de ensino, no campo reservado à legislação.

3ª Mostra de Boas Práticas do Poder Judiciário de Santa Catarina

A Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com o apoio da Assessoria de Planejamento e com divulgação da Academia Judicial, realizou a 3ª Mostra de Boas Práticas do PJSC, com o objetivo de eleger e

disseminar bons exemplos na instituição. As práticas selecionadas foram expostas no evento de 3 de outubro de 2014, que integrou as atividades comemorativas dos 123 anos de instalação do Tribunal de Justiça. A palestra de encerramento foi proferida pelo filósofo Mário Sérgio Cortella.

Presidente da CPA entrega resultados de avaliação a diretor-executivo da AJ

Na tarde desta segunda-feira (4/8), no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o presidente da Comissão Permanente de Avaliação, desembargador Jaime Ramos, entregou ao diretor-executivo da Academia Judicial, desembargador Pedro Manoel Abreu, os resultados da primeira parte da avaliação da instituição de ensino, realizada no ano passado e que teve como referência o ano de 2012.

O documento aponta possíveis fragilidades da AJ em diferentes dimensões e as respectivas recomendações da CPA para cada ponto indicado. A avaliação faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional e terá seguimento (em breve) com um novo ciclo, referente ao ano de 2013.

Aprovados na penúltima etapa do Concurso para a Magistratura são recebidos na AJ

A Academia Judicial recebeu, no dia 1º de setembro de 2014, os 14 candidatos aprovados na penúltima etapa do Concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina. A turma frequenta até janeiro de 2015 o Curso de Formação Inicial para Ingresso na Carreira da Magistratura, organizado pela instituição de ensino, que consiste na última etapa do processo seletivo. A aula inaugural foi ministrada em 5 de setembro pelo professor Gabriel Ferrer, da Universidade de Alicante (Espanha). Após a etapa teórica (aulas), os concursandos iniciaram as atividades práticas (audiências e confecção de sentenças).

Chefes de seção da AJ recebem resultados de Programa aplicado pela DRH

Uma reunião na tarde de 18 de novembro de 2014, na Academia Judicial, discutiu os resultados da Aplicação do Programa de Melhoria do Clima Organizacional, efetuada pela Diretoria de Recursos Humanos por solicitação da própria instituição de ensino.

O programa contou com a participação dos servidores e colaboradores da AJ, que opinaram a respeito de diversos aspectos. Instituição, equipes de trabalho e chefias foram objeto de avaliação. Além de apresentar os resultados da aplicação do programa, a DRH registrou sugestões de melhoria nos itens com maior índice de insatisfação. Nesta reunião, chefes de seção expuseram as impressões da equipe sobre o relatório. Para 2015 serão traçadas ações resultantes do plano.

NEPs

Foi publicado no dia 19 de novembro de 2014, no Diário da Justiça eletrônico, o Edital n. 3/2014-AJ, que dá publicidade às inscrições de proposições de projetos de pesquisa e de criação de núcleos de estudo e pesquisa, conforme especificado na Resolução n. 1/2014-AJ. A chamada contempla proposições em áreas vinculadas a programa institucional ou nas seguintes áreas temáticas: Prestação Jurisdicional; Gestão e Organização Judiciária; e Justiça, Estado, Sociedade, Mídia e Cidadania.

Projeto de Mapeamento de Competências do TJSC

Nos dias 3 e 4 de novembro de 2014, uma reunião pôs em pauta o Projeto de Mapeamento de Competências do TJSC.

Capacitação para uso do SEER - Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas

No dia 5 de novembro, a Capacitação para uso do SEER - Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas, cujo objetivo é qualificar os colaboradores para criar e gerenciar as revistas científicas da Academia Judicial na plataforma SEER, teve continuidade. As 76 horas desta capacitação, que se iniciou em junho de 2014, foram distribuídas ao longo de sete meses.

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

1. DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA DAS EXECUÇÕES FISCAIS

A Divisão de Tramitação Remota de Execuções Fiscais (DTR) foi instituída pela Resolução Conjunta GP/CGJ n. 2, de 27 de junho de 2014. Contudo, até essa data, desenvolvia suas atividades com a denominação de Cartório Remoto de Execuções Fiscais. Assim, os dados estatísticos apresentados referem-se aos trabalhos desenvolvidos durante todo o ano de 2014, incialmente pelo Cartório Remoto de Execuções Fiscais e, após a reestruturação administrativa, pela Divisão de Tramitação Remota das Execuções Fiscais.

Com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos, padronizar a tramitação, torná-la mais célere, aumentar a produtividade e reduzir a quantidade de insumos necessários à prestação jurisdicional, foram criadas na Divisão de Tramitação Remota das Execuções Fiscais três seções: a) seção de cumprimento de atos resistência/defesa; b) seção de cumprimento de atos postulatórios; e c) seção de cumprimento de atos de garantia.

Em 10 de novembro do corrente ano tramitavam 272.530 (duzentos e setenta e dois mil quinhentos e trinta) processos, conforme relatório abaixo, referentes às vinte e seis Comarcas vinculadas a essa Divisão.

RELATÓRIO DE PROCESSOS EM ANDAMENTO*		EM ANDAMENTO	
	COMARCAS	EXECUÇÃO MUNICIPAL	EXECUÇÃO ESTADUAL
1	ARARANGUÁ	10.830	522
2	BALNEÁRIO CAMBORIU	6.666	1.786
3	BALNEÁRIO PIÇARRAS	4.481	377
4	BIGUAÇU	14.406	352
5	BLUMENAU	27.711	7.888
6	BRAÇO DO NORTE	960	246
7	BRUSQUE	14	896
8	CAMBORIÚ	16.154	619
9	CRICIÚMA	4.738	2.335
10	GASPAR	0	803
11	GUARAMIRIM	2.825	489
12	IMBITUBA	10.835	228
13	INDAIAL	2	789
14	ITAJAÍ	19.292	2.364
15	ITAPEMA	7.044	557
16	ITAPOÁ	13.011	29
17	JARAGUÁ DO SUL	12.540	1.360

18	JOINVILLE	25.788	6.873
19	NAVEGANTES	6.674	430
20	PALHOÇA	27.063	857
21	PORTO BELO	8.332	235
22	RIO NEGRINHO	802	491
23	SÃO FRANCISCO DO SUL	11.383	34
24	TIJUCAS	3.065	398
25	TIMBÓ	5.068	568
26	URUSSANGA	990	328
	TOTAL	240.676	31.854
TOTAL GERAL		**272.530**	

Fonte: SAJ Estatística

* Dados atualizados até 10 de novembro de 2014.

Em complemento, destacam-se algumas atividades desenvolvidas pela Divisão de Tramitação Remota das Execuções Fiscais no ano de 2014:

- 57.849 ofícios de citação inicial emitidos;

- 1.562 mandados diversos emitidos;

- 58.643 despachos de citação inicial proferidos pelo magistrado;

- 98.422 certidões diversas emitidas;

- 48.850 juntadas de petições;

- 60.980 atos ordinatórios emitidos;

- 6.570 processos encaminhados ao arquivo.

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2014*							
Ofícios Expedidos	**Expedição de mandados**	**Despachos de Citação**	**Certidões Diversas**	**Juntada de Petições**	**Atos Ordinatórios**	**Arquivamento Definitivo**	**Movimentações no sistema SAJ**
57.849	1.562	58.643	98.422	48.850	60.980	6.570	332.870

Fonte: SAJ Estatística
* Dados atualizados até 10 de novembro de 2014.

Observa-se que, no total, foram realizadas 332.870 (trezentos e trinta e duas mil, oitocentos e setenta) movimentações processuais no período compreendido entre o dia 1º de janeiro e 10 de novembro do corrente ano.

2. DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA DAS EXECUÇÕES PENAIS

No exercício de 2014, importante e significativa alteração foi implementada pela Resolução Conjunta GP/CGJ n. 02/2014, que criou a Divisão de Tramitação Remota das Execuções Penais. Este ato normativo reestruturou a tramitação remota dos processos eletrônicos de unidades judiciárias de primeiro grau, anteriormente executada pelo Cartório Remoto de Execuções Penais.

Com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos, padronizar a tramitação, torná-la mais célere, aumentar a produtividade e reduzir a quantidade de insumos necessários à prestação jurisdicional, foram criadas na Divisão de Tramitação Remota das Execuções Penais três seções: a) seção de petição inicial; b) seção de controle de prazo e cumprimento de decisões; e c) seção de correição permanente.

Os dados estatísticos apresentados referem-se aos trabalhos desenvolvidos durante todo o ano de 2014, incialmente executados pelo Cartório Remoto de Execuções Penais e, após a reestruturação administrativa, pela Divisão de Tramitação Remota de Execuções Penais.

No que tange às estatísticas, tem-se o seguinte panorama:

SITUAÇÃO ATUALIZADA DOS PROCESSOS*						
COMARCA	MÊS	NÚMERO PROCESSOS NO FLUXO	PROCESSOS SUSPENSOS	PETIÇÕES/ DOCUMENTOS/ OFÍCIOS JUNTADOS	EM ANDAMENTO	PROCESSOS RÉUS PRESOS
Criciúma	Novembro/14	7.614	244	20.430	2.464	1.460
Capital	Novembro/14	7.197	617	14.570	3.986	1.356
TOTAL		**14.811**	**861**	**35.000**	**6.450**	**2.816**

**Dados atualizados até 10 de dezembro de 2014*

3. DIVISÃO DE TRAMITAÇÃO REMOTA DE DIREITO BANCÁRIO

A Divisão de Tramitação Remota de Direito Bancário foi criada pela Resolução Conjunta GP/CGJ n. 3, de 1º de julho de 2014. Os dados estatísticos apresentados referem-se aos trabalhos desenvolvidos pelos cartórios das Varas de Direito Bancário do Foro Bancário da comarca da Capital, da Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Itajaí e da Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Balneário Camboriú até 31 de agosto de 2014, e, após essa data, por essa Divisão de Tramitação Remota, que passou a executar o serviço de cartório dessas unidades judiciais em relação aos processos que tramitam em meio eletrônico.

Com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos, padronizar a tramitação, torná-la mais célere, aumentar a produtividade e reduzir a quantidade de insumos necessários à prestação jurisdicional, foram criadas na Divisão de Tramitação Remota de Direito Bancário cinco seções: a) seção de digitalização; b) seção de fase postulatória; c) seção de fase de resposta e instrução; d) seção de fase pós julgamento; e e) seção de operação de sistemas paralelos.

Em 3 de dezembro do corrente ano, haviam 24.298 (vinte e quatro mil duzentos e noventa e oito) processos digitais - com a "situação em andamento" (*os cartórios ainda têm 7.697 processos físicos*), referentes às três Varas Bancárias da Capital, Vara Regional de Itajaí e Vara Regional de Balneário Camboriú.

Destacam-se algumas atividades desenvolvidas pela Divisão de Tramitação Remota de Direito Bancário:

- 20.369 ofícios expedidos;

- 10.252 mandados emitidos;

- 18.909 certidões emitidas;

- 89.574 atos ordinatórios;

- 97.912 juntadas de petições/documentos;

- 20.670 despachos;

- 12.976 decisões interlocutórias;

- 9.874 sentenças;

- 452.000 movimentações gerais lançadas no SAJ (movimentações acima e outras movimentações não especificadas).

QUADRO ESTATÍSTICO DE EXPEDIENTES/MOVIMENTAÇÕES						
	1ª Bancária	2ª Bancária	3ª Bancária	R. Itajaí	R. Bal. Camboriú	TOTAL
Ofícios	5.025	4.834	5.391	2.503	2.616	20.369
Mandados	2.043	2.257	2.232	1.644	2.076	10.252
Certidões	4.324	3.570	4.254	5.889	872	18.909
Atos ordinatórios	28.975	28.354	26.120	3.538	2.587	89.574
Juntadas de petição/documentos	17.553	19.180	18.367	32.732*	10.089	97.921
Despachos	4.031	4.667	5.773	4.258	1.941	20.670
Decisões interlocutórias	3.321	2.356	2.473	2.540	2.286	12.976
Sentenças	2.613	2.490	2.614	1.276	881	9.874
Total geral de movimentações no SAJ (inclui as acima)	90.715	98.313	102.640	104.701	55.631	452.000

Fonte: Saj Estatística – período: janeiro a novembro/2014

*número elevado em razão da digitalização dos processos que gera "juntadas" na movimentação processual.

Observa-se que foram realizadas 452.000 (quatrocentas e cinquenta e duas mil) movimentações processuais no Sistema de Automação do Judiciário – SAJ no período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2014.

No quadro abaixo, segue detalhamento dos processos distribuídos, em andamento e arquivados nesta Divisão.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2014*			
		DISTRIBUÍDOS	
	COMARCAS	DIGITAIS*	FÍSICOS**
1	1ª VARA BANCÁRIA CAPITAL	1.403	39
2	2ª VARA BANCÁRIA CAPITAL	1.351	46
3	3ª VARA BANCÁRIA CAPITAL	1.408	25
4	VARA REGIONAL DE ITAJAÍ	3.152	16
5	VARA REGIONAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ	2.660	10
	TOTAL	**9.974**	**136**

* Exclusivos da DTR Bancária
**processos físicos de competência exclusiva dos cartórios judiciais a partir de agosto de 2014.

*Fonte: Saj Estatística – ***período: janeiro a novembro/2014***

		EM ANDAMENTO	
	COMARCAS	DIGITAIS*	FÍSICOS**
1	1ª VARA BANCÁRIA CAPITAL	4.932	1.755
2	2ª VARA BANCÁRIA CAPITAL	4.515	1.256
3	3ª VARA BANCÁRIA CAPITAL	4.471	1.011
4	VARA REGIONAL DE ITAJAÍ	6.270	811
5	VARA REGIONAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ	4.110	2.864
	TOTAL	24.298	7.697

* Exclusivos da DTR Bancária
**processos físicos de competência exclusiva dos cartórios judiciais a partir de agosto de 2014.

*Fonte: Saj Estatística – ***período: janeiro a novembro/2014***

		ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE	
	COMARCAS	DIGITAIS*	FÍSICOS**
1	1ª VARA BANCÁRIA CAPITAL	3.709	1.756
2	2ª VARA BANCÁRIA CAPITAL	3.271	1.205
3	3ª VARA BANCÁRIA CAPITAL	3.459	1.259
4	VARA REGIONAL DE ITAJAÍ	494	721
5	VARA REGIONAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ	395	116

TOTAL	**11.328**	**5.057**

* Exclusivos da DTR Bancária
**processos físicos de competência exclusiva dos cartórios judiciais a partir de agosto de 2014.

*Fonte: Saj Estatística – *período: janeiro a novembro/2014*

4. NÚCLEO DE REPERCUSSÃO GERAL E RECURSOS REPETITIVOS

Este foi o primeiro ano completo de trabalho do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER), instalado no Tribunal de Justiça de Santa Catarina em abril de 2013, em cumprimento à Resolução n. 160-CNJ. O NURER é o órgão especializado na gestão dos recursos sujeitos aos temas de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos instituídos pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, nos termos dos arts. 543-B e 543-C do CPC.

FLUXO DOS TEMAS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES			
	TEMAS NOVOS	**TEMAS JULGADOS**	**TOTAL DE TEMAS**
STJ	185	76	909
STF	84	54	788

Fontes: STJ – www.stj.jus.br; STF – www.stf.jus.br

* Dados atualizados até 30 de novembro de 2014

Atividades do Núcleo

a) Assessoria de análise de temas de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos nos Recursos Especiais e Recursos Extraordinários, anterior ao Juízo de Admissibilidade.

	RECURSOS ANALISADOS
2ª Vice-Presidência	4.618
3ª Vice-Presidência	9.160
TOTAL	**13.778**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – Segundo Grau - SAJ-SG

* Dados atualizados até 30 de novembro de 2014.

b) Gestão dos recursos sobrestados por despacho das 2ª e 3ª Vice-Presidências e Relatores.

	SOBRESTAMENTOS NOVOS	**SOBRESTAMENTOS CESSADOS**

Recursos Repetitivos/STJ	5.379	7.126
Repercussão Geral/STF	3.377	164
TOTAL	**8.756**	**7.290**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – Segundo Grau - SAJ-SG

* Dados atualizados até 30 de novembro de 2014.

ACERVO DE RECURSOS SOBRESTADOS POR ÓRGÃO JULGADOR

Órgão julgador	STJ	STF	TOTAL
2ª Vice-Presidência	327	1.202	1.529
3ª Vice -Presidência	8.975	1.380	10.355
Órgão Especial	-	2	2
Câmara Civil Especial	7	-	7
Câmara Especial Regional de Chapecó	102	1.771	1.873
Grupo de Câmaras de Direito Público	1	-	1
Primeira Câmara de Direito Civil	3	1	4
Primeira Câmara de Direito Comercial	41	2.564	2.605
Primeira Câmara de Direito Público	10	2	12
Segunda Câmara Criminal	-	-	-
Segunda Câmara de Direito Civil	4	-	4
Segunda Câmara de Direito Comercial	38	3.525	3.563
Segunda Câmara de Direito Público	-	-	-
Terceira Câmara de Direito Civil	15	-	15
Terceira Câmara de Direito Comercial	2	3.404	3.406
Terceira Câmara de Direito Público	-	1	1
Quarta Câmara de Direito Civil	1	-	1
Quarta Câmara de Direito Comercial	-	2.903	2.903
Quarta Câmara de Direito Público	13	1	14
Quinta Câmara de Direito Comercial	8	2.218	2.226
TOTAL	**9.547**	**18.974**	**28.521**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – Segundo Grau - SAJ-SG

* Dados atualizados até 30 de novembro de 2014.

5. SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

No ano de 2014*, foram distribuídos, no Conselho da Magistratura, 132 processos e julgados 156.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2014*

Desembargadores	Processos em tramitação	Julgados	Acórdãos assinados

Nelson Schaefer Martins	0	0	0
Luiz Cézar Medeiros	10	42	42
Torres Marques	0	9	9
Ricardo Fontes	6	12	12
Lédio Rosa de Andrade	0	8	8
Jorge Luiz de Borba	1	12	12
Rejane Andersen	6	4	4
Cláudio Valdyr Helfenstein	2	11	11
Sônia Maria Schmitz	2	9	9
Raulino Jacó Brüning	0	33	33
Jairo Fernandes Gonçalves	3	8	8
Denise Volpato	5	8	8
TOTAL	**35**	**156**	**156**

Fonte: SAJ – Conselho da Magistratura e Atas das Sessões

* Dados atualizados até 9 de dezembro de 2014.

6. SECRETARIA DO CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

No ano de 2014*, foram distribuídos, no Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, 27 processos e julgados 17.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2014*

MEMBRO	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	PROCESSOS JULGADOS
Des. Nelson Schaefer Martins	-	-	-
Des. Torres Marques	3	-	8
Des. Luiz Cézar Medeiros	-	-	-
Des. Sônia Maria Schmitz	2	1	1
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	3	3	-
Des. Ricardo Fontes	-	-	-
Des. Pedro Manoel Abreu	1	-	1
Des. Fernando Carioni	1	1	-
Des. Cesar Abreu	1	1	-
Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	-	-	-
Des. Jaime Ramos	1	-	1
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	1	1	-
Des. Jorge Schaefer Martins	2	1	1
Des. João Henrique Blasi	7	2	5
Des. Joel Figueira Júnior	-	-	-
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	-	-	-
Des. Roberto Lucas Pacheco	-	-	-
Des. Ricardo Roesler	2	2	-
Juiz de Direito Luiz Antônio Zanini Fornerolli	2	2	-
Juiz de Direito Sérgio Luiz Junkes	1	1	-

TOTAL	**27**	**15**	**17**

Fonte: Secretaria do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais
* Dados atualizados até 4 de dezembro de 2014

7. SECRETARIA DE ELABORAÇÃO NORMATIVA

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2014*

NORMAS		PUBLICADAS	DIGITALIZADAS	INSERIDAS NA BASE DE DADOS
Atos Regimentais TJ		3	3	3
Resoluções TJ		28	28	28
Resoluções GP		37	36	37
Resoluções Conjuntas GP/CGJ		11	11	11
Resoluções CM		16	16	16
Resoluções CEJUR		1	1	1
Resoluções CGSJEPASC		2	2	2
TOTAL		**98**	**97**	**98**
Compilações de Normas	Realizadas			232
	Revisadas			14
	Incluídas no Sistema de Consulta a Atos Normativos			14

* Dados atualizados até 4 de dezembro de 2014

A Secretaria Técnica de Elaboração Normativa foi criada pela Resolução GP n. 57, de 17 de dezembro de 2013, e é composta, atualmente, de 4 servidores: Graziela Neis de Alexandre – Chefe da Secretaria Técnica de Elaboração Normativa; Elisa Leal de Moraes Coelho – técnico judiciário auxiliar; José Roberto Kfouri de Souza – técnico judiciário auxiliar; e Elisângela Felippe – técnico judiciário auxiliar.

Além das atividades acima descritas, foram realizadas na Secretaria Técnica de Elaboração Normativa a revisão ou a confecção de Projetos de Lei e a justificativa correspondente (este ano, até a presente data, em número de 7); a revisão de relacionamentos de normas no Sistema de Consulta a Atos Normativos; a atualização do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; e o gerenciamento da tabela de numeração de Atos Normativos deste Tribunal.

Para o melhor desempenho das atividades realizadas, a Chefia da Secretaria Técnica participou das Sessões do Tribunal Pleno desta Corte bem como das reuniões do Comitê de Análise de Competência das Unidades Judiciais, a fim de observar, de forma detalhada, todas as discussões envolvendo as normas submetidas à votação.

8. SECRETARIA DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DE ACERVOS EM GABINETES DE DESEMBARGADORES E EM ÓRGÃOS JULGADORES

O Programa de Enfrentamento de Acervos em Gabinetes de Desembargadores e em Órgãos Julgadores, instituído pela Resolução GP n. 02/2014, alterada pela Resolução GP n. 08/2014, foi instalado em 7 de abril de 2014.

Desde então, a equipe atuou na Câmara Civil Especial, no Órgão Especial, na 2ª Câmara de Direito Público, nas Câmaras Criminais e nas 1ª e 2ª Câmara de Direito Civil, conforme o quadro estatístico abaixo.

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2014*

Desembargador Relator	Órgão Julgador	Desembargador Cooperador	Processos transferidos	Incidentes distribuídos	Despachos	Julgados	Concluídos aguardando julgamento
Luiz Zanelato	Câmara Civil Especial	Ronei Danielli	92	07	85	27	00
Lédio Rosa de Andrade	Órgão Especial	---	12	00	00	08	04
Paulo Roberto Camargo Costa	Órgão Especial	---	15	00	00	12	03
Pedro Manoel Abreu	Órgão Especial	---	02	00	02	02	00
Paulo Roberto Sartorato	1ª Câmara Criminal	Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	03	00	05	00	00
Salete Silva Sommariva	2ª Câmara Criminal		01	00	00	01	00
Rui Francisco Barreiros Fortes	3ª Câmara Criminal		02	00	01	00	00
Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço	4ª Câmara Criminal		07	00	08	02	00
Cid Jose Goulart Junior	2ª Câmara de Direito Público	Rodolfo C. R. S. Tridapalli	321	21	196	170	172
Gerson Cherem II	1ª Câmara de Direito Civil	Artur Jenichen Filho	110	07	118	89	99
Sebastião César Evangelista			71				
Gilberto Gomes de Oliveira	2ª Câmara de Direito Civil	---	97	00	00	09	25
TOTAL			**733**	**35**	**415**	**320**	**303**

Fonte: Secretaria Estatística das Instâncias Recursais e Programa de Enfrentamento de Acervos em Gabinetes de Desembargadores e em Órgãos Julgadores
* Dados atualizados até 1º de dezembro de 2014

9. SECRETARIA ADMINISTRATIVA DAS TURMAS DE RECURSOS E DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO

9.1. Secretaria Administrativa das Turmas de Recursos

ATIVIDADES	NÚMERO
Envio de Agravos em Recurso Extraordinário, em meio digital, ao Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Sistema de Envio de Recursos (S.E.R.).	661
Inclusão de Acórdãos das Turmas de Recursos na consulta de jurisprudência	3.535

Fonte: Controle estatístico da Secretaria Administrativa das Turmas de Recursos
* Dados atualizados até 28 de novembro de 2014.

9.2. Secretaria da Turma de Uniformização

A Secretaria Administrativa das Turmas Recursais também funciona como Secretaria da Turma de Uniformização e apresenta a seguinte movimentação processual.

ATIVIDADES	NÚMERO
Processos Vindos	11
Processos Distribuídos	136
Processos Julgados por Acórdão	42
Processos Julgados por Decisão Monocrática	92
Processos em Andamento	14
Processos Encerrados	123
Enunciados Publicados	3
Sessões realizadas	3

Fonte: Controle estatístico da Secretaria Administrativa das Turmas de Recursos
* Dados atualizados até 28 de novembro de 2014.

SECRETARIA ESTATÍSTICA DAS INSTÂNCIAS RECURSAIS

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina no ano de 2014:

- Recebeu **113.772** processos, sendo **92.628** casos novos, entre ações originárias e recursos oriundos das Comarcas e **21.144** recursos internos.
- Registrou a interposição de **22.802** recursos de competência dos Tribunais Superiores (Recursos Especiais, Extraordinários e Ordinários).
- Julgou **114.024** processos de competência do Tribunal de Justiça, sendo **88.127** por acórdão e **25.897** por decisões monocráticas de relator em gabinete.
- Publicou **89.045** acórdãos assinados no Diário da Justiça Eletrônico.
- Remeteu a outros Tribunais e a Tribunais Superiores o total de **13.843** processos, sendo **12.736** deste volume referente ao envio de processos ao Superior Tribunal de Justiça. Houve, ainda, no mesmo período, a baixa à origem de **91.472** processos e arquivamento de **7.585.**
- Teve, dentre os despachos que foram proferidos pelos magistrados, cerca de **25.580** referentes à admissibilidade de Recursos Especiais e Extraordinários.
- Registrou **50.018** despachos como revisores, **137.582** despachos como relatores, e **136.383** votos em sessões, além de **19.510** decisões liminares, proferidos por Desembargadores(as) e Juízes(as) de Direito de Segundo Grau.
- Realizou **981** sessões.

Em 2015 a Corte Catarinense inicia seus trabalhos com **76.979** processos pendentes de julgamento. Do volume total desses processos, aproximadamente **4.516** são da competência da Segunda e Terceira Vice-Presidências (recursos aos Tribunais Superiores e incidentes processuais) e **72.463** dos demais órgãos julgadores (recursos oriundos da primeira instância, ações de competência originária do TJSC, bem como incidentes processuais).

Existem, ainda, cerca **de 28.483** recursos sobrestados que aqui aguardam decisão dos Tribunais Superiores.

1. Distribuição (Fonte: Sistema de Automação do Judiciário SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 1.)

No ano de 2014 foram distribuídos **113.772** processos, sendo **92.628** casos novos (ações de competência originária e recursos) e **21.144** incidentes processuais (recursos internos). Ocorreram, ainda, **25.115** redistribuições.

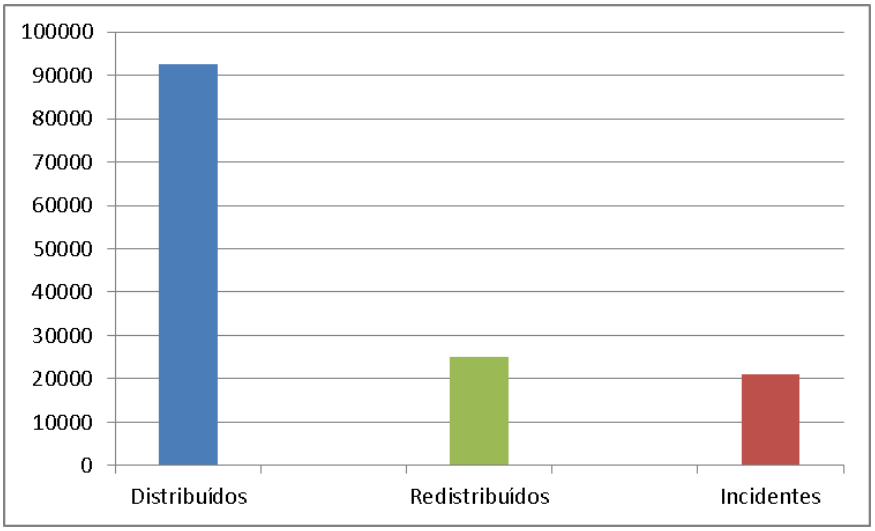


Gráfico 1.1 – Processos distribuídos, redistribuídos e incidentes.

De todos os processos entrados no período, **81,41%** são casos novos e **18,58 %** são recursos internos de decisões proferidas pelo próprio Tribunal.

2. Julgamento (Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 2.)

No ano de 2014 foram julgados **114.024** processos, sendo que 77,28% dos julgamentos ocorreram por decisão colegiada (**88.127** acórdãos) e 22,71% por decisão monocrática do relator em gabinete (**25.897**).

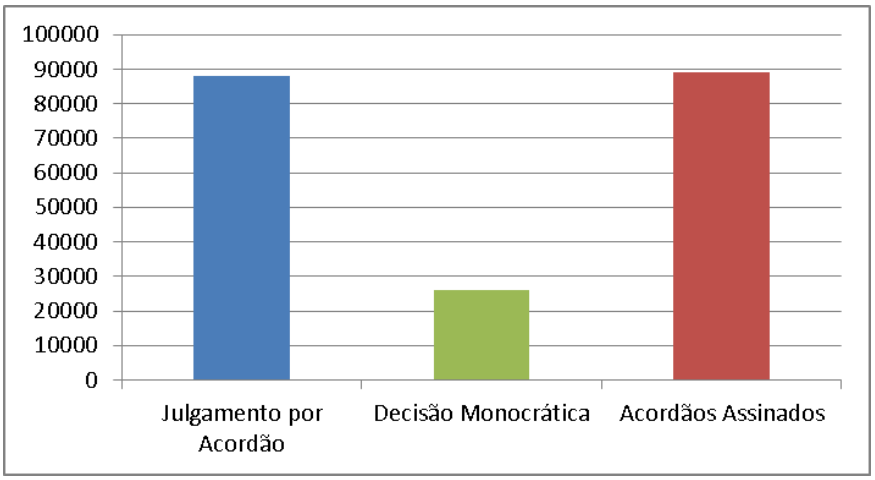


Gráfico 2.1 – Julgamentos por acórdão, por decisão monocrática e assinaturas de acórdãos

3. Produtividade no TJSC

A produtividade do Tribunal de Justiça em 2014 é apresentada na tabela abaixo.

Tabela 3.1 – Produtividade TJSC em 2014.

Distribuídos e incidentes (entrados)	113.772
Recebidos por Redistribuição	25.115
Julgamentos	114.024
Acórdãos Assinados	89.045
Despacho do Revisor	50.018
Despacho do Relator	137.582

Voto Relator/Revisor	136.383
Pedido de Vista	2.000
Recebidos por Transferência	64.542
Decisões Liminares	19.510

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 44.

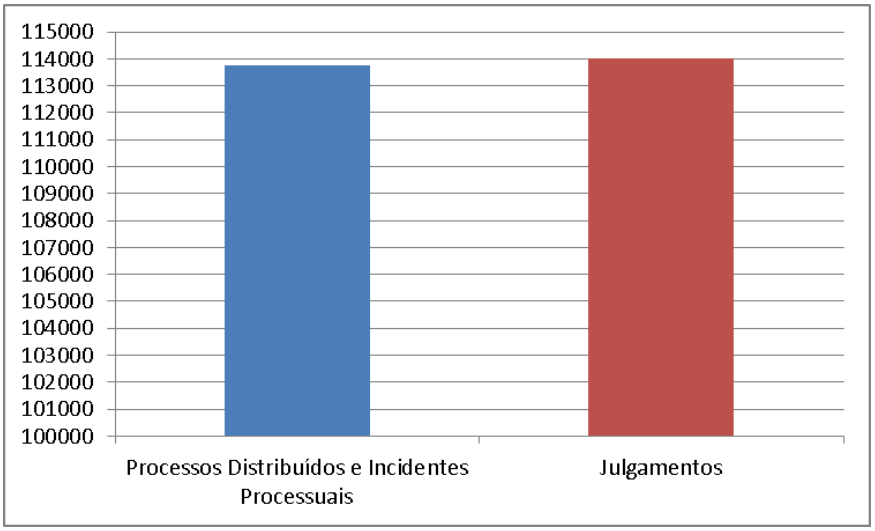


Gráfico 3.1. Processos distribuídos/incidentes processuais e julgamentos

Em 2014, o número de processos julgados superou o número de processos entrados, pois aquele considera todos os processos julgados em 2014, ainda que tenham sido distribuídos em anos anteriores, enquanto que o número de processos entrados considera apenas os processos distribuídos e os incidentes do ano de 2014.

3.1 Produtividade no TJSC por órgão julgador e por órgão julgador e magistrados

Nas tabelas a seguir colacionadas (todas as tabelas que constam neste tópico tiveram seus dados extraídos do Sistema de Automação do Judiciário SAJ/SG; Relatórios Estatísticos: Mapa 44), a nominata dos(as) Desembargadores(as) componentes de cada órgão julgador foi ordenada segundo a lista de antiguidade dos magistrados no Tribunal, constando, ainda, os nomes de todos os magistrados que em algum momento integraram os respectivos órgãos fracionários durante o exercício 2014 (inclusive os que mudaram de Câmara, os inativados e falecidos).

1. Tabela de produtividade por órgão julgador

ÓRGÃO JULGADOR	DISTRIBUIÇÃO E INCIDENTES	REDISTRIBUIÇÃO	JULGAMENTO POR ACÓRDÃO E DECISÃO MONOCRÁTICA	DESPACHO DO REVISOR	DESPACHO DO RELATOR	VOTO RELATOR /REVISOR	PEDIDO DE VISTA	RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA	DECISÃO LIMINAR
Tribunal Pleno	18	9	15	0	32	15	3	0	0
Presidência	100	0	0	0	0	0	0	3	0
Primeira Vice-Presidência	29	12	30	0	7	0	0	2	1
Segunda Vice-Presidência	541	16	195	0	21	1	0	3.051	1
Terceira Vice-Presidência	2.177	1	1.242	0	10	0	0	13.622	0
Órgão Especial	1.575	3.089	4.207	2	4.435	3.748	60	1.036	28
Câmara Especial Regional de Chapecó	6.209	304	4.810	2.081	5.273	5.407	83	3.480	557
Grupo de Câmaras de Direito Civil	247	38	219	94	375	239	18	126	19
Primeira Câmara de Direito Civil	2.813	1.249	4.281	2.247	4.426	5.387	276	2.078	17
Segunda Câmara de Direito Civil	2.619	1.182	3.643	2.005	4.159	5.308	109	1.500	14
Terceira Câmara de Direito Civil	2.612	1.214	3.860	2.062	4.987	5.637	28	1.139	15
Quarta Câmara de Direito Civil	2.660	1.172	3.335	1.969	4.575	4.899	139	3.418	18
Quinta Câmara de Direito Civil	2.965	1.266	4.750	2.493	4.918	6.518	105	394	21
Sexta Câmara de Direito Civil	2.666	1.360	3.848	2.220	4.510	5.588	162	1.930	12
Grupo de Câmaras de Direito Comercial	41	9	58	29	82	62	6	19	3
Primeira Câmara de Direito Comercial	5.786	1.663	6.073	475	3.887	2.882	29	1.704	5
Segunda Câmara de Direito Comercial	4.666	1.799	5.772	2.575	6.659	6.957	85	4.132	2

Terceira Câmara de Direito Comercial	4.456	1.654	5.818	3.534	7.011	9.209	52	480	3
Quarta Câmara de Direito Comercial	4.626	1.742	6.249	3.317	7.856	9.545	29	931	9
Quinta Câmara de Direito Comercial	4.723	1.663	6.821	3.947	7.780	10.555	47	2.051	7
Grupo de Câmaras de Direito Público	975	146	1.390	141	2.056	1.116	80	529	303
Primeira Câmara de Direito Público	6.148	1.099	6.132	3.691	6.370	8.483	200	3.789	13
Segunda Câmara de Direito Público	6.458	1.074	7.758	4.230	6.963	9.872	70	2.511	15
Terceira Câmara de Direito Público	6.341	1.061	6.079	2.401	4.840	6.138	80	5.962	15
Quarta Câmara de Direito Público	6.317	1.119	6.767	3.118	5.114	7.249	89	4.041	13
Câmara Cível Especial	2	0	1	0	3	0	0	0	0
Câmara Civil Especial	19.980	307	5.067	0	21.215	867	24	1.838	15.044
Seção Criminal	486	30	482	282	663	564	18	98	62
Primeira Câmara Criminal	3.713	110	3.727	1.532	4.478	4.921	31	401	727
Segunda Câmara Criminal	3.746	128	3.817	1.962	4.731	5.150	52	1.729	718
Terceira Câmara Criminal	3.669	139	3.179	1.319	4.049	4.039	20	1.017	684
Quarta Câmara Criminal	3.688	137	3.993	2.292	5.104	5.841	104	1.526	673
TOTAL GERAL	**113.772**	**25.115**	**114.024**	**50.018**	**137.582**	**136.383**	**2.000**	**64.542**	**19.510**

2. Tabelas de produtividade por órgão julgador e magistrado - na Presidência e Vice-Presidências

Presidência

PRESIDÊNCIA										
Magistrado	**Distribuídos Incidentes**	**Redistr**	**Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.**	**Acórdãos Assinados**	**Desp Revis**	**Desp. Relator**	**Voto Relat Revis**	**Pedido De Vista**	**Receb. Por Transf.**	**Liminares**
Des. Nelson Schaefer Martins	90	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Des. Torres Marques (Substituto)	10	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Total do órgão julgador	**100**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**0**

Primeira Vice-Presidência

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA										
Magistrado	**Distribuídos Incidentes**	**Redistr**	**Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.**	**Acórdãos Assinados**	**Desp Revis**	**Desp. Relator**	**Voto Relat Revis**	**Pedido De Vista**	**Receb. Por Transf.**	**Liminares**
Des. Torres Marques	29	12	30	0	0	7	0	0	2	1
Total do órgão julgador	**29**	**12**	**30**	**0**	**0**	**7**	**0**	**0**	**2**	**1**

Segunda Vice-Presidência

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA										
Magistrado	**Distribuídos Incidentes**	**Redistr**	**Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.**	**Acórdãos Assinados**	**Desp Revis**	**Desp. Relator**	**Voto Relat Revis**	**Pedido De Vista**	**Receb. Por Transf.**	**Liminares**
Desa. Sônia Maria Schmitz	535	16	188	1	0	19	1	0	3.032	1
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	6	0	7	0	0	2	0	0	19	0
Total do órgão julgador	**541**	**16**	**195**	**1**	**0**	**21**	**1**	**0**	**3.051**	**1**

Terceira Vice-Presidência

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA										
Magistrado	**Distribuídos Incidentes**	**Redistr**	**Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.**	**Acórdãos Assinados**	**Desp Revis**	**Desp. Relator**	**Voto Relat Revis**	**Pedido de Vista**	**Receb. Por Transf.**	**Liminares**
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	2.175	1	1.096	0	0	5	0	0	13,610	0
Des. Rui Fortes	2	0	146	1	0	5	0	0	12	0
Total do órgão julgador	**2.177**	**1**	**1.242**	**1**	**0**	**10**	**0**	**0**	**13.622**	**0**

3. Tabelas de produtividade por órgão julgador e magistrado.

Tribunal Pleno

TRIBUNAL PLENO										
Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido De Vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Trindade dos Santos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Newton Trisotto	1	0	1	1	0	2	1	1	0	0
Des. Vanderlei Romer	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	2	2	1	1	0	1	1	0	0	0
Des. Cesar Abreu	0	0	2	2	0	3	2	2	0	0
Des. Ricardo Fontes	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Desa. Soraya Nunes Lins	1	0	1	1	0	4	1	0	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	0	0	1	1	0	2	1	0	0	0
Des. Henry Petry Junior	2	0	2	2	0	2	2	0	0	0
Des. Raulino Jacó Brüning	1	1	1	2	0	1	1	0	0	0
Des. Roberto Lucas Pacheco	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	3	0	1	1	0	3	1	0	0	0
Des. José Inacio Schaefer	1	2	0	0	0	2	0	0	0	0
Des. João Batista Góes Ulysséa	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Ronei Danielli	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Ricardo Roesler	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Robson Luz Varella	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço	0	0	2	2	0	3	2	0	0	0
Des. Sérgio Rizelo	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desa. Denise Volpato	1	1	2	3	0	4	2	0	0	0
Total do órgão julgador	**18**	**9**	**15**	**18**	**0**	**32**	**15**	**3**	**0**	**0**

Órgão Especial

ÓRGÃO ESPECIAL										
Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido De Vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Gaspar Rubick	82	155	236	212	0	240	211	2	17	3
Des. Pedro Manoel Abreu	71	134	198	192	0	225	191	0	17	3
Des. Trindade dos Santos	75	139	190	159	1	170	163	0	23	0
Des. Cláudio Barreto Dutra	57	110	130	109	0	172	110	0	60	1
Des. Newton Trisotto	71	116	118	114	0	108	107	8	1	1
Des. Luiz Cézar Medeiros	3	2	5	6	0	4	4	4	0	0
Des. Vanderlei Romer	4	32	28	25	0	43	25	0	23	0
Des. Eládio Torret Rocha	85	125	231	223	0	287	223	4	14	4
Des. José Volpato de Souza	28	17	8	27	0	8	7	0	0	0
Des. Nelson Schaefer Martins	6	0	6	1	0	0	1	1	3	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	30	54	67	55	0	82	55	0	38	1
Des. Monteiro Rocha	56	150	116	93	0	284	93	0	187	2
Des. Fernando Carioni	77	145	218	201	0	220	199	0	12	0
Des. Fernando Carioni (Substituto)	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Des. Torres Marques	11	0	8	4	0	12	4	1	0	0

Des. Torres Marques (Titular participante)	1	1	1	0	0	2	1	0	2	0
Des. Rui Fortes	3	0	1	140	0	1	1	4	0	0
Des. Rui Fortes (Substituto)	59	119	151	0	0	142	139	0	62	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	73	139	183	155	0	173	160	0	15	1
Des. Cesar Abreu	46	144	162	151	0	169	151	10	40	2
Desa. Salete Silva Sommariva (Substituto)	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Des. Ricardo Fontes	22	1	8	149	0	8	8	1	0	0
Des. Ricardo Fontes (Substituto)	63	102	165	0	0	141	141	0	70	0
Des. Salim Schead dos Santos	78	176	306	283	0	288	287	5	49	1
Des. Salim Schead dos Santos (Substituto)	0	0	12	0	0	12	12	0	0	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	55	156	157	146	0	148	147	0	17	1
Des. Cid Goulart	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Cid Goulart (Substituto)	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Des. Jaime Ramos	5	1	2	65	0	7	2	0	0	0
Des. Jaime Ramos (Substituto)	18	73	68	0	0	66	63	0	62	0
Des. Alexandre d[illegible]vanenko	50	92	105	89	0	142	95	1	36	1
Des. Lédio Rosa de Andrade	82	125	318	300	0	309	279	5	142	0
Des. Lédio Rosa de Andrade (Substituto)	3	26	18	0	0	19	18	0	0	0
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	63	147	206	184	1	224	186	0	28	0
Des. Jorge Schaefer Martins	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Jorge Schaefer Martins (Substituto)	3	4	0	0	0	7	0	0	0	0
Desa. Marli Mosimann Vargas	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0
Desa. Marli Mosimann Vargas (Substituto)	10	68	5	0	0	7	3	0	13	1
Des. Sérgio Izidoro Heil	6	2	4	7	0	4	3	0	0	1
Des. Sérgio Izidoro Heil (Substituto)	2	10	2	0	0	1	2	0	0	0
Des. João Henrique Blasi	68	150	202	191	0	189	182	4	2	1
Des. Jorge Luiz de Borba	32	125	155	87	0	101	84	1	29	2
Des. Jorge Luiz de Borba (Titular participante)	5	0	5	0	0	5	5	0	0	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	7	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Des. Jânio Machado	61	71	136	122	0	136	121	3	27	0
Desa. Sônia Maria Schmitz	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	76	172	231	219	0	230	219	1	44	2
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Cooperador)	2	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Substituto)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Raulino Jacó Brüning	12	0	39	39	0	38	39	0	0	0
Des. Raulino Jacó Brüning (Substituto)	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. José Inacio Schaefer	4	0	1	4	0	6	1	0	0	0
Des. José Inacio Schaefer (Cooperador)	2	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Des. José Inacio Schaefer (Substituto)	4	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Des. Ronei Danielli	1	1	0	0	0	0	0	4	0	0
Des. Carlos Prudêncio	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Total do órgão julgador	**1.575**	**3.089**	**4.207**	**3.766**	**2**	**4.435**	**3.748**	**60**	**1.036**	**28**

Câmara Civil Especial

CÂMARA CIVIL ESPECIAL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido de Vista	Receb. por Transf.	Liminares
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1	0	0	1	0	1	0	14	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	4.375	75	1.351	243	0	4.081	240	2	35	2.890
Desa. Cláudia Lambert de Faria	4.924	57	997	179	0	5.820	178	1	12	3.569
Des. Luiz Zanelato	4.932	58	880	117	0	4.361	117	7	20	3.318
Des. Artur Jenichen Filho	4.604	93	1.192	256	0	4.342	240	0	237	3.214
Des. Artur Jenichen Filho (Cooperador Participante)	32	1	76	0	0	275	19	0	196	208
Des. Artur Jenichen Filho (Substituto)	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Substituto)	700	13	112	59	0	426	21	0	1	318
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Cooperador)	114	4	237	0	0	1.139	39	0	1.244	950
Des. Domingos Paludo	289	6	189	17	0	671	13	0	0	483
Des. José Inacio Schaefer	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Des. Paulo Roberto Sartorato	0	0	2	0	0	3	0	0	0	2
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1
Des. Ronei Danielli (Programa de Enfrent. de Acervo 2º	7	0	27	0	0	85	0	0	92	74
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Cooperador	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	0	0	1	0	0	3	0	0	0	0
Desa. Rosane Portella Wolff	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Desa. Rosane Portella Wolff (Cooperador Participante)	0	0	1	0	0	3	0	0	0	3
Total do órgão julgador	**19.980**	**307**	**5.067**	**873**	**0**	**21.215**	**867**	**24**	**1.838**	**15.044**

Câmara Especial Regional de Chapecó - CERC

CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ - CERC										
Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido De Vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Sebastião César Evangelista	0	0	0	0	13	1	13	7	0	0
Des. Luiz Cesar Schweitzer	1.437	88	948	481	486	936	1.089	23	5	102
Des. Rubens Schulz	1.616	62	1.484	1.090	394	1.574	1.502	17	199	144
Des. Edemar Gruber	1.033	63	662	402	673	830	1.050	9	950	101
Des. Júlio César M. Ferreira de Melo	903	58	709	454	248	986	838	12	2.326	127
Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior	564	16	481	284	95	394	378	1	0	12
Des. Paulo Ricardo Bruschi	652	17	526	466	172	551	537	5	0	71
Total do órgão julgador	**6.209**	**304**	**4.810**	**3.177**	**2.081**	**5.273**	**5.407**	**83**	**3.480**	**557**

Grupo de Câmaras de Direito Civil

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL										
Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido de Vista	Receb. por transf.	Liminares
Des. Trindade dos Santos	13	3	11	8	1	15	6	0	1	0
Des. Eládio Torret Rocha	13	2	12	5	2	15	7	2	1	0
Des. Monteiro Rocha	12	3	12	7	2	24	11	0	1	3
Des. Fernando Carioni	15	1	13	14	8	25	16	0	0	2
Des. Marcus Tulio Sartorato	14	1	15	9	9	22	19	1	2	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	8	2	8	5	7	10	11	0	0	0
Des. Alexandre d[illegible]vanenko	6	2	7	6	1	9	6	0	24	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	11	1	11	9	4	25	13	1	2	1
Des. Victor Ferreira	4	1	9	11	2	13	9	2	3	0
Des. Joel Figueira Júnior	12	2	13	12	10	12	19	5	1	0

Des. Henry Petry Junior	12	1	15	14	3	20	17	1	1	1
Des. Raulino Jacó Brüning	18	1	21	17	8	24	22	1	2	1
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	8	2	6	7	7	6	11	0	0	0
Des. João Batista Góes Ulysséa	12	4	8	1	4	18	6	0	2	0
Des. Ronei Danielli	12	3	19	16	1	26	16	3	1	1
Des. Luiz Fernando Boller	6	0	5	5	3	27	7	0	0	1
Des. Sebastião César Evangelista	10	1	2	1	7	9	8	2	12	3
Desa. Denise Volpato	15	3	12	9	3	24	13	0	5	2
Des. Domingos Paludo	10	0	7	4	5	12	9	0	28	1
Des. Mariano do Nascimento	3	0	0	0	2	0	2	0	13	0
Des. Stanley da Silva Braga	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Des. Saul Steil	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	1	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Des. Saul Steil (Substituto)	4	2	1	0	0	6	0	0	1	2
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Substituto)	6	0	1	0	0	7	1	0	2	0
Des. Odson Cardoso Filho	0	0	0	3	1	0	1	0	0	0
Des. Odson Cardoso Filho (Cooperador Participante)	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Des. Odson Cardoso Filho (Substituto)	9	1	4	0	0	2	0	0	0	0
Des. Jorge Luis Costa Beber	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0
Des. Jorge Luis Costa Beber (Substituto)	4	1	4	0	0	9	4	0	20	1
Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior (Substituto)	4	0	0	0	0	5	0	0	1	0
Des. Gerson Cherem II (Cooperador Participante)	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Substituto)	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0
Total do órgão julgador	**247**	**38**	**219**	**169**	**94**	**375**	**239**	**18**	**126**	**19**

Câmaras de Direito Civil

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido De Vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Raulino Jacó Brüning	892	377	1.445	890	903	1.139	1.712	78	79	7
Des. Sebastião César Evangelista	909	371	1.036	853	630	1.197	1.399	59	486	3
Des. Domingos Paludo	672	323	641	493	478	817	949	126	1,129	4
Des. Gerson Cherem II	2	0	2	863	159	3	233	8	0	0
Des. Gerson Cherem II (Cooperador)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Gerson Cherem II (Cooperador Participante)	76	38	852	0	0	890	750	3	66	1
Des. Carlos Prudêncio	9	0	18	27	3	19	20	0	0	0
Des. Joel Figueira Júnior	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Desa. Denise Volpato (Cooperador)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desa. Denise Volpato (Cooperador Participante)	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Desa. Denise Volpato (Substituto)	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	4	0	0	0	9	0	9	1	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	25	15	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Saul Steil	0	0	0	32	14	0	9	1	0	0
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	0	1	0	0	0	9	0	0	0	0
Des. Saul Steil (Substituto)	36	24	32	0	0	93	32	0	45	0
Des. Odson Cardoso Filho	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	0	0	0	0	10	0	7	0	0	0
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann (Substituto)	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0

Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Des. Jorge Luis Costa Beber	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Des. Gerson Cherem II (Substituto)	76	68	95	0	0	88	84	0	4	1
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	0	0	0	51	40	0	33	0	0	0
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Cooperador	4	0	23	0	0	12	23	0	0	0
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Substituto)	39	21	5	0	0	6	4	0	64	0
Des. Artur Jenichen Filho	1	0	0	111	1	1	4	0	0	1
Des. Artur Jenichen Filho (Programa de Enfrent. de	10	0	126	0	0	141	118	0	205	0
Total do órgão julgador	**2.813**	**1.249**	**4.280**	**3.322**	**2.247**	**4.426**	**5.386**	**276**	**2.078**	**17**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido de Vista	Receb. por Transf.	Liminares
Des. Trindade dos Santos	747	335	817	735	520	912	1.231	18	21	4
Des. Monteiro Rocha	789	319	1.041	992	422	1.127	1.379	13	12	5
Des. João Batista Góes Ulysséa	769	385	970	865	594	1.134	1.410	44	15	2
Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Cooperador	107	30	535	0	0	638	528	5	1.450	1
Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Substituto)	203	113	280	0	0	340	279	4	2	2
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	0	0	0	810	469	1	481	18	0	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Des. Saul Steil	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Des. Saul Steil (Substituto)	4	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0
Des. Paulo Ricardo Bruschi	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Total do órgão julgador	**2.619**	**1.182**	**3.643**	**3.402**	**2.005**	**4.159**	**5.308**	**109**	**1.500**	**14**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido de Vista	Receb Por transf.	Liminares
Des. Fernando Carioni	708	319	820	814	985	1.248	1.774	5	49	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	655	300	899	897	418	1.197	1.315	6	102	4
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	699	311	774	731	537	1.074	1.222	16	120	5
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	324	154	1.335	1.191	122	1.296	1.297	1	856	2
Des. Saul Steil (Substituto)	192	114	32	0	0	164	29	0	12	3
Des. Henry Petry Junior (Substituto)	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Des. Luiz Fernando Boller (Cooperador Participante)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Substituto)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Des. Gerson Cherem II (Substituto)	27	9	0	0	0	0	0	0	0	0
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Substituto)	5	7	0	0	0	3	0	0	0	0
Des. Artur Jenichen Filho (Cooperador Participante)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Total do órgão julgador	**2.612**	**1.214**	**3.860**	**3.633**	**2.062**	**4.987**	**5.637**	**28**	**1.139**	**15**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp. Revis.	Desp. Relator	Voto Relat Revis.	Pedido de Vista	Receb. por transf.	Liminares
Des. Eládio Torret Rocha	714	311	941	853	610	996	1.432	21	29	3
Des. Joel Figueira Júnior	444	264	552	451	303	720	750	34	655	3
Des. Mariano do Nascimento	256	129	172	159	200	233	322	2	1.535	3
Des. Jorge Luis Costa Beber	1	0	1	949	384	1	346	35	0	0
Des. Jorge Luis Costa Beber (Cooperador Participante)	127	19	604	0	0	688	586	5	466	1
Des. Jorge Luis Costa Beber (Substituto)	358	148	380	0	0	478	365	0	608	5
Des. Victor Ferreira	429	152	366	408	350	436	677	37	30	2
Des. Luiz Fernando Boller	256	102	318	311	122	945	420	3	34	0
Des. Luiz Fernando Boller (Cooperador Participante)	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Des. Saul Steil	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Des. Saul Steil (Substituto)	44	37	0	0	0	76	0	0	1	1
Des. Volnei Celso Tomazini (Substituto)	19	8	0	0	0	0	0	0	1	0
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Substituto)	12	2	0	0	0	0	0	0	59	0
Total do órgão julgador	**2.660**	**1.172**	**3.335**	**3.131**	**1.969**	**4.575**	**4.899**	**139**	**3.418**	**18**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido de vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Sérgio Izidoro Heil	841	434	1.317	1.216	979	1.376	2.160	47	34	6
Des. Henry Petry Junior	855	341	1.271	1.098	604	1.347	1.647	26	29	5
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	828	312	1.348	1.139	576	1.155	1.627	14	45	6
Des. Jairo Fernandes Gonçalves (Substituto)	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Des. Odson Cardoso Filho	0	0	1	772	334	1	316	9	0	0
Des. Odson Cardoso Filho (Cooperador Participante)	101	22	455	0	0	571	427	3	283	1
Des. Odson Cardoso Filho (Substituto)	340	157	357	0	0	466	340	2	3	3
Des. Saul Steil	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0
Total do órgão julgador	**2.965**	**1.266**	**4.750**	**4.225**	**2.493**	**4.917**	**6.518**	**105**	**394**	**21**

SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido de vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Alexandre d[PUB]vanenko	420	260	573	448	319	670	777	9	880	1
Des. Ronei Danielli	850	436	1.349	1.148	590	1.361	1.720	67	5	5
Desa. Denise Volpato	779	361	799	792	639	1.004	1.394	34	43	3
Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior	0	0	0	467	382	1	361	12	0	0
Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior (Cooperador	78	14	388	0	0	465	372	4	941	0
Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior (Substituto)	172	102	103	0	0	151	101	3	5	1
Des. Joel Figueira Júnior	261	131	469	476	219	549	640	29	27	1
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	0	147	1	0	2	2	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador Participante)	36	6	113	0	0	154	109	2	6	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	19	13	38	0	0	71	37	0	0	0
Des. Saul Steil	0	0	0	1	1	1	3	0	0	0
Des. Saul Steil (Cooperador Participante)	1	0	1	0	0	2	1	0	0	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Substituto)	26	25	0	0	0	58	0	0	9	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	0	0	0	3	0	0	0	1
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0

Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Des. Guilherme Nunes Born	0	0	0	0	24	0	24	0	0	0
Des. Gerson Cherem II	0	0	0	14	45	0	32	0	0	0
Des. Gerson Cherem II (Substituto)	24	12	14	0	0	16	14	0	14	0
Desa. Rosane Portella Wolff (Cooperador Participante)	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Total do órgão julgador	**2.666**	**1.360**	**3.848**	**3.494**	**2.220**	**4.510**	**5.588**	**162**	**1.930**	**12**

Grupo de Câmaras de Direito Comercial

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL										
Magistrado	**Distribuídos Incidentes**	**Redistr**	**Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.**	**Acórdãos Assinados**	**Desp Revis**	**Desp. Relator**	**Voto Relat Revis**	**Pedido De Vista**	**Receb. Por Transf.**	**Liminares**
Des. Gaspar Rubick	1	0	2	2	0	2	2	0	1	0
Des. Cláudio Barreto Dutra	2	0	3	2	1	4	3	0	6	0
Des. Ricardo Fontes	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Salim Schead dos Santos	5	0	5	5	1	7	5	2	1	0
Des. Salim Schead dos Santos (Substituto)	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Des. Lédio Rosa de Andrade	7	0	9	6	2	8	9	0	1	0
Des. José Carlos Carstens Köhler	0	1	2	2	1	4	3	0	0	0
Desa. Rejane Andersen	0	0	2	5	2	7	4	0	0	0
Des. Rodrigo Cunha	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Des. Jânio Machado	0	0	0	1	6	0	4	3	0	0
Desa. Soraya Nunes Lins	3	1	7	7	2	7	6	0	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	3	1	4	3	2	10	5	0	2	0
Des. José Inacio Schaefer	2	1	4	4	2	6	6	0	0	1
Des. Luiz Fernando Boller	3	2	5	3	1	5	4	0	3	0
Des. Tulio Pinheiro	1	1	3	2	2	5	4	0	1	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	0	0	5	0	3	1	0	0
Des. Robson Luz Varella	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Substituto)	2	1	5	0	0	5	2	0	2	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Guilherme Nunes Born	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Des. Guilherme Nunes Born (Substituto)	3	1	4	0	0	5	1	0	1	1
Desa. Rosane Portella Wolff	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Desa. Rosane Portella Wolff (Substituto)	3	0	0	0	0	1	0	0	1	1
Total do órgão julgador	**41**	**9**	**58**	**48**	**29**	**82**	**62**	**6**	**19**	**3**

Câmaras de Direito Comercial

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL										
Magistrado	**Distribuídos Incidentes**	**Redistr**	**Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.**	**Acórdãos assinados**	**Desp revis**	**Desp. relator**	**Voto Relator revisor**	**Pedido De vista**	**Receb. Por Tranf.**	**Liminares**
Des. Salim Schead dos Santos	1.938	4.780	2.312	818	73	1.139	879	13	79	0
Des. Gaspar Rubick	1.105	396	811	249	366	464	605	9	1.041	1
Des. Ricardo Fontes	112	21	160	47	0	171	47	0	1	0
Des. Rodrigo Cunha	518	131	631	217	11	355	224	2	1	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Cooperador	73	13	81	0	0	126	56	0	42	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Substituto)	1.378	437	1.332	0	0	1.089	714	0	235	1
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	1	0	2	770	14	5	13	3	0	0

Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	2	0	0	335	10	2	8	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	105	1	291	0	0	235	170	0	299	1
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	515	158	453	0	0	296	166	0	5	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Des. Luiz Zanelato	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desa. Rosane Portella Wolff	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Substituto)	34	28	0	0	0	1	0	0	1	0
Total do órgão julgador	**5.786**	**1.663**	**6.073**	**2.437**	**475**	**3.887**	**2.882**	**29**	**1.704**	**5**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos assinados	Desp revis	Desp. Relator	Voto Relat revis	Pedido De vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Desa. Rejane Andersen	1.156	471	1.777	1.876	596	2.245	2.217	23	106	1
Des. Luiz Fernando Boller	988	369	1.227	959	676	1.613	1.520	10	3.896	0
Des. Robson Luz Varella	1.596	579	2047	1.434	887	1.998	2.292	27	10	0
Des. Getúlio Corrêa	217	63	338	107	167	95	260	1	1	0
Des. Dinart Francisco Machado	1	0	1	387	195	1	194	7	0	0
Des. Dinart Francisco Machado (Cooperador	61	26	211	0	0	342	208	0	27	1
Des. Dinart Francisco Machado (Substituto)	328	132	159	0	0	247	154	0	3	0
Des. João Batista Góes Ulysséa	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	0	0	0	0	0	17	13	0	0	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Substituto)	38	19	0	0	0	59	0	0	3	0
Des. Odson Cardoso Filho	0	0	0	0	21	0	21	0	0	0
Des. Odson Cardoso Filho (Substituto)	18	11	0	0	0	28	0	0	0	0
Desa. Cláudia Lambert de Faria	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Guilherme Nunes Born	0	0	0	12	23	1	24	17	0	0
Des. Guilherme Nunes Born (Substituto)	263	129	12	0	0	10	11	0	86	0
Des. Gerson Cherem II	0	0	0	0	10	0	43	0	0	0
Total do órgão julgador	**4.666**	**1.799**	**5.772**	**4.775**	**2.575**	**6.659**	**6.957**	**85**	**4.132**	**2**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos assinados	Desp Revis	Desp. relator	Voto Relat Revis	Pedido De vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Rodrigo Cunha	30	4	0	0	0	0	0	0	3	0
Des. Tulio Pinheiro	1.216	452	1.680	1.569	795	2.050	2.432	2	125	3
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	1.202	467	1.519	1.520	1.046	1.967	2.534	11	189	0
Desa. Rosane Portella Wolff (Cooperador Participante)	99	21	601	0	0	648	600	4	82	0
Desa. Rosane Portella Wolff (Substituto)	565	240	392	0	0	432	392	0	11	0
Desa. Rosane Portella Wolff	1	0	1	991	485	1	333	1	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Cooperador	0	0	2	0	0	3	2	0	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa (Cooperador)	0	0	1	0	0	9	1	0	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	1.209	427	1.622	1.595	1.208	1.825	2.915	34	56	0
Des. Raulino Jacó Brüning	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Des. Carlos Alberto Civinski	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Domingos Paludo	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0

Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	47	21	0	0	0	68	0	0	0	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Substituto)	57	19	0	0	0	1	0	0	14	0
Des. Dinart Francisco Machado (Substituto)	12	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Gerson Cherem II	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0
Des. Gerson Cherem II (Cooperador Participante)	13	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Gerson Cherem II (Substituto)	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do órgão julgador	**4.456**	**1.654**	**5.818**	**5.679**	**3.534**	**7.011**	**9.209**	**52**	**480**	**3**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido De Vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Lédio Rosa de Andrade	1.376	497	1.691	1.642	1.461	2.208	3.100	10	23	2
Des. José Carlos Carstens Köhler	1.351	499	1.863	1.862	820	2.221	2.710	1	298	2
Des. José Inacio Schaefer	1.273	474	1.828	1.826	1.028	2.193	2.892	10	132	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	846	0	0	3	5	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador)	10	0	47	0	0	71	42	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	117	53	477	0	0	613	465	0	445	2
Des. Altamiro de Oliveira (Substituto)	422	192	343	0	0	538	333	0	32	0
Des. Saul Steil	0	0	0	1	8	0	0	3	0	0
Des. Saul Steil (Substituto)	75	27	0	0	0	8	0	0	0	0
Des. Artur Jenichen Filho	2	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Total do Órgão Julgador	**4.626**	**1.742**	**6.249**	**6.177**	**3.317**	**7.855**	**9.545**	**29**	**930**	**8**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat	Pedido de Vista	Receb. por	Liminares
Des. Cláudio Barreto Dutra	987	378	861	771	1.169	1.071	1.941	1	1.123	0
Des. Jânio Machado	1.317	467	1.737	1.730	1.163	2.030	2.847	26	2	0
Desa. Soraya Nunes Lins	1.407	474	1.862	1.884	963	2128	2.841	10	4	1
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	65	26	26	60	0	18	0	0	0	0
Des. Guilherme Nunes Born (Cooperador Participante)	244	58	1.211	0	0	1.260	1.188	0	657	2
Des. Guilherme Nunes Born (Substituto)	699	260	1.124	0	0	1.263	1.082	0	265	0
Des. Guilherme Nunes Born	2	0	0	2.272	652	4	655	10	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Des. Domingos Paludo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Des. Volnei Celso Tomazini	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Desa. Cláudia Lambert de Faria	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Des. Luiz Zanelato	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1
Total do órgão julgador	**4.723**	**1.663**	**6.821**	**6.717**	**3.947**	**7.779**	**10.555**	**47**	**2.051**	**7**

Grupo de Câmaras de Direito Público

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido de Vista	Receb. por transf.	Liminares
Des. Pedro Manoel Abreu	92	3	122	92	11	162	101	1	18	24
Des. Newton Trisotto	68	10	109	88	3	177	89	15	1	26
Des. Vanderlei Romer	13	1	10	7	4	30	9	3	36	3

Des. Nelson Schaeffer Martins	1	0	5	3	0	5	5	0	0	1
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	56	8	91	64	8	147	71	1	94	26
Des. Gaspar Rubick	10	3	45	80	0	55	41	1	1	2
Des. Luiz Cézar Medeiros (Substituto)	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0
Des. José Volpato de Souza	11	11	6	2	1	19	3	0	0	5
Des. Cesar Abreu	55	11	95	73	12	123	84	6	2	18
Des. Cid Goulart	79	14	130	97	7	188	103	5	5	24
Des. Jaime Ramos	92	11	123	74	35	188	115	7	1	35
Des. Jaime Ramos (Titular participante)	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Des. João Henrique Blasi	90	19	147	134	9	231	127	4	0	40
Des. Jorge Luiz de Borba	70	5	111	88	11	133	94	2	0	14
Des. Rodrigo Cunha	53	6	87	61	5	116	72	9	87	6
Des. Jânio Machado (Substituto)	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz	3	0	0	5	0	3	3	0	0	0
Des. Ricardo Roesler	69	11	119	59	9	123	67	17	111	14
Des. Ricardo Roesler (Substituto)	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	39	5	59	37	3	78	39	2	58	6
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	17	7	9	0	0	26	0	0	2	6
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	1	0	1	16	4	2	5	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	1	1	6	0	0	8	6	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	4	1	14	0	0	19	9	0	12	0
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	0	29	12	0	11	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	40	9	45	0	0	75	33	0	33	21
Des. Júlio César Knoll	0	0	0	7	0	2	0	2	0	2
Des. Júlio César Knoll (Substituto)	29	2	10	0	0	42	9	0	17	3
Des. Francisco Oliveira Neto	2	0	0	7	6	0	5	4	0	0
Des. Francisco Oliveira Neto (Cooperador Participante)	0	0	2	0	0	4	1	0	0	0
Des. Francisco Oliveira Neto (Substituto)	40	7	16	0	0	35	4	0	7	10
Des. Gerson Cherem II	0	0	1	0	1	4	0	1	0	0
Des. Gerson Cherem II (Substituto)	11	0	4	0	0	11	0	0	5	5
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Substituto)	12	1	7	0	0	14	0	0	2	5
Des. Paulo Ricardo Bruschi	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Ricardo Bruschi (Substituto)	9	0	10	0	0	17	6	0	37	6
Total do órgão julgador	**975**	**146**	**1.390**	**1.032**	**141**	**2.056**	**1.116**	**80**	**529**	**303**

Câmaras de Direito Público

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido de vista	Receb. Por Tranf.	Liminares
Des. Jorge Luiz de Borba	1.918	356	1.573	1.586	802	1.633	2.270	38	17	1
Des. Gaspar Rubick	429	83	461	417	219	424	625	8	0	2
Des. Newton Trisotto	1.290	239	1.094	869	822	901	1.564	65	11	2
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	1.463	243	1.161	734	714	1.000	1.401	47	1.519	4
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	0	0	0	1.441	858	1	767	31	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	2	0	49	0	0	53	48	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	207	43	1.452	0	0	1.831	1.282	6	1.420	3
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Substituto)	153	25	111	0	0	263	103	1	9	0
Des. Paulo Ricardo Bruschi	0	0	0	54	143	0	113	1	0	0
Des. Paulo Ricardo Bruschi (Substituto)	304	40	130	0	0	180	120	1	617	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1

Des. Francisco Oliveira Neto	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Des. Gerson Cherem II	1	0	1	63	133	5	127	0	0	0
Des. Gerson Cherem II (Substituto)	279	54	98	0	0	75	63	1	196	0
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Substituto)	99	16	1	0	0	0	0	0	0	0
Des. Artur Jenichen Filho	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Total do órgão julgador	**6.148**	**1.099**	**6.132**	**5.211**	**3.691**	**6.370**	**8.483**	**200**	**3.789**	**13**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido de Vista	Receb. por Transf.	Liminares
Des. João Henrique Blasi	1.991	342	1.729	1.372	1.198	1.544	2.476	23	6	4
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1.139	229	1.789	1.379	1.187	1.611	2.439	7	1.292	3
Des. Cid Goulart	1.931	303	1.847	1.451	1.373	1.689	2.694	22	9	1
Des. Newton Trisotto	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Nelson Schaefer Martins	109	10	27	1	0	12	2	0	0	1
Des. Francisco Oliveira Neto	18	0	0	1.560	453	2	452	12	0	0
Des. Francisco Oliveira Neto (Cooperador Participante)	320	17	1.404	0	0	1.232	1.092	3	870	1
Des. Francisco Oliveira Neto (Substituto)	918	172	721	0	0	526	461	0	16	0
Des. Cesar Abreu	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Jaime Ramos (Substituto)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Ricardo Roesler (Cooperador Participante)	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	3	0	1	237	19	4	20	0	0	2
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli (Programa de Enfrent.)	27	1	240	0	0	330	236	3	318	1
Des. Luiz Zanelato	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Des. Artur Jenichen Filho	1	0	0	0	0	2	0	0	0	1
Total do órgão julgador	**6.458**	**1.074**	**7.758**	**6.000**	**4.230**	**6.963**	**9.872**	**70**	**2.511**	**15**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp Revis	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido De vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Cesar Abreu	1.859	330	1.525	1.171	1.021	1.248	2.147	40	129	4
Des. Pedro Manoel Abreu	1.921	277	1.975	1.132	686	1.260	1.812	21	278	4
Des. Vanderlei Romer	528	77	226	70	66	227	119	4	1.431	2
Des. Luiz Cézar Medeiros	121	10	104	42	0	24	0	0	0	0
Des. Newton Trisotto (Cooperador)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Substituto)	1.118	213	1.236	0	0	1.000	725	2	813	1
Des. Stanley da Silva Braga	4	0	0	802	394	2	384	3	0	0
Des. Stanley da Silva Braga (Cooperador Participante)	17	11	82	0	0	137	77	0	1.800	0
Des. Paulo Ricardo Bruschi	0	0	0	340	60	0	59	5	0	0
Des. Paulo Ricardo Bruschi (Cooperador Participante)	43	5	334	0	0	393	302	0	1.238	0
Des. Paulo Ricardo Bruschi (Substituto)	159	26	63	0	0	46	39	0	55	0
Des. Rui Fortes	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	2	0	0	304	156	0	154	1	0	0
Des. Carlos Adilson Silva (Cooperador Participante)	65	7	299	0	0	242	209	0	31	0
Des. Carlos Adilson Silva (Substituto)	311	75	229	0	0	252	92	0	187	2
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1
Des. Júlio César Knoll	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0

Desa. Cláudia Lambert de Faria	1	0	0	0	0	2	0	0	0	1
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	0	0	0	0	18	0	18	3	0	0
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Substituto)	191	30	6	0	0	3	0	0	0	0
Total do órgão julgador	**6.341**	**1.061**	**6.079**	**3.861**	**2.401**	**4.840**	**6.138**	**80**	**5.962**	**15**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos assinados	Desp. Revis	Desp. Relator	Voto Relat revis	Pedido De vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Jaime Ramos	2.034	361	2.075	1.620	1350	1.755	2.791	46	3	1
Des. Rodrigo Cunha	1.420	250	1.450	550	798	731	1.367	8	1.571	0
Des. Ricardo Roesler	1.592	313	1.467	677	576	807	1.165	28	1.719	5
Des. Júlio César Knoll	4	0	1	1.347	267	2	338	4	0	0
Des. Júlio César Knoll (Cooperador Participante)	209	11	1.126	0	0	1.189	965	1	543	0
Des. Júlio César Knoll (Substituto)	690	122	547	0	0	454	378	1	204	2
Des. José Volpato de Souza	247	48	101	83	53	168	137	0	0	1
Desa. Sônia Maria Schmitz	118	14	0	10	0	2	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço (Cooperador)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Saul Steil	0	0	0	0	36	0	46	1	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Des. José Everaldo Silva	0	0	0	0	38	0	62	0	0	0
Desa. Cláudia Lambert de Faria	2	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski (Cooperador)	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Total do órgão julgador	**6.317**	**1.119**	**6.767**	**4.287**	**3.118**	**5.114**	**7.249**	**89**	**4.041**	**13**

Seção Criminal

SEÇÃO CRIMINAL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos assinados	Desp revis	Desp. relator	Voto Relat Revis	Pedido De Vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Rui Fortes	24	2	21	17	22	50	39	0	13	3
Des. Torres Marques	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Desa. Salete Silva Sommariva	24	2	30	20	21	43	33	2	16	6
Des. Alexandre d[illegible]vanenko	16	0	7	1	4	5	1	0	0	2
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	39	0	50	42	21	90	71	2	8	5
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho (Substituto)	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Des. Jorge Schaefer Martins	29	2	29	28	18	49	43	3	4	2
Desa. Marli Mosimann Vargas	34	4	33	11	34	28	39	0	0	1
Des. Roberto Lucas Pacheco	36	5	46	33	19	66	67	1	3	9
Des. Getúlio Corrêa	33	1	28	12	17	34	27	0	6	6
Des. Paulo Roberto Sartorato	33	2	33	27	20	48	45	0	2	2
Des. Carlos Alberto Civinski	38	2	38	20	25	42	46	7	3	1
Des. Ricardo Roesler	4	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Des. Rodrigo Collaço	36	0	42	24	30	51	36	2	6	5
Des. Sérgio Rizelo	45	1	56	26	21	55	48	1	2	3
Des. Ernani Guetten de Almeida	24	4	19	16	16	33	29	0	11	5
Des. Ernani Guetten de Almeida (Substituto)	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior	0	0	0	3	0	0	3	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador Participante)	0	0	3	0	0	3	3	0	3	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	11	2	1	0	0	13	0	0	1	3
Des. José Everaldo Silva	0	0	0	7	5	0	5	0	0	0

Des. José Everaldo Silva (Substituto)	16	1	19	0	0	14	7	0	1	4
Des. Volnei Celso Tomazini	0	0	0	5	4	0	4	0	0	0
Des. Volnei Celso Tomazini (Substituto)	11	0	8	0	0	14	5	0	5	1
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	0	0	0	4	3	0	3	0	0	0
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann (Substituto)	14	0	4	0	0	13	4	0	4	2
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	0	4	2	0	1	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	12	1	10	0	0	10	4	0	10	2
Des. Guilherme Nunes Born (Substituto)	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Ricardo Bruschi (Substituto)	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do órgão julgador	**486**	**30**	**482**	**300**	**282**	**663**	**564**	**18**	**98**	**62**

Câmaras Criminais

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Magistrado	Distribuídosincidentes	Redistr.	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos assinados	Desp. revisor	Desp. relator	Voto Relat Revis	Pedido De vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Desa. Marli Mosimann Vargas	1.069	35	1.018	929	714	1.217	1.625	0	53	201
Des. Carlos Alberto Civinski	964	29	934	804	380	1.093	1.180	21	87	160
Des. Paulo Roberto Sartorato	1.012	32	961	899	417	1.184	1.292	8	25	209
Des. José Everaldo Silva	1	0	0	762	21	1	21	2	0	1
Des. José Everaldo Silva (Cooperador Participante)	53	2	337	0	0	364	334	0	103	24
Des. José Everaldo Silva (Substituto)	495	10	441	0	0	563	428	0	85	123
Des. Newton Varella Júnior	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador Participante)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	39	1	2	0	0	11	0	0	4	9
Des. Altamiro de Oliveira (Cooperador Participante)	3	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	0	0	0	5	0	0	3	0
Des. Guilherme Nunes Born	0	0	0	34	0	0	0	0	0	0
Des. Guilherme Nunes Born (Substituto)	77	1	34	0	0	35	34	0	41	0
Total do órgão julgador	**3.713**	**110**	**3.727**	**3.428**	**1.532**	**4.477**	**4.921**	**31**	**401**	**727**

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr.	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp. Revisor	Desp. Relator	Voto Relat revis	Pedido De vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Desa. Salete Silva Sommariva	808	18	564	479	444	798	895	13	486	162
Des. Getúlio Corrêa	938	26	909	807	460	1.174	1.219	14	260	158
Des. Sérgio Rizelo	1.121	29	1.001	822	609	1.182	1.416	15	48	185
Des. Volnei Celso Tomazini	1	0	1	828	354	2	340	2	0	2
Des. Volnei Celso Tomazini (Cooperador Participante)	77	3	541	0	0	643	465	1	540	74
Des. Volnei Celso Tomazini (Substituto)	462	24	408	0	0	518	359	0	56	104
Des. Torres Marques	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Des. Ricardo Roesler	109	17	87	73	45	47	126	2	0	3
Des. Newton Varella Júnior	0	0	0	40	0	1	0	1	0	1
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador Participante)	2	0	36	0	0	39	35	0	37	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	28	0	6	0	0	8	5	0	5	3
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	0	250	50	0	47	4	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	10	1	100	0	0	128	93	0	152	1
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	190	10	162	0	0	190	150	0	144	25
Total do órgão julgador	**3.746**	**128**	**3.817**	**3.299**	**1.962**	**4.731**	**5.150**	**52**	**1.729**	**718**

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL										
Magistrado	Distribuídos Incidentes	Redistr.	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp. revisor	Desp. relator	Voto Relat revis	Pedido De vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Rui Fortes	850	23	609	528	243	811	719	9	290	165
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	1.098	44	1.062	920	299	1.308	1.237	3	53	198
Des. Ernani Guetten de Almeida	764	14	630	573	311	838	866	2	299	153
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	0	0	0	501	335	1	327	5	0	0
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann (Cooperador	25	9	179	0	0	209	166	0	212	17
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann (Substituto)	407	9	386	0	0	490	338	0	141	77
Des. Torres Marques	56	1	0	1	5	2	0	0	0	0
Des. Alexandre d[illegible]vanenko	363	29	293	245	112	348	357	0	2	52
Des. Newton Varella Júnior	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	31	3	2	0	0	5	1	0	6	3
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	2	0	2	14	14	2	16	1	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	73	6	16	0	0	34	12	0	13	19
Total do órgão julgador	**3.669**	**139**	**3.179**	**2.783**	**1.319**	**4.049**	**4.039**	**20**	**1.017**	**684**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL										
Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr.	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp. Revisor	Desp. Relator	Voto Rela Revis	Pedido De Vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Jorge Schaefer Martins	935	38	793	719	410	1028	1.117	31	88	146
Des. Roberto Lucas Pacheco	1.090	42	955	896	827	1284	1.668	23	49	195
Des. Rodrigo Collaço	1.061	40	969	822	340	1178	1.147	36	73	179
Des. Newton Varella Júnior	0	0	0	577	715	2	706	8	1	1
Des. Newton Varella Júnior (Cooperador Participante)	61	6	581	0	0	653	553	3	541	25
Des. Newton Varella Júnior (Substituto)	282	6	40	0	0	123	24	0	42	48
Des. José Everaldo Silva (Cooperador Participante)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann (Substituto)	22	0	5	0	0	10	3	0	18	6
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	0	614	0	0	0	1	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	40	2	545	0	0	632	536	1	490	17
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	2	0	0	8	1	0	7	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	143	2	93	0	0	163	78	0	209	44
Des. Paulo Ricardo Bruschi	0	0	0	8	0	0	0	1	0	0
Des. Paulo Ricardo Bruschi (Substituto)	54	1	9	0	0	23	8	0	8	12
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.688**	**137**	**3.993**	**3.639**	**2.292**	**5.104**	**5.841**	**104**	**1.526**	**673**

Plantão Judiciário

PLANTÃO JUDICIÁRIO										
Magistrado	Distribuído/ Incidentes	Redistr.	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp. Revisor	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido de vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (Titular)	11	0	0	0	0	10	0	0	0	9
Des. Stanley da Silva Braga (Titular participante)	10	5	1	0	0	14	0	0	0	11
Des. Newton Varella Júnior (Titular participante)	4	6	3	0	0	6	0	0	0	5
Des. Altamiro de Oliveira (Titular participante)	10	2	0	0	0	13	0	0	0	7
Des. Saul Steil (Titular participante)	16	0	1	0	0	15	0	0	0	15

Des. Gilberto Gomes de Oliveira (Titular participante)	5	1	0	0	0	6	0	0	0	5
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli (Titular participante)	9	0	2	0	0	7	0	0	0	6
Des. Odson Cardoso Filho (Titular participante)	7	1	0	0	0	9	0	0	0	8
Des. José Everaldo Silva (Titular participante)	8	2	0	0	0	8	0	0	0	6
Des. Volnei Celso Tomazini (Titular participante)	8	4	2	0	0	7	0	0	0	4
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann (Titular	7	1	1	0	0	7	0	0	0	3
Des. Júlio César Knoll (Titular participante)	36	5	10	0	0	29	0	0	1	21
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Titular participante)	7	2	1	0	0	8	0	0	0	5
Desa. Cláudia Lambert de Faria (Titular participante)	33	7	2	0	0	35	0	0	1	35
Des. Francisco Oliveira Neto (Titular participante)	23	2	0	0	0	25	0	0	0	23
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	14	2	5	0	0	9	0	0	0	8
Des. Jorge Luis Costa Beber (Titular participante)	19	7	6	0	0	20	0	0	3	16
Des. Guilherme Nunes Born (Titular participante)	39	3	8	0	0	36	0	0	0	33
Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior	28	3	6	0	0	23	0	0	0	19
Des. Luiz Zanelato	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Des. Luiz Zanelato (Titular participante)	26	0	5	0	0	19	0	0	0	14
Des. Dinart Francisco Machado (Titular participante)	4	3	1	0	0	6	0	0	0	4
Des. Gerson Cherem II (Titular participante)	8	2	3	0	0	7	0	0	0	7
Desa. Rosane Portella Wolff (Titular participante)	5	9	0	0	0	15	0	0	0	12
Desa. Denise de Souza Luiz Francoscki	13	0	0	0	13	0	0	0	0	12
Des. Artur Jenichen Filho (Titular participante)	10	0	1	0	0	10	0	0	0	8
Des. Paulo Ricardo Bruschi (Titular participante)	3	1	0	0	0	4	0	0	0	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**363**	**68**	**58**	**0**	**0**	**362**	**0**	**0**	**5**	**299**

Câmaras de Férias (janeiro)

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO)

Magistrado	Distribuídos /Incidentes	Redistr.	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos assinados	Desp. revisor	Desp. relator	Voto Relat revis	Pedido De vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Ricardo Roesler	78	56	85	38	0	130	38	1	0	20
Des. Volnei Celso Tomazini	0	0	0	40	0	0	0	0	0	0
Des. Volnei Celso Tomazini (Cooperador)	77	56	76	0	0	147	40	0	0	62
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	0	63	0	0	0	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	74	61	86	0	0	159	62	0	0	55
Des. Sérgio Rizelo	79	58	94	45	0	133	46	0	0	53
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**308**	**231**	**341**	**186**	**0**	**569**	**186**	**1**	**0**	**190**

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO (JANEIRO)

Magistrado	Distribuídos/Incidentes	Redistr.	Julgamentos Acórdãos Dec. Monocr.	Acórdãos Assinados	Desp. Revisor	Desp. Relator	Voto Relat Revis	Pedido De vista	Receb. Por Transf.	Liminares
Des. Gaspar Rubick	10	5	2	0	0	11	0	0	0	1
Des. Newton Trisotto	11	5	1	0	0	19	0	0	0	9
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	14	5	2	0	0	17	0	0	0	6
Des. Jorge Luiz de Borba	9	8	2	0	0	14	0	0	0	6
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**44**	**23**	**7**	**0**	**0**	**61**	**0**	**0**	**0**	**22**

4. Processos remetidos a outros Tribunais, baixados à origem, arquivados, entrados e julgados

	REMETIDOS A OUTROS TRIBUNAIS	REMESSA AO STF	REMESSA AO STJ	BAIXADOS À ORIGEM	ARQUIVADOS	ENTRADOS	JULGADOS
TOTAL	718	389	12.736	91.472	7.585	113.772	114.024

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 10.

5. Interposição e admissibilidade de recursos aos Tribunais Superiores.

No ano de 2014, aproximadamente 87,25% dos recursos distribuídos aos Tribunais Superiores foram Recursos Especiais e 12,74% Recursos Extraordinários e Ordinários, conforme se conclui dos dados apresentados abaixo.

Tabela 5.1 Interposição de recursos aos Tribunais Superiores

ÓRGÃO JULGADOR	DISTRIBUIÇÃO RECURSO ESPECIAL	DISTRIBUIÇÃO RECURSO EXTRA-ORDINÁRIO	DISTRIBUIÇÃO MEDIDA CAUTELAR	DISTRIBUIÇÃO EMBARGOS DECLARATÓRIOS	DISTRIBUIÇÃO AGRAVO REGIMENTAL	DISTRIBUIÇÃO RECURSO ORDINÁRIO	AGRAVOS ART. 544 CPC (AGUARDANDO JULGAMENTO)	REENTRADA REC/INCID
Segunda Vice-Presidência	4.985	1.335	36	124	367	394	96	1.646
Terceira Vice-Presidência	14.904	1.159	23	273	1.777	17	887	7.760
TOTAL	**19.897**	**2.494**	**108**	**13.881**	**2.700**	**411**	**986**	**10.043**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 46.

No que se refere à admissibilidade dos recursos interpostos aos Tribunais Superiores, os dados apresentados na tabela abaixo demonstram que, em 2014, as Vice-Presidências do TJSC analisaram a admissibilidade de 22.481 Recursos Especiais (admitidos e não admitidos), representando aproximadamente 112% do volume de Recursos Especiais interpostos no mesmo período.

Tabela 5.2 Admissibilidade de recursos interpostos aos Tribunais Superiores

ÓRGÃO JULGADOR	RECURSO ESPECIAL ADMITIDO	RECURSO ESPECIAL NEGADO	RECURSO EXTRAORDINÁRIO ADMITIDO	RECURSO EXTRAORDINÁRIO NEGADO	DECISÕES DIVERSAS PUBLICADAS	DESPACHOS DIVERSOS NÃO PUBLICADOS	REDISTRIBUIÇÃO
Segunda Vice-Presidência	1.593	3.682	584	1.103	3.220	1.342	0
Terceira Vice-Presidência	1.554	15.652	11	1.397	12.262	645	2
TOTAL	**3.147**	**19.334**	**595**	**2.500**	**15.482**	**1.987**	**2**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 15.

Dos Recursos Especiais analisados em 2014, 19.334 não foram admitidos, representando cerca de 86% do volume de Recursos Especiais analisados.

As Vice-Presidências do TJSC analisaram, ainda, no mesmo período, a admissibilidade de 3.095 Recursos Extraordinários; 24% a mais do volume de Recursos Extraordinários distribuídos em 2014 (2.494).

Dentre os Recursos Extraordinários analisados, 2.500 foram negados, representam cerca de 80% do volume de Recursos Extraordinários analisados.

6. Tabela de Sessões realizadas SPA por órgão julgador

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	ADMINISTRATIVAS	TOTAL
Tribunal Pleno	22	0	3	25
Órgão Especial	22	1	0	23
Câmara Especial Regional de Chapecó	21	0	0	21
Grupo de Câmaras de Direito Civil	11	0	0	11
Primeira Câmara de Direito Civil	43	0	0	43
Segunda Câmara de Direito Civil	42	0	0	42
Terceira Câmara de Direito Civil	44	0	0	44
Quarta Câmara de Direito Civil	43	0	0	43
Quinta Câmara de Direito Civil	46	0	0	46
Sexta Câmara de Direito Civil	44	0	0	44
Grupo de Câmaras de Drto. Comercial	9	0	0	9
Primeira Câmara de Direito Comercial	43	0	0	43
Segunda Câmara de Direito Comercial	44	0	0	44
Terceira Câmara de Direito Comercial	47	0	0	47
Quarta Câmara de Direito Comercial	42	0	0	42
Quinta Câmara de Direito Comercial	43	0	0	43
Grupo de Câmaras de Direito Público	11	1	0	12
Primeira Câmara de Direito Público	47	1	0	48
Segunda Câmara de Direito Público	44	0	0	44
Terceira Câmara de Direito Público	44	0	0	44
Quarta Câmara de Direito Público	43	1	0	44
Câmara Civil Especial	19	1	0	20
Seção Criminal	10	1	0	11
Primeira Câmara Criminal	44	0	0	44
Segunda Câmara Criminal	48	2	0	50
Terceira Câmara Criminal	44	0	0	44
Quarta Câmara Criminal	46	0	0	46
Segunda Câmara Criminal (Janeiro)	4	0	0	4
TOTAL	**970**	**8**	**3**	**981**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário SPA SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: sessão.

7. Processos Pendentes de Julgamento para o ano de 2015 (dados obtidos diretamente do Sistema de Automação do Poder Judiciário em 07.01.2015)

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina inicia o ano de 2015 com **76.979** processos em seu acervo, distribuídos conforme demonstrado nas tabelas abaixo (Fonte: Sistema de Automação do Judiciário SPA SAJ/SG. Relatórios de Processos Pendentes):

7.1 Processos pendentes na Presidência e Vice-Presidências

Presidência

PRESIDÊNCIA

Magistrado	Quantidade
Des. Nelson Schaefer Martins	6
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**6**

Primeira Vice-Presidência

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Torres Marques	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1**

Segunda Vice-Presidência

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	**Quantidade**
Desa. Sônia Maria Schmitz	874
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**874**

Terceira Vice-Presidência

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	3.642
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**3.642**

7.2 Processos pendentes nos demais órgãos julgadores

a) Tribunal Pleno

TRIBUNAL PLENO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Newton Trisotto	1
Desa. Soraya Nunes Lins	1
Desa. Sônia Maria Schmitz	1
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	1
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	2
Des. José Inacio Schaefer	1
Des. João Batista Góes Ulysséa	1
Des. Ronei Danielli	1
Des. Robson Luz Varella	1
Desa. Denise Volpato	1
Des. Sérgio Rizelo	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**12**

b) Órgão Especial

ÓRGÃO ESPECIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Gaspar Rubick	59
Des. Pedro Manoel Abreu	59
Des. Trindade dos Santos	111
Des. Cláudio Barreto Dutra	88
Des. Newton Trisotto	34
Des. Vanderlei Romer	25
Des. Eládio Torret Rocha	35
Des. Nelson Schaefer Martins	1
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	40
Des. Monteiro Rocha	144
Des. Fernando Carioni	36
Des. Torres Marques	3
Des. Rui Fortes	43
Des. Marcus Tulio Sartorato	59
Des. Cesar Abreu	69
Desa. Salete Silva Sommariva	4
Des. Salim Schead dos Santos	15
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Rita	67
Des. Jaime Ramos	2
Des. Alexandre d[illegible]vanenko	65
Des. Lédio Rosa de Andrade	60
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	24
Des. Sérgio Izidoro Heil	1
Des. João Henrique Blasi	47
Des. Jorge Luiz de Borba	27
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1
Des. Jânio Machado	20
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	98
Des. Ronei Danielli	2
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.239**

c) Câmara Civil Especial

CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1.043
Desa. Cláudia Lambert de Faria	740
Des. Luiz Zanelato	1.093
Des. Artur Jenichen Filho	655
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	498
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.030**

d) Câmara Especial Regional de Chapecó

CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Sebastião Cesar Evangelista	0
Des. Luiz Cesar Schweitzer	2.234
Des. Rubens Schulz	2.565
Des. Edemar Gruber	807
Des. Júlio César M. Ferreira de Melo	2.079
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO:	**7.685**

e) Grupos de Câmaras e Seção Criminal

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Trindade dos Santos	16
Des. Eládio Torret Rocha	11
Des. Monteiro Rocha	20
Des. Fernando Carioni	7
Des. Marcus Tulio Sartorato	7
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	10
Des. Alexandre d[illegible]vanenko	25
Des. Sérgio Izidoro Heil	8
Des. Joel Figueira Júnior	10
Des. Henry Petry Junior	3
Des. Raulino Jacó Brüning	14
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	14
Des. João Batista Góes Ulysséa	29
Des. Ronei Danielli	10
Des. Sebastião César Evangelista	21
Desa. Denise Volpato	17
Des. Domingos Paludo	32
Des. Mariano do Nascimento	16
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	3
Des. Odson Cardoso Filho	4
Des. Jorge Luis Costa Beber	1
Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO:	**279**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Gaspar Rubick	1
Des. Cláudio Barreto Dutra	3
Des. Salim Schead dos Santos	2
Des. Lédio Rosa de Andrade	2
Des. Luiz Fernando Boller	3
Des. Tulio Pinheiro	5
Des. Robson Luz Varella	6
Des. Altamiro de Oliveira	2

Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	1
Desa. Rosane Portella Wolff	1
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**27**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Pedro Manoel Abreu	21
Des. Newton Trisotto	4
Des. Vanderlei Romer	20
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	58
Des. Cesar Abreu	42
Des. Cid Goulart	81
Des. Jaime Ramos	14
Des. João Henrique Blasi	31
Des. Jorge Luiz de Borba	35
Des. Rodrigo Cunha	61
Des. Ricardo Roesler	59
Des. Carlos Adilson Silva	38
Des. Júlio César Knoll	7
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	1
Des. Stanley da Silva Braga	12
Des. Francisco Oliveira Neto	4
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**519**

SEÇÃO CRIMINAL	
Magistrado	Quantidade
Des. Rui Fortes	15
Desa. Salete Silva Sommariva	5
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	5
Des. Jorge Schaefer Martins	28
Desa. Marli Mosimann Vargas	7
Des. Roberto Lucas Pacheco	11
Des. Getúlio Corrêa	11
Des. Paulo Roberto Sartorato	21
Des. Carlos Alberto Civinski	12
Des. Rodrigo Collaço	6
Des. Sérgio Rizelo	9
Des. Ernani Guetten de Almeida	20
Des. Newton Varella Júnior	3
Des. José Everaldo Silva	5
Des. Volnei Celso Tomazini	2
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	4
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**164**

f) Câmaras de Direito Civil

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Raulino Jacó Brüning	863
Des. Sebastião César Evangelista	1.615
Des. Domingos Paludo	1.461
Des. Gerson Cherem II	577
Des. Artur Jenichen Filho	89
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.605**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Trindade dos Santos	290
Des. Monteiro Rocha	244
Des. João Batista Góes Ulysséa	528
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	1.701
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.763**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Fernando Carioni	177
Des. Marcus Tulio Sartorato	106
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	284
Des. Saul Steil	260
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**827**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Eládio Torret Rocha	514
Des. Joel Figueira Júnior	709
Des. Mariano do Nascimento	1.732
Des. Jorge Luis Costa Beber	348
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**3.303**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Sérgio Izidoro Heil	649
Des. Henry Petry Junior	479
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	277
Des. Odson Cardoso Filho	513
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.918**

SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Alexandre d'Ivanenko	813
Des. Ronei Danielli	451
Desa. Denise Volpato	852
Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior	826
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.942**

g) Câmaras de Direito Comercial

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Salim Schead dos Santos	289
Des. Gaspar Rubick	873
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	521
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	95
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.778**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desa. Rejane Andersen	525
Des. Luiz Fernando Boller	2.557
Des. Robson Luz Varella	1.606
Des. Dinart Francisco Machado	831
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.519**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Rodrigo Cunha	1.402
Des. Tulio Pinheiro	1.362
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	2.240
Desa. Rosane Portella Wolff	497
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.501**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Lédio Rosa de Andrade	302
Des. José Carlos Carstens Köhler	145
Des. José Inacio Schaefer	359
Des. Altamiro de Oliveira	895
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.701**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**

Des. Cláudio Barreto Dutra	337
Des. Jânio Machado	201
Desa. Soraya Nunes Lins	267
Des. Guilherme Nunes Born	298
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.103**

h) Câmaras de Direito Público

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Jorge Luiz de Borba	1.319
Des. Newton Trisotto	583
Des. Carlos Adilson Silva	1.681
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	1.280
Des. Paulo Ricardo Bruschi	740
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.603**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. João Henrique Blasi	711
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	660
Des. Cid Goulart	1.423
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	115
Des. Francisco Oliveira Neto	950
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**3.859**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Cesar Abreu	1.824
Des. Pedro Manoel Abreu	1.129
Des. Vanderlei Romer	1.107
Des. Stanley da Silva Braga	993
Des. Paulo Ricardo Bruschi	11
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.064**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Jaime Ramos	1.080
Aguardando novo titular	1.684
Des. Ricardo Roesler	1.847
Des. Júlio César Knoll	1.369
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.980**

i) Câmaras Criminais

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desa. Marli Mosimann Vargas	506
Des. Paulo Roberto Sartorato	381
Des. Carlos Alberto Civinski	414
Des. José Everaldo Silva	373
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	3
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.677**

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desa. Salete Silva Sommariva	491
Des. Getúlio Corrêa	170
Des. Sérgio Rizelo	236
Des. Newton Varella Júnior	25
Des. Volnei Celso Tomazini	253
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	4
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.179**

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Rui Fortes	403
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	211
Des. Ernani Guetten de Almeida	413
Des. Leopoldo Augusto Bruggemann	236
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt schaefer	2
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.265**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Jorge Schaefer Martins	351
Des. Roberto Lucas Pacheco	424
Des. Rodrigo Collaço	305
Des. Newton Varella Júnior	384
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	305
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.769**

j) Plantão Judiciário

PLANTÃO JUDICIÁRIO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	1
Des. Leopoldo Augusto Bruggemann	1
Des. Júlio César Knoll	20
Desa. Cláudia Lambert de Faria	29
Des. Francisco Oliveira Neto	14
Des. Jorge Luis Costa Beber	12
Des. Guilherme Nunes Born	18

Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior	16
Des. Luiz Zanelato	13
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	6
Des. Artur Jenichen Filho	4
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**134**

8. Recursos sobrestados aguardando decisão dos Tribunais Superiores

ÓRGÃO JULGADOR	RECURSOS SOBRESTADOS AO STJ	RECURSOS SOBRESTADOS AO STF	TOTAL
2ª Vice	342	1.196	1.538
3ª Vice	8.751	1.384	10.135
Órgão Especial	0	2	2
Câmara Civil Especial	7	0	7
Câmara Especial Regional de Chapecó	110	1.772	1.882
Grupo de Câmaras de Direito Público	1	0	1
Primeira Câmara de Direito Civil	3	1	4
Segunda Câmara de Direito Civil	4	0	4
Terceira Câmara de Direito Civil	17	0	17
Quarta Câmara de Direito Civil	1	0	1
Primeira Câmara de Direito Comercial	41	2.606	2.647
Segunda Câmara de Direito Comercial	44	3.543	3.587
Terceira Câmara de Direito Comercial	2	3.420	3.422
Quarta Câmara de Direito Comercial	0	2.942	2.942
Quinta Câmara de Direito Comercial	22	2.245	2.267
Primeira Câmara de Direito Público	10	2	12
Segunda Câmara de Direito Público	0	0	0
Terceira Câmara de Direito Público	0	1	1
Quarta Câmara de Direito Público	13	1	14
Segunda Câmara Criminal	0	0	0
TOTAL	**9.368**	**19.115**	**28.483**

Fonte: NURER SPR Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos da DGJ.

DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES

1) Realização de força-tarefa na Seção de Cadastramento e Processamento Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores, no período de 5 a 27 de fevereiro de 2014, que resultou no cadastramento de 2.426 Recursos Especiais, Extraordinários e Agravos do art. 544 do Código de Processo Civil.

2) Reestruturação do quadro funcional da Diretoria, consoante a necessidade de servidores, estagiários e colaboradores terceirizados para suprir a demanda de trabalho.

3) Ampliação das Divisões de Recursos aos Tribunais Superiores e de Cumprimento de Acórdãos e Processamento de Incidentes, visando o melhor aproveitamento do espaço físico e acomodação dos postos de trabalho. As obras foram concluídas em outubro de 2014.

4) Instalação de sistema de climatização de ar no Arquivo da Divisão de Editais. As obras foram concluídas em 9 de dezembro de 2014.

5) Realização de visita técnica ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de analisar a sistemática das rotinas processuais administrativas, sobretudo em relação ao processamento de Recursos Especiais e Extraordinários.

6) Realização de visita técnica ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com o objetivo de avaliar a operacionalidade do SAJ naquela Corte de Justiça.

7) Participação na reestruturação do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos NURER, com a disponibilização de dois servidores que atuaram diretamente na sistematização das rotinas de trabalho e na adequação do número de servidores às demandas do núcleo.

8) Participação no grupo de homologação do SAJ/SG5, com a designação de uma servidora para atuar diretamente na configuração de fluxos físicos e digitais de trabalho e no processo de migração do SAJ/SG3 para o SAJ/SG5, juntamente com a empresa Softplan e a Diretoria de Tecnologia e Informação.

9) Ajuste de pendências encaminhadas pela Secretaria Estatística das Instâncias Recursais, por intermédio das Divisões de Cumprimento de Acórdãos e Processamento de Incidentes e de Recursos aos Tribunais Superiores, mediante a retificação e/ou adequação de 68 movimentações processuais constantes do SAJ.

10) Participação no 1º Ciclo de Estudos sobre Repercussão Geral e Recursos Repetitivos, no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

11) Participação dos gestores da Diretoria nos cursos de Comunicação Institucional com Foco na Comunicação Interna Turma 6; Gerenciamento de Projetos Turma 2; MS Project 2010 Turma 1; Gestão de Conflitos; Gestão Orçamentária e Financeira; Administração Judiciária, promovidos pela Academia Judicial.

12) Participação nas reuniões do Corpo Diretivo.

13) Manutenção do programa de ginástica laboral iniciado em 2013, no qual os servidores realizam exercícios de relaxamento e alongamento, com duração aproximada de 10 minutos, 3 vezes por semana.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO - PRODUTIVIDADE GABINETE	
Pareceres/Informações/Manifestações	11
Participação em reuniões	37
Participação em reuniões do SAJ5	14
Ofícios expedidos	143
Certidões narrativas	703
Alvarás judiciais expedidos	109
Autos de penhora no rosto dos autos expedidos	110

PRODUTIVIDADE DIVISÃO DE EDITAIS	
Preparação e publicação de editais	110.176
Análise de processos	108.712
Controle de prazos	142.920
Intimações pessoais	32.744

PRODUTIVIDADE DIVISÃO DE CUMPRIMENTO DE ACÓRDÃOS E PROCESSAMENTO DE INCIDENTES	
Cumprimento de acórdãos	5.083
Arquivamento	6.541
Baixa à origem	61.437
Cadastro de incidentes	20.579
Petições recebidas	22.304
Petições juntadas	22.207

PRODUTIVIDADE DIVISÃO DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES	
Petições e ofícios recebidos	76.581
Petições e ofícios juntados	77.389
Recursos e agravos cadastrados	31.790
Intimações expedidas e publicadas (para apresentar resposta nos recursos e agravos)	27.984
Certificação de decurso de contrarrazões	16.499
Recursos e agravos analisados remetidos à PGJ, ao NURER e concluídos ao 2º e ao 3º Vice-Presidentes	39.711
Despachos e atos ordinatórios publicados	43.084
Analisados e baixados à origem ou remetidos ao STJ/STF	27.370
Analisados e arquivados definitivamente ou temporariamente	1.176
Analisados e encaminhados à Seção de Digitalização	11.654
Ofícios expedidos	1.038
Agravos regimentais redistribuídos ao Órgão Especial	2.902

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

A Diretoria de Documentação e Informações, com o apoio de sua Assessoria Técnica, desenvolveu planos de melhoria e acompanhamento de resultados, com incentivo à mudança e à valorização do trabalho em equipe, o que trouxe benefícios que podem ser aferidos com base nos relatórios estatísticos elaborados pelas respectivas Divisões.

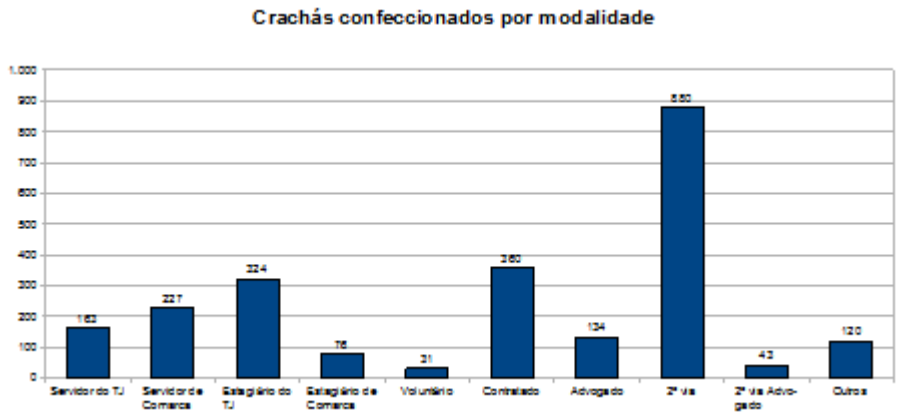
DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

É composta pela Seção de Atendimento e Informações e pela Seção de Protocolo.

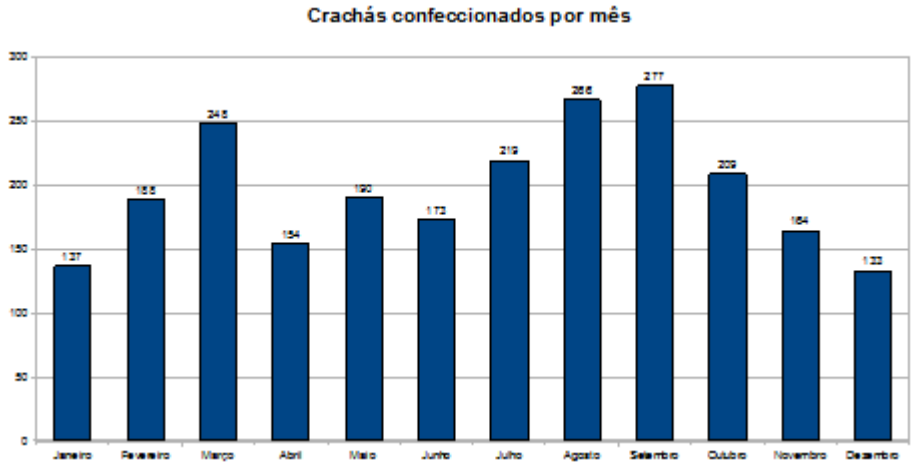
Além de gerir as seções a ela vinculadas, a Divisão disponibilizou carteiras de identidade funcionais para os Magistrados e para os servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme segue:

CONFECÇÃO DE CRACHÁS													
Modalidade	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**	**TOTAL**
Servidor do TJ	4	16	8	18	11	11	13	17	18	14	15	18	**163**
Servidor de Comarca	10	15	20	7	26	23	28	16	22	28	14	18	**227**
Estagiário do TJ	17	13	21	27	31	12	36	53	33	32	23	26	**324**
Estagiário de Comarca	0	0	0	0	0	0	0	50	14	0	12	0	**76**
Voluntário	3	3	3	2	3	2	3	2	2	2	6	0	**31**
Contratado	53	37	64	31	30	29	28	11	18	28	10	21	**360**
Advogado	5	23	9	7	14	12	18	0	12	10	16	8	**134**
2ª via	40	76	113	60	75	84	74	108	70	80	60	40	**880**
2ª via Advogado	5	5	10	2	0	0	5	9	2	1	2	2	**43**
Outros							14		86	14	6	0	**120**
TOTAL	**137**	**188**	**248**	**154**	**190**	**173**	**219**	**266**	**277**	**209**	**164**	**133**	**2.358**

Fonte: controle estatístico da Divisão



Fonte: controle estatístico da Divisão.



Fonte: controle estatístico da Divisão.

CARTEIRA DE IDENTIDADE FUNCIONAL	
Modalidade	**Quantidade**
Servidor	142
Magistrado	18
TOTAL	**160**

Fonte: controle estatístico da Divisão.

A Divisão também procedeu à manutenção do sistema de acesso aos prédios do Tribunal de Justiça e ao fornecimento de relógios protocolizadores eletrônicos para todas as Comarcas e para o Tribunal de Justiça. A Seção de Atendimento e Informações, onde é realizado o controle do acesso às dependências do Tribunal de Justiça, mediante a emissão de crachás temporários e de crachás permanentes, é integrada pelos Centros de Atendimento e Informações, pela Central de Cadastramento e pelo Protocolo Judicial Expresso (este até o dia 9 de novembro de 2014).

Os Centros de Atendimento e Informações foram criados para proporcionar um atendimento diferenciado aos usuários internos e externos do Poder Judiciário de Santa Catarina. Instalados no Tribunal de Justiça e em algumas Comarcas do Estado, esses setores são responsáveis por prestar informações relativas à estrutura organizacional, ao quadro funcional do Tribunal de Justiça e das Comarcas, aos dados processuais relacionados aos horários e às pautas de audiências e de sessões, bem como por fornecer cópias de acórdãos e por emitir certidões e boletos. Seguem os dados estatísticos:

CENTRO DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MÊS	ATENDIMENTO PRESENCIAL	ATENDIMENTO TELEFÔNICO	ATENDIMENTO ELETRÔNICO	TOTAL
Janeiro	175	638	241	1.054
Fevereiro	281	1.142	190	1.613
Março	235	949	155	1.339
Abril	256	1.049	168	1.473
Maio	309	787	174	1.270
Junho	356	1.141	219	1.716
Julho	517	1.335	320	2.172
Agosto	379	1.230	306	1.915
Setembro	498	1.479	154	2.131
Outubro	613	1.467	71	2.151
Novembro	486	1.534	137	2.157
Dezembro	444	1.318	120	1.882
TOTAL	**4.549**	**14.069**	**2.255**	**20.873**

Fonte: controle estatístico da Divisão.

CENTRO DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES DAS COMARCAS

COMARCAS	ATENDIMENTO PRESENCIAL	ATENDIMENTO TELEFÔNICO	ATENDIMENTO ELETRÔNICO	TOTAL DE ATENDIMENTOS
Araranguá	839	2.286	0	**3.125**
Bal. Camboriú	1.675	14.071	225	**15.971**
Biguaçu	9.390	1.691	388	**11.469**
Blumenau	58.811	3.708	0	**62.519**
Brusque	2.767	3.459	1.083	**7.309**
Camboriú	7.767	1.329	826	**9.922**
Campos Novos	40.029	12.291	184	**52.504**
Capital	2.546	8.787	0	**11.333**
Chapecó	41.757	13.378	954	**56.089**
Concórdia	14.926	2.802	0	**17.728**
Criciúma	8.988	5.684	5	**14.677**
Curitibanos	10.135	5.710	0	**15.845**
Itajaí	13.603	1.683	164	**15.450**
Itapema	63	44	0	**107**
Jaraguá do Sul	19.124	801	603	**20.528**
Joaçaba	344	1.631	41	**2.016**
Joinville	15.724	17.042	6.352	**39.118**
Lages	20.461	4.822	0	**25.283**
Laguna	-	-	-	*
Navegantes	3.941	471	0	**4.412**
Otacílio Costa	-	-	-	*

Palhoça	25.591	4.915	1.430	**31.936**
Rio do sul	353	1.235	0	**1.588**
São Bento do Sul	0	15.228	0	**15.228**
São José	13.108	4.055	0	**17.163**
Tubarão	14.619	8.967	77	**23.663**
Urussanga	6.843	328	0	**7.171**
Xanxerê	20.099	2.038	0	**22.137**
TOTAL	**353.503**	**138.456**	**12.332**	**504.291**

Fonte: controle estatístico das Comarcas.
(*) Comarca não informou a quantidade de atendimentos.

A Central de Cadastramento, por sua vez, responsabiliza-se pelos registros das informações pessoais dos usuários no sistema de acesso, e a Recepção, pela orientação do público em geral, com a prestação de informações sobre a localização dos setores no Tribunal de Justiça, tanto para usuários externos quanto para internos, encaminhando-os aos locais pretendidos ou a outras instituições. Os dados estatísticos coletados foram:

ACESSOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA				
Mês	**Visitantes**	**Estudantes em visita institucional**	**Advogados**	**Total de acessos (*)**
Janeiro	2.590	0	1.192	**3.782**
Fevereiro	2.681	0	2.032	**4.713**
Março	2.780	134	1.872	**4.786**
Abril	2.796	339	1.990	**5.125**
Maio	2.866	350	2.158	**5.374**
Junho	2.759	269	1.903	**4.931**
Julho	3.107	96	2.271	**5.474**
Agosto	3.066	181	2.145	**5.392**
Setembro	3.199	398	2.017	**5.614**
Outubro	3.294	660	2.215	**6.169**
Novembro	3.453	258	2.395	**6.106**
Dezembro	2.717	0	1.565	**4.282**
TOTAL	**35.308**	**2.685**	**23.755**	**61.748**

Fonte: Sistema DMPAccess.

O Protocolo Judicial Expresso tem como atribuições o recebimento, o protocolo e a distribuição de petições endereçadas ao Tribunal de Justiça, ao Fórum Central e ao Fórum Desembargador Eduardo Luz, da Comarca da Capital; bem como a devolução de processos originários do Tribunal de Justiça e das Varas do Fórum Central e do Fórum Desembargador Eduardo Luz, da Comarca da Capital, que estejam em carga com os Advogados.

Encontra-se localizado no estacionamento do Tribunal de Justiça e funciona em expediente único, nos dias úteis, das 12h às 19h. Atende usuários que trafegam em veículos automotores, e o recebimento de documentos é limitado em 20, entre petições e processos, para cada usuário, por atendimento.

A partir de 10 de novembro de 2014, o Protocolo Judicial Expresso (Pjex) foi transferido para a Seção de Protocolo Judicial e Informações, da Divisão de Protocolo Judicial, vinculada à Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual. Desta feita, seguem as estatísticas de recebimento de petições e de processos até o dia 9 de novembro de 2014:

PROTOCOLO JUDICIAL EXPRESSO					
MÊS	PROCESSOS DE PRIMEIRO GRAU	PETIÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	PROCESSOS DE SEGUNDO GRAU	PETIÇÕES DE SEGUNDO GRAU	TOTAL
Janeiro	1.421	536	204	685	**2.846**
Fevereiro	2.432	930	384	995	**4.741**
Março	1.907	670	212	1.000	**3.789**
Abril	2.453	695	363	1.384	**4.895**
Maio	2.483	752	363	1.313	**4.911**
Junho	2.215	614	368	1.210	**4.407**
Julho	2.609	858	608	1.295	**5.370**
Agosto	1.994	721	431	1.226	**4.372**
Setembro	2.210	722	458	1.462	**4.852**
Outubro	1.730	570	462	1.586	**4.348**
Novembro	268	181	96	334	**879**
Dezembro	-	-	-	-	-
TOTAL	**21.722**	**7.249**	**3.949**	**12.490**	**45.410**

Fontes: SAJ/PG e SAJ/SG.

A Seção de Protocolo é o setor responsável por receber, protocolizar, cadastrar no sistema, preparar e encaminhar aos setores competentes processos administrativos e precatórios. Tem, ainda, as seguintes atribuições: gerenciar e atualizar o Sistema de Protocolo e atender usuários internos e externos quanto à utilização dos Sistemas de Protocolo Administrativo e Precatórios.

A Seção teve participação efetiva na criação e no desenvolvimento do processo eletrônico administrativo (SPA), mediante trabalho de parceria desenvolvido com a Diretoria de Tecnologia da Informação, notadamente no que tange à criação e à compilação das tabelas de classes e de assuntos. Eis a estatística de produtividade anual:

PROTOCOLO ADMINISTRATIVO				
MÊS	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	PRECATÓRIOS	PETIÇÕES/PRECATÓRIOS	TOTAL
Janeiro	2.252	45	137	2.434
Fevereiro	2.956	93	258	3.307
Março	2.864	150	140	3.154
Abril	3.436	217	136	3.789
Maio	2.944	270	131	3.345
Junho	2.890	967	162	4.019
Julho	3.159	270	166	3.595
Agosto	3.163	111	145	3.419

Setembro	2.953	121	170	3.244
Outubro	2.714	185	185	3.084
Novembro	2.377	80	138	2.595
Dezembro	1.759	38	105	1.902
TOTAL	**33.467**	**2.547**	**1.873**	**37.887**

Fontes: Sistemas PTC e SAJ.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

É composta por três seções: Revisão; Padronização e Conferência de Acórdãos; e Publicações. À primeira compete revisar documentos administrativos e judiciais do PJSC; orientar a produção de documentos no PJSC; confeccionar o Guia Prático de Redação do TJSC, a revista Jurisprudência Catarinense e o Anuário das Turmas de Recursos; e elaborar dicas de Português para o Portal do Servidor.

Os servidores da Seção de Revisão desenvolveram atividades de correção e padronização de documentos para grande parte da estrutura administrativa e judiciária do Tribunal de Justiça, a saber: Gabinete da Presidência; Gabinete da 1ª Vice-Presidência; Corregedoria-Geral da Justiça; Diretoria-Geral Administrativa; Diretoria-Geral Judiciária; Assessoria de Planejamento; Diretoria de Recursos Humanos; Diretoria de Saúde; Diretoria de Infraestrutura; Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude – Ceij; Comissão Estadual Judiciária de Adoção – Ceja; Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Programas Adequados de Solução de Conflitos; Comissão Permanente de Jurisprudência; gabinetes; e para a própria Diretoria de Documentação e Informações.

Os servidores desta Seção elaboraram **13** dicas de Português para o Portal do Servidor e revisaram **870** sentenças de Juízes em processo de vitaliciamento, além de criar e aplicar, pela primeira vez, formulário representativo das correções sugeridas nessas sentenças.

Foram corrigidos **723** acórdãos e revisados **113** documentos administrativos, dentre os quais agenda e calendário do ano subsequente, apostilas, comunicados, discursos, informativos de jurisprudência, materiais informativos, ofícios, projetos, projetos de lei, relatórios e resoluções.

Também foi feita a revisão do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e do livro Comarcas de Santa Catarina. Ademais, diversos textos disponibilizados em portais do *site* do Poder Judiciário de Santa Catarina, além de *hotsites*, conteúdo de *folders* e materiais de divulgação de projetos foram corrigidos.

Parte dos textos do noticiário, o índice por assunto das revistas Jurisprudência Catarinense – números 127 e 128 – e o conteúdo do primeiro Anuário das Turmas de Recursos foram revisados e formatados de

acordo com as normas da ABNT (NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024 e NBR 10520). A distribuição de tais periódicos também foi realizada pela Seção de Revisão.

Foram revisados, de 7 de janeiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, os seguintes documentos, consoante demonstrativo abaixo:

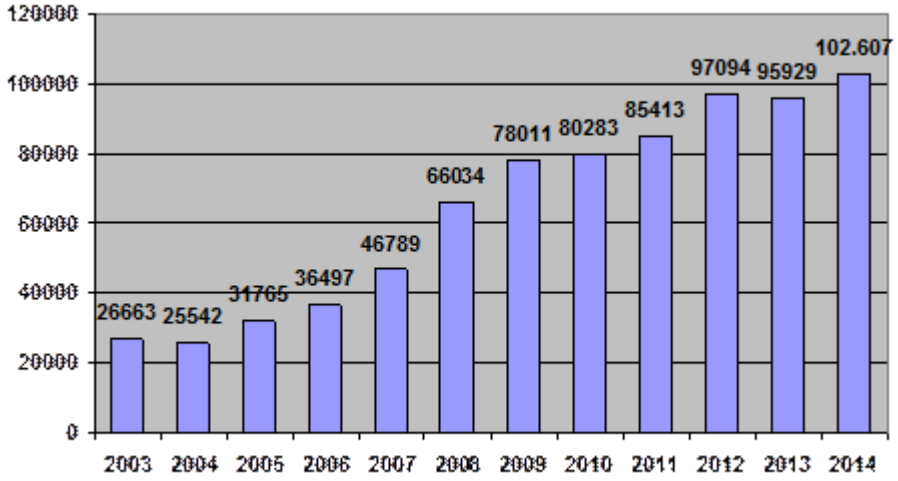
TIPO DE DOCUMENTO	QUANTIDADE	TIPO DE DOCUMENTO	QUANTIDADE
Acórdão	723	Ofício	4
Agenda	1	Ofício-circular	1
Alvará	4	Ordem de serviço	1
Apostila	2	Parecer	2
Ato ordinatório	9	Pesquisa	1
Ato regimental	1	POP	1
Calendário	1	Processo	1
Cartão	1	Programação de evento	1
Certidão	1	Projeto	6
Circular	1	Projeto de lei	3
Comunicado	7	Provimento	2
Dica de Português	12	Regimento interno	1
Dica de saúde	12	Relatório	4
Discurso	4	Resolução CGJ	3
E-mail	3	Resolução CM	8
Folder	1	Resolução conjunta	4
Informativo de jurisprudência	4	Resolução GP	7
Livro	1	Resolução TJ	16
Manual	1	Sentença	870
Material informativo	6	**TOTAL DE DOCUMENTOS**	**1.731**

Fonte: controle estatístico da Seção de Revisão.

Na Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos, foram padronizados 92.653 acórdãos (encaminhados para publicação entre 7 de janeiro e 19 de dezembro de 2014) recebidos de gabinetes, além de 8.248 que foram remetidos pela Seção aos gabinetes dos Desembargadores e Juízes de Direito de Segundo Grau para retificação do texto, como, por exemplos: a data de assinatura do acórdão ou a data da sessão de julgamento, o nome das partes e dos Desembargadores que participaram do julgamento, a decisão, a ortografia da ementa, dentre outros. Foram remetidos **1.647** processos à Divisão de Secretaria de Órgãos Julgadores, da Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual, para retificação de certidão de julgamento, reautuação/correção no cadastro processual, juntada de petições e publicação de despachos, e **69**, à Divisão de Editais, totalizando **102.607** conferências entre os dias 7 de janeiro de 2014 e 19 de dezembro de 2014.

Destaca-se nesta Seção, afora os números citados acima, o trabalho de orientação aos gabinetes suso referidos para a confecção de acórdãos em conformidade com a Resolução n. 29/2011–TJ e com o Ato Regimental 90/98-TJ.

Número de acórdãos conferidos



Fonte: Sistema SAJ/SG.

Em cooperação com a Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário, foram validados/indexados **565** processos encaminhados aos Tribunais Superiores.

Por fim, a Seção de Publicações, que tem por atribuições diagramar o Diário da Justiça eletrônico e disponibilizá-lo no *site* do Poder Judiciário de Santa Catarina, publicar matérias administrativas do Poder Judiciário de Santa Catarina em periódicos de grande circulação no Estado e no Diário Oficial, e digitalizar os acórdãos julgados no Tribunal de Justiça, desenvolveu, em especial, duas outras atividades: digitalização dos acórdãos do Tribunal de Justiça e confecção do Diário da Justiça eletrônico.

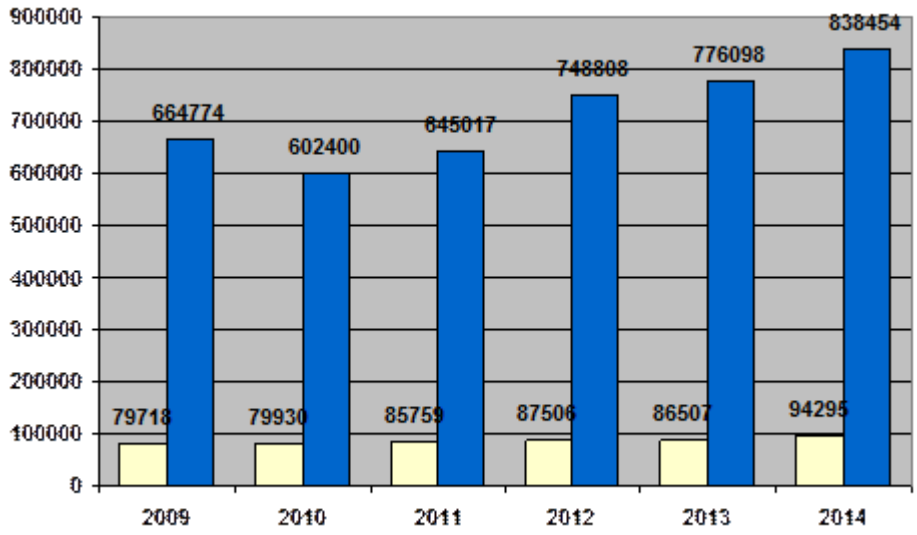
Foram digitalizados **94.295** (período de 1º de dezembro de 2013 a 19 de dezembro de 2014. Fonte: Sistema de Digitalização de Acórdãos - SDA) acórdãos, conforme quadro abaixo. Esses acórdãos totalizam **838.454** páginas digitalizadas.

Número de acórdãos e de páginas digitalizadas

PERÍODO	ACÓRDÃOS DIGITALIZADOS	PÁGINAS DIGITALIZADAS
2013/12	8.263	74.797
2014/01	2.228	20.296

2014/02	6.513	58.440
2014/03	7.166	66.431
2014/04	7.845	69.889
2014/05	7.466	64.002
2014/06	7.014	61.757
2014/07	9.027	77.894
2014/08	7.345	65.010
2014/09	8.041	71.892
2014/10	7.838	68.786
2014/11	7.626	67.616
2014/12	7.923	71.644
TOTAIS:	**94.295**	**838.454**

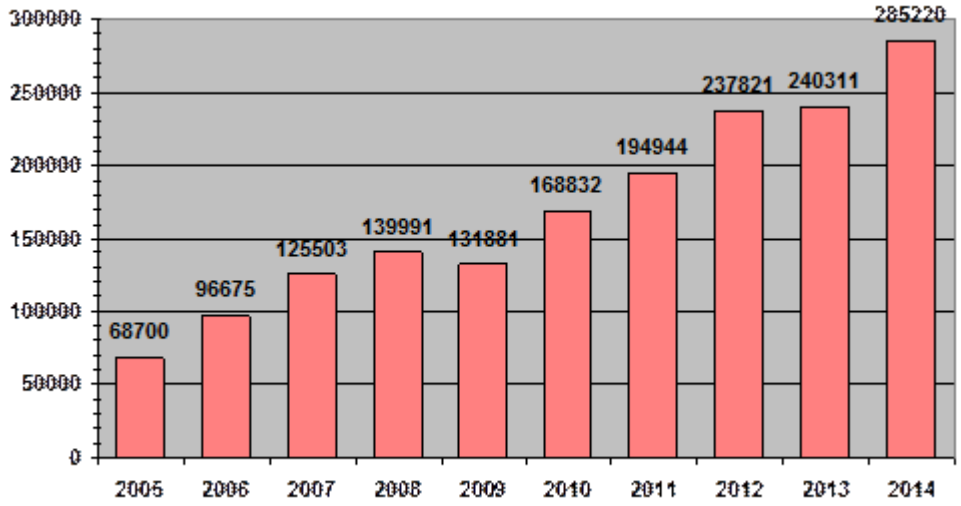
Fonte: Sistema de Digitalização de Acórdãos (SDA).



Fonte: Sistema de Digitalização de Acórdãos (SDA).

No mesmo período, foram diagramadas e disponibilizadas no *site* do Poder Judiciário de Santa Catarina, **241** edições do Diário da Justiça eletrônico, uma delas extraordinária. Nessas edições foram publicadas **285.220** matérias.

Número de matérias publicadas no Dje



Fonte: Módulo de Apoio à Editoração (MAE).

Referida Seção também foi responsável pela publicação de, aproximadamente, **274** matérias provenientes da Diretoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça no jornal Diário Catarinense. No Diário Oficial do Estado foram publicadas **46** matérias do Poder Judiciário de Santa Catarina.

DIVISÃO DE ARQUIVO E MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

É responsável pela guarda centralizada dos processos judiciais arquivados e da documentação administrativa arquivada e produzida pela Secretaria do Tribunal de Justiça catarinense.

Dentre suas principais atribuições estão o gerenciamento do seu quadro de pessoal e das atividades relativas à manutenção, à conservação e à limpeza dos galpões que abrigam seu acervo e os setores administrativos, além do acompanhamento e da atualização dos fluxos das atividades desempenhadas pelas seções a ela vinculadas.

O setor conta, atualmente, com uma equipe de **147** colaboradores, entre servidores efetivos, estagiários e terceirizados, que atuam em **4** galpões localizados nos municípios de São José e de Palhoça. Além disso há, em sua estrutura, o Museu do Judiciário e a Capela Ecumênica, localizados na sede do Tribunal de Justiça.

A Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário buscou como meta, no exercício de 2014, a otimização de recursos e a organização de seu acervo, bem como agilidade no atendimento a pedidos de desarquivamento, solicitados pelas Comarcas.

Nesse sentido, destacam-se as seguintes metas atingidas:

- organização de **85.000** caixas de processos na unidade própria localizada no bairro Aririú, no município de Palhoça, o que possibilitou a instalação de estantes porta *pallets* e viabilizará as obras previstas para o próximo ano;
- finalização da organização do acervo localizado nos galpões de São José, o que tornará viável a mudança de **160.000** caixas de processos para prédio próprio, no próximo ano;
- identificação e catalogação de, aproximadamente, **45.000** processos judiciais findos e sem cadastros no sistema judiciário; e
- tratamento das pendências de desarquivamento dos últimos anos, o que reduziu de **1%** para **0,62%** o índice de não atendimento.

Na Seção de Preparo Técnico foi iniciado o trabalho de identificação e análise do seu acervo, para fins de elaboração de planos de classificação documental e atualização das Tabelas de Temporalidade da documentação administrativa da Secretaria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, seguindo as recomendações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq.

O setor recebeu, conferiu e alocou **1.943** caixas de documentos e de processos administrativos, nos termos da Resolução n. 09/05 TJ, e ainda efetuou o desarquivamento da documentação administrativa, conforme segue:

Estatística:

MÊS	REMESSA FÍSICA	REMESSA DIGITAL	PESQUISA EM MICROFILME
Janeiro	182	83	126
Fevereiro	136	151	209
Março	146	77	237
Abril	163	142	246
Maio	333	136	130
Junho	158	195	107
Julho	91	75	213
Agosto	139	137	119
Setembro	145	183	143
Outubro	153	165	95
Novembro	220	122	232
Dezembro	57	61	119
TOTAL GERAL	**1.918**	**1.527**	**1.976**

Fonte: Seção de Preparo Técnico/DAMJ.

Na Seção de Controle Cadastral, responsável pelo recebimento, conferência e alocação das caixas de processos judiciais findos de primeiro grau, para arquivamento centralizado, tem-se a seguinte estatística:

MÊS	CAIXAS RECEBIDAS	CAIXAS CONFERIDAS
Janeiro	0	106
Fevereiro	0	150
Março	1.150	370
Abril	7.042	455
Maio	5.775	3.453
Junho	4.550	4.907
Julho	4.216	6.255
Agosto	4.053	5.724
Setembro	4.074	4.770
Outubro	4.015	4.127
Novembro	5.192	3.929
Dezembro	3.259	1.632
TOTAL GERAL	**43.326**	**35.875**

Fonte: Seção de Controle Cadastral/DAMJ.

A Seção de Alocação e Localização, cujas atribuições são o desarquivamento de processos judiciais findos de Primeiro Grau, solicitados pelas Comarcas e pelos demais setores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim como o rearquivamento destes, apresentou a estatística a seguir declinada:

MÊS	PROCESSOS DESARQUIVADOS	PROCESSOS REARQUIVADOS
Janeiro	5.553	3.490
Fevereiro	6.114	3.967
Março	6.007	5.076
Abril	6.663	5.021
Maio	7.671	5.243
Junho	5.875	6.305
Julho	13.167	7.095
Agosto	8.752	6.896
Setembro	5.837	6.954
Outubro	5.378	4.786
Novembro	5.583	4.384
Dezembro	3.462	2.851
TOTAL GERAL	**80.039**	**62.068**

Fontes: Sistema SAJ/ARC e Seção de Alocação e Localização.

Na Seção de Digitalização e Pesquisa, responsável pela preparação, digitalização, indexação e remessa eletrônica dos processos judiciais ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, pela guarda temporária dos autos físicos respectivos, enquanto aguardam o julgamento nas respectivas Cortes Superiores, e, também, pelo gerenciamento do arquivo definitivo de processos findos originários do Tribunal de Justiça catarinense, foram coletados os seguintes dados (Fontes: Sistemas SAJ/SG e ISTJ):

MÊS	PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS ENVIADOS À DRI PARA REMESSA FÍSICA AO STJ	PROCESSOS ENVIADOS ELETRONICAMENTE AO STJ	PROCESSOS ENVIADOS ELETRONICAMENTE AO STF
Janeiro	522	0	717	9
Fevereiro	1.376	0	682	12
Março	1.596	0	923	11
Abril	493	299	849	32
Maio	614	81	766	2
Junho	955	0	826	0
Julho	1.111	0	1.201	14
Agosto	1.004	0	1.070	11
Setembro	1.251	0	1.057	18
Outubro	1.156	103	985	5
Novembro	1.006	0	942	17
Dezembro	553	0	510	10
TOTAL GERAL	**11.637**	**483**	**10.528**	**141**

Arquivamento e desarquivamento de processos em guarda temporária e definitiva

MÊS	PROCESSOS ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE	PROCESSOS ARQUIVADOS TEMPORARIAMENTE	PROCESSOS DESARQUIVADOS
Janeiro	254	509	727
Fevereiro	643	713	489
Março	525	356	1.120
Abril	1.282	1.044	829
Maio	1.064	824	1.337
Junho	361	742	1.825
Julho	832	1.019	1.707
Agosto	650	1.298	466
Setembro	396	979	760
Outubro	655	641	889
Novembro	197	302	1.142
Dezembro	613	772	528
TOTAL GERAL	**7.472**	**9.199**	**11.819**

Fonte: Sistema SAJ/SG.

Por fim, a Seção de Museu tem em sua estrutura o Museu do Judiciário Catarinense, criado pela Resolução n. 4/91-TJ, e é responsável pela aquisição, guarda, preservação, pesquisa histórica, exposição e difusão da memória do Poder Judiciário catarinense, e pelo funcionamento da Capela Ecumênica do Judiciário.

As atividades de difusão da memória abrangeram a pesquisa histórica para a produção de duas obras impressas: Projeto Resgate Histórico do CEJUR e Academia Judicial e a 3ª edição atualizada do livro Comarcas de Santa Catarina.

No decorrer do ano, o setor realizou atividades de preservação do acervo, que resultou na higienização, identificação, catalogação e acondicionamento de **40.952** processos judiciais e na conservação de fotografias e documentos administrativos de valor histórico.

Foram realizados, no Museu do Judiciário, dois eventos propostos pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM): a Semana Nacional de Museus (em maio) e a Primavera dos Museus (em setembro). Ademais, o setor participou de outras programações do Poder Judiciário de Santa Catarina: a Semana do Meio Ambiente (em junho), a Comemoração dos 123 anos do Tribunal de Justiça (em outubro), além de palestras sobre o trabalho infantil e sobre os Juizados Especiais. No tocante aos atendimentos, na Seção de Museu, temos a seguinte estatística:

MÊS	PESQUISADORES ATENDIDOS	VISITANTES DO MUSEU	ESCOLAS VISITANTES	VISITANTES DA CAPELA
Janeiro	1	10	-	53
Fevereiro	8	11	2	51
Março	2	112	3	69
Abril	11	312	9	69
Maio	8	434	7	69
Junho	13	301	6	50
Julho	10	64	-	-
Agosto	20	234	5	58
Setembro	17	373	10	117
Outubro	9	972	15	99
Novembro	15	486	11	66
Dezembro	13	18	-	46
TOTAL GERAL	**127**	**3.327**	**68**	**747**

Fonte: Seção de Museu/DAMJ.

DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

A Divisão de Pesquisa e Informação tem por escopo a aquisição de obras para Magistrados, bibliotecas setoriais e demais setores do Poder Judiciário catarinense e coordena a Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros, localizada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Em sua estrutura estão as seguintes seções: Bibliotecas Setoriais; Processamento Técnico; e Referência.

As atividades precípuas da primeira são: orientar os atendentes e usuários das Bibliotecas Setoriais; auxiliar os Magistrados e Assessores no tocante às dúvidas quanto às requisições de obras bibliográficas; cadastrar, catalogar e classificar os livros recebidos; fazer a distribuição, empréstimo e o encaminhamento dos livros para os Magistrados e para os demais setores do Poder Judiciário; e outras atividades relacionadas à compra de livros.

A Seção de Processamento Técnico elabora e encaminha a relação de obras a serem adquiridas para a Biblioteca; e realiza o registro, indexação, catalogação e classificação dos livros, CDs, periódicos e artigos de doutrina, adquiridos por compra ou doação. Além disso, transforma os dados em informações disponíveis para consulta e empréstimo; elabora a relação de obras para serem baixadas do acervo e contata instituições públicas interessadas em adquiri-las; bem assim dispensa os necessários cuidados especiais às obras raras.

Na Seção de Referência, são fornecidos suportes informacionais e promovida orientação e interação com o usuário. É disponibilizada assistência direta e técnica, com a divulgação dos serviços oferecidos pela Biblioteca. Na Divisão foram coletados os seguintes dados:

MÊS	LIVROS PREPARADOS PARA BIBLIOTECA	PERIÓDICOS PARA BIBLIOTECA	INDEXAÇÃO DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS	LIVROS PARA MAGISTRADOS E DEMAIS SETORES	LIVROS PARA BIBLIOTECAS SETORIAIS	EMPRÉSTIMO DE OBRAS
Janeiro	126	36	405	1.084	255	1.567
Fevereiro	75	18	213	655	117	1.858
Março	7	22	29	580	0	2.522
Abril	28	35	506	1.475	24	2.713
Maio	12	87	1.422	815	6	2.880
Junho	131	33	553	1.050	194	2.483
Julho	359	35	563	2.765	403	2.268
Agosto	69	41	757	1.367	151	2.433
Setembro	11	58	1.029	4	9	2.706
Outubro	22	35	436	694	54	2.792
Novembro	373	40	829	562	968	2.210
Dezembro	141	43	576	1.307	106	1.356
TOTAL	**1.354**	**483**	**7.318**	**12.358**	**2.287**	**27.788**

Fontes: Sistema Pergamum; controle estatístico da Divisão.

ASSINATURAS DE PERIÓDICOS	
Títulos de jornais	**6**
Títulos de revistas	**78**
DVD Juris Síntese	**1**
IBCCrim	**2**
Zênite	**1**
TOTAL	**88**

Fonte: controle estatístico da Divisão.

Livros para as Bibliotecas Setoriais – Setores beneficiados

LIVROS PARA BIBLIOTECAS SETORIAIS															
	Concórdia	Blumenau	Balneário Camboriú	Itajaí	Chapecó	Lages	Joinville	Tubarão	Laguna	Araranguá	São José	Orleans	Palhoça	Academia Judicial	Total
JAN	17	20	20	15	25	19	21	21	17	18	15	18	18	11	**255**
FEV	6	8	8	6	9	6	8	8	6	6	4	6	7	29	**117**
MAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
ABR	2	1	1	1	1	2	5	1	2	2	2	1	2	1	**24**
MAI	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	3	**6**
JUN	14	15	15	13	16	14	15	15	13	13	11	14	12	14	**194**
JUL	28	31	29	28	33	30	39	32	29	28	17	29	29	21	**403**
AGO	10	14	11	7	9	12	29	8	12	11	5	7	13	3	**151**
SET	0	0	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	5	**9**
OUT	3	4	3	2	4	3	4	4	3	3	2	2	3	14	**54**
NOV	84	84	84	85	86	84	85	86	75	77	68	26	24	20	**968**
DEZ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	56	0	**106**
TOTAL	**164**	**178**	**171**	**158**	**183**	**170**	**211**	**175**	**157**	**158**	**124**	**153**	**164**	**121**	**2.287**

Fonte: controle estatístico da Divisão

ASSESSORIA ESPECIAL

CLASSE DO ASSUNTO	TOTAL
PROCESSO EXTERNO - BOLSA DE ESTUDOS	1
INFORMÁTICA	1
LICENÇAS	1
RECADASTRAMENTO	1
APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO	2
REGULAMENTAÇÃO	3
SOLICITAÇÃO/DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO CNJ	5
ENCARGO PATRONAL/RECOLHIMENTO	5
PATRIMÔNIO	5
AUDITAGEM	7
RELATÓRIOS	7
CONCESSÕES	8
VEÍCULOS	9
GUARDA E SEGURANÇA	10
SINDICATOS E/OU ASSOCIAÇÕES DE CLASSES	14
LICITAÇÃO	15
CORREGEDORIA GERAL	15
PROGRAMAS/PROJETOS	17
ASSESSORIA E PLANEJAMENTO	18
CERTIDÃO	19
ENGENHARIA	19
FINANÇAS	23
CONCURSOS	33
AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO	35
DISPOSIÇÃO	52
LICENÇAS E HORÁRIOS DIFERENCIADOS	60
REMOÇÃO	82
SOLICITAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS	175
APOSENTADORIA	181
MANIFESTAÇÃO	202
ACADEMIA JUDICIAL	223
CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL/ADMINISTRATIVA	281
CONTRATUAL	283
CONTRATUAL E PATRIMONIAL	380
ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL	382
GERAL	508
ISENÇÕES E AJUSTES DE PAGAMENTO	548
PAGAMENTOS	1.269
TOTAL	**4.899**

** Relatório dos processos que tramitaram na Assessoria Especial - DGA no período de 01/01/2014 a 05/12/2014.*

ASSESSORIA DE MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA

A Assessoria de Modernização Judiciária do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina criada pela Resolução GP n. 28, de 9/05/2013, é órgão permanente da estrutura do Tribunal de Justiça, vinculada à Diretoria-Geral Administrativa e tem como atribuições: *a)* implantar serviços nas atuais unidades jurisdicionais, quando conveniente, e naquelas ainda não instaladas, competindo-lhe, nesse âmbito, o diagnóstico e a consultoria das unidades judiciais, a capacitação de servidores e o acompanhamento posterior; *b)* zelar pela adoção de boas práticas administrativas e de medidas voltadas à racionalização e uniformização de procedimentos e métodos de trabalho; *c)* gerenciar o Programa de Enfrentamento de Acervos em Gabinetes de Magistrados de Primeiro Grau e o Programa de Digitalização de Processos Judiciais; *d)* diagnosticar a solução apropriada às oportunidades de melhoria encontradas pela Corregedoria-Geral da Justiça nos relatórios de inspeção correcional.

Gerência de Capacitação

COMARCA	UNIDADE	PERÍODO
Biguaçu	UJC	Novembro
Capital	6ª Vara Cível	Maio e Junho
Correia Pinto	Secretaria do Foro	Maio
Gaspar	Contadoria	Agosto
Itajaí	Secretaria do Foro	Outubro
Itapoá	Contadoria	Outubro
Santo Amaro da Imperatriz	1ª Vara	Agosto

Gerência de Diagnóstico e Consultoria

COMARCA	UNIDADE	PERÍODO
Araranguá	Secretaria do Foro	Maio
Armazém	Vara Única	Junho
Balneário Camboriú	Varas da Família	Janeiro
	Vara Regional Bancária	Novembro
Caçador	Distribuição e Contadoria	Fevereiro e Maio
Capital	Distribuição Rid Silva	Abril; Maio e Junho
	Distribuição Eduardo Luz	Novembro
	CREPEX	Abril; Maio; Junho e Julho
	Fórum Bancário	Abril; Maio; Junho e Julho
	Precatórios	Agosto; Setembro e Novembro
	Vara de Registros Públicos e Sucessões	Maio
	Precatórias	Outubro e Novembro
	DTI/TJSC	Setembro e Outubro
Chapecó	3ª Vara Cível	Janeiro
Criciúma	Secretaria	Fevereiro

Curitibanos	1ª Vara Cível	Janeiro
	Vara da Família	Janeiro
Gaspar	Contadoria	Janeiro e Maio
Itajaí	4ª Vara Cível	Janeiro
	Secretaria do Foro	Setembro e Outubro
	Vara Regional Bancária	Novembro
Itapoá	Vara Única	Janeiro
Joinville	Distribuição	Abril; Maio; Junho; Julho; Agosto; Setembro; Outubro e Novembro
Lages	1ª a 2ª Vara Criminal	Maio; Junho; Setembro; Outubro ; Novembro
Navegantes	2ª Vara Cível	Janeiro
Porto Belo	2ª Vara	Janeiro
Presidente Getúlio	Vara Única	Setembro
Santo Amaro da Imperatriz	1ª Vara	Março; Abril; Maio; Junho
São José	Juizado Especial Cível	Janeiro; Fevereiro; Maio e Junho
Tubarão	UJC	Julho e Agosto
	Distribuição	Novembro
Urussanga	Cartório Unificado	Maio; Junho e Julho

Gerência de Instalação de Unidades Judiciais

COMARCA	UNIDADE	PERÍODO
Armazém	Mudança de Fórum	Junho
Ascurra	Mudança de Fórum	Outubro
Balneário Camboriú	Instalação do 2º Juizado Especial Cível	Dezembro
Blumenau, Capital, Balneário Camboriú, Itajaí e São José	Redefinição de competência	Abril
Chapecó	Instalação do 2º Juizado Especial Cível	Dezembro
Descanso	Mudança de Fórum	Dezembro
Santo Amaro da Imperatriz	Instalação da 1ª Vara	Março

Gerência de Acompanhamento

COMARCA	UNIDADE	PERÍODO
Capital	6ª Vara Cível	Agosto
Itajaí	Secretaria do Foro	Outubro
Tubarão	Distribuição	Setembro
	Extinção UJC	Outubro e Novembro

Programa de Enfrentamento de Acervos de Gabinetes de Magistrados de 1º Grau:

COMARCA	UNIDADE	PERÍODO

Capital	1ª Vara Cível	Janeiro a Abril
	4ª Vara Cível	Abril a Julho
	1ª Vara Cível, 4ª Vara Cível e 6ª Vara Cível	Julho e Agosto
	1ª Vara de Direito Bancário	Setembro a dezembro
Joinville	5ª Vara Cível	Janeiro e Fevereiro
	1ª Vara de Direito Bancário	Março a Junho
	2ª Vara de Direito Bancário	Junho a Setembro
	1ª Vara Cível, 5ª Vara Cível, 1ª Vara de Direito Bancário e 2ª Vara de Direito Bancário	Setembro a Novembro

SECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL

No ano de 2014, a Secretaria de Gestão Ambiental manteve foco nas oportunidades de melhorias, com ênfase na consolidação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, que em 2014 foi premiado pelo Ministério do Meio Ambiente, recebendo o selo A3P laranja, que distingue as instituições vencedoras do 5º Prêmio A3P - Melhores Práticas de Sustentabilidade na Administração Pública, na Categoria Gestão de Resíduos.



Nesse norte, foram aperfeiçoadas as especificações técnicas do programa de destinação de resíduos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente, como lâmpadas fluorescentes, baterias e sucatas de equipamentos eletroeletrônicos, que a partir de 2014 contempla todas as unidades deste TJSC e 100% dos Fóruns do Estado.



O projeto do programa de destinação de resíduos recicláveis classe II, consolidado neste TJSC, foi replicado a partir da implantação de projeto-piloto nos fóruns da região do extremo sul do estado, e tem como meta em 2015 atingir 100% dos fóruns de Santa Catarina.



Fórum de Santa Rosa do Sul

O ano de 2014 consolidou o projeto-piloto do programa de eliminação de documentos sigilosos, físicos e digitais, e destruição de bens apreendidos judicialmente, que devido às suas características não podem ser doados ou leiloados, contemplando a destinação adequada e segura dos resíduos resultantes do processo de destruição, objeto do contrato 236/2013.



A partir do exemplo bem-sucedido, foram realizados procedimentos licitatórios, que resultaram na celebração dos contratos nºs 105/2014, 117/2014, 118/2014, 120/2014, e 122/2014, que contemplam

100% dos Fóruns do Estado, tornando o Poder Judiciário Catarinense, o primeiro do país a apresentar uma solução contínua e definitiva para o problema, apontado pelo Conselho Nacional de Justiça, em setembro de 2010, como destaque dentre os desafios da administração do Poder Judiciário, um tema dos mais incômodos para a imagem da Justiça.



Foi publicado em 2014 a versão institucional do Portal da Secretaria de Gestão Ambiental, importante canal de comunicação, que empresta maior agilidade e publicidade das informações sobre as atividades da SGA, propicia ferramentas modernas de interação com o público-alvo, especialmente as secretarias dos fóruns, e divulgação das ações realizadas. (http://www.tjsc.jus.br/ambiental/).



A IV Semana do Meio Ambiente edição 2014, que teve como tema “Cidade, cidadania e meio ambiente: a cidade que queremos”, contou com o apoio da Academia Judicial, do Museu do Judiciário Catarinense – DDI, e Assessoria de Relações Públicas. Dentre outras atividades, já consolidadas, foi realizada a 1ª Exposição Fotográfica da Semana do Meio Ambiente, aberta à participação dos colaboradores do Poder Judiciário catarinense.



Semana do Meio Ambiente, Hall da Torre I – TJSC

Além das atividades realizadas neste TJSC, a programação da Semana do Meio Ambiente 2014 abrangeu os fóruns das Comarcas de Abelardo Luz, Anita Garibaldi, Barra Velha, Biguaçu, Brusque, Camboriú, Criciúma, Ibirama, Navegantes, Palhoça, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, Urussanga, e Xaxim.



Semana do Meio Ambiente- Fórum de Itajaí, plantio de árvores.

Abaixo, apresenta-se relatório quantitativo dos serviços prestados pela SGA durante período em referência:

RELATÓRIO QUANTITATIVO – SECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL (JAN-NOV/2014)	
SERVIÇOS	**QUANTIDADE**
RECICLÁVEIS TJ - TJ sede e Fórum Central (KG)	**54.596,69**

RECICLÁVEIS TJ – UPC (KG)	**41.672,09**
RECICLÁVEIS SÃO JOSÉ E PALHOÇA (KG)	**24.344,50**
ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS 50L (UN)	**415**
ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS INOX	**210**
ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS 15L (UN)	**542**
ENTREGA DE SACOS 100 L P/ RECICLÁVEIS (CENTO)	**393**
ENTREGA DE SACOS 50 L P/ RECICLÁVEIS (CENTO)	**617**
ENTREGA DE BITUQUEIRAS (UN)	**38**
BITUCAS RECOLHIDAS TJ (KG)	**37,9**
DESTINAÇÃO ADEQUADA LÂMPADAS FLUORESCENTES (UN)	**13.712**
DOCUMENTOS SIGILOSOS E BENS APREENDIDOS PARA DESTRUIÇÃO (KG)	**8.583,69**
RESÍDUOS DE PODA E JARDIM PARA COMPOSTAGEM (m3)	**4**
RESÍDUOS DE PÓ DE CAFÉ PARA COMPOSTAGEM (KG)	**9.900,40**
POSTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA DE ÓLEO – CONVÊNIO REÓLEO (L)	**25**
DESTINAÇÃO ADEQUADA PILHAS/BATERIAS/ELETROELETRÔNICOS (KG)	**7.193,72**
PARECERES EM PROC. ADM. DE GESTÃO AMBIENTAL (UN)	**396**
ASSINATURA ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS (UN)	**4**
ASSINATURA CONTRATOS NOVOS (UN)	**7**
GESTÃO CONTRATOS (UN)	**13**
ASSINATURA CONVÊNIOS NOVOS (UN)	**1**
GESTÃO CONVÊNIOS (UN)	**4**
ELABORAÇÃO PROJETOS BÁSICOS LICITAÇÕES (UN)	**17**
REQUISIÇÕES DE COMPRA DIRETA (UN)	**25**
IMPLEMENTAÇÃO COLETA SELETIVA RESÍDUOS IN LOCO COMARCAS	**20**
CONTEÚDO INFORMATIVO/EDUCATIVO DESENVOLVIDO	**27**
EXPOSIÇÕES ARTÍSTICO-EDUCATIVAS	**6**
PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES	**50**
MATERIAL INFORMATIVO DISTRIBUÍDO	**4.500**
AÇÕES COMUNITÁRIAS	**5**
CAMPANHAS	**4**
PALESTRAS	**13**
PARTICIPAÇÃO DA SGA EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, CURSOS E OUTROS	**11**
ATENDIMENTO PESSOAL A ESTUDANTES, PESQUISADORES, COMISSÕES E OUTROS	**11**

Fonte: Relatórios de Ações e Planilhas de Controle da Secretaria de Gestão Ambiental

SECRETARIA EXECUTIVA

As atividades da Secretaria Executiva encontram-se regulamentadas pelo art. 5º da Resolução 28/2013 – GP, dentre as quais se lhe atribui: auxiliar o Diretor-Geral Administrativo no controle da agenda e dos despachos, competindo-lhe a conferência de documentos e organização de arquivos; dar suporte para atendimento e apoio a clientes internos e externos, bem como o acompanhamento e preparação de reuniões; redigir e controlar os expedientes solicitados pelo Diretor-Geral Administrativo; organizar arquivos e controlar documentos e correspondências, distribuindo-os dentro de sua complexidade e importância; planejar, organizar e executar atividades secretariais específicas.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS*	
CLASSE DO ASSUNTO	TOTAL
APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO	1
DEVOLUÇÃO DE CUSTAS	1
LICENÇAS E HORÁRIOS DIFERENCIADOS	2
AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO	3
INFORMÁTICA	3
FINANÇAS	4
RECADASTRAMENTO	4
VEÍCULOS	5
SOLICITAÇÃO/DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO CNJ	5
SINDICATOS E/OU ASSOCIAÇÕES DE CLASSES	6
ISENÇÕES E AJUSTES DE PAGAMENTO	8
ENCARGO PATRONAL/RECOLHIMENTO	8
PROGRAMAS/PROJETOS	8
CONCESSÕES	9
CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL/ADMINISTRATIVA	9
APOSENTADORIA	9
RELATÓRIOS	10
SOLICITAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS	12
ASSESSORIA E PLANEJAMENTO	17
DISPOSIÇÃO	17
ENGENHARIA	22
LICITAÇÃO	31
PATRIMÔNIO	39
GUARDA E SEGURANÇA	53
ACADEMIA JUDICIAL	57
MANIFESTAÇÃO	64
CORREGEDORIA GERAL	84
AUDITAGEM	112
CONCURSOS	141
CONTRATUAL	142
GERAL	186
REMOÇÃO	332
CONTRATUAL E PATRIMONIAL	1.780
PAGAMENTOS	2.668

ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL	2.979
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ELETRÔNICOS – SPA	403
SISTEMA GERENCIADOR DE DESPESAS COM DESLOCAMENTO – SGDD	12.051
PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO – WORKFLOW	2.913
EDITAL DE REMOÇÃO	236
TOTAL	24.434

** Relatório dos processos que tramitaram na Secretaria Executiva - DGA no período de 01/01/2014 a 10/12/2014.*

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) possui como principal atribuição o gerenciamento de ações destinadas ao cumprimento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração do Poder Judiciário de Santa Catarina, bem como de atendimento àquelas demandas não previstas no Plano Plurianual:

- Fiscalização e acompanhamento de obras (construção, reforma e ampliação);
- Coordenação e fiscalização da conservação/manutenção predial;
- Coordenação da manutenção (corretiva/ preventiva) de elevadores/plataformas elevatórias, de sistemas de climatização, de subestações de energia elétrica, etc.;
- Elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, bem como supervisão de projetos complementares elaborados por profissionais terceirizados;
- Elaboração de estudos de leiaute;
- Análise de requisições de compra pertinentes às áreas de engenharia e arquitetura;
- Análise e acompanhamento de editais de licitação relacionados a essas áreas.

Alguns números traduzem a importância do trabalho desempenhado pela equipe da Diretoria de Engenharia e Arquitetura:

- Atualmente, a DEA gerencia mais de **148 edificações**, que, juntas, somam uma área em torno de **290 mil m²**.
- Somente durante 2014, a DEA administrou um orçamento de aproximadamente **R$ 76 milhões** (conforme a Lei Orçamentária Anual).

Além disso, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura atua diariamente nos prédios que compõem o Tribunal de Justiça, atendendo a “chamados” para realização de pequenos serviços (nas áreas de climatização, de elevadores, de instalações elétricas e de manutenção predial em geral). Durante 2014, foram realizados mais de **4.300 atendimentos***.

Abaixo, seguem mais informações acerca das ações desenvolvidas pela DEA ao longo do ano de 2014. Dados computados de janeiro a novembro/2014 (*):

1. OBRAS CONCLUSAS

LOCALIDADE	OBRA	Nº DO CONTRATO	INVESTIMENTO (SEM ADITIVOS)	DATA DE CONCLUSÃO
Armazém	Construção do Fórum	187/2012	R$ 4.036.679,60	02/07/2014
Ascurra	Construção do Fórum	22/2013	R$ 3.791.234,54	26/08/2014
Barra Velha	Urbanização, cercamento e recuperação de fachada de tijolo de vidro	159/2013	R$ 710.000,00	21/03/2014
Brusque	Adequações de Acessibilidade (vaga PNE, sanitários)	Empenho 5884/2013	R$ 14.775,85	25/02/2014
Brusque	Reforma Global do Sistema de Ar Condicionado Central do prédio do Fórum	113/2013	R$ 1.134.519,50	19/08/2014
Chapecó	Instalação do Sistema de Ar Condicionado Central	193/2012	R$ 1.120.283,72	09/01/2014
Correia Pinto	Reforma Global e Ampliação do Fórum	76/2012	R$ 1.826.572,15	25/02/2014
Descanso	Reforma Global e Ampliação do Fórum	92/2013	R$ 1.588.954,73	21/11/2014
Joaçaba	Adequações de escada enclausurada e corrimão do prédio do Fórum	129/2012	R$ 552.810,27	10/09/2013
Joinville	Adequação do passeio público, com construção de rampa, cercamento	213/2013	R$ 178.863,05	10/10/2014
Lages	Reforma Parcial	20/2014	R$ 317.853,60	21/11/2014
Lauro Muller	Reforma Parcial – Pintura e correção de trincas e fissuras	25/2013	R$ 840.198,27	01/07/2014
Porto União	Nova Subestação	183/2013	R$ 64.773,19	24/07/2014
Quilombo	Reforma parcial - Pavimentação	121/2013	R$ 189.890,99	15/01/2014
São Miguel do Oeste	Reforma Parcial	77/2013	R$ 597.189,54	04/06/2014
Tijucas - Canelinha	Construção Casa da Cidadania	204/2013	R$ 1.121.005,24	08/09/2014
TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Construção de Lixeira, Pavimentação Acesso Secundário e Estacionamento - Almoxarifado Central e Gráfica	12/2013	R$ 375.118,16	17/02/2014
TJ - UPC - Unidade Presidente Coutinho	Instalação de sistema de CFTV nos corredores e *hall* de entrada	Empenho 8826/2013	R$ 12.225,60	31/01/2014
Videira	Construção de Lixeira e Cercamento do Fórum e Adequações de Acessibilidade (acesso térreo)	234/2013	R$ 253.573,17	16/09/2014

Fonte: controle de contratos da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

2. OBRAS EM EXECUÇÃO

LOCALIDADE	OBRA	Nº DO CONTRATO	INVESTIMENTO (SEM ADITIVOS)
Blumenau	Reforma Parcial do Salão do Júri do Fórum - Cobertura	172/2014	R$ 519.172,15
Capital - Sede	Impermeabilização da laje de cobertura do Salão do Júri e reforma da passarela	237/2013	R$ 235.332,86
Capital - Sede	Reforma Parcial do Fórum - 13º pavimento - Gabinetes Juízes Especiais + adequações banheiros para PNE	12/2014	R$ 716.200,23
Capital - Eduardo Luz	Reforma parcial - Ampliação cobertura	2/2014	R$ 1.011.582,49
Chapecó	Reforma Parcial do Fórum - Cobertura	170/2012	R$ 920.503,44
Dionísio Cerqueira	Reforma Parcial (2ª licitação)	260/2013	R$ 570.666,30
Fraiburgo	Reforma Parcial - Esquadria, porta giratória, acessibilidade	6/2014	R$ 510.390,86
Gaspar	Ampliação do Fórum	1/2014	R$ 18.903.062,04
Imbituba	Reforma Parcial	180/2012	R$ 221.992,11
Itaiópolis	Reforma Parcial e construção garagem veículo oficial	206/2012	R$ 673.010,55
Navegantes	Construção Fórum	60/2014	R$ 16.324.488,52
Pomerode	Reforma Global e Ampliação do Fórum	186/2013	R$ 3.396.301,65
Rio do Sul	Construção Fórum	5/2014	R$ 24.839.582,86
São José	Cercamento	66/2014	R$ 458.258,91
TJ - Tribunal de Justiça (geral)	Ampliação da Diretoria Judiciária	51/2013	R$ 426.874,05
TJ - Torre II	Reforma Parcial - adequações para habite-se do prédio	248/2013	R$ 124.278,16
TJ - Torre II	Reforma parcial – Sacadas, brises e passarelas	233/2013	R$ 554.024,24

Fonte: controle de contratos da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

3. MANUTENÇÕES REALIZADAS (CLIMATIZAÇÃO)

LOCALIDADE	OBJETO	Nº DO CONTRATO	VALOR MENSAL
Blumenau	Manutenção preventiva e corretiva, sem operador e sem peças, nos sistemas de climatização dos Fóruns Central e Universitário da Comarca de Blumenau	182/2010	R$ 727,63
Campo Erê	Serviços de assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva), sem peças, no sistema de calefação	109/2012	R$ 1.416,00
Capital - Eduardo Luz	Especificação dos serviços necessários para a manutenção dos equipamentos de AC	137/2013	R$ 3.954,00
Capital - Eduardo Luz	Prestação de serviços especializados de manutenção corretiva e preventiva no sistema de climatização central do prédio do Fórum Desembargador Eduardo Luz	57/2013	R$ 4.010,05
Capital - Norte da Ilha	Manutenção preventiva e corretiva no sistema de climatização do prédio do Fórum do NORTE DA ILHA	183/2010	R$ 6.950,00
Capital - Sede	Contratação de manutenção preventiva e corretiva, sem peças, no sistema de climatização do Fórum da comarca da Capital	184/2013	R$ 7.785,61
Chapecó	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem peças, no sistema de climatização (ar-condicionado central e de calefação)	64/2012	R$ 4.907,05
Criciúma	Serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de climatização do Salão do Júri do prédio do Fórum da Comarca de CRICIÚMA	154/2010	R$ 1.068,90
Itajaí	Manutenção preventiva e corretiva, sem operador e sem peças, no sistema de climatização do Salão do Júri	177/2010	R$ 586,20
Jaraguá do Sul	Manutenção preventiva e corretiva no sistema de climatização do prédio Fórum da Comarca de JARAGUÁ DO SUL	185/2010	R$ 358,33
Joinville	Manutenção preventiva e corretiva, sem operador e sem peças, no sistema de climatização do Salão de Júri do prédio do Fórum da comarca de JOINVILLE	184/2010	R$ 469,17
Palhoça	Contratação de manutenção Sistema Climatização (somente chiller)	54/2013	R$ 4.010,05
São Joaquim	Manutenção, sem reposição de peças, no sistema de calefação	108/2012	R$ 1.986,00
São José	Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem peças, no sistema de climatização do Fórum da Comarca de São José.	113/2011	R$ 2.405,39
TJ - Torre I	Especificação dos serviços necessários para a manutenção dos equipamentos de AC do tipo Janeleiro	167/2013	R$ 4.281,33
TJ - Torre I	Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem peças, nos equipamentos de climatização (split, split inverter, self contained, VRV e outros) da Torre I do Tribunal de Justiça	226/2013	R$ 7.890,41
TJ - Torre I	Instalação, substituição e remoção de condicionadores de ar do tipo janeleiro na Torre I do TJSC	242/2013	Conforme Demanda
TJ - Torre II	Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem peças, no sistema de climatização da Torre II do Tribunal de Justiça	217/2013	R$ 7.715,16
Tubarão	Serviço de manutenção preventiva e corretiva no sistema de climatização do Salão do Júri do prédio do Fórum da Comarca de Tubarão	233/2011	R$ 1.094,12
Urubici	Manutenção, sem reposição de peças, no sistema de calefação do prédio	104/2012	R$ 1.558,00

Fonte: controle de contratos da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

4. MANUTENÇÕES REALIZADAS (ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS)

LOCALIDADE	OBJETO	Nº DO CONTRATO	VALOR MENSAL

Blumenau	Prestação de serviços de conservação e assistência técnica, sem reposição de peças, em dois elevadores da marca Atlas Schindler, com 5 paradas e capacidade para 10 pessoas, instalados no prédio do Fórum da Comarca de BLUMENAU.	80/2011	R$ 908,75
Capital - Eduardo Luz	Prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva, sem peças, em um elevador da marca Atlas Schindler, ELS 36876.9, instalado no prédio do Fórum Desembargador Eduardo Luz	145/2009	R$ 512,94
Criciúma	Prestação de serviços de conservação e assistência técnica, sem reposição de peças, em dois elevadores da marca Atlas Schindler instalados no prédio do Fórum da Comarca	215/2011	R$ 366,78
Itajaí	Prestação de serviços de conservação e assistência técnica, sem reposição de peças, em dois elevadores da marca Atlas Schindler instalados no prédio do Fórum	81/2011	R$ 366,78
Poder Judiciário (geral)	Manutenção periódica, com peças, nos elevadores dos Fóruns das Comarcas da Palhoça, Capital (sede, varas bancárias e norte da ilha), São José, São Joaquim, Joaçaba, Chapecó, Joinville, Brusque, Lages, Balneário Camboriú e Concórdia	187/2013	R$ 13.435,29
Poder Judiciário (geral)	Manutenção da Plataforma Elevatória (São Francisco do Sul, Mafra, Araranguá, Laguna, Maravilha, Braço do Norte, Videira, Içara, Capinzal, Xaxim, Torre I)	18/2014	R$ 5.466,00
TJ - Torre I	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem cobertura de peças, em 5 (cinco) elevadores instalados no prédio do Tribunal de Justiça (Torre I).	27/2010	R$ 7.387,58
TJ - Torre II	Contratação manutenção dos elevadores (com peças)	167/2012	R$ 3.312,50

Fonte: controle de contratos da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

5. MANUTENÇÕES REALIZADAS / EM EXECUÇÃO (PREDIAIS)

LOCALIDADE	OBJETO	Nº DO CONTRATO	VALOR MENSAL
Capital - Sede	Prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em grupo gerador do Fórum da Capital, conforme material elaborado pela Divisão de Engenharia Elétrica (CI DEA n. 547/2012), incluindo proposta da empresa Stemac Grupos Geradores S/A.	148/2012	Conforme Demanda
Capital - Sede	Prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em grupo gerador do Fórum da Capital, conforme material elaborado pela Divisão de Engenharia Elétrica (CI DEA n. 547/2012), incluindo proposta da empresa Stemac Grupos Geradores S/A.	148/2012	Conforme Demanda
Capital - Sede	Manutenção preventiva e corretiva nas esquadrias	148/2013	Conforme Demanda
Poder Judiciário (geral)	Serviços de instalação, conservação e manutenção de redes elétricas e de telecomunicações nos prédios do Poder Judiciário - Região 1 - Sul do estado	27/2014	Conforme Demanda
Poder Judiciário (geral)	Serviços de instalação, conservação e manutenção de redes elétricas e de telecomunicações nos prédios do Poder Judiciário - Regiões 2 e 3 - Florianópolis e Itajaí	28/2014	Conforme Demanda
Poder Judiciário (geral)	Serviços de instalação, conservação e manutenção de redes elétricas e de telecomunicações nos prédios do Poder Judiciário - Regiões 4, 5 e 6- Norte, Lages e Oeste	29/2014	Conforme Demanda
Poder Judiciário (geral)	Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina - 3ª licitação (1ª e 2ª foram canceladas)	241/2013	Conforme Demanda
Região I - Sul	Manutenção Continuada – Construção Civil	21/2014	Conforme Demanda
Região I - Sul	Contratação dos serviços continuados de manutenção, do sistema preventivo contra incêndio, nas unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina, incluindo fornecimento de material	007/2013	R$ 500,00

Região I - Sul	Manutenção Continuada - Construções secas (piso laminado e vinílico, carpete, forro e divisórias) - todas as regiões - por lote	125/2013	Conforme Demanda
Região I - Sul	Manutenção Continuada - Pintura	193/2013	Conforme Demanda
Região II - Grande Florianópolis	Manutenção Continuada – Construção Civil	22/2014	Conforme Demanda
Região II - Grande Florianópolis	Serviço de remoção e instalação de película protetora em vidros	111/2013	Conforme Demanda
Região II - Grande Florianópolis	Contratação dos serviços continuados de manutenção, do sistema preventivo contra incêndio, nas unidades do poder Judiciário de Santa Catarina, incluindo fornecimento de material	008/2013	Conforme Demanda
Região II - Grande Florianópolis	Manutenção Continuada - Construções secas (piso laminado e vinílico, carpete, forro e divisórias)	125/2013	Conforme Demanda
Região II - Grande Florianópolis	Manutenção Continuada – Pintura	194/2013	Conforme Demanda
Região II - Grande Florianópolis	Registro de Preços para aquisição e instalação de películas	218/2013	Conforme Demanda
Região II - Grande Florianópolis	Registro de preço: limpeza e desentupimento em sistema hidrossanitário	176/2012	Conforme Demanda
Região III - Vale do Itajaí	Contratação dos serviços continuados de manutenção, do sistema preventivo contra incêndio, nas unidades do poder judiciário de Santa Catarina, incluindo fornecimento de material	009/2013	Conforme Demanda
Região III - Vale do Itajaí	Manutenção Continuada - Construções secas (piso laminado e vinílico, carpete, forro e divisórias)	125/2013	Conforme Demanda
Região III - Vale do Itajaí	Manutenção Continuada – Pintura	195/2013	Conforme Demanda
Região III - Vale do Itajaí	Manutenção Continuada – Construção Civil	178/2014	Conforme Demanda
Região IV - Norte	Manutenção Continuada - Construções secas (piso laminado e vinílico, carpete, forro e divisórias)	126/2013	Conforme Demanda
Região IV - Norte	Manutenção Continuada – Pintura	196/2013	Conforme Demanda
Região IV - Norte	Manutenção Continuada – Construção Civil	178/2014	Conforme Demanda
Região V - Central	Manutenção Continuada - Construções secas (piso laminado e vinílico, carpete, forro e divisórias)	126/2013	Conforme Demanda
Região V - Central	Manutenção Continuada – Construção Civil	178/2014	Conforme Demanda
Região V - Central	Manutenção Continuada – Pintura	197/2013	Conforme Demanda
Região VI - Oeste	Manutenção Continuada - Construções secas (piso laminado e vinílico, carpete, forro e divisórias)	126/2013	Conforme Demanda
Região VI - Oeste	Manutenção Continuada - Pintura	196/2013	Conforme Demanda
TJ - Torre I	Fornecimento de mão de obra e equipamentos à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de esquadrias de alumínio	192/2013	Conforme Demanda
TJ - Torre I	Serviços de manutenção preventiva e corretiva no grupo gerador composto por motor	81/2008	Conforme Demanda
TJ - Torre II	Manutenção preventiva e corretiva fachada *glazing* Torre II	164/2013	Conforme Demanda

Fonte: controle de contratos da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

6. OUTROS CONTRATOS REALIZADOS EM 2013

COMARCA	OBJETO	Nº DO CONTRATO	VALOR
Anita Garibaldi	Atualização de projeto preventivo de incêndio	48/2014	R$ 2.100,00
Araranguá	Contratação de projeto preventivo de incêndio para Reforma Parcial	155/2013	R$ 7.750,00
Canoinhas	Repetição de projeto ESTRUTURAL para construção do novo Fórum	229/2013	R$ 43.900,00
Canoinhas	Repetição de projeto ELÉTRICO para construção do novo Fórum	207/2013	R$ 49.240,00
Chapecó	Adequação e aprovação junto ao corpo de bombeiros do projeto preventivo de incêndio	123/2012	R$ 21.544,32

Concórdia	Elaboração projeto preventivo de incêndio para regularização da edificação	190/2013	R$ 12.000,00
Concórdia	Elaboração projeto elétrico de alta tensão da subestação do Fórum	211/2013	R$ 2.550,00
Itajaí	Adequação do Sistema Preventivo Contra Incêndios do prédio do Fórum - Projetos	181/2012	R$ 16.664,00
Mafra	Atualização e aprovação de projeto preventivo de incêndio junto ao Corpo de Bombeiros de Santa Catarina	160/2013	R$ 4.500,00
São José	Contratação de projetos complementares - projeto estrutural	221/2013	R$ 87.347,19
Timbó	Elaboração de projeto de detalhamento de esquadrias para o novo Fórum	Empenho 9317/2013	R$ 6.322,17
Xanxerê	Elaboração de projeto elétrico e de cabeamento estruturado	145/2013	R$ 8.490,00
TJ - Arquivo Central Palhoça	Contratação de projetos complementares (climatização e renovação de ar) para reforma do prédio do Arquivo Central	81/2013	R$ 22.000,00
TJ - Arquivo Central Palhoça	Contratação de projetos complementares (concreto) para reforma do prédio do Arquivo Central	69/2013	R$ 17.732,43
TJ – DEA	Cópias	178/2012	
TJ – DEA	Plotagem	162/2010	

Fonte: controle de contratos da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

7. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

COMARCA	OBJETO
Anchieta	Reforma parcial - acessibilidade e cercamento
Balneário Camboriú	Reforma e ampliação do Fórum
Barra Velha	Adequações no sistema preventivo de incêndio
Blumenau	Reforma do Fórum
Blumenau (Fórum Universitário)	Reforma parcial - acessibilidade
Blumenau (Fórum Universitário)	Execução de adequações no sistema preventivo de incêndio
Bom Retiro	Reforma parcial - acessibilidade e cercamento
Brusque	Reforma do Fórum (preventivo incêndio e substituição de cobertura)
Campo Erê	Reforma e ampliação do Fórum
Campos Novos	Construção do Fórum
Capital – Anexo (Des. Eduardo Luz)	Instalação de porta giratória com detector de metais
Capital – Sede	Instalação de porta giratória com detector de metais
Capital – Estreito	Instalação de CFTV
Capital – Estreito	Reforma parcial
Chapecó	Execução de adequações no sistema preventivo de incêndio
Concórdia	Adequação de entrada de energia (disjuntor geral em subestação)
Correia Pinto	Instalação de porta giratória com detector de metais
Criciúma	Aquisição e instalação de elevadores
Herval do Oeste	Construção do Fórum
Ibirama	Execução de contenção de talude
Imbituba	Construção do novo Fórum
Itajaí	Execução de adequações no sistema preventivo de incêndio
Itapoá	Reforma parcial - acessibilidade e cercamento
Joinville	Reforma global do Fórum - parcial 1/2 - Brises, pintura e gabinetes
Lages	Execução de adequações no sistema preventivo de incêndio
Lages	Instalação de porta giratória
Lauro Muller	Execução de reforço estrutural
Mondaí	Reforma parcial - Acessibilidade, cercamento, porta giratória e catraca
Palmitos	Reforma parcial - Acessibilidade, cercamento, porta giratória e catraca
Piratuba	Estabilidade de talude
Ponte Serrada	Reforma parcial - acessibilidade

Presidente Getúlio	Reforma parcial - Acessibilidade, cercamento, porta giratória e catraca
Santa Rosa do Sul	Reforma parcial com ampliação do Fórum
São José	Adquirir e reformar prédio anexo ao Fórum
São José	Execução de adequações no sistema preventivo contra incêndio
São Lourenço do Oeste	Reforma parcial - acessibilidade
Taió	Reforma global do Fórum
Tijucas	Cercamento
Timbó	Construção do Fórum
Timbó	Execução de reforço estrutural
TJSC – Almirante Lamego	Almirante Lamego - Reforma Global
TJSC – Almoxarifado Central e Gráfica	Almoxarifado Central e Gráfica - Reforma global e ampliação
TJSC – Torre I	Modernização do sistema de climatização da biblioteca
TJSC – Torre I	Modernização do sistema de climatização do Auditório Pleno
TJSC – Torre I	Reforma do 5º, 5ºA e 6º pavimentos
TJ - Arquivo Central Palhoça	Cercamento do terreno
Tubarão	Reforma global do Fórum

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

8. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO (TERCEIRIZADOS)

COMARCA	OBJETO
Capinzal - Piratuba	Elaboração de estudo de estabilidade e projeto de contenção de taludes
Capital - Estreito	Contratação de projeto hidrossanitário e preventivo de incêndio para Reforma Parcial (garagem coberta e cercamento)
Capital - Estreito	Contratação de projeto elétrico e afins para Reforma Parcial (garagem coberta e cercamento)
Capital - Estreito	Contratação de projeto estrutural para Reforma Parcial (garagem coberta e cercamento)
Criciúma	Projeto preventivo de incêndio
Fraiburgo	Adequação e aprovação do projeto hidrossanitário do Fórum
Herval do Oeste	Elaboração de projeto elétrico e afins para construção do novo prédio do Fórum
Herval do Oeste	Elaboração de projeto de climatização para construção do novo prédio do Fórum
Imbituba	Repetição de projetos complementares para construção de novo prédio do Fórum (estrutural e impermeabilização)
Imbituba	Repetição de projetos complementares para construção de novo prédio do Fórum (climatização)
Imbituba	Repetição de projetos complementares para construção de novo prédio do Fórum (elétrico e afins)
Imbituba	Repetição de projetos complementares para construção de novo prédio do Fórum (hidrossanitário e preventivo de incêndio)
Itapema	Adequação do projeto preventivo de incêndio
Itapoá	Elaboração de projeto elétrico e afins para reforma do prédio
Joinville	Atualização de projeto preventivo de incêndio do prédio do Fórum de Joinville
Lages	Atualização do projeto preventivo de incêndio
Porto União	Elaboração de projeto elétrico de baixa tensão e projeto de cabeamento estruturado
São José	Contratação de projetos complementares para reforma do prédio anexo - Projeto preventivo de incêndio
São José	Contratação de projetos complementares para reforma do prédio anexo - Projetos elétrico e afins, CFTV, esquadrias e climatização
Videira	Adequação projeto preventivo de incêndio
TJ - Tribunal de Justiça (geral)	Elaboração de projeto elétrico de baixa tensão e luminotécnico para o tribunal pleno do TJ
TJ - Arquivo Central Palhoça	Contratação de projetos complementares (hidrossanitário e preventivo contra incêndio) para reforma do prédio do Arquivo Central
TJ - Arquivo Central Palhoça	Contratação de projetos complementares (elétrico e afins) para reforma do prédio do Arquivo Central

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

9. PROJETOS, MANUTENÇÕES E OBRAS EM LICITAÇÃO

COMARCA	OBJETO
Araranguá	Reforma Parcial, climatização total, cercamento e construção de Lixeira do Fórum
Capital – Eduardo Luz	Projeto preventivo de incêndio
Capital – Sede	Projeto de cabeamento estruturado para implantação do sistema de CFTV
Canoinhas	Construção de novo prédio do Fórum
Ituporanga	Reforma parcial do prédio do Fórum
Laguna	Projeto preventivo de incêndio
Lauro Muller	Projeto de reforço estrutural
Palhoça	Manutenção preventiva e corretiva, sem peças, no sistema de climatização
São Bento do Sul	Reforma Parcial do Fórum
São Carlos	Reforma parcial do prédio do Fórum de São Carlos para atendimento às normas de acessibilidade
Xanxerê	Reforma Parcial do prédio do Fórum
Tijucas	Projeto preventivo de incêndio
TJ - Torre I	Instalação de elevadores novos no prédio
TJ - Torre I	Manutenção nos elevadores instalados no prédio
TJ - Torre I	Instalação CFTV Circuito Fechado de Televisão
TJ - Torre I	Manutenção equipamentos de climatização (janeleiros)
TJ - Arquivo Central Palhoça	Reforma do prédio do Arquivo Central

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

10. LICITAÇÕES DESERTAS / FRACASSADAS

COMARCA	OBJETO	DESERTA / FRACASSADA
Lauro Muller	Elaboração de projeto de reforço estrutural	Deserta
TJ – Torre I	Manutenção grupo motor gerador de emergência	Fracassada

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

11. ABERTURA DE CHAMADOS

DIVISÃO RESPONSÁVEL	QUANTIDADE
Área de Engenharia Civil	1.894
Área de Engenharia Elétrica e Mecânica	2.284
TSI (atendimento interno – DEA)	147
TOTAL	**4.325**

Fonte: controle de chamados - Secretaria/DEA (período: janeiro a novembro/2014)

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O relatório a seguir representa as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação, no exercício de 2014. As informações estão classificadas por Divisão e os subitens representam projetos e atividades levadas a efeito nas áreas de planejamento, *software* e *hardware*. No que tange ao Gabinete do Diretor, em cumprimento as suas atribuições, foram desenvolvidas as atividades de planejamento, organização, execução e controle das atividades de tecnologia da informação, em consonância com as diretrizes do CGInfo e com o apoio da estrutura organizacional e operacional da Diretoria, com o objetivo de levar a efeito as atividades alinhadas.

O ano de 2014 foi marcado pela conclusão do projeto de implantação do processo eletrônico no Primeiro Grau, projeto IPE/PG, e, a partir do dia 27/10/2014, os novos processos que ingressam na primeira instância são exclusivamente no formato digital. Ainda em 2014, iniciaram-se os estudos para a implantação do processo digital no âmbito do Segundo Grau.

Para isso buscou-se investir na renovação e ampliação permanente da estrutura de tecnologia, considerando-se *hardware* e *software*, com a manutenção de uma política sistemática de aquisição e renovação de todo parque tecnológico e desenvolvimento ou aquisição de sistemas, possibilitando a melhoria da prestação dos serviços ao cidadão.

Essas complexas atividades só foram viabilizadas graças ao esforço de toda a diretoria que, capitaneada por seu Gabinete, conseguiu integrar todas as áreas, de gestão de conhecimento ao equipamento, do extrajudicial ao terceiro grau e órgãos agregados de apoio e fiscalização.

Em cada etapa, em cada atividade, buscou-se agregar valor aos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário Catarinense, seja pelo desenvolvimento de novas soluções, atualização ou mesmo pela manutenção e suporte de *softwares*, no ideal de atender sempre mais e melhor tanto usuários internos quanto externos, sendo o serviço gratuito ou não.

DIVISÃO DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

Uma das principais metas do ano foi estruturar o desenvolvimento de sistemas da divisão, vislumbrando modelo de FÁBRICA DE *SOFTWARE* possibilitando eventual TERCEIRIZAÇÃO do desenvolvimento de maneira bem orquestrada, sustentável e padronizada, bem como manter os artefatos tecnológicos atualizados, funcionais, manuteníveis e produtivos. Para tanto, foram realizados diversos desenvolvimentos, estudos e implantações conforme projetos citados a seguir:

- IMPLANTAÇÃO SCD
- IMPLANTAÇÃO DO FRAMEWORK SEGURANÇA SISTEMAS
- IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA SERVIDOR DE RELATÓRIOS
- IMPLANTAÇÃO DO CATÁLOGO PRODUTOS DTI
- IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DO DESENVOLVEDOR
- CONSOLIDAÇÃO DO FRAMEWORK 2.0 DE DESENVOLVIMENTO
- SERVIÇOS APLICAÇÕES CORE
- PROSPECÇÃO SOA
- MONITOR SERVIÇOS SOA
- CONSOLE INFRA DESENVOLVIMENTO

- SUPORTE DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES E SERVIÇOS
- INTEGRAÇÃO COM ÁREA DE SISTEMAS OPERACIONAIS
- NOVO ACESSO RESTRITO (SERVIDORES)
- NOVO CONTROLE DE USUÁRIOS E ACESSO RESTRITO (PESSOAL EXTERNO)
- DESENVOLVIMENTO SISTEMA SORTEIO DE COLEGIADO DE MAGISTRADOS
- DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE VOTO ELETRÔNICO
- MELHORIAS NO SPA - SISTEMA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Entende-se que a meta foi atingida e espera-se para 2015 a consolidação dos produtos e serviços estabelecidos e implantados. Também foram desenvolvidos aplicações/ serviços/ bibliotecas (framawork) de suporte ao ciclo de vida de desenvolvimento e aplicações:

- **tjsc-analisadordependencias**

Descrição: ferramenta de apoio que detecta dependências entre aplicações e serviços. Essencial no ambiente SOA em desenvolvimento. Situação atual: produção.

- **tjsc-auditoria**

Descrição: serviço que permite que as aplicações coletem informações acerca dos dados que foram gravados na base de dados, ou seja, permite descobrir que usuário executou uma atualização ou inserção, bem como onde foi realizada, a partir de que máquina, qual campo de tabela foi feita e quais valores novos e antigos. Oferece além do serviço, aplicação de consulta desses dados por parte de usuário administrador, e ferramenta de criação de estrutura de banco de dados para suportar esse recurso. Situação atual: produção.

- **tjsc-flexservice**

Descrição: biblioteca de base que serve de integração (proxy) entre a camada de serviços e a camada de apresentação, através da serialização de dados em forma de XML e JSON. Situação atual: produção.

- **tjsc_flex_components**

Descrição: biblioteca de base com diversos componentes e funcionalidades para a camada de apresentação quando desenvolvida em ACTION SCRIPT e FLEX. Situação atual: produção.

- **scd-controledemandas**

Descrição: Sistema de Controle de Demandas (chamados) da DTI que permite acompanhar o ciclo de vida de um chamado (ID) desde a requisição pelo demandante até a execução pelo aprovador, incluindo também, relatório de pagamento à terceirizada quando a execução for externa. Situação atual: produção (nas áreas SHF/FOLHA, DMP, AJ, SIDEJUD, REDES, DAD - BANCO DE DADOS, DAD - SERVIDORES DE REDES, APOIO AO DESENVOLVIMENTO, PRECATÓRIOS, DIÁRIAS, DAD - SISTEMAS OPERACIONAIS, SSRH, DAD – Virtualização).

- **ads-servidorrelatorios**

Descrição: sistema que mantém cadastro de relatórios a serem disponibilizados aos usuários. Permite que rapidamente os desenvolvedores publiquem relatórios aos usuários sem necessidade de reimplantação de aplicações ou geração de novos executáveis. Situação atual: produção.

APLICAÇÕES E SERVIÇOS RELACIONADOS À SEGURANÇA

- **tjsc-jaas**

Descrição: biblioteca de base com módulo JAAS para autenticação no container. Faz parte do novo sistema de segurança de aplicações do TJSC. Situação atual: produção.

- **tjsc-cas-server**

Descrição: aplicação do CAS que gerencia a autenticação de usuários integrados ao portal e às diversas aplicações e serviços desenvolvidos. Faz parte do novo sistema de segurança de aplicações do TJSC. Situação atual: produção.

- **tjsc-cas-client**

Descrição: biblioteca de base contendo funcionalidade como filtros para autenticação das aplicações no CAS. Faz parte do novo sistema de segurança de aplicações do TJSC. Situação atual: produção.

- **tjsc-principal**

Descrição: biblioteca de base com interface da identidade do TJ. Essa identidade é que trafega entre todas as camadas de aplicação, contendo informações de identidade. Faz parte do novo sistema de segurança de aplicações do TJSC. Situação atual: produção.

APLICAÇÕES E SERVIÇOS RELACIONADOS A DOMÍNIOS DE NEGÓCIO

- **tjsc-catalogo**

Descrição: aplicação que mantém dados de aplicações, componentes e serviços disponíveis aos desenvolvedores do TJSC. Situação atual: produção.

- **tjsc-lotacao**

Descrição: serviços para consulta e manipulação de dados de lotações, comarcas, varas etc. Situação atual: produção.

- **tjsc-core**

Descrição: conjunto de estruturas de banco de dados e serviços voltados a todas as unidades de informações e/ou negócio, consideradas basilares às aplicações do TJSC. Formando uma arquitetura de base e referência para a montagem de aplicações através de reutilização e centralização de informações. Situação atual: produção.

INFRAESTRUTURA E RECURSOS PARA DESENVOLVIMENTO - ALM

- **MAVEN – Archetypes**

Descrição: modelos de aplicações utilizados pelo MAVEN já customizados para JBOSS e WEBLOGIC, das mais variadas naturezas utilizadas no desenvolvimento tjsc-archetype-java-ejb, tjsc-archetype-java-flex, tjsc-archetype-java-jar, tjsc-archetype-java-struts, tjsc-archetype-java-webservice. Situação atual: produção.

- **ADEQUAÇÃO WEBLOGIC**

Descrição: adequação das bibliotecas e serviços de base, bem como modelos de aplicação para que funcionem em ambiente WEBLOGIC. Situação atual: realizado.

- **SOA ORACLE**

Descrição: realização de POC com ferramenta SOA fornecida pela ORACLE em conjunto da aquisição do WEBLOGIC. Situação atual: realizado.

- **SOA ENSEMBLE - INTERSYSTEMS**

Descrição: realização de POC com ferramenta SOA fornecida pela INTERSYSTENS em conjunto com CACHÉ e SRH. Situação atual: realizado.

Além destas atividades de base, também foram desenvolvidos/evoluídos os seguintes sistemas:

- **Sirc**

Projeto prioritário TJSC/Gov.Federal (DTI+CGJ+Dataprev) a partir de agosto. Viabilização de Certificado Digital A1 para a solução. Implementação e homologação da ferramenta. Lançamento previsto para dez/2014.

- **Selo Digital**

Projeto DTI+CGJ. Abrange as 583 serventias extrajudiciais no estado. Evolução para a versão 2.1.1 com a inclusão do suporte ao Sistema de Ressarcimento Eletrônico. Atualização da plataforma e desligamento da infraestrutura antiga.

- **Pagamento de Honorários Periciais**

Projeto DTI (SCJE+SAF). Desenvolvimento de aplicativo para o gerenciamento de perícias judiciais e auxílio na gestão do pagamento dos mesmos. Implantação em produção no início de novembro.

- **Sistema de Inspeção Integrada**

Projeto DTI+CGJ. Análise e projeto da solução. Desenvolvimento de Sistema Desktop capaz de operar *offline*. Desenvolvimento de Sistema Web para sincronização e gerenciamento. Entrega da versão 2.0.0 com suporte a upload de imagens. Versão 2.1.0 em desenvolvimento com suporte a e-mails.

- **Sistema de Inspeção Virtual**

Projeto DTI+CGJ. Atualização de framework da solução. Reestruturação do sistema para atender novas demandas de inspeção.

- **Inspeção Virtual do Extrajudicial**

Projeto DTI+CGJ. Refactoring dos móldulos do sistema. Ajustes para integração ao Sistema de Inspeção Virtual. Evolução do conjunto de regras.

- **Inspeção Virtual do SIRC**

Projeto DTI+CGJ. Decorrente do SIRC. Definição e implementação das regras.
Ajustes para integração ao Sistema de Inspeção Virtual.

- **Inspeção Virtual do Ressarcimento**

Projeto DTI+CGJ. Decorrente do Ressarcimento Eletrônico. Implementação das regras levantadas. Ajustes para integração ao Sistema de Inspeção Virtual.

- **Inspeção Virtual do FRJ**

Projeto DTI+GP. Demandado pela Auditoria Interna. Definição de escopo e início do projeto. Apresentação da versão 0.0.1 para demonstração da tecnologia. Versão 0.0.2 em desenvolvimento com regras personalizadas.

Sistemas que sofreram manutenção/correção:

- Serviço de Distribuição de Títulos de Protesto.
- Consulta e importação de empenhos do SIGEF.

- Serviço e aplicativo de guias de custas/emolumentos (Serviço de boleto).
- Sistema de gerenciamento de Selos Digitais.
- Sistema de geração automática de Selos Digitais.
- Sistema para Pagamento de Honorários Periciais em processos com Assistência Judiciária, estipulado pelo convênio nº 81/2012, com a Procuradoria-Geral do Estado.
- Sistema de Devolução de Valores junto à Assessoria do FRJ e à DOF.
- Requisição Eletrônica de Precatórios, primeiramente na modalidade piloto, agora definitivamente em treze cartórios, com perspectiva de rápida expansão.
- Módulo de Retenção Previdenciária nos Sistemas de Depósitos Judiciais e Precatórios.
- Versões 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 do Sistema Gerenciador de Despesas com Deslocamentos com inúmeras melhorias e novas funcionalidades.

Ainda serão entregues em dezembro/2014:

- Segunda versão do Sistema de Devolução de Valores, contemplando melhorias e expansão do escopo.
- Versão 1.6 do Sistema Gerenciador de Despesas com Deslocamentos.
- Integração do Sistema de Depósitos Judiciais ao Sistema de Arrecadação da Fazenda Estadual para compartilhamento de informações sobre os pagamentos de alvarás para o Estado de SC.
- Sistema de Plantão Judiciário para Magistrados.

  Funcionalidades do sistema:

  - Cadastro da concessão de plantão judiciário: A COMAGIS ou a Comarca Sede registra a concessão do plantão judiciário realizado pelo magistrado. Este registro será utilizado para cálculo do saldo de plantão judiciário e incluído na ficha funcional do magistrado.
  - Requerimento de compensação de folga de plantão: O magistrado poderá requerer um ou mais dias de folga de plantão judiciário, caso possua saldo positivo. Nesse requerimento o magistrado indicará, também, o Juiz Cooperador, que irá suprir sua ausência. O requerimento será avaliado pela COMAGIS, podendo ser deferido ou indeferido. Caso deferido, o registro de gozo será lançado em ficha funcional e será deduzido o número correspondente de dias gozados do saldo do magistrado.
  - Consultas: no sistema a COMAGIS terá disponível consulta para busca e visualização de cadastros de concessão, gozos e requerimentos de compensação enviados pelos magistrados. O relatório de concessão e gozo possui uma opção de exclusão e edição dos registros pela COMAGIS.
  - Geração de um arquivo XLS: no relatório de gozo existe uma funcionalidade onde a COMAGIS poderá gerar um arquivo XLS com os afastamentos relacionados por portaria. Esse arquivo servirá de base para a COMAGIS elaborar a portaria que será enviada para o Diário da Justiça com os afastamentos dos magistrados.
  - Importação e adequação dos dados do Caché para o banco Oracle.

- **Falta Abonada**

Sistema para registro de faltas abonadas. Na Justiça de Primeiro Grau, a funcionalidade será utilizada pelo Chefe de Secretaria de Foro. No Tribunal de Justiça, a funcionalidade poderá ser acessada pelos gabinetes da Presidência, dos Desembargadores e dos Diretores. O servidor receberá notificação em seu endereço eletrônico sempre que for cadastrado o afastamento pelo sistema. O registro aparecerá imediatamente na ficha funcional do servidor.

- **Falta Injustificada**

Este sistema automatiza os seguintes processos:

- Cadastro da Falta injustificada/Desconto.

- Cadastro da Falta injustificada/Restituição.
- Cadastro da Falta injustificada/Reconsideração.

O sistema valida as regras no cadastro das faltas, e registra em ficha funcional automaticamente caso o preenchimento esteja correto.

- **Comprovação para Auxílio Saúde**

Sistema de fluxo eletrônico para envio dos documentos para a DRH comprovando semestralmente os valores pagos para o plano de saúde.

- **Sistema de Controle de Estagiários**

Atualização tecnológica, atualização de interface, maior integração com a ficha funcional e com a folha de pagamento, correção de erros, maior integração com atualização cadastral e criação de login, entre outras melhorias.

- **Sistema de Seleção de Estagiários**
  - Formulário eletrônico para o cadastro dos alunos interessados em estagiar no PJSC.
  - Visualização de vagas de estágio por área e lotação (Tribunal, Comarca e Fórum), para fins de transparência de processo.
  - Seleção assistida de estagiários, no qual permitirá o preenchimento de vaga sempre que surgir essa necessidade pela unidade interessada, e será realizado pela Secretaria do Foro nas comarcas e pela DRH no Tribunal.
  - Relatório com a lista de inscritos, publicado semanalmente e de forma automática, a partir do primeiro dia útil da semana na página do TJSC.
  - Relatório com a lista de estudantes selecionados.

- **Sistema de visualização/integração de movimentação funcional**

  Outras manutenções e melhorias:
  - Melhorias diversas no Sistema de Gerenciamento de Cargos Efetivos (SGE).
  - Finalização do Sistema de Remoção.
  - Alterações de regras no Sistema de Férias.
  - Alteração nas regras no Sistema de Plantão Judiciário para servidores.
  - Inclusão de anexos em todos os sistemas de afastamentos.
  - Envio automático de cartões ao registrar diferentes tipos de afastamento (gala, nojo, paternidade, por exemplo).
  - Infraestrutura de *software*: libraries, serviços de integração com o caché e outros serviços para cadastro de pessoal.
  - Melhorias no sistema de administração de concursos públicos, para permitir alteração de notas das provas de títulos dos candidatos. Após a alteração das notas o sistema poderá fazer o recálculo da média e a reclassificação.
  - Melhorias e acompanhamento do sistema de marcação anual de férias.
  - Melhorias no sistema de convocação, atualização tecnológica, atualização de interface.
  - Melhorias no sistema de Clima Organizacional.
  - Melhorias no sistema de Gerenciamento de Modelos de Documento.
  - Melhorias do sistema de controle de vagas de cargos em comissão e funções gratificadas.
  - Levantamento e consolidação dos requisitos do novo Sistema de Acompanhamento Funcional.
  - Continuação do sistema de controle de cargos, que foi interrompido para atendimento de outras demandas. Está 75% concluído.

E no ambiente Caché tivemos ainda

- Alteração do Sistema SHF para correção definitiva do bug do milênio.
- Implementação e liberação do fechamento automático do Sistema de Folha de Pagamento.
- Manutenção e ajustes no módulo do sistema de concessão da VPNI.
- Implementação de módulo para viabilização da concessão, comprovação, alteração, suspensão do benefício auxílio-saúde e de webservice para integração com novo Sistema de Recursos Humanos.
- Manutenções gerais nos sistemas SHF/FOLHA.
- Alteração do Sistema de Patrimônio para Adição de dígito à numeração patrimonial.
- Manutenções gerais no sistema Patrimônio.
- Manutenções gerais no sistema Almoxarifado.
- Manutenções gerais no sistema Licitação.
- Manutenções gerais no sistema Compras e registro de preços.
- Manutenções gerais no sistema de geração de arquivos para o E-Sfinge.
- Manutenções gerais no sistema de Controlo de Fornecedores.
- Manutenções gerais no sistema de Tabelas Integradas.
- Manutenção das rotinas do SAF (Sistema de Acompanhamento Funcional).
- Manutenção nas rotinas contendo as regras do workflow de férias e substituição de 2º Grau.
- Manutenções gerais no sistema de prestação de contas de diárias e ressarcimento de combustíveis (anterior ao sistema atual).
- Início dos trabalhos para reestruturação da forma de cálculo do Sistema de Folha de Pagamento.
- Atualização dos sistemas da Diretoria de Material e Patrimônio (DMP) para acesso Internet por meio do CSPGateway.

DIVISÃO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

Durante o ano de 2014, a Divisão de Gestão do Conhecimento avançou de forma significativa em todas as suas frentes de atuação, prospectando, desenvolvendo e implantando ferramentas de TI associadas à Gestão do Conhecimento (GC). Entende-se por GC o conjunto de processos dirigidos a criação, captura, armazenamento, compartilhamento, aplicação e reutilização do conhecimento. Dentre os principais projetos executados destacaram-se:

- **Sistema de Processo Administrativo - SPA**

A tramitação de processos administrativos em meio eletrônico iniciada em 2013 foi significativamente impulsionada em 2014. Com a capacitação de servidores representantes de todas as diretorias administrativas e judiciais do TJSC, a quantidade de processos administrativos eletrônicos saltou de aproximadamente 200 no final de 2013 para certa de 5.000 até novembro de 2014. São mais de 600 servidores habilitados para atuar no sistema SPA em mais de 160 setores do TJSC. Com isso já é possível constatar ganhos expressivos em termos de economia financeira, celeridade processual, transparência dos atos administrativos e agilidade no acesso à informação em relação à tramitação dos processos físicos.

Pensando na evolução do sistema, foi constituído um grupo de trabalho que conta com representantes do Gabinete da Presidência do TJSC, Diretoria Geral Administrativa, Diretoria Geral Judiciária, Diretoria de Documentação e Informações, Diretoria de Recursos Humanos e Diretoria de Tecnologia da Informação.

Através de encontros periódicos o grupo de trabalho tem definido e priorizado as melhorias consideradas necessárias para a evolução do sistema. Outra frente de atuação do grupo em 2014 foi a elaboração de

uma proposta de resolução com o objetivo de disciplinar a tramitação dos processos administrativos eletrônicos no sistema SPA.

- **Sistema de consulta de Jurisprudência**

Considerando a quantidade de usuários e a importância do sistema de consulta a jurisprudência catarinense para o meio jurídico, diversas melhorias foram realizadas durante 2014. Ao longo do ano, duas versões do sistema foram disponibilizadas, destacando-se as tratativas para integração com os documentos gerados pela nova versão do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) - versão 5. Em relação ao Informativo da Jurisprudência, no decorrer no ano de 2014, o serviço foi executado de forma periódica, atingindo cerca de 20.000 cidadãos a cada envio.

Ainda, agregando mais ao portal de Consulta à Jurisprudência, foi desenvolvido o Sistema de Consulta ao Anuário das Turmas de Recursos. O Anuário é uma publicação anual do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, composta de julgados selecionados pela Comissão Permanente de Jurisprudência, sob responsabilidade gerencial da Divisão de Documentação da Diretoria de Documentação e Informações, com circulação nacional.

Para fins estatísticos e de análise, o sistema de Consulta à Jurisprudência recebe, em média, 7 mil visitas diárias. Entre os meses de outubro e novembro de 2014, por exemplo, o portal recebeu mais de 350 mil visitas, com quase 85 mil usuários distintos, incluindo diversas nacionalidades (Estados Unidos, Espanha, Argentina, Itália, França, Polônia, Portugal etc.). Tais dados demonstram a utilidade da ferramenta e o quanto é significativa para a sociedade.

- **Sistema Hermes - Malote Digital**

No cotidiano do PJSC, muitos documentos precisam ser trocados entre os diversos setores. Muitos destes documentos são trocados por meio de malotes internos ou serviços dos Correios. Com a resolução nº 100/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi instituído o Sistema Hermes - Malote Digital, com o propósito de possibilitar a troca de documentos oficiais em meio eletrônico entre os diversos órgãos do Poder Judiciário Nacional.

Em 2014, após a publicação da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 5/2013, o processo de expansão de uso do sistema foi totalmente finalizado, tendo credenciadas cerca de 2.000 Unidades Organizacionais e mais de três mil usuários. No período compreendido entre dezembro de 2013 e novembro de 2014, mais de 350 mil documentos foram enviados pela ferramenta, o que trouxe grande celeridade e economia ao erário, na ordem de 2.5 milhões de reais ao ano, considerando insumos e custos postais.

- **Ferramenta genérica de Busca Textual**

Considerando a expressiva produção de documentos eletrônicos no Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), fica evidente a necessidade de uma boa gestão documental e, consequentemente, do apoio sistêmico às atividades envolvidas nessa área, como, por exemplo, a definição de metadados, indexação e pesquisa de documentos. Com tal propósito, uma ferramenta de apoio foi concebida pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), sendo implantada nos seguintes contextos:

- Jurisprudência Administrativa.
- Consulta de atos Normativos.
- Doutrina do CEJUR.
- Acórdãos do Conselho da Magistratura.
- Decisões Monocráticas das Turmas Recursais.
- Acórdãos das Turmas Recursais.

Em 2014, o sistema sofreu atualização de versão por duas vezes. As melhorias foram sugeridas pelos usuários do sistema, visando sempre à melhoria do serviço e suporte às necessidades advindas das atividades diárias de cada setor. Além disso, houve a implantação do Sistema na Corregedoria-Geral da Justiça, permitindo a indexação das suas Normas Administrativas. Para o próximo ano, já se iniciaram as tratativas para novas aplicações em outros setores do TJSC.

- **Portal da Transparência**

Com a promulgação da Lei de Acesso à Informação e a necessidade de maior transparência aos atos públicos, o papel da Tecnologia da Informação tem sido essencial. O PJSC dispõe de um portal destinado à publicação de várias informações de interesse da sociedade, as quais requerem confiabilidade e atualização constante. Nesse sentido, a Diretoria de Tecnologia da Informação muitas vezes atua como consolidadora das informações, cruzando dados de sistemas diversos. Durante o ano de 2014, por exemplo, os diversos custos das comarcas foram levantados e atualizados com o apoio da DTI.

- **Diário de Justiça Eletrônico**

O Diário de Justiça Eletrônico (DJE) é o documento oficial de publicações do Poder Judiciário em Santa Catarina, sendo um dos serviços mais acessados no portal WEB da instituição. Diante da sua importância, os serviços associados à sua confecção, disponibilização e acesso estão em evolução constante. Durante o ano de 2014, as melhorias a seguir foram disponibilizadas aos usuários e merecem destaque:

- Melhorias nas ferramentas de apoio na diagramação do DJE.
- Integrações com sistemas internos, automatizando o envio de diversos tipos de matérias.

Cerca de 260 mil matérias foram publicadas em 2014 no DJE por intermédio das ferramentas desenvolvidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação.

Ainda durante o ano de 2014, deflagrou-se o Projeto Multicadernos, que consiste na possibilidade da segmentação do Diário da Justiça em Cadernos independentes numa mesma edição. Foi considerada uma necessidade apontada pela Divisão de Documentação, da DDI. Além disso, várias oportunidades de melhorias foram identificadas na versão atual e estão contempladas no escopo do projeto. A previsão de entrega desta nova versão é para o primeiro semestre de 2015.

- **Sistema de Voto Eletrônico**

Com base nas publicações das Resoluções TJ 20/2014-TJ e 32/2014-TJ, desenvolveu-se o Sistema de Voto Eletrônico, tendo como principal objetivo apoiar o processo de escolha dos representantes do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina no Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Foi utilizada uma nova concepção de desenvolvimento, no caso, utilizando-se recursos de diversas seções. As Divisões de Gestão do Conhecimento e Divisão de Sistemas Administrativos estiverem envolvidas. A gerência do projeto ficou a cargo da primeira e o desenvolvimento do sistema a cargo da última. A Presidência do TJSC, por meio da ASPLAN, estava definida como cliente do projeto.

- **Sistema de Envio de Recursos ao STF - SER**

O SER é o sistema utilizado pelo TJSC para realizar o envio de recursos extraordinários e agravos em recursos ao Supremo Tribunal Federal. Em 2014 foram iniciadas tratativas com a equipe técnica do STF para aperfeiçoar os mecanismos de integração e facilitar o fluxo de documentos entre as duas Cortes. Também foram feitos os primeiros contatos com a empresa Softplan para que a integração seja prevista na versão 5 do sistema SAJ-SG a ser implantada no TJSC em 2015.

- **Sistema de Envio de Recursos ao STJ - iSTJ**

O sistema iSTJ é a ferramenta utilizada pelo TJSC para enviar recursos especiais ao STJ. Em 2014 foram iniciadas tratativas com a equipe técnica da empresa Softplan para que a integração seja prevista na versão 5 do sistema SAJ-SG a ser implantada no TJSC em 2015.

- **Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial**

O Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial permite gerenciar os diversos cursos e eventos oferecidos pela instituição, bem como os pedidos individuais para cursos e eventos externos. Para cada curso, além das informações básicas, é feito o seu agendamento e são cadastrados os participantes e instrutores. Durante a execução do curso, o sistema é responsável pelo controle de presença, e após sua finalização são construídos e emitidos os relatórios dos encontros e relatórios finais do curso. O sistema também disponibiliza as avaliações aos participantes e instrutores, possui um módulo de certificação e de extração de relatórios.

O suporte ao Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial gerou até 27/11/2014 um total de 242 demandas, tanto de manutenções corretivas como de manutenções evolutivas.

Em janeiro do ano de 2014 implantou-se o novo Módulo de Inscrições. Neste módulo foram aperfeiçoados os mecanismos de inscrição de participantes internos e externos; confirmação da inscrição; exclusão de participantes; visualização de participantes confirmados, pré-inscritos e excluídos (com novos campos para visualização e diversas possibilidades de ordenação). Também foi criado o conceito de participante ouvinte, e construído um módulo de auditoria das operações realizadas.

Uma das funcionalidades principais do Módulo de Inscrições é a possibilidade de delegação das inscrições para outras áreas do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Na sequência, a fim de atender as Resoluções 13/2012-GP e 08/2013-GP, foi feita a reformulação do Relatório de Encontro, e foi desenvolvido o Relatório Final do curso, que consolida a presença do participante em todos os encontros do curso. Também foi construído o Módulo de Gerenciamento de Impedimentos e Sanções, com o objetivo de manter um cadastro atualizado dos participantes com algum tipo de pendência junto a Academia Judicial. Este módulo, integrado ao Módulo de Inscrições, impede a inscrição de participantes, que possuírem algum tipo de restrição, nos cursos da Academia Judicial.

Outro projeto envolveu a desvinculação do cadastro de palestras para fins de Relatório de Encontro e para fins de Avaliação, visto que o módulo de cadastro de palestras vigente até então, não estava atendendo a estas necessidades de forma adequada, e gerava retrabalho à equipe da Academia Judicial.

A transmissão de vídeos ao vivo, a partir do site da Academia Judicial foi remodelada de modo a atender as seguintes necessidades:

- Limitar o número de conexões.
- Integração com Ldap.
- Flexibilidade para permitir ou não a inscrição de participantes.
- Impedir o acesso de participantes não inscritos.
- Registrar frequência em tabela distinta.

Várias melhorias foram também aplicadas aos módulos de planejamento e de avaliação, possibilitando uma melhor gerência da agenda dos cursos, e na gestão das avaliações realizadas. Considerando a existência do Programa de Avaliação Institucional (PAI) no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Academia Judicial e sua relevância tanto para o credenciamento de cursos de Graduação como para o

recredenciamento dos cursos Pós-Graduação junto ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, um dos maiores focos da Seção de Suporte ao Ensino a Distância durante o ano de 2014 foi o Projeto da Avaliação Institucional da Academia Judicial. Este projeto envolveu desde a análise das necessidades, projeto e desenvolvimento até sua completa implantação e acompanhamento dos resultados.

Findo o projeto da Avaliação Institucional, foi retomado o projeto do Novo Sistema de Gestão Acadêmica, cujo objetivo é realizar a gerência de todo o ciclo de trabalho da Academia Judicial, de forma mais robusta e integrada aos demais sistemas da instituição, corrigindo problemas existentes no sistema atual. O propósito é melhorar consideravelmente as informações para o público interno e externo, e, com isso, permita uma melhor gerência e autonomia nas suas atividades. O projeto encontra-se em sua fase inicial, onde estão sendo definidas, em conjunto com a Academia Judicial, as etapas do projeto e o método de trabalho a ser desenvolvido. Espera-se um grande avanço do projeto em 2015.

- **Ambiente Virtual de Aprendizagem**

Em relação ao trabalho de gestão do sistema Moodle, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado pelo TJSC, foram realizadas as seguintes atividades:

- Mudança das máquinas virtuais de desenvolvimento, homologação e produção do Moodle, a fim de permitir o aumento o espaço em disco de forma gradual e assim aumentar a oferta de cursos.
- Integração com Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial para importação da lista de participantes.
- Estudo e implementação de nova forma para disponibilização de vídeos e consequente redução do tempo de acesso.

Outras atividades também foram realizadas, como, por exemplo a inscrição de participantes, a migração de cursos entre os ambientes, e replicação de cursos, e o suporte necessário durante a configuração e execução dos cursos.

Foi realizada, a pedido da Corregedoria-Geral da Justiça, uma instalação própria do Moodle, para abrigar seus projetos e salas de debates. Esta instalação foi feita com base no ambiente virtual da Academia Judicial. Após a disponibilização do ambiente pela DTI, a administração do Moodle ficou sob responsabilidade da CGJ.

- **Portal Web**

Em 2014, o Portal WEB do Poder Judiciário Catarinense ganhou destaque com a retomada do projeto da nova versão, executado de forma conjunta entre a Diretoria de Tecnologia da Informação e o Núcleo de Comunicação Institucional. Tal projeto tem como finalidade a reestruturação do portal atual, seguindo uma metodologia específica de desenvolvimento, que já passou pelas fases de diagnóstico e prognóstico, envolvendo diretamente seus usuários, promoveu pesquisas internas e externas à instituição e que prevê entregas e validações antes da disponibilização final. Os objetivos principais são a evolução gráfica e tecnológica, a reorganização da arquitetura da informação e a melhoria da usabilidade, aderentes aos novos padrões WEB.

O foco neste ano foi a reativação do grupo de trabalho do projeto, reforçado com representantes da Academia Judicial e da Corregedoria-Geral da Justiça. Desde então, o grupo trabalhou na classificação de conteúdos, na definição de responsabilidades e na revisão das etapas do projeto já realizadas anteriormente. A finalização e aprovação do projeto gráfico, bem como o desenvolvimento do template

para o novo portal foram outros avanços significativos, que já viabilizaram a aplicação do novo *layout* em sites, formulários e aplicações.

Durante o ano, outro ponto de atenção foi a renovação do contrato de suporte da ferramenta Liferay versão Enterprise 6.1 (gestão de portais), bem como o início do processo de aquisição de novas licenças para suportar o novo portal, garantindo disponibilidade e segurança.

Dentre os sites, podemos destacar como entregas importantes do projeto, o site da Gestão Estratégica (que agrega informações referentes a gestão de processos, gestão de projetos, planejamento estratégico institucional etc.) e a Sala de Imprensa (que concentra notícias - disponibilizadas através da nova ferramenta de publicação também desenvolvida em Liferay e integrada a redes sociais -, vídeos, Veredicto, Resenha etc.). Também neste *layout* está sendo implementada a nova versão da aplicação do Diário da Justiça Eletrônico, por exemplo.

Ainda utilizando o Liferay, através de um template desenvolvido internamente, foram entregues em 2014 diversos formulários (novos ou que foram migrados), tais como Solicitação de Passagens Aéreas, Solicitação de Certificado Digital, Ouvidoria dos Servidores, Ingresso de novos servidores, Identidade Funcional, entre outros, que, em sua maioria, estão integrados ao serviço web em JSONP, disponibilizando informações dos colaborados e trazendo maior agilidade e confiabilidade no preenchimento dos formulários. Um formulário específico foi desenvolvido para o Questionário para diagnóstico do PJSC, parte do projeto do novo Planejamento Estratégico do PJSC, que também contou com disponibilização de vídeos e conteúdo correspondente em página web.

A nova identidade visual do Poder Judiciário catarinense instituída em 2014 demandou também alterações em sites e portais, bem como adequação do layout das redes sociais utilizadas pelo PJSC: Twitter, Flickr e Youtube, que são mantidas em parceria com o Núcleo de Comunicação Institucional.

Na seara da Gestão do Conhecimento, evoluiu-se a Legislação Anotada do CEJUR, disponibilizando três novos códigos. Este ambiente desenvolvido no Liferay permite construção de códigos comentados por servidores e magistrados do PJSC, devidamente autenticados, dispondo de wiki, fluxo de aprovação (*workflow*), ranking e outras funcionalidades da ferramenta.

No mesmo sentido, a Corregedoria-Geral da Justiça demonstrou interesse em disponibilizar um ambiente similar para o Código de Normas Anotado que também foi desenvolvido em parceria com este órgão e disponibilizado neste ano. Ainda em conjunto com a CGJ foram construídos no Liferay outros sites e serviços, como Extrafacil e CGJ Virtual.

Em todos os projetos relacionados ao portal institucional, o foco continua sendo a acessibilidade, a organização das informações por serviço e a atualização das informações - através do Liferay - de forma descentralizada e colaborativa, pelos próprios setores que detêm o conhecimento, facilitando a divisão de responsabilidades e garantindo agilidade, dinamismo e segurança. Neste sentido, a capacitação pela DTI dos usuários da ferramenta tem sido, e continuará sendo, prioridade. Foram, então, promovidos diversos momentos para repasse de conhecimento a estes usuários visando garantir o bom uso da ferramenta e a correta manutenção do conteúdo.

Os analistas de sistemas envolvidos nos projetos também participaram de eventos e treinamentos oficiais com o objetivo primordial de obter um melhor domínio da ferramenta e, assim, fornecer soluções mais adequadas e de modo mais célere.

O Java tem sido bastante utilizado em aplicações acessíveis através do portal web, tanto no Liferay quanto em projetos isolados. Neste ano, destacamos o desenvolvimento da nova Pesquisa de Satisfação dos colaboradores do PJSC, disponibilizada em outubro de 2014. Além desta, a fim de atender a uma demanda bastante antiga e de grande importância para os advogados, foi desenvolvida a aplicação web para pedido de preferência e sustentação oral para as sessões de julgamento do TJSC.

- **Ações Diversas**

Além dos sistemas e projetos destacados acima, a Divisão de Gestão do Conhecimento manteve em operação, realizando ações de manutenção corretiva e de suporte, os seguintes sistemas e serviços:

- **Push - TJSC**: serviço de notificação sobre a movimentação processual da justiça de 1º e 2º graus, além das Turmas de Recursos.
- **PTC - Protocolo Administrativo**: sistema que permite o gerenciamento, consulta e movimentação de processos administrativos físicos.
- **Integração dom BNMP**: integração com o Banco Nacional de Mandados de Prisão mantido pelo CNJ, que atende a Resolução 137/2011, com o intuito de centralizar em um único local os mandados de prisão expedidos pelos Tribunais de todo o país.
- **CPA - Controle de Processos Administrativos**: sistema de gerenciamento de prazos dos processos administrativos no Gabinete da Presidência do TJSC.
- **DPA - Distribuição de Processos Administrativos**: sistema de distribuição de processos administrativos físicos.
- **SDA - Sistema de Digitalização de Acórdãos**: sistema que tem como objetivo auxiliar a Diretoria de Documentação e Informações (DDI) no gerenciamento de acórdãos, apoiando principalmente as rotinas de digitalização de acórdãos assinados e busca dos mesmos em coletâneas virtuais.
- **Portal Institucional**: a atualização e a manutenção do atual portal do PJSC, incluindo os sites a ele relacionados, como o Portal do Servidor, é uma tarefa diária que busca manter os conteúdos atualizados e comunicar aos interessados sobre assuntos, eventos e situações relevantes.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE DADOS

- Aumento na base instalada de servidores Windows para o ambiente do SAJ5/PG.
- Implantação de servidores para EAD – treinamento do SAJ5/PG.
- Manutenção do servidor de gravação de audiências.
- Reestruturação (em andamento) dos servidores de aplicação do eSAJ.
- Atualizações de versões no portal eSAJ.
- Implantação de monitoramento dos servidores de aplicação via Zabbix.
- Implantação do módulo de Certidões Eleitorais do SAJ 5.
- Criação de scripts de automatização de deploys de aplicações.
- Criação de scripts de *backup* específicos para aplicações Java web.
- Instalação de novos certificados SSL/HTTPS.
- Implantação de servidores do sistema de busca.
- Implantação do servidor CSPGateway para aplicações Caché web.
- Suporte aos sistemas de controle de acesso do TJ (Catracas).
- Correção de bugs de segurança nos servidores – openssl, shellshock, jmx-console.
- Implantação de novos servidores de aplicação para sistemas internos web.
- Implantação de infraestrutura para WebServices do sistema de precatórios.
- Implantação de servidores para EAD – Treinamento da CGJ.
- Implantação de servidores para o SVN da CGJ.
- Implantação e migração dos arquivos do FileServer do projeto MS Active Directory.

- Instalação e migração de servidores para a sala cofre.
- Instalação de um novo robô de *backup* no ambiente.
- Instalação do novo servidor Exadata X4.
- Servidores de manutenção corretiva e preventiva nos servidores das Comarcas.
- Reorganização e remanejamento de discos departamentais.
- Levantamento e baixa patrimonial de mais de 100 equipamentos fora de uso.
- Implantação de novas rotinas de *backups*.
- Manutenção e melhoria no ambiente de servidores virtuais.
- Implantação de novos serviços no ambiente de servidores virtuais.
- Migração do ambiente SAJ para a sala cofre.
- Migração dos ambientes DJE, Jurisprudência, RH, Sidejud para a sala cofre.
- Migração de bases para o Exadata X4.
- Atualizações tecnológicas de sistemas Oracle.
- Migração dos sistemas administrativos para novos ambientes de homologação.
- Disponibilização de bases das comarcas do projeto IPEPG no ambiente central do TJ.
- Implantação de nova ferramenta de monitoramento de bancos de dados Oracle.
- Implantação de um comitê técnico PG/SG com a Softplan.

DIVISÃO DE SISTEMAS JUDICIAIS DO SEGUNDO GRAU

PROJETOS

Implantação do SAJ/SG5 nas Turmas Recursais.
Início: 30/04/2014. Previsão de Término: 23/10/2014. Situação atual: concluído em 23/10/2014.

Implantação da Certidão Online no Segundo Grau.
Início: 12/05/2014. Previsão de Término: 17/06/2014. Situação atual: concluído em 17/06/2014.

Elaboração do Projeto Básico para os serviços de Manutenção Adaptativa, Manutenção Evolutiva e Desenvolvimento Sob Demanda com a Softplan. Início: 23/05/2012. Situação atual: em andamento.

Elaboração do Projeto Básico para Implantação do Sistema SAJ5/SG na Segunda Instância do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Início: 05/05/2014. Situação atual: em andamento.

Elaboração do Documento de Oficialização de Demanda para Implantação do Sistema SAJ5/SG na Segunda Instância do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Início: 15/10/2014. Previsão de Término: 11/11/2014. Situação atual: concluído em 11/11/2014.

Elaboração dos Estudos Preliminares para Contratação Referente à Implantação do Sistema SAJ5/SG na Segunda Instância do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Início: 11/11/2014. Situação atual: em andamento.

TREINAMENTOS
Servidores da Secretaria da Primeira Turma de Recursos da Capital no sistema SAJ5/SG – Trâmite Digital – Turma de Recursos. Início: 06/08/2014. Previsão de Término: 08/08/2014. Situação atual: concluído em 08/08/2014.

Gabinete do Dr. Álvaro Luiz Pereira de Andrade no sistema SAJ5/SG – Trâmite Digital – Turma de Recursos. Início: 09/05/2014. Previsão de Término: 09/05/2014. Situação atual: concluído em 09/05/2014.

Gabinete do Des. Ernani Guetten de Almeida no sistema SAJ3/GGS – Tribunal de Justiça. Início: 15/05/2014. Previsão de Término: 15/05/2014. Situação atual: concluído em 15/05/2014.

ATIVIDADES DE SUPORTE

- Relatórios, solicitados pelos usuários do sistema, que não são passíveis de extração via sistema.
- Resoluções de problemas e dúvidas dos sistemas SAJ3/SG, SAJ3/GGS e SAJ5/SG para os usuários do TJSC, Turma de Uniformização e Turmas Recursais.
- Suporte se segundo nível, para atendimento das dúvidas dos servidores que atuam na Divisão de Suporte ao Usuário.

ATIVIDADES OPERACIONAIS

- Homologação de versões do SAJ3/SG, SAJ3/GGS, SAJ3/ADM, SAJ5/ADM, SAJ5/PRO, SAJ5/SG e Portal e-SAJ.
- Abertura e controle de SALTs do SAJ3, SAJ5 e Portal E-Saj.
- Definição das Especificações de Requisitos referente as regras de novas funcionalidades para os sistemas SAJ5/SG, SAJ5/PRO e SAJ5/ADM.
- Configurações dos fluxos de trabalho para o trâmite processual digital e físico dos processos no sistema SAJ5/SG para a segunda instância do Tribunal de Justiça.

ATIVIDADES DIVERSAS

- Participação no Curso de TSI – Etapa Presencial em 19/11/2014.
- Visita Técnica no Tribunal de Justiça de São Paulo em 24 e 25/09/2014.

DIVISÃO DE SISTEMAS JUDICIAIS DO 1º GRAU

Projeto IPE/PG

Continuidade do Projeto IPE/PG, que compreende a supervisão, fiscalização e apoio à equipe de Instrutores durante os ciclos de implantação do processo eletrônico, finalizando o ano com todas as 111 comarcas do estado operando com sistema SAJ/PG5. Participação das reuniões operacionais e realização de workshops para definição de procedimentos e alinhamento de conhecimentos junto à equipe da Softplan.

Gravação de Audiências na Web

As audiências gravadas em vídeo e áudio pelo Sistema SAJ/PG5 passaram a ser disponibilizadas no portal e-SAJ para consulta por Advogados, Defensoria Pública, Peritos, Leiloeiros, entre outros perfis de acesso. As regras de visualização estão de acordo com os preceitos contidos na Resolução nº 121 do CNJ, quanto à disponibilização dos dados processuais na internet.

Importação de Arquivos Multimídia

O sistema SAJ/PG5 permite a importação de arquivos multimídia/gravações de audiências para processos físicos e digitais, desde que possuam a extensão ASF (vide Anexo I - “Configurações do Sistema para Importação de Arquivos Multimídia”). Assim, é possível importar qualquer arquivo de áudio e vídeo que esteja dentro dos padrões estabelecidos pelo Tribunal de Justiça.

Centrais de Mandados Compartilhadas

O compartilhamento de Centrais de Mandados veio para atender comarcas integradas para o cumprimento de mandados. Após o compartilhamento das centrais, todos os mandados de processos

físicos ou digitais terão o mesmo comportamento e seguirão pelo fluxo para a Central de Mandados competente.

O projeto-piloto na comarca da Capital, responsável por integrar as centrais de Florianópolis (Fórum Central, Fórum do Norte da Ilha e Fórum Distrital do Continente), São José, Palhoça e Biguaçu, permitiu validar a solução e expandir para próxima fase que é integrar as comarcas de Itajaí, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Camboriú, Itajaí, Itapema e Navegantes.

Plantão Judiciário Eletrônico
Projeto-piloto na comarca de São José que irá permitir a distribuição eletrônica dos feitos no plantão judicial, evitando o deslocamento do servidor até o fórum para alguns casos, bem como permitindo o despacho do processo de forma remota pelo magistrado de plantão. Um fluxo de trabalho específico para o Plantão permitirá a distribuição de petições iniciais enviadas pelo advogado através do portal e-SAJ, bem como a criação de novas competências para o plantão e logins específicos para acesso ao SAJ5/PG pelos servidores de plantão, que farão o cadastramento e distribuição das petições iniciais e intermediárias e todos os encaminhamentos necessários para cumprimento das determinações expedidas durante o plantão pelo magistrado.

Perfil Atermador
O novo perfil Atermador disponibilizado no portal e-SAJ permite utilizar os sistemas de peticionamento eletrônico de iniciais e intermediárias, bem como a consulta das petições realizadas na Web. Desta forma, este novo serviço permitirá que atermadores possam enviar e consultar petições sem a necessidade de deslocamento até o Fórum.

Módulo de Prescrição Penal
Visando atender a Resolução nº 112 do CNJ, referente ao controle de prazos da prescrição nos processos penais em curso nos Tribunais e Juízos dotados de competência criminal, foi disponibilizado no sistema SAJ/PG5 o Módulo de Prescrição Penal, com cálculos automáticos dos prazos de “Prescrição da Pretensão Punitiva” e “Prescrição da Pretensão Executória”. Com o lançamento dos eventos no Histórico de Partes, o sistema automaticamente gera a previsão da prescrição, emitindo o resultado diretamente nos relatórios do processo (Ficha do Réu, Guia de Recolhimento e Carta de Guia).

Convênio com os Bancos e Telecomunicações
Projeto-piloto no Juizado Especial Cível da Comarca da Capital (Fórum Central, Fórum do Norte da Ilha e Fórum Distrital do Continente), de citação das Empresas de Telecomunicações e Bancos via Portal e-Saj, em substituição à citação por e-mail ou expedição de ofícios aos Correios.

Colaboração com o desenvolvimento do PJE
Disponibilizados 2 (dois) analistas da DSJPG, a pedido do CNJ, de março/2013 a janeiro/2015, para auxiliar no desenvolvimento e evolução do Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico.

Contratos
Participação na equipe de elaboração e negociação do contrato de manutenção evolutiva, que visa contratar empresa especializada em sistema integrado de gestão de processos judiciais físicos e virtuais de primeira e de segunda instâncias, para os serviços de evolução do Sistema.

Atividades Operacionais
- Homologação de 80 versões de correção do SAJ/PG5.
- Análise, testes e validação de mais de 70 versões do portal e-SAJ.

- Homologação e liberação da versão 1.5.23, representando um avanço de 11 versões com evoluções do Sistema;
- Abertura e Controle de SALTs do SAJ/PG5 e portal e-SAJ.
- Fiscalização do contrato 87/2013.
- Atendimento de mais de 324 chamados de Suporte de 2º nível, representando dúvidas, problemas, necessidades de configução e sugestões dos usuários de primeiro grau.
- Aprovação de 117 propostas de solução, compreendendo 162 novas funcionalidades disponibilizadas no Sistema SAJ/PG5.
- 174 Pareceres Administrativos.
- Reuniões semanais para definição de procedimentos junto a CGJ.

DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

- Processos licitatórios de peças de impressoras, itens de rede lógica, baterias para rádio comunicadores, impressora matricial, *software* Autocad, dentre outros.
- Substituição de telefones celulares destinado a Desembargadores, Juízes de segundo grau e plantão de Comarcas.
- Substituição de computadores e incremento do segundo monitor das Diretorias: DGJ, DCDP, DRI, DDI, além dos Gabinetes dos Desembargadores e Juízes de segundo grau.
- Distribuição de ultrabook em substituição aos *notebooks* Lenovo para todos Desembargadores e Magistrados de primeiro e segundo grau.
- Instrução de processos de baixa por inservibilidade e doação de equipamentos obsoletos.
- Distribuição de mesas de som e microfones.
- Distribuição de equipamentos, relacionados a seguir, em razão da implantação do SAJ 5 no Primeiro e Segundo graus:

DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS				
	COMARCAS	DES./JUIZES	ADM.	TOTAL
MONITORES	5.661	953	651	7.265
CPUS	4.421	585	654	5.660
NOBREAK	2.554	810		3.364
SCANNER	894		12	906
ESTABILIZADORES	323			323
CELULARES				53
MODEM				42
KIT GRAVAÇÃO	420			420
HD EXTERNO		520		520
ULTRABOOK		520		520
TOTAL GERAL				**19.073**

DIVISÃO DE REDE DE COMUNICAÇÃO

- Conclusão da implantação da nova infraestrutura de redes entre a sede do TJSC e as comarcas.
- Contratação de *link* de acesso à Internet de 400Mbps.
- Aquisição de 300 switches para serem distribuídos nas comarcas.
- Aquisição de novo core de rede para a sala cofre.
- Aquisição de garantia para os principais equipamentos de rede.
- Aquisição de solução de NPM - Network Performance Management.
- Contratação de serviços de Interconexão com o CIASC.

- Distribuição de 222 switches para as comarcas.
- Baixa de 77 equipamentos de rede.
- Aquisição de fontes para conversor de mídia.
- Aquisição de AP *wireless*.
- Abertura de 182 chamados para as comarcas.
- *Upgrade* de Sensores do Gerenciamento do Rede, totalizando 1.291 sensores cadastrados a fim de monitorar principais ativos de rede.
- Migração das redes antigas para novo endereçamento IP migrando o controle do DHCP para o servidor administrado pela seção.
- Administração do DHCP do AD.
- Elaboração dos documentos para aquisição de 150 novos switches e 200 transceivers, necessários a manutenção da rede de dados da sede do TJSC, bem como para reestruturação do core da rede das grandes comarcas, seguindo a Resolução 182 do CNJ.
- Vistoria e instalação de telefonia nas comarcas de Imbituba, Itapiranga, Santa Rosa do Sul, Orleans, Ibirama, São José do Cedro, Lauro Müller, Ituporanga, Campo Erê, Urubici, Abelardo Luz, Palmitos, Rio Negrinho, Ponte Serrada, Descanso, Pomerode, Dionísio Cerqueira.
- Distribuição de 200 telefones VoIP.
- Criação de 1.000 ramais.
- Criação de 1.000 rotas VoIP entre comarcas.
- Participação na mudança de endereço das comarcas de Ascurra, Armazém, Descanso, Correia Pinto;
- Contratação de serviço de suporte a tecnologia VoIP.
- Compra de equipamentos com tecnologia VoIP.
- Manutenção nas centrais telefônicas de Tijucas e Balneário Camboriú.
- Configuração da segurança dos acessos de dados dos mutirões da Justiça.
- Aquisição de solução integrada de serviços de segurança nas redes de dados e computadores (Solução de Segurança).
- Início da implantação de solução de segurança: endpoint, e-mail e web, bem como correlação de eventos e análise avançada de ameaças.
- Administração da solução de segurança, em conjunto com prestadora de serviços.
- Acompanhamento do contrato da solução de segurança.
- Aquisição e acompanhamento de instalação de nova protocoladora para o SAJ5, bem como administração e abertura de chamados com a fornecedora.
- Acompanhamento do contrato do Sistema de Carimbo de Tempo.
- Mudança física do Sistema de Carimbo de Tempo para a sala cofre.
- Revisão da Infraestrutura de proxy.
- Operação da estrutura de proxy.
- Manutenção do sistema de mensageria instantânea do PJSC (Instant Messenger/Pandion).
- Acompanhamento da Ameaça no OpenSSL e das novas tecnologias de encriptação, autenticação e integridade.
- Upgrade e atualização do *firewall* utilizado pelo Sistema de Acesso à web (proxy).
- Manutenção do *firewall Checkpoint* utilizado como interface com Internet, CIASC, CNJ e nossa DMZ.
- Início do processo de compra de *firewall* de aplicação com IPS: pesquisas de mercado, reuniões com empresas, projeto básico, especificação técnica, acompanhamento técnico.
- Confecção de relatórios de acessos para a Administração e Magistrados.
- Consultoria técnica para assuntos relativos à segurança.
- Manutenção da disponibilidade dos sistemas de segurança bem como do acesso à Internet.

- Atualização dos dispositivos, soluções e demais sistemas de segurança (NTP, DNS, *backup* de registros e acesso.

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

A Diretoria de Infraestrutura (DIE) é responsável pelas atividades relativas aos serviços gráficos, de transporte, de limpeza e de copa e serviços de apoio, tais como: audiovisual, recebimento e expedição de correspondências, fotocópias, carga e descarga, móveis sob medida, persianas, comunicação visual, controle dos custos referentes à água, esgoto e energia elétrica do Poder Judiciário de Santa Catarina, gerenciamento e controle dos serviços inerentes à compra de passagens aéreas e aquisição de refeições para os Tribunais do Júri, entre outros. No ano de 2014, na busca pela realização das metas traçadas pela Administração, implementou diversas ações visando a continuidade e o aprimoramento dos serviços prestados.

Nesse período, merecem destaque as seguintes atividades desenvolvidas:

- Modernização do sistema de vídeo e de gravação de som do Auditório do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça.
- Modernização do sistema de sonorização dos salões de Tribunais do Júri das seguintes unidades/comarcas: Capital (Fórum Central, Fórum do Norte da Ilha e auditório do Fórum Des. Eduardo Luz), Chapecó, Blumenau, Jaraguá do Sul, Indaial, Criciúma, Lages, Abelardo Luz, Anita Garibaldi, Balneário Camboriú, Correia Pinto, Descanso, Quilombo, Santo Amaro da Imperatriz e Joaçaba, num total de 17(dezessete) unidades beneficiadas.
- Elaboração de estudo de mapeamento das atividades executadas na Seção de Correspondência, visando maior agilidade e eficiência, em parceria com a Assessoria de Planejamento e com a Fundação Getúlio Vargas.
- Elaboração da minuta de resolução que dispõe sobre os serviços de apoio às sessões do Tribunal do Júri no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina, que culminou na publicação da Resolução n. 27/2014-GP.
- Elaboração de proposta de minuta de resolução para disciplinar a aquisição de passagens aéreas, visando nortear a prestação de serviço de emissão de passagens.
- Criação da nova identidade visual do Poder Judiciário de Santa Catarina, diagramação e produção da Revista de Jurisprudência Catarinense e do Anuário das Turmas de Recursos, bem como atualização e produção do Mapa das Comarcas.
- Contratação de empresa especializada em limpeza de vidros externos, extensiva a todas as comarcas do Estado que possuem prédios acima de 1 (um) pavimento.
- Distribuição de kits de copa em inox (garrafa térmica, açucareiro e bandejas) para os Gabinetes da Presidência e órgãos vinculados, Desembargadores, Juízes de Direito de Segundo Grau, Diretores, Corregedor-Geral da Justiça, Juízes Corregedores e Secretário-Geral da Corregedoria.
- Projeto piloto para tratamento de piso vinílico (Tribunal de Justiça, Unidades e Comarcas da Grande Florianópolis).
- Contratação de serviço de transporte aos magistrados e aos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina quando da chegada ao aeroporto de Chapecó, mediante a locação de veículo.

1. DIVISÃO DE APOIO OPERACIONAL

A Divisão de Apoio Operacional, composta por seis seções, é responsável pelo controle e gerência do fluxo de correspondências e processos entre todos os setores e unidades do Estado; serviços de fotocópia, guilhotina, encadernação e apoio aos gabinetes da Justiça de 2º Grau; serviços de carregamento e descarregamento de cargas, montagem e desmontagem de móveis no prédio sede do Tribunal de Justiça e anexos, gerência e acompanhamento das mudanças nas dependências do Tribunal de Justiça e atendimento de autoridades e público em geral nos elevadores do Tribunal de Justiça; aquisição e manutenção de persianas, comunicação visual e móveis sob medida, aquisição de fragmentadoras de grande e pequeno porte, desumidificador de papel e carrinhos para transporte de processos, distribuição de carimbos automáticos; gestão, fiscalização dos serviços de audiovisual e aquisição de equipamentos de audiovisual para este Tribunal de Justiça e Salões dos Tribunais do Júri das Comarcas que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina; controle das despesas decorrentes do fornecimento de água/esgoto e energia elétrica; gerenciamento e controle de aquisição de passagens aéreas e de despesas decorrentes das sessões do Tribunal do Júri das comarcas do Estado, entre outras atividades correlacionadas.

No exercício de 2014, a Divisão de Apoio Operacional buscou as seguintes metas: otimizar recursos, dar continuidade na implementação de padrões e normas visando critérios de atendimento e gerenciar e controlar as atividades desenvolvidas pelas seções vinculadas à Divisão.

Destacam-se as seguintes metas atingidas:

- Modernização do sistema de vídeo e de gravação de som do Auditório do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça.
- Modernização do sistema de sonorização das dez salas de sessões instaladas no Tribunal de Justiça.
- Modernização do sistema de sonorização dos salões de Tribunais do Júri/auditório de 17 (dezessete) unidades/comarcas: Capital (Fórum Central, Fórum do Norte da Ilha e Fórum Des. Eduardo Luz), Chapecó, Blumenau, Jaraguá do Sul, Indaial, Criciúma, Lages, Abelardo Luz, Anita Garibaldi, Balneário Camboriú, Correia Pinto, Descanso, Quilombo, Santo Amaro da Imperatriz, Joaçaba.
- Instalação de comunicação visual e de persianas nas comarcas do Estado, dando continuidade à padronização adotada no Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Continuidade no estudo que visa normatizar as nomenclaturas utilizadas nas placas de comunicação visual instaladas nas unidades que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina.
- Elaboração de 36 (trinta e seis) projetos básicos para aquisição e fornecimento de refeições para sessões do Tribunal do Júri.
- Elaboração de minuta de resolução que dispõe sobre os serviços de apoio às sessões do Tribunal do Júri no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina, que culminou na publicação da Resolução n. 27/2014-GP.
- Elaboração de proposta de minuta de resolução para disciplinar a aquisição de passagens aéreas, visando nortear a prestação de serviço de emissão de passagens.
- Elaboração de estudo de mapeamento das atividades executadas na Seção de Correspondência, visando maior agilidade e eficiência, em parceria com a Assessoria de Planejamento e com a Fundação Getúlio Vargas.
- Elaboração de proposta de minuta de resolução para disciplinar os serviços de correspondência.
- Estudo sobre os serviços realizados pela Seção de Fotocópia, visando elaboração de normativa para prestação de serviço de fotocópias.

SEÇÃO DE APOIO

A Seção de Apoio desenvolveu no ano de 2014* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos.

Comunicação Visual - Com relação às atividades desenvolvidas na parte de comunicação visual no ano de 2014*, foram adquiridos, instalados e disponibilizados produtos como placa acrílica, placa de estacionamento, murais e demais materiais para 61 (sessenta e uma) Comarcas que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina e Tribunal de Justiça, conforme quantitativo abaixo.

COMUNICAÇÃO VISUAL	
Valor gasto para aquisição e instalação	R$ 264.998,20
Comarcas atendidas (com exceção da Comarca da Capital)	55%
Comarca da Capital - Fóruns e Unidades Judiciárias atendidas	100%
Tribunal de Justiça – unidades atendidas (Torres I e II, Unidade Presidente Coutinho, Câmara Regional de Chapecó, Complexo BR 101)	100%

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Móveis sob Medida - Com relação às atividades desenvolvidas na parte de móveis sob medida no ano de 2014*, foram adquiridos e instalados móveis sob medida em 27 (vinte e sete) Comarcas que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina e Tribunal de Justiça, conforme quantitativo abaixo.

MÓVEIS SOB MEDIDA	
Valor gasto para aquisição e instalação	R$ 288.732,52
Comarcas atendidas (com exceção da Comarca da Capital)	25%
Comarca da Capital - Fóruns e Unidades Judiciárias atendidas	100%
Tribunal de Justiça – unidades atendidas (Torres I e II, Unidade Presidente Coutinho, Câmara Regional de Chapecó, Complexo BR 101)	100%

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Persianas - Com relação às atividades desenvolvidas na parte de persianas no ano de 2014*, foram adquiridas e instaladas 2.290,87 m² de persianas nas Comarcas que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina e Tribunal de Justiça, conforme quantitativo abaixo.

PERSIANAS	
Valor gasto para aquisição, instalação e conserto	R$ 85.313,38
Quantidade de persianas adquiridas (em metragem quadrada)	2.290,87

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Carimbos automáticos - Com relação às atividades desenvolvidas na aquisição e distribuição de carimbos automáticos e materiais complementares (resina, refis, tinta de carimbo) no ano de 2014*, foram distribuídos materiais para 111 (cento e onze) Comarcas que compõem o Poder Judiciário de Santa Catarina e Tribunal de Justiça.

CARIMBOS	
Valor gasto para aquisição de carimbos, resinas, refis e tinta para carimbo	R$ 49.699,29

Aquisição de carimbos	1.715
Aquisição de refis para carimbos	182
Aquisição de resina para carimbos	77
Aquisição de tinta para carimbo	231

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Serviço de Chaveiro - Com relação à prestação de serviço de chaveiro, com aquisição de chaves, conserto e abertura de fechaduras de portas e móveis e demais serviços no Tribunal de Justiça e Comarca da Capital, segue quantitativos abaixo:

SERVIÇO DE CHAVEIRO	
Aquisição de chaves	2.333
Consertos de fechaduras de portas e móveis	58
Abertura de fechaduras de portas e móveis	92
Outros serviços	174

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Fragmentadoras de pequeno e grande porte - Com relação à aquisição e distribuição de fragmentadoras de pequeno porte e de grande porte, foram distribuídas da seguinte forma:

FRAGMENTADORA DE PEQUENO E GRANDE PORTE	
Fragmentadoras de pequeno porte distribuídas para setores e/ou gabinetes do Tribunal de Justiça	8
Fragmentadoras de grande porte distribuídas para Comarcas	1
Consertos de fragmentadoras de pequeno porte nos gabinetes e diretoria do Tribunal de Justiça e ACCR	7

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Desumidificador de papel - Com relação à aquisição e distribuição de desumidificadores de papel, foram distribuídos entre três Comarcas e demais gabinetes e/ou setores do Tribunal de Justiça.

DESUMIDIFICADOR DE PAPEL	
Quantidade distribuída	8

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Carrinho para transporte de processos - Com relação à aquisição e distribuição de carrinhos para transporte de processos, foram distribuídos entre 11 Comarcas e demais gabinetes e/ou setores do Tribunal de Justiça.

CARRINHO PARA TRANSPORTE DE PROCESSOS	
Quantidade distribuída	52

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Demais atividades - Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Apoio realizadas no ano de 2014*

ATIVIDADES	
Processos administrativos analisados	33
Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico	146
Requisições de compra emitidas pela Seção	15

E-mails recebidos e enviados (interno e externo)	12.437
Notas fiscais analisadas e encaminhadas para pagamento	475
Análise dos leiautes de comunicação visual e móveis sob medida	68
Projetos básicos confeccionados	8
Viagens técnicas	13

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

SEÇÃO DE AUDIOVISUAL

A Seção de Audiovisual desenvolveu no ano de 2014* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos.

Sonorização - A prestação de serviço de sonorização para a Comarca da Capital e Tribunal de Justiça, bem como aquisição de equipamentos, materiais e gastos com manutenção para o Tribunal de Justiça, foram feitos conforme tabela abaixo:

SONORIZAÇÃO	
Valor gasto para prestação do serviço de sonorização- Contrato 191/2012*	R$ 419.780,40
Horas prestadas do serviço de sonorização para o Tribunal de Justiça e Comarca da Capital*	11.370 horas
Valor gasto com aquisição de equipamentos, materiais e manutenção para Tribunal de Justiça e Comarcas	R$ 52.837,31
Valor gasto com Contrato 266/2013- Modernização do sistema de sonorização das Salas de Sessões do TJSC	R$ 1.885.000,00
Valor gasto com Contrato 261/2013- Modernização do sistema de vídeo e gravação digital do Tribunal Pleno	R$ 1.370.000,00
Valor gasto com modernização de sistema de som do Tribunal do Júri da Comarca da Capital	R$ 145.400,00
Valor gasto com modernização de sistema de som do Tribunal do Júri da Comarca de Chapecó	R$ 114.997,55
Valor gasto com modernização de sistema de som do Tribunal do Júri da Comarca de Jaraguá do Sul	R$ 113.616,00
Valor gasto com modernização de sistema de som do Tribunal do Júri da Comarca de Blumenau	R$ 111.934,08
Valor gasto com modernização de sistema de som do Tribunal do Júri da Comarca de Criciúma	R$ 101.950,00
Valor gasto com modernização de sistema de som do Tribunal do Júri da Comarca de Indaial	R$ 64.000,00
Valor gasto com modernização de sistema de som do Tribunal do Júri da Comarca de Lages	R$ 86.500,00

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Cabe ressaltar que, no ano de 2014, a Seção de Audiovisual elaborou Projetos Básicos para a contratação de empresa especializada em fornecimento, instalação e configuração de sistema de captação de voz e sonorização ambiente processado digitalmente para o Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Joinville e para a aquisição de equipamentos para sistema de sonorização dos Salões dos Tribunais do Júri das Comarcas do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Ainda, foram desenvolvidos e concluídos projetos de modernização do sistema de sonorização dos Salões dos Tribunais de Júri das seguintes unidades/comarcas: Capital (Fórum Central e Fórum do Norte da Ilha), Chapecó, Blumenau, Jaraguá do Sul, Indaial, Criciúma, Lages, Abelardo Luz, Anita Garibaldi, Balneário Camboriú, Correia Pinto, Descanso, Quilombo, Santo Amaro da Imperatriz, Joaçaba e auditório da Comarca da Capital: Fórum Eduardo Luz, num total de 17(dezessete) unidades beneficiadas.

Agendamento de espaços no Tribunal de Justiça - Quanto ao agendamento de espaços no Tribunal de Justiça para realização de eventos e reuniões, segue tabela:

AGENDAMENTOS	
Quantidade total de agendamentos	581
Quantidade de agendamentos para utilização do Auditório do Tribunal Pleno	88

Quantidade de agendamentos para utilização da sala de reunião do HS da Torre II	131
Quantidade de agendamentos para utilização da sala de reunião do 7º andar	226
Quantidade de agendamentos em locais diversos	136

** Mês de dezembro não foi contabilizado*

Equipamentos audiovisuais - Com relação à aquisição de equipamentos audiovisuais, no ano de 2014* foram adquiridos:

PROJETORES	
Projetores adquiridos	16
Valor gasto para aquisição de projetores	R$ 26.896,00
TELAS DE PROJEÇÃO COM TRIPÉ	
Telas adquiridas	5
Valor gasto para aquisição de telas	R$ 1935,00
MESA DE SOM DIGITAL	
Mesas de som adquiridas	10
Valor gasto para aquisição de mesas de som	R$ 77.900,00
MICROFONE PARA CORAL	
Microfones adquiridos	10
Valor gasto para aquisição de microfones	R$ 7.580,00
FONE DE OUVIDO	
Fones específicos adquiridos	5
Valor gasto para aquisição de fones	R$ 1.923,50
CD PLAYER	
CD Players adquiridos	2
Valor gasto para aquisição de CD players	R$ 4.444,00
MICROFONE AURICULAR	
Microfones adquiridos	5
Valor gasto para aquisição de microfones	R$ 12.820,00
CAIXA ACÚSTICA	
Caixas adquiridas	40
Valor gasto para aquisição de caixas	R$ 122.600,00
MICROFONE DE MÃO SEM FIO	
Microfones adquiridos	27
Valor gasto para aquisição de microfones	R$ 62.772,30
MICROFONE DE LAPELA	
Microfones adquiridos	20
Valor gasto para aquisição de microfones	R$ 49.658,00
TELA ELÉTRICA MOTORIZADA	
Telas adquiridas	5
Valor gasto para aquisição de telas	R$ 14.945,00
SISTEMA DE SOM COMPACTO	
Sistemas adquiridos	1
Valor gasto para aquisição de sistema de som compacto	R$ 22.999,00
TOTAL	**R$ 406.472,80**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Demais atividades - Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Audiovisual realizadas no ano de 2014*:

ATIVIDADES	
Processos Administrativos analisados	35
Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico	36
Requisições de compra emitidas pela Seção	15
Viagens técnicas	21
Visitas técnicas realizadas na Grande Florianópolis	3
Relatórios de visitas técnicas	10
Elaboração de Projetos de instalação de sistema de som	10

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

SEÇÃO DE CARGA E DESCARGA

A Seção de Carga e Descarga desenvolveu no ano de 2014* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos:

Serviço de Marcenaria - Com relação às atividades desenvolvidas pela Seção de Carga e Descarga nos serviços de marcenaria no ano de 2014*, o que engloba a montagem, desmontagem e consertos de móvel padrão, segue quantitativo abaixo:

SERVIÇO DE MARCENARIA	
Montagem de móvel	480
Conserto de móvel	467

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Mudanças e Movimentação de Móveis - Com relação às atividades desenvolvidas na parte de movimentação de móveis e mudanças de gabinetes e de setores no ano de 2014*, segue quantitativo abaixo:

MUDANÇAS E MOVIMENTAÇÃO DE MÓVEIS	
Mudança de gabinete/setores no prédio sede e anexos	48
Movimentação de móveis	2.124

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Recolhimento de Material - Com relação às atividades desenvolvidas na parte de recolhimento de material, o que engloba bens para baixa patrimonial, volumes entregues nas dependências do Tribunal de Justiça e movimentação de caixas plásticas com processos no ano de 2014*, segue quantitativo abaixo:

RECOLHIMENTO DE MATERIAIS	
Busca de materiais para baixa	2.868
Movimentação de caixas plásticas com processos	11.388
Volumes entregues	23.785

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Monitoramento dos Elevadores - Com relação às atividades desenvolvidas no monitoramento dos elevadores das Torres I e II do Tribunal de Justiça no ano de 2014*, segue quantitativo abaixo:

MONITORAMENTO DE ELEVADORES

Abertura de chamados dos elevadores à Diretoria de Engenharia e Arquitetura	214

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Demais atividades - Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Carga e Descarga realizadas no ano de 2014*:

ATIVIDADES	
Requisições de compra emitidas pela Seção de Carga e Descarga	7
Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico	16
Acompanhamento de eventos ocorridos no Tribunal Pleno, realizando atividade de condução do elevador para P.N.E. e serviço de portaria da área da área de carga e descarga .	11

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

SEÇÃO DE CONTROLE DE CUSTOS

A Seção de Controle de Custos desenvolveu no ano de 2014* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos:

Controle das despesas decorrentes do fornecimento de Água e Esgoto - Com relação às atividades desenvolvidas na parte de gerenciamento das despesas com água/esgoto, foram autuadas, analisadas e encaminhadas à unidade responsável pelo pagamento 538 (quinhentas e trinta e oito) faturas referentes a 142 (cento e quarenta e dois) hidrômetros que abastecem os imóveis sob responsabilidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, totalizando as despesas abaixo:

DESPESAS - FORNECIMENTO DE ÁGUA/ESGOTO	
Janeiro	R$ 103.945,80
Fevereiro	R$ 124.135,08
Março	R$ 98.889,54
Abril	R$ 101.254,80
Maio	R$ 86.175,66
Junho	R$ 90.357,84
Julho	R$ 987.110,45
Agosto	R$ 101.663,97
Setembro	R$ 104.608,65
Outubro	R$ 101.208.20
Novembro	R$ 22.438,43
Dezembro	R$ 606,97
TOTAL 2014*	**R$ 1.022.395,39**
Hidrômetros	142

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

Controle das despesas decorrentes do fornecimento de Energia Elétrica - Com relação às atividades desenvolvidas na parte de gerenciamento das despesas com energia elétrica, foram autuadas, analisadas e encaminhadas à unidade responsável pelo pagamento 144 faturas referentes a 219 unidades

consumidoras que abastecem os imóveis sob responsabilidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, totalizando as despesas abaixo:

DESPESAS - ENERGIA ELÉTRICA	
Janeiro	R$ 570.037,90
Fevereiro	R$ 781.748,61
Março	R$ 648.719,38
Abril	R$ 591.414,88
Maio	R$ 540.240,02
Junho	R$ 491.524,67
Julho	R$ 485.275,65
Agosto	R$ 558.352,38
Setembro	R$ 607.434,87
Outubro	R$ 675.132,44
Novembro	R$ 10.453,97
Dezembro	0
Total 2014*	R$ 5.960.334,77
Unidades consumidoras	219

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

Aquisição de Passagens Aéreas - Com relação às atividades desenvolvidas na parte de aquisição de passagens aéreas, todos os pedidos recebidos foram examinados e tratados, resultando na emissão de 2.395 trechos para capacitação e representação de magistrados, servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina e autoridades convidadas. Efetuaram-se também as análises e controles das faturas quinzenais, com encaminhamento à unidade responsável pelo pagamento, totalizando as despesas abaixo:

AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS	
Capacitação Nacional	R$ 415.782,12
Capacitação Internacional	R$ 69.525,52
Representação Nacional	R$ 382.781,04
Representação Internacional	0
TOTAL 2014*	**R$ 868.008,68**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

Despesas com as sessões do Tribunal do Júri - Com relação às atividades voltadas às sessões do Tribunal do Júri, tramitaram 931 requisições de compras referentes à alimentação, ao transporte de jurados, locações de espaços físicos, pernoite e material de consumo demandadas pelas Sessões no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina, totalizando as despesas abaixo:

DESPESAS COM SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI	
Valor gasto com alimentação	R$ 837.513,60
Valor gasto com transporte de jurados	R$ 4.173,00
Valor gasto na locação de espaços físicos	R$ 4.437,40
Pernoites	R$ 4.322,75
Material de Consumo	R$ 1.234,50
TOTAL 2014*	**R$ 851.681,25**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

Ainda com relação às sessões do Tribunal do Júri, a Seção de Controle de Custos gerenciou 25 Atas de Registro de Preços, lançando no Sistema de Registro de Preços aproximadamente 138 requisições para o fornecimento de almoços, lanches e/ou jantares para sessões de Júri. A fim de dar continuidade às Atas já existentes, bem como ampliar o fornecimento de alimentação via Ata de Registro de Preço, foram elaborados, autuados e monitorados 36 (trinta e seis) Projetos Básicos em 2014, visando licitar a contratação em várias comarcas do Estado.

Controle das despesas com Tributos Municipais - Com relação às atividades relacionadas ao gerenciamento de tributos municipais, foram encaminhados 67 carnês de IPTU/coleta de lixo/contribuições para pagamento em parcela única anual, referentes a imóveis sob responsabilidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, totalizando as despesas abaixo:

TRIBUTOS MUNICIPAIS	
TOTAL 2014*	**R$ 164.999,17**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

Demais controles - Registre-se que a Seção de Controle de Custos encaminhou outros pagamentos em 2014, relativos às despesas condominiais de residências funcionais destinadas a magistrados e aos rateios de gastos junto ao Departamento de Transportes e Terminais do Estado de Santa Catarina – DETER e à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO. Tais despesas referem-se à manutenção de Juizados da Infância e Juventude no Terminal Rodoviária Rita Maria e no Aeroporto Internacional Hercílio Luz, respectivamente. Estes gastos foram encaminhados para pagamento no total de 46 (quarenta e seis) boletos, totalizando as despesas abaixo:

DEMAIS CONTROLES	
CONDOMÍNIO – IMÓVEL FUNCIONAL DE VIDEIRA	R$ 4.920,00
CONDOMÍNIO – IMÓVEL FUNCIONAL DE TAIÓ	R$ 7.141,28
INFRAERO	R$ 870,03
DETER	R$ 606,60
TOTAL 2014*	**R$ 13.537,88**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

Além dos controles das despesas já citadas, referida seção é responsável por acompanhar mensalmente o consumo de água e energia elétrica do restaurante localizado no Tribunal de Justiça (Contrato n. 142/2014), bem como despesas relacionadas abaixo:

a) COOMARCA - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, Membros do Ministério Público e Profissionais do Direito Catarinense Ltda. – referentes ao rateio de despesas com água, energia elétrica e limpeza do Posto de Atendimento a Cooperados localizado na Torre I do Tribunal de Justiça, conforme Permissão de Uso n. 182/2012;

b) Bookpartners – Bookpartners Brasil Editora e Distribuidora de Livros Ltda. – referentes à participação nas despesas condominiais de energia elétrica e água da sala que ocupa no Edifício Ewaldo Moritz, mesmo prédio que abriga a Academia Judicial;

c) Banco do Brasil – referentes aos custos de manutenção de energia elétrica e água dos postos de atendimento bancário (PAB's) e postos de atendimento eletrônico (PAE's) instalados nas unidades pertencentes ao Poder Judiciário, conforme contrato 240/2013;

d) Banco Bradesco – referentes à cobrança proporcional pelo consumo de energia elétrica dos dois postos de auto-atendimento do Banco, conforme Processo Administrativo n. 547610-2014;

e) RBS Participações S/A – referentes aos valores despendidos com o fornecimento de energia elétrica para o funcionamento de câmera panorâmica localizada na cobertura do prédio do Fórum Des. Rid Silva, na comarca da Capital, conforme Processo Administrativo n. 547611-2014.0.

VALORES APURADOS	
Restaurante do TJ – Bom Bocado	R$ 5.745,53
COOMARCA	R$ 3.241,35
Livraria Bookpartners	R$ 2.400,00
PAE's e PAB's Banco do Brasil	R$ 12.508,44
PAE´s Bradesco	R$ 772,05
Câmera Panorâmica - RBS	R$ 368,83
TOTAL 2014*	**R$ 19.290,67**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

Demais atividades - Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Controle de Custos realizadas no ano de 2014*:

ATIVIDADES	
Análise de processos administrativos	25
Análise de Editais de processos licitatórios	39
Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico	931
Faturas de despesas de água/esgoto e energia elétrica analisadas e encaminhadas para pagamento	682
Boletos referentes despesas apontadas no item 1.4.6 analisados e encaminhados para pagamento	46
Carnes e boletos referentes despesas apontadas no item 1.4.5 analisados e encaminhados para pagamento	67
Notas fiscais referentes aquisição de refeições por meio de ARP para sessões dos Tribunais do Júri analisadas e encaminhadas para pagamento	332
Notas fiscais referentes aquisição de passagens aéreas analisadas e encaminhadas para pagamento	22
Projetos básicos confeccionados	36
Elaboração de proposta de resolução	02

** Mês de dezembro não foi contabilizado integralmente.*

SEÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA

A Seção de Correspondência movimentou a seguinte quantidade de correspondências e processos no de 2014*:

Serviços postais - Com relação aos serviços adquiridos pelo Poder Judiciário de Santa Catarina no ano de 2014* encontra-se discriminado conforme segue:

SERVIÇOS POSTAIS	
TIPO	**QUANTIDADE**
TELEGRAMAS	1.276
CARTAS	644.263
SEDEX	9.637
PAC	484
AR DIGITAL	334.747

Prioritário (Internacional)	31
Malotes	45.704
TOTAL GERAL DE CORRESPONDÊNCIAS	**1.036.142**

** OS meses de novembro e dezembro não foram contabilizados.*

Movimentação de correspondências e processos - Concernente às atividades executadas pela Seção de Correspondência, destaca-se a movimentação de correspondências e processos, conforme quantitativo abaixo:

MOVIMENTAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS E PROCESSOS	
Processos recebidos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina	56.357
Correspondências Recebidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina	111.262
Correspondências entre setores via Seção de Correspondência	34.865
Processos Encaminhados	177.175
Correspondências enviadas para as Comarcas via Malote	18.938
Telegramas encaminhados pelo TJ	1.276
Correspondências encaminhadas pelo TJSC via Correios	20.736
TOTAL GERAL DE CORRESPONDÊNCIAS E PROCESSOS	**420.609**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

Atividades complementares - Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Correspondência realizadas no ano de 2014*:

ATIVIDADES	
Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico	1
Requisição de compra emitida pela Seção	1
E-mails recebidos e enviados (interno e externo)	2.820
Pareceres emitidos em processos administrativos	4
Faturas encaminhadas para pagamento	12
Análise de Pregão	1
Projetos básicos confeccionados	1
Elaboração de proposta de resolução sobre serviços de correspondência	1

** Mês de dezembro não foi contabilizado integralmente.*

SEÇÃO DE FOTOCÓPIA

A Seção de Fotocópia desenvolveu no ano de 2014* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos:

Fotocópias - Com relação ao serviço de fotocópias, seguem quantitativos das fotocópias extraídos pelos diversos setores deste Tribunal de Justiça e para o público externo.

FOTOCOPIAS	
MÊS	**QUANTIDADE**
Janeiro	110.405
Fevereiro	154.249
Março	133.714
Abril	136.036

Maio	138.516
Junho	132.250
Julho	119.133
Agosto	145.934
Setembro	96.594
Outubro	108.331
Novembro	143.794
TOTAL	**1.418.956**

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

Encadernações - Concernente ao serviço de encadernação em espirais e uniband, foram realizados para os diversos setores do Tribunal de Justiça Santa Catarina.

ENCADERNAÇÕES		
MÊS	**ESPIRAL**	**UNIBAND**
Janeiro	52	1
Fevereiro	145	15
Março	91	4
Abril	89	0
Maio	75	0
Junho	271	6
Julho	98	1
Agosto	129	0
Setembro	117	1
Outubro	106	1
Novembro	344	0
TOTAL	**1.517**	**29**

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

Atendimentos aos gabinetes/setores do Tribunal de Justiça - Com relação ao atendimento de serviços efetuados nos gabinetes e nos diversos setores deste Tribunal de Justiça:

ATENDIMENTO A GABINETES E DIVERSOS SETORES	
MÊS	**QUANTIDADE**
Janeiro	1.296
Fevereiro	2.845
Março	2.816
Abril	2.953
Maio	3.117
Junho	2.956
Julho	3.309
Agosto	3.044
Setembro	3.109
Outubro	3.228

Novembro	3.037
TOTAL	**31.710**

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

Atividades complementares - Atividades que fazem parte da rotina da Seção de Fotocópia realizadas no ano de 2014*:

ATIVIDADES	
Requisições de compra analisadas com emissão de parecer técnico	1
Requisição de compra emitida pela Seção	2

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

2. DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS

Responsável pela realização dos serviços gráficos do Poder Judiciário de Santa Catarina, cuja regulamentação é objeto da Resolução GP n. 56/2013, a Divisão de Artes Gráficas recebe e registra diariamente inúmeros pedidos encaminhados através de ferramenta *online*, disponibilizada em www.tjsc.jus.br/grafica, e recebidos por uma equipe de servidores responsáveis pelo setor interno de "Atendimento", o qual foi fortalecido e estruturado no ano de 2014, por se tratar do segmento que faz todo o contato com o solicitante de peças gráficas.

O Atendimento elabora o *briefing* (contém todas as informações de um pedido) e, a partir desse, os projetos gráficos são desenvolvidos pelos designers gráficos/web designers, para serem impressos/confeccionados ou utilizados em meio digital no Poder Judiciário de Santa Catarina. Uma vez desenvolvido um projeto gráfico, o atendimento é responsável pelo encaminhamento dos leiautes elaborados para aprovação junto ao solicitante.

Dessa forma, tal sistema gerou, no ano de 2014, o montante aproximado de 1.000 solicitações de serviços remetidas ao Atendimento da Divisão de Artes Gráficas, resultando destas solicitações incontáveis interlocuções posteriores até se chegar ao produto final.

Cumpre, ainda, destacar que o ano de 2014 foi marcado por expressivo incremento na demanda por produtos virtuais, o que se justifica no notório processo de virtualização a que adere o Poder Judiciário de Santa Catarina, refletido nas necessidades institucionais apresentadas à Divisão de Artes Gráficas.

Nesse norte, cita-se como exemplo os banners virtuais, convites virtuais e *hot sites*, que obtiveram, respectivamente, crescimento de 44%, 60% e 300% na sua produção no ano 2014 se comparada ao ano 2013. Segue, abaixo, tabela com todos os produtos criados, impressos e finalizados pela Divisão de Artes Gráficas, bem como suas respectivas quantidades, em unidades, contabilizadas até novembro de 2014.

Produtos finalizados

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Adesivo	101
Adesivo com laminação	81
Adesivo para prisma	67
Agenda - miolo	359
Agenda virtual	9

Apostila	3.642
Banner	38
Banner digital	52
Bloco encadernado com arame de duplo anel (Wire-o)	1.149
Bloco encadernado com cola	137.947
Calendário de mesa	12.000
Capa de agenda permanente	628
Capa de processos do 1º grau com laminação	263.104
Capa de processos do 1º grau sem laminação	8.800
Capa de processos do 2º grau com laminação	361.393
Capa para CD/ DVD	324
Cartão	5.761
Cartão de visita	16.691
Cartão plastificado	3.600
Cartaz	4.817
Cartilha	13.047
Cartolina A4 colorida	105.741
Certificado	1.127
Convite	9.460
Convite digital	16
Crachá	5.458
Criação de logomarca	16
Envelope	109.162
Etiqueta adesiva	378.284
Etiqueta adesiva com meio corte	81.283
Etiqueta adesiva serrilhada	471.003
Ficha	45.023
Folder	90.652
Hotsite	3
Livro capa dura	121
Livro capa simples	8.160
Livros Eletrônicos (e-books)	6
Manual	237
Mapas	304
Panfleto	500
Papel (marcador de processo/ livro, porta recado, miolo)	51.438
Papel A4	2.978.343
Papel A4 timbrado	983.000
Pasta	5.453
Tarjetas e etiquetas não adesivas	9.675
Arte para adesivo	11
Atualização Código de Normas	7
Manual de Identidade Visual	2
Template para Apresentação	9
TOTAL	**6.168.104**

Fonte: Controle de Produção/2014

Por fim, apresenta-se relatório quantitativo das atividades desenvolvidas pelas diversas Seções que compõem a Divisão de Artes Gráficas.

Seção de Criação e Fotolitografia - A seguir, apresentamos quadros elucidativos dos trabalhos desenvolvidos pela Seção de Criação e Fotolitografia durante o ano de 2014. Neste ano, houve novas demandas; desafiadoras, elas exigiram foco e organização da equipe. Dentre elas, elencamos a criação da nova identidade visual do Poder Judiciário de Santa Catarina, a diagramação da Revista de Jurisprudência Catarinense e do Anuário das Turmas de Recursos, a atualização do Mapa das Comarcas e início dos trabalhos de diagramação da 3ª edição do Livro das Comarcas.

É importante citar que, pela especificidade de cada trabalho, a comparação entre eles torna-se imprópria, uma vez que cada um exige técnica diferente, o que demanda conhecimentos diversos e tempo específico. Por isso, a apresentação das informações no Relatório Estatístico está sendo abordada em grupos.

Também cabe citar que, neste ano, a Seção de Criação e Fotolitografia foi beneficiada com um aumento de dois novos postos de trabalho para prestação de serviços de Designer Gráfico e w*eb designer*, compondo uma equipe de oito postos contratados através do Pregão nº 58/2014 – contrato nº 80/2014, que auxiliam a Seção na crescente demanda de trabalhos virtuais e impressos.

Serviços de design gráfico - Os trabalhos da Seção de Criação e Fotolitografia foram separados em dois grupos, os trabalhos eventuais e rotineiros e os trabalhos que necessitam de planejamento, de pesquisa e demandam maior tempo e custo de produção. Observa-se que em relação ao ano anterior houve um aumento de aproximadamente 21% nos serviços de design gráfico. Na tabela a seguir, são mostrados os quantitativos de trabalhos eventuais, com matrizes e padrões definidos, ou que geralmente necessitam de criação de identidade visual e diagramação de conteúdo com atualizações, alterações, porém podem ser classificados como trabalhos rotineiros, pois já há uma forma de fazer.

PRODUTO	TOTAL
Agenda de Bolso	2
Agenda Virtual	9
Apostila	25
Arte para adesivo	11
Atualização Código Normas Corregedoria	7
Banner Físico	25
Banner Virtual	52
Capa DVD	2
Cartão de Visita	259
Cartaz	26
Certificado de Participação	3
Convite Impresso	17
Convite Virtual	16
Crachá	7
Diagramação Diversas	5
Envelope CD	8
Etiquetas Adesivas	16
Folder	23
Informativo Academia Judicial	6
Lembretes Diversos	37
Livreto/Cartilha	19
Manual de Identidade Visual	2

Pasta Evento	5
Pasta Institucional	25
Rótulo CD	7
Template p/ Apresentação	9
Termo de Posse	13
TOTAL	**636**

Fonte: Controle de produção/ Mapa2014

Na sequência, são mostrados os quantitativos dos trabalhos que, por sua natureza, exigem maior tempo para execução do projeto pelos designers, seja porque são realizados pela primeira vez, seja porque exigem estudos de conteúdo e de apresentação de materiais mais elaborados de confecção e de acabamento que comporão o produto final.

PRODUTO	DESCRIÇÃO	TOTAL
Apresentação dos trabalhos de Criação	Consiste numa defesa dos elementos e/ou materiais utilizados no trabalho.	16
Calendário Inst. Paternidade Responsável	Solicitante disponibiliza o conteúdo, na sequência faz-se a diagramação com inclusão de elementos referentes ao tema.	1
Calendário Poder Judiciário	Inicia com a pesquisa do tema e um esboço de como o tema vai ser trabalhado. Depois do tema pré-selecionado começa a elaboração da apresentação do produto.	1
Capa da Agenda 2015	Consiste em elaborar leiaute e estudo de elementos que favoreçam o uso permanente da capa e apresente o novo logo do Poder Judiciário.	1
Capa da Foto - Presidência	Peça de apresentação em que foi elaborado leiaute , compostos de acabamento nobre.	1
Cartão de Homenagem Aposentados	Diagramação do conteúdo individual para cartão e produção em acabamento nobre.	109
Produção de E-book	Inicia-se com a elaboração da arte da capa, que uma vez aprovado pelo requerente, é desenvolvido elementos para serem inseridos na diagramação.	6
Diagramação Revista de Jurisprudência e Anuário das Turmas de Recursos	Consiste na diagramação para versão impressa, e-book e pdf, de julgados selecionados pela Comissão de Jurisprudência	2
Hot site	Trabalho elaborado a partir de briefing passado pelo solicitante, o qual presta informações do público alvo a ser atingido bem como uma prévia do conteúdo a ser disponibilizado no site.	3
Identidade Visual	Projeto consiste no estudo dos elementos que melhor representam a mensagem a ser transmitida.	16
Leiaute/Atualização Mapa da Comarcas	Consiste em atualizar conteúdo e elaborar leiaute moderno, favorecendo a condensação e a apresentação das informações.	2
Relatório Gestão - Academia Judicial	Diagramação para apresentação dos projetos realizados no ano de 2013 da Academia Judicial.	1
Reprodução de Fotos Museu	Consiste no tratamento de fotos, impressão e montagem para exposição.	24
Restauração de Capa de Livros	Consiste na pesquisa e recriação da arte da capa e contracapa de livros danificados pelo tempo.	131
Revista Notícias AJ	Diagramação para apresentação das Notícias Semestrais da Academia Judicial.	2
Embalagem p/ Santa Catarina de Alexandria	Consiste na elaboração de embalagem específica que contemplasse aplicação do novo logo do Poder Judiciário	1
Relatório Coordenadoria Estadual as Infância e Juventude	Consiste na diagramação de conteúdo diverso (texto, tabelas, fotos) que retrata as atividades da Coordenadoria.	1
Revista Aspectos Históricos do CEJUR	Consiste na diagramação de conteúdo com textos e fotos que revelam a história do Centro de Estudos Jurídicos	1
TOTAL		**319**

Fonte: Controle de produção/ Mapa2014

Serviços de gravação de chapas para impressão em *off set* e aplicações especiais - A seguir, são mostrados os quantitativos dos serviços de gravação de chapas para impressão em *off set* nas impressoras Catu e Shinohara.

TIPO DE SERVIÇO	QUANTIDADE
Impressão de chapa Off set impressora Catu	71
Impressão de chapa Off set impressora Shinohara	1.592
Total	1.663

Fonte: Controle Chapas – Contrato Fusão

Ainda, dentre os serviços da Seção de Criação e Fotolitografia, foram desenvolvidos trabalhos com aplicação de clichê, clichê de relevo e *hot stamping*, conforme detalhamento a seguir.

PRODUTO	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES P/UNIDADE
Capa Agenda 2015	4
Capa do Livro das Comarcas 3ª ed	4
Embalagem Santa Catarina de Alexandria	1
Pasta Gabinete Presidência	1
Revista Jurisprudência Catarinense n.127	3
Sacolas Gabinete da Presidência	1
TOTAL	**14**

Fonte: Controle de produção/ Mapa2014

SEÇÃO DE IMPRESSÃO GRÁFICA

Da análise da tabela a seguir, especificamente no quantitativo da impressora digital da marca KONICA, verifica-se que os resultados deste exercício estão em quantidades inferiores se comparados aos do ano 2013. Para trazer em lume a justificativa, informa-se que tal fato decorreu da inoperância desta impressora a partir do mês de maio/2014 em face da aquisição de uma impressora digital ImageRunner Advance C9280.

Cabe salientar que a Seção de Impressão Gráfica, a partir do mês de julho, adquiriu uma impressora Termo Transferência para Código de Barra – marca ZEBRA e passou a confeccionar e imprimir as etiquetas patrimoniais do Poder Judiciário de Santa Catarina, que veio atender às necessidades da Divisão de Patrimônio.

Impressão Digital

TABELA DE IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA E PRETO E BRANCO	
IMPRESSORAS	**QUANTIDADE**
KONICA	14.825
CANON - Imagerunner Advance C9280	88.896
ZEBRA - TERMO TRANSFERÊNCIA P/ CÓDIGO DE BARRA	11.000
CANON IP 1135 - DTV 0193	237.354
CANON IP 1135- DTV 0229	126.261
Plotter CANON IPF9100	513
TOTAL	**478.849**

* Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2014

A próxima tabela visa traduzir os dados das impressoras *offset*. Podemos verificar uma redução nas impressões em *offset* no exercício de 2014 com relação a 2013, porém tal fato ocorreu devido à implementação dos processos virtuais (capa de processo), e ao novo cenário que está surgindo, a transição do serviço físico para o virtual, tais como folder, banner, livros, entre outros.

Impressão Offset

TABELA DE IMPRESSÃO OFFSET	
IMPRESSORAS	**QUANTIDADE**
CATU 660	495.099
SHINOHARA	2.903.091
TOTAL	**3.398.190**

* Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2014

SEÇÃO DE ACABAMENTO GRÁFICO

A Seção de Acabamento Gráfico tem buscado cada vez mais aprimorar os serviços de acabamento, ainda que haja um aumento significativo em sua linha produtiva/acabamento. Para que se possa finalizar um produto e entregá-lo ao cliente final, cabe a esta Seção promover várias etapas de acabamento que visam a dar qualidade, perfeição e garantia de um produto condizente com aquele que fora requisitado. Para aclarar esta afirmação, busca-se por meio da tabela abaixo, trazer o volume de materiais produzidos mensalmente e a quantidade de etapas que estes foram submetidos, conforme segue:

Comparativo Mensal

TABELA DE COMPARATIVO MENSAL DE PROCESSOS DE ACABAMENTO				
MÊS		**(A)**	**(B)**	**B / A**
	GUIAS DE PRODUÇÃO FINALIZADAS	PRODUTOS ENTREGUES (un)	QUANTIDADE DE ETAPAS DE ACABAMENTO (un)	
JAN/14	122	1.288.411	3.325.203	2,58
FEV/14	45	1.615.996	3.893.460	2,41
MAR/14	64	106.141	369.084	3,48
ABR/14	75	2.187.859	4.841.766	2,21
MAI/14	83	20.284	80.831	3,98
JUN/14	60	469.875	1.791.440	3,81
JUL/14	52	13.915	86.775	6,24
AGO/14	65	186.069	407.583	2,19
SET/14	109	124.063	391.732	3,16
OUT/14	172	130.112	586.964	4,51
NOV/14	128	25.249	104.074	4,12
TOTAIS	**975**	**6.167.974**	**15.878.912**	

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento
** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2014*

Ainda, procura-se trazer nas próximas tabelas, de forma individual, acerca do qualitativo de etapas/acabamentos efetivados manualmente e por máquinas, conforme segue:

Acabamento Manual

TABELA DE ACABAMENTO MANUAL	
PROCESSOS	**QUANTIDADE ANO***
Colagem	130.451

Colocação de fita, elástico, corda, wire-o e barra de madeira	11.537
Contagem	6.165.754
Corte, refilo e perfuração	99.177
Corte de wire-o	3.036
Costura a mão	33
Dobradura	300.199
Empacotamento com papel/ caixa/ cintagem	41.821
Encadernação com espiral	251
Limpeza	72.444
Intercalação	185.320
Rebitagem	40
Revisão/ inspeção	6.167.891
TOTAL	**13.177.954**

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento/ DAG
** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2014*

Acabamento com Máquina

TABELA DE ACABAMENTO COM MÁQUINA	
PROCESSOS	**QUANTIDADE ANO***
Blocagem com prensa pneumática	4.165
Corte e vinco	623.958
Corte com serrilhadeira	858.421
Corte automático de garra duplo anel (Wire-o)	14.282
Costura automática	32.482
Dobradura automática	214.932
Empacotamento com plástico termoencolhível	20.636
Encadernação térmica com capa plástica	3
Encadernação com garra duplo anel (Wire-o)	1.951
Encadernação com cola quente (Hot melt)	1.638
Grampeamento automático	7.976
Impressão térmica de estampa metálica (Hot Stamping)	2.084
Laminação térmica	882.327
Perfuração com broca	24.458
Perfuração para garra duplo anel (Wire-o)	11.645
TOTAL	**2.700.958**

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento/ DAG
* Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2014

3. DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

A Divisão de Serviços Gerais visando a melhoria contínua de suas atribuições gerenciais e operacionais, no ano de 2014, buscou aprimorar e ampliar os serviços prestados. Neste período destacam-se as seguintes atividades:

- Contratação de empresa especializada na limpeza de vidros externos abrangendo todas as comarcas do Estado que possuem prédios acima de 1 pavimento;
- Distribuição de kits de copa em inox (garrafa térmica, açucareiro e bandejas) para os Gabinetes da Presidência e órgãos vinculados, Desembargadores, Juízes de Direito de Segundo Grau, Diretores, Corregedor-Geral da Justiça, Juízes Corregedores e Secretário-Geral da Corregedoria;

- Projeto piloto para tratamento de piso vinílico (Tribunal de Justiça, Unidades e Comarcas da Grande Florianópolis);
- Estudo para avaliar a necessidade de contratação de posto de jardineiro às Comarcas do Poder Judiciário de Santa Catarina (autos n. 539877-2014.0);
- Estudo para avaliação situacional e otimização da distribuição de máquinas automáticas de preparo de bebidas quentes (autos n. 542796-2014.7).

A Divisão ainda elabora, analisa e acompanha os projetos básicos que visam atender e dar continuidade aos contratos em andamento na sua área de atuação, verificando as alterações, quando necessárias, nos editais licitatórios e minutas contratuais. Além disso, disponibiliza uma servidora efetiva, responsável pelos serviços de limpeza e de copa em todos os eventos realizados no Tribunal de Justiça, tornando o serviço ágil e eficaz.

SEÇÃO DE LIMPEZA

A Seção de Limpeza é responsável pelo gerenciamento de 115 terceirizados, dos quais 4 são jardineiros e 111 são Agentes de Serviços Gerais. Impende frisar, que, atualmente, a Seção de Limpeza gerencia 5 contratos e executa o controle de 5 atas de registros de preços.

A Seção tem a função de manter a limpeza e asseio das Torres I e II do Tribunal de Justiça. Salienta-se, que com o intuito de promover a melhoria contínua no atendimento e nos serviços prestados, foram adquiridos novos equipamentos e instituídos novos fluxos de serviços, que possibilitaram o aperfeiçoamento da prestação dos serviços oferecidos, conforme segue:

- Com o intuito de melhorar a limpeza nos banheiros públicos das torres I e II do Tribunal de Justiça, a referida Seção montou um sistema de limpeza pontual. Para tanto, foram colocadas duas Agentes de Serviços Gerais em cada torre, as quais ficaram responsáveis exclusivamente pela limpeza dos banheiros. Essas profissionais executam uma faxina detalhada (limpeza de azulejos, pisos, portas etc.), no turno matutino. No período vespertino, a limpeza funciona em sistema de plantão, inclusive para recolhimento do lixo e reposição constante de materiais. Igualmente, no meio da tarde, os banheiros são fechados e é realizada uma faxina geral e rápida, a fim de manter o asseio dos ambientes para o restante do dia.
- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tratamento de piso vinílico, a serem executados nas dependências internas dos prédios do Tribunal de Justiça, Unidades e Comarcas da Grande Florianópolis.
- Aquisição de aspiradores de água e pó, lavadoras de alta pressão, carros funcionais de limpeza, enceradeiras industriais, placas sinalizadoras para piso molhado, embaladores e refis para guarda-chuva e máquinas de lavar roupas. Tal aquisição tem o intuito de suprir as necessidades do prédio-sede do Tribunal de Justiça e demais Comarcas do Estado.
- Contratação de empresa especializada na limpeza externa dos vidros de todas as Comarcas/Unidades do Poder Judiciário catarinense. O Contrato entrará em vigor a partir de janeiro de 2015.
- Na área de jardinagem, foi elaborado estudo com o intuito de verificar a necessidade de postos de jardineiro nas Comarcas de todo Estado, de modo a incluí-los na próxima contratação.
- Análise de requisições de compras para aquisição de materiais de limpeza e jardinagem para o Tribunal de Justiça e comarcas do Estado.

Na tabela abaixo, seguem discriminados alguns serviços prestados pela Seção de Limpeza em 2014:

SERVIÇOS PRESTADOS PELA SEÇÃO DE LIMPEZA	
Requisição de Compras das Comarcas analisadas durante o ano 2014 (quadrimestralmente)	**Quantidade**
Produtos de limpeza das Comarcas	421
Produtos e serviços de jardinagem	271
Chamadas/Plantão de limpeza	
Média mensal	107
Equipamento, placas e embaladores distribuídos durante o ano de 2014	
Placa sinalizadora “Piso Molhado”	30
Embalador de Guarda-chuva	14
Refil embalador de Guarda-chuva	66
Enceradeira Industrial	30
Lavadora de Alta Pressão	14
Carro Funcional para limpeza	54
Aspiradores de pó e água	59
Máquina de lavar roupas	8

SEÇÃO DA COPA

Seção que possui considerável demanda em elaboração de projetos básicos, responsável pelo acompanhamento, durante o ano de 2014, de 24 contratos – vinte e dois de fornecimento de água mineral, um de fornecimento de gás GLP e um de locação de máquinas de café, além de 13 atas de registro de preço para aquisição dos seguintes produtos e equipamentos: leite UHT, leite em pó, açúcar, café em pó, café solúvel, bebedouro, dispenser de copo, fogão elétrico, frigobar, garrafa térmica, micro-ondas, refrigerador e cafeteiras elétricas.

Além da prestação de serviço de Copa, a Seção conta com o serviço de chamados para troca de bombonas, manutenção e higienização de bebedouros, máquinas de café e distribuição de materiais. Cita-se, durante o ano de 2014, além dos serviços rotineiros citados acima, as seguintes ações realizadas pela Seção de Copa, com o intuito de melhorar os serviços prestados:

- Centralização do serviço de coleta, lavagem e abastecimento das garrafas térmicas em duas copas do prédio, facilitando o procedimento de controle, higienização e distribuição das mesmas.
- Separação dos resíduos do café nas copas, a fim de ser realizada coleta orgânica e seletiva pela Secretaria de Gestão Ambiental.
- Distribuição de kits de copa em inox (garrafa térmica, açucareiro e bandejas) para os Gabinetes da Presidência e órgãos vinculados, Desembargadores, Juízes de Direito de Segundo Grau, Diretores, Corregedor-Geral da Justiça, Juízes Corregedores e Secretário-Geral da Corregedoria.
- Elaboração de estudo para avaliação situacional e otimização da distribuição das máquinas de preparo de bebidas quentes, por todo o Estado (estudo em andamento – processo administrativo nº 542796-2014.7).
- Elaboração de projeto básico, em conjunto com a Secretaria de Gestão Ambiental, para aquisição de copos plásticos descartáveis em polipropileno, além de poupa-copos com sistema econômico de acionamento, em atendimento ao princípio da sustentabilidade.
- Distribuição de 118 cafeteiras elétricas pelas Comarcas do Estado, a fim de facilitar a produção de café pelas copeiras.

Demais serviços prestados pela Seção de Copa:

RCS DAS COMARCAS ANALISADAS DURANTE O ANO 2014 (TRIMESTRALMENTE)	QUANTIDADE
Leite	320
Água	410
Gás	36
Serviços	49
Chamadas/ Atendimento de água mineral	**Quantidade**
Média mensal	940
Equipamentos distribuídos durante o ano de 2014	**Quantidade**
Fogão Elétrico	19
Frigobar	79
Micro-ondas	1
Refrigerador	15
Bebedouro	150
Gerenciamento de máquinas de café (conserto/manutenção)	**Quantidade**
Locadas	24
Adquiridas em 2008	103

SEÇÃO DE SERVIÇOS – UNIDADE PRESIDENTE COUTINHO

Criada em março de 2011 para atender as diretorias que foram instaladas na unidade do Tribunal de Justiça de Santa Catarina instalada na Rua Presidente Coutinho, a Seção de Serviços – UPC é responsável pelo gerenciamento dos serviços de limpeza, copa e vigilância no prédio “Centro Executivo ACCR”.

A Seção de Serviços-UPC atua de forma similar a um síndico/administrador, responsável pela verificação da eficaz execução dos serviços e atua na resolução de diversos problemas, acionando os setores responsáveis pelo saneamento, independentemente as quais diretorias tais problemas estão relacionados.

Além da prestação de serviço de limpeza no período matutino, a referida seção conta com o serviço de plantão no horário vespertino para manutenção dos banheiros, reposição de bombonas de água mineral e chamados para limpeza e copa.

SERVIÇOS PRESTADOS PELA SEÇÃO DE SERVIÇOS – UNIDADE PRESIDENTE COUTINHO	
Chamadas/Plantão – atendimento água mineral	**Quantidade**
Média mensal	230
Chamadas/Plantão – atendimento limpeza	
Média mensal	75
Solicitações de serviços recebidas e enviados aos setores competentes	
Média mensal	70

4. DIVISÃO DE TRANSPORTE

A Divisão de Transporte é responsável pelo controle, acompanhamento e gerência dos serviços referentes aos veículos integrantes da frota oficial (infrações de trânsito, sinistros, seguro da frota, abastecimentos, manutenção da frota, entre outros) mudança de magistrados, mudança local em virtude de reforma parcial ou global das unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina, serviço de transporte aos desembargadores com veículo executivo, quando da ocorrência das sessões na Câmara Especial Regional de Chapecó – CERC, bem como serviço de transporte aos juízes e servidores do Poder Judiciário quando da chegada ao aeroporto em Chapecó, mediante a locação de veículo. Abaixo segue tabela contendo as

despesas geradas com a prestação dos serviços que se encontram sob a responsabilidade da Divisão de Transporte:

Despesas com mudanças de magistrados:

MÊS	GASTOS EM (R$)
Janeiro	5.205,40
Fevereiro	22.875,35
Março	0
Abril	25.294,95
Maio	32.832,85
Junho	53.299,85
Julho	25.177,40
Agosto	4.186,65
Setembro	31.267,95
Outubro	15.316,92
Novembro	5.047,12
TOTAL	**220.504,44**

**Mês de dezembro não foi contabilizado*

Despesas com mudanças locais:

MÊS	GASTOS EM (R$)
Janeiro	1.400,00
Fevereiro	0
Março	0
Abril	37.304,64
Maio	0,00
Junho	55.936,00
Julho	3.088,00
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	58.368,00
Novembro	5.745,60
Dezembro	32.160,00
TOTAL	**194.002,24**

Despesas com aluguel de veículo em Chapecó:

MÊS	GASTOS EM (R$)
Janeiro	1.065,00
Fevereiro	1.065,00
Março	2.130,00
Abril	2.130,00
Maio	2.130,00
Junho	2.130,00
Julho	2.130,00
Agosto	1.065,00
Setembro	1.065,00
Outubro	2.130,00
Novembro	2.698,30
Total	19.738,30

**Mês de dezembro não foi contabilizado*

SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DA FROTA

Esta Seção gerencia a aquisição de combustível e a manutenção da frota de 281 (duzentos e oitenta e um) veículos do Poder Judiciário de Santa Catarina, distribuídos na sede do Tribunal de Justiça e nas comarcas do Estado. O serviço é controlado por meio de sistema de gerenciamento eletrônico.

Despesas com combustível

MÊS	VEÍCULOS COMARCAS	VEÍCULOS DESEMBARGADORES	VEÍCULOS SECRETARIA TJ	TOTAL
Janeiro	6.735,47	8.273,87	13.272,51	28.281,85
Fevereiro	10.605,94	15.732,10	23.857,53	50.195,57
Março	11.976,80	15.780,41	24.174,26	51.931,47
Abril	12.302,01	16.218,08	25.395,10	53.915,19
Maio	15.486,70	16.653,45	24.859,68	56.999,83
Junho	23.070,25	15.651,21	25.558,68	71.150,14
Julho	18.826,40	17.768,70	25.303,82	61.898,92
Agosto	13.526,72	17.967,68	24.031,58	55.525,98
Setembro	15.512,97	15.886,32	29.099,60	60.498,89
Outubro	14.743,25	18.603,37	33.163,26	66.509,88
TOTAL	**142.786,51**	**158.535,19**	**248.716,02**	**556.907,72**

**Os meses de novembro e dezembro não foram contabilizados*

Despesas com manutenção da frota

MÊS	GASTOS EM (R$)
Janeiro	39.620,19
Fevereiro	18.191,47
Março	22.039,82
Abril	22.615,87
Maio	50.266,56
Junho	34.482,01
Julho	33.744,95
Agosto	34.550,03
Setembro	31.941,80
Outubro	41.148,40
TOTAL	**328.601,10**

**Os meses de novembro e dezembro não foram contabilizados*

Obs: os veículos lotados nas comarcas são de responsabilidade dos gestores cadastrados nas respectivas comarcas, a Seção de Manutenção da Frota apenas orienta quanto aos procedimentos.

SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DA FROTA

Segue abaixo, a média mensal referente aos atendimentos prestados pela Seção de Gerenciamento da Frota à Secretaria do Tribunal de Justiça e aos Desembargadores que aderiram à Central de Transporte Institucional:

ATENDIMENTOS		
30 Desembargadores	**Secretaria do TJSC**	**Total**
386	758	1.144

Abaixo, a média de viagens realizadas pelos Agentes Operacionais de Serviços Diversos da Seção de Gerenciamento da Frota:

PEDIDOS DE VIAGENS (MÉDIA)		
Mensal	**Semanal**	**diário**
61	15,25	3,05

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Diretoria de Material e Patrimônio – DMP, possui como principal atribuição a operacionalização de procedimentos administrativos para a seleção da proposta mais vantajosa para contratação de obras, serviços, compras, alienação e locação, por meio de licitação, que é a fonte de legalidade e legitimidade para a formalização dos contratos administrativos deste Poder Judiciário catarinense - PJSC. Além disso, provém o abastecimento de materiais (compra, estocagem e distribuição) para as diversas unidades judiciárias. É responsável, também, por operacionalizar o controle de uso e guarda dos bens considerados permanentes, por meio de sua patrimonialização (etiquetamento patrimonial) bem como de sua contabilização emissão de regras de fiscalização do respectivo uso.

Neste ano de 2014, deu-se continuidade às ações iniciadas em 2012, visando a melhor contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos delineados pelo Poder Judiciário Catarinense. Dentre as atividades realizadas, destaca-se o mapeamento dos processos do Projeto Básico e Pregão Presencial, sob orientação da Fundação Getúlio Vargas e Assessoria de Planejamento (ASPLAN), objetivando aperfeiçoar os procedimentos de contratação, principalmente no que tange ao planejamento das aquisições, pelas unidades requisitantes, a diminuição dos prazos de duração das licitações e a melhor alocação da força de trabalho hoje existente. A intenção é promover a melhor adaptação desta Diretoria ao novo cenário organizacional do PJSC, buscando sempre inovações que demonstrem uma gestão de excelência, através da transparência de seus atos e da qualidade de seus serviços. O inventário de bens permanentes iniciado em 2012 está em sua fase final, com algumas questões ainda pendentes de resolução, devendo ser ultimado no próximo exercício.

Dando continuidade a projeto iniciado em 2012 e utilizando-se do sistema Comprasnet, iniciou-se em 2014 o lançamento em grande escala de pregões eletrônicos, com a meta inicial de que pelo menos 50% dos pregões deveriam ser lançados em meio eletrônico, sendo superada já em outubro de 2014. A intenção é que todos os objetos que comportem tal procedimento sejam viabilizados nesse meio, relegando ao meio presencial somente casos esporádicos e específicos. Com isso, visa-se ao aumento do número de fornecedores e prestadores de serviço, possibilitando-se maior competição entre eles e a diminuição dos valores pagos pelo erário.

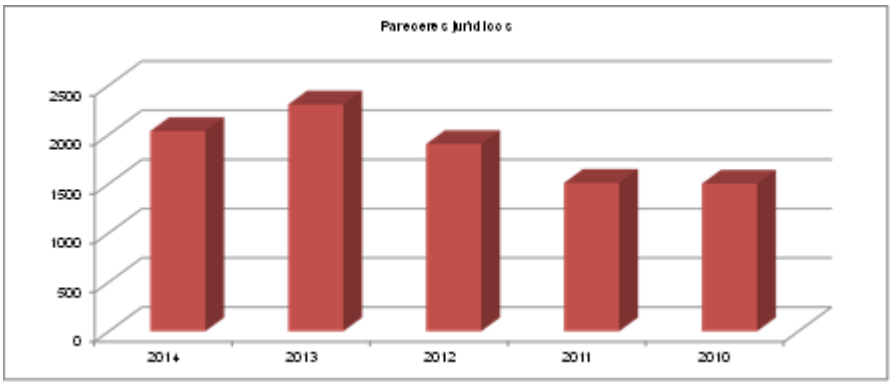
Por fim, a Diretoria continuou investindo na orientação das outras unidades gestoras do Poder Judiciário quanto à confecção de seus projetos básicos conseguindo uma aproximação maior com as diversas áreas requisitantes de compras do PJSC. Os dados apresentados representam todo o empenho dos servidores da DMP na consecução dos objetivos traçados pela gestão 2014/2015 estando atualizados até 1º/12/2014.

1. GABINETE DA DIREÇÃO

SECRETARIA						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Processos cadastrados no gabinete	2.619	2.780	3.795	1.297	1.969	1.525
Processos físicos tramitados no gabinete	10.381	12.502	11.565	5.912	5.100	5.894
Processos eletrônicos (SPA) tramitados no gabinete	583	0	0	0	0	0

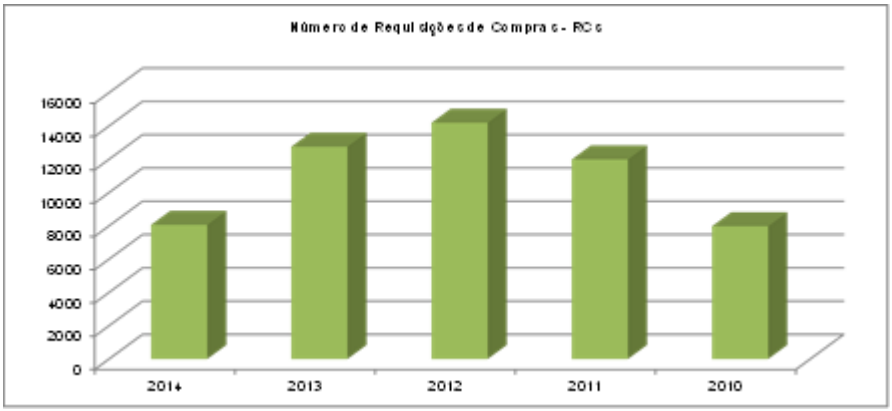


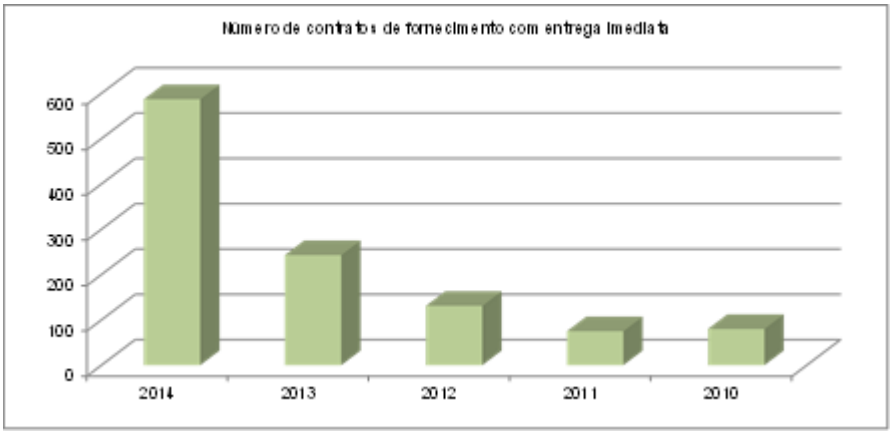
ASSESSORIA						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Pareceres jurídicos	2.035	2.305	1.903	1.508	1.500	1.160
Análise de minutas de editais e contratos	483	849	1.498	806	570	613
Análise de minutas de convênios	40	47	105	96	108	82
Análise de minutas de Termos aditivos	466	477	588	-	-	641
Regularização de bens imóveis	18	13	28	-	-	
Assessoramento por e-mail, por telefone e em reuniões	3.750	2.789	2.370	-	-	
Realização de treinamento para outras unidades de 3h cada	3	10	8	-	-	



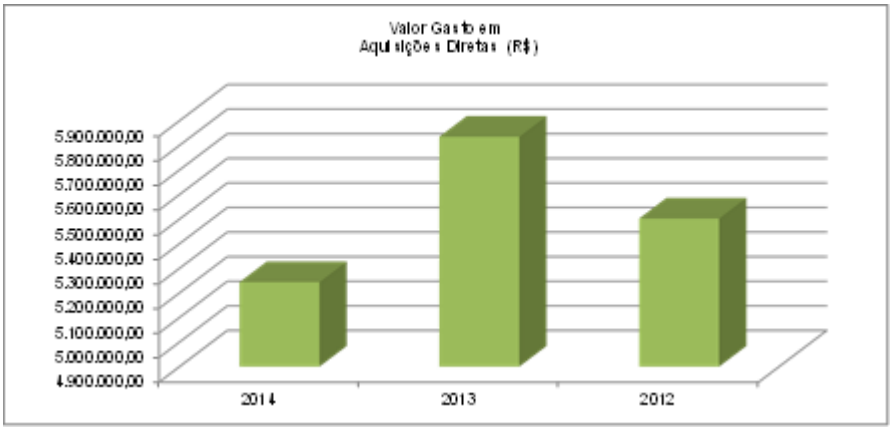
2. DIVISÃO DE COMPRAS

AQUISIÇÕES DIRETAS						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Nº de requisições	**8.064**	**12.759**	**14.197**	**11.993**	**7.977**	8.160
Nº de contratos de fornecimento com entrega imediata	**587**	**243**	**131**	**75**	**80**	122
Número de notas fiscais/faturas tramitadas	-	7.802	10.651	10.134	10.250	8.040

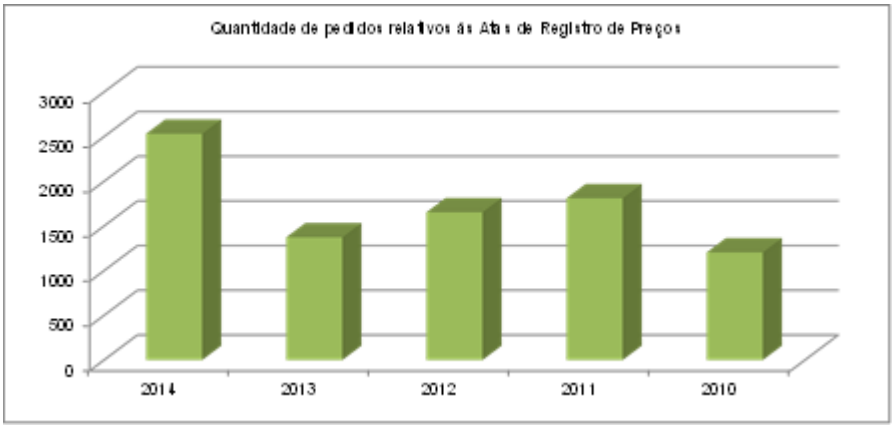




DADOS FINANCEIROS						
	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Valor gasto em aquisições diretas (R$)	5.243.614,22	5.834.897,65	5.502.387,48			



REGISTRO DE PREÇOS						
Dados Estatísticos	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Número de atas	255	233	236	136	194	78
Quantidade de pedidos relativos as Atas	2.533	1.374	1.654	1.811	1.205	637

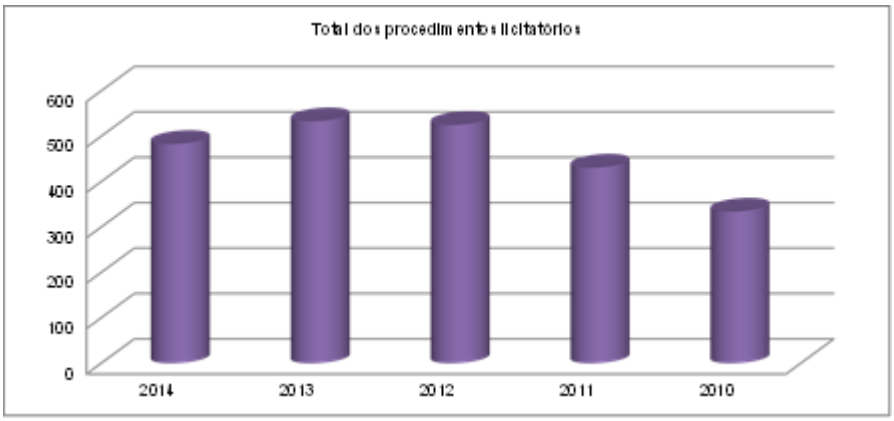


DADOS FINANCEIROS						
	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Valor empenhado (R$)	38.836.792,91	5.982.953,94	14.778.984,17	17.496.877,84	13.379.283,33	10.484.979,93
Valor a empenhar (R$)	0,00	14.616,60	700.702,19	3.688.006,36	726.943,21	165.895,66

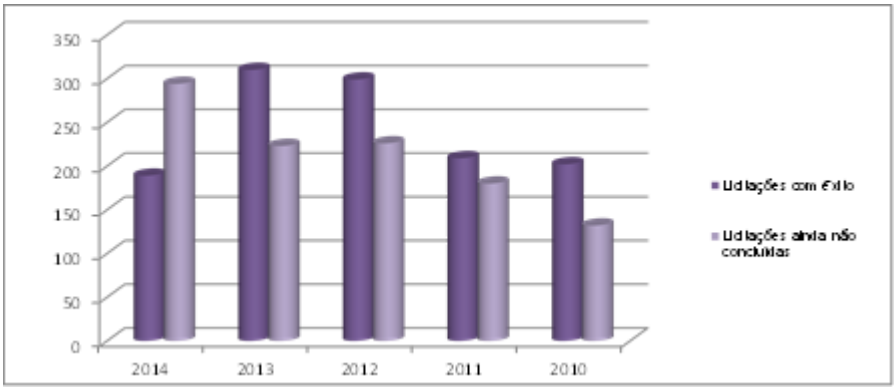


3. DIVISÃO DE LICITAÇÃO

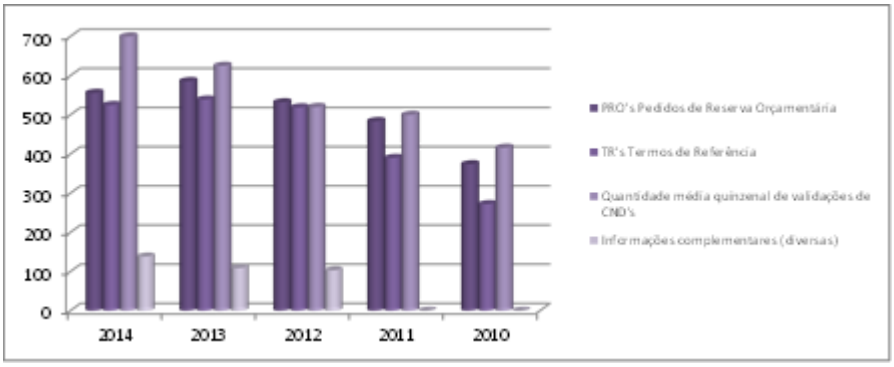
PROCESSOS LICITATÓRIOS						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Concorrência	7	14	12	20	17	8
Tomada de Preço	9	36	52	50	20	7
Convite	0	0	18	14	10	21
Dispensa de Licitação	37	42	42	51	29	32
Inexigibilidade de Licitação	139	144	149	77	60	269
Leilão	2	1	1	1	1	1
Pregão	242	265	186	197	168	154
Modalidade ainda não definidas	47	31	65	21	29	45
Total dos procedimentos licitatórios	**483**	**533**	**525**	**431**	**334**	**537**



SITUAÇÃO ATUAL DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Licitações ainda não concluídas	294	223	226	180	132	339
Licitações com êxito	189	310	299	209	202	152
Licitações revogadas	0	0	1	0	0	2
Licitações desertas	19	22	17	14	18	12
Licitações anuladas	0	0	1	3	1	3
Licitações fracassadas	4	7	6	6	6	2
Licitações canceladas	11	26	31	21	17	27

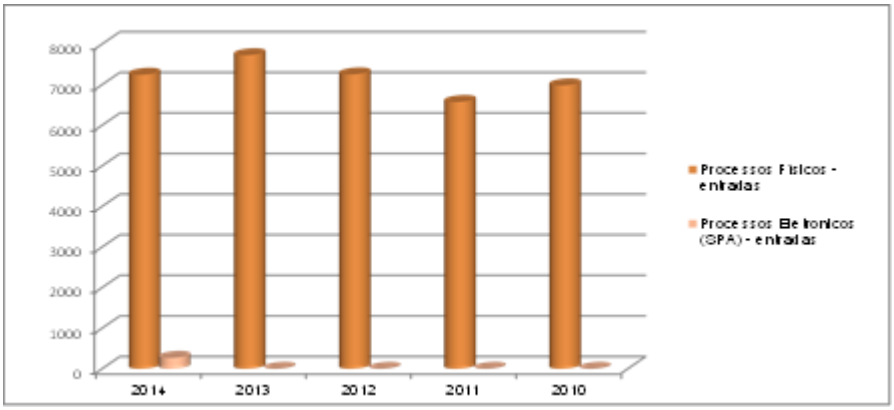


INFORMAÇÕES DA SEÇÃO DE CONTROLE DE FORNECEDORES						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
PRO's Pedidos de Reserva Orçamentária	556	586	532	484	374	374
TR's Termos de Referência	525	539	519	390	272	246
Cadastro de dados em requisições de Compra	-	12.759	14.197	11.993	7.977	8.160
Quantidade média quinzenal de validações de CND's	700	625	520	500	416	364
Atas de Registro de Preço (avaliação/validadção de preço de mercado)	2.533	1.374	1.654	1.811	1.205	637
Informações complementares (diversas)	138	109	103	0	0	0

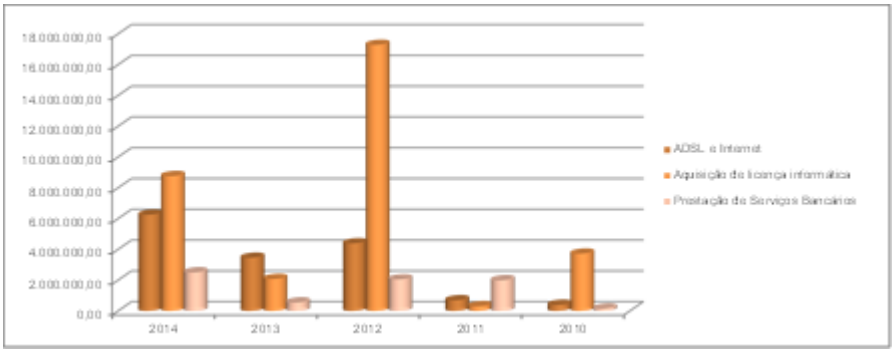


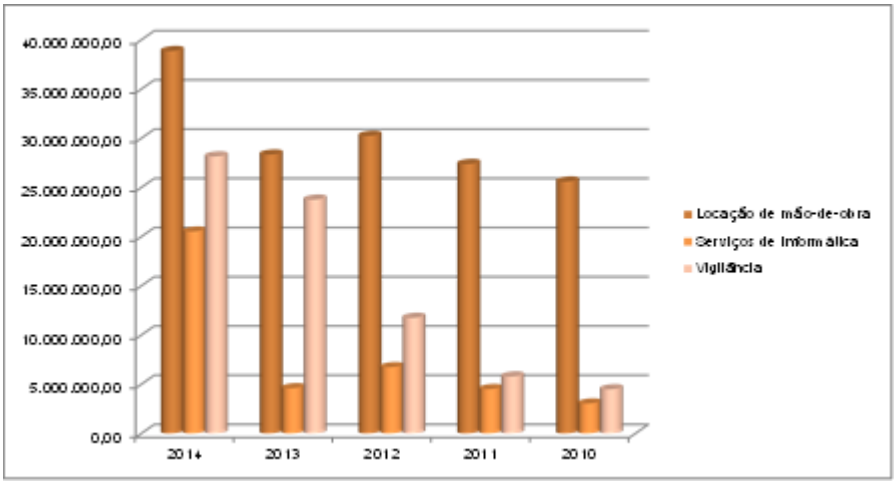
4. DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

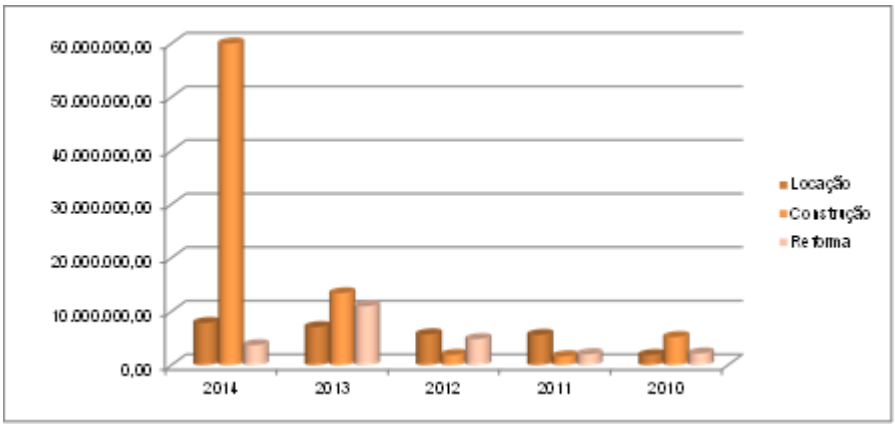
GERAL						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Processos Físicos - entradas	7.245	7.727	7.254	6.575	6.983	5.997
Processos Físicos - saídas	7.076	7.780	6.928	6.715	6.678	5.894
Processos Eletronicos (SPA) - entradas	270	0	0	0	0	0
Processos Eletronicos (SPA) - saídas	181	0	0	0	0	0
Contratos elaborados	214	185	150	180	112	152
Convênios elaborados	40	51	42	96	68	82
Comodatos	31	14	12	5	11	13
Termos aditivos elaborados (contratos)	411	477	212	315	458	278
Termos aditivos elaborados (convênios)	55	47	21			
Contratos prorrogados	135	121	145	215	137	129



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS						
Dados Financeiros	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
ADSL e Internet	6.253.872,83	3.459.876,77	4.397.381,00	701.214,14	407.160,32	1.457.273,44
Aquisição de licença informática	8.768.217,18	2.090.679,84	17.290.382,00	315.960,00	3.727.668,85	
Chaveiro	89.990,60	76.330,10	67.376,00	31.494,42	19.596,80	35.000,00
Coleta de lixo	366.592,53	93.373,39	31.947,65	32.307,30	9.431,12	12.202,80
Consultoria técnica	21.350,00	680.818,50	51.424,29	235.654,00		
Controle de pragas	224.451,82	340.600,56	77.252,64	36.415,44	51.302,64	55.000,00
Curso	506.179,62	421.839,41	188.102,00	307.122,10	146.555,50	
Desenvolvimento e execução de Projetos de Pesquisa	-	-	177.480,00	141.525,00		
Elaboração de Projetos	223.710,85	298.140,43	1.244.120,21	512.393,34		
Emergências médicas	20.000,00	11.748,00	11.748,00	33.960,00	6.328,37	5.800,00
Eventos	67.684,00	214.097,00	161.297,95	133.495,25	164.126,80	44.601,50
Gerenciamento de frota	1.023.000,00	1.341.189,69	1.419.026,15	741.600,00	642.831,35	
Higienização de processos	-	-	600.000,00	620.000,00	280.020,67	
Locação de equipamentos	166.351,52	51.152,80	72.500,00	437.742,95	1.287.821,10	
Locação de veículo	38.500,00	25.560,00	11.448,00	17.589,00		
Locação de mão-de-obra	38.866.891,72	28.352.275,33	30.249.629,40	27.392.619,36	25.606.107,85	18.811.366,21
Monitoramento eletrônico	244.837,44	366.877,08	18.160,94	402.685,78	45.122,25	37.793,52
Mudança de magistrados	330.000,00	266.107,50	552.968,69	226.513,04	120.155,88	325.000,00
Passagens Aéreas	1.035.000,00	696.878,60	696.878,00	632.395,39	586.003,58	425.000,00
Prestação de Serviços Bancários	2.512.000,00	556.000,00	2.061.000,00	2.000.000,00	158.783,63	
Produção e veiculação de programas de televisão	225.600,00	123.800,00	146.200,00	649.960,00	342.599,20	730.000,00
Publicações	177.747,88	126.240,00	82.800,00	72.000,00	54.269,64	55.062,00
Serviços de gravação de som e fimagem	525.000,00	300.000,00	98.500,00	166.275,00	149.265,90	
Serviços de informática	20.523.483,19	4.605.821,05	6.742.068,00	4.520.052,49	3.049.936,90	
Serviços de microfilmagem	-	180.000,00	800.000,00	600.000,00	178.473,61	
Serviços de plotagem	7.000,00	15.000,00	15.000,00	8.000,00	6.300,00	4.650,00
Serviços de reprodução fotostática	1.000,00	20.013,00	97.470,00	3.000,00	2.340,00	2.400,00
Serviços gráficos	-	-	880.000,00		532.369,84	
Serviços postais	13.112.272,72	10.455.869,00	11.005.869,00	9.985.336,15	7.177.277,66	9.043.900,00
Transporte de mercadorias	1.000.000,00	840.000,00	840.000,00	755.145,97	195.046,91	552.690,00
Vigilância	28.161.833,61	23.766.199,67	11.751.290,84	5.796.745,77	4.501.604,34	4.276.888,20







AQUISIÇÕES (MATERIAIS PERMANENTES)						
Dados Financeiros	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Equipamentos	7.341.048,48	1.792.957,30	4.018.550	4.932.728,00	3.558.003,96	4.547.912,39
Veículos	-	447.000,00	219.800,00	5.878.000,00	192.000,00	572.000,00

AQUISIÇÕES (MATERIAIS DE CONSUMO)						
Dados Financeiros	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Gêneros alimentícios	537.867,73	594.578,73	291.786,75	435.489,36	71.319,02	1.166.710,64
Materiais de consumo	673.455,20	830.566,20	1.361.612,00	549.153,96	427.635,02	780.692,96

TELEFONIA						
Dados Financeiros	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Telefonia fixa	839.023,76	1.150.099,14	1.794.731,44	1.318.756,25		
Telefonia móvel	978.698,69	1.183.086,00	1.648.700,00	1.430.690,56		
TOTAL	1.817.722,45	2.333.185,14	3.443.431,44	2.749.446,81	1.318.756,25	3.201.065,92

MANUTENÇÃO						
Dados Financeiros	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Em climatização	859.416,48	395.017,69	383.865,00	322.716,52	5.988,30	647.219,84
Calefação	68.544,60	29.802,00	35.402,00	32.527,51		
Elevadores/Plataformas elevatórias	421.923,45	300.634,49	335.862,54	291.482,22	338.288,90	396.943,87
Em equipamentos	457.655,24	8.168,00	4.608,00	418.694,84	181.676,21	153.797,58
Sistema de informática	8.883.640,65	3.271.968,00	3.919.432,00	9.445.967,08	317.267,03	
Elétrica	1.827.943,56	817.262,05	1.577.929,17	214.281,60		
Predial	8.952.390,20	5.663.571,57	55.000,00	197.625,25	126.705,42	999.000,00

IMÓVEIS						
Dados Financeiros	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Locação	7.861.015,26	7.082.872,38	5.734.642,74	5.633.566,55	1.877.892,91	2.161.514,41
Construção	60.067.133,42	13.407.192,50	1.900.399,08	1.635.922,49	5.230.071,88	9.096.914,24
Reforma	3.712.321,29	11.004.520,25	4.859.720,71	2.023.497,81	2.166.896,56	4.552.699,64
Aquisição	-	19.498.000,00	-	-	-	-

5. DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

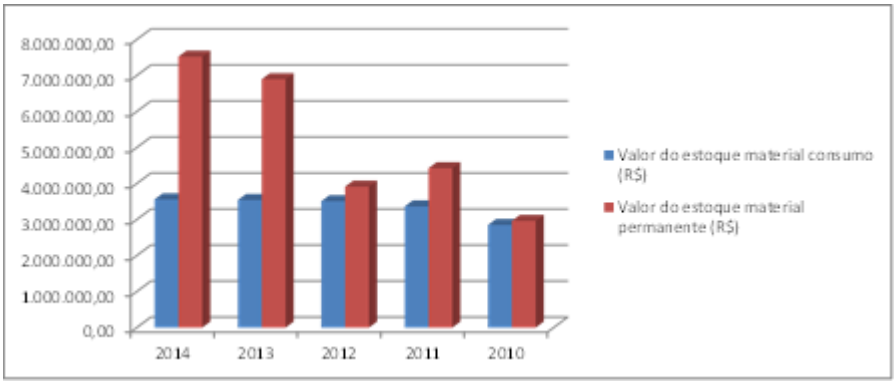
REQUISIÇÕES						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Requisições de materiais processadas	19.941	21.224	19.264	20.326	16.439	15.880
Requisições de compra	133	169	150	237	168	212

INCLUSÕES NO ESTOQUE						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Por compra	4.835	5.085	5.768	5.195	4.528	3.956
Formulário - gráfica	153	396	424	390	341	458
Itens de materiais movimentados	90.741	103.050	103.630	106.038	96.639	97.981

VOLUME TRANSPORTADO						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Volumes transportados para Comarcas	57.086	54.538	45.708	53.364	46.296	42.376
Númeo de remessas para Comarcas	2.862	3.036	3.253	3.396	2.935	2.645
Peso dos materiais transportados (Kg)	807.536	792.608	732.993	787.519	717.284	694.999
Dados Financeiros	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Valor das mercadorias transportadas (R$)	22.678.121,26	13.267.490,66	11.959.003,17	17.250.142,50	11.387.485,28	10.042.189

VALOR DOS MATERIAIS MOVIMENTADOS						
Dados Financeiros	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Material de consumo (R$)	10.353.822,81	16.897.171,99	11.871.428,52	16.124.028,53	13.642.216,55	
Material permanente (R$)	61.565.052,82	22.520.437,46	30.448.187,16	25.759.742,14	14.415.715,83	

VALOR DOS MATERIAIS ESTOCADOS						
Dados Financeiros (R$)	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Valor do estoque material de consumo	3.561.215,66	3.544.517,53	3.510.218,09	3.365.502,79	2.851.182,31	2.412.162,87
Valor do estoque material permanente	7.524.201,29	6.897.896,60	3.915.306,97	4.426.312,11	2.963.929,03	4.611.886,10



6. DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

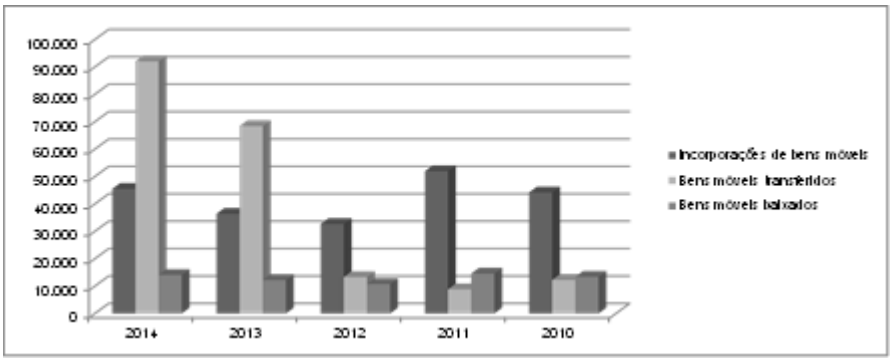
INCORPORAÇÕES DE BENS MÓVEIS						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Veículos	38	45	34	114	5	10
Máquinas, motores e aparelhos	0	4.327	3.817	7.355	8.736	5.871
Materiais bibliográficos	13.258	15.849	16.606	26.992	30.034	22.015
Equipamentos e instalações	0	9.094	6.325	7.938	30	19
Mobiliários	8.608	7.073	5.908	9.534	5.382	6.540
Edifícios	4					
Terrenos	4					
Aparelhos de Medição e Orientação	6					
Aparelhos de Equipamentos de Comunicação	725					
Aparelhos, Equip. Utens. Med. Odont. Laboratório	4					
Aparelhos e Utensilios Domésticos	38					
Equipamentos Manobra Patrulhamento	1					
Equipamentos Proteção, Segurança e Socorro	122					
Máquinas Equiptos. Natureza Indústria	8					
Máquinas e Equiptos Energéticos	3.116					
Máquinas e Equiptos Gráficos	4					
Equipaemntos para Aúdio, Video e Foto	2.415					
Máquinas, Utensilios e Equiptos.Diversos	820					
Equipamentos de Processamento Dados	14.831					
Máquinas, Instr. Utensílios Escritório	290					
Máquinas, Ferramentas e Utensilios	2					
Equipamentos Hidraúlico e elétricos	1.104					
Software	100					
TOTAL	**45.498**	**36.388**	**32.690**	**51.933**	**44.187**	**34.455**

BENS MÓVEIS TRANSFERIDOS						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Máquinas, motores e aparelhos	0	16.466	4.071	5.375	9.968	7.717
Equipamentos e instalações	0	17.374	5.833	602	129	470
Mobiliário Geral	35.692	34.577	3.411	2.852	2.184	5.538
Edifícios	5					
Terrenos	6					
Aparelhos de Medição e Orientação	128					
Aparelhos de Equipamentos de Comunicação	2.975					
Aparelhos, Equip. Utens.Med.Odont.Laboratório	106					
Aparelhos e Utensilios Domésticos	84					

Equipamentos Manobra Patrulhamento	1					
Equipamentos Proteção, Segurança e Socorro	320					
Máquinas Equiptos. Natureza Indústria	6					
Máquinas e Equiptos Energéticos	9.480					
Máquinas e Equiptos Gráficos	13					
Equipaemntos para Aúdio, Video e Foto	2.763					
Máquinas, Utensilios e Equiptos.Diversos	3.782					
Equipamentos de Processamento Dados	30.019					
Máquinas, Instr. Utensílios Escritório	3.520					
Máquinas, Ferramentas e Utensilios	2					
Equipamentos Hidraúlico e elétricos	3.044					
Softwares	79					
TOTAL	**92.025**	**68.417**	**13.315**	**8.829**	**12.281**	**13.725**

BENS MÓVEIS BAIXADOS

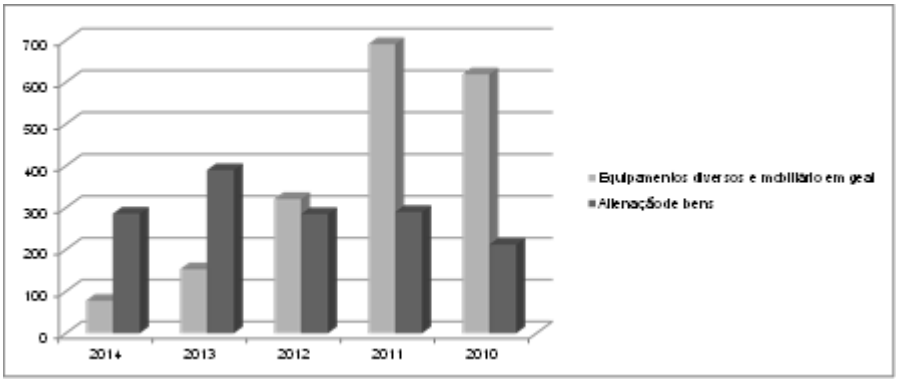
Dados Estatísticos	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Veículos	10	41	3	0	3	7
Máquinas, motores e aparelhos	0	2.351	1.412	3.427	3.912	2.177
Coleções de Materiais Bibliográficos	6.076	4.756	5.777	6.138	6.898	5.061
Equipamentos diversos	0	1.799	992	2.031	9	6
Utensílios	0	0	36	802	802	2.732
Mobiliário Geral	2.459	3.272	2.543	2.180	1.794	663
Aparelhos de Medição e Orientação	7					
Aparelhos de Equipamentos de Comunicação	713					
Aparelhos, Equip. Utens. Med. Odont. Laboratório	2					
Aparelhos e Utensilios Domésticos	43					
Equipamentos Proteção, Segurança e Socorro	40					
Máquinas Equipamentos Natureza Indústria	1					
Máquinas e Equiptos Energéticos	182					
Máquinas e Equiptos Gráficos	0					
Equipaemntos para Aúdio, Video e Foto	14					
Máquinas, Utensilios e Equiptos.Diversos	299					
Equipamentos de Processamento Dados	3.348					
Máquinas, Instr. Utensílios Escritório	500					
Equipamentos Hidraúlico e elétricos	368					
TOTAL	**14.062**	**12.219**	**10.763**	**14.578**	**13.418**	**10.646**



BENS MÓVEIS CONSERTADOS

Dados Estatísticos	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Equipamentos diversos e mobiliário em geal	78	153	321	691	619	342

ALIENAÇÃO DE BENS						
Dados Estatísticos	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
Processos de baixa e doação	108	177	129	139	102	144
Processos de inutilização	54	47	1	1	7	0
Transferidos a outros órgãos	32	18	18	30	8	17
Entidades atendidas	92	148	137	120	95	148
TOTAL	**286**	**390**	**285**	**290**	**212**	**309**



DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

O orçamento do Poder Judiciário é organizado por meio de duas Unidades Orçamentárias:

1) Tribunal de Justiça, composta pelos recursos oriundos do Tesouro do Estado e pela remuneração dos Depósitos Judiciais – SIDEJUD, além dos recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais e da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz transferidos ao Poder Judiciário por meio da Lei Complementar nº 127, de 12 de agosto de 1994.

2) Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, composta pela arrecadação de custas judiciais e extrajudiciais, taxa judiciária, selo de fiscalização, SAT e indenizações e restituições.

Na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado (9,31% da Receita Líquida Disponível, definido como duodécimo, e as receitas arrecadadas pelo Fundo Social e SEITEC, também no mesmo percentual) são aplicados nas despesas com pessoal ativo, encargos assistenciais dos inativos, manutenção e investimentos.

Os recursos provenientes do SIDEJUD são aplicados na informatização, na capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores do Poder Judiciário, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania.

No tocante às verbas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz transferidos ao Poder Judiciário por meio da Lei Complementar nº 127/94, cumpre observar que, por não fazerem parte do duodécimo, convém expurgá-los quando se tratar de execução orçamentária. O mesmo tratamento será dado à descentralização orçamentária e financeira oriunda do IPREV.

Os recursos afetos à Unidade Orçamentária do Fundo de Reaparelhamento da Justiça poderão ser utilizados com construções, reformas, ampliações de prédios, manutenção predial, informatização,

estagiários, equipamentos e materiais permanentes diversos, além de suportar as demais despesas de custeio da máquina administrativa de todas as unidades jurisdicionais (exceto despesas com pessoal).

Dentro desse contexto, as receitas estimadas que fundamentaram a dotação orçamentária inicial do Poder Judiciário para o exercício de 2014, considerando as três fontes de recursos e observados os expurgos mencionados, totalizaram R$ 1.403.338.491,00, a saber:

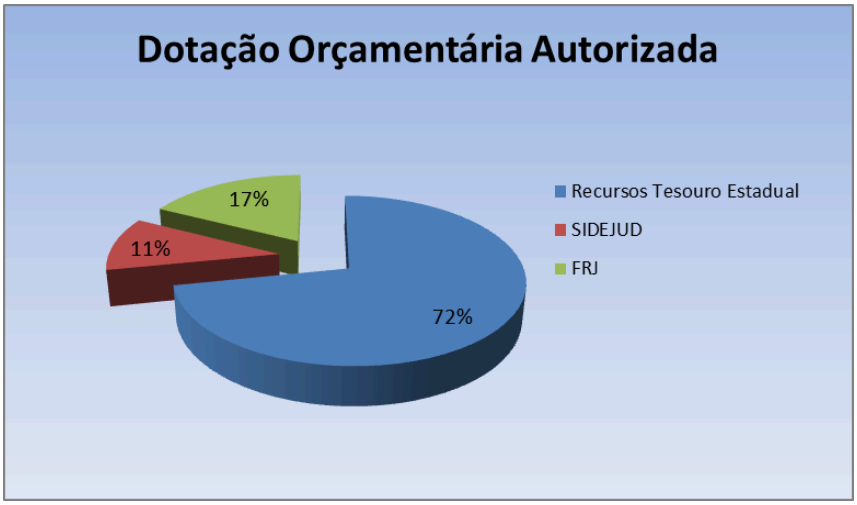
- **Recursos oriundos do Tesouro do Estado: R$ 1.125.838.491,00;**
- **SIDEJUD: R$ 81.000.000,00;**
- **FRJ: R$ 196.500.000,00.**

O balanço orçamentário discrimina as receitas arrecadadas e as despesas efetuadas no período. Na contabilidade pública não existe a figura do lucro ou prejuízo, mas sim do superávit e do déficit.

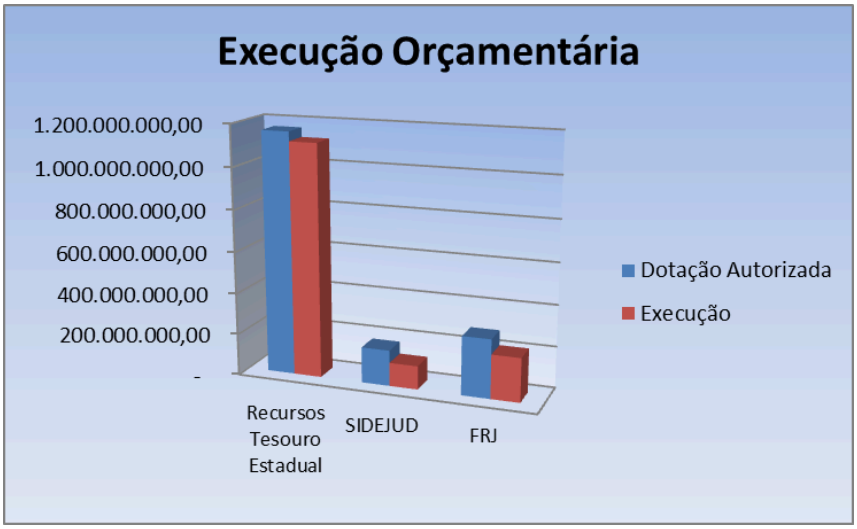
O resultado superavitário da execução orçamentária provém tanto do excesso de arrecadação (receitas arrecadadas superiores às estimadas), quanto da economia orçamentária (despesas realizadas menores que as fixadas). Já o déficit provém exatamente do contrário: arrecadação menor que a prevista. Não se considera como formador do déficit a execução de despesa a maior que a fixada porque a Lei nº 4.320/64 não permite a despesa orçamentária ser realizada em valor superior a da despesa fixada.

Nesse sentido, vale ressaltar a arrecadação a maior em R$ 87.981.472,48 do que aquela previamente estimada, uma vez que as três fontes de recursos auferiram juntas R$ 1.491.319.963,48.

Após a abertura de créditos adicionais suportados pelo superávit financeiro acumulado em exercícios anteriores, no valor de R$ 242.006.654,25, e considerando a limitação de empenho realizada para retomar o equilíbrio do orçamento, que representou R$ 25.837.132,28, a dotação orçamentária autorizada ao final do período perfez o montante de R$ 1.619.508.012,97. Deste valor, foram assumidas despesas orçamentárias (empenhadas) na ordem de R$ 1.444.257.212,93.



O índice de execução orçamentária, cujo conceito firma-se na comparação entre a dotação orçamentária autorizada e as despesas empenhadas no período, que em 2014 atingiu 89,2%.



O superávit financeiro representa o resultado positivo entre o ativo e o passivo financeiro. Esse valor é transferido para o exercício seguinte com a finalidade de compor o próximo orçamento, sendo operacionalizado por meio de abertura de créditos adicionais.

Em 31/12/2014, o Poder Judiciário apresentou como ativo financeiro o valor de R$ 4.461.345.022,04. Nesse valor incluem-se as disponibilidades do Tribunal e do FRJ, os depósitos judiciais e as consignações (Vale ressaltar que, conforme mencionado anteriormente, não foram contemplados os valores referentes a precatórios). O passivo financeiro, o qual é composto de restos a pagar e outras obrigações, representou R$ 4.193.608.829,38. Portanto, o superávit financeiro apurado no exercício financeiro de 2014 foi de R$ 267.736.192,66.

Para melhor visualização, as informações supracitadas serão segregadas por fonte de recurso, abaixo especificadas:

1.1 REPASSES DO TESOURO ESTADUAL

Principal fonte de recursos do Poder Judiciário, inicialmente se estimou arrecadar R$ 1.125.838.491,00 (lembrando que o percentual legal de repasse é 9,31% da Receita Líquida Disponível/ Fundosocial e SEITEC). Em contrapartida, a arrecadação foi de R$ 1.169.337.009,89, maior do que o previsto em R$ 43.498.518,89.

Durante o período, ocorreu abertura de créditos adicionais na ordem de R$ 48.015.564,12 suportados pelo superávit financeiro acumulado em exercícios anteriores e pelo excesso de arrecadação do exercício corrente. Por outro lado, contigenciou-se R$ 10.433.078,65. Sendo assim, o valor da dotação orçamentária autorizada atingiu R$ 1.163.420.976,47.

As despesas orçamentárias empenhadas importaram em R$ 1.118.677.613,04, sendo R$ 1.113.820.027,58 relativas a despesas com Pessoal Ativo e Encargos Assistenciais dos Inativos e R$ 4.857.585,46 à manutenção e serviços.

O índice de execução orçamentária nesse caso representou 96,2%.

O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso foi de R$ 67.106.060,90. Nesse valor incluem-se as disponibilidades do Tribunal, as consignações e rendimentos de aplicações. O passivo financeiro (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 13.362.633,85, portanto, o superávit auferido importou em R$ 53.743.427,05.

1.2 SIDEJUD

Inicialmente, estimou-se para essa fonte de recurso R$ 81.000.000,00. Devido à elevação da taxa Selic ocorrida durante o exercício de 2014, que passou de 10% para 11,75% ao ano, bem como ao aumento do Patrimônio Líquido do Fundo de Investimento do Judiciário em 25%, arrecadaram-se durante o período R$ 128.816.580,18.

Realizou-se abertura de créditos adicionais no valor de R$ 91.537.326,52, sendo utilizado, para tanto, o superávit financeiro acumulado de exercícios anteriores.

As despesas orçamentárias empenhadas somaram R$ 113.318.741,88, sendo R$ 12.152.509,09 em capacitação e aperfeiçoamento dos servidores, R$ 60.179.073,62 em informática, R$ 39.873.888,53 em manutenção e R$ 1.113.270,64 na construção da casa da cidadania de Canelinha.

Considerando a dotação orçamentária autorizada de R$ 172.537.326,52, e não havendo contingenciamento nessa rubrica, revelou-se um índice de execução orçamentária de 65,7%.

O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso, ao final do exercício, foi de R$ 4.241.077.886,95. Nesse valor incluem-se o spread do Fundo de Investimento do Judiciário e os depósitos judiciais. O passivo financeiro, por sua vez, (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 4.137.824.907,11. Apurou-se, pois, o superávit financeiro de R$ 103.252.979,84.

1.3 FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

A dotação orçamentária inicial para essa fonte de recurso foi estimada em R$ 196.500.000,00. A arrecadação apurada foi de R$ 193.166.373,41.

Suplementou-se o orçamento na ordem de R$ 102.453.763,61 haja vista a utilização do superávit financeiro acumulado em exercícios anteriores.

As despesas orçamentárias empenhadas importaram em R$ 212.260.858,01, sendo direcionadas da seguinte maneira: R$ 6.738.354,22 em ampliações de Fórum; R$ 11.231.886,59 em construções; R$ 24.066.049,08 na coordenação do selo de fiscalização; R$ 160.371.307,14 em manutenção; e R$ 9.853.260,98 em reformas.

Observada a dotação orçamentária autorizada de R$ 283.549.709,98 (já deduzido o valor do contingenciamento de R$ 15.404.053,63) e considerando as despesas empenhadas supracitadas, demonstra-se um índice de execução orçamentária de 74,9%.

O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso foi de R$ 153.161.074,19. Nesse valor incluem-se as receitas decorrentes das Custas Judiciais e Extrajudiciais, do Selo de Fiscalização, SAT e da Taxa Judiciária, Receitas diversas, bem como de seus respectivos rendimentos. Já o passivo financeiro (restos a pagar e

outras obrigações) representou R$ 42.421.288,42. Nesses termos, o superávit financeiro totalizou R$ 110.739.785,77.

2. RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu normas gerais de finanças públicas, voltadas para o controle da despesa, do resultado fiscal e do endividamento. As despesas com pessoal são as que mais despertam a atenção dos gestores públicos em razão de serem as mais representativas.

2.1 DESPESAS COM PESSOAL

A mencionada Lei trouxe dispositivos para limitar as despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida - RCL, estabelecendo 6% como limite legal, 5,7% como limite prudencial e 5,4% como limite de alerta.

No relatório apurado referente ao período de janeiro/2014 a dezembro/2014, a despesa líquida com pessoal do Poder Judiciário importou em R$ 912.839.218,79, equivalente a 5,12% da RCL, portanto dentro dos limites legal e prudencial, conforme demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.207.428.349,49**	**11.722.832,25**
Pessoal Ativo	1.028.550.846,56	11.722.832,25
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	80.707.337,41	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	947.843.509,15	11.722.832,25
Pessoal Inativo e Pensionistas	178.877.502,93	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	178.877.502,93	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	**294.589.130,70**	**11.722.832,25**
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	47.338.590,72	11.722.832,25
Decorrentes de Decisão Judicial	80.707.337,41	-
Despesas de Exercícios Anteriores	14.990.034,88	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	151.553.167,69	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**912.839.218,79**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) (IIIa + IIIb)	**912.839.218,79**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.835.511.027,09
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,12%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,0%	1.070.130.661,63
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	1.016.624.128,54
LIMITE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	963.117.595,46

Fonte: SIGEF - Comparativo da despesa autorizada, liquidada e paga - e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL
Nota: 1 - Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
Nota: 2 - As despesas liquidadas relativas ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (Subação 9380 - Encargos com inativos), no valor de R$ 32.982.038,23, não foram consideradas, pois não se trata de servidores contratados pelo Estado, mas tão somente agentes colaboradores por meio de delegação do Poder Público.

2.2 LIMITAÇÕES DE EMPENHO E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (CONTIGENCIAMENTO)

A cada bimestre o gestor deve verificar se as receitas arrecadadas nas fontes de recursos estão de acordo com as estimativas. Caso ocorra arrecadação inferior, proceder-se-á à “limitação de empenho”, o que significa que parte do orçamento será contingenciado, de forma retomar o equilíbrio orçamentário.

No exercício financeiro de 2014, foi necessário contingenciar o montante de R$ 25.837.132,28, discriminados conforme segue:

- **Repasses do Tesouro Estadual (Duodécimo): R$ 10.433.078,65;**
- **Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ: R$ 15.404.053,63**.

2.3 RESTOS A PAGAR

São considerados restos a pagar as despesas empenhadas que não foram pagas até o fim do exercício financeiro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Contudo, para proceder à inscrição dessas despesas, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina a existência de disponibilidade de caixa.

Em 2014, a inscrição de restos a pagar, nas três fontes de recursos, representou a quantia de R$ 56.454.845,70, enquanto a disponibilidade de caixa para fazer frente a essas despesas totalizou R$ 327.371.764,04.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2014

FONTE	SUBAÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA/AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÕES	CONTINGENCIAMENTO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
TJ	06775	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais	6.360.466,00	(764.828,56)	-	5.595.637,44	4.857.585,46	86,8%	4.455.661,91	79,6%	4.455.661,91	79,6%
TJ	06777	Administração de Pessoal e Encargos	1.109.272.825,00	38.405.250,19	10.433.078,65	1.137.244.996,54	1.093.720.052,54	96,2%	1.081.997.220,29	95,1%	1.081.997.220,29	95,1%
TJ	06780	Encargos com Inativos	10.205.200,00	10.375.142,49	-	20.580.342,49	20.099.975,04	97,7%	20.099.975,04	97,7%	20.099.975,04	97,7%
Subtotal			**1.125.838.491,00**	**48.015.564,12**	**10.433.078,65**	**1.163.420.976,47**	**1.118.677.613,04**	**96,2%**	**1.106.552.857,24**	**95,1%**	**1.106.552.857,24**	**95,1%**
SIDEJUD	06781	Capacitação e Aperfeiçoamento - SDJSC	7.777.577,00	16.190.081,77	-	23.967.658,77	12.152.509,09	50,7%	11.568.421,35	48,3%	11.568.421,35	48,3%
SIDEJUD	06783	Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática - SIDEJUD	37.400.526,00	56.123.790,15	-	93.524.316,15	60.179.073,62	64,3%	48.793.093,39	52,2%	48.793.093,39	52,2%
SIDEJUD	06784	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - SIDEJUD	34.937.564,00	18.823.454,60	-	53.761.018,60	39.873.888,53	74,2%	36.324.993,75	67,6%	36.324.993,75	67,6%
SIDEJUD	10539	Construção da Casa da Cidadania de Canelinha - SIDEJUD	825.780,00	400.000,00	-	1.225.780,00	1.113.270,64	90,8%	981.732,45	80,1%	981.732,45	80,1%
SIDEJUD	11643	Construção da Casa da Cidadania de Lontras - SIDEJUD	6.473,00	-	-	6.473,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
SIDEJUD	11644	Construção da Casa da Cidadania de Agua Doce - SIDEJUD	13.020,00	-	-	13.020,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
SIDEJUD	11645	Construção da Casa da Cidadania de Pouso Redondo - SIDEJUD	13.020,00	-	-	13.020,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
SIDEJUD	11646	Construção da Casa da Cidadania de Imbuia - SDJSC - TJ	13.020,00	-	-	13.020,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
SIDEJUD	11647	Construção da Casa da Cidadania de Monte Carlo - SDJSC - TJ	13.020,00	-	-	13.020,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Subtotal			**81.000.000,00**	**91.537.326,52**	**-**	**172.537.326,52**	**113.318.741,88**	**65,7%**	**97.668.240,94**	**56,6%**	**97.668.240,94**	**56,6%**
FRJ	06386	Construção do Fórum de Rio do Oeste	40.744,00	-	-	40.744,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	06602	Reforma do Fórum de Blumenau	922.015,00	-	-	922.015,00	101.604,64	11,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	06604	Construção do Fórum de Navegantes	5.125.993,00	300.000,00	-	5.425.993,00	3.152.563,25	58,1%	1.870.810,20	34,5%	1.870.810,20	34,5%
FRJ	06612	Construção do Fórum de Ascurra	1.821.103,00	1.400.000,00	-	3.221.103,00	2.704.895,88	84,0%	2.638.342,99	81,9%	2.638.342,99	81,9%
FRJ	06640	Construção do Fórum de São José do Cedro	40.744,00	-	-	40.744,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	06646	Reforma do Fórum de Brusque	946.325,00	-	-	946.325,00	514.448,00	54,4%	514.448,00	54,4%	514.448,00	54,4%
FRJ	06657	Construção do Fórum de Rio Negrinho	111.143,00	-	-	111.143,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	06668	Reforma do prédio do Palácio da Justiça	2.203.513,00	1.440.486,10	-	3.643.999,10	1.153.801,48	31,7%	720.560,15	19,8%	720.560,15	19,8%
FRJ	06670	Reforma do Fórum de Caçador	55.253,00	-	-	55.253,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	06677	Reforma do Fórum de Pomerode	1.461.142,00	200.000,00	-	1.661.142,00	393.930,34	23,7%	300.881,81	18,1%	300.881,81	18,1%
FRJ	06679	Construção do Fórum de Garopaba	86.779,00	-	-	86.779,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	06680	Reforma do Fórum de Balneário Camboriú	2.245.632,00	(2.165.000,00)	-	80.632,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	06683	Construção do Fórum de Armazém	1.586.383,00	1.050.000,00	-	2.636.383,00	2.181.126,37	82,7%	2.181.126,37	82,7%	2.181.126,37	82,7%
FRJ	06684	Construção do Fórum de Campos Novos	111.143,00	-	-	111.143,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	06685	Construção do Fórum de Canoinhas	1.343.064,00	15.365,00	-	1.358.429,00	180.979,05	13,3%	143.914,05	10,6%	143.914,05	10,6%
FRJ	06686	Reforma do Fórum de Correia Pinto	95.700,00	360.000,00	-	455.700,00	372.525,24	81,7%	285.963,33	62,8%	285.963,33	62,8%
FRJ	06687	Construção do Fórum de Curitibanos	111.780,00	-	-	111.780,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	06688	Reforma do Fórum de Descanso	849.561,00	650.000,00	-	1.499.561,00	1.409.242,67	94,0%	1.391.480,96	92,8%	1.391.480,96	92,8%
FRJ	06689	Reforma do Fórum de Itajaí	495.578,00	-	-	495.578,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	06694	Construção do Fórum de Rio do Sul	7.504.300,00	-	-	7.504.300,00	2.802.049,50	37,3%	2.051.049,50	27,3%	2.051.049,50	27,3%
FRJ	06785	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - FRJ	65.160.653,00	90.215.242,40	3.458.519,98	151.917.375,42	132.448.892,19	87,2%	116.138.508,03	76,4%	116.138.508,03	76,4%
FRJ	06786	Coordenação do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais	46.500.000,00	-	6.408.157,44	40.091.842,56	24.066.049,08	60,0%	22.259.186,22	55,5%	22.259.186,22	55,5%
FRJ	09279	Reforma dos prédios do Fórum de Joinville	45.717,00	-	-	45.717,00	7.800,00	17,1%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	10410	Reforma do Fórum de Campo Erê	34.234,00	-	-	34.234,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	10411	Reforma do Fórum de Chapecó	80.000,00	650.000,00	-	730.000,00	116.227,22	15,9%	88.924,20	12,2%	88.924,20	12,2%
FRJ	10507	Construção do Fórum de São João Batista	111.143,00	-	-	111.143,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	10515	Reforma do Fórum Regional do Estreito	768.865,00	(700.000,00)	-	68.865,00	10.278,00	14,9%	7.800,00	11,3%	7.800,00	11,3%
FRJ	10516	Reforma do Fórum de Taió	74.726,00	-	-	74.726,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	10517	Reforma dos Fóruns da Capital	2.657.504,00	-	-	2.657.504,00	2.014.167,00	75,8%	1.385.792,24	52,1%	1.385.792,24	52,1%
FRJ	10519	Reforma do Fórum de Itá	74.726,00	-	-	74.726,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	10521	Aquisição de terreno para a construção do Fórum de Ipumirim	50.000,00	-	-	50.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	10527	Reforma do Fórum de Lauro Müller	113.293,00	20.000,00	-	133.293,00	95.055,29	71,3%	69.108,63	51,8%	69.108,63	51,8%
FRJ	10529	Construção do Fórum de Araquari	40.744,00	-	-	40.744,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	10532	Manutenção, serviços e equipamentos de informática - FRJ	15.311.242,00	3.928.835,11	5.537.376,21	13.702.700,90	12.375.111,67	90,3%	11.909.379,78	86,9%	11.909.379,78	86,9%
FRJ	11625	Construção do Fórum de Herval do Oeste	413.676,00	-	-	413.676,00	69.875,85	16,9%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	11626	Construção do Fórum de Ipumirim	20.255,00	-	-	20.255,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	11628	Construção do Fórum de Sombrio	111.143,00	-	-	111.143,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	11629	Construção do Fórum de Campo Belo do Sul	40.744,00	-	-	40.744,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	11631	Construção do Fórum de Meleiro	20.255,00	-	-	20.255,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	11632	Construção do Fórum de Modelo	40.744,00	-	-	40.744,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	11633	Construção do Fórum de São Lourenço do Oeste	40.744,00	-	-	40.744,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	11634	Construção do Fórum de Imbituba	111.143,00	50.000,00	-	161.143,00	140.396,69	87,1%	14.107,00	8,8%	14.107,00	8,8%
FRJ	11635	Reforma do Fórum de Santa Rosa do Sul	30.415,00	-	-	30.415,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	11637	Construção do Fórum Criminal de Itajaí	92.947,00	-	-	92.947,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	11640	Reforma do Fórum de Tubarão	1.038.677,00	(695.365,00)	-	343.312,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	11641	Reforma do antigo prédio do Fórum de Chapecó	904.523,00	(660.000,00)	-	244.523,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	11717	Ampliação do Fórum de Balneário Camboriú	2.259.259,00	(2.110.000,00)	-	149.259,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	11721	Ampliação do Fórum de Gaspar	8.162.257,00	-	-	8.162.257,00	4.612.944,11	56,5%	3.048.742,43	37,4%	3.048.742,43	37,4%
FRJ	11722	Ampliação do Fórum de Pomerode	1.757.014,00	450.000,00	-	2.207.014,00	1.949.241,93	88,3%	1.501.338,80	68,0%	1.501.338,80	68,0%
FRJ	11723	Ampliação do Fórum de Correia Pinto	50.000,00	30.000,00	-	80.000,00	54.206,25	67,8%	41.338,63	51,7%	41.338,63	51,7%
FRJ	11726	Ampliação do Fórum de Descanso	77.157,00	100.000,00	-	177.157,00	121.961,93	68,8%	117.839,57	66,5%	117.839,57	66,5%
FRJ	11729	Reforma dos Fóruns de São José	490.543,00	400.000,00	-	890.543,00	560.506,10	62,9%	437.196,85	49,1%	437.196,85	49,1%
FRJ	11730	Reforma do Arquivo Central	376.492,00	-	-	376.492,00	176.206,43	46,8%	114.006,43	30,3%	114.006,43	30,3%
FRJ	12002	Construção do Fórum de Timbó	530.925,00	(500.000,00)	-	30.925,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	12429	Reforma do Fórum de Xanxerê	654.049,00	(330.000,00)	-	324.049,00	4.245,00	1,3%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	12430	Reforma do Fórum de Itaiópolis	-	650.000,00	-	650.000,00	420.727,34	64,7%	346.923,21	53,4%	346.923,21	53,4%
FRJ	12431	Reforma do Fórum de Lages	133.340,00	300.000,00	-	433.340,00	425.040,00	98,1%	386.226,94	89,1%	386.226,94	89,1%
FRJ	12432	Reforma do Fórum de São Miguel do Oeste	-	250.000,00	-	250.000,00	204.863,20	81,9%	192.466,73	77,0%	192.466,73	77,0%
FRJ	12433	Reforma do Fórum de São Bento do Sul	831.329,00	-	-	831.329,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	12462	Reforma Parcial do Fórum de Araranguá	220.828,00	-	-	220.828,00	3.875,00	1,8%	3.875,00	1,8%	3.875,00	1,8%
FRJ	12463	Reforma Parcial do Fórum de Barra Velha	253.747,00	100.000,00	-	353.747,00	231.562,27	65,5%	231.562,27	65,5%	231.562,27	65,5%
FRJ	12464	Reforma Parcial do Fórum Fraiburgo	569.310,00	50.000,00	-	619.310,00	572.448,15	92,4%	342.733,43	55,3%	342.733,43	55,3%
FRJ	12468	Reforma Parcial do Fórum de Porto União	30.000,00	60.000,00	-	90.000,00	44.611,29	49,6%	36.615,64	40,7%	36.615,64	40,7%
FRJ	12469	Reforma Parcial do Fórum de Quilombo	67.857,00	30.000,00	-	97.857,00	28.242,35	28,9%	28.242,35	28,9%	28.242,35	28,9%
FRJ	12473	Reforma Parcial do Fórum de Videira	309.222,00	60.000,00	-	369.222,00	307.395,36	83,3%	307.395,36	83,3%	307.395,36	83,3%
FRJ	12474	Reforma e ampliação do prédio da Gráfica do PJSC	78.621,00	-	-	78.621,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	12475	Reforma e ampliação do prédio do Almoxarifado Central do PJSC	241.610,00	-	-	241.610,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	12476	Reforma Parcial do Fórum de Dionísio Cerqueira	485.206,00	280.000,00	-	765.206,00	684.458,61	89,4%	638.849,03	83,5%	638.849,03	83,5%
FRJ	12477	Manutenção dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina	17.875.226,00	6.574.200,00	-	24.449.426,00	15.547.303,28	63,6%	11.834.532,92	48,4%	11.834.532,92	48,4%
Subtotal			**196.500.000,00**	**102.453.763,61**	**15.404.053,63**	**283.549.709,98**	**212.260.858,01**	**74,9%**	**183.581.269,05**	**64,7%**	**183.581.269,05**	**64,7%**
Total			**1.403.338.491,00**	**242.006.654,25**	**25.837.132,28**	**1.619.508.012,97**	**1.444.257.212,93**	**89,2%**	**1.387.802.367,23**	**85,7%**	**1.387.802.367,23**	**85,7%**

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

A Diretoria de Recursos Humanos é responsável pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo servidores efetivos e comissionados, inativos, juízes de paz, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

É responsável, também, pelo controle da movimentação na carreira dos servidores (remoção, disposição, lotação etc.), pelo registro de todos os incidentes ocorridos durante a vida funcional dos colaboradores do Poder Judiciário, e pela elaboração da folha de pagamento dos magistrados, servidores, inativos (incluídos os juízes de paz e extrajudiciais) e estagiários.

Controla, ainda, as avaliações de desempenho e de estágio probatório dos servidores, e os afastamentos legais, direitos, deveres e benefícios dos colaboradores.

No presente relatório serão apresentadas informações mais detalhadas sobre os principais programas e atividades de responsabilidade da Diretoria de Recursos Humanos.

1. BENEFÍCIOS

1.1 BOLSA DE ESTUDOS

O Tribunal de Justiça mantém o Programa de Bolsa de Estudos, destinado a Magistrados e Servidores, para cursos de graduação, pós-graduação e para o curso da Escola Superior da Magistratura. Por intermédio do programa, o Poder Judiciário custeia 70% (setenta por cento) do valor da mensalidade. No ano de 2014 foram oferecidas **330** vagas para cursos de graduação e **70** vagas para o curso de preparação para ingresso na magistratura, promovido pela ESMESC, conforme segue:

BOLSA DE ESTUDOS		
GRADUAÇÃO	**1º SEMESTRE**	**2º SEMESTRE**
Total de Bolsas disponíveis	330	330
Total de Bolsas renovadas	147	179
Total de Bolsas concedidas	52	19
Total de Bolsas remanescentes	131	132
ESMESC	**1º SEMESTRE**	**2º SEMESTRE**
Total de Bolsas disponíveis	70	70
Total de Bolsas renovadas	15	52
Total de Bolsas concedidas	38	6
Total de Bolsas remanescentes	17	12

Foram, ainda, beneficiados com bolsas de estudo para cursos de pós-graduação na área jurídica **98** servidores, e **21** nas demais áreas.

1.2 GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

A gratificação de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar 90/93, é destinada a servidores não ocupantes de cargo de nível superior que tenham graduação escolar superior.

A tabela abaixo indica o quantitativo de servidores que recebem a gratificação de nível superior desde o ano de 2007, e a variação percentual de um ano em relação ao anterior:

ANO	QUANTIDADE DE SERVIDORES QUE RECEBEM A GRATIFICAÇÃO	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (%)
2007	1.975	-
2008	2.403	21,7%
2009	2.659	10,7%
2010	2.703	1,7%
2011	2.557	-5,4%
2012	2.868	12,2%
2013	3.129	9,1%
2014	2.975	-4,9%

Esta gratificação é percebida por **43,95**% dos servidores efetivos do Poder Judiciário.

1.3 AUXÍLIO-CRECHE

O auxílio-creche, previsto na Resolução n. 09/01-GP, beneficia **928** servidores, conforme dados da folha de pagamento do mês de dezembro de **2014**. Neste ano, foram deferidos **244** pedidos.

1.4 VALE-TRANSPORTE

O vale-transporte corresponde à parcela de gastos que exceder a 6% (seis por cento) da remuneração e é creditado mensalmente em folha de pagamento.

Em **2014**, foram contemplados com o benefício **17** servidores, em média, no decorrer do ano.

1.5 AUXÍLIO-SAÚDE

O auxílio-saúde, benefício previsto na Resolução n. 12/2014–TJ, é o benefício assistencial concedido para custeio parcial de despesas com plano de assistência médica/odontológica e seguro saúde, do titular ou dos dependentes. Em 2014, o benefício foi concedido a **3.963** servidores.

2. TJ-CONSIG

O sistema TJ-Consig, implantado em 28/07/2009, representou uma importante mudança nos procedimentos de consignações facultativas em folha de pagamento. Além de não ter custo nenhum ao Poder Judiciário, houve economia de material e de tempo de serviço, tendo em vista a informatização de um procedimento que até então era manual.

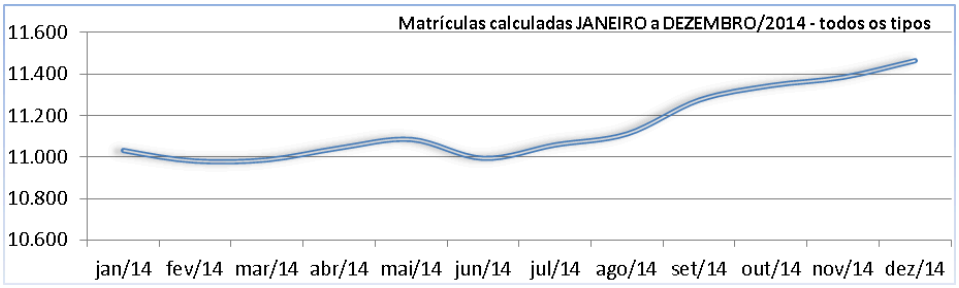
Na última folha processada, de dezembro de **2014**, foram implementadas aproximadamente **21.774** consignações, que significam **R$ 7.593.440,92** em descontos facultativos.

3. FOLHA DE PAGAMENTO (MATRÍCULAS CALCULADAS)

Apresenta-se abaixo a relação de matrículas calculadas durante os meses do ano de 2014 de acordo com o vínculo possuído com o Tribunal de Justiça.

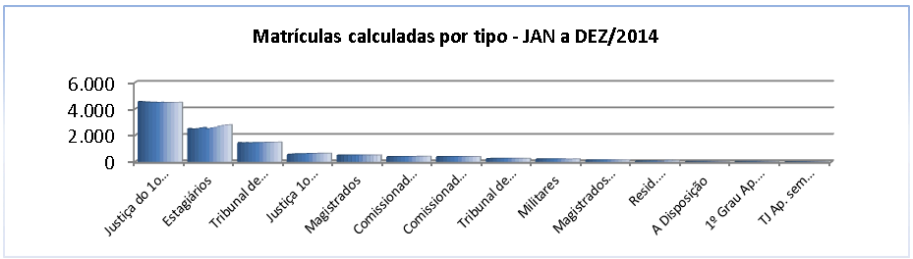
MATRÍCULAS CALCULADAS POR TIPO -JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014												
Tipo	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Justiça do 1º Grau	4.550	4.533	4.499	4.494	4.488	4.477	4.483	4.472	4.468	4.466	4.478	4.493
Estagiários	2.504	2.473	2.485	2.546	2.587	2.489	2.552	2.590	2.684	2.743	2.765	2.795
Tribunal de Justiça	1.443	1.431	1.439	1.434	1.438	1.447	1.447	1.462	1.464	1.466	1.474	1.482
Justiça 1º Grau inativos	557	573	589	600	605	609	616	624	628	637	638	637
Magistrados	503	502	501	500	501	501	501	499	499	500	500	500
Comissionados Tribunal de Justiça	378	383	388	384	386	386	386	390	405	403	412	414
Comissionados Justiça do 1º Grau	393	388	390	390	393	392	384	386	383	383	379	378
Tribunal de Justiça inativos.	240	244	245	248	248	253	253	253	252	255	255	254
Militares	207	207	205	205	204	206	205	206	202	201	204	205
Magistrados inativos	142	142	142	142	141	141	141	142	141	141	141	139
Resid. Jud/Cand. Conc. Mag	66	63	63	60	53	52	48	44	105	105	92	101
A Disposição	24	22	21	21	21	21	23	23	23	23	25	25
1º Grau Ap. sem paridade	20	20	20	20	20	20	20	21	21	22	22	22
TJ Ap. sem paridade	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	22
Total	**11.029**	**10.983**	**10.989**	**11.046**	**11.087**	**10.996**	**11.061**	**11.114**	**11.277**	**11.347**	**11.387**	**11.467**

Fonte: Relatório Contábil do sistema Folhas de Pagamento.



Fonte: Relatório Contábil do sistema de Folhas de Pagamento.

Matrículas calculadas por classe de janeiro a dezembro de 2014



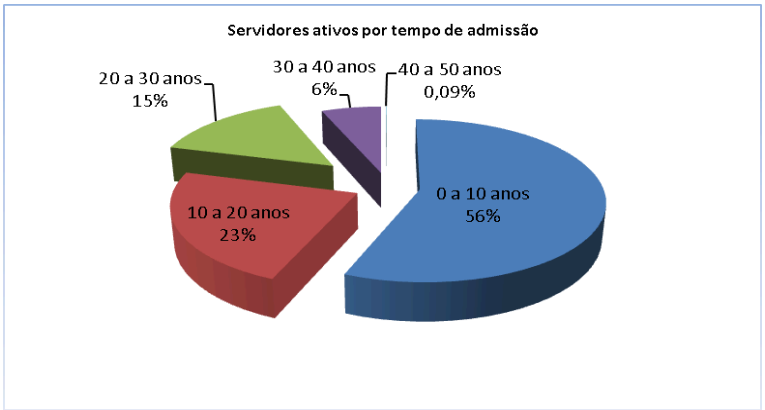
Fonte: Relatório Contábil do sistema de Folhas de Pagamento

4. SERVIDORES ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO

A seguir expõe-se a quantidade de servidores e magistrados em atividade, e o tempo que estes se encontram vinculados a este Poder.

SERVIDORES ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO		
Faixa em anos	Quantidade	Percentual
0 a 10 anos	3.804	56,21%
10 a 20 anos	1.557	23,01%
20 a 30 anos	990	14,63%
30 a 40 anos	411	6,07%
40 a 50 anos	6	0,09%
Total	6.768	

Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 15/12/2014



Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 15/12/2014

MAGISTRADOS ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO		
Faixa em anos	Quantidade	Percentual
0 a 10 anos	180	36,00%
10 a 20 anos	163	32,60%
20 a 30 anos	123	24,60%
30 a 40 anos	32	6,40%
40 a 50 anos	2	0,40%
Total	**500**	

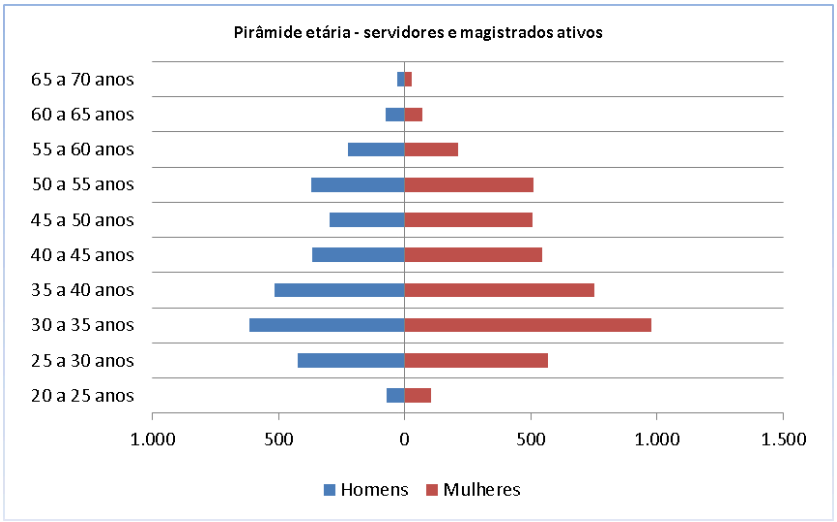
Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 15/12/2014



Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 15/12/2014

5. PIRÂMIDE ETÁRIA

Demonstra-se na tabela e no gráfico abaixo a composição do quadro do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de acordo com a faixa etária e o sexo dos seus componentes.



Fonte: SHF - RE/GE

6. TERCEIRIZAÇÃO

No que se refere aos funcionários terceirizados que laboram junto ao Poder Judiciário, o ano de 2014 encerra com 2199 postos preenchidos nas seguintes áreas de atuação: Auxiliar de Almoxarife, Copeira, Desenhista Industrial Gráfico, Engenheiro Mecânico, Garçom, Impressor de Corte e Vinco, Impressor de Serigrafia, Jardineiro, Marceneiro, *Office-boy*, Operador de Acabamento, Operador de Guilhotina, Operador de Sistema, Porteiro, Preparador de Matrizes, Recepcionista, Servente, Técnico em Edificações, Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado, Zelador e Vigilante.

Do total de **2199** postos, **1531** estão distribuídos às Comarcas e **668** à Secretaria do Tribunal de Justiça.

As empresas que atuaram junto ao Poder Judiciário em 2014 prestando serviços de mão de obra terceirizada foram: Canadense Administração e Serviços Ltda., Icone Design e Eventos Ltda. – ME,

Liderança Limpeza e Conservação Ltda., Lince Segurança Eletrônica Ltda., Lince Segurança Patrimonial Ltda. – ME, Mobra Serviços de Vigilância Ltda e Suricate Serviços Terceirizados Ltda. Epp.

7. ESTAGIÁRIOS

O Poder Judiciário Catarinense encerra o ano de 2014 com **2.343** estagiários remunerados contratados na área de Direito, distribuídos em Cartórios e Gabinetes de 1º e 2º graus, e Diretorias da Secretaria do Tribunal.

Cumpre destacar, também, que ao final deste ano **458** vagas encontram-se ocupadas por estagiários remunerados nas Diretorias e comarcas deste Tribunal nas áreas de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, Museologia, Biblioteconomia, História, Ciências da computação, Comunicação social, Cinema, Artes visuais, Design, Economia, Enfermagem, Farmácia, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Produção Elétrica, Engenharia de Produção Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação Industrial, Engenharia de Produção, Jornalismo, Letras (Português), Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, e Serviço Social.

Ademais, o Tribunal de Justiça conta com **25** vagas de estágio remunerado destinadas a estudantes do Ensino Médio.

Assim, verifica-se que o Poder Judiciário Catarinense termina o ano de 2014 com um total de **2.801** estagiários em seu quadro.

8. VOLUNTÁRIOS

Em 2014 foram preenchidas **579** vagas para serviço voluntário nas áreas de Administração, Arquitetura, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia, História, Letras, Psicologia, Serviço Social e Sistemas de Informação.

9. NOMEAÇÕES

Durante o ano de 2014, ocorreram **285** nomeações de servidores para cargos efetivos deste Poder e **477** para cargos comissionados, totalizando **762** nomeações durante o ano.

Destas, destaca-se que **99** nomeações que se destinaram ao provimento de cargos efetivos e **38** de cargos comissionados decorreram de cargos criados por Lei Complementar, o que totaliza um aumento de **137** servidores no quadro deste Poder no ano de 2014.

10. ABONOS DE PERMANÊNCIA

O Abono de Permanência é o benefício concedido ao servidor efetivo que tenha alcançado todos os requisitos para se aposentar previstos na legislação em vigor (idade e tempo de contribuição), e optou por permanecer em atividade, até, no máximo, atingir a idade para a aposentadoria compulsória (70 anos).

O benefício é o reembolso do valor da contribuição previdenciária descontada mensalmente do servidor para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (IPREV).

Em 2014, foram concedidos **128** abonos de permanência aos servidores efetivos deste Poder.

11. APOSENTADORIAS

É o direito conferido ao servidor público ocupante de cargo efetivo de se desvincular das atividades laborais, com a percepção de proventos mensais, após o cumprimento dos requisitos de idade e tempo de serviço exigidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, sendo que, em 2014, foram concedidas **123** aposentadorias aos servidores deste Poder.

12. LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Conforme previsto nos artigos 64 a 68 da Lei Complementar Estadual n. 6.745/1985, será concedida licença para tratamento de saúde (LTS) remunerada ao servidor que, por determinação médica e com a concordância da Junta Médica Oficial do Poder Judiciário, necessitar afastar-se por mais de 3 dias para tratamento de saúde.

No ano de 2014 foram realizadas **2.633** concessões de licença para tratamento de saúde de servidores neste Poder.

Outra modalidade de Licença para tratamento de Saúde é aquela destinada ao acompanhamento de pessoa da família (art. 69 da LCE n. 6.745/1985 e LCE n. 47/1992), sendo que no ano de 2014 foram concedidas **1806** licenças.

13. CERTIDÕES

Durante o ano de 2014 foram emitidas as seguintes certidões pela Diretoria de Recursos Humanos:

CERTIDÃO	QUANTIDADE
Tempo de serviço	75
Narratória	50
Para atender à Resolução n. 156/12 do Conselho Nacional de Justiça	22
Transcrições funcionais	128
Emitida para a COMAGIS	5
Aprovação em concurso público	32
Diversas	318
Total	**706**

14. ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL

14.1 PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Busca-se com a pesquisa obter um indicador para avaliar o percentual de satisfação e motivação dos servidores do Poder Judiciário. Além disso, a ferramenta permite identificar os locais onde há a necessidade de se aplicar o programa de melhoria do clima organizacional. O formulário de pesquisa foi disponibilizado na página eletrônica do Poder Judiciário no período de 15 de outubro de 2014 até 30 de novembro de 2014. O resultado da pesquisa será divulgado em fevereiro de 2015.

14.2 HOMENAGEM AOS SERVIDORES APOSENTADOS

Para a Homenagem 2014 aos servidores aposentados, foi realizado um trabalho conjunto entre a Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoal e a Divisão de Artes Gráficas. Foram elaboradas **104** placas, posteriormente encaminhadas a cada servidor que se aposentou no período compreendido entre setembro de 2013 a agosto de 2014.

14.3 INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS

Elaboração de diagnósticos, trabalhos em grupo e acompanhamento de servidores que apresentam baixo desempenho nas avaliações de desempenho e estágio probatório ou encaminhados pela Corregedoria-Geral de Justiça ou outros setores do Tribunal de Justiça.

Em 2014, foram acompanhados **75** servidores de todo o Estado, além de terem sido realizadas **32** avaliações psicológicas. Ainda, foi realizado um trabalho de diagnóstico em **07** comarcas e **03** trabalhos de grupo, focando o relacionamento interpessoal, nas comarcas.

14.4 ENTREVISTAS DE LOTAÇÃO E RELOTAÇÃO

Realização de entrevistas para lotação ou relotação de servidores no Tribunal de Justiça. Foram realizadas **59** entrevistas de lotação e **25** de relotação, durante o ano de 2014.

14.5 PROGRAMA DE MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL

Tem como objetivo apresentar, em um determinado momento, o grau de satisfação ou insatisfação dos servidores, identificar causas e por meio delas implementar ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho. O programa foi realizado em **02** comarcas no ano de 2014.

14.6 CARTÕES PARA LICENÇA

A Seção Psicossocial Organizacional elabora cartões virtuais para enviar aos servidores em licenças especiais. Os cartões são enviados para o e-mail dos servidores em nome da Diretoria de Recursos Humanos – DADP – SPO.

Foram enviados ao total **677** cartões para os servidores, sendo **119** licenças Gala, **349** licenças Nojo, **208** licenças Nascimento e **uma** licença adoção.

15 FORMULÁRIOS

15.1 FORMULÁRIO DE INGRESSO

Desenvolvido pela Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoal, da Diretoria de Recursos Humanos, o formulário de ingresso tem por objetivo levantar dados sobre o perfil do servidor que está ingressando no Poder Judiciário catarinense e servir como uma ferramenta para o planejamento de mudanças na Organização. Foram cadastrados **331** formulários de ingresso.

15.2 FORMULÁRIO DE DESLIGAMENTO

O Formulário de Desligamento é um instrumento que busca conhecer como o servidor que está saindo do Poder Judiciário percebeu a Organização e como se sentiu trabalhando nela enquanto fez parte do quadro de servidores, além de servir como uma ferramenta para o planejamento de mudanças na Organização. No ano de 2014 foram cadastrados **206** formulários de desligamento.

DIRETORIA DE SAÚDE

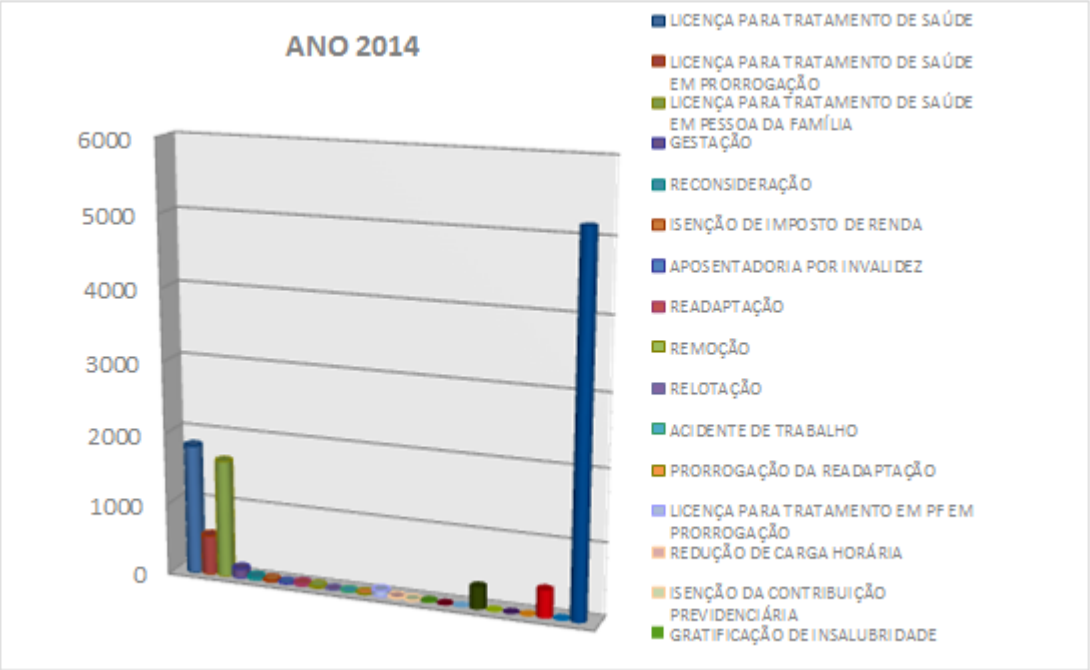
A Diretoria tem por objetivo supervisionar e gerenciar as atividades relacionadas à saúde dos colaboradores do Poder Judiciário, por meio de prevenção, diagnóstico, tratamento e ações de vigilância à saúde nos ambientes de trabalho. O relatório a seguir representa as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Saúde - DS, no exercício de 2014.

1 – Junta Médica

A Junta Médica, Órgão Médico Oficial do Poder Judiciário de Santa Catarina, vinculada à Diretoria de Saúde, tem como atribuições analisar e emitir pareceres em todos os processos de licença para tratamento de saúde, de aposentadoria por invalidez, de admissão de servidores em concurso público do quadro do Poder Judiciário e de outros problemas relacionados à saúde.

Relatório geral das atividades

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	1.815
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PRORROGAÇÃO	554
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA	1.641
LICENÇA GESTAÇÃO	133
RECONSIDERAÇÃO	39
ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	33
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	13
READAPTAÇÃO	37
REMOÇÃO	25
RELOTAÇÃO	3
ACIDENTE DE TRABALHO E ACIDENTE EM SERVIÇO	8
PRORROGAÇÃO DA READAPTAÇÃO	9
LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA EM PRORROGAÇÃO	81
REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA	16
GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE	19
GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE	7
PRORROGAÇÃO DA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA	1
PERÍCIAS	311
DISPOSIÇÃO	3
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	9
LICENÇA ESPECIAL	1
AUXILÍO-DOENÇA	2
DISPENSA DE PLANTÃO	2
PRORROGAÇÃO PARA POSSE	1
DILIGÊNCIA	3
ADMISSÃO	389
OUTROS	14
TOTAL DE PROCESSOS DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 2014	**5.169**



2 – Divisão de Saúde Ambulatorial

A Divisão de Saúde Ambulatorial atua na coordenação e acompanhamento das atribuições das respectivas seções; providencia o atendimento e acompanhamento ambulatorial de magistrados, servidores e seus respectivos dependentes; agenda o atendimento ambulatorial de emergência; atua na realização, acompanhamento e contribuição de campanhas preventivas e educativas na área da saúde; participa da elaboração de projetos na área da saúde.

Vacina da gripe

O objetivo da vacina da gripe é imunizar os magistrados, servidores ativos (efetivos, comissionados e à disposição), residentes judiciais e estagiários. No ano de 2014, por intermédio da empresa Imunizar, foram aplicadas **8103** vacinas, sendo estas administradas em **124** unidades do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Atendimento de emergência Unimed

Este serviço tem por finalidade a prestação de atendimento em emergência e/ou urgência médica, em **13** áreas protegidas do Poder Judiciário, dentro da grande Florianópolis. É um serviço especializado de atendimento médico móvel, objetivando a preservação da vida de funcionários, colaboradores e daqueles que necessitarem circular/permanecer nas dependências das unidades protegidas. No ano de 2014 foram atendidos **16** casos de emergências médicas.

Relatório geral dos atendimentos médicos

PROFISSIONAL	Nº DE CONSULTAS
Graciela de Oliveira Richter	1.534
José Carlos Nascimento	959
Karina Cocco Monteiro de Freitas	819
Leisa Maria Leal	592
Luiz Alberto Neves May	592

Renato Grillo Flach	1.036

TIPO DE FUNCIONÁRIO ATENDIDO	Nº DE CONSULTAS
Aposentados	238
Assessores	93
Dependentes	425
Estagiários	74
Funcionários	3.921
Militares	7
Outros	28
Terceirizados	367
TOTAL	**5.153**

Seção de Enfermagem

O propósito do serviço de enfermagem é intervir de forma integrada com os demais setores do ambulatório médico na assistência à saúde dos magistrados, servidores e seus dependentes, bem como exercer atividades de prevenção, promoção e recuperação da saúde em geral. Além do público-alvo citado acima, os serviços da Seção de Enfermagem também foram utilizados por voluntários, aposentados, terceirizados, estagiários e servidores em processo de admissão.

Relatório estatístico dos atendimentos na Enfermagem

12/2014	Desembargador	Juiz	Servidor efetivo	Servidor comis.	Terceirizado	Aposentado	Dependente	Estagiário	Voluntário	Admissão	Outros	Total
Comprimido	21	6	695	77	424	9	2	145	2	0	12	**1.393**
Líquido	5	0	54	38	20	0	1	4	1	0	1	**124**
Controlado	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	**4**
Pressão arterial	54	11	665	31	327	28	1	34	0	11	11	**1.173**
Eletrocardiograma	2	3	7	1	0	2	0	0	0	3	0	**18**
Curativo	5	5	54	1	28	0	2	9	0	0	7	**111**
Retirada de pontos	3	0	6	0	1	0	2	1	0	0	0	**13**
Nebulização	3	1	30	3	14	0	0	0	0	0	0	**51**
Injeção intramuscular	6	5	118	3	25	1	2	2	0	0	0	**162**
Injeção subcutânea	0	0	32	0	0	0	0	0	0	0	0	**32**
Injeção endovenosa	1	0	12	1	2	0	1	0	0	0	0	**17**
Emergência	5	6	152	15	29	0	0	15	0	0	1	**223**
TOTAL	**105**	**37**	**1.829**	**170**	**870**	**40**	**11**	**210**	**3**	**14**	**32**	**3.321**

Atividades desenvolvidas pela Psicologia

- Atendimento, acompanhamento e tratamento psicológico (psicoterapia) de servidores ativos e inativos, magistrados ativos e inativos; comissionados e servidores encaminhados pela Junta Médica e Diretoria de Recursos Humanos.
- Avaliação psicológica dos servidores em licença para tratamento de saúde, em processos de readaptação, relotação, aposentadoria por invalidez e admissão em caso de dúvidas quanto à saúde psicológica.
- Avaliação Psicológica dos candidatos ao concurso para ingresso na atividade Notarial e de Registro.

Atendimento psicológico por profissional

PROFISSIONAL	Nº DE CONSULTAS
Fernanda Chede Rotolo Caldas	533
Liliane Cardoso Pereira	564
Luciana Raupp Di Bernandi	324
Marilda Marcondes de Mattos	297
TIPO DE FUNCIONÁRIO ATENDIDO	**Nº DE CONSULTAS**
Admissão	9
Aposentados	14
Assessores	47
Dependentes	5
Estagiários	3
Funcionários	1.532
Magistrados	54
Outros	34
Terceirizados	20
TOTAL	**1.718**

Atividades desenvolvidas pelo Serviço Social

- Elaboração de estudos sociais, por meio de entrevistas, visitas domiciliares, visitas aos locais de trabalho, atendimento e orientação aos servidores quanto à remoção, relotação, nos processos remetidos pela Junta Médica.
- Auxilia no encaminhamento de servidores para internação e tratamento em clínicas especializadas, de acordo com a demanda.
- Monitoramento de servidores que estão em disfunção ou readaptação por problemas de saúde. Orientação e esclarecimentos aos servidores que buscam informações referentes a situações de saúde e suas implicações.

Relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social

TIPO DE ATIVIDADES	Nº DE ATIDIDADES
Pareceres para junta médica	138
Entrevistas	401
Visitas domiciliares, instituições de Saúde e locais de trabalho	70
Cidades visitadas	192

Seção de Farmácia

A Seção de farmácia tem por objeto oferecer, exclusivamente, aos magistrados, aos servidores, ativos e inativos e dependentes dos mesmos, medicamentos a preço de custo mediante apresentação de prescrição médica/odontológica. A farmácia atende a todas as Comarcas e Circunscrições. No ano de 2014, foram realizados **10.043** atendimentos, conforme tabela que segue:

PODER JUDICIÁRIO 09/12/2013 A 08/12/2014	N° DE ATENDIMENTOS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	5.124
COMARCA DA CAPITAL	913
APOSENTADOS	457
COMARCA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ	286
COMARCA DE BLUMENAU	213
COMARCA DE ITAJAÍ	134
COMARCA DE CRICIÚMA	131
COMARCA DE JOINVILLE	130
COMARCA DE TURVO	116
COMARCA DE PALMITOS	99
COMARCA DE ANITA GARIBALDI	86
COMARCA DE SÃO JOAQUIM	80
COMARCA DE CHAPECÓ	76
COMARCA DE LAGES	74
COMARCA DE RIO DO SUL	74
COMARCA DE PAPANDUVA	70
COMARCA DE SÃO JOAO BATISTA	70
COMARCA DE SÃO JOSE	69
COMARCA DE ABELARDO LUZ	68
COMARCA DE BRAÇO DO NORTE	68
COMARCA DE PALHOÇA	67
COMARCA DE CURITIBANOS	65
COMARCA DE BAL. PIÇARRAS	61
COMARCA DE BOM RETIRO	59
COMARCA DE MONDAÍ	56
COMARCA DE QUILOMBO	56
COMARCA DE TUBARÃO	50
COM. DE STO. AMARO DA IMPERATRIZ	49
COMARCA DE GASPAR	44
COMARCA DE BIGUACU	43
COMARCA DE URUSSANGA	42
COMARCA DE PRESIDENTE GETÚLIO	41
COMARCA DE ORLEANS	40
COMARCA DE BRUSQUE	39
COMARCA DE XANXERÊ	38
COMARCA DE IMBITUBA	36
COMARCA DE CORONEL FREITAS	33
COMARCA DE ITUPORANGA	32
COMARCA DE RIO NEGRINHO	32
COMARCA DE LAGUNA	31
COMARCA DE URUBICI	31
COMARCA DE SEARA	28
COMARCA DE MARAVILHA	26
COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL	25
COMARCA DE BARRA VELHA	24
COMARCA DE RIO DO CAMPO	24
COMARCA DE TIMBÓ	24
COMARCA DE NAVEGANTES	22
COMARCA DE PONTE SERRADA	21
COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL	21

COMARCA DE ARARANGUÁ	19
COMARCA DE FRAIBURGO	19
COMARCA DE IÇARA	19
COMARCA DE LAURO MÜLLER	19
COMARCA DE PINHALZINHO	19
COMARCA DE ITAIÓPOLIS	18
COMARCA DE CAMPOS NOVOS	17
COMARCA DE MAFRA	17
COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE	17
COMARCA DE CAMPO ERÊ	16
COMARCA DE IPUMIRIM	16
COMARCA DE ITAPEMA	16
COMARCA DE IBIRAMA	15
COMARCA DE ANCHIETA	14
COMARCA DE ASCURRA	14
COMARCA DE CUNHA PORÃ	14
COMARCA DE INDAIAL	14
COMARCA DE ITAPIRANGA	14
COMARCA DE RIO DO OESTE	14
COMARCA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE	14
COMARCA DE DIONÍSIO CERQUEIRA	13
COMARCA DE OTACÍLIO COSTA	13
COMARCA DE MELEIRO	12
COMARCA DE SÃO JOSÉ DO CEDRO	12
COMARCA DE MODELO	11
COMARCA DE SANTA ROSA DO SUL	10
COMARCA DE VIDEIRA	10
COMARCA DE CORREIA PINTO	9
COMARCA DE SOMBRIO	9
COMARCA DE JAGUARUNA	8
COMARCA DE SÃO DOMINGOS	8
COMARCA DE TAIÓ	8
COMARCA DE CANOINHAS	7
COMARCA DE DESCANSO	7
COMARCA DE SÃO CARLOS	7
COMARCA DE TROMBUDO CENTRAL	7
COMARCA DE HERVAL DO OESTE	6
COMARCA DE TIJUCAS	6
COMARCA DE IMARUÍ	5
COMARCA DE ITÁ	5
COMARCA DE PORTO BELO	5
COMARCA DE XAXIM	5
COMARCA DE GUARAMIRIM	4
COMARCA DE POMERODE	4
COMARCA DE PORTO UNIÃO	4
COMARCA DE CAPIVARI DE BAIXO	3
COMARCA DE GAROPABA	3
COMARCA DE IMBITUBA	3
COMARCA DE LEBON RÉGIS	3
COMARCA DE SOMBRIO	3
COMARCA DE CAÇADOR	2
COMARCA DE CAPINZAL	2

COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL	2
COMARCA DE PORTO BELO	2
COMARCA DE ARMAZÉM	1
COMARCA DE SANTA CECÍLIA	1
TOTAL GERAL	**10.043**

3 – Divisão de Saúde Oral

A Divisão de Saúde Oral presta serviços contínuos de atendimento odontológico aos Membros e Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina e seus dependentes, nos termos da Resolução 01/93-GP. Atualmente, é composta por 5 odontólogos, que atuam nas áreas de Prevenção, Dentística Restauradora, Prótese, Endodontia e Cirurgia Oral Menor.

Relatório de produtividade da Divisão de Saúde Oral – período de 1º de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2014

DENTISTAS	Pacientes	Consultas	Procedimentos	Dias Úteis	Não Trab.	Outras ativ.	Dias atend.	Proc/ dias/ dent.
Eduardo Dutra da Silva	90	113	279		103	3	101	2,76
José Eduardo C. Shiozawa	440	511	1.254		52	15	170	7,38
Maria Eugênia B. Burg	669	760	1.409		37	2	186	7,58
Lauro Bragaglia	400	541	2.156		50	5	172	12,53
Reginaldo Reitz	527	643	1.183		2	0	221	5,35
TOTAL	**2.126**	**2.568**	**6.281**	**203**	**244**		**850**	**7,39**

Fonte: Dados coletados do software de gerenciamento odontológico Prodent

4 - Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional

A divisão tem por missão contribuir para o desenvolvimento e preservação da segurança e da saúde dos trabalhadores do Poder Judiciário de Santa Catarina, oferecendo serviços especializados que têm como princípio fundamental a melhoria contínua. Para alcançar o bem-estar pessoal e social dos envolvidos e dos assistidos - objetivo da divisão - são desenvolvidos trabalhos de orientação aos servidores, magistrados, estagiários e terceirizados, para que façam o melhor uso dos equipamentos e mobiliário disponibilizados. Além disso, a divisão elabora avaliações do mobiliário, dos equipamentos de proteção e dos ambientes de trabalho, para então propor adequações entre eles e às necessidades de trabalho/trabalhador, com consequente controle dos riscos inerentes às funções.

Dentre as ações desenvolvidas pela Divisão em 2014 destacamos:

- Aquisição de cadeiras para pessoas altas, de pequeno porte e para portadores de obesidade;
- Avaliação, a pedido da Junta Médica, de ambientes de trabalho, com levantamento de riscos ambientais e de riscos associados ao trabalho para relotação de servidores que possuem limitações físicas;
- Avaliação e definição de novos equipamentos de proteção para servidores e magistrados;
- Desenvolvimento de projeto para atendimento às necessidades nas salas de audiências e turmas de recursos;

- Identificação dos equipamentos e mobiliários destinados ao grupo de trabalhadores que ficam fora da considerada média da população brasileira e catarinense, tendo como propósito a garantia de proteção do trabalhador;
- Elaboração de projeto básico para aquisição de acessórios ergonômicos;
- Avaliação de novos acessórios ergonômicos para servidores e magistrados;
- Avaliação do Foro da Comarca de Laguna devido à enchente sofrida no prédio no final de 2013; e
- Plano de proteção contra enxames de abelhas no Foro Norte da Ilha – Unidade Santo Antônio de Lisboa.

Atividades de rotina da divisão realizadas ao longo do ano

AÇÃO	2013	2014	VARIAÇÃO
Avaliação ambiental	7	32	357%
Distribuição de EPI	75	48	-36%
Implantação de PPRA	0	0	0
Especificação de mobiliário	40	18	-55%
Resposta processual e pareceres	73	51	-30%
Participação nas palestras de Ambientação Funcional	11	8	-27%
Programa de Controle de Saúde Ocupacional	2	2	0
Avaliação de amostras de mobiliário	8	22	175%
Avaliação de amostras de acessórios ergonômicos	8	0	-100%
Intervenções ergonômicas (gráfico 1)	280	277	-1%
Avaliação de dados antropométricos dos servidores e magistrados do PJSC (gráfico 2)	661	353	-47%
Distribuição de acessórios ergonômicos (gráfico 3)	2.095	601	-71%

Fonte: Dados internos da DSSO

Os números negativos mostram que houve um decréscimo no fornecimento de materiais devido aos ambientes já atendidos em anos anteriores, tal qual acontece com a distribuição de apoios de *mouse* e teclado que começaram a ser trocados a partir de 2014 devido ao desgaste e com fins de garantir a preservação da higiene ocupacional. Também motivou a negatividade desses indicadores a quantidade insuficiente de RH especializado na Divisão e a demanda crescente de novos serviços. A redução na distribuição dos EPI's aponta para um controle maior das fontes de riscos detectadas no PJSC.

SESMT – Serviços Especializados de Segurança e Medicina do Trabalho

A SESMT possui demanda controlada pelo fato de não contar, em seu quadro, com agentes especializados e devido a isso fica impossibilitada de avaliação e controle de novos ambientes. Essa seção tem por objetivo a elaboração dos Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade, o desenvolvimento dos Programas Médicos de Controle da Saúde Ocupacional e a atenção ao controle de riscos de acidentes de trabalho e prevenção das doenças ocupacionais.

Seção de Ergonomia

Ela busca a adaptação confortável e produtiva entre o ser humano e o seu trabalho. Tem por premissa a melhora da qualidade de vida do servidor, com o aumento da eficiência do trabalho humano, diminuição

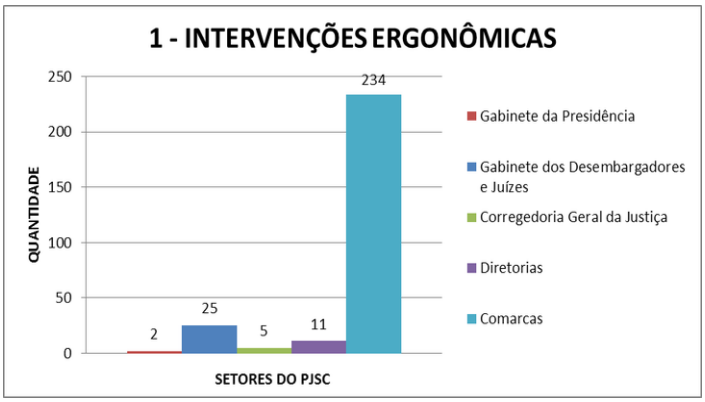
da rotatividade e do absenteísmo. Além disso, a seção participa da elaboração de projetos básicos para aquisição de mobiliário, dos acessórios ergonômicos e realiza avaliações dos ambientes de trabalho e posteriores adequações ergonômicas entre o posto de trabalho e o usuário.

Dentre as ações desenvolvidas pela Seção de Ergonomia em 2014 destacamos:

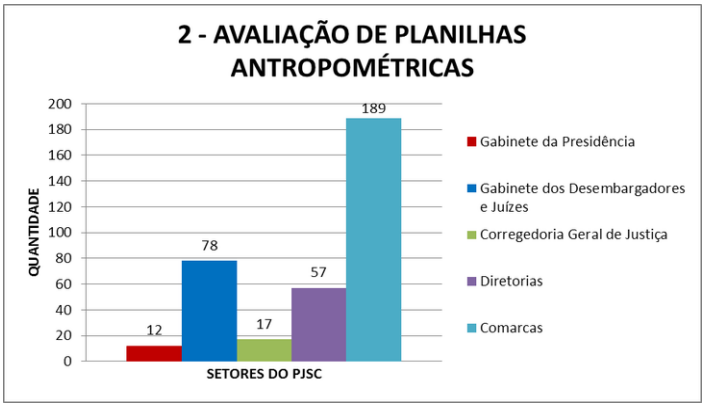
- Avaliação, a pedido da Junta Médica, de ambientes de trabalho, com levantamento de riscos ambientais e de riscos associados ao trabalho para relotação de servidores que possuem limitações físicas;
- Avaliação e definição de novos equipamentos de proteção para servidores e magistrados;
- Desenvolvimento de projeto para atendimento às necessidades nas salas de audiências e turmas de recursos;
- Elaboração de projeto básico para aquisição de acessórios ergonômicos;
- Avaliação ergonômica dos postos de trabalho da Comarca da Capital – Fórum Norte da Ilha e Fórum Des. Eduardo Luz;
- Participação no Projeto Experimental de Teletrabalho.

Atividades de rotina da Seção de Ergonomia durante o ano de 2014:

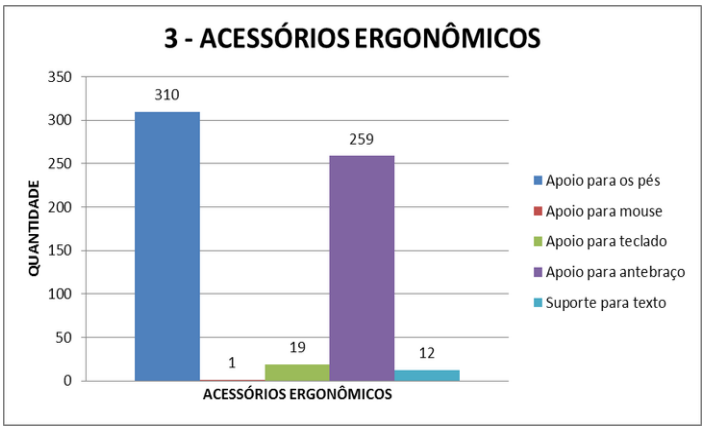
1) Intervenções Ergonômicas:



2) Avaliação de Planilhas Antropométricas:



3) Disponibilização de Acessórios Ergonômicos:



Obs: Neste ano não foram comprados acessórios ergonômicos, apenas distribuídos os que restavam no estoque.